

Publica-se aos Segundas e Quintas-feiras e quando as circunstancias exigirem sairá extraordinariamente: subscreve-se presentemente a 420, reis por anno, pagos adiantados, vendendo-se no escriptorio da redacção, rua d'Amollu n. 14, onde se recebem communicados e correspondencias, por preço razoavel, sendo de interesse publico, devendo ser remittidas em carta fechada: os annuncios pagam-se os reis por linha.

N.º 99. — ANNO DE 1847.

Segunda Feira 8 de Novembro

Typ. DE F. L. DE VASCONCELLOS.

GOVERNOD APROVINCIA

EXPEDIENTE D 1847.

N. 2.—Respon
1.º datado a 21
me significar-l
em conformida
do processo crimina
admitte duvida, podem ser testemunhas,
porque o sobrinho com o tio por direi
to civil está em
mos entre si er
tado art. 89 só a
nhas os parentes a
pressão que se deve entender por direi
to civil, por que a conta dos graus tem
lugar por este direito nas materias civis,
em que as leis patrias não dispõem
contrario. A co
canonico, prof
nias, e suas d
materias de que ex
as leis, como na successão dos prazos
entre collateraes, nas suspeições, & co
mo melhor poderá v. mc. ver em Borges
Carneiro.—Direito civil—onde p
achará explicado
graus de parentesc
to.—2.º que os di
vendo ser recolhidos a thesouraria de
fazenda, segundo determina o regula
mento n. 51 de 12 de maio de 1842, não
se deveydo emprestar a particulares taes
dinheiros, desde a publicação do decreto
n. 231 de 13 de novembro de 1841, e em
conformid' do § 3.º do art. 6.º do mesmo
decreto, cujas disposições deve v. mc. ter
em vista para executar, de accordo
os preceitos exarados no regul
o e na ordem do thesou
21 de outubro de 1842.
Deos guarde a v. mc.
no do Ceará, em 2
1847.—Dr. Casimiro
mento.—Sr. Francis
Bastos, juiz municip
ron de S. João do
N. 2.—Si Manoel
mudou de residenci
tonio da Silveira, q
dados mais volados
dese districto, a v. mc.
ordem da visitaçã, em
anno, que ha o corre
mudado braço exp
ordens a Simplicio
He, entre os em cujo exere
este anno. Quanto que este res
da forma respondido
o art. 1.º de 25 de outubro
quanto a v. mc. Palacio do
Ceará em 2 de novembro de
Casimiro José de Moraes bar
—João da Rocha de Araújo, juiz
de Belém.

Por uma abordagem diacrônica

dos gêneros do discurso à luz da

concepção de tradição discursiva:

um estudo com editoriais de jornal

Aurea Zavam

gasso a vara em questão ao sobredito
João da Rocha d'Aranjo, aquem compete.
Ao inspector da thesouraria de fazenda,
da, ordeno para se fazer o frne
Dia 3.
Ao inspector da thesouraria de fazenda
ordenando pagasse Victoriano Augusto
do Ceará em 3
—Dr. Casimiro
—Sr. Juyencio
Manoel Cabu de Menezes, tenente de
engenheiros encarregado das obras publi
cas da provincia.
N. 40.—Dizendo-me v. mc. que a rela
ção usada no seo officio
volvo, he dos
lés existentes
caças estão irro
vogaveis, e lendo en no alto da mesma
relação cousa diversa, porque apena de
prisão com trabalho he muito differ
re que declare se
e do escrivão, ou
arle a v. mc. Pala
rá em 3 de novem
bro 1847.—Dr. Casimiro Jose de Mo
raes Sarmiento.—Sr. dr. Tristão de Alen
car Araripe, juiz municipal desta capital.
Ao commandante superior da G. N. da
capital ordenando que fizesse recolher,
quanto antes, ao armazem de artigos
bellieos todas as armas, que se destri
capital.

do Ceará
Casimiro
Presidente
nicipal do Ceará
N.º 48.—T
do orçamento
reis para pri
o Lycéo de
me reme
julgar

do Ceará
Casimiro
Presidente
nicipal do Ceará
N.º 48.—T
do orçamento
reis para pri
o Lycéo de
me reme
julgar

do Ceará
Casimiro
Presidente
nicipal do Ceará
N.º 48.—T
do orçamento
reis para pri
o Lycéo de
me reme
julgar

Aos Eleitores cearense, que têm de eleger os nossos deputados a Assemblèa geral legislativa.

Ides exercer a mais bella prerogativa, que vos confere a lei fundamental do estado: qualquer erro, que commettaes, sobre vós, e sobre a patria vem rachar com suas consequencias.

Da-bón escolha dos representantes da nação depende em grande parte a nossa felicidade: si tivermos deputados illustrados, e conscienciosos teremos quem no parlamento defenda os verdadeiros interesses do estado. Nós hoje necessitamos que o corpo legislativo tome em consideração certas difficuldades, em que nos achamos, resolve questões de summa importancia, e formule algumas leis de urgencia, cuja demora-tão prejudicial nos tem sido até hoje. Escóthei, Eleitores Cearense, homens, cujas ideias sejam conhecidas, e que se dediquem a vossa causa, e sejam capazes de cooperar a grande tarefa de realizar ideias proficuas ao país.

Attendei aos pontos, que abaixo indl-





UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

AUREA SUELY ZAVAM

**POR UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA DOS GÊNEROS DO
DISCURSO À LUZ DA CONCEPÇÃO DE TRADIÇÃO DISCURSIVA:
um estudo com editoriais de jornal**

FORTALEZA – CE
2009

AUREA SUELY ZAVAM

**POR UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA DOS GÊNEROS DO
DISCURSO À LUZ DA CONCEPÇÃO DE TRADIÇÃO DISCURSIVA:
um estudo com editoriais de jornal**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Linha de pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização

Orientadora: Profa. Dra. Bernardete Biasi-Rodrigues

Co-orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

FORTALEZA-CE
2009

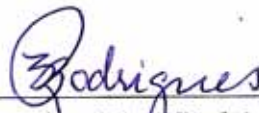
AUREA SUELY ZAVAM

**POR UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA DOS GÊNEROS DO
DISCURSO À LUZ DA CONCEPÇÃO DE TRADIÇÃO DISCURSIVA:
um estudo com editoriais de jornal**

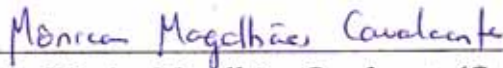
Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Linguística. Linha de pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Aprovada em: 28/04/2009

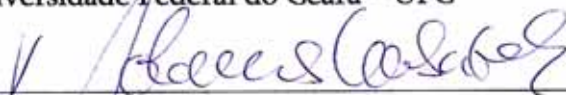
BANCA EXAMINADORA



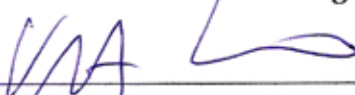
Profª. Dra. Bernardete Biasi-Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC



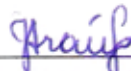
Profª. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC




Prof. Dr. Johannes Kabatek
Universidade de Tübingen



Prof. Dr. Francisco Alves Filho
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof. Dr. Júlio César Rosa Araújo
Universidade Federal do Ceará – UFC



Profª. Dra. Emília Peixoto Farias
Universidade Federal do Ceará – UFC

Para Lud, Vinícius e Elisa,
motivação maior de todas as minhas buscas.

AGRADECIMENTOS

A

Deus, pela força e luz superior;

Nukácia, pelos livros, textos, trocas e luz às minhas reflexões, e muito mais ainda pelo enorme afeto e zelo, sempre tão presentes na mais bela experiência de amizade que vivemos;

Vinícius, pelo presente-surpresa, que, chegado num momento de desalento, me encheu de orgulho e contentamento;

Elisa, por ter-se transformado em pesquisadora e me enviado sua providencial contribuição (com a declarada intenção de querer a mãe de volta);

Bernardete, por acreditar, antecipadamente, no fruto do meu trabalho e, sobretudo, por ser, mais que orientadora, uma amiga em todos os momentos, mesmo no período em que estive dedicada ao seu pós-doutoramento;

Mônica, por me abrir espaço a fecundas discussões e, principalmente, por me encorajar, desde a leitura do projeto desta tese, a alçar voos mais altos que resultaram na proposta metodológica concebida;

Johannes, pela atenção dispensada à leitura dos primeiros escritos, quatro anos atrás, e mais ainda pela imensurável generosidade e disponibilidade em acompanhar e participar do seu resultado final;

Chico Filho, pela gentileza e interesse com que atendeu prontamente ao convite para participar da banca de defesa;

Júlio, pelo apoio e incentivo e pelo enorme entusiasmo com que acolheu, desde o início, o convite para ser um dos examinadores deste trabalho;

Emília, pela solicitude e satisfação em participar da primeira defesa de tese elaborada no âmbito do grupo Tradice, do qual é membro-fundador;

Irané, pela disponibilidade e interesse na leitura deste trabalho;

Margarete, pelo carinho e acolhimento ao convite;

Jorge da Paixão, pela preciosa colaboração no envio de material solicitado, várias vezes, à Biblioteca Nacional, pelo apoio desmedido e, sobretudo, pela prazerosa parceria;

Hans, pela leitura atenta do projeto e pelas valiosas contribuições e particularmente pela enorme disponibilidade na tradução de textos em alemão;

Valdinar, pela preciosa colaboração e pelos pertinentes questionamentos logo no início da minha caminhada;

Bôsko, pelas conversas, discussões, ainda que poucas, mas sempre muito produtivas, e especialmente por, em mais uma das madrugadas que lhe fazem companhia, escrever-me o poema-presente, aqui publicizado e convertido em poema-epígrafe;

Roberto, pela proveitosa tradução de um texto em francês e pelos empurrões ao longo da estrada que percorri nesses últimos quatro anos;

Angícia, pela incansável colaboração na coleta de dados aliada ao compromisso com que abraçou essa tarefa;

João Batista, pela interação diante da leitura de minhas ponderações sobre pressupostos bakhtinianos;

Expedito, pela cessão dos seus escritos sobre o período colonial brasileiro e pelo envio de textos sobre a história da imprensa cearense;

Afrânio Coutinho, pela delicadeza no envio do CD e das normas do PHPB;

Valeria Gomes, pelo envio de textos e pelas trocas que estabelecemos quando eu ainda buscava um caminho;

Clemilton, pela cooperação na remessa de material, vez por outra solicitado, e todas as vezes atendido;

Benedito Bezerra, pelo gentil envio da tradução de um texto de Swales;

Maria Elias, pelas contribuições dadas no segundo exame de qualificação;

Josias de Souza, pelo pronto envio de um texto de sua autoria;

Valentina Vincis, pela cessão de artigo ainda a ser publicado;

Minha família, por compreender a minha longa ausência e o meu constante isolamento, ainda que essa compreensão lhe tenha subtraído momentos desejados de convívio e partilha;

Companheiras da Unifor, Núbia, por se mostrar sensível em um momento de minha ausência ao trabalho; Ilnar e Nilda, pela enorme generosidade em assumir meus alunos nesse momento;

Colegas do CEFET-UAB, pelo consentido afastamento, ainda que pequeno, mas muito oportuno, e pelas palavras de carinho e incentivo;

Colegas do Programa de Pós-Graduação em Linguística, especialmente Carlos Magno, Socorro Cláudia e Elisabeth Catunda, pelo companheirismo e solidariedade que marcaram muitos dos nossos momentos de estudo e apreensão;

Companheiros tradicianos, pelo apoio irrestrito, em especial à Rebecca, pelo texto sobre jornais portugueses;

Amiguinhas do Colégio Nossa Senhora das Graças, pela torcida e por acreditarem desde sempre no sucesso deste trabalho;

Coordenação, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, pela acolhida e pela presteza no atendimento as minhas solicitações.

A TESE

A Aurea Zavam

Parte I – Os dados

Foge a categoria térmita
Da categoria tamanduá
Tropeça na categoria graveto
Sem nela reconhecer
O antigo e nutritivo lar...

Insinua-se a categoria égua
À arrojada categoria pônei,
Que anteontem ainda
Lhe ocupava a categoria ventre
E lhe lambia a categoria tetas...

Em vil articulação,
Fende a categoria machado
À categoria tronco
Que lhe emprestou outrora
A categoria pérfido cabo...

Parte II – A conclusão

Apenas à categoria homem
A natureza deu passado.
A tal olhar, o que foi
Está sempre no que é.
E o que é está em parte
Nas mesmas coisas que são,
Que ser é apenas
Uma face do sido
E o sumário de traços
De uma interseção
Pois que todo gênero –
Sincronia e diacronia,
Sintagma e paradigma:
Arquicategoria.

Bôsko Luna
09/04/ 08

RESUMO

Esta pesquisa vem, em sentido amplo, delinear uma metodologia para análise de gêneros, que considera o contínuo processo de transformações pelas quais um gênero passa em sua trajetória evolucionária, e, em sentido estrito, contribuir com a reconstituição da história de um gênero da esfera jornalística. Nesse sentido, a partir do levantamento de editoriais de jornais cearenses do século XIX aos dias atuais, é proposto um caminho teórico-metodológico, traçado sob a perspectiva da Filologia Românica alemã, que permite identificar vestígios de mudança e traços de permanência. A escolha por tal caminho fundamenta-se na crença de que a análise de um gênero do discurso, tomado aqui como tradição discursiva, ainda que sob um enfoque sincrônico, deve procurar compreender o fenômeno resgatando seu percurso na história da língua em que se encontra materializado. A partir, então, do conceito bakhtiniano de transmutação, tomado como subjacente à abordagem teórico-metodológica proposta, é realizada uma análise em duas dimensões: a do contexto e a do texto. Com a primeira dimensão, busca-se dar conta dos aspectos que circundam o ritual enunciativo: o contexto sócio-histórico em que os textos foram produzidos, bem como os participantes envolvidos na interação e seus respectivos propósitos; com a segunda dimensão, tencionando cobrir feições tanto de natureza linguística quanto discursiva, volta-se o olhar para aspectos ligados à forma (diagramação e lócus do texto), ao conteúdo (assunto tratado no texto, tópico discursivo), e à norma (mecanismos linguísticos e estratégias discursivas que se revelam prototípicos ou proeminentes). A análise revelou que, além de continuar sendo caracterizado por aspectos como, por exemplo, topografia, propósito comunicativo e autoria institucional, o editorial é uma tradição discursiva que, apesar de sua reconhecida rigidez, se mostra aberta à incorporação de elementos constitutivos de outros gêneros, como notícia e entrevista. Acredita-se, assim, que a pesquisa ora apresentada possa vir a contribuir com os estudos de uma área que aos poucos vai se inaugurando entre nós: a filologia dos gêneros do discurso.

Palavras-chave: Análise diacrônica de gêneros. Tradições discursivas. Editorial de jornal.

ABSTRACT

The present research tries to design, *lato sensu*, a methodology for genre analysis, which considers the continuous process of changings a genre undergoes in its evolutionary trajectory and, in *stricto sensu*, it aims to contribute with the reconstitution of a newspaper genre. In this sense, starting from surveys on newspapers in the state of Ceará from the 19th century to the present day, one proposed a theoretical-methodological way framed under the perspective of the German Romance Philology, which allows identify traces of changing and traces of permanence. The choice for such methodology is explained for the belief in the discourse genre analysis, understood here as a discursive tradition. Even under a synchronic approach, it must seek for the understanding of the phenomenon rescuing its trajectory in the language history in which it is materialized. From the bakhtinian concept of transmutation, which is underlying the proposed theoretical-methodological approach, a bidimensional analysis is carried out: the context and the text. In the first dimension one try to give account of the implicit aspects in the enunciative ritual: the socio-historical context in which the texts were produced as well as the participants involved in the interaction and their respective purposes. The second dimension aims at describing linguistic and discursive traces and ultimately define the aspects linked to the form (diagramation and locus in the text), to the content (issue approached in the text, discursive topic), and to the norm (linguistic mechanisms and discursive strategies that are important and prominent). The analysis revealed that, in addition to continuing being characterized by aspects such as topography, communicative purpose and authorship, the editorial is a discursive tradition that, despite its recognized stiffness, is shown open to the incorporation of the constituent elements of other genres, in this case, the news and the interview. It is believed, thus, that this research may contribute to the studies of an emerging area that little by little is becoming more and more popular among linguists: the philology of genres.

Keywords: Diachronic genre analysis. Discursive traditions. Editorial.

ZUSAMMENFASSUNG

Die folgende Untersuchung will, im weiten Sinne, eine Methodologie für die Analyse von Textsorten umreissen, die den ständigen Veränderungsprozeß berücksichtigt, den eine Textsorte während ihres Entwicklungsganges erfährt, und beabsichtigt, im engeren Sinne, einen Beitrag zu leisten zur Rekonstruktion der Geschichte einer Textsorte aus dem Bereich des Journalismus. Aus diesem Grund, wird, anhand eines Korpus von Leitartikeln aus cearensischen Zeitungen aus dem 19. Jahrhundert bis in die heutigen Tage, ein theoretisch-methodologischer Weg entlang der Perspektive der deutschen Romanischen Philologie eingeschlagen, der es erlaubt Spuren der Veränderung und der Fortdauer zu identifizieren. Die Wahl dieses Weges basiert auf der Überzeugung, dass – selbst bei einem schwerpunktmässigen Interesse für die Synchronie – versucht werden sollte, bei der Analyse einer Textsorte – hier verstanden als Diskurstradition – zu einem Verständnis des zu untersuchenden Phänomens zu gelangen, indem sein Weg durch die Geschichte der betroffenen Sprache nachgezeichnet wird. Ausgehend von Bakhtins Konzept der Transmutation, das als Grundlage des vorgeschlagenen theoretisch-methodologischen Zuganges dient, wird eine zweidimensionale Analyse durchgeführt, die sowohl den Kontext als auch den Text erfaßt. Mit der ersten Dimension wird beabsichtigt diejenigen Aspekte zu berücksichtigen, die das Ritual der Sprachäusserung umgeben: der soziale und historische Kontext in dem die Texte produziert wurden, sowie die in ihm verwickelten Interaktionsteilnehmer mit ihren jeweiligen Zielsetzungen. Mit der zweiten Dimension, die in der Absicht eingeführt wird sowohl sprachsystematische als auch diskursive Gesichtspunkte abzudecken, wendet sich der Blick auf Formaspekte (schematische Darstellung und Locus der Texte), Inhaltsaspekte (Themenwahl des Textes, Diskurstopik) und die Norm (prototypische oder hervorstechende sprachliche Mechanismen und Diskursstrategien). Ausser der Tatsache, dass er weiterhin durch Aspekte wie, zum Beispiel, Topographie, Kommunikationszweck und institutionelle Autorenschaft charakterisiert wird, hat die Analyse im Ergebnis gezeigt, dass der Leitartikel eine Diskurstradition darstellt, die sich, trotz ihres vermeintlichen Mangels an Wandlungsfähigkeit, offen zeigt gegenüber der Inkorporierung von konstitutiven Elementen anderer Textsorten, in diesem Fall, der Notiz und des Interviews. Zusammenfassend läßt sich sagen, dass der vorliegende Bericht zu den Arbeiten in einem Forschungsgebiet beiträgt, das allmählich einen sicheren Platz in der brasilianischen Forschungstradition beanspruchen kann: die Philologie der Textsorten.

Schlüsselwörter: Diachronische Analyse von Textsorten. Diskurstraditionen. Leitartikel.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Anúncio publicitário com incorporação de cartão-postal	56
FIGURA 2 Anúncios publicitários de épocas distintas	61
FIGURA 3 Editorial do século XIX	62
FIGURA 4 Editorial do século XXI	63
FIGURA 5 Categorias da transmutação	64
FIGURA 6 Tradições discursivas segundo Kabatek	73
FIGURA 7 Contexto: a primeira dimensão da análise	101
FIGURA 8 Texto: a segunda dimensão da análise	112
FIGURA 9 Proposta teórico-metodológica para análise diacrônica de gêneros	113
FIGURA 10 Primeira página do jornal <i>O Cearense</i> , de 11 de outubro de 1847	201
FIGURA 11 Primeira página do jornal <i>O Cearense</i> , de 15 de março de 1856	202
FIGURA 12 Primeira página do jornal <i>O Cearense</i> , de 04 de abril de 1856	203
FIGURA 13 Primeira página do jornal <i>O Retirante</i> , de 1º de julho de 1877	204
FIGURA 14 Primeira página do jornal <i>A Ordem</i> , de 1º de novembro de 1891	205
FIGURA 15 Última página do jornal <i>A Ordem</i> , de 1º de novembro de 1891	207
FIGURA 16 O título em editoriais de épocas distintas	209
FIGURA 17 Primeira página do jornal <i>A Constituição</i> , de 13 de março de 1866	210
FIGURA 18 Primeira página do <i>Jornal do Ceará</i> , de 18 de março de 1904	211
FIGURA 19 Editorial com abertura (<i>O Povo</i> , de 06 de março de 1991)	214
FIGURA 20 Editorial com “olho” (<i>O Povo</i> , de 15 de janeiro de 2003)	214

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 Distribuição dos períodos geracionais por fase e século	34
QUADRO 1 Descrição dos procedimentos metodológicos por etapa	41
QUADRO 2 Estrutura geral da linguagem segundo Coseriu	68
QUADRO 3 Níveis e domínios da linguagem segundo Koch	71
QUADRO 4 Classificação de Chaparro para os gêneros do jornal	130
QUADRO 5 Distribuição dos jornais por século e fase.	216
QUADRO 6 Aspectos da categoria ambiência por século	221
QUADRO 7 Aspectos da categoria interlocutores por século	221
QUADRO 8 Aspectos da categoria finalidade por século	222
QUADRO 9 Aspectos da categoria conteúdo por século	222
QUADRO 10 Aspectos da categoria norma por século	223
QUADRO 11 Aspectos da categoria forma por século	224

SUMÁRIO

COMEÇANDO A AVENTURA: a propósito de introdução	15
PARTE I: O MAPA	27
1 IDENTIFICANDO UM TESOIRO E PLANEJANDO A BUSCA: <i>corpus</i> e passos metodológicos	28
1.1 A constituição do <i>corpus</i>	29
1.2 A operacionalização da análise	36
2 ESTABELECENDO AS COORDENADAS: pressupostos teóricos	43
2.1 Gênero do discurso e transmutação	46
2.2 Tradição discursiva, mudança e permanência	65
2.2.1 O legado coseriano	66
2.2.2 A definição do conceito	76
3 DEFININDO O PERCURSO: uma proposta teórico-metodológica para o estudo diacrônico dos gêneros	92
3.1 A dimensão do contexto	95
3.2 A dimensão do texto	101
PARTE II: A EXPEDIÇÃO	116
4 RECONHECENDO AS PISTAS E EXPLORANDO OS ACHADOS: a análise	117
4.1 Caracterizando a tradição discursiva	118

4.1.1 O contexto enunciativo do editorial	128
4.1.1.1 Ambiência: o entorno sócio-histórico do jornalismo cearense	137
4.1.1.2 Interlocutores: os redatores e seu auditório social	160
4.1.1.3 Finalidade: o propósito do gênero	174
4.1.2 A materialização do querer-dizer do editorialista	181
4.1.2.1 Conteúdo: o objeto do discurso	181
4.1.2.2 Norma: a regularidade no discurso	186
4.1.2.3 Forma: a configuração grafoespacial e sua semiotização	199
4.2 Sumariando a análise	216
4.2.1 Da primeira dimensão	217
4.2.2 Da segunda dimensão	222
ENCERRANDO A VIAGEM: à guisa de conclusão	225
REFERÊNCIAS	231
ANEXOS	242

COMEÇANDO A AVENTURA: a propósito de introdução

É tempo de continuar essa narração interrompida pela necessidade de contar alguns fatos anteriores.

(José de Alencar. **O guarani**)

Abrir novas sendas, trilhar novos caminhos. Eis o desafio a que nos levou a pesquisa a que nos propusemos. A análise de um gênero do discurso desde suas primeiras manifestações na imprensa cearense até os dias atuais nos fez ousar. Investindo-nos, pois, de ousadia, nos vestimos, inicialmente, de cartógrafa e assim concebemos um mapa (nosso sistema de referência), que nos permitiu chegar ao meio (a nossa proposta teórico-metodológica) e alcançar o objetivo pretendido (a análise diacrônica de um gênero). Posteriormente, vestimo-nos de expedicionária e, com o mapa em punho, nos lançamos à viagem, ao levantamento de dados e à discussão de resultados (a análise do editorial), que possibilitou atestar a validade do caminho traçado.

Ancorando-nos na metáfora que criamos, o convidamos a embarcar em nossa viagem, aqui relatada desde seus primeiros intentos (o traçado do mapa) a seus últimos registros (o fim da expedição). Mas antes de passarmos ao relato do nosso empreendimento, devemos, como sugere a epígrafe acima, situar a área em que acontece a nossa pesquisa e apresentar nossos questionamentos, nossos objetivos e nossas coordenadas, para que, identificadas algumas paragens, assim como alguns outros expedicionários, tomados como companheiros de viagem, o leitor possa refazer nosso percurso e aportar no destino a que chegamos, bem como a outros a que o nosso caminho pode levar.

Desde que a Linguística tomou como objeto de investigação o texto em sua totalidade, o estudo sobre gêneros – quer tomados como textuais, quer como discursivos¹ – vem se tornando o foco de atenção de muitos pesquisadores, independentemente de possíveis filiações a correntes determinadas. No Brasil, a maior parte dessas pesquisas voltadas para a compreensão de aspectos textuais e/ou discursivos dos gêneros situa-se acentuadamente numa perspectiva sincrônica. Já as pesquisas desenvolvidas numa perspectiva diacrônica priorizam, de um modo geral, a análise de fenômenos linguísticos ligados à mudança gramatical, uma vez que têm como objetivo maior registrar transformações em função de uma reconstituição da história da língua portuguesa, não da história dos gêneros em língua portuguesa.

No que se refere especificamente ao editorial, gênero por nós escolhido para conferir fundamentação empírica à proposta apresentada, os estudos têm-se voltado, notadamente dentro de uma abordagem sincrônica, para a descrição de fatores ligados a sua estruturação textual e/ou para as estratégias discursivas nele presentes. Tais pesquisas analisam a constituição desse gênero e suas formas de organização, sem, contudo, voltar o olhar investigativo para a trajetória desse gênero no percurso de sua história dentro da nossa língua, deixando, assim, de considerar as motivações e condições de seu surgimento, bem como as transformações pelas quais passou. Faltam, pois, nesse âmbito de estudos, investigações sobre as primeiras manifestações desse gênero, nos quais se estabeleceria uma relação entre diacronia e sincronia. Falemos um pouco de diacronia.

Se hoje o editorial, seja de jornais ou revistas, desfruta de um lócus próprio e assegurado, reconhecido pelos leitores, isso não quer dizer que sempre tenha sido assim, mesmo porque, como registra a história da imprensa brasileira², até 1808, ano da chegada da Família Real, que inaugura a imprensa oficial do Brasil, eram proibidas a impressão e a

¹ De um modo geral, os estudos que se voltam para a descrição da composição e da materialidade linguística adotam a “teoria dos gêneros textuais”; e os que se centram na descrição da situação de enunciação e seus aspectos sócio-históricos, a “teoria dos gêneros do discurso” (cf. ROJO, 2005). Como nossa intenção, esclarecida mais adiante, além de olhar para a materialidade linguística e textual, é focalizar aspectos da situação de enunciação, nos incluímos, desde já, seguindo os critérios dessa distinção formulada por Rojo, na segunda vertente.

² Cf. Lustosa (2003).

circulação de qualquer tipo de livro ou jornal no País. A imprensa surgiu e se firmou num período marcado pelo processo de luta por independência e construção de um Estado nacional. Esses ideais de independência imprimiram ao jornalismo de então, pelo menos o não oficial, um “modelo” panfletário dos clubes revolucionários de Paris. Portanto, podemos afirmar que os nossos primeiros jornais receberam forte influência de modelos europeus e podemos pressupor que o editorial (ou carta do redator, como esse gênero é denominado quando se reporta a exemplares mais antigos), por estar inserido no jornal e constituir a voz do redator (que, por sua vez, representa a voz da empresa), também estaria sob essa influência, desvelada em marcas tanto formais, do ponto de vista da diagramação, quanto linguísticas e discursivas, do ponto de vista da tessitura textual-discursiva.

Se a carta do redator, nesse contexto, se constituía em um canal de interlocução direta com os leitores e indireta com o Governo, no qual o enunciador manifestava sua opinião, utilizando estratégias de persuasão e argumentação, e o editorial de hoje apresenta essa mesma feição, podemos pressupor, ainda, que a carta do redator seria um arquétipo genérico do editorial. Ao levantarmos tal pressuposição, não estamos postulando que a carta do redator seria o gênero primeiro (o “gênero-mãe”) do qual teria se originado o editorial, pois sabemos que, uma vez carta, ela guarda filiação primeiramente com este gênero, um dos mais antigos, mas que poderíamos fazer constar de uma mesma constelação genérica³ tanto a carta do redator quanto o editorial. Isso explica por que buscamos investigar o percurso histórico do gênero editorial, voltando nosso olhar para a carta do redator.

Na área da Comunicação, o editorial tem sido analisado, de um modo geral, na perspectiva de levantar elementos que o caracterizem como um texto jornalístico de caráter opinativo⁴.

³ Por constelação genérica, ou “colônia de gêneros”, entendemos, com base em Bhatia (2001), um agrupamento de gêneros que partilham de um mesmo propósito comunicativo. De acordo com esse pressuposto, o editorial, a carta do leitor e o artigo de opinião, por exemplo, pertenceriam a uma mesma constelação de gêneros.

⁴ Cf. Beltrão (1980); Melo (1985).

Já na área da Linguística, os trabalhos, considerando o caráter persuasivo que marca esse gênero, levantam a estrutura argumentativa do editorial e a sua organização, ora textual, ora retórica. Entre eles, podemos citar os de Guimarães (1992), Nascimento (1999), Rebelo (1999) e Sousa (2004). Guimarães, de posse de editoriais de dois jornais paulistanos publicados em 1990, procede a uma análise da organização textual para assim levantar as categorias que tipificam a superestrutura do editorial; Nascimento, ancorada em um *corpus* composto de editoriais do Jornal do Brasil de 1996 e 1997, descreve a estrutura argumentativa do editorial, identificando os constituintes macroestruturais que o compõem; Rebelo, a partir de editoriais de 1998 de três jornais distintos, investiga as estratégias retóricas empregadas pelos editorialistas através do uso de marcadores metadiscursivos; e Sousa, tomando como base de análise um *corpus* constituído por editoriais de cinco diferentes jornais de 2002 e 2003, identifica a existência de três unidades retóricas recorrentes, embora reconheça a heterogeneidade nas formas de conduzir as informações.

Ainda que reconheçamos as contribuições que os trabalhos acima mencionados trazem no sentido de nos ajudar a construir uma melhor compreensão do fenômeno editorial e de nos possibilitar um aporte teórico para a identificação e caracterização desse gênero, não podemos deixar de admitir que haveria ainda, sob a perspectiva da análise de gêneros, outros aspectos a ser contemplados, sem falar que nenhuma das pesquisas citadas voltou seu olhar para a trajetória de desenvolvimento e fixação dessa prática discursiva da esfera jornalística.

Nesse sentido, com o objetivo de traçar um paralelo entre o editorial dos nossos dias e a carta do redator, para, então, identificar transformações que se evidenciam como partes do processo de evolução pelo qual teria passado esse gênero no decorrer de dois séculos, analisamos o editorial, desde o período oitocentista até os dias atuais, levantando,

além do contexto sócio-histórico em que é engendrado, aspectos formais, linguísticos e discursivos⁵ desse gênero.

Procedemos dessa forma por acreditarmos que uma análise de gêneros, mesmo que prioritariamente sincrônica, ganharia muito, em uma compreensão mais detalhada do fenômeno investigado, se buscasse considerar, ainda, aspectos diacrônicos, pois o gênero como se apresenta hoje é resultado de realizações desse mesmo gênero ao longo de seu percurso histórico (ou de outros, no caso de se analisar um gênero novo, como fez, por exemplo, Araújo (2006), ao estudar os *chats*). Assim, estamos chamando a atenção para a contribuição que uma abordagem diacrônica pode dar quando se estuda o fenômeno gênero do discurso, ainda que em sua realização atual.

Todos os estudos a que nos referimos acima foram realizados numa perspectiva sincrônica, tomando o editorial como um gênero já estabilizado, com forma composicional, tema e até estilo, de certo modo, formatados por manuais de redação de jornais e revistas⁶. Sousa (2004) aponta para o fato de a estrutura composicional dos editoriais poder ter sofrido alterações no decorrer dos tempos e chega a reconhecer a necessidade de um estudo diacrônico para trazer mais (ou outra) luz aos resultados a que se tem chegado. Esta investigação vem justamente estabelecer uma ponte entre os estudos sincrônicos sobre editorial e o estudo diacrônico ora proposto.

Assumimos, então, a intenção de investir em uma área pouco desenvolvida no

⁵ Embora esses aspectos estejam mais bem explicitados no capítulo 3, quando apresentamos nossa proposta de análise, julgamos oportuno esclarecer, por ora, que, por aspectos formais, tomamos a configuração grafoespacial que o texto assume; por aspectos linguísticos, as marcas de articulação e constituição da textualidade; e por aspectos discursivos, os efeitos de sentido entre (por) interlocutores. Com essa distinção, não estamos postulando que esses três aspectos possam se dar de forma apartada, pois, como bem lembra Orlandi (1987, p. 118): “[em relação à significação] O linguístico e o discursivo são distintos, mas não são estanques na sua diferença. A separação entre o linguístico e o discursivo é colocada em causa em toda prática discursiva, pois **há relação entre eles**: é a relação que existe entre condições materiais de base e processo. Isto é funcionamento. A língua, assim, aparece como condição de possibilidade do discurso.” (grifo nosso).

⁶ Cf., p.ex., Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo, on-line.

Brasil: a linguística histórica dos gêneros⁷, a diacronia dos gêneros, ou, como preferimos denominar, a filologia dos gêneros, se é que os filólogos nos permitem o emprego do termo. Ao empregarmos o termo filologia, temos a intenção de preservar-lhe a etimologia (do grego antigo Φιλολογία, “amor ao estudo, à instrução”), bem como deixar marcada a perspectiva histórica que recobre estudos dessa natureza. E ainda a de levar para o âmbito da Filologia o estudo dos gêneros (além dos literários), da enunciação concreta, ou, como diria Bakhtin⁸, o estudo da língua vinculada à esfera real, apreendendo-a como um todo integrado, na forma da enunciação dialógica.

O interesse por estudar o surgimento de um gênero, bem como seu processo de transformação a partir de momentos determinados da história, tem, por outro lado, atraído pesquisadores de fora do Brasil. O primeiro estudo nessa vertente de que temos notícia é o de Bazerman (1988), que investigou a evolução do artigo científico⁹. Outro é o de Yates e Orlikowski (1992), que investigaram o surgimento de um gênero da esfera administrativa, do final do século XIX ao início do século XX. As linguistas mostraram que o aparecimento dos memorandos, e conseqüentemente sua evolução, está relacionado diretamente a mudanças institucionais e sociais, destacando a influência de novas tecnologias, como o correio eletrônico, por exemplo, na reelaboração desse gênero nos nossos dias. Os estudos tanto de Bazerman, quanto de Yates e Orlikowski apontam para a importância do contexto histórico no surgimento e desenvolvimento dos gêneros.

⁷ No âmbito da linguística de gêneros textuais, a denominação *linguística histórica de gêneros textuais*, embora ainda não firmemente estabelecida, é empregada, dentro do escopo da Romanística alemã, para se referir aos estudos voltados para a formação, a continuidade e a mudança de gêneros textuais, considerados dentro do contexto sócio-histórico em que são produzidos (cf. ASCHENBERG, 2002).

⁸ A respeito da crítica que Bakhtin (Volochinov) fazia aos filólogos, em particular à base filológica da linguística indoeuropeia, a leitura do capítulo 5 – Língua, fala e enunciação – da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* é muito produtiva, independentemente dos problemas da tradução brasileira apontados por estudiosos do linguista russo.

⁹ Convém lembrar que esse tipo de análise (evolucionária) pode ser encontrado a partir do desenvolvimento de uma linguística do texto (Textlinguistik) no âmbito alemão desde finais dos anos sessenta. O desenvolvimento desses estudos, sobretudo os que se ocorreram a partir dos anos 90, foi impulsionado pelas reflexões de Eugenio Coseriu, linguista e filósofo da linguagem, que concebeu as línguas como objetos históricos e propôs que fossem estudadas tanto sob uma perspectiva descritiva quanto histórica (a contribuição de Coseriu para a Romanística alemã será retomada na seção 2.2).

Nessa mesma perspectiva diacrônica de estudo dos gêneros, destacamos Kabatek (2001), que, investigando a adoção de novas tradições discursivas¹⁰, analisou três distintos gêneros do domínio jurídico nos séculos XII e XIII na península ibérica (*fazaña*, nascida no direito oral; *fuero*, derivada do direito tradicional peninsular; e *suma*, adotada do direito romano) e, a partir do levantamento de semelhanças e diferenças quanto ao conteúdo, à língua e à forma textual, constatou que, quando uma tradição discursiva passa de uma língua para outra, há não só contato com a forma, mas também com o conteúdo e com a língua de origem, o que levaria a mudanças linguísticas. A abordagem teórico-metodológica do romanista alemão nos interessa particularmente, pois com ela pretendemos dialogar ao conceber e apresentar nossa proposta.

Já no Brasil, como dissemos anteriormente, as pesquisas linguísticas de caráter diacrônico voltam-se predominantemente para aspectos linguísticos ligados à fonética-fonologia e à morfossintaxe¹¹. No entanto, rompendo essa tendência hegemônica, e contemplados pelo Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB)¹², que, desde 1999, inclui os estudos sobre as tradições discursivas¹³, alguns estudiosos no Brasil desenvolveram pesquisas diacrônicas sobre um gênero determinado, fundamentadas na Filologia Românica alemã e voltadas para a descrição de seus propósitos e de suas características formais e linguísticas, considerando sempre o contexto social e histórico.

Pessoa (2002) estudou a trajetória do gênero carta, numa perspectiva evolucionária, identificando as funções que esse gênero (que recebeu distintas denominações ao longo do tempo) adquiria nas sociedades por onde circulava, refazendo seu percurso da Antiguidade até os dias atuais. Fonseca (2003), por sua vez, deteve-se em um tipo particular de carta, cartas administrativas oficiais enviadas no período entre 1774

¹⁰ O conceito de tradição discursiva bem como a proposta de Kabatek para a análise diacrônica dos gêneros encontram-se detalhados mais adiante, na seção 2.2.

¹¹ Cf. trabalhos publicados na série *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), apresentados no País ou no exterior.

¹² Projeto de alcance nacional, que objetiva a constituição de *corpora* diacrônicos do português brasileiro, a fim de possibilitar estudos que possam investigar a linguagem de diferentes segmentos sociais de cada fase da história brasileira.

¹³ A inclusão do domínio das tradições discursivas foi possibilitada pelo convênio firmado entre a Universidade de São Paulo e a Universidade de Tübingen, em 2000.

e 1874, e descreveu a organização interna dessas cartas, analisando fenômenos linguísticos e textuais, sob uma perspectiva histórico-textual. Ainda sob essa mesma perspectiva, Gomes, V. (2007), baseada em um *corpus* composto por cem textos de jornais pernambucanos do século XIX aos nossos dias, descreveu traços de permanência e vestígios de mudança de elementos linguísticos e não linguísticos em editoriais, vindo a reconstruir a história desse gênero jornalístico. Assim como Pessoa, Gomes conduziu a abordagem sócio-histórica e linguística de seus textos ancorada fundamentalmente na proposta alemã para o estudo dos gêneros, entendidos como práticas discursivas que se repetem continuamente até se fixarem plenamente, a ponto de serem identificados como tais na comunidade em que circulam, isto é, como tradições discursivas¹⁴.

Ainda no âmbito das tradições discursivas e também do PHPB, Simões (2007) analisou os condicionamentos de natureza sintática, semântica e discursiva a que estiveram submetidas as orações com gerúndio no curso de três séculos – XVIII a XX – e assim descreveu os estágios de gramaticalização desse tipo de oração. Simões, reconhecendo que uma mudança linguística deve ser estudada em seu contexto discursivo, analisou as ocorrências tiradas de um conjunto de textos de gêneros variados – cartas (incluindo cartas de redator), peças teatrais, anúncios, inquéritos de língua falada, entre outros. Como se vê, o objetivo de Simões, aportado na teoria das tradições discursivas, foi a mudança das orações de gerúndio, descrita detalhada e minuciosamente, e não a mudança dos gêneros nos quais o fenômeno linguístico investigado se realizava.

Dos estudos referidos dentro do escopo da Romanística alemã, o de Gomes, V. (2007) é o que se aproxima um pouco mais da nossa pesquisa. No entanto, a pesquisa que ora apresentamos se distingue da empreendida por Gomes, ainda que partamos de um núcleo comum – a Filologia Românica alemã –, em dois pontos principais: primeiro, por tomar como objeto de análise editoriais de jornais do Ceará; segundo, por incluir outras categorias, teóricas e analíticas, não contempladas no trabalho sobre o editorial de

¹⁴ Os estudos de Pessoa, Fonseca e Gomes fazem parte de um conjunto de pesquisas que se desenvolvem no seio do Núcleo de Estudos Históricos de Manuscritos e Impressos (NEHMI), da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também filiado ao PHPB (cf. PESSOA, 2005).

Pernambuco. Ressaltamos, ainda, que nossa intenção, além de estudar o percurso histórico do gênero editorial de jornal, como fez Gomes, é propor um caminho teórico-metodológico para a análise diacrônica de gêneros, sempre que se partir da premissa que defendemos, segundo a qual um gênero poderá ser mais bem descrito, e conseqüentemente mais bem compreendido, se se considerar sua trajetória de desenvolvimento.

Dessa forma, temos interesse em buscar, primeiramente, resposta para nosso questionamento teórico central: Que categorias, teóricas e analíticas, devem ser consideradas em uma análise diacrônica de gêneros? Em seguida, para outros questionamentos específicos, de natureza mais empírica, tais como: como se configurou a carta do redator/editorial ao longo de dois séculos?; como se caracteriza em termos formais, linguísticos e discursivos a carta do redator/editorial?; que características – formais, linguísticas, discursivas – o editorial de nossos dias guarda em relação à carta do redator?

Procuramos, então, responder a essas questões específicas e atender ao propósito geral a elas subjacente, qual seja o de levantar categorias, teóricas e analíticas, que devam ser consideradas em uma análise diacrônica de um gênero a fim de propor um caminho teórico-metodológico que possibilite identificar vestígios de mudança e traços de permanência no gênero estudado, considerando, além dos sócio-históricos, aspectos de natureza linguístico-discursiva.

Chegamos, assim, a uma proposta que contempla a análise de um gênero em duas dimensões: a do contexto e a do texto. Na primeira, cobrimos aspectos ligados ao contexto sócio-histórico em que os textos foram engendrados, e na segunda, a aspectos ligados ao texto, mais especificamente à materialidade linguística e textual propriamente dita. Para tanto, constituímos um *corpus* composto de cartas de redatores/editoriais¹⁵ de jornais cearenses dos séculos XIX e XX, relacionando esses textos com o editorial do nosso

¹⁵ Adotamos o termo “carta do redator” para nos referirmos, de um modo geral, aos textos que revelavam a opinião do jornal, ainda que reconheçamos a variação terminológica que caracteriza a designação desse gênero do discurso, sobretudo no século XIX, quando podia ser identificado, por exemplo, como artigo de fundo, artigo editorial, ou introdução (cf. GOMES, V., 2007).

século, também de jornais cearenses, por acreditarmos tratar-se de transformações de um mesmo gênero do discurso. Nessa perspectiva, buscamos descrever e analisar cartas de redatores/editoriais, não só no que diz respeito às práticas sociais de escrita da imprensa jornalística de hoje, mas antes de tudo procurando resgatar as primeiras manifestações de um gênero, particularmente no Ceará, para melhor compreender as implicações sociais, históricas e linguísticas da constituição desse gênero na história das práticas discursivas de nossa sociedade.

Definimos, então, como objetivos específicos, situar o contexto sócio-histórico em que os textos foram produzidos, focalizando a história político-social da imprensa cearense, para então descrever o perfil dos interlocutores, reconhecendo o lugar e o papel social que ocupam e identificar os propósitos comunicativos, bem como o conteúdo temático (tópico discursivo) nos exemplares reunidos; apontar e descrever as regularidades de cartas do redator, no que diz respeito a aspectos formais, linguísticos e discursivos; e comparar as regularidades, ou mesmo singularidades, encontradas na composição das Cartas do Redator, principalmente as do período oitocentista, com as identificadas em editoriais dos dias atuais¹⁶.

Com esse propósito, esta pesquisa se insere no âmbito da Linguística Textual, especificamente no campo da Análise de Gêneros, uma vez que pretende esboçar um conjunto de conhecimentos que possa subsidiar o estudo da constituição e do funcionamento de gêneros discursivos determinados, a partir de um gênero em particular: o editorial. Salientamos, ainda, nossa inserção no âmbito da Filologia Românica alemã, voltada para a análise diacrônica de gêneros – tradições discursivas – de diferentes línguas e culturas.

Ao levantarmos cartas do redator de jornais do período oitocentista, nos inscrevemos no já citado Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), ao qual

¹⁶ As categorias, tanto teóricas quanto analíticas, utilizadas em nossa proposta de análise e tomadas como objetivos específicos a serem alcançados encontram-se detalhadamente explicitadas em capítulo próprio destinado a este fim (cf. capítulo 3).

se filia o Grupo de Pesquisa *Tradições Discursivas do Ceará* (Tradice), que se propõe desenvolver estudos sobre as práticas sociais do falar e do escrever do Ceará, dentro de uma abordagem diacrônica, apoiando-se em textos, quer impressos, quer manuscritos, do período que vai do século XVIII aos nossos dias. Nossa pesquisa nasceu e se desenvolveu, portanto, dentro do Tradice. Nesse momento, não podemos deixar de mencionar o objetivo comum que une os dois grupos de pesquisadores, qual seja o de reconstituir a história social e linguística do português no Brasil, através de suas práticas discursivas.

No que diz respeito a cartas de redatores, pesquisas ligadas ao PHPB já catalogaram e descreveram esse gênero textual levantado em jornais do século XIX dos estados, pelo que temos notícia, da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. As cartas de redator de jornais cearenses dessa mesma época, coletadas para a nossa pesquisa, viriam assim compor os *corpora* do PHPB. Quanto ao Tradice, o *corpus* por nós levantado, somado ao coletado por Ximenes (2004), que catalogou autos de querrela (documentos produzidos em cartórios destinados a registro de crimes) do período oitocentista, e ao de Biasi-Rodrigues (2008), que reuniu anúncios veiculados em jornais cearenses nos séculos XIX e XX, comporiam os *corpora* cearenses, vindo, assim, a exemplo do PHPB, contemplar gêneros de distintas esferas sociais.

Esse breve levantamento de pesquisas sobre gêneros textuais numa perspectiva diacrônica nos mostra o desenvolvimento de uma nova área de estudos, a Filologia dos gêneros. Essa área, como já dissemos, é pouco explorada no Brasil, mas tem e terá muito a contribuir com as pesquisas de gênero de caráter sincrônico. Em desenvolvimento, alguns caminhos estão aos poucos sendo trilhados, outros estão à espera de ser percorridos.

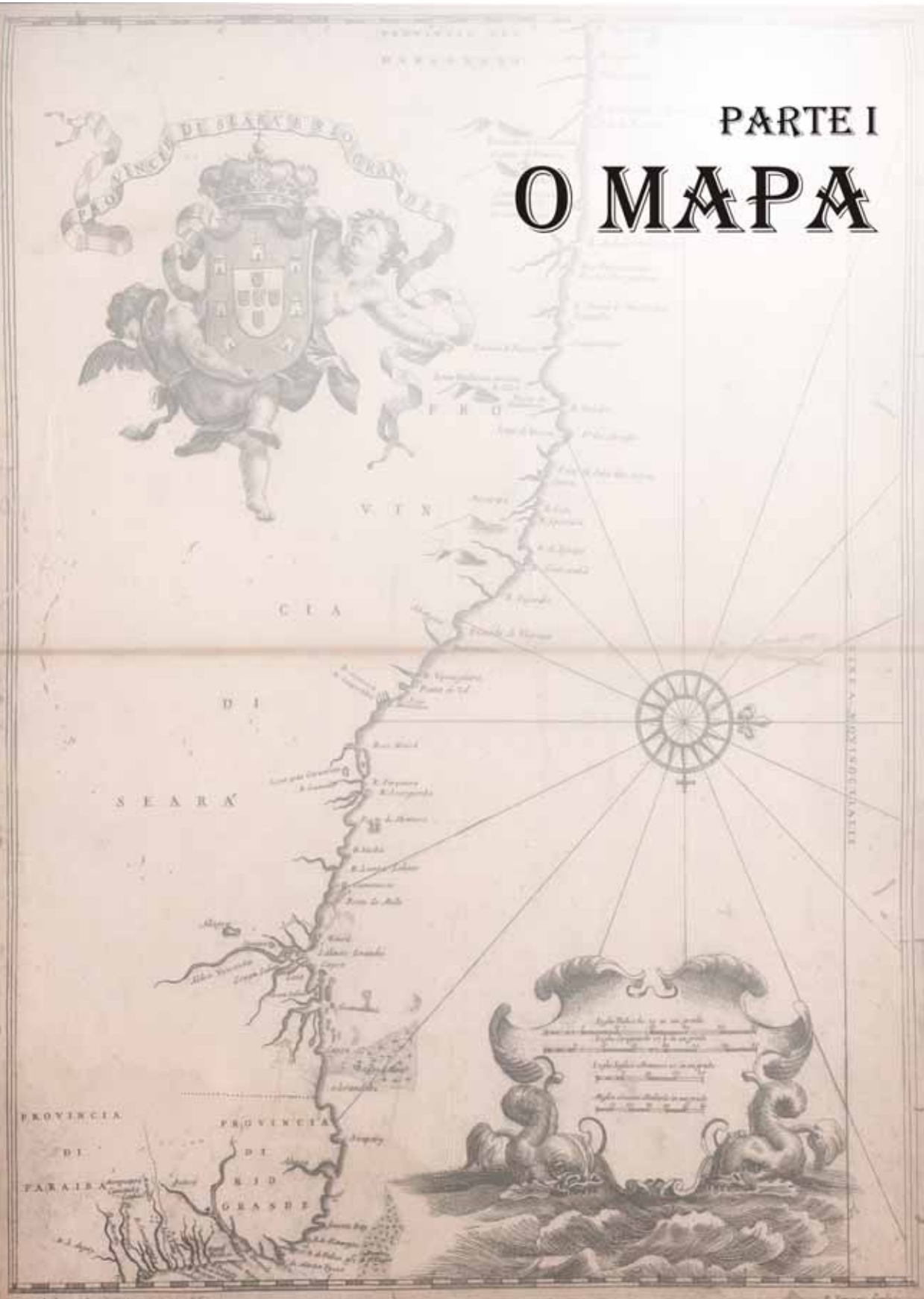
Retomando, pois, a nossa metáfora inicial, comparamos nosso trabalho a um relato de caça ao tesouro. Para dar conta da (re)constituição do tesouro – textos antigos – planejamos um meio de chegar até ele e uma forma de explorá-lo. Assim, concebemos a nossa aventura, a obra empreendida, em duas partes. A primeira – O Mapa – encontra-se dividida em três etapas, os três primeiros capítulos. No capítulo 1 – *Identificando um tesouro e planejando a busca* –, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos

adotados para a constituição do *corpus* e para a viabilização da análise; no capítulo 2 – *Estabelecendo as coordenadas* –, retomamos as principais vertentes teóricas que fundamentaram a proposta de análise concebida; no capítulo 3 – *Definindo o percurso* – apresentamos nossa proposta teórico-metodológica para a análise diacrônica de gêneros. A segunda parte – A Expedição – compreende um único capítulo. No capítulo 4 – *Reconhecendo as pistas e explorando os achados* –, fazemos a aplicação da proposta concebida em um gênero específico, o editorial e, em seguida, sumariamos a análise, tecendo algumas considerações sobre os resultados obtidos. Por fim, na última parte de nosso relato – *Encerrando a viagem* – retomamos alguns pontos-chave e apresentamos nossas conclusões.

O ponto principal deste trabalho é, pois, apresentar uma proposta teórico-metodológica para a análise diacrônica dos gêneros textuais à luz da concepção de tradição discursiva, conceito tomado da Romanística alemã, sustentada na análise de editoriais de jornal. Vamos, então, dar início a nossa viagem.

PARTE I

O MAPA



PROVINCIA

DI FARALVA

PROVINCIA

DI RIO GRANDE

Antiga e Actuali Fronteiras do Rio Grande

R. Thomaz Junco

1 IDENTIFICANDO UM TESOURO E PLANEJANDO A BUSCA: *corpus* e passos metodológicos

– *Gato Cheshire... (pediu Alice), quer fazer o favor de me dizer qual é o caminho que eu devo tomar?*

– *Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o gato.*

– *Não me interessa muito para onde... disse Alice.*

– *Não tem importância então o caminho que você tomar – disse o gato.*

– *...contanto que eu chegue a algum lugar – acrescentou Alice como explicação.*

– *Ah, disso pode ter certeza – disse o gato – desde que caminhe bastante.*

(Lewis Carrol. **Alice no país das maravilhas**)

raçar os passos a serem percorridos durante uma investigação científica é, em última instância, buscar imprimir maior segurança e economia ao projeto empreendido. É preciso, pois, saber aonde se quer chegar para que se possa escolher o caminho a seguir, como sugere a epígrafe acima.

Quando se trata de investigar um fenômeno observável a partir de um material colhido em um passado não muito próximo, em nosso caso textos de redatores de jornais cearenses do período oitocentista, a preocupação com o caminho a trilhar torna-se ainda mais evidente, sobretudo se considerarmos que tanto a língua empregada pelo enunciador quanto as condições de produção desses textos deverão ser analisadas rastreando pistas, muitas vezes deixadas pelo próprio enunciador d(n)o texto, outras vezes retomadas dos entornos sócio-históricos em que tais textos circulavam¹. Nesse sentido, considerando os vários aspectos que devem ser estudados para que se possam rastrear pistas em escritos do passado, esta pesquisa busca contribuições interdisciplinares, uma vez que se utiliza tanto

¹ Como bem salienta Ducrot (1987), se uma investigação pretende reconstruir o momento e as condições de produção dos textos, há que partir das marcas presentes nos próprios textos.

de construtos da Linguística de Texto, da Análise do Discurso, quanto de conhecimentos da História e da Comunicação.

Por visar obter melhor aproveitamento dos dados levantados e por esta pesquisa enquadrar-se no Projeto para a História do Português Brasileiro, a metodologia a ser adotada segue as orientações firmadas pelo PHPB para a constituição de *corpora* diacrônicos, mais especificamente as que se referem à transcrição digital de textos jornalísticos impressos no século XIX². A metodologia, então, constitui-se tópico de nossas duas próximas subseções.

1.1 A constituição do *corpus*

Para constituir o *corpus* desta pesquisa, tomamos, primeiramente, textos escritos por redatores ou editores de jornais cearenses do século XIX, denominados, assim como no *corpus* do PHPB, Cartas do Redator, e, em seguida, editoriais, também de jornais cearenses, publicados no século XX. Como um dos nossos objetivos é traçar o percurso histórico desse gênero jornalístico, analisando-lhe as transformações pelas quais passou até chegar aos dias atuais, sentimos a necessidade de incluir editoriais também do século XXI.

Se pensarmos em um jornal nos dias de hoje, não teremos dificuldade em localizar o texto que procuramos: todos sabemos onde encontrar o editorial³, o artigo de opinião, a carta do leitor, a notícia (nacional ou internacional), o horóscopo, entre outros gêneros. Mas nem sempre o editorial teve assegurado um lócus próprio dentro do jornal, o que gerou certa dificuldade no início da coleta do *corpus*. Essa falta de precisão fez-nos, então, tomar uma primeira decisão metodológica: buscar nos jornais dos séculos XIX e XX

² Sobre as normas de edição do PHPB confira Anexo A.

³ Embora na seção 4.1 nos dediquemos a discutir o conceito de editorial, discorreremos nesse momento sobre algumas de suas características a fim de explicarmos melhor os procedimentos que adotamos para a coleta do *corpus*.

textos que guardassem características do editorial de hoje e que, além disso, mantivessem similaridade com outras cartas do redator, já identificadas no PHPB.

Reconhecendo a dificuldade que é, muitas vezes, estabelecer a distinção entre um gênero e outro, decidimos recorrer à literatura do domínio discursivo específico: manuais de redação e estilo de grandes jornais brasileiros e estudos de teóricos da área da Comunicação. Ainda que o conceito de gênero e conseqüentemente a caracterização dos gêneros do jornal com os quais tanto os manuais quanto os teóricos dessa área operam não sejam considerados satisfatórios para os propósitos da área da Linguística, como bem adverte Bonini (2003, on-line), não podemos deixar de recorrer a essas fontes de informação, pois, conforme justifica o próprio Bonini, no mesmo texto, os manuais são os documentos que “normatizam as práticas discursivas do jornal”, e os estudos da área são os que “discutem as práticas jornalísticas em uma perspectiva científica”. Trata-se, pois, de instâncias legítimas de informação.

Convém esclarecer que, Bonini, nesse estudo, seguindo orientação de Bathia (1993) para o levantamento e a determinação de gêneros de uma comunidade discursiva, se vale de 4 tipos de documentos: dicionários de Comunicação (informam sobre as práticas discursivas do jornal); manuais de ensino (utilizados como base para o ensino do jornalismo); manuais de estilo (normatizam as práticas discursivas do jornal); e textos teóricos da área (discutem as práticas jornalísticas sob um enfoque científico). Como nosso propósito não é fazer o levantamento de todos os gêneros que circulavam em jornais do século XIX, mas o de apenas um – carta do redator –, julgamos os dois últimos tipos de documento suficientes para darmos conta do levantamento pretendido.

Manuais de redação e estilo⁴, de um modo geral, concebem o editorial como um texto que expressa a opinião de um jornal, aborda temas de interesse coletivo, vem

⁴ Cf. Folha de S. Paulo (on-line); O Estado de S. Paulo (1997); O Globo (1999).

publicado na segunda página do jornal (em casos excepcionais, na primeira) e não é assinado⁵.

Estudos da área da Comunicação⁶ enquadram o editorial na categoria “jornalismo opinativo”. Veem-no como um texto predominantemente argumentativo, voltado para a persuasão, para o convencimento do leitor sobre o ponto de vista defendido pelo jornal. Assim como apontado nos manuais, teóricos da Comunicação também reconhecem ser o editorial um texto que expressa a visão, a postura e a ideologia da empresa jornalística. O editorial é, pois, “a voz do jornal, sua tribuna” (BELTRÃO, 1980, p. 52), ainda que essa voz não se identifique publicamente.

Ancorando-nos, então, nas características reconhecidas tanto pelos manuais quanto pelos teóricos da Comunicação, decidimos coletar textos de caráter opinativo, veiculados nas primeiras páginas do jornal, nos quais claramente se percebia alguém, em nome do jornal, falando de um assunto de interesse coletivo, sem, no entanto, se identificar publicamente. Essa caracterização, como se vê, pode ser empregada para definir, em linhas gerais, o editorial dos nossos dias, o que revela, portanto, particularidades comuns com a carta do redator.

No entanto, se nos apoiássemos somente nesses critérios, como saberíamos se o texto que estávamos selecionando poderia ser mesmo identificado como uma carta de redator? Um dos mecanismos de que hoje podemos lançar mão para confirmar se determinado texto constitui exemplar de determinado gênero é, como sugere Bhatia (1993), o seu reconhecimento na comunidade discursiva⁷ de origem. No caso dos nossos textos, sobretudo os pertencentes ao século XIX e mesmo os da primeira metade do século

⁵ A definição de editorial é retomada no capítulo 4.

⁶ Cf. Beltrão (1980); Melo (1985).

⁷ Embora reconheçamos ainda não ser pacífica a definição de comunidade discursiva, valemo-nos aqui, por uma questão pontual, do conceito apresentado por Swales em 1990, posteriormente revisto e reformulado em artigo de 1992. Segundo Swales, comunidade discursiva seria formada por um grupo de pessoas que partilham determinados hábitos comunicativos e conhecimentos linguísticos e que se comunicam mediante a utilização de gêneros textuais convencionados.

XX, não teríamos como atestar tal reconhecimento. Para referendarmos nossa seleção, valem-nos, então, da comparação com exemplares do gênero já catalogados pelo PHPB.

Embora, na maioria das vezes, a carta do redator que coletávamos não apresentasse assinatura (como é esperado em um editorial de nossos dias), não deixamos de encontrar textos que guardavam as mesmas características já apontadas e que traziam indicação explícita do autor. Decidimos, então, a exemplo de *corpora* do PHPB, incluir textos (cartas do redator) com assinatura. Procedemos dessa maneira, pois, ao pretendermos levantar vestígios de mudança e traços de permanência no editorial, a revelação assumida da autoria⁸, à primeira vista, poderia vir a constituir uma mudança operada na trajetória desse gênero⁹.

Nesse sentido, poderíamos pressupor que nem sempre o editorial/carta do redator foi concebido e reconhecido como um texto sem autor declarado, isto é, sem assinatura. Se estamos trabalhando dentro de uma perspectiva evolutiva do gênero, é natural que consideremos o fato de que pelos menos alguns traços se revelem distintivos hoje, sem que necessariamente revelassem tal distinção antes.

Como passamos a incluir cartas do redator assinadas, deparamos com outro problema: como saberíamos se estávamos diante de uma carta do redator ou de uma carta do leitor? Se formos levantar as características listadas pelos manuais e teóricos, observaremos que os critérios que servem para caracterizar um gênero servem para caracterizar outro. Exceto um: a autoria. Falamos em autoria, pois, como propõe Alves Filho (2005), ainda que haja apagamento de referência que aponte o autor individual, há no editorial autoria, que ele denomina “autoria institucional” (o produtor do texto fala em nome da empresa, do veículo onde o texto é publicado, em defesa de interesses que julga ser coletivos) diferentemente da autoria da carta do leitor, em que não há esse

⁸ Embora estejamos fazendo considerações sobre autor/autoria, essas noções, bem como a pertinência desse critério para a nossa investigação, serão retomadas no capítulo 3, quando apresentaremos as categorias de análise de nossa proposta teórico-metodológica.

⁹ Segundo Beltrão (1980), no século XIX, o editorial nos EUA era assinado pelo editor do jornal, que indicava as iniciais do seu nome.

apagamento, designada por “autoria individual privada” (o autor do texto fala em seu próprio nome e em defesa de interesses particulares).

A fim de que não tomássemos carta do leitor por carta do redator, já que tanto uma quanto outra revela(va)m caráter opinativo e manifesta(va)m ponto de vista sobre assunto atual, abordado pelo jornal, tivemos o cuidado de selecionar textos cujo autor pudesse ser identificado como dono, tipógrafo ou mesmo redator do jornal, uma vez que o enunciador da carta do leitor, como sabemos, não pertence ao corpo editorial do jornal. Exluímos, assim, a carta do leitor. Tal exclusão se deve ao fato de nosso objetivo ser o estudo do editorial, ainda que a carta do leitor e a carta do redator possam figurar numa constelação de gêneros do jornal, ou numa constelação de gêneros opinativos, ou ainda em uma constelação de gêneros originados da carta, ou em outra qualquer outra constelação, dependendo do propósito que tenha o pesquisador no agrupamento feito.

Afirmamos que tivemos o cuidado de distinguir a carta do redator da carta do leitor. Para fazermos essa distinção, recorreremos a uma análise comparativa, baseando-nos não só nos critérios já apontados, como mais uma vez na observação de exemplares de cada gênero já catalogados pelo PHPB.

Há outras duas particularidades que observamos quando coletávamos nossos textos. A primeira diz respeito ao fato de encontrarmos mais de um texto (às vezes quatro) do mesmo gênero em uma mesma edição de um jornal. Como sabemos, vários jornais contemporâneos costumam publicar apenas um texto do gênero editorial, diferentemente, então, do que faziam jornais do século XIX. Essa constatação sinaliza, pois, para mais uma possível mudança no gênero: a possibilidade de haver mais de uma carta do redator em um mesmo número do jornal. A segunda refere-se ao fato de uma mesma carta do redator não se apresentar concluída na edição em que foi inicialmente veiculada, e assim ter a continuação de seu texto publicada na edição subsequente¹⁰. Nos editoriais de hoje essa prática inexistente, pois uma das características do editorial, assim como de outros gêneros do

¹⁰ Convém lembrar que essa particularidade – a continuidade do texto de um número para outro(s) – também podia ser observada em outros gêneros em jornais antigos, como, por exemplo, o conto e o romance, publicados em “fatias cotidianas” (cf. MEYER, 2005).

jornal, é justamente o acabamento em um único texto, em uma única edição. Diante dessas particularidades, resolvemos incluir em nosso *corpus* mais de uma carta de redator de uma mesma edição do jornal selecionado e cartas de redator que se estendiam de uma edição para outra.

No que diz respeito ao recorte temporal do *corpus*, a opção pelos séculos XIX e XX justifica-se pelo fato de pretendermos cobrir o período que vai desde a “inauguração” de um gênero como prática discursiva na esfera jornalística em nossa sociedade à sua completa institucionalização, assegurada por um lugar reservado, próprio e particular, que cabe a todo editorial de jornal nos dias de hoje.

Na constituição do *corpus*, a distribuição cronológica cobriu três faixas de tempo dentro de um século, seguindo a divisão geracional de 30 anos, costumeiramente adotada na composição de *corpora* orais¹¹. Assim, cada século foi desmembrado em três períodos distintos, correspondendo às seguintes fases:

Fases	Século XIX	Século XX
Fase 1	1832 ¹² – 1840	1901 – 1940
Fase 2	1841 – 1870	1941 – 1970
Fase 3	1871 – 1900	1971 – 2000

Tabela 1 – Distribuição dos períodos geracionais por fase e século

¹¹ Cf. Barbosa; Lopes (2002).

¹² Em outros *corpora* que já compõem o PHPB, a data inicial dessa fase é a de 1808, ano de inauguração da imprensa no Brasil, possibilitada com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil nesse mesmo ano. Reconhecemos, como atesta Nobre (1974; 1976), que o ano de publicação do primeiro jornal cearense impresso – *Diário do Governo do Ceará* – é 1824, e que esta data, portanto, representa o marco da imprensa no nosso estado. No entanto, os únicos jornais dessa fase a que tivemos acesso (um exemplar de cada) foram *Semanário Constitucional* e *Vinte e trez de julho*, respectivamente de 1832 e 1840.

Buscando constituir um *corpus* significativo, que possibilitasse uma análise mais exaustiva dos fenômenos investigados, optamos por selecionar 20 (vinte) textos representativos de cada fase, com exceção da fase 1 do século XIX, para a qual conseguimos coletar apenas 4 (quatro) textos. Assim nosso *corpus* é composto de 104 (cento e quatro) exemplares do gênero, identificados como carta de redator ou editorial, cobrindo os dois séculos para os quais se volta nosso estudo. Além desses 104 textos, incorporamos ao *corpus* mais 6 (seis) editoriais do nosso século, sendo todos em versão eletrônica¹³, perfazendo, então, um total de 110 (cento e dez) textos, retirados de jornais cearenses

Coletamos nossos textos de jornais do período de 1841 (século XIX) a 1985 (século XX) em arquivos microfilmados, e os do período compreendido entre 1986 a 2000 em edições originais de jornais cearenses, todos, tanto de um quanto de outro período, pertencentes à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza-CE). Todos esses textos foram fotografados em câmera digital e posteriormente transcritos, preservando-lhes a grafia original, bem como o sistema de pontuação e as notações encontradas no texto original. A transcrição seguiu, como já afirmamos, os sinais e as convenções empregados pela equipe nacional do PHPB (cf. Anexo A).

Os quatro textos da fase 1 do século XIX (1 de 1832 e 3 de 1840), também em arquivos microfilmados, foram obtidos junto à Biblioteca Pública Nacional (Rio de Janeiro) e receberam o mesmo tratamento de transcrição, assim como os seis textos do nosso século.

Para melhor identificarmos os textos, foi atribuído a cada um, entre parênteses, logo após o título do jornal, um código de modo a indicar o número da edição (n?), o século (s19, s20 ou s21) e a fase a que pertencesse (f1, f2 ou f3), e ainda, seguido de barra, o número de identificação do texto no *corpus* (001 a 110). Assim, por exemplo, o rótulo “A Constituição (n48s19f2/020)” corresponde à carta do redator do jornal A Constituição da edição nº 48, do século XIX, da 2ª fase (1841-1870), identificado como o 20º texto do total de 110, conforme se pode verificar nos textos constantes do Anexo B.

¹³ Optamos por incluir a versão eletrônica de editoriais, considerando o já citado estudo de Yates e Orlikowski (1992). Dessa forma, estaríamos analisando a possível influência que as novas tecnologias podem exercer sobre a reelaboração dos gêneros, uma espécie de acomodação à nova ordem social.

Como os textos tiveram de ser transcritos, não foi possível manter o *layout*. Fizemos, então, constar dos Anexos (C a F) alguns exemplares reproduzidos, por fotografia, em sua formatação original, a fim de que pudéssemos, quando necessário em nossa análise, visualizar o texto na formatação em que foi dado a conhecer.

Com o *corpus* constituído, ou, metaforicamente falando, com o tesouro identificado, a etapa seguinte, o planejamento da busca, voltou-se, então, para a definição dos passos metodológicos a fim de que pudéssemos empreender a análise – nossa expedição – com mais segurança e assim tentar controlar possíveis percalços.

1.2 A operacionalização da análise

Para alcançarmos nosso objetivo maior, qual seja o de traçar um caminho teórico-metodológico para a análise diacrônica de gêneros, tomando por base o estudo do editorial em seu percurso histórico, definimos, previamente, os passos que deveríamos seguir, a fim de viabilizarmos a análise pretendida e assim averiguarmos a pertinência de tal caminho, isto é, a fim de pôr à prova nosso modelo de análise.

Como afirmamos, no que diz respeito à perspectiva diacrônica de análise de gêneros, temos a intenção de travar diálogo com pesquisas desenvolvidas no seio da Filologia Românica alemã. Kabatek (2004a), um dos estudiosos dessa área, baseou uma de suas pesquisas na teoria proposta pelo linguista alemão Wolfgang Raible (1992), denominada *Junktion*, segundo a qual os elementos proposicionais (juntores) podem se combinar ou se juntar de modo a compor arranjos sintáticos e semânticos típicos ou definidores de determinada tradição discursiva. Embora tenha, nesse estudo, voltado seu olhar para fenômenos linguísticos cujas relações se dão apenas nos níveis morfossintático e semântico, Kabatek reconhece que esse tipo de análise, ainda que apresente resultados que

ajudem na descrição de determinada forma textual, não é suficiente para dar conta de outros aspectos que estão envolvidos na criação e adoção das tradições discursivas¹⁴.

Vincis, outra pesquisadora do Departamento de Romanística da Universidade de Tübingen, com o mesmo objetivo de reconhecer instrumentos de análise válidos para a descrição das tradições discursivas, também recorreu ao modelo proposto por Raible e assim desenvolveu estudo (2007, no prelo), sob a orientação de Kabatek, buscando identificar vestígios de mudança e traços de permanência em gêneros ainda não pesquisados, no caso diferentes obras literárias, do castelhano medieval. A pesquisadora, ainda que reconheça a validade do caminho percorrido para uma análise voltada para relações sintático-semânticas, afirma haver necessidade de “colocar o método no ponto em alguns aspectos”¹⁵. Mais adiante diz ser pertinente comparar resultados alcançados com outros advindos de outros métodos de investigação textual.

Por desconhecermos, então, uma proposta que dê conta de uma análise de gêneros, tomando-os em seu todo discursivo, indo, portanto, além dos seus aspectos linguísticos e ainda considerando sua trajetória evolucionária, e também por já de antemão sabermos que um modelo de análise como o proposto por Raible não satisfaria nosso propósito – ultrapassar os níveis morfossintático e semântico –, distinto, portanto, do estabelecido pelos pesquisadores alemães nos estudos citados, optamos por traçar um caminho próprio.

Assim, nosso **primeiro passo**, após o *corpus* constituído, consiste em buscar aporte teórico que dê sustentação à abordagem teórico-metodológica proposta, isto é, buscar estabelecer as coordenadas do desenho cartográfico que estamos concebendo. Recorreremos, então, fundamentalmente, a Bakhtin – para nos apropriar do conceito de gênero do discurso e tomar o de transmutação como nossa categoria maior; e a Kabatek –

¹⁴ Retomaremos os estudos de Kabatek, bem como o projeto de investigação sob o qual as pesquisas sobre tradições discursivas e mudanças linguísticas vêm se desenvolvendo na Universidade de Tübingen, no próximo capítulo, mais especificamente na seção 2.2.

¹⁵ No original: “una puesta a punto del método en unos cuantos aspectos”.

para comungarmos com a historicidade dos gêneros e, desse modo, adotarmos a perspectiva de análise diacrônica.

O **segundo passo** consiste em proceder ao delineamento da proposta de análise, isto é, proceder à definição do percurso. Esses dois passos iniciais – buscar aporte teórico e definir percurso – são tomados como fundamentais, tanto que os alocamos na primeira parte de nossa aventura, na parte em que traçamos o mapa, o caminho que nos leva à expansão de nosso objetivo maior, isto é, à análise propriamente dita.

Bem sabemos que a análise de um objeto científico deve partir, necessariamente, de conceituações, teorias, métodos, que se propõem a investigar esse objeto, bem como torná-lo conhecido, descritível, empiricamente. Chegamos, dessa forma, à nossa proposta teórico-metodológica, tópico do capítulo 3.

Os passos seguintes se configuram como desdobramento do modelo que estamos postulando para o estudo do editorial, isto é, uma proposta de análise concebida em duas dimensões, a do contexto e a do texto¹⁶. Munidas, então, do nosso mapa, partimos, para a expedição, a segunda parte deste nosso relato.

Como defendemos a ideia de que uma análise de gênero que pretenda alcançar uma compreensão mais ampla, e ao mesmo tempo detalhada, do fenômeno linguístico investigado deve olhar para a trajetória desse gênero no curso das práticas discursivas da língua em que se realiza, planejamos o nosso **terceiro passo** com vistas a dar conta do contexto sócio-histórico em que se inserem nossos textos, focalizando especialmente a história da imprensa no Ceará, em particular a do jornalismo cearense do período oitocentista, e estendendo esse levantamento até os nossos dias. Voltar-se para o contexto sócio-histórico significa considerar implicações de outra natureza, não estritamente linguísticas, que recobrem a manifestação de qualquer gênero do discurso. Tais

¹⁶ O detalhamento da proposta teórico-metodológica concebida é feito no capítulo 3, destinado a esse fim. No entanto, não podemos deixar, nesse momento, de nos reportar a Askehave e Swales (2001) e Swales (2004). Ainda que tenham sistematizado essas dimensões de modo distinto e as tenham tomado para o estudo sincrônico, esses autores entenderam que **contexto** e **texto** podem ser categorias que lançam luzes no estudo dos gêneros.

informações mostram-se relevantes para compreendermos o entorno que circunda o surgimento, bem como o estabelecimento, de um gênero no interior de uma esfera de comunicação, no nosso caso a jornalística.

O **quarto passo** responde pela identificação, quando nos é possível, dos interlocutores – redatores e prováveis leitores – de nossos editoriais, reconhecendo-lhes o lugar e papel social, conceitos tomados de Maingueneau (2001). Buscamos, assim, identificar a profissão, os cargos ou as funções que desempenhavam, sobretudo os redatores, na sociedade da época. Temos a intenção de (re)constituir o perfil de nossos interlocutores por acreditarmos que um texto, que emerge das necessidades que sentem os indivíduos diante de uma premência comunicativa, traz revelações, entre outras, sobre a visão de mundo, a variedade linguística, o conhecimento de estratégias discursivas desses atores sociais. É preciso, pois, conhecer os redatores, bem como a sua audiência, para melhor avaliarmos os rastros, que recuperamos, deixados nos seus textos.

Por outro lado, sabemos que um texto surge motivado por um propósito, como primeiramente sinalizou Swales (1990), e posteriormente confirmaram, baseados em revisão do conceito, Askehave e Swales (2001), e modelado por um gênero, quando retoma e repete uma configuração já existente, ou inspirado em um, quando uma nova tradição insinua se esboçar. Sabemos também que por trás desse gênero há um(alguns) sujeito(s), datado(s) e historicizado(s). Damos, assim, nosso **quinto passo**, levantando o propósito comunicativo dos redatores. Para tanto, levamos em consideração o contexto que embasava a interação dos interlocutores a fim de apreender-lhes o intuito discursivo.

Os três passos seguintes são empreendidos na intenção de levantar dados que cubram aspectos de natureza mais estritamente linguística e discursiva, os quais se somarão aos que antecedem a materialização do querer-dizer, elencados acima.

O **sexto passo** nos permite levantar o tópico central dos textos. Escolhemos Jubran (2006) para, a partir de um traço definidor de uma das propriedades do tópico – a pontualização –, chegar a um quadro dos tópicos mais produtivos. Esse levantamento nos

possibilita conhecer os assuntos que mobilizavam a sociedade da época, sobretudo a oitocentista. Saber sobre o assunto de interesse dos redatores e leitores de então nos interessa porque podemos estabelecer relação com a forma como esses assuntos eram apresentados, informações que nos interessam quando nos debruçamos sobre a materialidade textual.

Com o **sétimo passo**, pretendemos cobrir aspectos de natureza textual-discursiva. Assim, buscando analisar uma característica que se revelasse proeminente no gênero em estudo, elegemos a autoria como categoria analítica. Com base em Alves Filho (2005; 2006), procedemos, então, ao levantamento, por um lado, de índices que denotam apagamento de marcas que individualizam o produtor do texto e, por outro, de marcas que servem à configuração textual da autoria no gênero editorial, principalmente em exemplares de uma sincronia passada.

O **oitavo e último passo** metodológico é dado com a intenção de cobrir aspectos de natureza não-linguística, estritamente falando, mas que também compõem o todo discursivo, os elementos grafoespaciais. Nesse sentido, procedemos ao levantamento de aspectos ligados à diagramação de um modo geral – formato e tamanho das letras, extensão e localização do texto, recursos tipográficos, entre outros, relacionando-os às orientações dadas por manuais de redação e estilo dos jornais.

A fim de melhor visualizarmos os passos metodológicos da investigação proposta, apresentamos, a seguir, um quadro com a descrição de cada procedimento por etapa.

Passos	Procedimentos
	<i>Construção da proposta</i>
1º	Revisão da literatura/construção da fundamentação teórica
2º	Delineamento da proposta
	<i>1ª instância de análise: Contexto</i>
3º	Levantamento do entorno sócio-histórico
4º	Identificação dos redatores e interlocutores
5º	Reconhecimento do propósito comunicativo
	<i>2ª instância de análise: Texto</i>
6º	Identificação do tópico central
7º	Levantamento de índices da autoria
8º	Reconhecimento dos elementos grafoespaciais

Quadro 1 – Descrição dos procedimentos metodológicos por etapa

A realização dos passos nos permitiu chegar aos resultados, que comentamos por faixa de tempo dentro de cada século. Dessa forma, as categorias (sobre as quais falamos detalhadamente no capítulo 3) são analisadas, considerando a divisão geracional adotada pelo PHPB, de modo a estabelecer comparação com os resultados obtidos em outras faixas, visando, assim, identificar traços de mudança e vestígios de permanência nos editoriais de jornal.

Embora se caracterize como pesquisa de natureza qualitativa, nossa análise, quando necessário, recorre a dados de natureza quantitativa. Com a quantificação dos dados, observamos a frequência com que determinado fenômeno ocorre e assim procuramos estabelecer relação entre ocorrência e recorrência dentro do gênero analisado.

Ainda que nosso interesse maior não seja exatamente o de Kabatek (2003), que estuda a relação entre tradições discursivas e mudança linguística, firmamos, como já dissemos anteriormente, o propósito de manter o diálogo com o linguista alemão, bem como com pesquisadores de Tübingen filiados ao estudo das TD, por três motivações centrais. Primeira, o reconhecimento de que esse grupo de pesquisadores alemães tem-se voltado prioritariamente para a análise diacrônica das tradições discursivas, procurando resgatar o valor da Linguística Histórica; segunda, a consideração pelo estudo das transformações sucessivas (mudanças e permanências) pelas quais qualquer tradição

discursiva passa (ainda que, no caso do grupo referido, o escopo seja o estudo da variação linguística para associá-la à variação das tradições discursivas); e terceira, a defesa de que não se reconstrói a história de uma língua sem que, necessariamente, se reconstrua a história das tradições discursivas nessa língua, isto é, o estudo filológico de uma língua deve estar atrelado ao estudo filológico dos gêneros nessa língua.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, o fato de termos buscado em estudos, tanto da área da Comunicação, quanto da Linguística, características já descritas e aceitas como prototípicas do gênero editorial. Nossa intenção foi retomar e dialogar com saberes já construídos, dos quais pudéssemos nos valer em nossa análise.

Queremos ressaltar, por fim, que, com a nossa proposta, não temos a pretensão de cobrir todos os aspectos que podem ser tomados como categorias em uma análise de gêneros, o que postulamos, tornamos a dizer, é que a perspectiva diacrônica seja considerada quando se pretende descrever determinado gênero, pois, como bem lembra Bakhtin (2000¹⁷, p.285), “os gêneros do discurso são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”. E é nesse sentido, buscando uma análise diacrônica de um gênero, e não diretamente a análise das mudanças linguísticas, que elegemos categorias para dar conta de descrever o fenômeno discursivo (e não estritamente o fenômeno linguístico) em sua totalidade, ainda que não tratemos de todas as suas particularidades. É, pois, sobre a análise dessas categorias que falaremos no capítulo dedicado à exposição de nossa proposta. Antes, porém, o convidamos a tomar parte em nosso diálogo com Bakhtin e Kabatek, assunto de nosso próximo capítulo.

¹⁷ O ano de publicação da edição original em russo (*Estetika slovesnogo tvortchestva*) é 1979. Sobre o ensaio *Os gêneros do discurso*, incluído na obra em questão, Faraco, Castro e Tezza (2001) afirmam ter sido escrito em 1952-1953.

2 ESTABELECENDO AS COORDENADAS: pressupostos teóricos

*No caminho de pedras
andar, andar, andar e descobrir a bússola, a própria rota
o mapa do tesouro
as curvas da estrada, a fúria dos ventos, os calhaus, o abismo,
a queda, os cortes, a dor e o sangue.
Não desistir da palavra por enquanto desconhecida
ou do fio inicial que inutiliza o labirinto.*
(Sérgio Bernardo. **Celebração**)

Uma vez que em nossa pesquisa trabalhamos com um gênero específico, quer o tomemos como carta do redator, quer como editorial, julgamos oportuno inicialmente deixar claro o conceito de gênero a partir do qual construímos nossa fundamentação teórica. Para tanto, revisamos sucintamente a dimensão que tal noção alcançou especificamente no âmbito dos estudos linguísticos, de forma a esboçar um cenário e assim melhor nos situarmos diante das implicações teóricas e metodológicas decorrentes da cor das lentes com as quais iremos olhar o fenômeno investigado.

Esta nossa viagem busca investigar o percurso histórico do editorial de jornal, e para tanto o analisamos sob uma perspectiva teórico-metodológica traçada a partir de teorias das quais tomamos emprestadas algumas categorias. Nas duas seções que se seguem, discutimos, então, alguns pressupostos dessas teorias. Na primeira, revisitamos a obra de Mikhail Bakhtin, abordando mais de perto o conceito de gênero do discurso, para nos apropriarmos da noção de transmutação; e, na segunda, o conceito de tradição discursiva e a proposta de Johannes Kabatek para realizarmos a análise diacrônica, uma vez que pretendemos estabelecer um diálogo mais estreito com pesquisas desenvolvidas pelo linguista alemão nesse âmbito de estudos.

Antes, porém, de retomarmos as bases sobre as quais repousa a concepção de gênero com a qual a Linguística contemporânea vem operando, julgamos procedente percorrer, ainda que muito sucintamente, a trajetória da construção de tal concepção para melhor entendermos tanto o caráter heurístico da proposição bakhtiniana quanto os fios que sustentam o tecido da nossa argumentação.

A história do conceito de gênero está ligada a Aristóteles (384 a.C.- 322 a.C.). Na época em que viveu Aristóteles, o poder era atribuído àquele que manifestava habilidade em persuadir o outro. Era uma época em que as assembleias democráticas constituíam o espaço das lutas políticas e do acirrado conflito de opiniões. A disputa era alcançada quando um dos interlocutores conseguia fazer calar o adversário pela força da palavra, do seu discurso (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002). Nesse contexto, e já antes de Aristóteles, gozavam de grande prestígio os sofistas, pensadores gregos, itinerantes, que exerciam o ensino da arte de argumentar – a Retórica – de forma profissional e remunerada. Uma vez que os cidadãos mais ambiciosos sentiam a necessidade de aprender a argumentar em público para assim fazerem valer seus interesses e poderem driblar a tese do adversário, os ensinamentos dos sofistas visavam ao uso da palavra como instrumento de sugestão e persuasão, como forma de diminuir o outro e enaltecer a si próprio. Portanto, aquele que pretendia ocupar um alto cargo na *polis* (cidade) devia saber falar com astúcia em público, nos tribunais e nas assembleias e para tanto contratava os serviços de um sofista.

Opondo-se aos sofistas, criticados por comercializarem o saber, Aristóteles dedica-se à Retórica, não pela conquista do poder ou de fins lucrativos, nem mesmo como técnica de persuasão, mas como meio de se buscar a razão, a essência. O filósofo grego, então, passa a estudar os processos persuasivos que possam advir de cada evento discursivo e, em sua obra *A arte retórica*, aponta três gêneros do discurso: o judiciário, usado quando o interlocutor pretendia defender ou atacar alguém, tentando provar sua inocência ou sua culpa; o deliberativo, quando o objetivo era que o auditório tomasse uma decisão; e o epidíctico, quando o autor tinha por fim exaltar méritos ou criticar defeitos de algo ou

alguém (REBOUL, 2000). Cada tipo de discurso se estruturava segundo regras próprias para se efetuar a persuasão.

Além dessa perspectiva baseada na retórica, os gêneros, ainda na Antiguidade, também foram analisados sob o domínio da literatura. Na verdade, a palavra gênero aparece primeiramente associada ao termo literário. O fato que contribuiu para as primeiras classificações foi o surgimento de variadas formas literárias. Tornou-se, então, necessário estabelecer distinção entre os textos para que se pudesse melhor analisar (e ensinar) as diversas formas de composição literária.

O primeiro autor a se preocupar com a classificação das obras literárias foi Platão (427 a.C.- 347 a.C.). Seguindo a tradição clássica, segundo a qual forma e conteúdo eram separáveis, Platão dividiu os gêneros literários, quanto à forma, em *verso* e *prosa*; e, quanto ao conteúdo, em *lírico* (centrado no eu do escritor), *épico* (centrado num fundo histórico), e *dramático* (centrado no conflito das relações humanas). Essa classificação triádica serviu de base a Aristóteles, que exerceu forte influência sobre a literatura, ao falar da natureza e das espécies da poesia. Aristóteles, assim como Platão, tomava os gêneros – literários e retóricos – sob uma ótica normativa, concebendo-os como formas rígidas, imutáveis.

Como se vê, tanto uma classificação (no domínio da literatura) quanto outra (no domínio da retórica ou poética) perduraram durante séculos. Ainda que em uma época ou em outra essa classificação tenha sofrido variações (como no Renascimento em que os gêneros literários eram estudados sob outra tipologia, a partir da distinção entre poesia e prosa), a tradição de conceber gênero como um conceito de domínio literário ou retórico permaneceu praticamente até o século XX.

Contra-pondo-se à clássica teoria dos gêneros, que embasava os estudos literários, Bakhtin, considerando a prosa comunicativa que entrava em cena, em particular o romance, problematiza a questão dos gêneros do discurso, não sob a ótica da forma e do conteúdo, mas do dialogismo, inerente às relações de interação que se estabelecem entre

interlocutores em toda e qualquer situação comunicativa. A partir das formulações de Bakhtin, os estudos sobre os gêneros tomam, então, outra direção. Ainda que possam apontar caminhos e perspectivas diversificadas, tais estudos defendem uma tese em comum, a de que uma investigação sobre a língua deve partir prioritariamente do texto, como unidade complexa e completa. É, pois, sobre a contribuição de Bakhtin que falamos a seguir.

2.1 Gênero do discurso e transmutação

A Linguística dominante no século XIX privilegiava, numa perspectiva histórica, o estudo comparativo das línguas indo-europeias, buscando encontrar e descrever relações genealógicas. No início do século XX, ainda de feição comparativa, a Linguística concebia a língua como um objeto homogêneo, caracterizada como um sistema estável de formas, sem qualquer referência à enunciação concreta.

Bakhtin, contestando essa forma de ver e estudar a língua, argumentava que a comunicação não se dá por orações isoladas, mas por enunciados concretos, engendrados em situação social de interação. Nesse sentido, não concebia o estudo da língua calcado em uma análise de “elementos abstratamente isolados das unidades reais da cadeia verbal, das enunciações” (1992¹, p. 96), como vinha fazendo a Linguística de então. Bakhtin defendia que as formas da língua são assimiladas “somente nas formas das enunciações [...], as formas típicas dos enunciados, i.e, os gêneros do discurso” (2000, p.282-283). No curso dessas formulações, o linguista russo retoma, assim, o conceito de gênero, mas atribuindo-lhe outra significação.

Diante dessa nova direção, é, pois, inegável o impulso que a Linguística recebeu com a contribuição do olhar de Bakhtin sobre os gêneros do discurso. A (re)tomada dos

¹ A data indicada refere-se à 6ª edição brasileira; a edição original data de 1929.

estudos bakhtinianos, sem sombra de dúvida, vem marcando consideravelmente as pesquisas que se desenvolveram e continuam se desenvolvendo, sobretudo na Linguística Textual. A concepção bakhtiniana de língua como fenômeno de interação social e, decorrente desse pressuposto, o fato de que há sempre um movimento dialógico que subjaz a todo discurso vêm orientando as pesquisas que buscam investigar fenômenos linguísticos. Com Bakhtin aprendemos que o estudo sobre a língua há que necessariamente considerar o gênero, uma vez que, como defende o linguista, qualquer texto, seja ele lido ou ouvido, falado ou escrito, se materializa em forma de gênero, ainda que nem sempre saibamos designá-lo ou mesmo reconhecê-lo.

A partir, então, da divulgação das obras de Bakhtin nos círculos acadêmicos ocidentais, o conceito de gênero recobrou definitivamente outro sentido, uma vez que o pensador russo subverteu-o ao incorporar-lhe uma dimensão sócio-histórica e ideológica e ao reconhecê-lo como materialidade de uma língua, em uso nas mais distintas e diversas esferas da comunicação. É nessas esferas que os gêneros circulam, refletindo e refratando as restrições impostas pelo contexto em que se dá seu engendramento.

Ao abordar a questão da riqueza e da variedade dos gêneros, Bakhtin (2000, p. 279) lembra que cada esfera de comunicação “comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”. Nesse sentido, o estudioso do romance salienta a heterogeneidade que marca a constituição dos gêneros, uma vez que é justamente essa heterogeneidade que responde pela sua diversificação, ampliação e complexificação. Bakhtin atribui a essa característica constitutiva dos gêneros o alcance limitado dos estudos linguísticos de até então que se restringiram aos gêneros literários e retóricos, desprezando a natureza linguística do enunciado.

O conceito de enunciado assume relevante importância no desenvolvimento dos estudos de Bakhtin, que o vê estreitamente imbricado à própria noção de gênero. Estabelecendo distinção entre enunciado, entendido como *unidade da comunicação verbal*, e oração, entendida como *unidade da língua*, Bakhtin trava um diálogo com

estudos linguísticos hegemônicos da época, com o intuito de contribuir para a delimitação de fronteiras de cada um desses conceitos. Para tanto, elenca as características da oração, sempre em oposição ao enunciado, delimitando a natureza de cada um, e afirma que a falta de compreensão sobre o alcance dessa distinção tem levado muitos linguistas a cometerem equívocos em suas análises.

Defendendo o enunciado como a unidade real da comunicação, Bakhtin (2000, p. 297) lembra que “as pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente linguística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua”. E mais adiante reitera o seu posicionamento acrescentando que “aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas)” (p. 302). Assim, como se vê, gênero e enunciado estão diretamente correlacionados nos postulados bakhtinianos, tanto que, ao conceituar gênero, afirma tratar-se de “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (p. 279- grifos originais).

Quando se refere à estabilidade relativa dos enunciados, Bakhtin está acenando para a possibilidade de os gêneros serem passíveis de variação, uma vez que suas formas são mais maleáveis e livres que as formas da língua, mais padronizadas, condicionadas a leis normativas. Por outro lado, mesmo sendo mutáveis, os gêneros não são criações individuais, já que, para serem reconhecidos, necessitam retomar certas formas que se encontram acordadas nas esferas em que circulam, necessitam ainda se submeter a certas condições postas pelo contexto sócio-histórico e discursivo em que estão envolvidas as pessoas que interagem naquela determinada atividade enunciativa, daí a importância de, em nossa análise, como veremos mais adiante, considerarmos o entorno enunciativo, que recobrirá tanto o aspecto sócio-histórico, quanto o discursivo.

O gênero, consideradas as contribuições de Bakhtin, passa a ser pensado, então, a partir de uma visão de discurso que privilegia o processo interativo que naturalmente envolve as atividades enunciativas, mediadas pela correlação de posições sociais, pela

intenção dos enunciadores e pelas finalidades específicas de cada esfera, “como um objeto discursivo ou enunciativo” (ROJO, 2005, p. 196). Foi, pois, sob essa ótica que nos referimos à carta do redator e ao editorial como gêneros do discurso.

Dependendo de cada uma das mediações referidas acima, e de acordo com as transformações por que passam as sociedades, os gêneros desaparecem, migram para dentro de outros, intercalam-se, transformam-se, num contínuo processo de evolução, tanto dentro da esfera em que foi gerado como daquela que o adotou. É o que aponta Bronckart (1999, p. 73-74), ao se referir ao caráter tanto histórico, quanto adaptativo das produções textuais: “alguns gêneros tendem a desaparecer [...], mas podem, às vezes, reaparecer sob formas parcialmente diferentes; alguns gêneros modificam-se [...]; gêneros novos parecem [...]; em suma, os gêneros estão em perpétuo movimento”. Ou, ainda, como afirma Todorov (1980, p.46), ao refletir sobre a origem dos gêneros, “um novo gênero é sempre uma transformação de um ou vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação”.

Como se vê, todos reconhecemos o processo de “reestruturação e renovação dos gêneros” (BAKHTIN, 2000, p. 286), decorrente do processo de contínua transformação a que está submetida a sociedade (os sujeitos) e conseqüentemente a língua, ou melhor, “os enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua” (BAKHTIN, 2000, p. 287). Mas essas reestruturação e renovação não ocorrem sem deixar rastros. É nesse sentido que Bakhtin (2005², p. 106) afirma que “o gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. [...] O gênero vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo.” (grifo original). Recordar o passado significa, para nós, possibilitar encontrar em algum estágio de realização do gênero (ou em vários) indícios de seu processo de transformação, isto é, de seu processo de transmutação.

Bakhtin, quando emprega o termo transmutar, o faz para falar da transformação pela qual os gêneros primários passam ao serem inseridos nos gêneros

² A edição original data de 1929, anterior, portanto, à *Estética da criação verbal*, antes citada (2000), que data de 1953, como já informamos.

secundários. Para o linguista russo, os gêneros primários (gêneros simples) são os ligados ao diálogo, à comunicação verbal espontânea, às esferas da ideologia do cotidiano; e os secundários (gêneros complexos), os que resultam de comunicação cultural mais elaborada, principalmente escrita, ligados às esferas dos sistemas ideológicos constituídos³. Com base nessa distinção, afirma: “os gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea” (2000, p. 281).

Ancorando-nos nessa afirmação, entendemos a transmutação como um processo constitutivo dos gêneros, já que nenhum gênero, quer seja primário, quer secundário, permanece inalterável no curso de suas manifestações. Dessa proposição, decorre uma outra relação com o pensamento bakhtiniano: o estreito imbricamento entre a história da sociedade e a história dos gêneros do discurso. Se a sociedade se transforma, transformam-se também os gêneros, não importando de que natureza eles sejam.

Quando um gênero absorve e transmuta outro, está concomitantemente transmutando-se também. Assim, o romance (da “esfera dos sistemas ideológicos constituídos), ao tomar a carta (da “esfera da ideologia do cotidiano”) como componente, para nos valermos do exemplo de Bakhtin, transforma não só a carta, que passa a integrar uma nova realidade, mas também a si próprio, que passa a exibir uma nova forma composicional. A transmutação é, pois, se assim podemos dizer, um processo auto e hetero constitutivo dos gêneros. Dessa forma, tanto podemos flagrar a transmutação na absorção de um gênero de uma esfera em outro de outra esfera, a carta no romance, por exemplo, quanto a transmutação no interior do gênero que absorve outro, o romance “inovado”.

³ A propósito da distinção entre gêneros primários e gêneros secundários, basilar em Bakhtin, cf. FARACO, 2003b.

No citado exemplo de Bakhtin, a transmutação ocorre entre gêneros de esferas⁴ distintas. Paralelamente, podemos pensar que a transmutação se dê também entre gêneros da mesma esfera, seria o caso, por exemplo, de um romance que incorpora um poema, para continuarmos dentro da esfera literária. Agora estamos diante de outra proposição: a transmutação é um fenômeno que ocorre não só entre gêneros de esferas distintas, mas também entre gêneros da mesma esfera.

Araújo (2006, p. 107), ao buscar argumentos para explicar a transmutação operada em um gênero novo – chat –, pontua: “julgo relevante assumir que só há transmutação quando um gênero muda de esfera de comunicação”⁵. A assunção deste ponto de vista pelo autor está focada basicamente em uma afirmação de Bakhtin, a qual se encontra transcrita na própria tese de Araújo e que transcrevemos a seguir:

os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios – por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta [...] só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana (BAKHTIN, 2000, p. 281 apud ARAÚJO, 2006, p. 103-104).

Nessa citação, Araújo (2006) vê três pontos essenciais à fundamentação do seu entendimento sobre a transmutação de gêneros, a saber:

a) a formação dos gêneros: o gênero “transmutado” (o que migra) passa a ser componente do “transmutante” (o que acolhe);

⁴ Julgamos, nesse momento, oportuno esclarecer que, apoiando-nos na voz de Bakhtin, estamos concebendo esfera como o espaço onde são engendrados e por onde circulam gêneros determinados. Tais gêneros vão se diferenciando e se ampliando “à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.” (2000, p. 279). Essa mesma concepção está em Marcuschi, que emprega a expressão “domínio discursivo” para designar a “esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana”, que propicia “o surgimento de discursos bastante específicos” (2002, p. 23).

⁵ Esse posicionamento de Araújo já estava sendo adotado em trabalhos anteriores, quando afirmou que “[...] a conversa do cotidiano é transmutada pelo romance que a absorve e a reinterpreta como parte constitutiva. É essa mudança de esfera, sofrida por um gênero primário, que o russo [Bakhtin] denomina de *transmutação*.” (2004a, p. 1280 – ênfase original) e ainda que “[...] o fenômeno chamado ‘transmutação’, que consiste no fato de um gênero simples deixar sua esfera de origem e passar a ser parte constitutiva de um gênero mais complexo que, por sua vez, está inserido em outra esfera mais complexa.” (2004b, p.2-3).

b) a mudança de esfera: “os gêneros transmutados *adquirem uma característica particular*: distanciam-se de suas realidades anteriores, pois passam a pertencer a uma outra esfera da comunicação” (p. 103 – grifos originais);

c) a mudança de gênero: “o fato de haver uma mudança de esfera, [...] provoca uma mudança de gênero” (p. 103).

Concordamos com Araújo quanto ao primeiro ponto. Para nós, da voz de Bakhtin transcrita, podemos propor com segurança que um gênero, ao migrar para outro gênero, passa a elemento constituinte deste, ou, valendo-nos da terminologia adotada por Araújo, o transmutado passa a compor o transmutante. No entanto, em relação ao segundo ponto, pensamos diferente. E é sobre essa divergência que nos debruçamos um pouco agora, pois a forma de interpretar essa formulação de Bakhtin é crucial para o que propomos adiante sobre transmutação.

Para Araújo, a afirmação de Bakhtin “adquirem uma característica particular: perdem a relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” significa que os gêneros transmutados (aqueles “absorvidos e reinterpretados” por outros) “distanciam-se de suas realidades anteriores, pois **passam a pertencer a uma outra esfera de comunicação**” (grifo nosso). O pertencimento a outra esfera de comunicação configuraria, então, a aquisição de uma característica particular. Para nós, essa mesma citação bakhtiniana significa **deixam de ser uma comunicação verbal espontânea**, pois é esta a característica dos gêneros primários. No momento em que uma carta, tomando o mesmo exemplo de Bakhtin, é inserida no romance, ainda que conserve sua forma e seu significado, passa a fazer parte de uma realidade “fabricada”, “manipulada”, pois é fruto de uma comunicação verbal “artificialmente” espontânea, criada pelo autor no desenvolvimento de sua obra. Integrada ao romance, “concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana”, (BAKHTIN, 2000, p.281), a carta, é, nesse sentido, transmutada.

Entendemos, então, que a carta “transmutada” perde sua natureza intrínseca, qual seja a de se constituir “em circunstâncias de comunicação verbal espontânea” (BAKHTIN, 2000, p. 281), uma vez que passa a ser fruto da intenção de um autor que a leva para dentro de sua obra, para uma realidade, digamos, inventada, e não para a realidade existente. O gênero transmutado – a carta – compõe a realidade da enunciação do autor e por isso é transmutado, ainda que do ponto de vista da enunciação dos personagens (a enunciação dentro da obra) venha a simular⁶ uma comunicação verbal espontânea, uma realidade existente. Assim, para Bakhtin, o gênero transmutado, carta, perde, tanto a sua relação imediata com a realidade existente (já não se trata de comunicação verdadeiramente espontânea), quanto a relação com a realidade dos enunciados alheios, pois também não pertence à realidade do romance, fenômeno da vida literário-artística. Ao migrar para o romance, a carta não passa a gênero da esfera dos sistemas ideológicos constituídos, dos gêneros secundários, no caso a do romance; a carta continua sendo gênero da esfera do cotidiano, dos gêneros simples, só que do cotidiano dos personagens.

No exemplo de Bakhtin, a incorporação se dá de um gênero que pertence a uma esfera, a carta, por outro de outra esfera, o romance. Mas isso não nos permite inferir que esse fenômeno só aconteça com gêneros de esferas diferentes. O próprio Bakhtin, em outra obra, ao discorrer sobre o plurilinguismo – “*o discurso de outrem na linguagem de outrem*” (1988, p. 127 – grifos originais) –, fala sobre hibridização e intercalação de gêneros, duas formas de absorção de discursos. A fim de melhor encaminharmos a defesa desta nossa proposição, qual seja, a transmutação não depende de mudança de esfera, retomamos a definição bakhtiniana desses dois fenômenos decorrentes do plurilinguismo.

Por construção híbrida, Bakhtin entende a fusão de “dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas ‘linguagens’, duas perspectivas semânticas e axiológicas”, sem que haja fronteira formal delimitando a divisão de vozes e de linguagens, que “ocorre nos limites de um único conjunto sintático” (1988, p.110); por gêneros intercalados, a

⁶ Nas palavras de Bakhtin, os gêneros secundários “*simulam* em princípio as várias formas da comunicação verbal primária” (2000, p. 325 – grifo original).

introdução, na composição do romance, de diferentes gêneros, “**tanto literários** (novelas intercaladas, peças líricas, poemas, sainetes dramáticos, etc.), **como extraliterários** (de costumes, retóricos, científicos, religiosos e outros)” (p.124 – grifos nossos).

A introdução de um gênero em outro pode se dar, portanto, não só por gêneros de diferentes esferas, como também por gêneros da mesma esfera, como é permitido se depreender das palavras e exemplos dados por Bakhtin.

Em relação ao terceiro ponto defendido por Araújo (2006) – mudança de gênero –, dele também dissentimos. No entanto, não julgamos haver necessidade de nos determos nessa dissensão, uma vez que o próprio Araújo, mais adiante em seu trabalho, talvez revendo seu posicionamento e sinalizando para uma outra possibilidade de interpretação, deixa claro, em nota de rodapé, que “não há uma garantia teórica segundo a qual uma mudança de esfera de comunicação provoca, necessariamente, a transformação de um gênero em outro” (2006, p. 218).

A nosso ver, Araújo, quando tratou de transmutação, o fez voltado para o seu objeto de estudo – o chat –, que, em seu processo de constituição, mais recorrentemente, migra de uma esfera para outra. Ainda que tenha apontado a hibridização de gêneros da mesma constelação e da mesma esfera, flagrados no chat com convidado, possivelmente por não ser foco de sua atenção, o estudioso dos gêneros, notadamente os digitais, não se deteve no fenômeno observado em gêneros de mesma esfera.

Aceitando, então, a reestruturação e renovação como um processo constitutivo dos gêneros e baseando-nos no que postulamos sobre transmutação, retomamos nossas proposições, sintetizadas em três aspectos, que julgamos inerentes à manifestação desse fenômeno:

1º) o gênero incorporado (ou transmutado) é agregado à estrutura composicional do gênero incorporante (ou transmutante);

2º) o gênero incorporante transmuta e é transmutado;

3º) o gênero incorporado e o gênero incorporante podem fazer parte tanto de esferas diferentes quanto de uma mesma esfera.

Além desses aspectos, acrescentamos outro que, somado aos anteriores, nos permitirá vislumbrar uma ampliação da abrangência do conceito de transmutação: **o gênero conserva, em sua estrutura composicional, tema e /ou estilo⁷, marcas da transmutação, que podem ser percebidas em sua história, isto é, que podem recordar o seu passado, recente ou remoto.**

Vista sob essa perspectiva, a transmutação, para nós, responderia pela transformação por que passa um gênero (seja primário ou secundário), tanto na absorção de um gênero por outro (quer da mesma esfera ou de diferentes esferas), quanto na adaptação a novas contingências (históricas, sociais, entre outras). Dito de outra forma, a transmutação seria o fenômeno que regeria a possibilidade de transformar e ser transformado a que os gêneros do discurso estariam inexoravelmente submetidos.

Ainda que saibamos o quão complexa é a tarefa de dilatação de um conceito, sobretudo quando esse conceito é tão pouco explorado teoricamente, mesmo sendo tão fartamente empregado em análises, propomos a ampliação da noção que se tem desse fenômeno, baseando-nos na crença de que a transmutação se dá por processos distintos. Em função dessa distinção, propomos ainda uma tipologia operacional.

Nesse sentido, numa primeira instância, a distinção se daria entre **transmutação criadora** e **transmutação inovadora**. Com a primeira, estamos nos referindo ao fato de um gênero surgir de outro(s) (como, a mala direta⁸, o blog⁹, por exemplo); com a segunda, ao fato de todo e qualquer gênero, mesmo os mais estandardizados, comportar transformações, sem que essas o transformem em um novo gênero (os anúncios publicitários¹⁰, o artigo de opinião¹¹, por exemplo). Dessa forma, as primeiras manifestações

⁷ Tomamos aqui o gênero em sua totalidade (tema, composição e estilo), tal como propôs Bakhtin (2000).

⁸ Cf. Távora (2003).

⁹ Cf. Komesu (2004).

¹⁰ Cf. Laurindo (2005).

¹¹ Cf. Rodrigues (2001).

de um gênero que “nasce” seriam sempre flagrantes da transmutação criadora, a transmutação resultante da atividade criadora dos gêneros, a atividade assegurada pela possibilidade que, em princípio, todo gênero tem de dar origem a novos gêneros; já as transformações que observamos cotidianamente nos gêneros seriam reflexos da transmutação inovadora, a transmutação resultante da possibilidade que todo gênero tem de passar por recriação de si mesmo, com ou sem incorporação de outro.

Numa segunda instância, a distinção seria entre **transmutação externa** (transmutação intergenérica) e **transmutação interna** (transmutação intragenérica). O processo é intergenérico quando há a inserção de um gênero no outro, resultando na captação ou subversão, de que fala Maingueneau (2001). Assim, quando, por exemplo, um anúncio publicitário incorpora um cartão-postal, estamos diante de uma **transmutação externa**, isto é, transmutação intergenérica, como vemos no exemplo a seguir.

Exemplo 1:

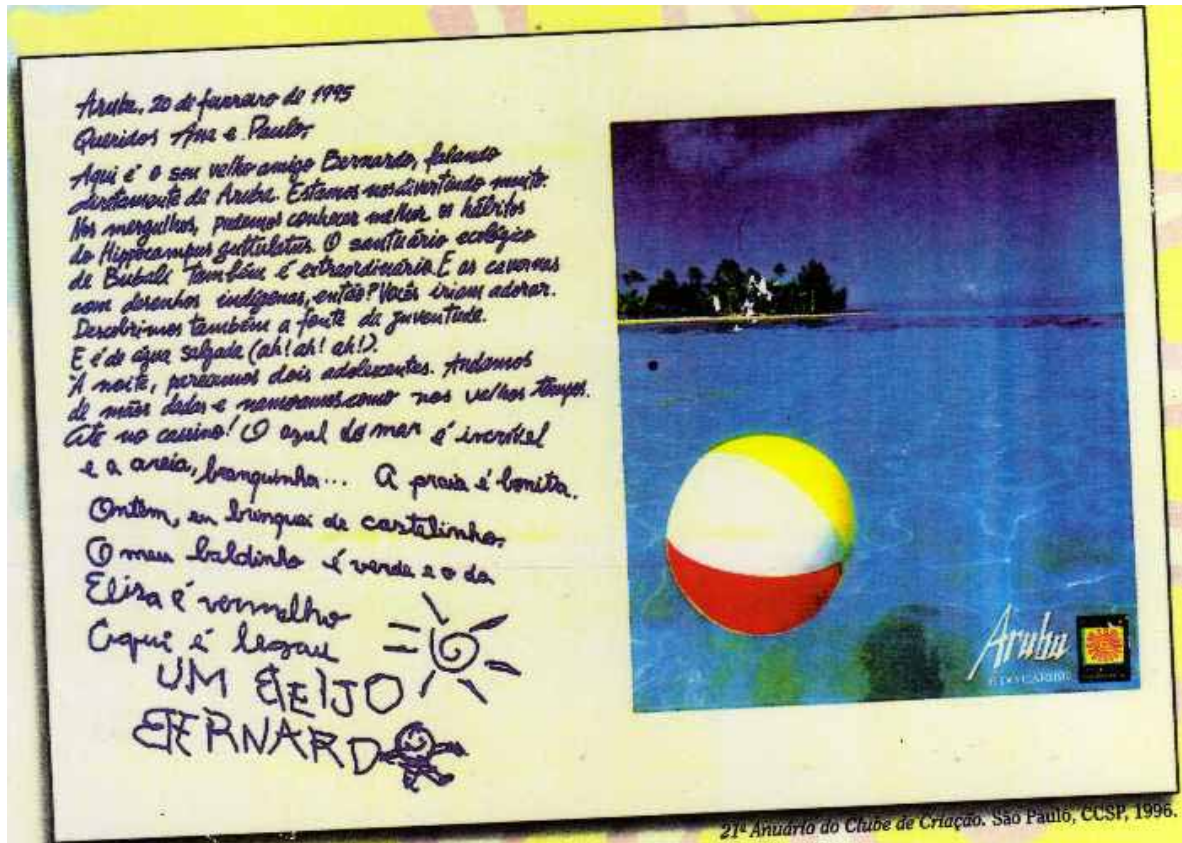


Figura 1 – Anúncio publicitário com incorporação de cartão-postal

Neste exemplo, o cartão-postal é trazido para dentro da realidade criada pelo gênero anúncio publicitário, que imita a realidade do gênero incorporado, configurando um exemplo claro de captação¹².

Com essa incorporação, o cartão-postal passou a elemento constituinte desse exemplar do gênero anúncio publicitário (e não de todos), fazendo parte da realidade simulada pelo anúncio. Em outras palavras, o cartão-postal foi transmutado, pois passou a compor uma outra cena enunciativa. Por sua vez, o anúncio publicitário também sofreu transmutação.

O fenômeno da introdução de um gênero na composição de outro recebeu o olhar de Bakhtin no estudo sobre plurilinguismo a que nos referimos anteriormente. O teórico da literatura se reporta a esse fenômeno designando-o como intercalação de gêneros e lembra que, no caso particular do romance, seu objeto de estudo, há um grupo especial de gêneros (confissão, diário, relato de viagem, biografia, carta e alguns outros) que exercem um papel estrutural tão importante que “às vezes chegam a determinar a estrutura do conjunto, criando variantes particulares do gênero romanesco” (1988, p. 124). Desse modo, a introdução, por exemplo, do gênero carta no romance como seu elemento estrutural básico resultaria no gênero romance epistolar. Bakhtin ressalta ainda que o papel que gêneros intercalados como esses exercem é tão grande que pode parecer que o gênero incorporante

esteja privado da sua primeira abordagem verbal da realidade e precise de uma elaboração preliminar desta realidade por intermédio de outros gêneros, ele mesmo [o romance] sendo apenas uma unificação sincrética, em segundo grau, desses gêneros verbais primeiros (1988, p. 125).

No caso do nosso exemplo, preferimos falar em sobreposição, ou superposição, pois o termo intercalação, por sua natureza etimológica, sugere algo que se põe “entre, no meio de”. O cartão-postal passa a compor a estrutura composicional do anúncio de tal forma que a estrutura deste subsume a daquele. O mais interessante é que, mesmo que um

¹² De acordo com Maingueneau (2001, p. 173), “*captar* um texto significa imitá-lo, tomando a mesma direção [argumentativa] que ele.” (grifo do autor).

gênero cubra quase que totalmente a forma composicional de outro camuflando-a, ainda assim se reconhece o gênero incorporante¹³. Esse “assalto”, abonado, não descaracteriza o gênero incorporante, não o desautoriza a continuar pertencendo a sua esfera, muito menos o faz deixar de existir como tal; apenas revela o fenômeno da transmutação, no caso a transmutação intergêneros¹⁴.

Nesse sentido, podemos falar em transmutação intergêneros, isto é, transmutação externa, quando as transformações que ocorrem no gênero são marcadas pela incorporação de um outro gênero, quer seja da mesma esfera ou não (o cartão-postal não é da mesma esfera do anúncio). Este não é o caso do que se espera de um editorial, pelo menos no estágio de seu desenvolvimento evolucionário que esta análise se propõe investigar, mas o é, por exemplo, do artigo de opinião (da mesma esfera do editorial), por já ser mais flexível e aceitar a incorporação de outros gêneros¹⁵, como o poema, conforme vemos no exemplo a seguir:

Exemplo 2:

Um novo José

Josias de Souza

São Paulo - Calma, José.
 A festa não recomeçou,
 a luz não acendeu,
 a noite não esquentou,
 o Malan não amoleceu.
 Mas se voltar a pergunta:
 e agora, José?
 Diga: ora, Drummond,
 agora Camdessus.
 Continua sem mulher,
 continua sem discurso,
 continua sem carinho,
 ainda não pode beber,

¹³ O gênero anúncio continua sendo reconhecido como tal porque o propósito permanece o mesmo: vender um produto ou oferecer um serviço.

¹⁴ Apresentando variação em sua designação – hibridização, superposição, intertextualidade intergenérica –, o mesmo fenômeno é abordado respectivamente por Marcuschi (2002); Alves Filho (2005); Koch, Bentes e Cavalcante (2007), entre outros.

¹⁵ Sobre gêneros intercalados especificamente no artigo jornalístico, cf. Rodrigues (2001).

ainda não pode fumar,
 cuspir ainda não pode,
 a noite ainda é fria,
 o dia ainda não veio,
 o riso ainda não veio,
 não veio ainda a utopia,
 o Malan tem miopia,
 mas nem tudo acabou,
 nem tudo fugiu,
 nem tudo mofou.
 Se voltar a pergunta:
 e agora, José?
 Diga: ora, Drummond,
 agora FMI.
 Se você gritasse,
 se você gemesse,
 se você dormisse,
 se você cansasse,
 se você morresse...
 O Malan nada faria,
 mas já há quem faça.
 Ainda só, no escuro,
 qual bicho-do-mato,
 ainda sem teogonia,
 ainda sem parede nua,
 para se encostar,
 ainda sem cavalo preto
 que fuja a galope,
 você ainda marcha, José!
 Se voltar a pergunta:
 José, para onde?
 Diga: ora, Drummond,
 por que tanta dúvida?
 Elementar, elementar.
 Sigo pra Washington.
 E, por favor, poeta,
 não me chame de José.
 Me chame Joseph.

(*Folha de S.Paulo*, Caderno 1, Opinião, 04 out. 1999)¹⁶

Nesse artigo de opinião, o autor, para fazer valer sua intenção argumentativa, lançou mão de outro gênero, no caso o conhecido poema de Carlos Drummond de Andrade, *E agora José?*¹⁷, revelando o que Bakhtin ressaltou quando afirmou que os gêneros intercalados “refrangem em diferentes graus as intenções do autor” (1998, p. 125).

¹⁶ Este mesmo exemplo é citado e analisado por Marcuschi (2002).

¹⁷ Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com.br/drummond/poema022.htm>>.

Nesse exemplo, assim como em outros que podemos encontrar, a sobreposição é tamanha que o reconhecimento do gênero incorporante (artigo de opinião) cabe mais ao lócus onde está sendo veiculado e menos ao seu propósito e a sua configuração. Esse fenômeno – reconfiguração de um gênero – já tinha sido observado por Bakhtin, quando, recorrendo a uma digressão histórica para melhor compreender e analisar a obra de Dostoiévski, identificou, na *menipeia*¹⁸, a capacidade de “mudar sua forma externa (conservando sua essência interna de gênero)” (2005, p.136).

Desse exemplo, podemos deduzir que há certos gêneros mais “acolhedores”, mais propícios a incorporações do que outros. Da mesma forma, podemos deduzir que os gêneros mais acolhedores estariam vinculados a esferas de comunicação verbal menos rígidas, isto é, esferas cujos gêneros não são fortemente padronizados e em que a criatividade é consentida. Esse fato reforça o que já se conhece sobre a plasticidade e a dinamicidade dos gêneros do discurso¹⁹.

Retomando a nossa segunda instância de distinção para o fenômeno da transmutação, o processo é intragenérico quando as transformações operadas dentro do gênero não resultam da inserção de um outro gênero, mas de fatores que condicionam e impulsionam essa transformação: a mudança de mídiu²⁰, de propósito comunicativo, de esfera, de época, de estilo, entre outros (os mesmos fatores que também podem condicionar a incorporação de um gênero por outro). Em outras palavras, podemos falar de **transmutação interna**, isto é, transmutação intragenérica, quando as transformações que ocorrem no gênero não se prendem a um outro gênero, da mesma esfera ou não, mas a

¹⁸ Gênero da Antiguidade Clássica, do campo do sério-cômico, mistura “temas especificamente filosóficos com assuntos de retórica e dialética, salpicados de hilariedade” (REGO, 1989, p.32). A denominação sátira *menipeia*, ou simplesmente *menipeia*, se deve a Menipo de Gádara, filósofo do século III a.C., que se opunha à sátira romana, aquela que condena. O autor, que em sua obra deixava em aberto a condenação ou o julgamento, deu ao gênero a forma clássica e foi, segundo Bakhtin (2005, p. 91), quem consagrou a sátira, “gênero carnalizado, extraordinariamente flexível e mutável [...] capaz de penetrar em outros gêneros”.

¹⁹ Sobre a dinamicidade e plasticidade dos gêneros e consequentemente sua maior ou menor estabilidade formal, cf. Marcuschi (2002, 2005).

²⁰ Entendido como “o sistema dispositivo-suporte-procedimento de memorização, articulado a uma rede de difusão” (DEBRAY, 1995, p.218). Ou ainda, “o mídiu não é um simples ‘meio’, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídiu modifica o *conjunto de um gênero de discurso*” (MAINGUENEAU, 2001, p.71-72 – grifos originais).

contingências de seu percurso histórico, isto é, a adaptações a novas exigências comunicativas no curso de suas manifestações, como podemos observar com o exemplo seguinte.

Exemplo 3:



SENHORAS, AS ESTRELLAS ANTIRUGAS PARAFFINADAS

aplicadas no rosto, supprimem em algumas noites as rugas da testa, das fontes e do nariz. A pelle torna-se lisa como face de creança.

Caixas de Rs **6 \$ 500** e Rs **12 \$ 500**.

MASCARA de PELLICA de CABRITA lavavel, usada durante a noite, dá uma delicosa brancura ao rosto que remoeça: a tez torna-se pura e fina. Meia Mascara Rs **7 \$ 500**. Para o Queixo Rs **8 \$ 500**. Frontal Rs. **6 \$ 500**.

A MASCARA CAUTCHUC, branqueia a pelle, cobre todo o ros o Rs **10 \$ 500**. *Envia-se franco para o Brasil contra vale postal. Senhoras, peçam o catalogo dos nos ros productos de belleza a* **B. OLIMPIA, 10, rue Gaillon em PARIS**

No *Rio-de-Janeiro*: **ABEL & Cia**, Rua Rodrigo Silva, 36.

Revista da Semana, abril 1918



VICHY
LABORATOIRES

Pele oleosa: é à noite que os poros se entopem, criando um excesso de brilho durante o dia.

NORMADERMNOITE
Dermocósmica retrator de poros
Desentope e contrai os poros,
para reduzir visivelmente o brilho.

TECNOLOGIA INFILTRANTE: PENETRA NO CORAÇÃO DOS POROS.*
Normaderm Noite utiliza a Tecnologia Infiltrante e o complexo de ativos preventivos de brilho. A pele é uniformizada, hidratada e suavizada. Os brônzeos desaparecem e ficam quites e frescos. Hidroalérgico. Com Água Termal de Vichy.

VICHY. A SAÚDE PASSA TAMBÉM PELA PELE.

SAC 0800 701 1932

Revista Corpo a Corpo, outubro 2008

Figura 2 – Anúncios publicitários de épocas distintas

Como podemos perceber, não há sobreposição de gêneros, mas transformações de um mesmo gênero. Tais transformações, ainda que possam, hipoteticamente, ter sido inspiradas em outro gênero, não resultam em uma “configuração híbrida”²¹, como acontece no caso do cartão-postal inserido no anúncio publicitário, visto anteriormente.

A este processo de transmutação estão submetidos todos os gêneros, mesmo os mais inflexíveis, pois a sociedade muda, se transforma, assume novas configurações, e os gêneros do discurso, por sua vez, refletem e refrangem (para empregarmos termos bakhtinianos) essas mudanças, como podemos observar em mais um exemplo que se segue, este mais ligado ao nosso objeto de estudo – editorial de jornal.

Exemplo 4:

A ESTRELLA. 5

JORNAL RECREATIVO.

ANNO I) FORTALEZA 30 DE ABRIL DE 1860. (N.º 44.

Uma resposta.

Senhores do «Este», em poucas palavras vamos hoje responder ao vosso celebre artigo intitulado «—Estrella—»

Principaes dizendo que máo grado vosso responsôes «—Estrella» pois não podíeis mais supportar as injurias que seus redactores vos tem lançado.

Oh senhores! sois inimitáveis!

Ninguem melhor do que vós de lobo se transforma em cordeiro.

Ja que fallastes em esterva de redactores freccios tendes a bondade de nomeal-os.

Usaremos de vossas expressões:—se não imprimirdes os seus nomes em vosso jornal não passareis de uns—mentirosos.

Fostes mal informados quando dissestes ser da redacção o artigo a que alladistes.

Com isso temos respondido a essa parte do vosso artigo.

Certificai-vos que só nos responsabilisamos pelos nossos artigos.

Continuai, senhores; a misado é honrosa.

Continuai, que a nossa resposta será o —silencio.

PARUSINA

—POR—

Lord Byron.

I

E' a hora em que no ramagem o rouxinol modula seus cantos, é a hora em que a voz dos amantes em segredo profere doces juramentos; em que o suspirar da brisa forma com o murmurar da onda visinha um concerto que extasia o ouvido solitario. O orvalho scintilla nas flores; no firmamento

brilham as estrellas; nas ondas um azul mais carregado; na folhagem um verde mais sombrio; e no céu essa sombra suave e para que segue o declinar do dia, quando o crepusculo fuge ao surgir da lua.

II

Mas agora ouvir o ruido da cessata que Parisina levava seu palacio; não é para contemplar as luzinhas estellas que ella caminha na sombra da noite; e se assentar-se no jardim de Este não será para respirar os perfumes da flor desbrochada. Escuta;—mas não é o canto do rouxinol—embora seus ouvidos esperem acoutos tão doces. Atravez da espessa folhagem ouve-se um ruido de passos, e ella empallidosa e fortemente seu coração palpita. Atravez das susurrantes folhas uma voz suave chega a seus ouvidos e o sangue volta a sua face e seu seio começa a arfar: um momento ainda e elles estarão juntos:—esse momento passou—o seu amante escha-se a seus pés.

III

E agora que lhes importa o mundo e suas vicissitudes? os seres que nelle vivem— a terra, o céu nada são a seus olhos e espirito. Tudo desaparece para elles. Respirão unianamente um para o outro; como mortos estão tão insensíveis a tudo o que os cerca. Seus suspiros mesmo são cheios de uma alegria tão profunda, que se diminuem, essa felicidade consumiria os corpos submetidos ao seu poder. Nesses somnos tumultuosos de ternura a ideia do crime, do perigo não lhes vem á mente. Dentro desses que tem sentio o poder dessa paixão a quem suspende o temor em iguaes momentos? quem pensou na curta duração delles? Mas que!—ell' os já passados. Ah! E' preciso despertar antes de saber que essas doces v'ozes jamais voltão.

A Estrella, abril de 1860
 Figura 3 – Editorial do século XIX

²¹ Termo adotado por Marcuschi quando trata da “intertextualidade inter-gêneros”, a expressão (“configuração híbrida”) é sugerida, segundo o autor, por Ursula Fix (1997), para falar de um gênero assumindo a função de outro (cf. MARCUSCHI, 2002, p. 31).

(um gênero surge a partir de, pelo menos, um já existente). A transmutação externa produz alterações na estrutura do gênero que acolhe o “imigrante”, sem que desse processo apareça um novo gênero.

Quanto à transmutação inovadora, as transformações podem ser externas ou internas. Serão externas quando houver a “participação” de outro gênero (como demonstrado acima nos exemplos 1 e 2); e internas, quando não houver incorporação (total ou parcial) de outro gênero (exemplos 3 e 4).

A fim de tornar mais claro e sintetizar, sob outra forma de textualização, o que estamos propondo, concebemos o esquema representado na figura a seguir.

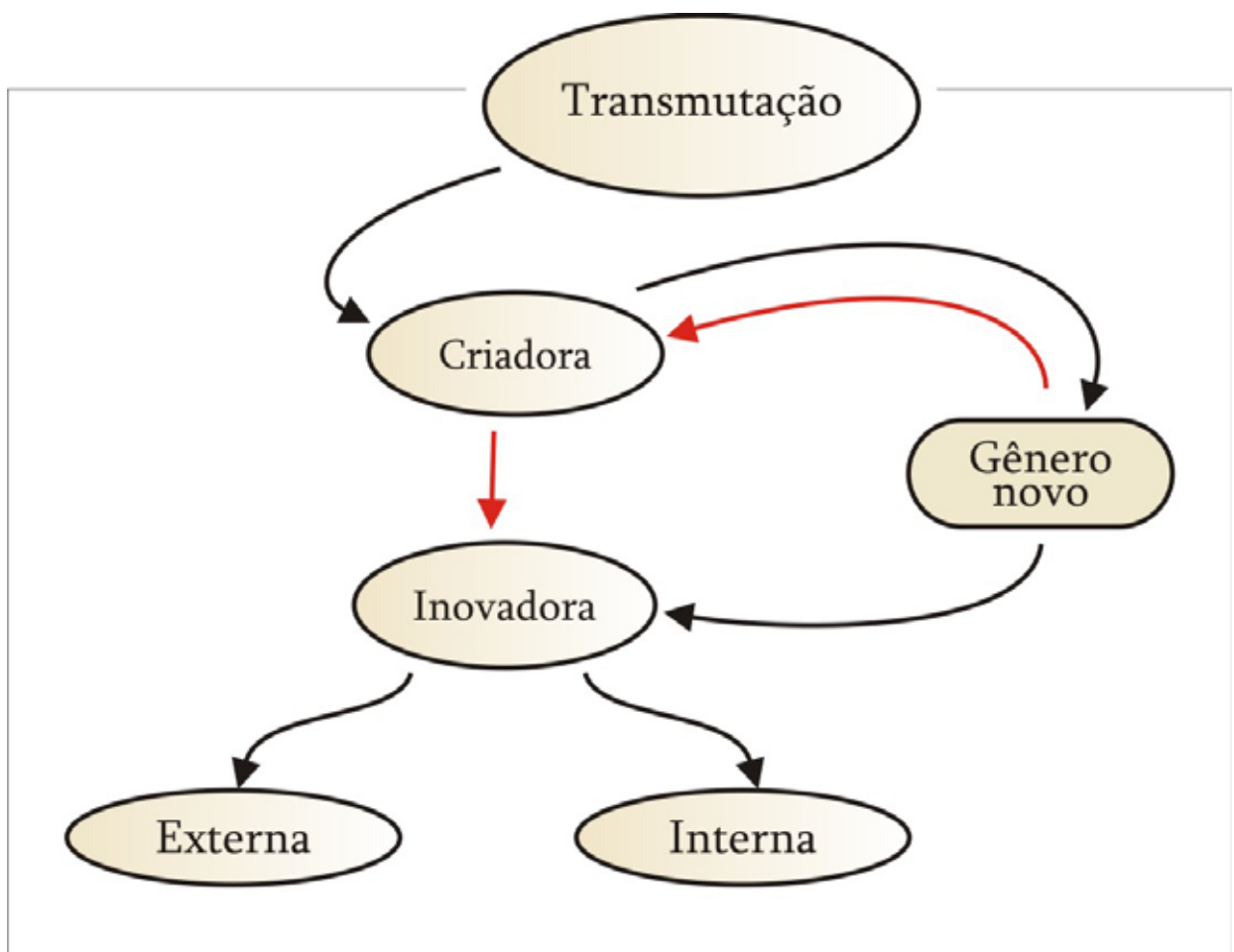


Figura 5 – Categorias da transmutação

Assim, todo gênero revelaria inicialmente marcas da transmutação criadora, ou nas palavras de Bakhtin, recordaria o seu passado, e no decorrer de seu desenvolvimento, como prática discursiva estabilizada numa dada esfera de comunicação, estaria sujeito a novas transmutações, que poderiam ser de natureza criadora, vindo a contribuir para o surgimento de novos gêneros, e/ou inovadora, manifestando a sua “adaptabilidade” às novas contingências, históricas, políticas, sociais ou culturais. A transmutação inovadora seria externa quando incorporasse um outro gênero; e interna quando revelasse traços de adaptabilidade a novas demandas, sem agregação de outro gênero.

No caso do editorial, gênero por nós analisado, sabemos que, no momento de seu surgimento, suas primeiras manifestações trariam marcas do processo da transmutação criadora. No entanto em seu estágio atual, comparando-o com a carta do redator do século XIX (século que registra o aparecimento desse gênero em jornais brasileiros, mas não o século de seu surgimento), constatamos sinais do processo de transmutação inovadora interna. E são esses sinais que serão tomados como objeto de nossa análise. Mas antes de partirmos para a apresentação de nossa proposta de análise, vamos dialogar com outra teoria, assunto de nossa próxima seção.

2.2 Tradição discursiva, mudança e permanência

Não há como deixar de reconhecer que a noção de gênero, na perspectiva sociointeracionista de Bakhtin, iluminou(a) e fertilizou(a) os estudos linguísticos contemporâneos. Paralelamente a essa noção já consolidada, vemos surgir, a partir da última década de 80, o conceito de tradição discursiva, gestado no seio dos estudos da Filologia Pragmática alemã. É nosso interesse nesta subseção, além de abordar a visão filológica alemã, estabelecer uma possível interlocução entre as formulações de Mikhail Bakhtin a respeito dos gêneros do discurso e as de Johannes Kabatek, romanista germânico, que adota o conceito de tradições discursivas, e levantar possíveis conexões a

partir de pontos convergentes, a fim de explicar por que destacamos as tradições discursivas em nossa investigação.

Acreditamos não ser preciso aqui tecer mais considerações sobre o conceito de gênero para Bakhtin, por já ter sido bastante apontado por pesquisadores e estudiosos interessados no desvendamento das implicações que resultam das relações entre sujeito, língua e sociedade, mediadas pelo uso da palavra²². Por outro lado, por ser a noção de tradições discursivas relativamente nova, e conseqüentemente pouco recorrente nos estudos sobre gêneros, buscamos apresentar algumas ideias articuladas em textos que a tomam como pressuposto teórico.

2.2.1 O legado coseriano

O conceito de tradição discursiva (TD) nasce no âmbito da Linguística Histórica alemã, especificamente dentro da Linguística Românica, de feição pragmática. O termo (*Diskurstradition*), proposto por Peter Koch, em 1997, “para dar uma expressão conceitual à fundamentação histórica dos gêneros textuais”²³ (ASCHEBERG, 2002, p. 157), e posteriormente adotado por Wulf Oesterreicher e Johannes Kabatek, entre outros romanistas alemães²⁴, deve sua inspiração seminal ao legado teórico de Eugenio Coseriu, mais especificamente às reflexões e propostas do linguista romeno para a interpretação da linguagem humana.

Apoiando-se em Humboldt, pensador aristotélico, para quem os usos infinitos que os falantes podem fazer dos recursos linguísticos finitos conferem à linguagem

²² Cf., a título de exemplo, Brait, 1994; Faraco, 2003a; Rodrigues, 2005; Rojo, 2005.

²³ Os textos em língua alemã foram gentilmente traduzidos pelo professor da Universidade Estadual do Ceará Hans Peter Wieser, alemão radicado no Brasil. Trecho no original: “Um der historischen Fundierung von Textsorten konzeptuell Ausdruck zu verleihen”.

²⁴ A respeito de trabalhos que vêm desenvolvendo-se no âmbito da Filologia Pragmática alemã, cf. López Serena, 2006.

habilidade criadora (em Aristóteles, *enérgeia* - atividade), e não caráter acabado (em Aristóteles, *ergon* - produto), Coseriu (1980, p. 92) defende que a linguagem “não é essencialmente *εργον*, coisa feita, ‘produto’, e sim *ἐνέργεια*, atividade criadora (atividade que vai além de sua própria *δύναμις*, ‘potencialidade’, isto é, além da técnica ‘aprendida’)”. Ou, ainda, como reafirma em outra obra: “[...] uma língua não é uma ‘coisa feita’, um produto estático, mas um conjunto de ‘modos de fazer’, um sistema de produção, que, a todo instante, somente em parte surge como já realizado historicamente em produtos linguísticos” (COSERIU, 1982, p.23).

Ser essencialmente atividade criadora não significa dizer que a linguagem não seja considerada também do ponto de vista das competências (o saber) e do produto (o texto falado ou escrito), pois, quando produzimos um texto, nós o fazemos guiados pelos saberes (linguísticos e discursivos) que internalizamos em decorrência das sucessivas interações que mantemos com o outro.

Consoante esse posicionamento, Coseriu propõe que a linguagem seja vista, então, como

[...] uma atividade humana *universal* que se realiza *individualmente*, mas sempre segundo técnicas *historicamente* determinadas (“línguas”). Com efeito, todos os seres humanos adultos e normais falam e, em certo sentido, falam sempre [...]. Por outro lado, todo falante fala individualmente (mesmo no diálogo): a linguagem não é nunca atividade “coral”. Por fim, a linguagem se apresenta como historicamente determinada, como “língua” (italiano, português, francês, alemão, etc.); não há *falar* que não seja *falar uma língua*. (1980, p.91 – grifos do autor)

Dessa concepção que vê a linguagem como atividade criadora, orientada por tradições linguísticas e realizada em textos concretos, decorre a distinção entre os três níveis de linguagem propostos pelo linguista romeno: o nível universal, o nível histórico e o nível individual, os quais responderiam pela atividade comunicativa realizada por indivíduos nas mais distintas situações de interação verbal. A cada um desses níveis corresponderia um plano específico (ponto de vista), conforme podemos ver no quadro a seguir:

níveis \ pontos de vista	<i>ἐνέργεια</i> atividade	<i>δύναμις</i> saber	<i>ἔργον</i> produto
nível universal	falar em geral	saber elocucional	totalidade do “falado”
nível histórico	língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
nível individual	discurso	saber expressivo	“texto”

Quadro 2 – Estrutura geral da linguagem, segundo Coseriu (1980, p. 93)

O nível universal diz respeito à língua, independentemente do idioma que se empregue, como dispositivo geral que possibilita ao homem se comunicar – a atividade do falar; do ponto de vista do saber ou competência, refere-se ao saber falar em geral, isto é, ao saber elocucional; e do ponto de vista do produto, corresponde à totalidade dos enunciados.

O nível histórico, do ponto de vista da atividade, diz respeito à língua como sistema de significação historicamente dado – a língua histórica particular; do ponto de vista do saber refere-se ao saber idiomático, isto é, a língua como saber tradicional de uma dada comunidade linguística; e do ponto de vista do produto, corresponde à língua abstrata, quer dizer, “a língua extraída do falar e objetivada numa gramática ou num dicionário” (COSERIU, 1980, p. 93).

Por sua vez, o nível individual corresponde à língua como realização em textos ou discursos concretos – o discurso; ao saber expressivo, melhor dizendo, à competência relativa à elaboração dos textos/discursos pelo falante; e como produto, refere-se ao texto propriamente dito, quer na modalidade oral, quer na modalidade escrita.

Esses três níveis se fazem presentes sempre que alguém fala, isto é, sempre que um interlocutor se dirige a outro, com intenção comunicativa determinada. Assim, por exemplo, quando uma pessoa fala com outra, podemos perceber nessa ação o nível universal, pois os sujeitos envolvidos no ato comunicativo estão fazendo uso de uma

atividade comum a todos os homens – falar; o nível histórico, pois se falam o fazem valendo-se de um idioma, de uma língua atualizada historicamente; e o nível individual, já que o indivíduo que fala o faz diante de uma situação concreta e particular, configurada por um entorno sócio-histórico. Nesse sentido, falar significa recorrer ao tradicionalmente instituído, quer do ponto de vista do idioma, quer das sucessivas atualizações de uma mesma forma discursiva.

Coseriu, ao defender que os textos, independentemente dos idiomas, podem ter suas próprias tradições, como, por exemplo, os provérbios, as formas fixas de saudação, afirma:

O fato de que precisamente *Gutten Tag!* e não outra coisa seja utilizada como forma de saudação é uma tradição textual e não uma tradição linguística particular, ainda que o normal seja que todos os membros da comunidade linguística conheçam essa expressão. Por esse motivo, eu tampouco diria que, por exemplo, *Bon matin!* não existe em francês, mas diria que esse texto nunca foi formado ou que nunca se converteu em tradição na comunidade linguística francesa. (COSERIU, 1992, p.194-195 apud LAMAS, 2006, p. 5)²⁵.

Para Coseriu, há, portanto, certas formas fixas em uma língua cujo conteúdo não pode ser traduzido literalmente para outra língua, embora possuam o mesmo conteúdo, a mesma intenção comunicativa. Esta constatação o leva a defender que, independentemente da língua, do sistema, com estrutura, gramática e léxico específicos, existem tradições textuais definidas. Desse modo, a tradição textual, a configuração que assume determinada intenção comunicativa realizada por meio de um texto específico, pode independer da tradição linguística, das construções oferecidas pela língua, e fixar-se em tradições do discurso, dos textos constituídos.

Essa distinção coseriana – tradição textual não corresponde necessariamente a tradição linguística – é fundamental para a maioria dos romanistas alemães e está,

²⁵ No original: “El hecho de que precisamente *Gutten Tag!* y no otra cosa se utilice como fórmula de saludo es una tradición textual y no una tradición lingüística particular, aunque lo normal es que todos los miembros de la comunidad lingüística conozcan esa expresión. Por este motivo, yo tampoco diría que, por ejemplo, *Bon matin!* no existe en francés, sino que diría que ese texto nunca fue formado o que nunca se convirtió en tradición en la comunidad lingüística francesa”.

portanto, na base do que tem sido proposto pela Linguística Histórica, de feição pragmática.

Buscando articular a teoria de Coseriu com aspectos da Sociolinguística e da Pragmática, Brigitte Schlieben-Lange, que fora aluna do sociolinguista romeno, lançou, em 1983, um livro em que apresenta a proposta de uma Pragmática Histórica, cujas ideias se tornariam essenciais para o conceito de tradição discursiva, sendo a de maior alcance a que postula existir uma outra história além da história das línguas – a história dos textos (KABATEK, 2005b).

Para Koch (1997), essas duas histórias – a dos textos e a das línguas – se encontrariam abrigadas no segundo nível – o histórico – de que falou Coseriu. Nesse sentido, na esteira das formulações de Coseriu e das reflexões de Schlieben-Lange, Koch propõe, então, a bipartição do nível histórico, acrescentando, ao lado da história da língua, a história das tradições discursivas:

Considero, então, imprescindível duplicar o modelo de Coseriu no nível histórico. Ao lado das tradições ou normas das línguas concretas ou, melhor dito, transversalmente a elas, é preciso levar em consideração as tradições textuais ou – como eu as chamo – as tradições discursivas ou normas discursivas²⁶. (KOCH, 1997, p. 45)²⁷

Assim, o nível histórico, agora bipartido, passaria a responder por duas dimensões: a língua como sistema (gramatical e lexical) e a tradição discursiva (textual), como ilustrado no quadro a seguir.

²⁶ Convém lembrar, como acentua Aschenberg (2003), que os termos *tradição discursiva* e *norma discursiva* são, nesse contexto, empregados como sinônimos. Essa equivalência ressalta o caráter convencionalizado atribuído às tradições. Vistas sob essa perspectiva, as tradições discursivas dizem respeito assim às normas (não tomadas do ponto de vista prescritivo, mas descritivo, como propôs Coseriu), às regras de padronização a que estão submetidos os textos.

²⁷ No original: “Ich halte es also für unerlässlich, Coserius Modell auf der historischen Ebene zu doppeln. Neben oder besser gesagt: quer zu den einzelsprachlichen Traditionen bzw. Normen sind hier die Texttraditionen oder – wie ich ES nenne – die Diskurstraditionen bzw. Diskursnormen anzusetzen”.

NÍVEL	DOMINIO	TIPO DE REGLAS
universal	actividad del hablar	reglas elocucionales
histórico	lengua histórica particular	reglas idiomáticas
	tradición discursiva	reglas discursivas
actual/individual	discurso	

Quadro 3 – Níveis e domínios da linguagem, segundo Koch (2008, p. 54)²⁸

Como podemos ver, ao esquema concebido originalmente por Coseriu (1980), foi acrescentado, no nível histórico, o domínio das tradições discursivas. Tal acréscimo, ao reconhecer um lugar distinto para as tradições discursivas, visa deixar claro que línguas particulares não devem ser confundidas com tradições discursivas, ainda que ambas constituam tradições históricas.

Em seu quadro, Koch não deixou de contemplar o saber (tipo de regra) correspondente a essa nova dimensão do nível histórico da linguagem. À língua histórica (língua concreta) correspondem as regras idiomáticas (ou saber idiomático), como propôs Coseriu; à tradição discursiva, as regras discursivas²⁹. As regras de um nível guardam, nesse sentido, certa independência em relação a outras do mesmo nível (no caso das idiomáticas e das discursivas) e de nível diferente.

Assim quando um indivíduo falante de língua portuguesa sabe, por exemplo, que, no idioma português, o artigo vem sempre antes do nome (e não o contrário), como em *O jardineiro podava as roseiras*, ele está se valendo de regras idiomáticas de uma língua histórica particular – a portuguesa; já quando esse mesmo falante, ao escrever, por exemplo, uma carta, inicia com a fórmula *Fortaleza, 5 de janeiro de 2009*, ele está recorrendo a regras discursivas, estabelecidas pelas semelhanças com outros textos de mesma finalidade – textos epistolares. Tanto um domínio quanto outro são historicamente determinados, e um, necessariamente, não pressupõe o outro, pois constituem saberes distintos.

²⁸ Este quadro foi primeiramente apresentado em Koch (1997, p. 45). Por estar em língua alemã, optamos por recorrer a essa versão em língua espanhola, ainda que em outro texto do mesmo autor.

²⁹ A propósito das regras correspondentes ao domínio do discurso, Koch (2008) lembra que não há um tipo específico, pois nesse nível os falantes aplicam os três tipos de regras (elocucionais, idiomáticas e discursivas) simultaneamente.

Quando se afirma que um domínio pode ser independente em relação ao outro, isto é, as tradições linguísticas podem independender das tradições discursivas, não se está querendo propor que cada um seja regido por normas (regras) e tradições próprias totalmente autônomas. É evidente que um indivíduo, ao falar, não atualiza as regras de um só nível. Dessa forma, diante, por exemplo, do emprego da fórmula *Fortaleza, 5 de janeiro de 2009*, o falante faz uso também de regras idiomáticas, entre elas a que assegura, por exemplo, a posição da preposição no enunciado. O que se pretende acentuar é que as regras idiomáticas por si só não dão conta das formas discursivas. Para proferir uma sentença judicial, elaborar um manual de instrução, compor um soneto, escrever um conto de fadas, manter uma conversa por telefone ou para fazer uma simples promessa, por exemplo, o falante recorre a normas e tradições que ultrapassam as regras idiomáticas; ele recorre, sobretudo, a uma outra dimensão histórica, a dimensão da história dos discursos.

Ao discorrer sobre seu modelo de estrutura da linguagem, Coseriu (1980) já salientara a independência entre os três níveis, isto é, a relativa autonomia entre um e outro. Cada nível – universal, histórico e individual –, além de seguir normas e tradições de outros níveis, produz, independentemente, suas próprias normas e tradições, as quais regulam as práticas discursivas, ao mesmo tempo em que por elas é regulado.

Partidário da concepção de linguagem proposta por Coseriu e convencido de que além da historicidade da língua há a historicidade dos textos, Kabetek (2005b), compreendendo a atividade do falar como uma ação que, diante de uma finalidade comunicativa concreta, atravessaria dois filtros concomitantes até resultar em um enunciado, propõe, então, baseado em Koch e Oesterreicher (1994), o seguinte esquema:

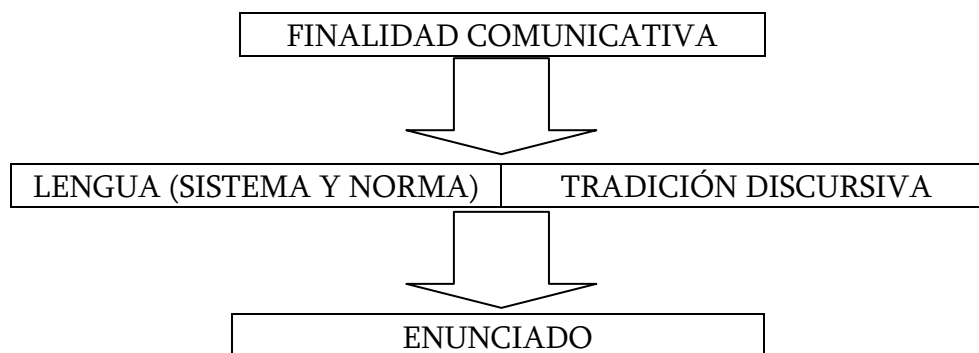


Figura 6 – Tradições discursivas segundo Kabatek (2005b, p. 155)

A fim de ilustrar o funcionamento desses dois filtros (o da língua/sistema e norma e o da tradição discursiva) em situação de uso da língua, Kabatek (2005b) diz que, quando encontramos alguém na rua pela manhã e temos como finalidade comunicativa expressar uma saudação, não tiramos a saudação apenas do acervo lexical e gramatical (primeiro filtro), mas também de uma tradição estabelecida além das regras da língua (segundo filtro). Se tirássemos somente do primeiro filtro, poderíamos dizer, por exemplo, “Saúdo você neste dia” ou “Dia bom para você”, no entanto, recorreremos à expressão “Bom dia!”, uma forma discursiva já historicamente construída em nossa comunidade linguística, presente no acervo dos textos construídos.

Como vemos, o funcionamento da linguagem compreendido de acordo com o quadro proposto por Coseriu deixaria de contemplar, pelo menos explicitamente, esse outro saber do qual os falantes fazem uso nas situações de interação verbal. É preciso assegurar, nesse esquema, um lugar próprio para esse saber. A inclusão do domínio das tradições discursivas vem, assim, completar o esquema coseriano sobre a estrutura da linguagem, pois, conforme salienta Kabatek (2008), põe ênfase na tradição dos textos, uma historicidade que se distingue da historicidade dos sistemas linguísticos por referir-se “aos textos já produzidos em uma comunidade, ao acervo cultural, à memória textual ou discursiva” (2008, p. 9)³⁰.

Se por um lado, entre os romanistas alemães, há consenso quanto à fundamentação teórica que baseia o conceito de tradição discursiva, isto é, os níveis de

³⁰ Tradução do original: “a los textos ya producidos en una comunidad, al acervo cultural, la memoria textual o discursiva.”

linguagem propostos por Coseriu, por outro não há no que se refere ao lugar exato “onde verdadeiramente as TD devam ser alocadas” (KABATEK, 2005a, p. 160). A corrente mais difundida abriga as TD no nível histórico; uma outra, na qual se inclui Kabatek, as enquadra no nível individual³¹; e há ainda uma terceira, que propõe a duplicação dos três níveis.

A razão dessa dissensão reside, para Kabatek, na “questão do *status* das manifestações linguísticas com respeito à relação entre TD e língua” (2005a, p.161) e, em decorrência dessa questão, no conceito de historicidade. Tentando deixar mais clara a posição que as TD devem ocupar na teoria da linguagem, Kabatek (2005a, p. 161-162) chama atenção para a distinção entre três tipos de historicidade, feita por Coseriu, ao discutir “a questão da historicidade dos atos de fala no ano de 1979”: *historicidade da língua, historicidade das tradições, e historicidade genérica*.

A primeira, *historicidade da língua*, diz respeito à própria historicidade do homem como um ser histórico, a “história de uma comunidade internalizada no indivíduo”, na medida em que este indivíduo falante, ao incorporar durante o processo de aquisição da linguagem uma língua particular, a recria como “*técnica* aberta”, o que lhe permitirá “a ação lingüística criativa” (KABATEK, 2005a, p. 162-163).

A segunda, *historicidade das tradições*, diz respeito à possibilidade que as manifestações culturais (incluindo as linguísticas) têm de se repetirem. No caso específico das manifestações linguísticas, Kabatek reporta-se aos “textos que estabelecem uma relação de tradição com outros textos”, tanto pela repetição de determinada forma textual ou determinado conteúdo, quanto pela repetição de determinados traços formais. No que se refere às formas textuais, essa relação de tradição se realiza numa escala contínua, que vai desde a recorrência de tradições mínimas – “uma determinada denominação textual ou uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado – passando por uma organização formal contínua até chegar a uma completa fixidez do texto” (2005a, p. 163-164).

³¹ Lamas (2006, p. 7), defendendo, também, que as tradições discursivas devem se situar no nível individual, reforça seu posicionamento e lembra que “según Kabatek (on line a) [2005b] lo tradicional de los discursos pertenece al saber expresivo y al nivel individual del lenguaje.”

Essa fixidez, ainda de acordo com o romanista alemão, é relativa, pois, como bem sabemos, há textos que estabelecem relação com outros textos pela simples denominação textual. O romance, por exemplo, se vincula a outros textos dessa mesma tradição literária, embora possa apresentar distanciamento em vários elementos que constituem essa tradição; a carta, por sua vez, pode demonstrar fixidez na recorrência de fórmulas já conhecidas de início e desfecho, e liberdade nas demais partes do texto. Por outro lado, há textos que apresentam um acentuado grau de fixidez, como uma fórmula de juramento, por exemplo. Quer diante de um grau menor de fixidez, quer diante de um grau maior, em ambos os casos tem-se repetição do que já foi estabelecido.

Reconhecendo a distinção entre esses dois primeiros tipos de historicidade, Kabatek ressalta o fato de uma TD poder estabelecer vínculo tanto com o primeiro tipo – a historicidade da língua – na medida em que um falante faz parte de uma comunidade idiomática, quanto com o segundo – a historicidade das tradições – por estar conectado a uma comunidade textual.

Ainda a respeito da distinção entre historicidade das línguas históricas e historicidade das tradições discursivas, Koch (2008) lembra que os grupos que constituem as línguas (ou suas variedades) são as comunidades linguísticas e os grupos que constituem as tradições discursivas são os grupos profissionais, religiosos, literários etc. Cada uma, portanto, cobrindo uma especificidade.

O terceiro, e último, conceito de historicidade – “historicidade genérica no sentido de uma ‘pertença à história’” – diz respeito estritamente a “acontecimentos individuais, irrepetíveis e únicos”, a cada texto situado “como acontecimento em algum lugar historicamente” (KABATEK, 2005a, p. 164-165). Esse tipo de historicidade, lembra Kabatek, ainda que possa ser desprezado ou abrigado dentro do segundo tipo de historicidade, está na base dos estudos filológicos tradicionais, pois as características de um texto individual, quer funcionais ou formais, podem ser tomadas como exemplo ou modelo para outros textos, vindo, nesse sentido, se constituir em parte da tradição, já que cada

tradição discursiva, como afirma Aschenberg (2003), corresponde a uma série histórica de discursos individuais.

Não podemos deixar de admitir que Coseriu, em sua teoria da linguagem, ao estabelecer distinção entre os conceitos de historicidade, acenou, de certa forma, para a possibilidade de estar contempladas tanto a história das línguas quanto a história das tradições discursivas. No entanto, o lugar em que as tradições discursivas deveriam ser alocadas constituiu uma questão sobre a qual os romanistas alemães se debruçaram. A esse respeito, Kabatek (2005b, p. 155) lembra que “independentemente do lugar exato que ocupem os dois filtros [língua/sistema – tradição discursiva] em relação aos três níveis coserianos, devemos reconhecer sua existência e sua importância na hora de nos comunicarmos”³².

2.2.2 A definição do conceito

Uma vez reconhecida a importância do legado coseriano para a teoria das tradições discursivas, vamos voltar nossa atenção agora para a definição desse conceito, que, embora congregue inúmeros trabalhos em torno desse tema, ainda gera dúvidas quanto a sua precisão terminológica.

Para os romanistas alemães, tradições discursivas dizem respeito, então, ao fato de um usuário de uma língua, diante de uma finalidade comunicativa, produzir seu discurso em conformidade com o já dito na sociedade, isto é, modelando-se por “tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, nas maneiras tradicionais de dizer ou de escrever” (KABATEK, 2003, p.3)³³, ou como o autor mesmo diz

³² Tradução do original: “independentemente del lugar exacto que ocupen los dos filtros respecto a los tres niveles coserianos, debemos reconocer su existencia y su importancia a la hora de comunicarnos”

³³ No original, “tradiciones textuales contenidas en el acervo de la memoria cultural de su comunidad, maneras tradicionales de decir o de escribir”.

mais adiante, reproduzindo-se suas próprias palavras, “falar não é somente dizer algo a alguém sobre as coisas de acordo com as regras de uma língua (seu sistema e norma), mas costuma ser, além disso, a realização de uma determinada tradição textual”(p. 4)³⁴.

Em virtude de o conceito de TD vir ganhando cada vez mais espaço nos estudos da linguística românica, bem como nos da história do espanhol da América e do português do Brasil, Kabatek reconhece ser necessário oferecer maiores e mais detalhadas explicações sobre esse novo paradigma científico para poder melhor precisar seu campo e objeto de pesquisa e, assim, minimizar equívocos, teóricos e metodológicos, decorrentes de uma possível confusão terminológica. O linguista retoma, então, o contexto de surgimento do termo, bem como alguns conceitos a ele relacionados, e chega à seguinte definição:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou com qualquer elemento de conteúdo cuja repetição estabelece um laço de atualização e tradição, quer dizer, qualquer relação que se possa estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados (KABATEK, 2005b, p. 159)³⁵.

Quando chama atenção para o fato de uma TD adquirir valor de signo³⁶ próprio, significável, Kabatek (2005b, p. 157) pretende deixar claro que, assim como não é

³⁴ No original: “hablar no es sólo decir algo a alguien sobre las cosas de acuerdo con las reglas de una lengua (su sistema y norma), sino que suele ser, además, según una determinada tradición textual de hacerlo.”

³⁵ Antes de apresentarmos o trecho original, julgamos oportuno lembrar que Kabatek, já demonstrando preocupação com a definição do termo, apresentara conceituação semelhante a esta (cf. KABATEK, 2003, 2004 on-line). O trecho original, então: “Entendemos por Tradición discursiva (TD) la repetición de un texto o de una forma textual o de una manera particular de escribir o de hablar que adquire valor de signo próprio (por lo tanto es significable). Se puede formar en relación con cualquier finalidad de expresión o con cualquier elemento de contenido cuya repetición establece un lazo entre actualización y tradición, es decir, cualquier relación que se puede establecer semióticamente entre dos elementos de tradición (actos de enunciación o elementos referenciales) que evocan una determinada forma textual o determinados elementos lingüísticos empleados.”

³⁶ Somos cientes de que a noção de signo para nós, linguistas, dispensa maiores esclarecimentos, no entanto, a fim de não comprometermos nossa argumentação, retomamos as palavras de Coseriu (1980, p.60), a respeito da função signo: “a uma unidade de língua no plano da expressão [ou do significante], deve (em geral) corresponder uma unidade no plano do conteúdo [ou do significado] diferente das outras unidades da mesma língua; e a uma unidade de conteúdo deve (em princípio) corresponder uma unidade de expressão”.

qualquer imagem acústica que constitui um signo linguístico, nem toda repetição de um elemento linguístico forma uma TD, como, por exemplo, a simples repetição de itens lexicais (artigos, preposições etc.) em vários enunciados; é preciso, pois, que haja uma combinação particular de uma série de elementos ou de uma forma textual, como uma saudação, por exemplo, para tornar possível a inserção de um texto na categoria TD. É preciso, assim, que essa combinação de elementos, uma vez evocada, requerida em uma situação concreta de interação verbal, produza efetivamente uma repetição e esta concretização produza significado. Chega-se, dessa forma, aos dois fatores definidores das TD: evocação e repetição.

A respeito da relação entre tradição discursiva e referência, Kabatek explica que, além do valor proposicional, uma TD também pressupõe uma referência a uma tradição concreta, pois uma TD, como “Bom dia!”, por exemplo, não pode ser vista somente como saudação; trata-se também de uma referência a uma tradição dessa saudação concreta. Nesse sentido, afirma: “uma TD é *mais* que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação etc., mas também relaciona esse texto com outros textos da mesma tradição” (2005b, p. 161 – grifo do autor)³⁷. Kabatek vê, assim, a formação de uma TD a partir de formas textuais já existentes na língua, em um constante diálogo entre o que se diz e o que já foi dito.

A partir da conceituação proposta por Kabatek, permitimo-nos, nesse momento da nossa viagem, levantar algumas analogias entre a teoria das tradições discursivas e o que discutimos anteriormente a propósito das formulações e reflexões de Bakhtin em sua teoria sobre os gêneros do discurso, relacionando-as ao nosso objeto de pesquisa – carta do redator/editorial –, para que possamos, então, como prometemos no início desta seção, compreender melhor nossa opção por este novo paradigma científico e, conseqüentemente, definir melhor a rota de nossa expedição.

³⁷ No original: “una TD es *más* que un simples enunciado; es un acto lingüístico que relaciona un texto con una realidad, una situación, etc., pero también relaciona ese texto con otros textos de la misma tradición.”

A respeito dos dois filtros pelos quais uma intenção de dizer passaria a fim de resultar em uma atividade concreta, isto é, em um enunciado, Bakhtin (2000, p. 304), sobre o domínio dos gêneros necessário a um desempenho discursivo satisfatório, lembra que “o locutor recebe, além das formas prescritivas da língua comum (os componentes e as estruturas gramaticais), as formas não menos prescritivas do enunciado, ou seja, os gêneros do discurso, que são tão indispensáveis quanto as formas da língua”.

Estabelecer relação com o que já foi dito também foi salientado por Bakhtin (2000) que, em sua teoria, chama atenção para o aspecto dialógico da linguagem, para o fato de um gênero não brotar de um espaço vazio, mas de um diálogo com outros já constituídos. Kabatek confirma o que estamos postulando quando admite que “o que funciona como tradição discursiva é um *intertexto* no sentido estrito de um texto que se repete” (2003, p.5)³⁸.

Bakhtin (2005) afirma, como já mencionamos anteriormente, que um gênero sempre recorda o seu passado. Essa afirmação nos leva aos dois traços definidores das tradições discursivas, salientados por Kabatek (2005b): evocação e repetição. Ao evocar, recordar o passado, uma TD, que se realiza no presente, inevitavelmente se repete, senão em sua totalidade, pelo menos em partes.

Bakhtin, ao afirmar e reiterar, em seu ensaio sobre os gêneros do discurso, que “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal e não pode ser separado dos anteriores que o determinam” (2000, p. 320) está ressaltando a existência de um diálogo nessa cadeia, ao mesmo tempo em que o vê dentro de uma dimensão histórica. Um objetivo acentuado nos trabalhos sob orientação da teoria das tradições discursivas é, a nosso ver, justamente considerar o contexto social e histórico no qual surgem e se desenvolvem os discursos, como tradições que se repetem, que se transferem de uma língua para outra e, nesse processo, conseqüentemente se adaptam às novas contingências, quer linguísticas, quer sociais, quer históricas.

³⁸ No original, “lo que funciona como tradición discursiva es un *intertexto* en el sentido estricto de un texto que se repite”.

No caso específico da TD com a qual trabalhamos, a carta do redator, como qualquer outro gênero, estabelece relação com outras formas textuais presentes na memória discursiva da sociedade em que circulam, e como tradição discursiva, que possivelmente tenha recebido influência de outra língua, manifestaria essa interferência através da adoção de elementos linguísticos – no plano da língua, da forma ou do conteúdo³⁹. Kabatek, a respeito da interferência de uma língua sobre outra no processo de adoção de uma tradição discursiva, cita, como exemplo, o caso do soneto que, ao chegar à França vindo da Itália, revela não só o contato de formas, mas também o de conteúdos e de línguas.

Kabatek (2005b), ao abordar a questão da interferência de uma língua sobre outra, leva em consideração a combinação de continuidades (ou descontinuidades) dos atos discursivos, isto é, a pertinência de elementos linguísticos – quanto à forma textual, ao conteúdo e à língua – que são mantidos (ou não) no processo de adoção (transmutação criadora) e de desenvolvimento de uma tradição discursiva (transmutação inovadora).

A propósito do surgimento e transformação, isto é, transmutação, dos gêneros, Bakhtin atribui esse processo ao desenvolvimento e complexificação das esferas de atividade humana, impulsionados por novas motivações sociais. Essa mesma explicação podemos atribuir ao surgimento (ou adoção) da carta do redator que se dá no momento de implantação da imprensa escrita em nosso país. Assim, as transformações pelas quais a sociedade oitocentista passou estariam refletidas não só nos gêneros constituídos, mas, sobretudo, nos que se transformam ou surgem.

Por sua vez, Kabatek (2003), discorrendo sobre a questão da introdução de novas tradições discursivas, aponta dois fatos relevantes. Primeiro, o de haver épocas mais conservadoras em oposição a outras mais receptivas, estas motivadas por inovações culturais ou técnicas. No caso da carta de redator, o seu surgimento foi motivado pela

³⁹ Língua, forma e conteúdo compõem os três planos de análise concebidos por Kabatek, dos quais falaremos mais adiante, ainda nesta seção. Por ora, esclarecemos que o termo língua é empregado no sentido coseriano e refere-se, portanto, a um idioma particular; forma, à configuração textual (composição e estilo em termos bakhtinianos); e conteúdo, ao tema.

época em que se deu a invenção da imprensa, ou, para pensarmos numa situação mais atual, os inúmeros gêneros que têm surgido e/ou se transformado em função das novas tecnologias que impulsionaram a criação da Internet. Segundo, o fato de mudanças no centro do poder poderem contribuir para a adoção de novas tradições.

É consensual a ideia de que uma mudança nas condições de produção acarreta inevitavelmente mudanças nos gêneros. A esse respeito, Aschenberg (2003, p. 11) afirma:

Uma mudança das condições midiáticas traz consigo uma mudança das tradições discursivas: a introdução da escrita nas línguas nacionais, a invenção da impressão tipográfica, a introdução de mídias eletrônicas causam a perda, a reorganização e a invenção de tradições discursivas. Nessas mídias eletrônicas articulam-se outros processos de um alcance ainda maior que, a longo prazo, afetam nossos hábitos cognitivos: a mudança na codificação material influencia a apreensão de textos, a reprodução na memória e, finalmente, a tradição das formas discursivas.⁴⁰

Para ilustrar, essa imbricação entre mudanças na sociedade e mudanças nas TD, Kabatek (2003, 2005b) cita as tradições jurídicas adotadas em um contexto de transformações políticas na história do espanhol; paralelamente podemos citar o fato de a Família Real ter-se mudado para o Brasil, o que possibilitou o desenvolvimento da imprensa brasileira e conseqüentemente a adoção de tradições discursivas já estabelecidas no periodismo europeu. Nesse sentido, Bakhtin já lembrara que “os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua” (2000, p. 285).

Como se vê, uma nova ordem nas práticas sociais e discursivas reclama uma nova forma de organização dos gêneros, das tradições discursivas, uma espécie de

⁴⁰ Antes de apresentarmos as palavras originais de Aschenberg, remetemos o leitor a Debray (1995) e Maingueneau (2001), ambos referidos na seção anterior (2.1), caso julgue interessante saber mais sobre a importância do mídiu na constituição dos gêneros. Eis o trecho original: “Wandel der medialen Bedingungen zieht Wandel der Diskurstraditionen nach sich. Die Verschriftung der Volkssprachen, die Erfindung des Buchdrucks, die Einführung elektronischer Medien bewirken Verlust, Umgestaltung und Neuerfindung von Diskurstraditionen. In diesen Veränderungen artikulieren sich andere, noch weiter reichende Prozesse, die langfristig unsere kognitiven Gewohnheiten betreffen: Wandel in der materiellen Kodierung beeinflusst die Aprehension von Texten, die Reproduktion im Gedächtnis und schließlich die Tradierung von Diskursformen”.

acomodação diante das novas exigências. Nesse sentido, a importância de nossa pesquisa se revela por visar contribuir com a diacronia dos gêneros, essa área de investigação ainda pouco explorada no Brasil, ao pretender resgatar o percurso histórico de um gênero tão presente na esfera jornalística de nossos dias.

Acreditamos também que, ao investigarmos a história de um gênero, estaremos em contrapartida investigando a história da nossa língua, pois, de acordo com a teoria das tradições discursivas, a história da língua e a história dos textos estão indissociavelmente imbricadas, ou, ainda, conforme afirma Bakhtin (2000, p. 285), “as mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam nos gêneros do discurso”.

Segundo Kabatek (2005b, p. 163), então, “quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é a evolução da língua, [...] mas *textos* de diferentes épocas, textos que são considerados representativos dos respectivos estados de língua.” (grifo do autor)⁴¹. Da mesma forma, Bakhtin (2000) salientou ser o estudo dos gêneros uma maneira de melhor compreender a natureza das unidades da língua. Desse modo, discutir sobre os gêneros do discurso, relacionando-os à história das línguas, é, pois, discutir a história das tradições discursivas, considerando as transformações linguísticas não só no plano da forma ou do conteúdo, mas também no plano da língua.

Se até aqui somos levados a acreditar que o conceito de tradição discursiva é o mesmo que o de gênero do discurso, Kabatek (2005b), com o propósito de desfazer a possível confusão, apresenta algumas distinções entre eles.

A primeira delas diz respeito ao fato de as tradições discursivas compreenderem não só as finalidades comunicativas mais complexas, como, por exemplo, os textos jurídicos, mas também os “atos de fala fundamentais, como a saudação, o agradecimento, a promessa”⁴² (KABATEK, 2005b, p. 155).

⁴¹ No original: “cuando se estudia la historia de una lengua, lo que se estudia no es la evolución de la lengua [...] sino *textos* de diferentes épocas, textos que se consideran representativos de los respectivos estados de lengua.”

⁴² No original: “actos de habla fundamentales como el saludo, el agradecimiento o la promesa”.

A respeito dessa distinção, lembramos que gêneros para Bakhtin não são somente os que se referem a comunicações mais complexas, mas também enunciados constituídos por uma só palavra, como podemos constatar na seguinte afirmação:

Na comunicação verbal, há muitíssimos tipos de enunciados avaliatórios, bastante padronizados, ou seja, um gênero do discurso valorativo que expressa o elogio, o encorajamento, o entusiasmo, a reprovação, a injúria: “Ótimo!”, “Ânimo!”, “Bravíssimo!”, “Que horror!”, “Burro!”, etc. (2000, p. 309-310).

Se Kabatek, de fato, só tivesse apontado essa distinção, diríamos que ela não seria suficiente para impedir que tomássemos tradição discursiva como sinônimo de gênero do discurso. No entanto, o romanista alemão vai além e aponta mais uma distinção, esta sim, a nosso ver, esclarecedora: o fato de uma TD não se referir somente a enunciados (gêneros) completos e poder comportar dentro dela outras tradições discursivas; poder se referir a uma determinada forma textual ou a determinados elementos linguísticos. Assim, por exemplo, a forma “Era uma vez” é entendida como uma tradição, um modo de dizer que se repete, dentro da tradição discursiva conto de fadas. Dito de outra forma, valendo-nos agora das palavras de Lamas (2006, p. 7): “Entre as tradições discursivas, encontram-se os tipos de texto (gêneros ou classes do discurso)”⁴³.

Pensemos em outro exemplo agora específico da nossa cultura. Quando um parlamentar inicia seu discurso dizendo: “Companheiros e companheiras”, esse vocativo funciona como uma TD dentro de outra, o discurso de político, já que revela um modo de dizer que vem se repetindo na sociedade. Com esse exemplo, poderíamos pensar que o conceito de TD se confundiria com o de interdiscursividade, pois nesse caso do vocativo há também uma referência a uma ideologia, um diálogo com discursos que reconhecemos como típicos de determinada visão política. No entanto, no caso da forma canônica de iniciar os contos de fadas essa possível interdiscursividade não se manifesta, uma vez que

⁴³ Convém esclarecer, antes de passarmos ao trecho original, que Lamas, ainda que reconheça, em nota de rodapé, que estes três termos – gênero textual, classe de texto, tipo de texto – habitualmente denominem dimensões distintas dos discursos, os emprega, neste seu texto, para designar o mesmo fenômeno linguístico-textual. No original: “Entre las tradiciones discursivas se encuentran los tipos de texto (géneros o clases de discurso)”.

não dialoga com uma ideologia, mas sim com outros textos. Portanto, o conceito de tradição discursiva não deve, necessariamente, ser associado ao de interdiscursividade, ainda que relações discursivas possam ser estabelecidas entre essas duas instâncias.

Com o objetivo de tornar mais clara nossa argumentação, poderíamos citar outro exemplo de TD inscrita em outra TD. Ainda hoje encontramos cartas que trazem em suas primeiras linhas, logo após o vocativo, a expressão: “Venho por meio desta”. Esta forma de iniciar uma carta, assim como tantas outras formas discursivas arquetípicas, para empregar um termo de Coseriu, é uma TD dentro da TD carta.

O que Kabatek pretende deixar claro é que uma tradição discursiva pode ser tanto um modo de dizer já convencionalizado (e, portanto, tradicional, no sentido daquilo que se transmite), como os três exemplos acima, quanto uma forma textual em sua totalidade. Recorrendo agora às palavras do romanista alemão: “não se trata de um sinônimo de ‘tipo textual’, ‘gênero’ etc. mas de um conceito mais amplo que inclui todo tipo de tradições do falar identificáveis, também subgêneros ou tradições dentro do mesmo gênero” (2005c, p.32)⁴⁴. Nesse sentido podemos dizer que “Era uma vez”, “Companheiros e companheiras” e “Venho por meio desta” são tradições discursivas, mas não são gêneros do discurso; e que conto de fadas, discurso de político e carta são tradições discursivas e são gêneros do discurso. Ou, mais uma vez, nas palavras de Kabatek (2005b, p. 156): “os gêneros são tradições de falar, tradições discursivas, mas nem todas as tradições de falar são gêneros.”⁴⁵.

Essas tradições do falar, como acentua Lamas (2006, p. 13), a propósito dos traços tradicionais dos textos de que fala Coseriu, são

características que costumam aparecer nos discursos: todos ou quase todos os falantes que empregam cada gênero as seguem; e todos ou quase todos as esperam no falar dos demais. Funcionam, operando sob traços

⁴⁴ No original: “no se trata de un sinónimo de ‘tipo textual’, ‘género’ etc. sino de un concepto más amplio que incluye todo tipo de tradiciones del hablar identificables, también subgéneros o tradiciones dentro del mismo género.”

⁴⁵ No original: “los géneros son tradiciones de hablar, tradiciones discursivas, pero no todas las tradiciones de hablar son géneros.”

essenciais, como convenções de grupos de falantes. São, em síntese, tradições discursivas regulares ⁴⁶.

Uma das consequências dessa concepção é que ela pressupõe que “uma TD não é sempre um texto repetido sempre da mesma maneira, pode ser também uma forma textual ou uma combinação particular de elementos” (KABATEK, 2004b, p.161)⁴⁷.

Aceitando essa “combinação particular de elementos [linguísticos]”, isto é, tradições discursivas regulares dentro de uma TD, e acreditando que essa característica, de alguma forma, possa ser o traço definidor entre uma e outra TD, Kabatek (2005b) propõe, em um projeto de pesquisa que vem desenvolvendo com outros estudiosos da área da Romanística, uma metodologia de trabalho baseada na teoria proposta pelo linguista alemão Wolfgang Raible (1992), conhecida como “Junktion”, a fim descrever procedimentos sintático-transfrástico e semântico no âmbito da língua, um dos planos de sua proposta de análise.

O Projeto B14, que teve início em 2005, volta-se para o estudo das tradições discursivas, diacrônicas, especificamente as de línguas românicas (espanhol, português, francês e italiano), a fim de verificar a possível variação por especificidade textual. Para tanto, investe em uma metodologia, não só qualitativa, mas, sobretudo, quantitativa, que serve para avaliar a relevância que a organização textual pode representar para a descrição histórico-gramatical.

Kabatek, então, à frente do Projeto B14, estuda e compara tradições discursivas de épocas passadas, em línguas diferentes, submetendo-as a três planos de análise: o que concerne à língua (entendida como o idioma em que determinada TD se realiza), o que concerne à forma textual (entendida como a configuração estrutural do texto) e o que se refere ao conteúdo (entendido como o assunto tratado). Kabatek leva em conta os fatos

⁴⁶ No original: “características que suelen aparecer en los discursos: todos o casi todos los hablantes que emplean cada género las siguen; y todos o casi todos las esperan en el hablar de los demás. Funcionan, por debajo de los rasgos esenciales, como convenciones de grupos de hablantes. Son, en síntesis, tradiciones discursivas regulares.”

⁴⁷ No original: “una TD no es siempre un texto repetido constantemente de la misma manera, puede ser también una forma textual o una combinación particular de elementos.”

conteudísticos, textuais e linguísticos, além dos históricos, que podem ser pesquisados em um texto. O foco de maior interesse do romanista alemão, nesse projeto, é investigar a relação entre tradições discursivas e mudanças linguísticas, pois procura comprovar a tese de que uma mudança na língua reflete uma mudança na forma como essa língua é atualizada em textos, em tradições discursivas.

A metodologia de trabalho de Raible, baseada em um esquema morfossintático-semântico, busca descrever e classificar os “juntores” de uma língua – “elementos dêiticos, elementos de coordenação ou de subordinação (conjunções), construções absolutas, construções participiais, grupos proposicionais, preposições simples etc.” (KABATEK, 2005b, p.166)⁴⁸ – para proceder à comparação entre línguas. Os juntores são analisados, por um programa computacional, através de combinações dadas no eixo vertical (eixo das relações morfossintáticas – agregação e integração) e no eixo horizontal (eixo da complexidade crescente de relações semânticas). Assim, por exemplo, analisando as possibilidades de subordinação em uma língua, em uma determinada TD, teríamos no eixo vertical as conjunções subordinantes e no eixo horizontal as relações semânticas expressas pelas conjunções. Os resultados revelariam quais combinações seriam mais ou menos frequentes dentro daquela TD.

O objetivo do trabalho de Raible, como esclarece Kabatek, foi a comparação entre línguas, no entanto, dentro do projeto B14, essa mesma análise de elementos linguísticos na superfície textual oferece a possibilidade de viabilizar a comparação entre tradições discursivas, pelo menos em textos claramente diferenciados.

Com essa proposta metodológica, Kabatek (2005b, p.168) busca, então, “determinar a relação entre os juntores que se encontram em um texto e a TD à qual o texto pertence”⁴⁹ para confirmar a hipótese com a qual está trabalhando: “*Os esquemas de*

⁴⁸ No original: “elementos dêiticos, elementos de coordinación o de subordinación (conjunciones), construcciones absolutas, construcciones de participio, grupos preposicionales, preposiciones simples, etc.”

⁴⁹ No original: “determinar la relación entre los juntores que se encuentran en un texto y la TD a la cual pertenece el texto.”

junção de um texto – juntores que contém e frequência relativa – são sintomas para determinar a tradição discursiva a que pertence (grifos do autor)⁵⁰.

As primeiras análises desenvolvidas por Kabatek partiram, então, do trabalho filológico sobre textos jurídicos em língua espanhola do século XIII (*fazaña, fuero e suma*, de que falamos em nossa introdução) e puderam mostrar que textos de um mesmo domínio discursivo – no caso o jurídico – e com uma mesma finalidade de expressão – texto jurídico normativo – podem se atualizar de modo bem diferenciado e pertencer, assim, a tradições discursivas bastante diversas (KABATEK, 2005b).

Tendo em vista que o trabalho de Kabatek tinha como objeto de estudo textos distintos, ainda que do mesmo âmbito, e que o nosso volta-se para um específico – editorial de jornal – afastamo-nos, neste momento, da proposta metodológica adotada pelo romanista alemão, no âmbito do Projeto B14.

Tal proposta serve para marcar diferenças no uso de elementos linguísticos entre gêneros, isto é, entre tradições discursivas, bem diferentes, como, por exemplo, uma notícia e um editorial, para nos situarmos no domínio jornalístico. No entanto, não pareceria tão produtiva para revelar diferença no emprego de elementos linguísticos de gêneros bastante assemelhados, como, por exemplo, um editorial e um artigo de opinião, em uma mesma língua. Além do mais, não pretendemos fazer análise de uma tradição discursiva, considerando fenômenos que se prendem estritamente à superfície textual, à estrutura da língua, sem albergar aspectos discursivo-pragmáticos.

Para os nossos propósitos, não nos bastaria uma investigação que não fosse além da análise da frequência relativa dos elementos linguísticos, ainda que considerássemos para a descrição da TD, como faz Kabatek, informações vindas de outras áreas, como a História e o Jornalismo, no nosso caso. Tal opção poderia fazer pressupor que estivéssemos tomando a língua somente como um sistema de combinações possíveis e que o sistema fosse suficiente para explicar a enunciação como um todo. Como bem lembra Bakhtin

⁵⁰ No original: “*Los esquemas de junción de un texto – juntores que contiene y frecuencia relativa – son síntomas para determinar la tradición discursiva a la que el texto pertenece.*”

(1992, p. 141) “se ficarmos nos limites das categorias gramaticais [...], jamais poremos a mão sobre a inacessível enunciação completa. As categorias da língua puxam-nos obstinadamente da enunciação e de sua estrutura para o sistema abstrato da língua”. Ou como acentua López Serena (2006), também dedicada a estudos da Romanística, para compreender e analisar uma TD, como objeto discursivo complexo, é preciso abandonar a ideia de que as tradições discursivas, ou gêneros do discurso para Bakhtin, se formam a partir de componentes simples e por relações limitadas entre eles.

Valentina Vincis (2006, no prelo), baseada “essencialmente no fenômeno de *junción* (em alemão *Junktion*), segundo a teoria proposta por Wolfgang Raible”⁵¹, a mesma a que recorre Kabatek, apresenta uma análise sintático-semântica de textos selecionados de cinco obras do castelhano medieval, a fim de comprovar a validade do método. Após explicações baseadas em exaustivos dados ilustrados por várias tabelas, a pesquisadora chega à conclusão de que não se pode fundamentar uma investigação de TD somente em uma análise das técnicas de junção, ainda que se possa chegar a dados relevantes, e sugere que se deva “partir diretamente da análise do texto e derivar daí informações sobre a pertença de suas partes a determinadas tradições discursivas”⁵².

É importante salientar que Kabatek (2005b, p. 174) também não considera a análise da superfície textual suficiente para o estudo das TD, pois, como bem lembra, “a quantificação de elementos nunca vai ser um substituto da análise filológica detalhada, mas é uma base objetiva para a comparação, fundamento de qualquer estudo de evolução histórica.”⁵³. E ainda quando, em outro texto, afirma:

no estudo das TD, podemos distinguir três enfoques fundamentais: o primeiro se refere aos fatores históricos que levam à criação ou à adoção de novas TD; o segundo, à descrição das características particulares das

⁵¹ No original: “esencialmente en él fenómeno de *junción* (alemán *Junktion*), según la teoría propuesta por Wolfgang Raible”.

⁵² No original: “partir directamente del análisis del texto y derivar de ahí informaciones sobre la pertenencia de sus partes a determinadas tradiciones discursivas”.

⁵³ No original: “la cuantificación de elementos nunca va a ser um sustituto del análisis filológico de detalles, pero es una base objetiva para la comparación, fundamento de cualquier estudio de evolución histórica”.

diferentes TD; e o terceiro, à relação entre as TD e a história da língua em geral. (KABATEK, 2005c, p. 34)⁵⁴.

Sendo assim, embora não venhamos a contemplar a proposta teórico-metodológica de Raible, *Junktion*, concordamos com muitos dos resultados a que o grupo da Linguística Românica alemã tem chegado, e que, mesmo não empregando o método de Raible por não atender aos nossos objetivos específicos neste estudo, mantemos nossa opção pelo conceito de tradição discursiva, pois, com esse posicionamento, pretendemos reconhecer o fato de o termo tradição discursiva chamar a atenção para a historicidade dos gêneros, aspecto que queremos ressaltar em nosso estudo.

Por outro lado, não podemos deixar de admitir que empregar, dentro de uma mesma teoria – Linguística Românica alemã –, um mesmo termo, isto é, uma mesma categoria – tradição discursiva – para fazer referência a objetos distintos – o enunciado como um todo (por exemplo, conto de fadas) ou parte dele (por exemplo, *Era uma vez*) – pode gerar certa confusão terminológica. No entanto, paradoxalmente, é justamente esse termo que acena para a possibilidade de podermos ver uma tradição discursiva (uma forma particular de dizer; uma forma fixa e convencional) dentro uma tradição discursiva (uma forma textual em sua totalidade; um gênero do discurso).

Em nossa pesquisa nos detivemos em tomar como objeto de investigação uma tradição discursiva em sua completude; não nos prendemos, especificamente, à análise de possíveis tradições discursivas (construções linguísticas arquetípicas) que poderiam ser distinguidas dentro do editorial, o que não nos impediu de reconhecê-las quando as encontramos.

Queremos acentuar, mais uma vez, que esta nossa opção não vem, de maneira alguma, da não adesão ao conceito de TD nem da forma de perceber o surgimento, a constituição e a reestruturação e renovação das TD. É justamente o conceito de TD que

⁵⁴ No original: “en el estudio de las TD, podemos distinguir tres enfoques fundamentales: el primero se refiere a los factores históricos que llevan a la creación o a la adopción de nuevas TD; el segundo, a la descripción de las características particulares de las diferentes TD; y el tercero, a la relación entre las TD e y la historia de la lengua en general.”

permite, a nosso ver, ultrapassar o conceito de gênero e verificar variações (outras tradições) no interior de um mesmo gênero, por exemplo, modos de dizer encontrados no editorial de jornal que não são observados no editorial de revista, e perceber a variação observada, como diz Kabetek (2005b), como uma espécie de espelho sincrônico da evolução diacrônica.

Concordamos com Aschenberg (2003, p. 8), quando afirma que temos, sim, a ganhar com o termo tradição discursiva, porque

Primeiramente ele [o termo tradição discursiva] acentua a historicidade dos textos, uma característica que não se refere à particularidade histórica do texto concreto, mas à convencionalidade e à regularidade que marcam o texto concreto como um produto da aplicação de determinados padrões midiáticos e conceituais e como pertencente a um gênero histórico e, além disso, a um universo discursivo.⁵⁵

Aschenberg, continuando sua defesa em favor do conceito de tradição discursiva, comparado com o de gênero textual, lembra, baseada em Wulf Oesterreicher, que com a historicidade, acentuada no emprego do termo tradição,

associam-se tarefas como a reconstrução e a recontextualização: reconstrução da formação e da mudança de tradições discursivas com base, primeiramente, nos fenômenos que se manifestam nos textos em questão; recontextualização no sentido de restituição dos espaços comunicativos nos quais eles têm sua origem (2003, p. 8)⁵⁶.

É reconhecida, portanto, a contribuição que o conceito de TD bem como a proposta de Kabetek emprestam a esta nossa investigação e mais ainda aos estudos diacrônicos dos gêneros, ao resgatar o valor da Linguística Histórica, associando-a aos estudos das TD. É mérito da Linguística Românica alemã o fato de se passar a compreender

⁵⁵ Tradução do original: “In erster Linie akzentuiert er die Historizität Von Texten, wobei hier nicht historische Partikularität des Einzeltextes gemeint ist, sondern Konventionalität, Regelmäßigkeit, die den Einzeltext als durch bestimmte mediale und konzeptionelle Muster geprägt einer historischen Gattung und des weiteren einem Diskursuniversum zugehörig kennzeichnen”.

⁵⁶ Tradução do original: “verknüpfen sich Aufgaben wie Rekonstruktion und Rekontextualisierung: Rekonstruktion der Herausbildung und des Wandels Von Diskurstraditionen auf der Grundlage zunächst der in den Texten selbst sich manifestierenden Phänomene; Rekontextualisierung im Sinne Von Restitution der ihnen ursprünglichen Kommunikationsräume”.

a mudança linguística tendo em conta a relação entre tradições discursivas e evolução da língua.

Sabendo, então, como acentua Valentina Vincis (2006, no prelo), que “uma das prioridades fundamentais é a de identificar instrumentos de análises válidos para a investigação descritiva das TD”⁵⁷, e que o modelo de análise de Raible não se aplica aos nossos objetivos, como já salientamos, optamos, diante dessa necessidade premente e pelas razões já expostas, por traçar um caminho teórico-metodológico próprio. É o que passamos a mostrar no próximo capítulo.

⁵⁷ No original: “una de las prioridades fundamentales es la de individuar instrumentos de análisis válidos para la investigación descriptiva de las TD”.

3 DEFININDO O PERCURSO: uma proposta teórico-metodológica para o estudo diacrônico dos gêneros

*Tenho de saber agora
qual a verdadeira via
entre essas que escancaradas
frente a mim se multiplicam.*

(João Cabral de Melo Neto. **Morte e vida severina**)

Como trabalhamos com a análise de gêneros do ponto de vista diacrônico, de modo a dar conta das transformações pelas quais um gênero, por nós tomado como tradição discursiva, passa no curso de sua história, isto é, das manifestações iniciais ao seu reconhecido estabelecimento no curso das práticas discursivas de determinada esfera de comunicação, partimos, inicialmente, do que concebemos como a categoria maior – a transmutação –, por nós denominada arquicategoria¹.

A transmutação, termo emprestado de Bakhtin, seria, pois, a arquicategoria teórica subjacente a toda e qualquer análise que tome um gênero em sua trajetória histórica. Em nossa perspectiva, é essa categoria que abriga e explica teoricamente as transformações pelas quais um gênero, quer tomado como gênero do discurso, quer como tradição discursiva, passa no decorrer de suas sucessivas atualizações no seio da esfera que o engendra ou acolhe.

¹ Ao empregarmos o termo “arquicategoria”, valemo-nos do prefixo grego *arch*, que significa “acima” “superior” (FERREIRA, 1986; CUNHA, 1987), como, por exemplo, em arcanjo, arcebispo, arquidiocese, arquibancada. Justamente por concebermos a transmutação como uma categoria superior, sob a qual outras estariam abrigadas, julgamos pertinente o termo. Valemo-nos ainda da semelhança com o termo arquifonema, “entidade mais abstrata [...] e resulta da neutralização de um traço [...]” (SCLIAR-CABRAL, 1982, p.70), uma vez que podemos considerar as sucessivas transformações pelas quais um gênero passa também como uma espécie de neutralização de traços.

Em nosso caso, que tomamos o editorial de jornal como objeto de investigação, a subcategoria da arquicategoria transmutação seria a transmutação inovadora interna², pois não damos conta de capturar o surgimento do gênero (o que configuraria a transmutação criadora), senão as modificações observadas por meio da comparação entre diversos exemplares de épocas distintas.

Para chegar à análise diacrônica dos gêneros do discurso, ancorando-nos na transmutação inovadora interna, concebemos, então, duas dimensões, duas categorias teóricas – **contexto** e **texto**. A primeira responde pelos aspectos de natureza social, histórica e ideológica; e a segunda, pelos aspectos de natureza linguística e discursiva e ainda aspectos ligados à configuração grafoespacial.

Esses vários aspectos revelam a complexidade do fenômeno com o qual estamos trabalhando e sobre a qual há unanimidade. Maingueneau, por exemplo, referindo-se a gênero de discurso, retoma-o como um “ato de linguagem de um nível de complexidade superior” (2001, p. 65). Considerando, portanto, esse fato, bem como pretendendo contemplá-lo, recorreremos, para a construção da nossa proposta de análise, à abordagem multirreferencial.

A multirreferencialidade, concebida no âmbito da educação, foi inicialmente proposta por Jacques Ardoino (1990), antropólogo francês, diante do reconhecimento da complexidade e heterogeneidade que marcam as práticas sociais. Ao pretender assegurar essa complexidade, a abordagem multirreferencial busca conjugar diversas perspectivas teóricas e/ou disciplinas, não redutíveis umas às outras, visando dar conta da pluralidade que envolve o fenômeno investigado³.

Aceitar fenômenos sociais como complexos implica, pois, reconhecer a existência de uma rede de interdependência em que eles estão inseridos. Analisá-los e descrevê-los de forma adequada, portanto, somente é possível se a rede de relações de que fazem parte também for considerada. Nesse sentido, buscamos, como já sinalizamos no

² Cf., no capítulo anterior, seção 2.1, Gênero do discurso e transmutação.

³ A propósito da abordagem multirreferencial, cf. ainda Ardoino (1998) e Barbosa (1998).

primeiro capítulo ao apontar os passos de nossa caminhada, outras perspectivas que possam nos ajudar a olhar para o editorial, prática social, em toda a sua extensão (ou pelo menos em quase toda).

Conceber o gênero dessa maneira é, em contrapartida, concebê-lo bakhtinianamente, pois estamos aceitando que seja composto tanto por uma dimensão social, na qual se analisam a situação de interação entre os interlocutores bem como o contexto histórico que os circunda, quanto por uma dimensão verbal, na qual se analisam mecanismos linguísticos e textuais a serviço do intuito discursivo do locutor; e também kabatequianamente, pois, na teoria das tradições discursivas, são consideradas na descrição tanto informações sobre aspectos sócio-históricos quanto sobre os sujeitos nelas envolvidos, além da análise de elementos linguísticos. Tanto para Bakhtin, quanto para Kabatek, os gêneros não podem ser compreendidos fora da situação de produção que os engendrou, fora, portanto, da sua intrincada rede de relações.

É justamente diante dessa situação de produção que os gêneros, atividades sociais, veem-se submetidos a um conjunto de condições de êxito, de que falou Maingueneau (2001, p. 65-69). Para o linguista francês, essas condições de êxito dizem respeito a: a) *uma finalidade reconhecida*, o estabelecimento do propósito ao qual determinado “ato de linguagem” busca atender; b) *o estatuto dos parceiros legítimos*, o papel que enunciador e co-enunciador assumem nesse ato; c) *o lugar e o momento legítimos*, o espaço onde circula e o tempo em que circula; d) *um suporte material*, o meio de existência material, isto é, a dimensão midiológica; e, por fim, e) *uma organização textual*, os modos de encadeamento dos elementos que constituem linguisticamente o gênero.

Tendo em conta tais condições de êxito, buscamos, assim, contemplar, do ponto de vista teórico-metodológico, categorias que respondam pelo contexto situacional em que esse gênero surge ou se firma (como também pelo contexto que o engendra durante seu tempo de circulação), e pela materialidade linguística, incluindo aspectos linguísticos e discursivos, uma vez que pretendemos, com nossa pesquisa, inaugurar a inserção de tais

aspectos no âmbito dos estudos filológicos da língua. Ao considerarmos as duas dimensões – contexto e texto – constitutivas dos gêneros, pretendemos contemplar uma abrangência maior do enunciado, atualizado em um gênero do discurso, vale dizer, em uma tradição discursiva. É sobre cada uma dessas dimensões que passamos a falar mais detalhadamente.

3.1 A dimensão do contexto

Ao propormos o contexto como uma dimensão a ser considerada em uma análise diacrônica de gêneros, estamos, como na Linguística Românica alemã, incorporando a contribuição que a Pragmática deu aos estudos linguísticos, ao sedimentar a ideia de que a descrição de fenômenos linguísticos se faz atrelada a seu contexto de atualização. Dessa forma, não poderíamos analisar o fenômeno editorial, ou qualquer outro, sem levantarmos o contexto em que tais textos foram (são) produzidos. Atendemos, assim, à imperiosa necessidade de se analisar um gênero considerando o contexto situacional em que é realizado, uma vez que sabemos não existir gênero que não seja afetado pelo contexto.

O papel do contexto é tal que as escolhas que um falante faz diante de uma intenção comunicativa, como, por exemplo, a modalidade e a variedade linguística, o suporte⁴, e o próprio gênero, decorrem de condições contextuais. E são essas condições contextuais que vão nos fornecer um outro aporte para melhor compreender a constituição e a circulação de um gênero em uma dada esfera de comunicação.

Quando empregamos o termo contexto, sabemos, como acentuam Charaudeau e Maingueneau (2004), ao discorrerem sobre as distinções que tal vocábulo pode reclamar, que seu conceito envolve aspectos tanto de natureza linguística (cotexto), quanto de

⁴ Ainda que haja, no âmbito da Linguística Textual, fecundas discussões sobre o conceito de suporte, uma delas a de Távora (2008), valemo-nos aqui da definição proposta por Marcuschi (2003, p. 11), para quem suporte textual é “um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto.”

natureza não-linguística (situação sócio-histórico-cultural circundante). No entanto, nesta nossa dimensão da análise, focalizamos apenas os aspectos não-linguísticos, uma vez que os linguísticos serão considerados na segunda dimensão, a do texto. Salientamos, por outro lado, que essa separação é meramente didática, pois em nenhum momento deixamos de considerar a indissociabilidade dessas dimensões, isto é, entre contexto e texto.

Dentro dessa primeira categoria teórica – contexto –, pretendemos nos voltar para “o lugar e o momento legítimos”, o “estatuto dos parceiros legítimos” e a “finalidade reconhecida”, de que falou Maingueneau (2001) para, então, cobrir informações sobre o tempo, relacionado ao aspecto histórico, e sobre o espaço, relacionado ao aspecto social, em seguida sobre o perfil social dos interlocutores e por último sobre o propósito comunicativo. Ao incluir estas duas categorias analíticas – *tempo* e *espaço* –, estamos nos apoiando ainda no conceito de cronotopo, que se refere à relação entre tempo (*cronos*) e lugar (*topos*), tomado por Bakhtin (1988) da teoria da relatividade de Einstein e transportado para a literatura como uma “categoria conteudístico-formal” (p. 211) para analisar a indissolubilidade dos aspectos temporais e espaciais na constituição do gênero romanesco. A importância dessa categoria é tamanha que Bahktin chega a afirmar que “o gênero e as variedades de gênero são determinados justamente pelo cronotopo” (p. 212).

Com as categorias tempo e espaço, pretendemos, então, considerar o contexto sócio-histórico em que os editoriais se inserem, focalizando, no caso dos textos do século XIX, especificamente a história político-social do Ceará e a história da imprensa cearense, por acreditarmos que os acontecimentos históricos se refletem tanto na língua quanto nas características textuais, seja qual for o gênero em questão, pois, como bem lembra Maingueneau,

a cada gênero associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. O gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espaço de sua legitimação. Estas não são “circunstâncias” exteriores, mas os pressupostos que o tornam possível (1997, p.36).

Com essa instância de análise – tempo e espaço –, voltamos nosso olhar tanto para o cronotopo da enunciação (os aspectos sócio-históricos de que falamos acima),

quanto para o cronotopo do enunciado. Assim, paralelamente, vamos chegar à topografia (lugar no suporte material) e à temporalidade (periodicidade) do editorial nesses dois últimos séculos.

Buscamos, também, a partir da concepção de língua como fenômeno de interação social (BAKHTIN, 2000), e de texto como o lugar dessa interação, no qual os interlocutores se constroem e são constituídos (MAINGUENEAU, 1997), identificar o perfil social dos redatores prováveis, pois o editorial não traz autoria declarada, e dos leitores presumíveis dos textos selecionados, notadamente os do século XIX e início do século XX. É nessa etapa que, objetivando situar melhor o momento histórico, social e político em que tais textos eram produzidos e consumidos, voltamos nossas lentes para os respectivos períodos históricos do País – colonial, imperial e republicano – para percorrer a história do editorial, do surgimento à completa estabilização na imprensa do Ceará, e ainda para a caracterização da população letrada/leitora da época, quando esse dado se mostrar relevante para a compreensão da categoria analisada.

Levantando o quadro espaço-temporal, assim como o *lugar e papel social* dos interlocutores – essas outras duas categorias analíticas, dentro dessa mesma dimensão – contexto –, estamos tentando “articular o ‘como dizer’ ao conjunto de fatores do ritual enunciativo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 36), uma vez que as formas de dizer revelam implícitos que instauram a interação como um processo de negociações compartilhadas entre enunciador e enunciatário.

Quando falamos de lugar, estamos nos referindo à posição que o sujeito assume no discurso e não a status socioeconômico, ainda que a posição, muitas vezes, esteja associada a essa condição. Assim, interessa-nos considerar o sujeito na “instância da enunciação”, e não “antes que enuncie” (MAINGUENEAU, 1997, p. 33), uma vez que é a posição discursiva (e não a condição empírica), associada ao contexto sócio-histórico (analisado através da categoria anterior) que nos dirá mais sobre constituição e circulação do gênero editorial. Governado por regras que definem o que pode e o que deve ser dito, o

lugar (por exemplo, a escola, o sindicato) nos diz, então, sobre a representação do sujeito no discurso, isto é, a instituição, o segmento ou grupo social de onde enuncia.

Por outro lado, quando falamos de papéis, estamos nos referindo especificamente aos papéis institucionais (por exemplo, professor numa aula; dirigente sindical numa reunião de trabalho) que são associados aos diversos gêneros. Como lembra Maingueneau (1998, p. 103), “não é necessário ser professor por profissão para se encontrar numa posição de ensinamento numa interação”, pois pode acontecer, por exemplo, de um professor numa interação com o aluno desempenhar o papel de confidente, no entanto ele permanece professor, o que nos leva a deduzir que os papéis são constantemente percebidos em relação aos status sociais. Os papéis dizem respeito, portanto, às diferentes posições que um sujeito pode assumir e, nesse sentido, dependem da interação que os participantes instituem no processo discursivo.

Retomando a distinção que Bakhtin (1992) faz entre esferas do cotidiano (familiares, íntimas, comunitárias etc.) e esferas dos sistemas ideológicos constituídos (da ciência, da arte, da política, da imprensa etc.), Rojo (2005) lembra que, em cada uma dessas esferas, os parceiros da enunciação podem ocupar determinados lugares sociais (e não outros) e instituir determinadas relações hierárquicas e interpessoais (e não outras); selecionar certos assuntos para abordar (e não outros); adotar determinadas finalidades ou intenções comunicativas (e não outras), a partir de apreciações que fazem sobre o tema e a parceria estabelecida no discurso. Rojo ressalta que essas relações entre parceiros não acontecem num vácuo social, uma vez que são “estruturadas e determinadas pelas formas de organização e de distribuição dos lugares sociais nas diferentes instituições e situações sociais de produção dos discursos” (p. 197).

Baseando-nos, então, no fato de que “a enunciação é o produto da interação de indivíduos socialmente organizados” e ainda que não há interlocutor abstrato, pois, não havendo um interlocutor real, “este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social” (BAKHTIN, 1992, p. 112) ao qual o locutor se vincula, consideramos nesta instância analítica, como já anunciamos, o lugar de onde o sujeito enuncia, o papel que

assume nessa enunciação, bem como o lugar e o papel do seu interlocutor, para irmos, assim, montando o mosaico que compõe a tradição discursiva em análise.

O lugar e o papel social podem ser capturados a partir de escolhas lexicais, que funcionam como pistas de onde os sujeitos enunciam e da posição que ocupam em seu discurso. Acreditamos, assim como Maingueneau, que o “*estatuto de sujeitos enunciadores e de seus presumíveis destinatários é inseparável dos gêneros de discursos utilizados*” (1997, p.39 – grifos do autor) e que a relação entre os interlocutores deve ser considerada, porquanto “quando se subestima a relação do locutor com o *outro* e com os enunciados (existentes ou presumidos), não se pode compreender nem o gênero nem o estilo de um discurso” (BAKHTIN, 2000, p. 324 – grifo do original).

Em informações contidas no expediente dos jornais analisados e em obras que reconstituem a história do jornalismo no Ceará, bem como a prática do editorial jornalístico cearense nos dias atuais, buscamos identificar o perfil dos redatores e seu público leitor, tendo em vista que o gênero garante tanto ao enunciador quanto ao co-enunciador a legitimidade que ocupam no processo enunciativo. O lugar e o papel estão ligados à identidade discursiva dos participantes do ato de linguagem, já que os sujeitos falam de um lugar (espaço de representação social, por exemplo, a igreja, a escola) e desempenham um papel (função instituída no discurso, por exemplo, o padre, a professora) intrinsecamente relacionado a esse lugar.

Por outro lado, sabemos ainda que os sujeitos enunciadores quando se dirigem aos seus destinatários o fazem movidos por alguma intenção, o fazem movidos por algum propósito. Esse intuito discursivo, esse “querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*” (BAKHTIN, 2000, p. 301 – ênfase do original), que, em contrapartida, atenda ao seu propósito. Por esse motivo, não vemos como deixar de considerar, nesse ponto de nossa análise, o propósito comunicativo a que os gêneros atendem. Assim, após o levantamento do contexto sócio-histórico – tempo e espaço – dos textos, bem como do perfil dos enunciadores e destinatários – lugar e papel social –,

buscamos a identificação do(s) *propósito(s) comunicativo(s)* dos editoriais de nosso *corpus*, isto é a “finalidade reconhecida”, mencionada por Maingueneau (2001).

A inclusão do propósito comunicativo, tal como concebido por Swales (1990), como uma das categorias da análise proposta, se deve ao fato, além do já mencionado acima, de estarmos, primeiramente, postulando uma análise de gêneros. O propósito comunicativo, ainda que não deva ser tomado como categoria central na definição de um gênero, continua sendo, para quem busca compreender melhor as ações sociais corporificadas por meio verbal, um “critério privilegiado”, “um conceito viável e valioso”, como bem acentuam Askehave e Swales (2001). Em segundo lugar, se deve ao fato de contexto e propósito comunicativo guardarem uma estreita relação de imbricação, como argumenta a própria Askehave (1998 apud ASKEHAVE; SWALES, 2001, p. 203): “se desejamos descobrir e identificar o propósito de um texto, não podemos evitar a investigação do contexto [cultural e situacional] em que o texto é utilizado”⁵.

Assim, se levantássemos o contexto e não nos valéssemos dele para chegar ao(s) propósito(s) comunicativo(s), teríamos reduzido a extensão da aplicabilidade dos dados levantados. E, por último, o fato de ser o propósito uma categoria percebida pelos próprios usuários do gênero, pois, como salienta Swales (1990), os propósitos são compartilhados e reconhecidos pelos membros experientes da comunidade na qual o gênero é praticado e dessa forma constituem o fundamento lógico do gênero.

Nessa primeira dimensão da análise – contexto –, buscamos proceder, então, à identificação e caracterização dos redatores e dos leitores dos textos que compõem nosso *corpus*; à retomada da história dos jornais em que tais textos eram (são) veiculados, estabelecendo relação com os fatos sociais, históricos e políticos pelos quais passou o estado do Ceará nesses dois últimos séculos, e reconstruindo conseqüentemente o quadro espaço-temporal; e ainda ao reconhecimento do(s) propósito(s) comunicativo(s) dos textos caracterizados como carta do redator ou editorial. Estamos, assim, identificando quem

⁵ Tradução do original: “if we want to discover and identify the purpose of a text, we cannot avoid investigating the context in which the text is used”.

eram os redatores, em que condições e circunstâncias interagiam e o que pretendiam nessa interação.

Antes de passarmos à segunda dimensão, ilustramos, com a figura a seguir, esta primeira dimensão da análise.

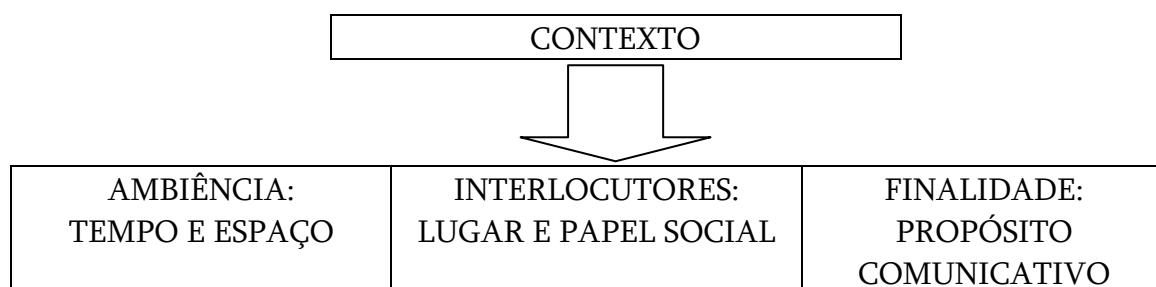


Figura 7 – Contexto: a primeira dimensão da análise

Assim, na primeira dimensão da análise, dentro da categoria teórica **contexto**, temos três instâncias de análise: *ambiência*, *interlocutores* e *finalidade*. Cada uma dessas instâncias responde, respectivamente, pelas seguintes categorias analíticas: *tempo e espaço*; *lugar e papel social*; *propósito comunicativo*.

3.2 A dimensão do texto

Com a segunda dimensão da análise – **texto** –, pretendemos dar conta de aspectos linguísticos e discursivos não contemplados na primeira dimensão, tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo, por acreditarmos que um não pode ser separado do outro. Nesse sentido, nossa análise, nessa dimensão, se vale de três instâncias – *conteúdo*, *norma* e *forma* – buscando cobrir, assim, outros elementos que entram na composição de um gênero.

Antes de passarmos ao detalhamento de cada uma dessas instâncias de análise, julgamos oportuno lembrar que, como pretendemos observar traços de mudança e

permanência no editorial, nosso trabalho, nesse ponto, revela uma interface também com a Comunicação. Recorremos, como veremos mais adiante em nossa viagem, à definição e à caracterização atribuídas, por essa área de estudo, ao editorial, buscando informações sobre seu arcabouço textual e seu status dentro do jornal, sempre estabelecendo relação com resultados de pesquisas, já citadas, em Linguística que investigaram a constituição e a configuração desse gênero. Quando possível, consideramos descrições e definições deste mesmo gênero em outras sociedades, como levantaram Melo (1985, 2003) e Chaparro (2008), uma vez que a instalação da imprensa no Brasil foi fortemente influenciada por modelos europeus. É nosso propósito, com esse procedimento, considerar o que já foi pesquisado sobre esse gênero do discurso, de modo a estabelecer comparação, também nesse aspecto, entre o editorial dos nossos dias (sincronia) e as manifestações mais antigas desse gênero em jornais cearenses (diacronia).

Como dizíamos, voltamos nosso olhar, na primeira instância dessa dimensão analítica, para o conteúdo. Quando falamos de conteúdo, estamos nos referindo ao tópico, entendido como “o assunto acerca do qual se está falando ou escrevendo” (BROWN; YULE, 1983, p. 73)⁶.

Quando entendemos o tópico como uma questão de conteúdo, o fazemos por vê-lo como um elemento central do discurso, em torno do qual os interlocutores envolvidos no ato comunicativo interagem e se manifestam verbalmente. É nesse sentido que o tópico é visto, e mais uma vez nos valendo de Brown e Yule (1983), como dependente de um processo de colaboração que mobiliza os participantes do evento comunicativo. Por outro lado, sabemos também que o produtor do texto, como assinala Bakhtin (2000, p. 206), “é orientado pelo conteúdo [...] ao qual ele dá forma e acabamento por meio de um material determinado”.

Pretendemos, então, identificar, em cada texto do *corpus*, o *tópico discursivo*. Para tanto, nos apoiamos nos critérios de centração e de organicidade, apontados por Jubran (2006) como as duas propriedades que particularizam o tópico.

⁶ Tradução do original: “the subject about which one is speaking or writing”.

A centração, capacidade de focalizar um referente, um assunto, abrange a concernência (relação de interdependência semântica entre porções do texto), a relevância (proeminência do assunto) e a pontualização (localização de enunciado considerado focal). Por sua vez, a organicidade diz respeito às relações de interdependência entre os assuntos, quer num plano hierárquico, vertical (as relações entre um determinado tópico e seus subtópicos), quer num plano linear, horizontal (as relações estabelecidas na linha discursiva).

Como em nosso estudo analisamos o editorial, uma tradição discursiva em que reconhecidamente um autor defende um ponto de vista, o tópico discursivo pode ser mais facilmente apreendido, pois não há o desenvolvimento de vários temas e, portanto, vários tópicos paralelos, como o que se costuma observar em uma conversação, ou uma entrevista, por exemplo. Em gêneros da natureza do editorial, conhecidos por sua acentuada prototipicidade e constante linearidade, a centração pode ser mais facilmente percebida, pois é justamente essa propriedade que baliza os limites do tópico.

Levantamos, então, em cada texto do *corpus*, o tópico central e um segmento tópico que apresenta um argumento a favor da tese defendida pelo autor. Tomamos o segmento tópico justamente por ser a unidade que, em termos de centração, conforme Jubran (2006), revela concernência e relevância no conjunto de seus elementos e se localiza num determinado ponto do evento comunicativo (pontualização).

Outro critério de que nos valem para identificar o tópico principal é a atenção ao título atribuído ao texto (quando houver), pois como bem lembra Cavalcante (on-line):

além de definir o tópico discursivo maior, orientando a centralização das diversas informações espargidas no texto, o título pode já antecipar a tese a ser defendida, resumindo a avaliação que será desenvolvida. Isso ocorre com relativa frequência em textos opinativos, como editoriais e artigos de opinião, mas também em reportagens, [...] e até mesmo em notícias.

Com esse levantamento, não temos a intenção de fazer um mapeamento dos tópicos constituintes de cada texto, por não tomarmos como objetivo a análise da organização tópica na construção de um texto, como o fez, por exemplo, Pinheiro (2003), mas sim o de identificar tão-somente o tópico principal, para conhecermos, no conjunto de tópicos centrais, os mais recorrentes. Pretendemos com esse procedimento estabelecer comparação entre os tópicos mais produtivos em cartas de redator com os mais produtivos em editoriais dos dias de hoje, a fim de podermos avaliar, então, quais tópicos se mantiveram e quais deixaram de (ou passaram a) ser abordados, ao longo de dois séculos dessa tradição discursiva. Pretendemos ainda observar que influência(s) essa mudança ou permanência de tópicos acarreta à constituição dos textos, pois o assunto (tópico) ligado à intenção do produtor do texto (propósito comunicativo) e à situação em que o texto é produzido e veiculado (contexto enunciativo) impõem restrições ao uso dos gêneros.

Com a proposta da segunda instância – a da *norma* –, pensamos cobrir padrões significativos, isto é, comportamentos linguísticos e discursivos mais previsíveis e recorrentes, no gênero em estudo.

Empregamos o termo *norma* com o mesmo sentido atribuído por Coseriu (1967), no conhecido ensaio *Sistema, norma y habla*. O conceito de norma surgiu da observação de que nas línguas não há elementos que sejam únicos ou ocasionais, mas sociais, isto é, normais, repetidos na fala dos usuários dentro de uma comunidade sócio-linguístico-cultural. A norma, realização coletiva, repetição de modelos anteriores, está, portanto, associada à tradição e à cultura. Ser vista como tradição social e cultural implica obedecer a certas imposições contextuais. Embora represente as obrigações impostas, para Coseriu, a norma de que fala não seria a norma prescritiva das gramáticas, mas a norma social, aquela que diz respeito ao que é previsível e regular nos usos, ou seja, aquilo que é utilizado pelos falantes com regularidade.

É atento a essa regularidade que Kabatek, à frente do projeto B14, a que nos referimos no capítulo anterior, analisa, no plano da língua (entendida como o idioma em que determinadas TD se realizam), os elementos linguísticos que respondem pela

articulação e junção no texto. Os mecanismos de junção como vêm sendo investigados pelo grupo de pesquisadores de Tübingen, não resta dúvida, poderiam ser analisados no âmbito de nossa proposta. No entanto, como pretendemos contemplar aspectos discursivos, elegemos outra estratégia que também revele produtividade no editorial.

Por sua vez, Bakhtin (1992, p. 137-196), ao apresentar sua “tentativa de aplicação do método sociológico aos problemas sintáticos”, elege o discurso citado, um fenômeno linguístico específico de sintaxe por ele considerado “altamente produtivo” (em contextos narrativos, seu foco de estudo), tanto por servir para a transmissão e integração das enunciações de outrem, quanto por, até então, ainda não ter sido “apreciado na justa medida”. Mesmo reconhecendo que o discurso indireto e, sobretudo, o discurso indireto livre, dois dos esquemas linguísticos do discurso citado (o terceiro é o discurso direto) também presentes e recorrentes em textos argumentativos como os editoriais jornalísticos, poderiam ser tomados como categorias de análise, preferimos buscar outra mais acentuada, e, portanto, marcada, no editorial.

Decidimos, então, tomar como categoria de análise a autoria, ainda que seja a não assumida explicitamente. Essa autoria encoberta constitui, pois, uma regularidade nessa tradição discursiva e, embora não seja declarada, não deixa de permear a materialidade linguística com marcas de sua existência. Se pensarmos em outros gêneros jornalísticos, que tenham a mesma feição do editorial – ser opinativo e tratar de assunto de interesse coletivo – vamos encontrar pelo menos mais dois: artigo de opinião e carta do leitor. O que distingue esses dois últimos do editorial é justamente a “autoria declarada”, como propõe Alves Filho (2006). Por se tratar, então, de um mecanismo prototípico no editorial, ao mesmo tempo linguístico e discursivo, o elegemos como categoria analítica na instância da norma, das previsibilidades do gênero.

Com isso, pretendemos reafirmar nosso propósito de não olharmos para a materialidade linguística a fim de observarmos a recorrência de determinado elemento linguístico, mas sim o seu papel na construção do sentido negociado entre os co-enunciadores, a sua função discursiva, portanto. Essa intenção revela o que já deixamos

claro: a nossa concepção de língua é a aquela que a interpreta como uma atividade interacional, em que dois ou mais sujeitos, seguindo propósitos compartilhados, agem por meio de uma materialidade textual-discursiva, isto é, a língua como processo de interação social, e não somente a língua como sistema, como podemos supor em muitos trabalhos que se voltam para um estudo diacrônico da língua.

Com o objetivo de refletir sobre as relações entre autoria e gêneros do discurso e assim poder explicar os modos de funcionamento da autoria no gênero coluna de opinião assinada, Alves Filho (2005) revisa os conceitos de autor e autoria ao longo da história, e percebe distintas concepções, desde a que vê o autor como um ser poderoso a quem exclusivamente cabe a criação solitária de um texto à que o julga como um sujeito inteiramente submetido a coerções da sociedade e das instituições. Por outro lado, constata um pressuposto que perpassa outras concepções que se interpõem entre uma e outra visão, o de que o autor é “uma instância, a um só tempo, *singular e histórica, individual e social, criada e criadora*” (ALVES FILHO, 2005, p. 58 – grifos originais)⁷.

Por não encontrar um conceito de autor que atenda ao seu objetivo, qual seja o de analisar o funcionamento da autoria em um gênero jornalístico e a consequente interdependência entre autor e gênero do discurso, Alves Filho fundamenta-se nos postulados de Bakhtin (concepção de autor e gêneros do discurso) e em construtos da Linguística do Texto (visão de coerência como atividade interacional) e da Análise do Discurso (associação entre autoria e efeitos de singularidade) e apresenta a seguinte definição:

o autor é a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico. (2005, p. 86 – grifos do original)

⁷ Sobre a função-autor, Foucault (1992, p. 46) afirma que ela não se constrói com a simples atribuição de um texto a um indivíduo, na verdade, ela se constituiria como uma “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior da sociedade”.

A partir desse conceito, Alves Filho, ainda apoiado em Bakhtin, para quem a autoria é constitutiva dos gêneros, sustenta a tese de que “todo texto real situado numa prática social possui ou admite autoria [...], tomada esta no sentido de responsabilização enunciativa” (2005, p. 51).

De acordo com essa tese, com a qual comungamos, não existiria texto sem autoria. Mesmo naqueles textos, como advertiu Bakhtin (2000) e lembrou Alves Filho, nos quais não se identifica o autor, como provérbios, ditados populares, lendas, piadas, entre outros, pode-se atribuir autoria, ainda que coletiva anônima.

Em decorrência do conceito formulado e da tese a ele subjacente, Alves Filho (2005, p. 157-158) distingue dois tipos de autoria: a *institucional*, em que o redator fala em nome de uma empresa ou instituição e, para tanto, monitora o apagamento de marcas linguístico-textuais que revelariam a sua individualidade e/ou identidade; e a *individual*, em que o autor fala em seu próprio nome e, por esse motivo, assume para si a responsabilidade enunciativa. Esse último tipo é dividido em duas subcategorias: a *pessoal-privada*, quando o autor, na posição de indivíduo, “fala em nome de sua pessoa privada”; e a *pessoal-profissional*, quando o autor, mesmo falando em seu nome, o faz na condição de representante de determinado grupo profissional.

Além desses tipos e subtipos, Alves Filho admite ainda um terceiro tipo: a “autoria coletiva anônima” (p.51), que responderia pelos textos que circulam anonimamente, como, por exemplo, as lendas e os provérbios⁸, aos quais nos referimos anteriormente.

Analisando a relação entre gêneros do discurso e postura da autoria, Alves Filho (2005, p. 162-163) chama atenção para o fato de haver gêneros mais resistentes à manifestação do trabalho individual do autor, como, por exemplo, os editoriais, as bulas de remédio, os currículos; e gêneros mais flexíveis, que possibilitam ao autor, além de se

⁸ No caso de lendas e provérbios, a função-autor não se faz importante, pois os leitores não se interessam por ela. É o que acontecia antes da divulgação de textos impressos.

marcarem subjetivamente, o exercício da criatividade na elaboração do texto, como ocorre, por exemplo, na poesia, nos romances e artigos de opinião.

Diante de gêneros do primeiro grupo, os *refratários*, há, de um lado, um autor que se apaga, e, de outro, um leitor que não se interessa em conhecer “a instância humana que produziu empiricamente o texto” (p. 162); já nos gêneros do segundo grupo, os *maleáveis*, há um autor que se exhibe, se mostra, e um leitor que julga importante conhecer o autor daquele texto, mesmo porque a apreciação que será desencadeada dependerá do julgamento que o leitor fizer acerca do autor.

Em trabalho posterior, Alves Filho (2006), ao analisar a autoria em editoriais de jornais, baseia-se na distinção anteriormente estabelecida e conseqüentemente na instância que assume a “responsabilidade enunciativo-axiológica dos textos” (p. 82), para apresentar três tipos de autoria, agora sem subdivisões. São eles:

a) *autoria de caráter individual privado*: manifesta em gêneros que permitem a expressão da vida privada de um indivíduo, como, por exemplo, cartas pessoais, crônicas, poemas. Nesses gêneros, o autor fala em seu próprio nome, “assumindo em primeira pessoa a responsabilidade pela conclusibilidade e pela valoração axiológica dos enunciados”. Do ponto de vista da materialidade verbal, espera-se encontrar “pronomes de primeira e de segunda pessoa, modalizadores e recursos de adjetivação” (2006, p. 81);

b) *autoria de caráter socioprofissional*: observada em gêneros como colunas assinadas e artigos de opinião, entre outros, nos quais o autor, espécie de porta-voz, fala em nome de uma categoria profissional, desvelando uma “superposição entre a posição-indivíduo e a classe sócio-profissional”. Por esse motivo, na dimensão verbal, é frequente “a presença de pronomes de primeira pessoa do plural” (2006, p. 81);

c) *autoria institucional*: inferida em gêneros como editoriais, editais e bulas de remédio, entre outros, nos quais “a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz da empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte o redator individual produtor dos textos”. No plano

linguístico, observa-se o não aparecimento de pronomes em primeira pessoa e conseqüentemente a “preferência por recursos de impessoalização” (2006, p. 81).

Além dessas três modalidades de autoria, Alves Filho, como no trabalho de 2005, acrescenta outra, a que agora denomina *autoria cultural*. Essa modalidade, que equivale à antes nomeada “autoria coletiva anônima”, contempla os gêneros, como lendas e provérbios, entre outros, nos quais “a responsabilidade pelo discurso e pela posição axiológica ultrapassa o indivíduo, as instituições e os agrupamentos classistas e somente pode ser referida a todo um universo cultural bem mais amplo” (2006, p. 81-82).

É com essa categorização, especialmente a que define a autoria do editorial como autoria institucional, que procedemos à nossa análise. Assim procuramos marcas (a indeterminação linguística ou a impessoalização) que revelam o mascaramento do autor, essa “instância humana e/ou institucional” da qual, na primeira dimensão, identificamos o lugar e o papel social.

Evidentemente, não acreditamos que somente com essa categoria analítica no plano da norma estaremos cobrindo todos os elementos, linguísticos e discursivos, que participam da constituição de um gênero; bem sabemos que deixamos de contemplar outros fatores, como, por exemplo, a incidência de adjetivação, a modalização, a organização retórico-argumentativa, características também marcantes no gênero editorial, mas não só nele. Por outro lado, acreditamos que, ao focalizar nossa atenção para a autoria, estamos explorando um traço que se mostra bastante relevante particularmente no editorial.

Não estamos querendo com isso sugerir que nessa instância de análise só devam ser consideradas categorias prototípicas do gênero, pois há outros recursos que, embora não sejam necessariamente recorrentes em todos os exemplares do gênero ou mesmo prototípicos do gênero, exercem função discursiva preponderante (em se tratando de

editorial, as anáforas recategorizadoras⁹, por exemplo), principalmente quando se observa, por exemplo, o tipo textual predominante, no nosso caso, as sequências argumentativas¹⁰. Nesse sentido, outras categorias podem, e devem, ser contempladas, para que assim se possa chegar a descrições mais detalhadas de aspectos albergados pela norma, tanto que sugerimos, anteriormente, a inclusão de estudos do tipo dos que são desenvolvidos no âmbito da linguística românica alemã, ou a incorporação dos resultados a que chegaram pesquisas sobre construção composicional em editoriais, anteriormente mencionadas.

Por outro lado, o fato de olharmos para as previsibilidades, a norma, não quer dizer que não possamos considerar uma inovação em um gênero que estejamos analisando, pois é justamente essa inovação que vai dizer da maleabilidade desse gênero. Com isso queremos reafirmar que não estamos assegurando que qualquer exemplar do gênero vai se comportar da maneira como mostram os resultados a que nossa proposta permite chegar, mas, sim, que um grande número de exemplares estarão contemplados e que por esses resultados poderemos distinguir a estabilidade (permanência) da variação (mudança). Além do mais, como afirma Bakhtin (2000, p. 303), “um uso criativo livre não significa ainda a recriação de um gênero”.

Por fim, queremos salientar também que nessa instância a(s) categoria(s) analítica(s) pode(m) estar em aberto, isto é, pode(m) ser(em) definida(s) em função do gênero que se estiver analisando. O que queremos dizer com isso é que, para definir a(s) categoria(s) na instância da norma, devemos antes entrar em contato com o gênero para tentar observar o que lhe é peculiar, os traços que o caracterizam, em função da intuição de que o usuário lança mão para reconhecer aquele gênero como tal e/ou de traços linguísticos salientes no gênero sob investigação. O objetivo, numa perspectiva bakhtiniana é, antes de tudo, como bem ressalta Rodrigues (2005), buscar a apreensão das regularidades, articuladas com cada etapa da análise; é ir descobrindo que meios utilizados

⁹ Por anáforas recategorizadoras estamos nos referindo, com base em Cavalcante (2004), às expressões referenciais anafóricas que recuperam o conteúdo proposicional ou retomam um referente no texto (cf. ZAVAM, 2007).

¹⁰ Sobre sequência argumentativa, relembramos nosso leitor a conhecida distinção entre tipos de texto proposta por Adam (1992).

pelo locutor com seu intuito discursivo podem servir aos olhos do analista; em outras palavras, é, em síntese, partir do gênero (da totalidade do enunciado) para a língua (suas partes constitutivas), e não o contrário. Essa mesma perspectiva é também observada, de certa forma, pela teoria das tradições discursivas, como demonstramos anteriormente.

No terceiro e último plano dessa dimensão da análise – o da *forma* –, ainda para cobrir o todo que constitui a escritura de um texto, voltamos nossa atenção para o seu suporte material, para a sua *configuração grafo-espacial*, pois, como lembra Debray (1995, p. 101), “a escolha de um caractere, o formato, a paginação, o espaçamento entre as palavras, a qualidade do papel utilizado têm também efeitos de sentido, visual e tátil, e essas formas gráficas antecipam o estatuto social do que é apresentado para ser lido”. Esses “arranjos formais” são, pois, “*constitutivos da própria mensagem*” (grifos do autor)

Reconhecendo, portanto, que a forma como um texto se apresenta age sobre os esquemas que o leitor aciona para (re)construir os seus sentidos e que essa mesma forma constitui e é constituída pelo gênero em que se apresenta, focalizamos elementos abrigados sob o rótulo “aspectos formais” (“paratexto”, na terminologia adotada por Maingueneau (2001, p. 81), como título, intertítulo e a própria rubrica “editorial”, quando houver; diagramação, formato e tamanho da letra; presença de travessões, parênteses, destaques (itálico, por exemplo); assim como a extensão e a localização (no caso a topografia já referida) no corpo do jornal.

Embora Maingueneau incluía título e intertítulo no rol dos elementos paratextuais, diferentemente do linguista francês optamos por incluir essas informações na categoria *conteúdo* por vê-los mais estreitamente relacionados ao tópico, como frisamos acima, apoiando-nos na voz de Cavalcante (on-line).

É nossa intenção nesse momento da análise observar os recursos gráficos que entram na constituição do gênero editorial, e ainda a sua estabilização, buscando compreender o processo de convenção desse gênero do discurso como prática discursiva dentro da esfera jornalística.

Ao contemplarmos os aspectos grafoespaciais de um texto, estamos, segundo também Maingueneau (2001), reconhecendo que a manifestação material do discurso traz implicações tanto para a constituição do discurso em si quanto para a (re)construção de sentido. Dessa forma, dirigimos nossa atenção para a interação entre esses aspectos e o suporte e o lócus próprio (topografia) do editorial, pois bem sabemos que alterações nesses elementos vão necessariamente repercutir no conjunto do gênero.

Ainda que reconheçamos as acentuadas diferenças gráficas (ortografia, por exemplo), assim como as de natureza gramatical (colocação pronominal, por exemplo), que são percebidas em gêneros quando tomados de uma sincronia passada, não as tomaremos, em nossa investigação, como categorias de análise, pois nosso intento maior é estudar a tradição discursiva em si, e não propriamente a língua, ainda que o estudo desta não prescindia a consideração por aquela. Procedemos dessa forma porque traçamos outros objetivos, anteriormente apontados, o que não impede que estudos dessa ordem possam ser acrescentados a nossa proposta.

A fim, então, de melhor visualizarmos essa segunda dimensão da análise, bem como suas categorias analíticas, apresentamos a figura seguinte.

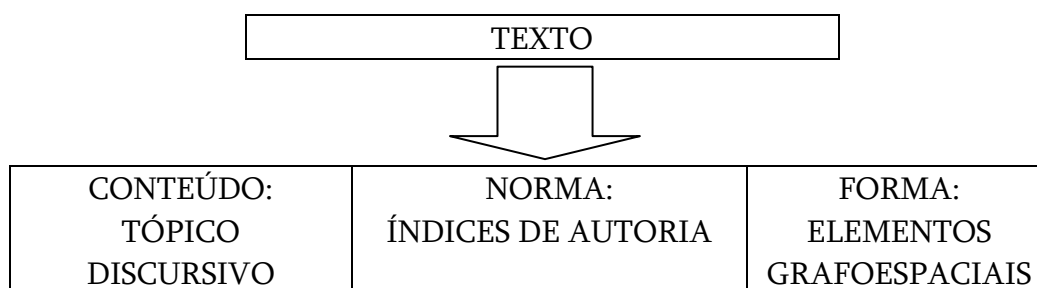


Figura 8 – Texto: a segunda dimensão da análise

Assim, na segunda dimensão da análise, dentro da categoria teórica **texto**, temos, como na primeira dimensão, três instâncias de análise – *conteúdo*, *norma* e *forma*. Em cada uma dessas instâncias, levantamos, respectivamente, *tópico discursivo*; *índices de autoria*; *elementos grafoespaciais*.

Com todas as categorias expostas, apresentamos a seguir um quadro esquemático, que sintetiza a abordagem teórico-metodológica que estamos propondo.

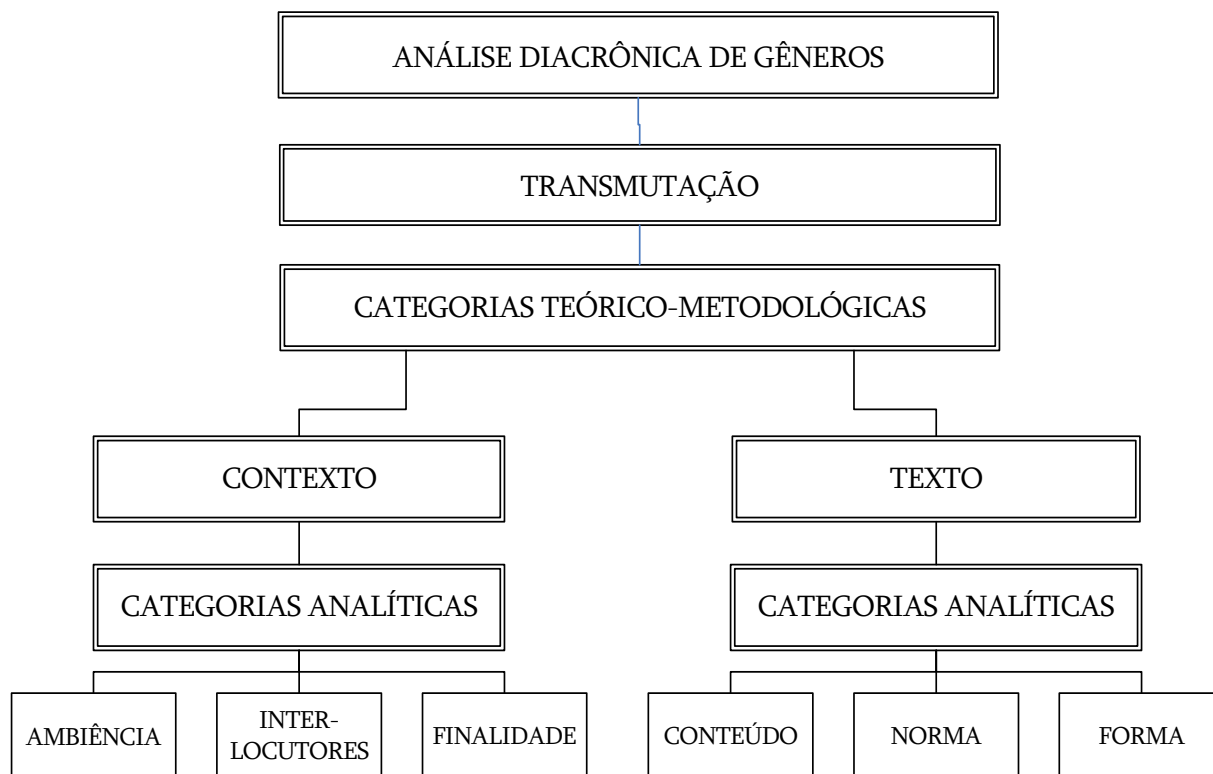


Figura 9 – Proposta teórico-metodológica para análise diacrônica de gêneros

Nossa proposta teórico-metodológica prevê, portanto, duas dimensões de análise. A primeira – **contexto** –, com seus três planos – *ambiência*, *interlocutores* e *finalidade* – cobre aspectos ligados ao entorno enunciativo; a segunda – **texto** –, também com três planos – *conteúdo*, *norma* e *forma* – dá conta de aspectos ligados à materialidade da enunciação.

Pretendemos com essa proposta, como já apontamos, resgatar o percurso histórico de um gênero do discurso, no caso de nosso estudo o editorial, com base nos dados que a análise das categorias, assentadas não só na Linguística Textual em si, como também em outras áreas convergentes, enseja traçar. Esses dados – do contexto e do texto – nos permitirão, então, aportar numa compreensão mais ampla sobre o fenômeno discursivo investigado, objetivo maior da nossa investida.

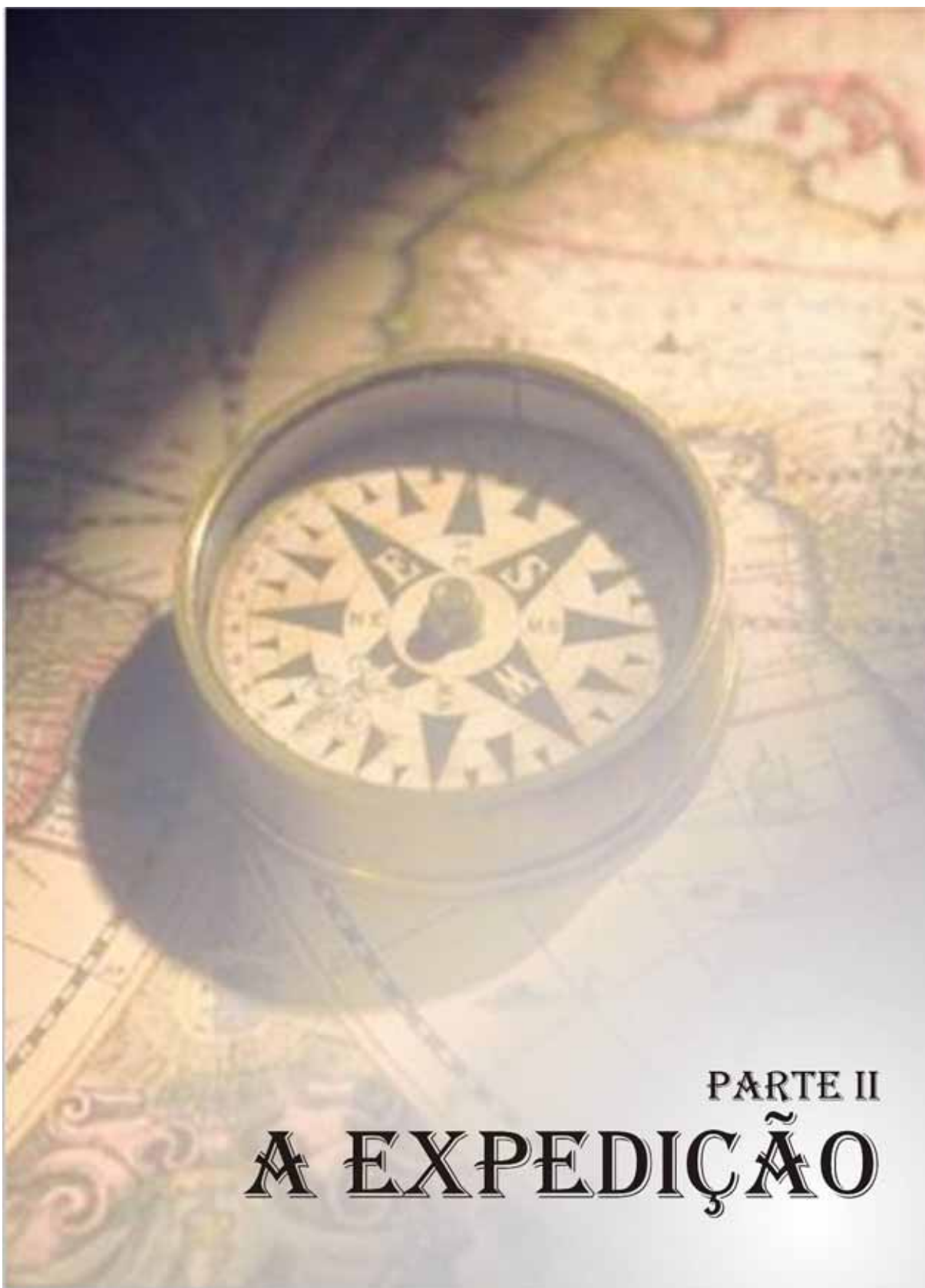
Neste ponto de nosso trabalho, não podemos deixar de admitir certa vizinhança com o que postula Adam (1999), quando tenta aproximar a Análise do Discurso da Linguística Textual, argumentando em favor da complementaridade entre essas duas áreas. Adam propõe que a Linguística Textual, inserida no campo da Análise do Discurso, tome o discurso como a união entre contexto (condições de produção e de recepção-interpretação) e texto. Mas, se por um lado, reconhecemos essa aproximação, por tomarmos da Análise do Discurso algumas categorias analíticas e também por concordarmos com a proposta do linguista francês, por outro, nos afastamos, por não priorizarmos a descrição da estrutura textual, por não analisarmos as sequências textuais e, sobretudo, por estudarmos o gênero sob uma perspectiva diacrônica, isto é, considerando o seu percurso histórico, para nós – ressaltamos novamente –, tomado como tradição discursiva. Por outro lado, não estamos descartando o estudo da tipologia textual; a descrição dos elementos da construção composicional pode, como já salientamos, servir como categoria de análise na instância da norma, dependendo dos objetivos do analista e da TD que estiver sob investigação. Essa flexibilidade em nossa proposta revela nossa sensibilidade à complexidade do fenômeno com o qual estamos lidando, tanto que recorremos à multirreferencialidade para proceder à análise.

Encerrando esta seção, queremos ressaltar, ainda, que, com a nossa proposta, não temos a pretensão de cobrir todos os aspectos que podem ser tomados como categorias em uma análise de gêneros, o que postulamos, tornamos a dizer, é que a perspectiva diacrônica não deve deixar de ser considerada quando se pretende descrever e analisar determinado gênero, pois, como bem lembra Bakhtin (2000, p. 285), “os gêneros do discurso são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”, ou como afirma Kabatek (2004, on-line), “um texto historicamente situado se relaciona com a constelação de entornos sob a qual foi produzido”¹¹.

E é nesse sentido, buscando uma análise diacrônica de um gênero, com o objetivo precípuo de analisar um gênero e seu percurso histórico, e não diretamente a

¹¹ No original: “un texto históricamente situado se relaciona con la constelación de entornos bajo la cual ha sido producido”.

mudança linguística, que elegemos categorias que acreditamos darem conta do fenômeno discursivo (e não somente do fenômeno linguístico) de forma mais abrangente, ainda que não tratemos de todas as suas particularidades. Por outro lado, sabemos que não basta ter as dimensões definidas, as categorias eleitas. É preciso tornar executável a proposta concebida. É o que passamos a demonstrar no próximo capítulo, a nossa fundamentação empírica. Abrimos, assim, outra senda em nossa viagem.



PARTE II

A EXPEDIÇÃO

4 RECONHECENDO AS PISTAS E EXPLORANDO OS ACHADOS: a análise

*Se cada dia cai, dentro de cada noite,
há um poço
onde a claridade está presa.*

*há que sentar-se na beira
do poço da sombra
e pescar luz caída
com paciência.*

(Pablo Neruda. **Últimos poemas**)

Para uma melhor compreensão do contexto que envolve nosso material de análise, é necessário que recorramos a um trabalho interdisciplinar, ora nos valendo de contribuições da História, ora da Comunicação. É justamente o diálogo com essas áreas que nos possibilitará retomar um pouco do universo sociocultural dos homens do século XIX (e também do século XX, pelo menos de décadas mais afastadas de nossa época), para que possamos, então, fundamentar nossa análise, já que a reconstrução daquele universo a partir das marcas deixadas nos arquivos é tarefa que exigirá conhecimento que vai além do escopo da Linguística.

O reconhecimento de uma história social, política e cultural subjacente à história dos gêneros do discurso, além de nos levar a considerar o extralinguístico como constitutivo do linguístico, permite que evitemos percorrer descaminhos possivelmente abertos por falsos parâmetros. É preciso, pois, que resgatemos a história de nossos sujeitos para melhor interpretar as interações que estabeleciam, para melhor compreendermos aqueles sujeitos que, de um lado, escreviam, e de outro, liam.

Essa digressão histórica, como afirmou Bakhtin (2005, p. 106) ao “folhear algumas páginas antigas da história dos gêneros” para melhor compreender o romance de Dostoiévski sob sua análise, “nos ajudará a entender de modo mais profundo e mais correto

as peculiaridades do gênero”, no nosso caso, o editorial, que discutimos pontualmente na seção 4.1.1 deste capítulo. Mas antes vamos conversar um pouco sobre a disseminação dos objetos e das práticas de leitura.

4.1 Caracterizando a tradição discursiva

A leitura no século XIX, sobretudo na Europa, motivada pela nova ordem social que se configurava desde a Revolução Industrial, encontrava-se em plena ascensão. Ainda que tenha se popularizado nesse período, desde o século XVI, segundo Chartier (2004), já havia livros populares na Europa: os *chapbooks* (pequenos livros comercializados por vendedores ambulantes) na Inglaterra ou os *pliegos de cordel* (textos impressos vendidos por cantadores cegos) na Espanha e a Biblioteca Azul (acervo que circulava em regiões remotas na França), cujo objetivo era levar textos impressos às camadas mais populares da sociedade, em uma época em que a leitura era prática que cabia somente às elites. No entanto, é no século XIX que, como lembra Lyons (1999), surge um novo contingente de leitores: crianças, mulheres e operários, para o qual os editores lançam livros escolares, revistas e jornais.

Se hoje não temos dúvida em distinguir esses três suportes – livro, revista e jornal –, isso não quer dizer que essa distinção tenha sido sempre tão clara assim. A fim de nos determos com mais propriedade no suporte que nos interessa diretamente, vamos, antes, conversar um pouco sobre a construção dessa distinção que foi se estabelecendo ao longo dos anos, sedimentada em boa parte na História da Leitura.

Segundo Chartier (1998), o livro, cujo surgimento data dos primeiros séculos da era cristã, se diferenciava dos livros escritos em rolos de papiro, da época dos romanos e dos gregos. Em seu processo de transformação, para facilitar o manuseio e transporte, ocorreu a substituição do rolo pelo livro formado de cadernos juntados, chamado códice

pelos historiadores. Com o passar dos tempos, o livro foi adquirindo, então, o formato pelo qual o distinguimos hoje, com folhas dobradas, índice, encadernação. Embora nossa relação com o livro esteja ligada à técnica desenvolvida por Gutenberg, o livro, como se vê, já existia antes da invenção do processo de impressão, ainda que na antiguidade o seu formato – rolo – não permitisse que fosse folheado, porque não era feito de folhas, paginado, por não ter páginas, muito menos que fossem criados índices. Mas essas características – folhas, paginação e índice – também podem ser atribuídas às outras duas mídias, surgidas muito tempo depois: o jornal e a revista. E é justamente sobre essas características que repousam as semelhanças.

As primeiras edições periódicas configuradas na forma de jornal, voltadas, sobretudo, para assuntos de cunho religioso, começaram a circular, segundo Martins (2001), episodicamente no século XVI, mas foi somente em 1638, século XVII, portanto, com a edição na Inglaterra do jornal *New Letters*, já tratando de assuntos políticos, que o jornalismo pôde registrar seu nascimento, impulsionado pela criação das técnicas de impressão.

Ainda que tenham sido inicialmente desenvolvidas na China no século VIII, as técnicas de impressão somente vieram a ser empregadas na Europa na metade do século XV, quando teve início a impressão de livros por meio da utilização de caracteres móveis de madeira. O marco desse avanço tecnológico se deu, no entanto, quando Gutenberg, recriando o método dos tipos móveis, desenvolveu um processo que se valia da utilização de tipos removíveis, letras reutilizáveis e afixadas juntas, tintadas e prensadas, para compor uma página inteira. Em 1455-1456, Gutenberg publica, então, a primeira edição da Bíblia produzida por esse novo sistema (LOYN, 1990).

Mesmo não tendo inventado a impressão, que surgiu na China, Gutenberg, com sua descoberta, foi, de certa forma, responsável por uma das maiores revoluções na história da comunicação humana, pois, em poucas décadas, por toda a Europa, podiam ser encontradas prensas em franca operação.

Com o surgimento do jornal, a história da leitura passa necessariamente pela história desse tipo de periódico. A partir do século XVIII, a circulação desse suporte, ainda que se assemelhasse aos livros, já que era encadernado da mesma maneira, começou a desenhar uma nova feição às práticas sociais de leitura.

Se antes, diante da primazia do livro, de caráter duradouro, centrado geralmente em um só assunto, tínhamos uma leitura mais restrita aos espaços privados, com o jornal, de caráter efêmero, o debate sobre opinião e fatos do cotidiano passou a ocupar espaços públicos, dando, por vezes, origem a polêmicas públicas, sem falar dos salões que se transformaram em lugar privilegiado de discussão de obras literárias que se apresentavam, nos jornais, por capítulos – os chamados folhetins, a fórmula mágica de prender o leitor com o conhecido mote “continua no próximo número”¹.

Entretanto é no século XIX que a diferença entre o livro e o jornal se faz mais acentuada. Segundo Chartier (2001), dois fatos contribuem para essa distinção. O primeiro, por volta de 1840, na França, diz respeito à redução no preço do periódico; o segundo é justamente a publicação de folhetins. Por outro lado, vale ressaltar que, mesmo com esses atrativos, os periódicos ainda não conseguem alcançar um público leitor mais abrangente, fato que só vem a acontecer duas décadas mais tarde, em 1860, com a venda por número, o que lhes garantiu muito maior difusão, graças ao correio e à ferrovia, e com a invenção do formato grande. A respeito desta invenção, Sodré (1999, p. 3-4) afirma ser “a diferença de formato, de pequeno, semelhante ao do livro, para grande, específico do jornal, um dos sinais da distinção que se estabelecia entre os dois processos de difusão de idéias”.

Dos libelos que surgiram no início do século XVI, folhas volantes que alimentavam as polêmicas religiosas (e depois políticas), passando pelas pequenas gazetas do início do século XVII, que só forneciam áridas notícias, às folhas, que publicavam artigos e comentários a partir de meados do século XIX, os jornais estenderam seu campo

¹ A propósito do folhetim, um gênero novo de romance, surgido da necessidade jornalística de cativar e prender o leitor, cf. Meyer (2005).

de informação a todos os aspectos da vida em sociedade, para além do religioso e político, o social e o cultural.

Em Portugal, os primeiros jornais a apresentar periodicidade e continuidade foram as chamadas *Gazetas de Restauração*, as quais tinham o objetivo de narrar todos os acontecimentos que envolviam a política na terra lusa e seus entremeios com os espanhóis. As gazetas, segundo Tengarrinha (1965), tinham circulação restrita devido, principalmente, aos altos preços e ao baixíssimo nível de instrução da população, entretanto, somadas aos diversos meios de divulgação panfletária, como “coplas, *rimances*, colóquios, cartas etc.” (p. 33), superavam as estreitas limitações impostas pelo livro, alcançando de forma rápida e fácil uma maior parte da população. As gazetas, no entanto, logo foram suspensas pelo governo português, e a divulgação das principais notícias ficou a cargo de algumas folhas volantes.

No entanto, apesar do enriquecimento e diversificação do conteúdo, bem como do aumento considerável do público leitor, no final do século XVIII a imprensa ainda não tinha conquistado, mesmo na Europa, em países evoluídos, como Inglaterra e França, o reconhecimento que sua importância merecia. Os instrumentos privilegiados de expressão de ideias continuavam sendo o livro ou a brochura.

As características, entre outras, que asseguravam ao livro um lugar diferenciado das outras duas mídias eram o caráter permanente, em oposição à efemeridade de jornais e revistas; o alcance mais limitado, já que jornais e revistas podem atingir um público leitor muito maior; além do custo que está diretamente relacionado ao seu alcance.

O êxito dos jornais, lidos em qualquer lugar, dobrados, amassados, rasgados, como diz Chartier (1998), somente vem a acontecer a partir da segunda metade do século XIX, com as inovações técnicas, as prensas de grande tiragem e posteriormente a linotipo², que passam a exercer um papel fundamental na história desse suporte. Com alcance maior,

² Inventada em 1890, a máquina, composta de um teclado como o da máquina de escrever, permitia a composição mecânica dos textos através da fundição de caracteres que iam formando as linhas tipográficas. A linotipo substituiu a composição manual por tipos móveis, permitindo maior velocidade às atividades de impressão.

os novos diários tomam rumo próprio, tanto no que diz respeito ao conteúdo textual, que passam a se vincular às questões da atualidade, com assuntos que giram em torno da política e da vida cotidiana, quanto ao formato, com folhas grandes. O jornal acabou assim por favorecer, por um lado, o surgimento de outras formas de leitura e, por outro, a circulação da informação.

Intermediando o jornal e o livro, as primeiras revistas que nasceram na Inglaterra e na França foram dadas a conhecer em formato bem parecido ao do jornal. De caráter lúdico, a revista, ao longo do século XIX, e mais notadamente no século XX, tornou-se moda e ditou moda. Com textos entremeados de imagens, o que tornava a leitura mais atraente e acessível, a revista se distinguia do livro, objeto sacralizado, pelo custo e número reduzido de folhas, o que lhe possibilitava maior difusão junto à população leitora (MARTINS, 2001).

Se a distinção em relação ao livro era menos difícil de ser estabelecida, não podemos dizer o mesmo em relação ao jornal. A respeito da falta de critérios nítidos de diferenciação entre esses suportes, Buitoni (1990, p. 17) afirma que “na prática, era difícil distingui-la [a revista] dos jornais pelo aspecto visual. Ambos eram muito semelhantes, graficamente”. Constatando essa mesma imprecisão, Martins, por sua vez, diz ser a revista um periódico de difícil definição, pois

defini-la como gênero de impresso esbarra nas fronteiras quase conjugadas às do jornal, periódico que lhe deu origem e do qual, no passado se aproximava tanto na forma – folhas soltas e *in folio* – como, por vezes, na disposição do conteúdo, isto é, seções semelhantes (2001, p. 43).

Ainda que tenha origem comum ao jornal, a revista, segundo a mesma autora, foi ao longo de sua trajetória se modificando e incorporando certos traços específicos, como mostram os *hebdomadários* (publicações de periodicidade semanal, de conteúdo informativo técnico e político), que começaram a circular a partir de 1758, e os *magazines* (publicações fartamente ilustradas, de teor marcadamente publicitário), surgidos por volta de 1776.

Mesmo com essas especificidades, a imprecisão na nomenclatura persiste e por esse motivo Costa (2007) sugere designar as publicações dessa época pelo rótulo genérico “periódicos” e os termos “jornal” ou “revista” para os impressos surgidos a partir de 1870, quando se pôde delimitar o campo das publicações, graças à implantação do telégrafo, do telefone, da fotografia e da prensa a vapor. Dessa forma, devido à rapidez propiciada pelos recentes avanços tecnológicos, ao jornal, imprensa diária, coube a divulgação dos fatos ocorridos na véspera, o cotidiano; à revista, informação semanal ou mensal, a informação mais densa, a crítica e o entretenimento, isto é, o conteúdo mais diversificado.

Entretanto, mesmo após 1870, ainda se encontram publicações de conteúdo informativo variado, que, não obstante serem referenciadas como revistas, como é o caso, por exemplo, da *Revista da Semana*, de 1885, e da *Revista Ilustrada*, de 1876, ambas do Rio de Janeiro, mantêm a aparência de jornal. Em contrapartida, ao lado dessas publicações, que ainda se assemelhavam ao jornal, já se prenunciava a evolução na concepção desse periódico: aos poucos, foi se desprendendo do formato tabloide, de folhas soltas, e agregando uma capa, o que lhe garantia a configuração de brochura e a distinção em relação ao jornal (MARTINS, 2001).

Tanto os jornais quanto as revistas, ao contrário do livro, costumeiramente de um só autor, ancoravam-se em grupos que queriam se impor, política e financeiramente, e por isso tornaram-se instrumentos correntes de informação, assegurando-se, então, aos primeiros as notícias de teor político e de divulgação imediata; e às revistas temas variados, de informação mais elaborada, e a divulgação das últimas descobertas sobre as matérias abordadas. Devido à grande aceitação e consumo pelo público leitor, essas mídias passaram a constituir espaço alternativo para a divulgação de textos literários de escritores reconhecidos (ou em busca de reconhecimento), contratados pelos donos dos periódicos, com o intuito de agradar uma parcela de leitores em ascensão: o segmento feminino. É o

caso, entre nós, por exemplo, de Machado de Assis, que publicava seus textos em jornais e revistas fluminenses, na primeira metade do século XIX³.

A distinção nem sempre fácil entre jornal e revista leva Duarte (1972, p. 3), referindo-se ao primeiro periódico voltado para o Brasil, o *Correio Braziliense*⁴, editado em Londres, em 1808, por Hipólito José da Costa, a nomeá-lo “aquele primeiro jornal, ou melhor, aquela revista mensal”. Mesmo sendo confundido como suporte revista, o curioso é que o dito jornal, segundo Lustosa (2003), guardava semelhanças com um livro: tamanho, formato e número de páginas, cerca de 100. Distinguia-se deste, no entanto, pela miscelânea de temas abordados: política, comércio e artes, literatura e ciências e ainda correspondência. Essa curiosidade, ainda de acordo com a autora, não devia ser tomada como estranha, pois a imprensa, na virada do século XIX para o XX, assumia o papel de educador e via, como sua, a missão de “suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos” (LUSTOSA, 2003, p. 15).

Sodré (1999), questionando à ideia difundida de se aceitar o periódico de Hipólito da Costa como o primeiro jornal brasileiro, argumenta que o *Correio Braziliense* “era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, [e] preço muito mais alto” (p. 22).

Filiando-se ao posicionamento de Sodré, Costa (2007) também considera o *Correio Braziliense* uma revista semanal, pois, após seu surgimento em junho de 1808, seguiram-se duas edições, respectivamente de julho e agosto do mesmo ano. Tanto para Sodré (1999), quanto para Costa (2007), o primeiro jornal brasileiro, de fato, foi o *Gazeta do Rio de Janeiro*, impresso no Brasil, em 10 de setembro de 1808 (três meses, portanto, após a publicação em Londres do *Correio Braziliense*). A *Gazeta* contava com poucas folhas, quatro páginas em cada edição, tinha periodicidade curta, duas vezes por semana, e preço baixo, como era comum aos jornais da época, e sua intenção era mais informativa do que doutrinária.

³ A propósito da relação de Machado de Assis com a imprensa literária, cf. Silveira (2006).

⁴ Grafado com Z para manter a ortografia da época.

No Ceará, dos jornais pertencentes ao século XIX que compõem nosso *corpus*, a maioria conta com no mínimo uma publicação semanal, e quase todos com quatro páginas, à exceção de *Semanário Constitucional*, cujo único exemplar a que tivemos acesso, de 1832, conta com três páginas; *23 de Julho* e *A Constituição*, respectivamente de 1840 e 1866, com seis páginas. Esse número reduzido de páginas perdurará até o primeiro quartel do século XX; a partir desse período, por motivos que comentaremos ainda neste capítulo, os jornais passam a ter maior volume.

A falta de limite distintivo na nomeação do jornal ou da revista é revelada, como já apontamos, no uso semântico indiscriminado de uma e outra forma, o que compromete, por vezes, a categorização de alguns periódicos de uma sincronia passada, e leva à eleição de outros critérios, além da paginação e do índice, tais como a presença de capa, a diversidade temática de seu conteúdo e, sobretudo, a periodização mais espaçada, características peculiares à revista. O emprego ambíguo da nomenclatura contribuiu, assim, para aproximar ainda mais a história desses dois periódicos, marcando a recorrência dessa aparente sinonímia até as primeiras décadas do século XX.

Assim como acontece com o jornal, também não há consenso quando se trata de apontar a primeira revista de nosso país. Uma edição fac-similar de *O Patriota*, lançada em 2004, numa parceria da Casa de Oswaldo Cruz com a Biblioteca Nacional e a Editora Fiocruz, revela, pelo teor dessa publicação que circulou no Rio de Janeiro nos anos de 1813 e 1814, uma miscelânea temática, aliado à periodicidade – mensal no primeiro ano e bimensal no segundo – características que a aproximam de uma revista, por esse motivo assim nomeada na edição. Convém lembrar que o editor de *O Patriota* era também responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos publicados pela Impressão Régia, criada em 13 de maio de 1808, com a vinda da corte portuguesa para o nosso país.

Por sua vez, Costa (2007) afirma ser *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, publicação baiana de 1812, a pioneira, tirando, portanto, de *O Patriota* o título de primeira revista brasileira. *As Variedades*, editada pelo mesmo tipógrafo que fundara o segundo

jornal publicado em nosso país, *Idade d'Ouro do Brazil*, em maio de 1811, teve vida breve, apenas três números.

Já para Martins (2001), a primeira revista brasileira foi *Niterói, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes*, editada na Europa, precisamente na França, em 1836. Financiada por um comerciante brasileiro, seu consumo, no Brasil, também foi limitado, pois não passou de dois números. A despeito dessa reduzida circulação, tem o mérito de ter fomentado o surgimento de outras revistas literárias, de tendência romântica, tão em voga naqueles tempos, e de veicular, pela primeira vez, *A ilustre casa de Ramires*, obra de Eça de Queiroz, especialmente produzida para compor a revista.

A despeito da divergência quanto àquela que seria a primeira revista brasileira, interessa-nos aqui o fato de esse suporte ter uma história em comum com o jornal e ser, no início de sua circulação, com ele confundido. A semelhança gráfica e a consequente falta de precisão terminológica levaram-nos a ter maior cuidado na seleção dos textos do *corpus*.

A revista, assim como o jornal, pela escassez de indústria livreira constatada no século XIX e início do século XX, no Brasil, transformou-se em suporte adequado para veiculação de valores culturais, devido a seu caráter ligeiro, condensado e de rápido consumo⁵. Assim, vemos surgir, entre outras, algumas revistas que marcaram a história desse tipo de periódico em nosso país, antes mesmo da que foi apontada por Martins (2001), como *O Espelho Diamantino*, periódico quinzenal, editado no Rio de Janeiro, entre 1827 e 1828; *O Espelho das Brasileiras*, publicado em Recife, em 1831; e *Beija-Flor: Annaes brasileiros de sciencia, poltica, litteratura, &c.*, do Rio de Janeiro, a primeira revista brasileira a entreter os leitores com a publicação, em 1830, do folhetim *O Colar de Pérola*, do escritor escocês Walter Scott, que já fazia sucesso na Europa com seus escritos. Essa prática, iniciada pela *Beija-Flor*, se tornou comum no País a partir de 1840 (COSTA, 2007).

⁵ A respeito das normas sociais propagadas em revistas dirigidas às mulheres na primeira metade do século XX, em particular a revista feminina *Jornal das Moças*, cf. Almeida (2008).

Somente nos anos 40 do século XX, o periodismo passou a ter segmentação e projetos definidos, inaugurados com a publicação das revistas *Cultura Política* e *Clima* (MARTINS, 2001)⁶. A primeira, do Rio de Janeiro, reconhecida por seu alto grau de organização e eficiência no trato da informação, e a segunda, criada em São Paulo por alunos da Faculdade de Filosofia da USP, ambas de 1941. Com o passar do tempo, a revista, já com uma nova feição, tornou-se, então, periódico de mais prestígio que os jornais, que, por sua vez, passaram a oferecer, como encarte à parte aos leitores, publicações com características indiscutivelmente de revista, prática amplamente difundida hoje em dia, que remonta ao início do século XIX, conforme apontou Costa (2007), ao identificar aquela que para ele seria a primeira revista brasileira, um folheto do jornal *Idade d'Ouro do Brazil*.

Como vimos, a imprensa periódica exerceu um papel relevante no século XIX. Se por um lado foi marcada pelo compromisso com o desenvolvimento do hábito de leitura através da divulgação de obras literárias, por outro se tornou espaço privilegiado para a discussão sobre vida política, social e cultural do país, possibilitado pela diversificação dos consumidores letrados e pela propagação de ideias liberais e republicanas. Muitos jornais e revistas colocavam em pauta nas suas colunas, além de outros assuntos de que tratavam, a construção de uma nação livre. Tais publicações afirmavam-se como palco de reflexão sobre o Brasil, contando com a participação de um número significativo de colaboradores e correspondentes. Nesse cenário, textos de teor argumentativo e persuasivo firmam-se como gêneros privilegiados, entre eles, o editorial, como o denominamos hoje e sobre o qual passamos a falar.

⁶ Na mesma obra, mais adiante (p. 74), a autora reporta-se a uma citação de Lima Barreto, que, em 1920, postulava a configuração definitiva de revista para a *Revista do Brasil*, publicação de São Paulo, comprada por Monteiro Lobato em 1918.

4.1.1 O contexto enunciativo do editorial

Antes de enveredarmos pelo caminho que nos levará ao entorno enunciativo do editorial, vamos inicialmente revisar o conceito atribuído a essa tradição discursiva, retomando alguns estudos da área da Comunicação e da Linguística e ainda outros materiais que possam servir de suporte às nossas reflexões. Com o objetivo de consubstanciar tais reflexões, recorreremos a exemplos do *corpus*, pois, a partir deste capítulo, começamos a análise dos textos⁷.

Voltando mais uma vez nosso olhar para o surgimento do jornal, observamos que, antes de ser informativo ou interpretativo, o jornalismo nasceu opinativo e fortemente tendencioso. Nesse contexto, o jornal se instituiu como veículo usado para destacar e manipular fatos de acordo com os interesses de seus proprietários ou de grupos a cuja causa aderisse. Assim várias de suas poucas folhas (quando não, todas) constituíam espaço para a manifestação desses interesses, como é o caso do jornal *O Cearense*, que, na edição de 11 de outubro de 1847, com 4 páginas, publicou, nas 2 primeiras, três editoriais e, na seguinte, um artigo assinado (cf., em Anexo B, os textos “n91s19f2/009”, “n91s19f2/010” e “n91s19f2/011”).

Baseando-se no paradigma de que os gêneros jornalísticos poderiam ser classificados segundo as categorias “informativo”, “interpretativo” e “opinativo”, Beltrão (1980), considerado o pioneiro em estudos dessa natureza, elencou como gêneros pertencentes à terceira categoria o editorial, o artigo, a crônica, a opinião ilustrada e a opinião do leitor. Melo (1985), cujo objetivo era descrever os gêneros presentes no jornal (diferentemente de Beltrão, que tencionava dar orientação sobre a elaboração de textos jornalísticos), parte de dois critérios por ele definidos – a intencionalidade e a natureza estrutural – para chegar a duas categorias de textos (e não três como apontara Beltrão),

⁷ A fim de alcançar uma apresentação mais didática dessa parte de nosso trabalho, destinamos a primeira seção deste capítulo (4.1) à análise e discussão dos dados levantados; e a segunda (4.2), à sistematização da análise apresentada, associando-a ao quadro teórico-metodológico proposto.

resultantes do segundo critério: o jornalismo opinativo e o jornalismo informativo. No elenco dos gêneros agrupados na segunda categoria – opinativo –, Melo inclui o editorial, ao lado do comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

Bonini (2003), revisando a literatura acadêmica sobre gêneros do jornal, tanto manuais de ensino, quanto textos teóricos, com o objetivo de chegar a um inventário dos gêneros que circulam nos jornais brasileiros, constatou que no meio jornalístico a noção de gênero é pouco precisa e os critérios utilizados para as diferentes tipologias, por estarem ancorados na concepção de que os gêneros são fixos, não dinâmicos, fazem pressupor que possam ser facilmente identificados nos gêneros do jornal. Tanto os manuais quanto os textos teóricos, principalmente os manuais, quase sempre voltados para aspectos superestruturais, não se reportam ao fato de nem sempre a fronteira entre um e outro gênero dentro do jornal não ser facilmente identificável, como acontece com a notícia e a reportagem, que podem apresentar variação de um caderno para outro dentro de um mesmo jornal, além de nem sempre os rótulos coincidirem com os textos efetivamente publicados, notadamente aqueles que pertencem a gêneros mais maleáveis, como o anúncio publicitário, por exemplo, de que falamos no capítulo 2. A par desses questionamentos, Bonini reconhece que a variada quantidade de rótulos apresentados nas diferentes tipologias se revela um rico material para o levantamento de um repertório dos gêneros que se materializam nos jornais.

Se no início do jornalismo, essa díade, informativo e opinativo, era critério suficiente para que pudessem ser estabelecidas distinções entre os gêneros jornalísticos, hoje, segundo Chaparro (2008), ao tecer críticas a Melo (1985), não se revela mais produtiva para dar conta das diversas formas discursivas passíveis de serem encontradas em um jornal, pois os gêneros não estão a priori presos a critérios externos que os definiriam em função desses dois eixos – opinar/informar – os quais, na maioria dos textos empíricos, se imbricam. Como exemplo desse imbricamento, Chaparro cita a notícia, que, dita objetiva e construída com informação considerada pura, resulta de seleções e

exclusões deliberadas, controladas pela competência jornalística de fazer escolhas por critérios de importância e valor, o que configura, portanto, um exercício opinativo.

O editorial é visto, ainda, do ponto de vista de sua macroestrutura, como um texto argumentativo. Assim, há estudos na área da Linguística, como os de Nascimento (1999), Rebelo (1999) e Sousa (2004), já mencionados na introdução, que se voltam para as estratégias linguísticas e discursivas empregadas pelo redator para alcançar êxito na tarefa de persuadir o leitor sobre a verdade da opinião veiculada.

Recorrendo a estudos da área da Linguística, Chaparro (2008) defende, então, que os gêneros do jornal podem ser agrupados segundo dois critérios básicos - narrativo e argumentativo – que refletem as duas principais ações que, segundo ele, estão na base de todos os textos jornalísticos: o relato e o comentário. Os gêneros são distribuídos, assim, em dois grupos, de acordo com o tipo de ação e de esquema textual, cada um contendo dois subgrupos (espécies), conforme se vê no quadro a seguir:

GÊNERO COMENTÁRIO		GÊNERO RELATO	
Espécies Argumentativas	Espécies Gráfico-Artísticas	Espécies Narrativas	Espécies Práticas
Artigo	Caricatura	Notícia	Roteiros
Carta	Charge	Reportagem	Indicadores econômicos
Coluna		Entrevista	Agendamentos
		Coluna	Prev. do tempo
			Consultas
			Orientações úteis
CRÔNICA: classe de texto livre de classificações			

Quadro 4 – Classificação de Chaparro (2008, p. 178) para os gêneros do jornal

Mesmo ressaltando a contribuição das reflexões que levaram Chaparro a chegar a esse quadro tipológico, Bonini, que se valeu de uma versão anterior da obra do professor jornalista, adverte que a concepção subjacente a essa categorização, de base aristotélica, é a de que a linguagem pode ser tratada como fenômeno isolado, independentemente do

sujeito que a utiliza, opondo-se, portanto, à concepção hoje consensual na Linguística, que a vê como fenômeno de interação social e considera o aspecto constitutivo da linguagem na constituição do sujeito, ser social.

Embora reconheçamos que as características apontadas acima não sejam suficientes para o estabelecimento da distinção entre o editorial e outros gêneros jornalísticos, não podemos deixar de admiti-las na definição dessa tradição discursiva, uma vez que a organização textual argumentativa, captada na superfície discursiva, revela a intenção do editorialista em convencer seu interlocutor por meio da opinião/manipulação que manifesta.

Por outro lado, ainda que esteja relacionada à manifestação verbal, todos sabemos que há outras formas de conotar opinião, como, por exemplo, a posição que determinada matéria ocupa na página, o tamanho de uma foto ou o seu conteúdo, os recursos gráficos (fonte e tamanho da letra) usados no título, aspectos que também serão considerados na análise como parte do todo enunciativo.

A respeito do conceito de “opinião da empresa” associado ao editorial de jornal, Melo (1985) lembra oportunamente que, desde que o jornalismo virou atividade comercial, fonte de lucro e conseqüentemente de poder, o editorial deixou de representar a voz do dono e passou a representar a defesa de interesses de setores empresariais e financeiros. Continua sendo expressão de opinião, mas a opinião das forças que os mantêm. Por outro lado, prossegue o autor, ainda é possível encontrar editoriais que representem a opinião do dono, mas isso só acontece em jornais de pequeno e médio porte, cujo controle financeiro está nas mãos de um proprietário ou de sua família.

Dubied e Lits (1997), revelando a impossibilidade de os critérios comumente utilizados para a identificação do editorial poderem ser aplicados a todos os exemplares do gênero, levantam a hipótese de se considerar essa prática discursiva do âmbito jornalístico mais uma posição discursiva do que um gênero específico. Para sustentar a afirmação que fazem, os autores destacam alguns traços particulares que se sobressaem nas definições

apresentadas na literatura sobre o tema e que constituiriam o núcleo do protótipo do gênero, a saber:

- i) a topografia (texto no topo do jornal, em primeira página);
- ii) a periodicidade (publicado somente em momentos importantes);
- iii) a autoria (atribuída a responsável pelo jornal ou a personalidade de destaque);
- iv) o conteúdo (tema de relevante importância);
- v) o teor argumentativo (mescla de envolvimento passional com argumentação clássica).

Em seguida, confrontam esses traços com oito jornais franceses e belgas. A análise do *corpus* levantado leva os autores a constatarem que, embora os editoriais, de um modo geral, atendam a esse modelo, há consideráveis variações no que diz respeito à topografia (nem sempre aparecem na primeira página), à periodicidade (costumam ser diários, e não de intervenção excepcional) e à autoria (alguns levam assinatura e outros ainda a foto do enunciador). Os autores ressaltam, também, que as arengas e polêmicas, típicas do século XIX e da primeira metade do século XX, deixaram de ser observadas. Tais contravenções os levam a defender que o editorial é um gênero em evolução. De nossa parte, afirmamos que não só o editorial é um gênero em transformação, mas todos os gêneros; desde que estejam sendo materializados, estão em constante processo de transmutação, pelas razões que já expomos detalhadamente no capítulo 2.

Embora reconheçamos serem oportunas as reflexões que os autores fazem sobre a necessidade de alargamento da noção de dêiticos, apoiados na ocorrência particular que essa categoria revela dentro dos editoriais, não temos como levar em conta as restrições que fazem quanto aos critérios definidores do editorial. Na prática do jornalismo europeu, pelo menos o francês e o belga, o termo editorial, como mostrou o estudo de Dubied e Lits, é empregado tanto para o texto cuja autoria cabe ao redator-chefe ou a outro responsável

quanto para o que é assinado por uma personalidade, a autoria de caráter socioprofissional de que fala Alves Filho (2006).

Aqui no Brasil, ainda que os critérios elencados para distinguir gêneros jornalísticos não sejam satisfatórios, como bem ressaltou Bonini (2003), pelo menos um tem se revelado particular para distinguir o editorial: a autoria. Dessa forma, o editorial de jornal se diferencia do artigo de opinião ou de outro gênero afim justamente pela ausência de assinatura, o que configura a autoria institucional, de que já falamos no capítulo anterior.

Se no início do periodismo, o editorial era também designado artigo de fundo ou introdução e podia vir assinado, com o desenvolvimento das práticas jornalísticas e a paulatina segmentação das seções, a nomenclatura também foi se especificando. Assim, nos grandes jornais brasileiros, os textos assinados foram sendo reconhecidos como artigo de opinião, carta do leitor, comentário, resenha, entre outros, e o texto sem assinatura, como editorial.

Ser reconhecido pela ausência de assinatura não impede, no entanto, que possamos vir a encontrar em um jornal um texto assinado sob a rubrica editorial, tanto que, em nosso *corpus*, identificamos editoriais assinados ainda que somente até o ano de 1921, mais de 8 décadas atrás (cf. editorial de *O Clarim* (n04s20f1/056), jornal de Barbalha, interior do estado). Quando ressaltamos o critério da ausência de assinatura, levamos em conta a regularidade, isto é, o fato de os editoriais que circulam nos grandes jornais brasileiros atuais possuírem esta característica em comum. Para além das especificações e nomenclaturas, está, bem sabemos, o uso que se faz dos gêneros.

Convém salientar, ainda, que Dubied e Lits sublinham a importância de uma aproximação diacrônica dentro de uma análise sincrônica, em função, sobretudo, do que perceberam a respeito do uso particular dos dêiticos, para que se possa chegar a uma observação mais coerente com os exemplares do gênero que circulam na atualidade. Nesse sentido, concluem o artigo afirmando:

Importará, portanto, observar os dominantes de um grupo de textos, dentro de uma abordagem, simultaneamente, diacrônica e sincrônica, mais do que fazer classificações rígidas e imutáveis, das quais se conhece a fragilidade, exceto para escolher exemplos que correspondam aos critérios, previamente determinados pelo observador (1997, p. 61)⁸.

Assim como Dubied e Lits, não temos a intenção de trabalhar com uma classificação rígida, mas necessitamos de um conceito que sirva para descrever satisfatoriamente o gênero a fim de que possamos continuar nos referindo aos textos do nosso *corpus* como editoriais (ou carta do redator para aqueles de um passado mais distante).

Derivado do termo em inglês *editor*, designação atribuída não somente àquele que responde pela realização prática do objeto impresso, mas também àquele que assume sua concepção e responsabilidade intelectual, o editorial, no dicionário *Aurélio*, (FERREIRA, 1986) é definido como “artigo que exprime a opinião do órgão, em geral escrito pelo redator-chefe, e publicado com destaque; artigo de fundo”; no *Dicionário de usos do Português do Brasil*, de Francisco Borba, como “artigo principal e inicial de um periódico que veicula o pensamento da direção do órgão sobre determinado assunto”; e no dicionário *Houaiss*, em sua versão eletrônica⁹, é definido como “artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe; artigo de fundo”.

Referindo-se à data em que foi encontrado pela primeira vez em um documento em língua portuguesa, o dicionário *Houaiss* registra para o termo “editor” o ano de 1813 e para o termo “editorial” o ano de 1890. Contrariando a datação de *Houaiss*, Callado (2002, p. 46) afirma ter surgido, por volta de 1877, “o artigo editorial – mais tarde denominado apenas editorial”. Diferentemente dos registros anteriores, Gomes, V. (2007) reporta-se à década de 30 do mesmo século para a primeira referência ao termo editorial,

⁸ Tradução nossa para o original: “Il importerait donc davantage d’observer les dominantes d’un groupe de textes, dans une approche à la fois diachronique et synchronique, plutôt que d’opérer des classements rigides et immuables, dont on connaît la fragilité, sauf à choisir des exemples qui correspondent aux critères préalablement déterminés par l’observateur”.

⁹ Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=editorial&cod=73135>>.

encontrada em um texto do *Mensageiro Nietheroyense* distribuído por várias publicações do *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825.

Independentemente da divergência apontada, podemos afirmar que esse gênero textual só passou a ser reconhecido pelo termo editorial, pelo menos em textos escritos, algumas décadas depois de essa prática discursiva já ter, de certa forma, espaço garantido nos jornais que circulavam desde a primeira metade do século XIX, ainda que viesse a receber outra designação: introdução, artigo, artigo de fundo. Esse fato nos ajuda a compreender a nomenclatura flutuante no início de sua instauração como prática discursiva em nossa sociedade.

O Manual de Redação do jornal Folha de São Paulo apresenta as seguintes características para esse gênero reconhecido como expressão da opinião de um jornal: “os editoriais são publicados na segunda página do jornal e, em casos excepcionais, na primeira. Não são assinados. [...] não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem” Em seguida, no mesmo verbete esclarece: “A Folha procura publicar artigos assinados que discordem das posições dos seus editoriais”¹⁰.

Para nosso objetivo de análise, tomamos, então, como editorial de jornal o texto que, veiculado em locus próprio, possui periodicidade sistemática e destina-se à manifestação de opinião ligada a interesses dos segmentos empresariais/institucionais por ele representados. Publicado, pelo menos desde um passado recente, sem assinatura¹¹, volta-se para assuntos, locais, nacionais ou internacionais, que estejam na pauta das discussões políticas, econômicas ou sociais (cf. Anexos C e D).

Vale ressaltar que o que tomamos como editorial hoje não significa que tenha sido assim percebido pelos produtores originais, pois não podemos nos esquecer de que, como a sociedade muda com o passar do tempo, as categorizações também não

¹⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_e.htm>.

¹¹ Com já dissemos no capítulo 1, embora o editorial hoje não seja assinado, incluímos em nosso *corpus* textos com assinatura, pois faziam parte de uma época em que essa característica ainda não tinha se firmado completamente.

permanecem as mesmas, tanto que, no século XIX, o editorial era reconhecido como artigo de fundo ou introdução, como dissemos anteriormente. Nesse sentido, relembremos as palavras de Mondada e Dubois, que, a respeito da instabilidade das entidades no mundo e na língua, afirmam:

As categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente (2003, p. 22)

Em nossa pesquisa, recorreremos, portanto, a textos de uma sincronia passada e ao contexto – histórico, político e social – em que tais textos foram produzidos, para tentar nos aproximar das condições de produção e circulação à época em que foram veiculados e então melhor compreendermos o fenômeno que continua a se manifestar, ainda que sob outras circunstâncias.

Da mesma forma, não podemos nos esquecer também de que um mesmo texto pode pertencer a gêneros diferentes em países e tempos igualmente diferentes. Como exemplo, podemos retomar os textos de jornais franceses e belgas: uns seriam tomados, hoje, em nossa cultura, como editoriais, por não trazerem assinatura; outros, como artigo de opinião (ou comentário), por apresentarem autor, nomeado e com foto, ainda que para seus produtores e destinatários originais sejam todos editoriais.

O que estamos levando em consideração com esse posicionamento é que não se produz um texto fora de suas condições sociais e culturais, nem de seu tempo histórico. As condições políticas, econômicas, sociais e culturais forjam, portanto, o surgimento de um gênero, que nasce marcado por contingências. Passemos, então, a falar dessas contingências.

4.1.1.1 Ambiência: o entorno sócio-histórico do jornalismo cearense

A história dos gêneros está indissociavelmente atrelada à história, em toda a sua dimensão – social, política, econômica, cultural –, conforme já ressaltamos. No entanto, como linguista, não temos a pretensão de narrar a história do Ceará, cuja tarefa, por excelência, cabe aos historiadores, nem tampouco a de reconstruir a história do jornalismo cearense, a cujo empreendimento voltam-se jornalistas, quando não historiadores. Nossa intenção é compilar fatos, tanto de uma quanto de outra história¹², que possam subsidiar a interpretação de acontecimentos que estão por trás, como pano de fundo, da circulação dos textos que tomamos como objeto de análise. Para tanto, nos detivemos um pouco mais nesta parte de nossa investigação por vermos que esses fatos e acontecimentos históricos nos servirão para compreender melhor a análise das outras categorias que virá a seguir.

Até o século XVI, o Ceará foi esquecido pela Coroa Portuguesa. O difícil acesso à costa cearense, a presença de índios que resistiam à ação do colonizador e a aridez do clima acabaram por afastar os portugueses. Além dessas causas, uma mais contundente inibia qualquer tentativa de colonização por parte dos portugueses, interessados no lucro e no acúmulo de metais preciosos: o Ceará não dispunha de ouro nem prata, suas terras não serviam para o plantio da cana-de-açúcar e suas riquezas (algodão e sal, por exemplo) não eram mercadorias de valor. A capitania, criada em 1534 – *Siará Grande* –, não despertou interesse nem de seu donatário, Antonio Cardoso de Barros, que faleceu sem jamais ter posto os pés em solo cearense.

Somente a partir do século XVII, a Coroa passou se preocupar com o *Siará*, mas por uma questão estratégica, pois era necessário proteger o território da contínua ação de estrangeiros: os franceses, que se estabeleciam no Maranhão, e os holandeses, que chegavam a Bahia e Pernambuco. Entretanto as tentativas de ocupação pelos portugueses

¹² Para a retomada da história do Ceará até a proclamação da República (1889), nos valemos principalmente das contribuições historiográficas de Girão (1971), Campos (1985) e Aragão (1985).

não lograram êxito. Até a primeira metade do século XVII, o Ceará foi palco de sucessivas invasões.

Após a expulsão dos estrangeiros e com a submissão à administração de Pernambuco, um novo quadro começa a se delinear com a interiorização da colonização, que se volta para a atividade pecuária, sobretudo a partir do último quartel do século XVII, facilitada, entre outros fatores, pelas abundantes pastagens e pelos custos reduzidos no estabelecimento das fazendas, propriedades destinadas à exploração pecuarista.

Embora a comercialização do gado tenha possibilitado as primeiras mudanças na economia da capitania, a venda dos rebanhos foi-se revelando não muito lucrativa. Além de o gado padecer durante as longas caminhadas entre o fornecedor e o consumidor, o transporte se ressentia dos constantes assaltos e dos ataques de animais selvagens. Sem falar dos altos impostos que subtraíam sensivelmente os lucros contabilizados.

Paralelamente ao enfraquecimento da atividade pecuária, começou a se implantar a cultura do algodão, que, no século seguinte, constituiria a base da economia do Ceará. Com o desenvolvimento da cotonicultura, Fortaleza foi aos poucos vendo surgir sua importância no cenário da economia do Estado, que, em 1799, adquiriu independência de Pernambuco e passou a ter governador próprio e a receber ordens diretamente da Corte. Iniciou-se, a partir dessa época, o período de urbanização daquela que viria a ser conhecida como a Terra da Luz, que, à margem dessas circunstâncias, continuava a lutar contra a precariedade que assolava o estado, vitimado por grandes secas.

Na virada do século XVIII para o XIX, a preocupação maior do governador, que era português, convém lembrar, consistia em conseguir meios de arrecadar mais tributos e estabelecer o domínio da sede governamental sobre as demais vilas cearenses, cuja relativa autonomia alcançada pelos senhores de terra perturbava o sono da Corte.

Quando D. João e a Família Real desembarcaram no Brasil, fugindo das tropas napoleônicas e visando maiores chances de defesa contra os invasores do reino, o Ceará era governado pelo recém-empossado Luís Barba Alado de Menezes, outro português. A

província fazia parte do que se constituía o País na época: “um amontoado de regiões mais ou menos autônomas, sem comércio ou qualquer outra forma de relacionamento, que tinham como pontos de referência apenas o idioma português e a Coroa portuguesa” (GOMES, L., 2007, p. 120). Até a expressão para se referir à nacionalidade de quem nascia no Brasil refletia essa falta de coesão: não se sabia se deveria ser designado “brasileiro”, “brasiliense” ou “brasiliano”, fato que levou Hipólito da Costa a designar seu jornal de *Correio Braziliense*.

A vinda da Família Real acenou com possibilidades alvissareiras para aqueles que padeciam do atraso imposto por anos de colonialismo: carência de escolas, precariedade da saúde, debilidade na comunicação com o interior, entre outras mazelas sociais. O regozijo inicial provocado pela chegada da Família Real e seus milhares de acompanhantes não durou muito, pois, em pouco tempo, o povo viu subir indiscriminadamente as taxas e os impostos, sem que conseguisse avaliar os benefícios que teria com tais atos governamentais. Começavam a ser plantadas, assim, as primeiras sementes dos ideais revolucionários que permearam o nascedouro da imprensa em nosso país.

Por outro lado, não há dúvida de que as condições do meio intelectual mudaram com a vinda da Família Real. Com a transferência para um país marcado pela precariedade, era natural que a nobreza quisesse mudar o panorama encontrado para assim garantir uma estadia menos sofrida, já que o centro do poder português não mais seria em Lisboa. Em pouco tempo, como para compensar tantos anos de negligência, o País passou, então, por um surto desenvolvimentista: abertura dos portos, construção de estradas, instalação do Banco do Brasil e da Casa da Moeda, implantação de cursos superiores e escolas técnicas, criação de fábricas, entre outras benesses. E finalmente, por meio de um decreto assinado no dia 13 de maio de 1808, foi criada a Imprensa Régia, que tinha como objetivo imprimir os atos do governo e divulgar notícias de interesse da Coroa. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal a sair das máquinas importadas da Inglaterra, começou a circular em 10 de setembro do mesmo ano. Pouco tempo depois, outros tantos jornais,

diante da liberdade de imprensa, começaram a circular abertamente no País, uns impressos, outros manuscritos, como *O Paulista*. A falta de tipografia não impediu que São Paulo lançasse um jornal aproveitando a liberação concedida. A primeira tipografia na província paulista só foi instalada em 1827, três anos depois do Ceará.

Alquebrada como D. Maria I, a rainha louca de 74 anos da Corte Portuguesa, a capitania do Ceará não tardou a se beneficiar com o rompimento do isolamento a que estivera relegada. Começou seu novo ciclo já na administração de Barba Alado, governador de 1808 a 1812, que deu início ao comércio direto com a Inglaterra, incentivou o plantio de algodão e implantou uma fábrica de louça vidrada, a primeira unidade de produção organizada do estado. Diante desse novo quadro de estímulo à prosperidade, o Ceará foi uma das primeiras províncias a lançar-se nas atividades tipográficas, ainda que à custa de muito amadorismo, dadas as condições artesanais com que os materiais eram impressos.

Em 1º de abril de 1824, com o país já independente de Portugal desde 1822, e não mais fazendo parte, portanto, do Império Português, foi publicado, então, aquele que ficaria conhecido como o primeiro jornal cearense, *Diário do Governo do Ceará*.

Vale lembrar que, a exemplo da controvérsia sobre o primeiro jornal brasileiro, também não há consenso sobre o primeiro jornal cearense. Tanto Perdigão de Oliveira (1907) quanto Geraldo Nobre, em 1974 (edição fac-similar de 2006), dão como certa a existência de, pelo menos, uma publicação que teria antecedido o “Diário”, uma gazeta que circulou em 1817. Mesmo admitindo a hipótese de, além do “Diário”, outros frutos da imprensa cearense terem circulado, não só em 1822, ou antes, mas, sobretudo no período que se estendeu até 1839, no qual, segundo Araripe (1983), teriam existido mais 15 jornais, restringiremos nossa análise desse lapso temporal a duas datas, 1832 e 1840, ano dos jornais que conseguimos coletar junto à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

O período compreendido entre 1831, ano em que o imperador, D. Pedro I, atacado pela elite, pelo povo e pela imprensa devido à decadência que impunha ao País, viu-se sem condições de permanecer no cargo e então abdicou do trono em favor de seu

filho, e 1840, ano em que D. Pedro II, tornou-se imperador do Brasil aos 14 anos de idade, foi um dos mais conturbados da nossa história. Governado em nome do soberano por regentes provisórios, o Brasil viu a economia entrar em crise; o poder central, controlado pelos grandes proprietários rurais do Sudeste, se envolver em permanentes conflitos com as províncias; e conseqüentemente várias revoltas eclodirem de norte a sul do País.

No ano de 1831, o jornalista de oposição Libero Badaró foi assassinado, como lembra Farias (1997, p. 75), “por pistoleiros a mando de um juiz paulista amigo de D. Pedro I”, fato que provocou mais agitação, confronto e ataques aos portugueses, que conseguiram, diante do caos estabelecido, levar os militares para a oposição. O assassinato do jornalista resultou de “um contexto em que política e imprensa se confundiram da forma mais radical” (LUSTOSA, 2003, p. 59).

Nesse clima de insatisfação, a luta pelo controle e pela maior autonomia política e econômica das províncias se fez mais acirrada. A elite dividida assumiu posições opostas: de um lado, o grupo liberal, representado por grandes proprietários rurais, e, de outro, o grupo absolutista, composto por fazendeiros, militares e comerciantes portugueses. Os liberais defendiam autonomia para as províncias e a limitação dos poderes do imperador; os conservadores, um Estado unitário, centralizado nas mãos de D. Pedro. Essa contenda, como era de se esperar, também foi travada na imprensa, como podemos observar na carta do redator do *Semanário Constitucional*, na edição de 28 de dezembro de 1832.

(1)

PROCLAMAÇÃO. || Cearenses! O infame, e anarchista Re- | dactor do Clarim infernal do Aracati, não | contente de pregar tantas vezes a Confede- | ração pelas armas, acaba de proferir em | sua immunda folha Nº 51 que hoje he a | Confederação e amanhã sera a Republica; | que atrevimento, que ousadia! que grave | offença a Constituição, e falta de respeito | as leis, e as Authoridades! Porem cearenses, ao | criminoso disleixo destas he devida tanta in- | solencia do malvado. || Cearenses! Não acrediteis em tal mons- | tro, que sò prega doutrinas anarchicas, e | subversivas da ordem, e que sò quer per- | turbar a Província, e sacrificar os que ti- | verem a desgraça de se deixarem illudir; | ficai certos que o Brasil hade ser Confe- | derado, porem a Confederação hade ser | sabiamente Decretada pelos Dignos Repe- | sentantes da Nação, e pela forma marcada | na Constituição. || Cearenses! Naõ acrediteis também no | que o malvado tem publicado contra a Re- | gencia, pois sò huma penna amaldiçoada | como a do Clarim infernal he capaz de di- | zer mal de hum Governo, que todo se dis- | vella pela prosperidade do

Brasil, e que | tem por deviza o mais acrisolado patriotismo | e nacionalismo. || Detestai. Cearenses, detestai a tal mons- | tro, e votai-lhe eterno odio; e a vòs, Ara- | ca[t]ienses, positivamente nos dirigimos, pe- | dindovos (sic) que abandoneis a esse infame anar- | chista, que já vos privou da paz, e união | em que sempre vivestes, e por fim traba- | lha para vos precipitar, e fazer a desgraça | de vossas familias; o malvado quer perder- | se, deixai-o perder-se so' (sic), e não vos per- | caes tambem (sic), por illusã de hum ente taõ | infame, e indigno, e só digno do voso (sic) des- | prezo, e indignaçã.

(n19s19f1/001)

(Do Redactor)

O *Semanário Constitucional*, da família Castro, fiel à Coroa Portuguesa, foi um jornal semanal, publicado aos sábados, que tinha como um dos seus redatores, o advogado Angelo José da Expectação Mendonça, vereador e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, província do Ceará. “Dispostos a fazer quanto couber á prol da Constituição e da Lei” e empenhados em fazer conhecer “a excellencia do systema Constitucional-Monarchico-Representativo”, como dizia o artigo de fundo do seu primeiro número, datado de 4 de setembro de 1832, o *Semanário* defendia fervorosamente a monarquia, representada na época por um regente, que governava em nome do soberano, até então menor de idade. Segundo seus proprietários, representados na voz do redator, a monarquia era o único sistema político capaz de fazer a felicidade do povo¹³.

No combate que se travava entre liberais e conservadores, os grupos rivais faziam uso da palavra de forma contundente, como podemos constatar no texto em destaque. O redator que, apesar de não subscrever o texto, assume a sua autoria (ao final do texto, com a expressão “Do Redactor” entre parênteses), não poupa adjetivos ferinos para dirigir-se ao seu opositor, o redator de um jornal de posicionamento político contrário ao seu. Dessa forma, em tom exortativo e insultante, chama seu opositor, Joaquim Inácio Wanderley, que se indispusera com a família Castro e tinha no *Clarim da Liberdade* uma tribuna privilegiada, de “infame”, “anarchista”, “malvado”, “monstro”, “indigno”; o jornal *Clarim* de “infernal”, “immunda folha”; e o posicionamento político do adversário de “criminoso disleixo”, “pena amaldiçoada”, entre outras expressões recategorizadoras, com acentuado teor axiológico.

¹³ Informações obtidas no site do Instituto do Ceará (www.institutodoceara.org.br) e na Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, de 1908, volume 1.

Adepto dessa mesma feição argumentativa, o jornal *Vinte e Trez de Julho*, órgão político fundado em Fortaleza em 1840 para comemorar a ascensão dos liberais que retornaram ao poder com o golpe da maioria do imperador, tinha como diretor Carlos Eduardo Muhlert, português naturalizado, e como redator José Lourenço, médico e político, que abandonou seus antigos amigos conservadores e filiou-se ao partido liberal.

Na edição de 31 de dezembro de 1840, o redator do *Vinte e Trez de Julho* se dirigia, como era costume no início da imprensa, em tom incisivo, ao redator do jornal *Pedro II*, fundado também em 1840 e porta-voz da política conservadora, para esbravejar contra o ataque que o *Pedro II* fizera ao governo provincial acusando-o de demissões, transferências de servidores e outros desmandos, como esvaziamento dos cofres públicos. Para os liberais, as atitudes dos conservadores resultavam da resistência que opunham ao governo de José Martiniano de Alencar, liberal nomeado, em outubro daquele ano, para presidir o Ceará, em seu segundo mandato. Contra essas atitudes oposicionistas, o redator voltou sua pena empunhadora, como constatamos no excerto a seguir.

(2)

O Pedro que à muitos dias nao' sahia pelo em- | baração em que estava entre o Governo e os anar- | chistas, sahio no dia 30 com aquella impuden | cia (sic), e audacia, que tanto caracteriza seus redac- | tores. Attribute ao Governo os attentados que se | commetterao' imprudentemente, e que tanto tem | concorrido para a ruina e descredito dessa facção', | que tendo-se apossado de todos os empregos dos | bons serventuarios publicos, desfructando os co- | fres, e as riquezas da Provincia, tirando todos os | meios de subsistencia aos seus contrarios, com o | fim de os aniquilar, e não poderem, ir ao assou- | gue, atropellando a huns com recrutamentos, á | outros com designações e a todos com toda [a sor-] | te de vexações, e tirannias, nao' pode tolerar, que | alguns dos seus contrarios sejaõ reintregados em | seus devidos empregos nem que as redeas do Go- | verno passassem para as mãos de quem tanto olha | para os interesses do Paiz.[...]
(n18s19f1/002)

A linguagem, como vemos, constituía meio de descarregar as paixões e evitar, assim, as lutas à mão armada. Nesse sentido, “era a mais desbragada, semelhante à dos pasquins manuscritos de antanho, colocados furtivamente por baixo das portas” (NOBRE, 1974, p.17). O redator daquela época não media palavras e não manifestava

constrangimento ao atacar deliberadamente a face do seu opositor¹⁴, o que nos leva a pressupor que a polidez que hoje percebemos nos editoriais de jornal (ainda que não estejamos em nossa análise focalizando essa categoria) seja uma construção histórica, fruto da mudança que foi se estabelecendo na imprensa, sobretudo nos jornais em nosso país.

Não raramente, os jornais da época costumavam estampar mais de uma carta do redator. Nessa edição do *Vinte e Trez de Julho*, a terceira carta (publicada após as duas primeiras) trata do mesmo assunto e faz uso da mesma linguagem, como podemos verificar neste próximo excerto:

(3)

[...] Sem receber soldo algum, e sem | esperança de melhoramento dos cofres, o *Senhor* Ma- | jor Jozé Felis Bandeira tem ate pedido empresta- | do e se empenhado para supprir a falta do Thesou- | ro exaurido por essas 3 ultimas e nefandas ad- | ministrações.¹⁵ [...] (n18s19f1/004)

Desde essa época, segundo Fernandes (2004, p. 32), o jornal já “demonstrava ser mecanismo de comunicação, de apresentação social, política e partidária, de defesa às críticas da oposição, de associação e de divergência”.

Sinalizando para uma concepção jornalística diferente da que dominara o cenário da imprensa do Ceará nas suas duas primeiras décadas, o jornal *O Cearense*, em sua primeira edição, datada de 04 de outubro de 1846, em carta de apresentação dirigida aos leitores, se propôs a voltar-se para os verdadeiros interesses do público, deixando de lado as ofensas pessoais, bem como a linguagem injuriante, conforme ilustramos a seguir.

(4)

O CEARENSE. || **A imprensa entre nós.** || [...]Muitas veses, ella [a imprensa] se tem transviado da | verdadeira senda por onde deviria (sic) cami- | nhar, e usando de huma linguagem as- | querosa e immunda, tem lançado de si ver- | dadeiros pasquins indignos de quem os escreve, e da quelles (sic) para quem são escri- | tos; outras, abusando do seu poder colos- | sal, chafurda-se no putrido lamaçal das ca- | lumnias e injurias, e violando com infer- | nal scinismo a moral publica, vomita as | feses as mais negras contra a honra e re- | putaçãõ dos mais respeitáveis cidadãos... [...] Decididamente dizemos | que não; e

¹⁴ Sobre as estratégias empregadas para atacar as faces envolvidas numa escrita verbal mediada pelo jornal, cf. Barros (2002).

¹⁵ O redator se referia aos três governadores que, em menos de 2 anos, numa disputa acirrada pelo poder, antecederam ao senador Alencar: João Antônio de Miranda (15/02/1839 a 03/02/1840), Francisco de Sousa Martins (04/02 a 09/09/1840) e João Facundo de Castro Menezes (setembro a outubro de 1840).

sem medo de errar assegura- | mos que jamais admittiremos em nossas | columnas essa
 linguagem usada por alguns | de nossos collegas, que sem o sentirem | tem lançado um
 borraõ indelevel na nos- | sa imprensa: não apresentaremos grandes | cousas, é verdade;
 mas tambem não firi- | remos (sic) os ouvidos de nossos leitores com | essa nomenclatura
 de expressões injurio- | sas, que outros sõem (sic) empregar; e quan- | do não nos
 acreditemos pelas nossas pro- | duções, esperamos não nos desacreditar- | mos pela nossa
 linguagem. [...] (n01s19f2/005)

O Cearense foi fundado por Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomás Pompeu e contava com o apoio dos redatores Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Júnior e Dr. Paula Pessoa, pessoas influentes no cenário político da época. Costumava sair uma ou mais vezes por semana, dependendo das circunstâncias que possibilitariam a sua impressão, já que dependiam, por vezes, de material tipográfico trazido do Rio de Janeiro, por exemplo.

Essa carta de *O Cearense* inaugurou o período de estabilidade da imprensa alcançado no decênio 1840-1849, motivado pela situação política que, de certo modo, se normalizara com a maioria de D. Pedro II.

Por outro lado, data desse período, segundo Nobre (1974, p. 85), o surgimento de jornais críticos, caricatos e “afeitos a um estilo picaresco”, que tinham o objetivo de ridicularizar adversários políticos, ou desafetos, a exemplo de outros do gênero que circulavam na Corte, em Pernambuco e no Maranhão. Desses periódicos, “que nada sugeria[m] de jornalismo”, o único que ganhou expressividade foi *O Periquito*, surgido em 1846, cujo redator, Pedro Pereira da Silva Guimarães, reconhecido homem de talento, escrevia para os jornais *Dezesseis de Dezembro*, *Popular* e *Pedro II*.

Os dois grupos políticos – liberais e conservadores – representados respectivamente pelos jornais *O Cearense* e *Pedro II*, alternando-se no poder, aprenderam, a despeito desses periódicos satíricos, a se respeitar, já que cada um mantinha seu próprio órgão de imprensa. No entanto, a luta pelo poder impossibilitava a unidade desses grupos, e eles invariavelmente acabavam dividindo-se em várias facções.

A aparente harmonia entre os dois partidos, que atuavam exclusivamente na tribuna parlamentar e na imprensa, não impediu, portanto, que surgissem dissidências,

mais por interesses pessoais do que coletivos, que resultaram, então, na criação de outras publicações. Assim, quando os partidários de determinada facção se desentendiam, era chegado o momento de criar outro periódico, para assegurarem um espaço de manifestação das contendas que tal cisão teria provocado.

Arrefecendo os ânimos políticos sempre tão exaltados e retratados na imprensa daquela época, como vimos, é lançado, em 1856, *O Sol*, que reunia política partidária com literatura e informação geral. Publicado em Fortaleza por Pedro Pereira da Silva Guimarães, o mesmo que anos antes estivera dedicado a jornais satíricos, tinha periodicidade semanal. Neste semanário, contudo, seu redator revelava um outro lado de sua verve, sensível ao tratamento respeitoso que tinha se firmado entre os chefes partidários e que acabou inevitavelmente resvalando para a imprensa, que, naquela época, registrava franco desenvolvimento, sendo o Ceará considerado “uma das Províncias do império onde essa atividade mais se recomendava, senão pelo esmero tipográfico ao menos pelo valor intelectual dos que redigiam as folhas” (NOBRE, 1974, p. 89). Como exemplo da polidez que se instaurava na imprensa, citamos um trecho da edição de 04 de dezembro de 1857 do referido semanário.

(5)

[...] O illustrado redactor do — Cearense — pois deve | convir comnosco, que semelhante acto praticado | por quem está mais que ninguem na obrigação | de respeitar os direitos dos cidadãos brasileiros ou | seja maiores ou menores, he por demais atten- | tadoro das liberdades publicas. [...] (n50s19f2/015)

Essa trégua nos insultos não impedia, por outro lado, que, vez por outra, os redatores dirigissem a seus opositores palavras não tão respeitosas, o que assegurava aos detratados direito de resposta, como vemos a seguir, na edição de 30 de abril de 1860, do jornal *A Estrella*, jornal político e literário, fundado em 1859 por José de Barcellos e Antônio Bezerra, este incumbido da parte poética.

(6)

Uma resposta. || Senhores do “Echo”, em poucas palavras | vamos hoje responder ao vosso celebre ar- | tigo intitulado a — Estrella — || Principiastes dizendo que máo grado vos- | so respondíeis a “Estrella” pois não podíeis | mais supportar as injurias que seus redacto- | res vos tem lançado. || Oh senhores! Sois inimitaveis! || Ninguem melhor do vòs de lobo se | transforma em cordeiro. | Já que fallastes em caterva de redactores | freneticos

tende a bondade de nomeal-os. || Usaremos de vossas expressões: — se não | imprimirdes os seus nomes em vosso jornal | não passareis de uns — mentirosos. || Fostes mal informados quando dissestes | ser da redação o artigo a que alludistes. || Com isso temos respondido a essa parte do vosso artigo. || Certificai-vos que só nos responsabilisa- (sic) | mos pelos nossos artigos. || Continuai, senhores; a missão é honrosa. || Continuai, que a nossa resposta será o — silencio. (n14s19f2/017)

A combatividade dos jornalistas nesse período (1850-1860) fomentou vários revides, o que serviu para caracterizar a considerável liberdade de que desfrutava a imprensa cearense, mesmo porque, como acentua Nobre (1974, p. 94), “havendo ardor de ambos os lados, se compreendia que a uma violência se respondesse com outra”.

Dominado pelas oligarquias rurais, organizadas nos já referidos partidos liberal e conservador, o Ceará seguia palco da disputa pelo poder. Nesse contexto de contida beligerância, resultado do rompimento de Domingos Jaguaribe (grande latifundiário, conhecido pelo título de Visconde de Jaguaribe) e Joaquim Freire (rico comerciante de Fortaleza), ambos do *Pedro II*, com os Fernandes Vieira (família de grande prestígio na política e conseqüentemente na imprensa), é criado, em 1863, *A Constituição*, órgão dos “representantes das idéas do partido conservador adiantado, em opposição ás idéas pregadas pelo Pedro II, também orgam conservador de Fortaleza”. Em sua edição de 13 de março de 1866, o longo editorial, que se estende por duas páginas e ainda apresenta oito notas de rodapé¹⁶, ataca *O Cearense*, órgão do partido liberal, como vemos a seguir.

(7)

[...] O publico deve lembrar-se que o *Cea - | rense* em seo constante systema de | embustes tem attribuido ao Sr. Dr. Ja- | guaribe a inepta jatancia d’escrever á | seus amigos do interior, disendo-lhes que gosa da privança do presidente da | provincia o Exm. Sr. Dr. Homem de | Mello, que dispõe dos favores do go- | verno &c. [...] (n49s19f2/021)

A par desses periódicos cujos editoriais constituíam, na verdade, diálogo entre pares, havia, por outro lado, periódicos literários e críticos que, ao passarem ao largo das arengas político-partidárias, voltavam suas publicações para fins específicos, como mostra a

¹⁶ Outros dois jornais já citados, *Vinte e Trez de Julho* e *O Cearense*, também apresentavam notas de rodapé, sobre as quais falaremos na seção 4.1.2.3, mais adiante.

próxima carta do redator do jornal *A Consciência*, de 4 de julho de 1867, uma semanário publicado em Sobral, interior do estado:

(8)

[...] Não nos desviaremos do cami- | nho que tomaremos; nosso trabalho | é
excessivamente sublime, por isso | occuparemos singularmente de | negocios que se
encaminham ás | lettras (sic), e d'ahi seguiremos por | uma vereda semeada de flôres, que
| é por onde seguem os grandes lit- | teratos do mundo civilisado.
(n19s19f2/024)¹⁷

Além das questões partidárias (e as literárias como acabamos de sublinhar), os redatores também devotavam fervor a outras causas políticas que afetavam a sociedade. Uma delas era a Guerra do Paraguai, deflagrada em 1864. O Brasil, aliado ao Uruguai e à Argentina, enfrentou o Paraguai numa batalha sangrenta que se estendeu até 1870. Como o exército brasileiro era pequeno e o serviço militar não era obrigatório, o governo federal determinou que as províncias organizassem corpos de voluntários para reforçar o Exército. O então presidente da província do Ceará, o liberal Lafayette Rodrigues Pereira, cumprindo determinações, impôs às câmaras municipais que dessem início aos trabalhos de arregimentação de tropas. O editorial do jornal *A Constituição*, de 28 de abril de 1866, coadunado com o momento político que o País atravessava, enalteceu o trabalho da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará, como percebemos no texto seguinte.

(9)

[...] Com as longas costas, que temos, | e com os grandes rios que nos divi- | dem de
visinhos rixosos, he de pri- | meira intuição a necessidade que temos | de uma respeitavel
marinha de guer- | ra. Para conseguir-se este fim nem | um meio mais efficaz podem
empre- | gar os altos poderes do Estado do que | instituir em todas as provincias ma- |
ritimas e nas merginaes (sic) dos grandes | rios identicas companhias, que sirvam | de
viveiro a armada nacional. (n79s19f2/023)

¹⁷ Quase 25 anos depois, a imprensa literária no Ceará atingiu seu momento de maior expressividade com a publicação, em maio de 1892, do jornal *O Pão*, fruto de um movimento de cunho intelectual, Padaria Espiritual, cuja notoriedade foi alcançada com a transcrição do programa de lançamento em um jornal da capital federal da época, Rio de Janeiro. O movimento tinha por lema “alimentar com pão o espírito dos sócios e da população em geral” e reunia um grupo de escritores, artistas plásticos, músicos e amantes das artes em geral. *O Pão*, publicação semanal que fomentava a literatura brasileira, deixou de circular em 1898 (cf. AZEVEDO, 1976).

No último quartel do século XIX, a imprensa panfletária, implantada desde a vinda de D. João VI para o Brasil, ainda tinha fôlego e material suficiente para suas bravatas verborrágicas, a despeito dos ventos de modernidade que, segundo Farias (1997), já sopravam no Ceará: sistema de canalização d'água, melhoria da iluminação pública, criação da Biblioteca Pública e de bons educandários, entre outros benefícios, que contribuía para que Fortaleza se consolidasse como o centro político e econômico do estado. O poder, no entanto, seguia nas mãos dos já conhecidos grupos dominantes, que continuavam com as alterações mediadas pela imprensa, como vemos no excerto extraído do editorial de *O Cearense*, na edição de 19 de abril de 1874.

(10)

[...] Vendem a consciencia por migalhas do | orçamento, obrigam-se a ter duas caras, | uma para o amo outra para o seu ami- | go, aprendem um idyllio para o encontro, | proferem uma praga, quando se tem des- | pedido! || Que lição util para a mocidade! Que ex- | emplo para os que aprendem na pratica | dos grandes. || A tratantice precipita-se de cimo das | montanhas para inundar as planícies. || Do alto d'essas piramides, quanto redi- | culo nos contempla! [...] (n32s19f3/025)

Em linguagem irônica, o redator teceu críticas ao caráter dos que faziam o jornal/partido adversário. Quase meio século depois de ter se implantado no estado, a imprensa ainda se mostrava panfletária, característica revelada nos editoriais da época que analisamos.

Ainda nesse período, precisamente em 1877, teve início a mais prolongada seca da história cearense que se arrastou até 1879 e, atingindo o sertão de forma implacável, levou milhares de pessoas à morte, além de causar graves consequências demográficas, com o êxodo de milhares de indivíduos. O flagelo foi tanto que, pela primeira vez, chamou atenção do governo central. Muitos redatores, em meio às contendas partidárias de costume, dedicaram várias folhas à descrição do cenário calamitoso, à cobrança de ações governamentais, a denúncias do mau uso do dinheiro público, à exortação do povo. Como exemplo, citamos o jornal *O Retirante*, que, em seu segundo número, datado de 1º de julho de 1877, dos 4 artigos de fundo dedicou 3 a esse flagelo que, mesmo no início, já deixava o Ceará combalido.

(11)

[...] Agora nós, senhores do governo: || O que pretendeis fazer do povo que de vosso | apoio necessita? || Quereis acaso deixal-o morrer á fome por | vossa, já não dizemos maldade, mas incúria e | inacção? || A iniciativa particular trabalha continuamen- | te, é incançavel (sic), haja visto os esforços da distinc- | ta directoria do Gabinete de Leitura. || E vós dormis por essa indiferença dos Cresos; | por essa immobilidade da mulher de Loth. || Pouco vos importa o soffrimento do povo, | d'esse inditoso povo que, em bons tempos, enche | com o producto do suor de sua fronte, os vossos | vorazes cofres. || Porque fazei-vos surdos aos gemidos angus- | tiosos e dilacerantes das victimas que se debatem | n'um leito de horrores? || Vampiros do suor do povo cumpri o vosso | dever.

(n02s19f3/030)

No artigo seguinte, a pena de Luiz Miranda, redator do semanário que saía aos domingos, não é menos lancinante e incita o povo a exigir providências governamentais, como mostra o próximo exemplo.

(12)

[...] Representantes do povo! Cobardes! conscien- | cias podres, almas rebaixadas — a varrer com os labios as salivas dos degrãos do throno, por uma | migalha de ouro; não almejam outro fim: bajular | e receber o salario. Que a voz da historia pode- | rosa de maldição peze sobre a cabeça anathema | dos tyrannos do povo. [...] || Povo, acordai d'esse torpor! || E' tempo de sacudirdes a face dos que vos | ludibriam os trapos de escravos. || Creiam-vos captivos, sede livres; creiam- | vos pequenos, miseraveis, sede orgulhosos de um | nome que tereis, se nos ouvirdes. || Longa vai a divagação. || [...] || Especuladores, vendilhões da caridade publi- | ca, da generosidade d'outrem, acautelai-vos. (n02s19f3/031)

No 3º editorial da mesma edição, continua o redator vociferando ainda a respeito da seca:

(13)

[...] Que espectáculo triste e doloroso. || Percorra-se os arrebaldes d'esta capital, com | especialidade as estradas, e ahi se encontrará a | miseria entrelaçada com a fome!... || E o governo, de braços crusado, conserva-se | inabalavel: nada vê e nada ouve; ao passo que | faria por certo um acto de verdadeira caridade, | mandando dar abrigo á essa legião de moribun- | dos e soccorrendo-lhes com o necessário para lhes | mitigar a fome. || Infelizmente, porém, bradamos no desesto (sic): | em quanto esses infelizes perecem á fome, o go- | vernador d'esta desventurada provincia offerece | uma chavena de chá á seus satellites, e a com- | missão que se chama — *de soccorros publicos* — des- | tribue a cada um dos indigentes que batem á sua | porta — *duas bolachas mofadas!* || Que caridade evangelica! [...] (n02s19f3/032)

Nesse mesmo artigo, o redator, na abertura do seu texto, se reporta ao jornal *O Cearense*, que tivera dedicado um editorial (a que se refere explicitamente) aos problemas

da seca que afligiam a população, sobretudo a que padecia diretamente desse flagelo, como vemos a seguir.

(14)

Continuamos hoje na ardua e melindrosa ta- | refa que encetamos. || Felizmente, já não somos nós os unicos que | levamos a Cruz ao Calvario. || No *Cearense* de 24 do passado appareceu tam- | bem uma voz, que se ergue em prol dos indigen- | tes, relatando factos que, a serem verdadeiros | como reputamos, muito depõem contra quem os | praticou. [...] (n02s19f3/032)

Segundo Nobre (1974), o decênio 1870-1879 foi de progresso para a imprensa no Ceará. A par do enfrentamento entre os veteranos órgãos políticos *Cearense*, *A Constituição* e *Pedro II*, o público viu surgir jornais de linha noticiosa, além dos literários, com o aumento das publicações editadas em cidades do interior da Província. Com iniciativas anteriores, esse período viu frutificarem publicações com objetivos variados que, a exemplo de *O Retirante*, órgão das vítimas da seca e de combate à administração estadual, editavam suas próprias folhas.

Esse surto jornalístico continuou nas décadas seguintes. Em 1890, surge *A Verdade*, com circulação aos domingos. De orientação católica, mantinha na linha de frente de sua redação os padres Francisco Pinheiro e Valdevino Nogueira, entre outras personalidades religiosas, ligadas ao Partido Catholico. Também esse periódico recorre ao mesmo expediente de outros seus contemporâneos, qual seja o de se defender (e atacar) de acusações feitas por adversários, como constatamos em excerto extraído do primeiro dos dois artigos de fundo da edição de 15 de março de 1891.

(15)

[...] Se o *Cearense* julga conveniente a | exhibição da accusação e defesa feita | ao partido catholico, muito facil se- | ria estampadas em suas columnas di- | arias, sem ser preciso ao que julga- | mos, pedir-nos autorisação (sic), mas se | por ventura d'ella necessita, damo- | la | em toda plenitude, || Contestamos uma proposição do | mesmo artigo que diz — ter a redação | d'*A Verdade* se recusado (sic) a ampla | discussão para a qual foi convidada | pelo *Cearense*, d'esde que estamos | sempre promptos para ella, resul- | tando algum proveito, ou havendo | necessidade de desfazer (sic) accusações | que se nos faça em terreno dos prin- | cipios. [...] (n33s19f3/039)

A imprensa partidária só viria a dar sinais de abatimento no fim do regime imperial, em 1889, com a proclamação da República. Entrava em cena a imprensa

empresarial, motivada também pelo grande avanço mundial da tecnologia (CHAGAS, p. 203). Nesse mesmo ano, deixaram de circular *A Constituição e Pedro II; O Cearense* ainda continuou com suas edições (uma ou mais por semana) até 1891, com a epígrafe “órgão democrático” que substituíra a anterior, “órgão liberal”, motivada pelos ventos da República que se instaurara. Os idealizadores de *O Cearense* seguiram na política, e na imprensa, e quatro anos depois, em 1895, fundaram *O Ceará*, órgão do Partido Republicano Democrata, considerado exemplo de jornalismo crítico e consequente.

Os ideais abolicionistas, que culminaram com a abolição dos escravos em 1884, quatro anos antes, portanto, de o Brasil declarar extinta a escravidão, com a assinatura da Lei Áurea, e os ideais republicanos, consolidados na elite intelectual que almejava sair da monarquia para assim se aproximar dos povos do Novo Mundo que já viviam sob esse novo regime, encontraram espaço assegurado na imprensa, notadamente nos editoriais e artigos assinados, como ilustramos com o exemplo a seguir.

(16)

[...] Nossos intuitos são de paz, mas | são republicanos. Mais do que a nos- | sa posição, qualquer que ella seja, | presamos (sic) o partido, a que servimos. || E si, apellando para o nossos | concidadãos, offerecemos abrigo a | todos em nossa tenda de trabalho, é | que estamos convencido[...] de que deste | modo melhor servimos ao partido e | ao Estado. || Victor Hugo, o genio que escre- | veu os *Chatiments*, deixou a todos | os republicanos este conselho de | mestre:| | *C'est par la fraternité qu'on sauve | la liberté.* (O Norte – n10s19f3/043)

Muitos desses jornais, tanto do interior quanto da capital, que já não centravam o foco de sua atenção somente nas arengas político-partidárias e se voltavam também para o jornalismo noticioso, não sobreviveram à virada do século. Segundo Nobre (1974, p. 126), naquela época ainda não havia condições para se manter por muito tempo “órgãos que se preocupassem principalmente com a transmissão de informações ao público, pois a população de Fortaleza, reduzida ainda, vivia em relativo isolamento, sem se preocupar com os acontecimentos do exterior e, mesmo, de outros Estados”.

Na contramão dessa tendência, o jornal *Oitenta e Nove*, de Baturité, que fora fundado em 1892, chegou ao século XX, sendo editado até o ano de 1903. Em sua edição de

20 de junho do último ano em que circulou, revelou os critérios que os governantes usavam para distribuir cargos políticos e, indiretamente, a relação que a imprensa, já daquela época, mantinha com seus (e)leitores.

(17)

[...] Entre os que alli se nomeião (sic) | como velhos correligionarios, | manda a verdade excluir os *senhores* | zé-pinto e Agapito Sampaio. || O primeiro sempre se mani- | festou maloqueiro e nunca ao | menos procurou se qualificar | eleitor. | Vivia de chatinação de | seu balcão a menoscar da Re- | publica de seus homens. [...] O segundo pertence a uma | illustre família que, com efeito, | no regimen decahido, esteve | sempre ao lado do venerando | doutor Accioly.|| [...] Até então não era siquer elei- | tor, nem jamais procurou alis- | tar-se. [...] (n17s20f1/046)

Os jornais chegaram ao novo século ainda com quatro páginas e com a notícia como complemento do debate político, que se estendia da Assembleia para as suas folhas. A imprensa interiorana, por sua vez, registrou, na primeira década do século XX, uma fase bastante próspera, com a criação de vários periódicos, em sua maioria semanários, embora a existência de quase todos tenha sido relativamente breve, em média menos de dois anos. Um exemplo dessa fase áurea é o jornal *Pátria*, fundado em 1910, em Sobral. O periódico, que teve vida mais longa (cinco anos), apoiava o grupo político liderado pelo comendador Nogueira Accioly, figura autoritária e corrupta, que dominou o Ceará entre 1896 e 1912. Em sua edição de 23 de abril de 1913, o jornal, deixando de lado as questões políticas que sacudiam o estado, como o enfraquecimento do governo de Franco Rabelo, que sucedeu ao de Accioly, e a crescente popularidade de Padre Cícero, influente religioso do interior do estado, abriu espaço em seu editorial para homenagear Tiradentes, o mártir da Independência.

(18)

[...] Em 21 de Abril de 1792, foi | executado Tiradentes, no Rio | de Janeiro, mas já a idéa de | liberdade havia ganhado o terre- | no na alma nacional, e o desap- | parecimento do ousado mineiro, | não era sufficiente para abafar | a ancia de liberdade no coração | do povo. || Hoje commemora-se esta | data percursora de nossa In- | dependencia e que relembra a | ousadia forte de um intemerato | filho desta grande Patria. (n154s20f1/053)

Abrir espaço para se voltar para datas comemorativas não é um expediente de que lançavam mão apenas os jornais do século passado; em datas bem mais recentes também encontramos editoriais que tomam como tópico a comemoração de uma data

especial, como é o caso, por exemplo, da edição de 1º de maio de 1996, do jornal *O Povo*, que se valeu das homenagens do Dia do Trabalho, e da edição eletrônica do jornal *A Folha Digital*, que, tomado pelo espírito natalino, incitou seus leitores a uma reflexão sobre suas atitudes durante o ano que está por terminar (cf. respectivamente n23280s20f3/102 e n70s21f1/105).

No período seguinte, compreendido entre 1920 e 1930, as publicações se tornam menos numerosas, e as inovações tecnológicas na composição e na impressão gráficas, que reclamavam majoração dos custos, levaram à inanição muitos periódicos independentes que ainda resistiam. Ao lado dos que desapareciam, outros surgiam; alguns voltados para objetivos específicos, como o jornal interiorano *Terra do Brasil*, elaborado por uma comissão de seminaristas, que, no desabrochar de suas aspirações religiosas, levantava as causas da escassez de vocações sacerdotais no Brasil, em editorial de 30 de junho de 1927, como vemos no fragmento seguinte.

(19)

[...] quaes | os entraves que an- | nualmente obstem á | nossa terra o con- | correr com uma
le- | gião numerosa de | novos levitas do Se- | nhor? || No pensar dos ex- | poentes do
catholi- | cismo no Brasil são | dois esses obstacu- | los: 1º. Não se com- | preende a
essencia | do sacerdócio; 2º. Há | falta de cooperado- | res na obra das Vo- | cações
Sacerdotaes || É muito para no- | tar, com effeito, o | afan com que o pais | apenasmente
visam | como carreiras futu- | rosas para seus filhos | a medicina, o direito, | a engenharia,
e ou- | tras, menosprezando | como desairoso para | um moço o palmi- | lhar a senda do sa-
| cerdocio. || Preconceito da é- | poca ! [...] (n03s20f1/057)

Nesse período, o Ceará ainda permanecia dominado pelas tradicionais oligarquias agrárias, reunidas em partidos que se opunham e se revezavam no poder. Paralelamente a esses grupos constituídos, surgiram outros, impulsionados pela ascensão do movimento operário cearense, que se expandia em função de fábricas e tipografias que se instalavam no estado desde o fim do século XIX. Nesse contexto, a imprensa operária viu multiplicarem-se suas folhas, que tinham, em sua maioria, os dirigentes dos partidos da classe trabalhadora como fundadores e redatores, os quais usavam o jornal como instrumento de luta em defesa do fortalecimento do movimento sindical e dos ideais

socialistas¹⁸, como podemos constatar com o próximo exemplo, extraído do jornal *Trabalhador Graphico*, da edição de 5 de julho de 1930.

(20)

[...] Se é que os camaradas da “Reac- | ção” desejam, verdadeiramente a com- | quista dos direitos proletários, unamo- | nos todos os explorados, façamos um | trabalho bem feito, afastemo-nos de | todos os mystificadores e oportunistas | e filiamo-nos ao unico partido politico | existente no Brasil, com programma | avançado, e que não transige com os | oppressores de qualquer especie – o | Bloco Operario e Camponez. || Dentro dessa organização política | é que esperamos dar um “shake-hand” | nos collegas e na hora precisa mar- | charemos hombro a hombro, sob um | mesmo commando, para fazermos a | verdadeira revolução contra os senho- | res feudaes dos sertões e contra os | Cezares políticos. || Faremos, nessa ocasião, a revo- | lução agraria e anti-imperialista que é | a unica desejada e preconizada por | Luiz Carlos Prestes. (n12s20f1/060)

O *Trabalhador Graphico* bem como outros periódicos operários da época¹⁹ representavam “os núcleos militantes de origem sócio-profissional diversa”, que construíam seus sindicatos e associações e editavam suas folhas (GONÇALVES; BRUNO, 2002). A linguagem do editorial, como podemos ver, guardava estreita relação com a linguagem e a estratégia utilizadas nos discursos sindicalistas em que seus dirigentes conclamavam a massa trabalhadora a se insurgir contra o regime vigente e se aliar àqueles que verdadeiramente poderiam fazer valer a voz do proletariado, no caso o BOC (Bloco Operário e Camponês).

No parágrafo de abertura deste mesmo texto, o redator emprega o termo “editorial” para se referir a essa tradição discursiva já então consolidada no jornalismo, paralelamente aos termos *suelto* (pequena análise sobre um fato da realidade) e artigo, como vemos a seguir:

(21)

Os companheiros da “Reacção” (se nos permitem o tratamento) tenta- | ram, sabbado passado, em *suelto* re - | plicar ao nosso primo-editorial de 21 do corrente, sob o título “Estudem a verdadeira questão”. || Longe, porem de definirem-se, clã - | ramente, os da

¹⁸ A respeito da relação entre imprensa e movimentos operários do final do século XIX à primeira metade do século XX no Ceará, cf. Gonçalves e Bruno (2002).

¹⁹ Vale ressaltar que as mulheres também se reuniam na luta por seus interesses profissionais e, das suas associações, editavam suas folhas, como podemos perceber no texto veiculado pelo jornal *Trabalhador Graphico*, de 5 de julho de 1930 (página 4) em que se noticia e elogia a edição (número 1) do jornal *O Lábaro*, “brilhante orgam defensor dos interesses do ‘Syndicato das Operarias Domesticas’ o qual é dirigido e redactoriado respectivamente pelas companheiras Maria do Carmo e Lydia Alves”.

“Redacção” reafirma-ram, simplesmente, o que haviam dito no artigo “O Grande Apedrejado”. [...] (n12s20f1/059)

O emprego do termo editorial pode ser observado mais adiante em outro texto do *corpus*, no jornal *A Verdade*, edição de 15 de março de 1891 (cf. n33s19f3/039), embora essa designação remonte à primeira metade do século XIX como apontam registros aos quais nos referimos anteriormente.

O movimento operário que ganhava força, a despeito da lei que, desde 1907, reprimia o anarquismo e o sindicalismo²⁰, foi praticamente extinto pela ditadura implantada por Getúlio Vargas, período conhecido por Estado Novo (1937-1945). Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu inimigos políticos. Em seu governo, eclodiu a II Guerra Mundial (1939-1945), e os jornais, cerceados em sua liberdade e transformados em serviço de utilidade pública, voltaram-se para notícias sobre os atos do governo, enviadas pela Agência Nacional²¹, sobre a guerra ou para assuntos mais ligados ao cotidiano das cidades, como verificamos no excerto extraído da edição de 06 de agosto de 1942 do *Correio do Ceará*, jornal integrado aos Diários Associados, a maior cadeia de imprensa do País, sob o comando do lendário Assis Chateaubriand²²:

²⁰ A lei de repressão aos movimentos operários foi proposta pelo deputado paulista Adolpho Gordo, em 1907, e dispunha sobre a expulsão de estrangeiros envolvidos em greves. Como a maioria dos operários era constituída de imigrantes europeus, a Lei Adolfo Gordo, como ficou conhecida, foi um duro golpe contra a crescente organização da massa trabalhadora.

²¹ A Agência Nacional era uma subdivisão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Vargas, com as funções, segundo a própria cartilha interna explica, de “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa [...] **fazer a censura** do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas [...] da radiodifusão, da literatura [...] e **da imprensa** [...] promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas ou exposições demonstrativas das atividades do Governo” (grifos nossos). A respeito do controle sobre o exercício das atividades de imprensa no governo Vargas, cf. Decreto-lei, de 30 de dezembro de 1939, disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/35449/decreto-lei-n-1949-de-30-de-dezembro-de-1939>>.

²² Assis Chateaubriand, ou Chatô como ficou conhecido, foi um homem de reconhecido sucesso empresarial, graças ao império da comunicação que começou a construir já nas duas primeiras décadas do século XX. Sua rede de imprensa, iniciada com a compra de um jornal, contava com inúmeros jornais espalhados pelo País, emissoras de rádio, estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal e outra mensal, várias revistas infantis e uma editora. Devido ao poder de que usufruía por ter a imprensa em suas mãos, transformou-se num dos homens mais influentes do Brasil durante as décadas de 40 e 50 em vários campos da sociedade brasileira. Parte de seu sucesso empresarial é creditada à proximidade com Getúlio Vargas, com quem manteve uma relação tumultuada, mas inegavelmente rendosa (cf. MORAIS, 1994).

(22)

A FALTA D'ÁGUA || A cidade, que há vários | dias anda sem água, foi ba- | nhada esta manhã por uma | chuva prolongada e refres- | cante. || Salvo engano, estamos nos | primórdios da safra do caju', | da qual as quedas pluviome- | tricas, em pleno verão de A- | gosto, são a segura anuncia- | ção. || Mas a chuva que hoje inun- | dou a cidade pela manhã, fa- | sendo a água correr pelas co- | xias, representou também um | contraste em meio ao “verão” | que igualmente se verifica no | fornecimento publico do pre- | cioso liquido a capital. (n8328s20f2/065)

O jornal, por meio do seu editorialista, fez coro às demandas da população de Fortaleza, que, segundo Souza (2007), aumentava consideravelmente nessa época, e cobrava equipamentos urbanos, como moradia, postos de saúde, escolas, luz, água, calçamentos de ruas e avenidas, entre outros.

A mesma imprensa, que, embora esperneasse, teve de suportar os longos oito anos de incompatibilidade com o governo Vargas, provocada pela falta de liberdade de expressão que imperava, ajudou a urdir, como era de se esperar, a trama que culminaria, em outubro de 1945, com a queda de Vargas e o fim do Estado Novo. Os jornais, vitoriosos em sua campanha, tanto os mais diretamente envolvidos, quanto os que exerceram papel de torcedores, dedicaram várias páginas em diferentes colunas a exultar a derrocada do ditador (que voltaria ao poder, por voto popular, seis anos mais tarde), bem como a exorcizar a época em que estiveram sob seu jugo, como observamos nestes fragmentos de editoriais do jornal *O Povo*, datados respectivamente de 16 de julho de 1945 e 10 de maio de 1946.

(23)

[...] Quem curtiu oito anos bem vividos de dita- | dura totalitaria, sem curvaturas na espinha, quem teve | animo para arrostar, de frente erguida, os primeiros anos | da guerra, sem tecer ditirambos á Alemanha nazista, não | vai ficar alarmado com a pressão exercida pelo oficialis- | mo sobre o eleitorado do interior. Tudo o que se está pas- | sando nós já esperávamos, mas nem assim deixámos de | entrar na luta com decisão e firmeza de propósitos. [...] (n5598s20f2/066)

(24)

MENOS HISTORIA FIADA || Durante os ominosos tempos em que o impresso | perdeu o uso da palavra e o direito de critica, era hábito | bastante desenvolvido, para não dizer vício inveterado, da | maioria dos chefes de serviço da ditadura focalizar, tanto | nos jornais do governo como em alguns órgãos independen- | tes, as “grandes iniciativas” de sua gestão, “as obras de | vulto” realizadas por suas repartições ou autarquias e, so- | bretudo, a sua “augusta pessoa”. || Edições especiais de certas folhas se faziam quase |

sempre á custa de reportagens pagos por Prefeituras e De- | partamentos federais e estaduais. O material encomendado | com a devida antecedencia era escrito por altos funcioná- | rios do governo, que se não pejavam de grafar elogios a si | mesmos, de pôr-se nas nuvens e impingir-se como gênios | administrativos. [...] (n5833s20f2/068)

Não eram só os operários e grandes empresários que lançavam mão da arena jornalística para fazer proselitismo, a Igreja também recorria ao mesmo expediente e buscava, por meio de seus órgãos, arregimentar eleitores como constatamos no trecho do editorial de *O Nordeste*, jornal de orientação católica e orientador de votos de eleitores católicos segundo a Liga Eleitoral Católica (LEC), em edição de 02 de outubro de 1950.

(25)

O PLEITO DE AMANHÃ || VEM a Nação se prepa- | rando, desde longo tempo, | para o pleito de 3 de Ou- | tubro, com tanto sacrifi- | cio e tanto esforço. || E' a oportunidade feliz | de os bons brasileiros con- | correrem, com a sua cola- | boração direta, para o me- | lhoramento do nível poli- | tico de nossa Pátria. [...] || O manifesto soviético, | que Luis Carlos Prestes | fez circular em nosso País, | é um desafio à dignidade | nacional. || Temos que responder à | provocação, derrotando | nas urnas os adeptos do | nazismo marxista. || E' nossa obrigação es- | trita defender os direitos | da Igreja, todas as vezes | que possam ser conspur- | cados. || Os comunistas outra | coisa não intentam que | combater, por todos os | modos e com todas as ar- | mas, os arautos do Direi- | to, da Justiça e da Paz. [...] (n8450s20f2/069)

Depois de 1950, as dificuldades que a atividade jornalística enfrentava para a sua expansão acentuaram-se devido aos custos que a modernização da imprensa exigia e à inflação que subia naquele período, fato que contribuiu para que, depois de 1957, pouquíssimos órgãos propriamente jornalísticos surgissem. Segundo Nobre (1974, p. 153), dos jornais existentes na década de 50 quase todos eram independentes e seguiam uma linha democrática, “influindo consideravelmente na opinião pública”. Data desse período e contexto o surgimento do jornal carioca *Última Hora* que, com a sua renovação gráfica e visual, impôs novos rumos ao jornalismo, influenciando a diagramação e o uso da fotografia.

De volta à ditadura militar, instaurada a partir do golpe de 1964, os setores populares e progressistas sofreram implacável repressão, os partidos políticos foram extintos e a grande imprensa voltou a se ver novamente amordaçada pela rigorosíssima censura, mais uma vez decretada. Nessa década, a figura mais influente, no cenário político cearense, era, como lembra Farias (1997), o proprietário do jornal *O Povo*, ex-governador

e então deputado federal pela Arena²³, Paulo Sarasate, ardoroso defensor da “revolução” e amigo pessoal do então presidente. Impedidos de abordar temas políticos que viessem ameaçar a segurança nacional, o que resultaria indubitavelmente em prisão, tortura e, em alguns casos, morte, os editorialistas, como na ditadura anterior, voltaram a comentar, elogiosamente, atos do governo, como podemos ver no excerto a seguir, parte do editorial de 12 de maio de 1971, do jornal *Tribuna do Ceará*.

(26)

A VIAGEM DO GOVERNADOR || O Governador César Cals acaba de realizar proveitosa viagem | ao sul do país, onde tratou de interesses de nosso Estado. Em | S. Paulo e na Guanabara, desenvolveu intensa atividade, pro- | curando difundir uma imagem autêntica do Ceará. Apareceu | em programas de televisão, manteve encontros cordiais com a | imprensa, entrou em contato com líderes empresariais, objeti- | vando criar ambiente propício à drenagem de recursos para nossa | terra. [...] (n9754s20f3/085).

Afora as proezas governamentais, os editoriais dedicavam-se, ainda nesse período, a trivialidades da vida cotidiana, que pudessem estar incomodando a população, como revela trecho do primeiro editorial do jornal *O Povo*, de 02 de outubro de 1974.

(27)

SOLUÇÃO INADEQUADA || As críticas que têm surgido com relação ao | fechamento da Rua Doutor João Moreira ao | tráfego de veículos, no trecho entre General | Sampaio e Senador Pompeu, não deixam de ter | sua razão de ser, ante o temor de que se crie | mais um grave problema de tráfego no centro | da cidade. [...] (n14444s20f3/092)

De ânimos refreados, a imprensa seguiu contida até os idos de 1980, quando os ventos revolucionários, que, até então, só sopravam na clandestinidade, voltaram a bafejar. Já se podia acenar com um novo tempo, antes mesmo de a ditadura sair definitivamente de cena, como percebemos neste trecho do editorial do jornal *Diário do Nordeste*, de 27 de dezembro de 1981.

(28)

[...] Estas considerações vêm a propó- | sito da situação nacional, em que re- | nascem esperanças quanto a um me- | lhor desempenho da economia, em | 1982, e crescem os receios com rela- | ção a um retrocesso no quadro políti- | co. || O Governo e as lideranças empre- | sariais vêm-se mostrando otimistas, | em relação à performance de nossa | economia, no próximo ano, admitindo | uma inflação em torno de 80 por cento, | crescimento do saldo favorável na ba- | lança comercial, redução de deficit da | produção

²³ Após a extinção do sistema multipartidário imposta pela ditadura, no Brasil só havia dois partidos, que aglutinavam diversos setores da sociedade: a Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido governista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição.

interna do petróleo e, como | coroamento, elevação da taxa de em- | prego, expansão do PIB + crescimento | das vendas. [...] (n08s20f3/096)

O jornal *Diário do Nordeste* junto com *O Povo*, seguindo tendência do jornalismo empresarial formado por grandes grupos econômicos que monopolizaram a imprensa a partir do último quartel do século XX, são os únicos grandes jornais a circular no Ceará depois da falência, decretada em 2001, do *Tribuna do Ceará*, que, durante alguns anos, chegou a ser o terceiro maior jornal do estado.

Na última década do século XX, com o advento da internet, as empresas jornalísticas passaram a adotar e implementar um sistema eletrônico de disponibilização da informação. A nova mídia, que a priori exigiria a criação de um modelo novo, na verdade, no que diz respeito aos editoriais, fez uma transposição do modelo impresso para a tela do computador, como constatamos nos seis exemplares digitalizados que compõem o nosso *corpus*. (cf., em Anexo B, textos 105 a 110). O editorial entrou, assim, na era da imprensa eletrônica, com as mesmas características da versão impressa.

Ao retomarmos o contexto histórico, político e social que engendrou o editorial nesses dois últimos séculos, pudemos perceber que, atrelada à dinâmica do embate político travado na imprensa, convertida em arena, estava a história de vida dos atores sociais que dela tomaram parte. É sobre esses personagens e sua história que passamos a falar.

4.1.1.2 Interlocutores: os redatores e seu auditório social

Como prática social, a produção de um enunciado requer sempre, no mínimo, dois sujeitos: o que enuncia e o que é alvo da enunciação, isto é, enunciador e co-enunciador. Nesta seção, vamos considerar de onde vem o enunciado, ou melhor, vamos nos voltar para o lugar que ocupam e o papel que desempenham os sujeitos, atores sociais, envolvidos na interação mediada pelo gênero, no nosso caso o editorial.

Para esse levantamento, como salientamos no capítulo 3, não nos interessam diretamente, como salienta Orlandi (2002, p. 40), “os sujeitos físicos nem os seu lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos”, mas sim o que representavam em relação ao contexto sócio-histórico que subjazia à enunciação da qual tomaram parte.

Nesse sentido, não vamos nos ocupar aqui de nomear os redatores, nem de estar sempre lhes apontando a profissão, mesmo porque esse levantamento já se encontra feito no livro em que o professor e pesquisador Geraldo Nobre dedicou-se criteriosamente à tarefa de resgatar a história do jornalismo cearense, das origens até 1969, o qual emprestou grande contribuição a esta nossa pesquisa. Não queremos dizer com isso que descartamos a identificação civil dos sujeitos, mas que, quando nos valem de informações dessa natureza, o fazemos, por se tratar de dado relevante para a sua representação como sujeito discursivo, com o intuito de contribuir com a sustentação do fio argumentativo que estamos tecendo.

Nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo na época do seu surgimento, o jornalismo brasileiro era acentuadamente monolítico: uma única pessoa assumia todo o quadro da empresa. Melo (1985), referindo-se a essa característica, cita, entre outros exemplos, o jornal *Correio Braziliense*, que contava apenas com Hipólito da Costa, que o escrevia e o imprimia, assumindo, dessa forma, a unidade do periódico, que se limitava a noticiar atos dos governo e sobre eles emitir opinião.

No curso de sua evolução, a imprensa, antes empresa individual, passa à familiar e chega à instituição complexa, formada por uma equipe de assalariados e colaboradores contratada para atender as mais distintas instâncias de produção, como a que percebemos atualmente.

Da iniciativa solitária de um arauto empreendedor, ilustrado com o exemplo do *Correio Braziliense*, a imprensa passa a feudo familiar, como é o caso do *Semanário Constitucional* (cf. exemplo 1), jornal da primeira fase do século XIX. Era comum no

período monárquico (quase todo o século XIX), os políticos, comerciantes e fazendeiros terem sua própria imprensa para poder lutar por interesses restritos aos grupos sociais, ou, na maioria das vezes, às agremiações políticas, a que pertenciam e, em contrapartida, atacar seus opositores.

Os redatores, em sua maioria, pertenciam às cúpulas partidárias, ou exerciam mandatos; eram, pois quase sempre representantes das oligarquias e falavam, desse lugar, para (ou contra) seus pares. Era, já naquela época, um diálogo entre elites; a diferença é que hoje esse diálogo sustenta-se numa linguagem contida, refreada pelos ventos civilizatórios da modernidade, ao contrário da linguagem ferina, ofensiva e difamatória de outrora.

Por sua vez, os interlocutores, que ocupavam o mesmo lugar e papel social dos locutores, quando atacados (ou quando queriam atacar), recorriam ao mesmo expediente dos adversários: lançavam mão das folhas contrárias para ridicularizar, denegrir seus opositores, descambando para a linguagem desenfreada, sem manifestar o menor constrangimento ao procurar atingir a honra dos detratores, ainda que não houvesse como comprovar as acusações feitas. Os ataques verbais não eram desferidos somente contra desafetos, mas também contra ações do governo, quando os redatores viam seus interesses contrariados, o que comprova que seus interlocutores em potencial seriam os governantes, legítimos representantes da elite.

Além dos desafetos e representantes do governo, um outro grupo compunha o auditório social daqueles locutores: os eleitores, como constatamos no excerto a seguir, retirado do jornal *O Cearense*, de 7 de outubro de 1847.

(29)

Eleição para Senadores. || [...] Talen- | tos, e virtudes são os requisitos, a que | deveis atender, *senhores* Eleitores, e atten- | dei bem, que a eleição de senadores e | de muito maior importancia do que a | de deputados; porque o mandato de uns| é vitalicio, e o de outros é temporario; | o de uns podeis dentro de quatro an- | nos revogar, o de outros não o podeis. [...] (n89s19f2/008)

Mais adiante, no mesmo texto, o redator, não satisfeito em chamar a atenção para a responsabilidade necessária ao exercício do voto, apontou nominalmente um candidato a quem os eleitores deveriam acolher, como vemos abaixo.

(30)

[...] Por isso julgamos, que tendo os srs. | eleitores cearenses de apresentar uma | lista de 6 cidadãos para a escolha de 2 | senadores, será a par dos nomes dos *senhores* | Peixoto de Alencar, Paula Pessoa, e ou - | tros bem aceito o nome do *Exímio Senhor*. | Candido Baptista d'Oliveira, cidadão que | tantos serviços há prestado a sua patria | já como escriptor, já como embaixador na | Europa, e já como ministro de estado. (n89s19f2/008)

As eleições para deputados e senadores da Assembleia Geral e membros das províncias eram indiretas. Nem todos podiam votar ou candidatar-se a cargos eletivos: tudo dependia da condição financeira. O eleitorado era dividido em dois grupos distintos: votantes e eleitores. A renda é que definia o lugar de cada cidadão nas eleições. Os que tinham renda líquida a partir de 100 mil réis anuais (valor que correspondia, em média, ao salário de 3 meses de um trabalhador das plantações de café) compunham o corpo dos votantes. Muitos podiam ser votantes, inclusive analfabetos, pois a comprovação da renda cabia ao um simples testemunho de uma pessoa de prestígio. Nas regiões urbanas, os votantes eram alfaiates, pescadores, sapateiros, canoieiros, jornaleiros, marceneiros e pedreiros, que formavam metade do eleitorado; nas regiões rurais, os votantes mais modestos saíam das fileiras de agregados dos engenhos e fazendas. Os votantes elegiam os Eleitores de Província (médicos, oficiais militares, jornalistas, comerciantes prósperos, entre outros homens de prestígio e poder) que, por sua vez, elegiam os representantes (deputados e senadores). Para ser Eleitor de Província era necessária, entre outras exigências, renda líquida anual de duzentos mil réis, comprovada por certidões de pagamento de impostos. Não podiam ser deputados os que não tivessem quatrocentos mil réis de renda líquida e os que não professassem a religião do Estado (Católica Apostólica Romana). Para o cargo de senador, era necessário ter rendimento anual por bens, indústria, comércio ou emprego e a soma de oitocentos mil réis. Os príncipes da Casa Imperial eram senadores por direito e tinham assento no Senado logo que chegavam à idade de vinte e cinco anos (idade mínima do eleitorado). Deputados e senadores podiam

ser eleitos por qualquer Província, não sendo levado em consideração seu domicílio, residência ou naturalidade (SALGADO, 2003; CAVANI, 2007).

Como podemos perceber, o editorial era dirigido aos eleitores diretamente e aos votantes, indiretamente, pois a eleição de senadores cabia àqueles que exibiam maior poder econômico. Fernandes (2004, p. 130) sustenta essa tese ao afirmar que o eleitorado daquela época “permanecia restrito aos mais afortunados e, dentre esses, os escolhidos pelos juízes de paz²⁴ que faziam, antes do pleito, o alistamento dos homens aptos a votar”, tanto os votantes quanto os eleitores.

A inclusão nessa lista gerava inúmeros e graves conflitos, e o descontentamento resultante, já que não havia conciliação entre os dois únicos partidos que se revezavam no poder, Conservador e Liberal, contribuía para transformar a eleição em palco de pelepas físicas e a imprensa em arena da palavra. Os descontentes iam para seus jornais e dirigiam críticas ferrenhas aos seus adversários, como ilustramos com esse fragmento do editorial de *O Cearense*, de 11 de outubro de 1847.

(31)

As eleições. || No Brasil foi sempre fatal, e de des- | prósitos (sic), e locuras (sic) a epocha das eleições. | As perseguições, e a immoralidade surgiu - | aõ entãõ, e apresentavaõ-se contristando | o coração do homem sizudo, do homem | honrado, que presava sua patria, e via | como agentes de tantas iniquidades os | **entes mais ignobeis, e despresiveis, e se- | nhores do campo eleitoral conquistado | pelo seo espirito desordeiro, e turbulen- | to.** O cidadão honesto deixava o lugar, | onde em vez de exercer um sacrosanto | ministerio, ia mesclar-se com a turba | d’esses homens depravados cobertos de | indignidades. [...] (n91s19f2/009 – grifo nosso)

No mesmo texto, após hostilizar seus opositores (correligionários do partido rival), o redator se viu no direito de pedir a cabeça daqueles que hostilizaram o governo, que no caso era formado por representantes do seu grupo político.

(32)

[...] quando um empregado despresando essas | considerações hostiliza o governo, collo- | ca este na dura necessidade de o dimit- | tir, sem que se possa queixar de injusti- | ça; pois se o empregado julga dever em | sua consciencia fazer todos os esforços | para ver o triumpho de suas opiniões naõ | deve estranhar que o governo afaste de | si quem o

²⁴ Os juízes de paz eram eleitos como os vereadores (eleição direta), e, para exercer o cargo, eram exigidos os mesmos requisitos dos Eleitores.

estrova em seos fins, e cha- | me quem o coadjuve na empresa, de q' | se acha encarregado, e que elle tem por | dever levar a effeito. (n91s19f2/009).

No meio dessa peleja, estava outra parcela do eleitorado, que, muitas vezes, se manifestava por meio de cartas dirigidas aos jornais. As cartas enviadas por correligionários e colaboradores, segundo Fernandes (2004, p. 133), ao expressarem as arbitrariedades e negligência do poder público, serviam para conter “os excessos da paixão partidária” entre jornais rivais. Entretanto, para fazerem chegar seu descontentamento ao destinatário, os (e)leitores tinham de pagar, pois as correspondências eram pagas. Essa cobrança, que devia ser adiantada, não chegava a constituir empecilho para esses outros redatores, uma vez que só os mais aquinhoados participavam da arena jornalística de então.

Uma outra estratégia para o reconhecimento do auditório social dos redatores é voltar o olhar para as cartas dos leitores. Essas cartas, assinadas, revelam, por sua vez, o lugar de onde enunciavam os interlocutores: igreja, instâncias militares, agremiações políticas, associações literárias, entre outros (os mesmos lugares de onde enunciam os redatores). Esses redatores *ad hoc* também usavam do espaço da folha, e de seu poder econômico (não nos esqueçamos de que a publicação era paga), para execrar seu opositor, ou para contra-acatar um desafeto, como nos dá a entender o fragmento da carta de um leitor, publicada no jornal *O Cearense*, na edição de 15 de março de 1856:

(33)

Sr. Redactor – Já uma vez, a mais de | annos fui caluniado, por um communi- | cante anonimo do periódico *Pedro 2º* | [...] || Trouxe esse infame correspondente | em abono de seu libello difamatório o tes- | temunho de dois defuntos, que afirmo, se | fossem vivos não seriam capazes de argüir | huma semelhante calumnia. [...] Rogolhe *Sr. Redactor* de | mandar enserir em sua folha estas linhas, | com o que muito obrigará ao seo assignan- | te. || *Miguel Francisco do Monte* (cf. Anexo E)

Fora as contendas que faziam aflorar a sanha dos interlocutores, outros motivos, menos instigadores, os levavam a pagar para ter sua voz publicizada, como é o interessante caso de uma carta de leitor que encontramos no acervo do PHBB em que o autor, em nome de alguns representantes da associação dos tipógrafos, escreve ao *Diario de*

Pernambuco para enaltecer a generosidade de um homem que socorreu financeiramente um de seus associados, empregado e sócio do benemérito senhor.

(34)

Senhores redactores : - Levados pelo dever de | fraternisação, dever que nos é imposto pelas leis | que nos regem, fomos visitar ao nosso irmão o *Senhor* | Carlos Eduardo Muhlert, por ocasião de se achar o | mesmo *Senhor* bastante doente de uma grande inflam- | mação nos rins: e ao mesmo tempo indagamos se | o nosso irmão precisaria de algum recurso, que | quasi sempre, não grado nosso, soe faltar aos que | professam a classe artistica. || Porém qual não foi a nossa admiração quando | ouvimos a narração feita pelo mesmo *Senhor* Muhlert, | de nada precisar, não porque tivesse feito alguma | reserva á força de economia, porque a isto não lhe | dava lugar a sua pesada família; mas pela grande | philantropia e generosidade de seu patrão e sócio | honorario da associação a que pertencemos, o *Senhor* | *Ilustríssimo* (sic): Edwin Roberts, que se havia então empenha- | do para o seu completo restabelecimento, fornecen- | do-lhe de seu moto proprio todo o preciso para o | seu curativo! || Desde logo nutrimos em nós um sentimento im- | posto pela gratidão, de em nome de nossa mão, a | associação Typographica Pernambuca, e de nos- | so irmão o *Senhor* Carlos, tomarmos a liberdade de | agradecermos cordialmente ao *Senhor* Roberts, esse acto grandioso de beneficiencia, pelo qual somente | o homem póde chegar ao lado do Creador, e por | outro lado vemos no *Senhor* Roberts um cavalheiro dig- | no remunerador dos serviços prestados por aquelle | que se ha esforçado tão bem em prol dos seus ser- | viços. Deos o recompensará. || Queiram, senhores redactores, por mais esta vez, | ter a summa bondade, que sempre lhes assistio, de | dar publicidade a estas linhas em honra de um ac- | to virtuoso, com o que lhes ficarão grato. || *Alguns typographos*. || Recife, 10 de julho de 1859. (BARBOSA; LOPES, 2002 – Carta nº 287)

Convém lembrar que o senhor Carlos Eduardo Muhlert era o diretor do jornal *Vinte e Trez de Julho*, periódico cearense simpatizante do partido Liberal, fundado em 1840, ao qual nos referimos no exemplo (2). Essa carta não nos revela diretamente que a classe trabalhadora lia os editoriais dos jornais, pelo menos esses voltados para a parcela da população economicamente privilegiada, mas que reconhecia no jornal um espaço para a manifestação de opinião e interesses.

Até a primeira metade do século XIX, a imprensa cearense seguiu eminentemente partidária e conseqüentemente movida a arengas políticas e linguagem cáustica. O fato de os principais órgãos da imprensa serem políticos implicava a manutenção praticamente do mesmo quadro de redatores, que eram geralmente deputados. Ainda que os dirigentes partidários, em muitos casos eleitos para a Assembleia Geral se deslocassem para a Corte, no Rio de Janeiro, deixavam os jornais, em Fortaleza, confiados a auxiliares, seus fiéis representantes. Nesses jornais políticos, as informações e

os anúncios ocupavam lugar muito restrito, pois o objetivo continuava sendo o embate em defesa de interesses dos proprietários (políticos, fazendeiros, comerciantes).

A partir de 1850, com a “paz” promovida pela maioria de D. Pedro II e com o jornalismo já mais desenvolvido (melhores condições tipográficas, maior número de periódicos e maior tiragem), os jornais continuavam a contar com redatores, políticos de profissão, mas os embates políticos foram revelando uma linguagem menos mordaz. Nessa época, passou a ser esperado dos políticos o domínio da oratória, com rasgos de literariedade, tão em gosto dos (e)leitores. O fragmento do editorial de *O Cearense*, de 11 de novembro de 1856, além do exemplo (5), ilustra essa nova imagem dos redatores, de linguagem mais contida.

(35)

[...] O partido liberal foi victima de sua boa | fé. Sedusido pelas promessas do governo de | garantias de voto livre, confiou demasia- | damente contando que seos adversarios, parti- | darios e agentes do governo observarão as | suas ordens. Engano fatal! [...]
(n973s19f2/013)

Nesse contexto de pacificação, começaram a entrar em cena outras instâncias de enunciação: igreja, associações literárias e profissionais, representações feminina e estudantil. Dispostos a conquistar outros segmentos da sociedade, vários jornais nas décadas de 50 e 60, cada um com redatores e auditório social específicos, passaram a direcionar as seções de suas folhas de modo a contemplar distintos interesses. Data dessa época o florescimento de folhetins em jornais brasileiros, o que refletia a estreita relação que passou a haver entre jornalismo e literatura, como podemos observar no jornal *A Estrella* (edição de 30 de abril de 1860), que, importando moda da Europa, estampava, já na primeira folha, logo abaixo do editorial, capítulos sequenciados do romance *Parisina*, de Lord Byron, voltado para o emergente público de leitoras²⁵ (cf. Anexo F).

²⁵ Embora em nosso corpus não tenhamos coletado nenhum periódico voltado especificamente para o público feminino, não podemos deixar de registrar o variado número de publicações destinadas a essa parcela da sociedade, que, contrariamente à incorporação subliminar dos papéis impostos à mulher – “mãe-esposadona-de-casa”, defendia, através de seus escritos, causas femininas, como direito à educação, à profissão, à palavra (cf. BUITONI, 1990; ALMEIDA, 2008).

Embora *A Estrella*, de 30 de abril de 1860, com a publicação de um folhetim, pretendesse atingir o público feminino, não é às mulheres que o redator se dirige em seu editorial, (cf. exemplo 6), o que nos leva a deduzir que, mesmo lançando mão de expedientes como divulgação de obras literárias para atrair mais leitores, o diálogo que o gênero estabelecia continuava sendo entre pares que ocupavam o mesmo lugar e papel social.

Essa simetria que observamos na relação entre redator e interlocutor não era ameaçada mesmo quando os próprios redatores assumiam não ter habilidade para uma escrita mais elaborada, como observamos no trecho do editorial, da edição de 04 de julho de 1867, do jornal *A Consciência*, semanário de Sobral que se dizia literário, crítico e noticioso.

(36)

[...] É verdade que nos faltam lu- | zes, que não temos habilitações | necessarias para escrevermos e | corrigirmos um jornal, que não | obstante ser pequeno, todavia | sempre percorrerá algum espaço | tropeçando entre habeis pennas; | porém não importa, o amor às le- | tras é que nos incita: baldos de | conhecimentos intellectuaes como | somos, com tudo (sic) não havemos de | desamparar a nossa tarefa; levan- | do ella sempre avante como pre- | tendemos. Iremos paulatinamente | saboriando os seus deliciosos fruc- | tos. || Fallaremos sempre, como nos | dicta nossa fraca intelligencia. [...] (n19s19f2/024)

A Consciência era um dos muitos periódicos criados para que se pudessem ver publicados outros interesses, uma vez que os órgãos político-partidários controlavam a sua imprensa, tanto rejeitando assuntos que não lhe chamavam atenção quanto impedindo que as publicações fossem feitas em suas máquinas, o que levava os proprietários de novos periódicos a montar oficina própria. Muitos novos redatores desempenhavam a função como “oportunidade de atenderem a sua vocação para o jornalismo” (NOBRE, 1974, p. 101). Eram aspirantes a escritores, missionários das letras, falando para um público que gostava e consumia literatura. Já dessa época, vários escritores faziam carreira em periódicos brasileiros ao mesmo tempo em que se inscreviam na vida política, como José de Alencar, cearense, redator-chefe do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1855, e senador pelo Rio de Janeiro, filiado ao Partido Conservador.

Ampliando o horizonte de interlocução e apostando na repercussão que a conquista de novos ouvidos alcançaria, alguns periódicos, como *O Retirante* e *Echo do Povo*, tomando “a defesa dos direitos do povo e dos legítimos interesses da província, sem indagar se [seus] juízos agradam a – gregos ou troyanos” (n01s19f3/036), e motivados pela situação de calamidade que a seca de 1877 impusera ao Ceará, passaram a denunciar insistentemente o mau uso da verba pública destinada a socorrer os flagelados, como vemos a seguir.

(37)

[...] O furto publicamente tolerado em favor | d’esse bando de hyenaas que, abisma na gar- | ganta insaciavel as migalhas saccudidas á | indigencia. |[...] A administração provincial coacta, sob a | tutela humilhante de um agente do fisco, | que como o carrasco nos aperta o ultimo | laço; || Os commissarios, como Thenardier, re- | colhendo no campo dos desastres os ulti- | mos despojos das victimas, e, peor ainda, abafando-lhes os gritos agonisantes com | festejos estrondosos ao poder publico; || A propria miseria inconsciente e embriu- | tecida pelo martyrio, arrastada em procis- | são para a praça publica, afim de servir de | instrumento e protagonista obrigada d’es- | ses festejos sacrilegos. [...]
(n01s19f3/036)

A campanha deflagrada nesses jornais, que, por trás da “vaccina innoculada com o fim de obstar á que se desenvolva a variola do corpo social” (n02s19f3/033), tinha também seus interesses partidários, resultou, como atesta Nobre (1974), na demissão do fiscal da prefeitura, num claro exemplo de influência que a imprensa continuava a exercer na política. Evidentemente que o auditório social, ao atender às reclamações contumazes dos defensores dos fracos e oprimidos, tinha a intenção de se manter no poder que dava sinais de mudança de regime: vários órgãos da imprensa assumiam ostensivamente a propaganda republicana.

Os jornais de outros estratos da sociedade também se manifestavam contra a arbitrariedade e o descaso do governo e abriam, em folhas próprias, diálogo com as autoridades constituídas (ainda que o tom da crítica fosse parcimonioso) com apelo mais voltado à classe socioprofissional que representavam, como *O Colossal*, jornal de uma associação tipográfica, na edição de 15 de junho de 1879.

(38)

[..] Nós, como cearenses, lavramos do al- | to da imprensa, o nosso vivo pretexto, e | concitamos a todas as classes para nos | acompanhar, fazendo chegal-o a presen- | ça do

governo, que ao tempo, que decre- | ta a morte de uma immensidade de bra- | zileiros a fome, por falta de recursos de | thesouros, gasta 30.000\$ rs, em louva- | minhas nos seus desatinos. [...] (n25s19f3/035)

A virada do século marca, segundo Sodré (1999), a transição da pequena à grande imprensa. “Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício da função” (p. 275).

Essa transformação no plano da produção afetou o plano da circulação, alterando as relações do jornal com a política, com os anunciantes, e, evidentemente, com os leitores. A ascensão burguesa e o avanço das relações capitalistas produziram novos atores sociais, outras interlocuções. O jornal como empreendimento individual ou de pequenos grupos desapareceu e assumiu o proscênio a empresa jornalística capitalista. Em função desse novo quadro, os periódicos noticiosos que foram aparecendo no fim do século XIX não sobreviveram a essa mudança, independentemente da experiência dos seus tipógrafos e redatores. Por outro lado, alguns jornais interioranos, apesar das limitações, começaram a circular e alguns alcançaram relevância, como o *Camocim-Jornal*, que em seu editorial de lançamento, no dia 1º maio de 1921, comprometeu-se a assumir o papel da educação (dar instrução ao povo), que aos poucos foi sendo atribuído à imprensa.

(39)

[...] A Imprensa, esta grande | fenda de trabalho em que, prazerosamente, vamos en- | tregar uma bôa somma das | nossas energias: a Imprensa | bem entendida, é um verda- | deiro apostolado, uma pode- | rosa alavanca com que muito | se póde fazer em pról da col- | lectividade humana. Com ella, | com este vehiculo maximo de | divulgação de idéas e conhe- | cimentos, que leva luz aos | mais obscuros recantos do | globo, se póde instruir e ori- | entar um povo, fazer uma | verdadeira obra de regenera- | ção social. [...] (n01s20f1/055)

Essa incumbência de assumir a instrução do povo também foi incorporada por periódicos operários, como o *Trabalhador Graphico* (exemplo 20), que costumava em suas edições lançar apelo para a doação de livros de forma a aumentar o acervo da biblioteca do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Fortaleza e assim contribuir com o desenvolvimento do hábito de leitura entre o proletariado. O auditório social desse periódico era constituído não só por trabalhadores gráficos, mas também por “pedreiros,

padeiros, carpinteiros, alfaiates, caixeiros, metalúrgicos, trabalhadores rurais, domésticas, e várias outras classes trabalhadoras” (trecho do segundo editorial da mesma edição de 5 de julho de 1930).

Com o retorno do País à democracia, alcançado com a queda de Getúlio Vargas, os jornais de cunho religioso, sobretudo os do interior, retomaram a atenção que dirigiam às eleições visando direcionar o voto dos seus (e)leitores a fim de garantir sua representatividade no novo cenário político, e os editoriais, mais acentuadamente, revelam esse posicionamento. São autoridades religiosas, ou seus representantes, que falavam em nome das ligas católicas, aos praticantes do catolicismo, como é o caso do jornal *O Nordeste*, edição de 02 de outubro de 1950.

(40)

Vai ser amanhã a gran- | de parada das urnas. To- | dos devemos ir votar cons- | cientemente, com os olhos | fitos na grandeza, na hon- | ra e na segurança da Pa- | tria. || [...]Gra- | cas a Deus, candidatos a- | provados pela Igreja exis- | tem muitos na grande | maioria de partidos. De | modo que, por esse lado, | tão grave para nós, cató- | licos, não haverá dificulda- | de. [...] (n8450s20f2/070)

A partir da segunda metade do século XX, começou a se delinear um jornalismo mais informativo e objetivo, embora a editoria de Política – mais preocupada com a qualidade e com credibilidade das informações – ainda fosse “muito influenciada, não só pela mão pesada da opção partidária e editorial dos donos de jornais, mas também pela promiscuidade financeira e empresarial dos jornais com a elite governamental” (RODRIGUES, 2002, p. 86).

O golpe militar de 1964, que se estendeu até 1985, atingiu de forma certa a liberdade de expressão e fez surgir de um lado uma imprensa submissa, e de outro uma imprensa alternativa, esta capitaneada por jornalistas combativos identificados com a luta pela democracia. Os editoriais dessa época “dialogavam” com o governo militar e a elite que ocupava os cargos políticos. Nesse diálogo cujo assunto era determinado somente por um dos interlocutores, no caso o Governo, cabia ao outro, a parte frágil, cumprir as regras para assegurar sua sobrevivência. Os redatores falavam em nome de uma empresa que compactuava com a ordem vigente ou a ela se submetia, desempenhando o papel de

guardiães, no primeiro caso, ou de ordeiros, no segundo, para um auditório que se locupletava com o papel de cúmplice. Sobressaíram nesse lapso temporal editoriais que davam notícias de atos governamentais, ações ufanistas, ou problemas menos importantes, mas que afetavam a vida do brasileiro, como vemos no excerto a seguir transcrito do segundo editorial do jornal *O Povo*, da edição de 4 de setembro de 1972.

(41)

Orgulhemo-nos de ser um país onde os | preconceitos, que geram conflitos e frus- | trações, não encontram vez. Aceitamos a | miscigenação como fato irreversível e ja- | mais admitimos que a cor seja empecilho no | relacionamento social e econômico. Somos, | portanto, uma gente de mente aberta, que | cultiva a solidariedade e o respeito huma- | no. [...] (n13819s20f3/088)

A partir dos anos 80, com o abrandamento da censura militar, e posteriormente com a retomada da democracia, os editoriais ganharam novo fôlego e voltaram a se debruçar sobre questões políticas, num diálogo cada vez mais direto com o Governo e com os representantes da elite. Para Melo (1985, p. 80) não há dúvida de que os editoriais, “embora se dirijam formalmente à opinião pública, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado”, sobretudo no caso da sociedade brasileira, que não possui uma opinião pública autônoma.

O lugar de onde fala (instituição de prestígio), bem como o papel a que se atribui (autoridade legitimada pelo lugar) fica tão evidente que em vários editoriais o redator assume-se conselheiro e fala como se estivesse ensinando aos governantes como agir a fim de conduzir melhor o País, com podemos constatar no próximo excerto, retirado do jornal *O Povo*, de 06 de março de 1992.

(42)

[...] Estivéssemos regidos por | mecanismos próprios de um sis- | tema parlamentarista, tal temor | não poderia configurar-se, já | que Chefia de Governo e Che- | fia de Estado são funções assu- | midas por pessoas distintas, e | não reunidas num único dirigen- | te, como acontece no Presiden- | cialismo. Ao perder a confian- | ça da nação, por algum ato | comprometedor, o governo é | responsabilizado politicamente e | cai, sem comprometer as insti- | tuções, no regime de Gabinete. || A maneira de o Chefe do Exe- | cutivo presidencialista não pro- | vocar a erosão do sistema que o | sustenta é deixar enfaticamente | explícita a sua dissociação de | qualquer ato desabonador pra- | ticado por seus auxiliares dire- | tos. [...] (n20822s20f3/101)

O aconselhamento não se restringe ao regime de governo e à conduta adequada a um chefe de governo, mas se estende a todos os ramos da política e da economia, como nos revela esse outro excerto do editorial, agora do outro jornal de grande circulação no Ceará, *Diário do Nordeste*, da edição de 9 de setembro de 1998.

(43)

[...] A turbulência internacional está afetando a dívida interna, elevando os juros, sacrificando as empresas tomadoras de empréstimos externos e alimentando riscos à estabilidade da moeda, com a fuga de mais de R\$ 15 bilhões de capitais voláteis. Aceitando que a forte tendência de saída de capitais significa ataque especulativo, os especialistas reconhecem que a crise é o produto da grande vulnerabilidade brasileira. || A América Latina, para não repetir a União Soviética, depende da ação conjunta dos países desenvolvidos, começando pela redução dos juros no mercado norte-americano. Se houver interesse por parte dos governos, o pior será evitado. (n5933s20f3/103)

Não se trata, pois, de uma atitude voltada para acolher as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa, ainda segundo Melo (1985), um trabalho de “coação” ao Estado em defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam.

O Povo e Diário do Nordeste, assim como outros grandes jornais brasileiros, mantêm, em seu quadro de funcionários, jornalistas, que ocupam o cargo de editor sênior (ou equivalente, dependendo da designação empregada pela empresa jornalística) e se revezam, de acordo com a especialidade e experiência de cada um, na tarefa de escrever em nome da empresa. Os grandes jornais, no caso brasileiro, como constatou Chaparro (2008, p. 105), pertencem a “conglomerados familiares”, que, por sua vez, “comandam empresas, pólos econômicos com força própria, estruturas complexas, cada uma delas com milhares de empregados e segmentação de multimídia”. Com tão grande poder econômico é natural, num sistema capitalista, que a ele esteja arraigado o poder político e é justamente esse poder que assegura o lugar e o papel dos enunciadores do editorial e concomitante de seus interlocutores.

A versão eletrônica desses jornais mantém o mesmo diálogo com o Governo num âmbito de circulação mais restrito, pois, diferentemente da versão impressa a que, a priori, qualquer cidadão poderia ter acesso, sua audiência, pelas condições econômicas da

população, circunscreve-se predominantemente às classes média e alta, de onde saem os dirigentes do País, exceto em casos muito excepcionais.

O diálogo que os jornais/editoriais mantêm com seus interlocutores tem seus propósitos, que se submetem, invariavelmente, às imposições do gênero. Falemos, agora, desses propósitos.

4.1.1.3 Finalidade: o propósito do gênero

Tomado como um dos conceitos centrais tanto no uso quanto na análise de gêneros, o propósito comunicativo exerce, indiscutivelmente, um papel fundamental na constituição e circulação de um gênero. A relevância reside fundamentalmente no fato de o propósito comunicativo ser, como apontou Swales (1990), o motivo que faz surgir o gênero. Por outro lado, mesmo reconhecendo essa inegável relevância, sabemos que, na abordagem de um gênero, esse conceito não deve ser considerado aprioristicamente, pois, como acentuaram Askehave e Swales (2001, p. 197), os propósitos comunicativos são “mais evasivos, múltiplos, intrincados e complexos do que foi originalmente imaginado”²⁶, além de poder ser mais de um em um único gênero (SWALES, 1990). Nesse sentido, em nossa proposta, ainda que tenhamos utilizado o propósito comunicativo de representar o posicionamento crítico do jornal para a identificação *a priori* dos exemplares do gênero editorial, nos valem também dos desdobramentos desse propósito para nos possibilitar uma melhor compreensão sobre as finalidades do editorial, reveladas em cada exemplar ao longo de um período histórico da imprensa cearense.

Para identificar o propósito comunicativo dos editoriais que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, consideramos primeiramente o contexto que serviu à interação dos interlocutores para, a partir dele, chegar às intenções comunicativas que moviam os atores

²⁶ No original: “are more evasive, multiple, layered, and complex than originally envisaged.”

sociais que interagiam por meio do gênero nos séculos XIX e XX. Identificadas essas intenções, estabelecemos uma comparação entre os propósitos dos editoriais dos dois séculos e ainda com os do século XXI. Nesse sentido, procedemos ao levantamento do propósito principal de cada texto (cf. Apêndice A), com o objetivo de verificar a relação com o conteúdo (próxima categoria analisada), bem como as possíveis variações por que passou o propósito comunicativo do editorial ao longo dos últimos séculos. Baseando-nos ainda em Swales (1990), a relação com o conteúdo se justifica porque a determinação do propósito influencia a escolha do conteúdo; e as variações no propósito, por sua vez, podem nos dizer sobre a prototipicidade do gênero.

Na definição de um gênero como uma classe de eventos comunicativos, Swales (1990) concebe um evento como uma situação constituída do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde o discurso é produzido e recebido. Para o autor, a característica mais importante, nessa concepção, é a de que os eventos comunicativos partilham um ou mais propósitos comunicativos²⁷. Biasi-Rodrigues (2007), por sua vez, evidencia que os propósitos podem não estar manifestados explicitamente ou podem não ser facilmente identificados.

Com o levantamento dos propósitos que foram se evidenciando nos exemplares do *corpus*, não tivemos a pretensão de inventariar o conjunto de propósitos comunicativos possíveis do editorial, nem de nos ater a propósitos específicos de redatores em particular, uma vez que concebemos essa categoria como um processo de construção social, e não como algo imanente ao texto ou ao seu produtor. Nossa intenção, na verdade, foi comparar o propósito comunicativo socialmente reconhecido do editorial de hoje em dia com os propósitos identificados em uma sincronia passada, e é para essa sincronia que inicialmente nos voltamos.

O início do jornalismo cearense foi fortemente marcado por uma imprensa panfletária, voltada a interesses político-partidários. Naquele tempo, os redatores lançavam

²⁷ Askehave (1998, apud ASKEHAVE; SWALES, 2001), reconhecendo a existência de mais de um propósito comunicativo dos gêneros, fala em propósito geral e propósitos subjacentes.

mão da pena para atacar abertamente seus adversários ou defender-se de ataques e o editorial atendia a esse propósito, como podemos verificar com o excerto a seguir, em que o redator do jornal *O Cearense*, órgão do partido liberal, em 1847, se valeu do editorial para defender-se de acusação que o jornal *Pedro II*, do partido conservador, fizera aos liberais.

(44)

Cada um diz o que quer. || Quem ler o *Pedro II* numero 657, | e não tiver presenciado, o que se passou | aqui na capital, durante esses dias da | eleição de certo acreditará, que alguma | cousa de real haverá em suas declama- | ções. [...] || Nenhuma explicação podemos dar do | arrojo, com que diz o *Pedro Segundo*, | que no dia 2 do corrente as espadas, e os | cacetes soão nas calçadas d'esta capital, | e que piquetes estavaõ postados nas es- | tradas! Cesse tanta imp[...]udencia, e re- | corraõ a outros meios. (n91s19f2/010)

Em outros editoriais desse mesmo período (segunda fase do século XIX²⁸), podemos observar que esse propósito comunicativo – defender-se de e/ou criticar o adversário político – era compartilhado por redatores de outros jornais, o que demonstra ser esse propósito reconhecido pelos produtores e seus interlocutores, como constatamos com o excerto a seguir, extraído do editorial do jornal *A Constituição*²⁹, de 6 de janeiro de 1866.

(45)

Os homens do *Cearense* estremece - | ram, quando viram que o egoísmo do | chefe de seu partido, tornando-se dia- || fano, começou a deixar intrever que | esse chefe em vez de agrupar seus cor- | religionarios em torno de alguma ideia | política, encaminhando-se para fazel-a | triumphar, ao contrario preocupava- | se com arranjos pessoases para si e | seus parentes, trocando visivelmente o | titulo honroso de chefe de um partido | pelo de chefe de uma olygarchia ca- | ricata. [...] (n04s19f2/018)

A crítica feita nos editoriais, além de se dirigir a adversários políticos, se estendia também à atuação do governo (se este não fosse do mesmo partido dos redatores/proprietários do jornal), que invariavelmente era visto como incompetente para tratar dos problemas que afligiriam a população e levariam a província à situação desoladora em que se encontrava, como podemos observar neste trecho do editorial do jornal *O Cearense*, de abril de 1858.

²⁸ A segunda fase do século XIX corresponde ao período entre 1841 e 1870.

²⁹ O jornal *A Constituição* representava as ideias do partido conservador, que se opunha ao partido liberal, representado pelo jornal *O Cearense*.

(46)

[...] Vê-se por isso que o governo é por sua | má administração uma das causas dessa cri- | se que soffremos, e que mais grave se nos | ameaça. [...] || Se houvesse quem tomasse contas da ad- | ministração do sr. João de Souza, era im- | possível que a sorte desta provincia conti- | nuasse á mercer do instincto e do patronato. (n1115s19f2/016)

Esse mesmo propósito – crítica à atuação do governo – é identificado também em vários outros editoriais do *corpus*, independentemente do século em que o texto foi produzido. A título de ilustração, reproduzimos o excerto de um editorial do jornal *O Povo*, de 1º de maio de 1996, em que o editorialista, valendo-se das comemorações do Dia do Trabalho, teceu críticas à forma como o governo vinha lidando com uma situação que preocupava não só a classe trabalhadora, mas a população em geral: o desemprego. Vejamos a seguir.

(47)

[...] O País não criou uma | estrutura de assistência ao desem- | pregado, capaz de lhe permitir o | mínimo de condições de subsis- | tência, enquanto está parado, co- | mo acontece nas nações mais de- | senvolvidas. [...] O Esta- | do tem a obriga- | ção de intervir para garantir condi- | ções mínimas de sobrevivência ao | cidadão. Não pode simplesmente | cruzar os braços.[...] Cabe às autoridades emitir | sinais mais visíveis de reação ao | quadro desolador na área do Tra- | balho. (n23280s20f3/102)

Se por um lado o editorial atendia ao propósito de criticar o governo ou governantes, por outro também se prestava a enaltecer ações do governo ou de seus administradores, quando assim convinha aos redatores ou proprietários do jornal, como podemos perceber nos dois fragmentos a seguir, extraídos respectivamente do jornal *O Cearense*, de 1846, e do jornal *O Povo*, de 1972.

(48)

Se é da obrigação do escriptor pu- | blico censurar aquelles, que revestidos | dos cargos do estado, não cumprem | bem com os deveres, que lhe são in- | herentes; pensamos que não é menos | de sua rigorosa obrigação apresentar ao | paiz os que desempenhando como de- | viaõ as funcções, que lhe éraõ conne- | xas, tornaraõ-se por isto credores da es- | tima e concideração (sic) de seus concida- | daõs. [...] a | deputação cearense fez quanto pôde, | e por isto é credora de nosso reconhe- | cimento; receba pois os nossos agrade- | cimentos, e continuando como princi- | piou merecerá as bençaos desta patria | querida. (n02s19f2/006)

(49)

[...] Por espaço de quinze | minutos, calculadamente, o estadista brasileiro ocupou câmeras e microfones | para dar ao povo uma ótima notícia das mais gratas, [...] Foi, não

há dúvida, uma fala alvissareira, a última feita pelo Presidente da | República [...] (n13648s20f3/086)

Os editoriais costumavam também atender ao propósito comunicativo de defender um posicionamento a favor dos interesses do grupo político-econômico a que redatores/proprietários do jornal estivessem filiados, como podemos verificar a seguir com o fragmento (50), em que o redator apontou os benefícios da monarquia, e com o fragmento (51), em que o editorialista elencou as distorções que o voto distrital poderia causar à representatividade dos candidatos eleitos.

(50)

[...] A monarchia no Brasil tem por norma | principal, e condição de sua existencia | o desenvolvimento da civilização, e as | lutas, de que ha sahido victoriosa con- | tra o espirito de destruição, teem-nos | mostrado sua força, seo poder superior | aos partidos [...] (n91s19f2/011)

(51)

[...] O voto distrital começa por distorcer a | natureza da representatividade, tornando | os deputados federais e estaduais represen- | tantes de distritos e não, dos Estados. || [...] || Mas não é só isso que desaconselha o | sistema, e sim a possibilidade da concentra- | ção de recursos de candidatos em áreas res- | tritas, facilitando o trabalho de aliciamen- | to, [...] (n1720s20f3/098)

A defesa de interesses podia ser também de determinado segmento/classe social, que reconhecia no editorial o espaço propício para difundir suas ideias e ainda influir na opinião dos interlocutores, por meio de linguagem panfletária, como mostram os trechos do editorial respectivamente do jornal *O Retirante*, “Orgam das Victimias da Secca”, de 1877, e do jornal *Trabalhador Graphico*, de 1930.

(52)

[...] Que o povo, essa *massa* que os governos cor- | rompidos olham com desdem, mas que resume | em si o verdadeiro poder; que elle reaja contra | esse indifferentismo que ameaça prostral-o. || faz-se necessario o vosso esforço para que | surjam, ergam-se bem alto os sãos principios da | justiça, escudando os vossos direitos. [...] (n03s19f3/034)

(53)

[...] os collegas || poderão collaborar na obra de redemp- | ção das massas opprimidas sem que | seja necessario abdicar dos seus sen- | timentos particulares, exigindo-se uni- | camente, que reconheçam a existencia | de duas classes, uma que nada produz | e tudo tem, consequentemente, explora | e outra que tudo produz e nada tem, | da qual fazemos parte, e é a explorada; [...] (n12s20f1/060)

Não só o proselitismo político movia os jornais de menor circulação, a diligência em fazer seguidores ou adeptos também impulsionava os editoriais/editorialistas de jornais religiosos a levar seus interlocutores a aderir à causa que defendiam, como vemos no próximo excerto extraído do editorial do *Terra do Brasil*, de 1927.

(54)

[...] Na Europa há, todos | os annos, muitas or- | denações de sacer- | dotes; no Brasil, tor- | nam-se tão raras... | E surge logo a dolo- | rosa interrogação : | Porque as vocações | no Brasil não corres- | pondem em numero | ás da Europa? [...] (n03s20f1/057)

O propósito de denunciar ações do poder público também deu origem à publicação de vários editoriais, desde o século XIX, como é possível perceber nos fragmentos abaixo, respectivamente de 1866, 1937 e 2008.

(55)

[...] Já são muito conhecidos diversos | casos de violencias inauditas de au- | toridades locais, contra as quaes as | victimas trazem suas queixas ao Exm. | Sr. Presidente da provincia, e este man- | dando ouvil-as, fica nisto todo o effei- | to da queixa, e ainda são felizes os | queixosos, si a autoridade contra quem | se queixam não os faz soffrer algu- | ma nova serie de martyrios em puni- | ção de terem tido a ousadia de [g]ozar de | um direito garantido pela lei funda- | mental do Império. [...] (n59s19f2/022)

(56)

[...] des | vendámos perante o publico a situação angustio | sa e alarmante das finanças municipais, mostran | do que as mesmas não estão sendo conduzidas e | orientadas com o devido aprumo. [...] o “deficit” | de 1.331:448\$500 com que a proposta orçamenta | ria foi remetida á Camara [...] agravando consideravelmente a | despesa do municipio com a criação de novos car- | gos, destinados a premiar amigos e afeiçoados.[...] (n7418s20f1/064)

(57)

[...] No ano de 2007, passando | por cima da Lei e menos- | prezando pessoas que pas- | saram no concurso público, | a Prefeitura de Crateús teve | 2.231 empregados e essa | verdade tem que ser levada | ao conhecimento da socie- | dade e dos Poderes Públicos | Constituídos. [...] (n256s21f1/110)

Afora a finalidade de criticar ou denunciar ações do adversário/poder público, uma outra também se revelou recorrente, mais acentuadamente nos editoriais da metade do século XX em diante: opinar sobre assuntos que estejam na pauta das discussões não só políticas e econômicas como também sociais, e assim cobrar ações do governo. Como exemplo, destacamos quatro excertos: (58), do editorial do jornal *O Cearense*, de 1846, que

reivindicou o envio de patrulhamento para uma região do estado; (59), do jornal *Sobralense*, que, em 1875, apelou ao governo para o uso de recursos a fim de prover melhorias à cidade; (60), do jornal *A Liça* (1903), que solicitou a implantação de açudes pelo governo federal; e (51), do jornal *O Povo*, que, em 1972, argumentou a favor de pedido de financiamento para aquisição de novos equipamentos de coleta de lixo, conforme vemos a seguir.

(58)

È doloroso o estado em que actual- | mente se acha a comarca de Baturite; | e se o governo não tomar promptas pro- | videncias mandando para ali um des- | tacamento de linha, muito tememos pe- | la sorte daquelles comarcas. [...] Chamamos pois a attençaõ da presi- | dencia sobre Baturité, e esperamos q' | Sua Excelência acuda aquella comarca pra não | vermos nella as desgraças, que a a- | meaçã. (n07s19f2/007)

(59)

A Camara Municipal desta Cidade, | que antes de tudo, deve curar do bem | estar de seus municipes, permitirá, | que chamemos a sua attençaõ, para | os estragos que ha feito o rio em di- | recção a cidade, tornando mais fa- | cil o transbordamento das aguas para | este lado. Não lhe pedimos um sacrificio | maior em seus cofres; mas porven- | tura não seria facil com pouco dis- | pendio, restabelecer a ordem antiga, | dando sahida as águas pelo lado do sul? [...] (n04s19f3/029)

(60)

[...] Seria uma medida de gran- | de alcance se o nosso gover- | no, imitando o inglez, resol- | vesse melhorar as nossas con- | dições por meio da acuda- | gem. Viria elle, com espan- | to, que o Ceará que hoje pe- | de esmolhas, em pouco tempo | teria viveres para recompen- | sar áquelles que lhe dão o | minguido pão [...] (n08s20f1/050)

(61)

[...] Entendemos até que a Prefeitura já pode- | ria pensar em adquirir equipamento exis- | tente no Sul para picar galhos, facilitando | sumamente a remoção desse lixo verde re- | sultante de podaçoõ ou de queda de árvo- | res. [...] Com a aquisição dos novos equipamen- | tos, acreditamos que a campanha da limpe- | za pública será menos boa vontade e mais | eficiência [...] (n13835s20f3/090)

O propósito comunicativo, assim como o contexto sócio-histórico e o lugar/papel social dos interlocutores, como vimos, deixa marcas na materialidade textual. Essa materialidade é, portanto, atravessada por intenções de sujeitos datados e situados historicamente e por propósito(s) do gênero que esteja sendo realizados. Façamos, pois, mais detidamente sobre a materialidade.

4.1.2 A materialização do querer-dizer do editorialista

Até aqui nos voltamos para os aspectos de natureza social, histórica e ideológica do editorial, agora vamos nos debruçar sobre outros aspectos que também podem ser apreendidos na materialidade textual, os de natureza verbal e não-verbal.

Os aspectos de natureza verbal e não-verbal revelam a concretização de um projeto de dizer que, quando bem-sucedido, atende, por um lado, a finalidade comunicativa do enunciador e, por outro, a expectativa do interlocutor, no gênero por meio do qual ambos os sujeitos interagem. Essa finalidade comunicativa, realizada na escolha do gênero, tem sua ancoragem no conteúdo, isto é, no objeto do discurso, assunto sobre o qual falamos a seguir.

4.1.2.1 Conteúdo: o objeto do discurso

Sendo decisivo na escolha de um gênero, o intuito discursivo molda tanto a forma como o conteúdo e é constituído na interação discursiva que se estabelece entre os interlocutores. Enunciador e interlocutor, nessa interação, negociam sentidos que vão sendo construídos no desenvolvimento do conteúdo sobre o qual dialogam. Nessa perspectiva, o conteúdo, isto é, o objeto do discurso, é visto como o assunto gestado nas e pelas condições que subjazem às manifestações verbais.

Em nossa proposta teórico-metodológica, incluímos, então, a categoria conteúdo, que diz respeito ao assunto do editorial. Essa categoria está estreitamente relacionada ao propósito comunicativo. Considerando que, de acordo com a análise que apresentamos na seção anterior, os propósitos se evidenciaram praticamente os mesmos

durante os dois séculos de circulação do editorial³⁰, é natural que encontremos também conteúdos semelhantes nos exemplares do *corpus*, já que essas duas categorias estabelecem relação de interdependência. Antes de falarmos sobre essas evidências, vamos retomar o que estamos concebemos como conteúdo e explicitar a forma como levantamos essa categoria.

Tomamos por conteúdo o foco da interação verbal, mais especificamente o tópico discursivo central do editorial. Para levantarmos essa categoria, baseamo-nos particularmente em um dos traços apontados por Jubran (2006) como definidor de uma das propriedades do tópico – a pontualização³¹. É a pontualização que possibilita a localização do assunto focal em determinado trecho do texto.

Assim, em cada texto do *corpus*, foi identificado, ao lado do propósito comunicativo, o tópico discursivo, isto é, o assunto proeminente que o editorial comportava, com base em trecho(s) que dava(m) sustentação a esse tópico central (cf. Apêndice A). Esse levantamento nos permitiu chegar às considerações que fazemos a seguir.

Como o propósito comunicativo central do editorial é defender o posicionamento crítico do jornal, o conteúdo vai sempre estar a serviço desse propósito. Assim, vários editoriais tiveram como objeto do discurso a manifestação de opinião acerca de um tema que estivesse mobilizando a atenção dos leitores, sobre o qual o editorialista firmava seu posicionamento. A título de exemplo podemos citar o editorial do jornal *O Cearense*, de 1858, que, adotando um posicionamento crítico em relação à administração da província, manifestou-se contrariamente à decisão que possibilitou o destacamento de soldados para fazer policiamento em outras províncias, quando estes poderiam prestar serviço na agricultura e evitar a fome e a carestia, decorrentes de problemas com a

³⁰ De certa forma, esse resultado era esperado já que estamos trabalhando com um mesmo gênero; caso encontrássemos propósitos bastante diferentes, conforme pontuou Bhatia (1993), estaríamos, diante de gêneros também diferentes.

³¹ Segundo Jubran (2006), são duas as propriedades particularizadoras do tópico discursivo: centração e organicidade, sobre as quais falamos na seção 3.2.

produção de alimentos (certamente um assunto que mobilizaria a atenção dos interlocutores naquela época).

(62)

[...] Numa terra, como a nossa, onde não ha | quasi escravatura, onde todo trabalho é feito | por braços livres , é facil de comprehender | quanto deve ser pesado e prejudicial para es- | ses pobres homens chamados guardas, o ser- | viço militar; e para a sociedade em geral, que | perde o trabalho que elles deixão de empre- | gar na agricultura, e industria, de que são | destrahidos. || Daqui procede que muitos roçados não | se plantão; outros não se limpão, e a fi- | nal a perda de serviços começados, a falta | de viveres, a caristia, e a fome. [...] (n1115s19f2/016)

Um século depois, um assunto que preocuparia a população da época (acidentes fatais em uma avenida da capital) também funcionou como argumento para o posicionamento crítico do jornal em relação à administração municipal, como podemos observar no editorial do *O Povo*, de 1959, cujo fragmento transcrevemos a seguir.

(63)

A tragédia ocorrida ao meio-dia de ontem na | Volta da Jurema, na qual três crianças perderam | a vida, esmagadas por um carro-pipa do Corpo | de Bombeiros, causou comoção na cidade [...] O índice de acidentes está | em aumento constante e a Inspetoria tem-se li- | mitado a fazer exposição macabra de veículos | destruídos, em busca de um problemático efeito | psicológico sobre os motoristas. Mas no caso da | avenida ao porto o que ocorre é uma completa | omissão, uma ausência injustificável. [...] (n9824s20f2/076)

Para além desse propósito e conteúdo mais geral que caracterizam o editorial, outros propósitos foram identificados e subjacentes a eles também foram identificados outros conteúdos.

Como comentamos, os jornais do século XIX e dos primeiros anos do século XX, em sua maioria, eram movidos por questões político-partidárias, e os editoriais, nesse contexto, serviam aos redatores para atacar os adversários e deles se defender. Prestando-se a esse propósito, o conteúdo invariavelmente era construído no sentido de apontar atitudes reprováveis atribuídas ao opositor ou defender-se dos ataques desferidos pelo rival, como é o caso do editorial do jornal *A Verdade*, de 1891.

(64)

[...] Jamais se deprehenderá de nos- | sos artigos que desejamos o absolu- | tismo, quer dentro quer fóra da re- | publica, que preocupasse-nos mes- | mo de forma de governo;

quando a | nossa questão principal é que o paiz | seja governado por homens que tim- |
brem em professar sentimentos ca- | tholicos [...] (n33s19f3/040)

Outro conteúdo recorrente no século XIX era a denúncia de improbidade dos órgãos da administração, associado ao propósito de denegrir a imagem do governo da província, ao qual o jornal se opunha, como verificamos neste excerto do jornal *Echo do Povo*, de 1879.

(65)

[...] Não correm mui regulares os negocios da | thesouraria, onde [...] commettem-se
todos os | desmandos, todas as arbitrariedades sem | lei, e sem justiça, não se paga aos
credo- | res prejudica-se-os, corta-se ou glosa-se [...] (n01s19f3/038)

Enquanto os editoriais do século XIX voltavam-se mais para a denúncia, os do século XX, quando as condições políticas eram favoráveis à liberdade de imprensa, dirigiam sua atenção à cobrança de ações e atitudes do poder público para problemas que afetavam a sociedade civil, como percebemos nos dois excertos a seguir do jornal *O Povo*, respectivamente de 1945 e 2000.

(66)

A GRIPE [...] E' tempo, portanto, de evitar-se o surto epidêmico. | Já devia achar-se em
campo a Saude Pública, porque, de- | pois do fato consumado, as suas atividades se
tornam li- | liputianas, para não dizer ridículas. [...] (n5613s20f2/067)

(67)

Medicamentos e monopólios [...] O Brasil tem a obrigação de debruçar-se | sobre essa
questão de forma mais responsá- | vel e consciente. Não deve ter pruridos de | enfrentar
lobbies poderosos que lançam mão | da cortina de fumaça ideológica para impe- | dir
qualquer controle de sua atividade pelo | poder público, sob o pretexto da liberdade de |
iniciativa. [...] O País não | pode ficar refém de grupos de interesses res- | tritos quando
está em jogo a necessidade | mais geral da sociedade. [...] (n24765s20f3/104)

Nestes editoriais, destacamos intencionalmente o título para fazer algumas considerações a respeito desse constituinte textual. “Usado para exprimir ou inferir o tema ou tópico do texto” (VAN DIJK, 1992, p.134), o título constitui uma estratégia a serviço das intenções do autor, pois funciona, por meio de uma relação catafórica, como uma espécie de anúncio da avaliação que vai ser desenvolvida. Ao nomear o texto, o autor pretende orientar a interpretação, ativando os esquemas cognitivos do leitor, a fim de alcançar êxito em sua intenção.

Essa estratégia se revelou indispensável nos editoriais do século XX aos dias atuais; assim em todos os exemplares do gênero desse período, o título figurou como elemento constitutivo dessa tradição discursiva, exceto no editorial de um jornal eletrônico do interior do estado, *Folha de Mombaça* (cf. n60s21f1/108). Por outro lado, até a última década do século XIX, encontramos editorial sem título. Mesmo jornais que, em determinada edição, exibiam um editorial com título, em outra edição o texto aparecia encabeçado somente pela data, como é o caso, por exemplo, de editoriais do jornal *A Constituição*, de 1866 (cf. n49s19f2/021 e n59s19f2/022)³².

Em relação ao propósito de defender interesses de grupos (políticos, profissionais, religiosos, entre outros), o lugar de onde emana a voz do editorial (partido político, sindicato ou igreja, por exemplo) é que vai determinar o seu conteúdo. Assim, por exemplo, no jornal *O Cearense*, fundado em 1846 para comemorar a ascensão liberal à presidência da província cearense, o conteúdo de vários de seus editoriais refletia o apego aos ideais liberais que pregava (n91s19f2/011); já no jornal *Trabalhador Graphico*, “Orgão do Sindicato dos Trabalhadores Graphicos”, fundado em 1930, os editoriais comportavam conteúdo que expressasse temores e anseios da classe trabalhadora (cfn12s20f1/060).

Paralelamente a esse propósito de defender interesses de grupos há o de defender interesses da população. Esse propósito é assumido explicitamente em vários editoriais, desde o século XIX, e tomado como função da imprensa, como ilustramos a seguir, com trechos de três editoriais, respectivamente dos jornais *O Retirante*, de 1877, *Camocim-Jornal*, de 1921, e *Correio do Ceará*, de 1976.

(68)

[...] Incontestavelmente a imprensa, por si só um | dos mais admiraveis inventos do homem, attinge | á sublimidade de seus destinos, quando se faz | echo da caridade christã, deffendendo o mais na- | tural como o mais sagrado direito do homem — | a sua conservação [...]
(n02s19f3/033)

(69)

[...] A Imprensa, esta grande | fenda de trabalho em que, prazeirosamente, vamos en- | tregar uma bôa somma das | nossas energias: a Imprensa | bem entendida, é um verda- |

³² A respeito do título e da ruptura de sua canonicidade em notícias jornalísticas, cf. Van Dijk (1992).

deiro apostolado, uma pode- | rosa alavanca com que muito | se póde fazer em pról da col-
| lectividade humana. Com ella, | com este vehiculo maximo de | divulgação de idéas e
conhe- | cimentos, que leva luz aos | mais obscuros recantos do | globo, se póde instruir e
ori- | entar um povo, fazer uma | verdadeira obra de regenera- | ção social. [...] (n01s20f1/055)

(70)

[...] grandes campanhas empreen- | didas na Imprensa em favor do desenvolvimento da
avia- | ção, logo identificada em um país das dimensões do nos- | so como sendo o meio
mais rápido e mais eficaz de conso- | lidar a sua unidade política, social e econômica. [...] (n18073s20f3/094)

Como vimos, assim como no propósito comunicativo, há também certa regularidade no conteúdo admitido nessa tradição discursiva, que se circula na esfera jornalística, no Brasil, há dois séculos. Além desses aspectos, há outros que também revelam comportamento previsível, sobre os quais continuamos a falar.

4.1.2.2 Norma: a regularidade no discurso

O editorial, como dissemos anteriormente, ocupa um lugar discursivo assegurado para a manifestação axiológica da empresa jornalística. Essa manifestação é realizada por um autor que não se revela como indivíduo na sua enunciação, pois a própria tradição discursiva, instituída sócio-historicamente, lhe confere deliberadamente o ocultamento de sua identidade. Por outro lado, ter encobertas as referências a uma autoria individual não significa dizer que não haja autor, pois, como sabemos, a todo gênero subjaz uma concepção de autoria, entretanto, no caso do editorial, estamos diante de uma autoria institucional.

Segundo Alves Filho (2006), a autoria institucional, aquela cuja responsabilidade discursiva cabe a empresas ou instituições, em editoriais de jornal, é “pré-configurada sócio-historicamente e materializada textualmente” (p. 84). Embora tenha focalizado editoriais deste século, Alves Filho admite que essa função passou por mudanças

significativas ao longo de seu percurso histórico, tanto quanto ao fato de já ter sido assinado (uso das iniciais do nome do autor, no século XIX) quanto ao de expressar opinião pessoal. Com base no *corpus* levantado, o autor destaca, então, sete aspectos que caracterizam esse tipo de autoria em editoriais de jornal: impessoalização, institucionalização, ausência de assinatura e de elementos biografizantes, uso da variedade padrão, interação entre instituição e indivíduos-leitores, busca e cobrança por uma coerência enunciativa, e ineditismo textual. Falaremos a seguir sobre cada um desses aspectos, ilustrando com exemplos do nosso *corpus*, e em alguns casos trazendo mais luz aos resultados encontrados por Alves Filho.

i) A **impessoalização** manifesta-se na preferência pela terceira pessoa do singular, o que garante impessoalidade e objetividade na abordagem do objeto do discurso, bem como nas estratégias de argumentação.

Dos 104 editoriais impressos que compõem o *corpus*, em somente 14 observamos a preferência pela terceira pessoa; nos 90 demais, o que corresponde a 86,53%, evidencia-se o uso da primeira pessoa do plural, como nos revela o editorial de 06 de julho de 2000, do jornal *O Povo*.

(71)

[...] Os medicamentos básicos precisam ficar sob o controle direto do Estado, inclusive para dar meios de negociação ao governo frente aos monopólios estrangeiros. Sem essa margem mínima para manobrar **assistiremos** cada vez mais à desmoralização imposta pelos laboratórios aos centros de poder nacional.
(n24765s20f3/104)

O primeiro editorial do *corpus* a fazer uso da terceira pessoa foi editado em 1912 pelo jornal *Pátria*, de Sobral, uma das cidades interioranas de maior relevância política do estado. Dos 4 editoriais que coletamos desse periódico que circulou de 1910 a 1915 (cf., em Anexo B, textos 051 a 054), em 3 há o emprego da terceira pessoa. Devemos ressaltar que os textos em que se observa esse emprego tomam como objeto do discurso a exaltação a personagens da História (Cristóvão Colombo, na edição de 12 de outubro – data do descobrimento da América – e Tiradentes (cf. exemplo 18), em comemoração ao aniversário de morte do mártir da Independência) e a personagem de prestígio político na

época (General Pinheiro Machado, senador do Rio Grande do Sul), não tão próximos da realidade cotidiana. Por outro lado, no editorial cujo assunto é a chegada à cidade de um político que viria reforçar a eleição do partido que o jornal apoiava, observamos o uso da primeira pessoa do plural, como estratégia de cooptação do (e)leitor, como ilustramos a seguir.

(72)

[...] Por telegramma transmittido | de Fortaleza, para distincto ca- | valheiro desta cidade, sabemos | que no dia 30 partirá do Rio, | com destino a este Estado, esse | intrepido e valoroso soldado do | nosso Exercito. || É esta uma noticia que com | certeza irá despertar satisfação | e animo no seio do nosso gran- | de partido, pois a palavra e a | energia de Thomaz Cavalcanti | tem para nós outros o prestigio | de uma força libertadora. || **Esperemos** a vinda do homem | que pela sua coragem physica | e acção civica, pos-se no mais | elevado destaque no scenario | politico do Ceará. (n128s20f1/051)

A recorrência à primeira pessoa do plural pelo redator diante da intenção de influenciar a opinião do leitor, a mesma intenção observada nos editoriais mais atuais, revela-nos, a despeito da menor ocorrência nos 4 textos, a produtividade desse mecanismo que permite maior aproximação do leitor. Assim, se considerarmos que os textos com o uso da terceira pessoa (n129s20f1/052, n154s20f1/053 e n165s20f1/054) não se revelariam textos prototípicos de manifestação axiológica sobre acontecimentos da vida política, o percentual de editoriais com o emprego da primeira pessoa do plural subiria um pouco mais (89,10%).

A outra ocorrência de terceira pessoa é verificada no editorial do jornal *O Povo*, de 14 de junho de 1929. Entretanto, em outro editorial, do mesmo mês e ano, observamos o emprego, corrente na época, da primeira pessoa. Convém lembrar que *O Povo*, fundado em 1928, quando o jornalismo já era empreendimento empresarial, contava com dois redatores (seus fundadores): Demócrito Rocha (redator principal) e Paulo Sarasate (redator secretário). Esse dado nos leva a pressupor que o uso de uma ou outra forma pronominal pudesse ser atribuído ao estilo do autor, já que não conseguimos saber se os dois textos foram redigidos pela mesma pessoa. Salientamos, ainda, o fato de em outro ano (1972), como aconteceu em 1929, encontrarmos, em dias diferentes, editoriais tanto

em terceira pessoa do singular quanto em primeira pessoa do plural, dessa vez em uma mesma edição, de 04 e 23 de setembro (cf. respectivamente os textos n13819s20f3/087 e n13819s20f3/088; n13835s20f3/089 e n13835s20f3/090). Esse fato poderia reforçar nossa hipótese de que a opção pela forma pronominal poderia ser mais uma questão de estilo do que de restrição da autoria no gênero. O que, de fato, podemos afirmar seguramente é que no século XIX houve predomínio absoluto da primeira pessoa do plural e que essa forma discursiva ainda permaneceu recorrente até o final do século XX, no jornal impresso.

Nos 6 editoriais eletrônicos do *corpus*, 2 são dos dois grandes jornais do Ceará – *Diário do Nordeste* e *O Povo* – que publicam na web os mesmos textos da versão impressa, e em ambos (o primeiro de 12 de setembro de 2001 e o segundo de 15 de janeiro de 2003) se observa o emprego da terceira pessoa (n5933s21f1/103 e n24765s21f1/104, respectivamente). Os outros 4 também são versões eletrônicas da versão impressa, de jornais de cidades do interior do Estado. Desses, em 3 há emprego da primeira pessoa do plural (cf. textos n70s21f1/105, n60s21f1/108, s/ns21f1/109) e apenas em 1, a terceira pessoa do singular (n256s21f1/110). Na versão on-line as duas formas pronominais apresentaram, como percebemos, o mesmo número de ocorrências.

Ao mostrarmos que a primeira pessoa do plural é bem mais recorrente (ou foi pelo menos até o fim do século XX) que a terceira pessoa do singular, a impessoalização como traço característico do editorial, conforme acentuou Alves Filho (2006), não está ameaçada. De fato, deixamos de constatar em nosso *corpus* a supremacia da terceira pessoa do singular; poderíamos pensar, então, que esse traço poderia ser uma tendência que tem se revelado mais proeminente neste início do século XXI, já que Alves Filho trabalhou com editoriais de 2002 a 2006, de grandes capitais brasileiras.

Essa evidência nos remete a Beltrão (1980), para quem a impessoalidade, um dos quatro atributos fundamentais do editorial³³, manifesta-se pelo fato de esse gênero não ser assinado e usar-se a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural. Como os

³³ Os outros atributos são: topicalidade (assunto abordado), condensabilidade (focalização em um só tópico) e plasticidade (inconclusibilidade dos enunciados).

estudos de Beltrão sobre o editorial foram até 1980 e grande parte de nossos textos situam-se no mesmo período, os dados que levantamos apontam para a mesma conclusão sobre a manifestação da impessoalidade no que toca ao emprego da pessoa do discurso.

O uso da terceira pessoa do singular está ligado ainda a outros aspectos comumente associados ao editorial: a imparcialidade e a não subjetividade, cujo controle acaba escapando ao editorialista. Se quem escreve o editorial é um sujeito (entidade física, e não a instituição, entidade abstrata), que tem a tarefa de tomar partido sobre um fato da atualidade político-econômica e assim “aconselhar e dirigir a opinião dos leitores” (BELTRÃO, 1980, p. 60), inevitavelmente seu discurso será atravessado pela subjetividade e parcialidade, quer esteja na terceira pessoa, como mostra o exemplo (73), quer esteja na primeira pessoa (exemplo 74), como vemos a seguir.

(73)

[...] O problema é de extrema gravidade e | deverá suscitar debates e preocupações na | próxima Constituinte, cuja formação será | o retrato da representatividade espúria ge- | rada pela eleição mercantilizada de 15 de | novembro próximo. || É possível que os constituintes encon- | trem remédios eficazes para combater esse | terrível mal que ameaça a sanidade de nos- | sa democracia nascente, ora ameaçada de | transformar-se em plutocracia. [...] (n1720s20f3/098)

(74)

[...] Desde logo, não podemos dei- | xar de ressaltar a forma anima- | dora como as instituições demo- | cráticas têm resistido aos abalos | verificados na área política. Os | sucessivos “affaires”, envolvendo pessoas do Governo, em ou- | tros tempos já teriam provoca- | do resultados funestos para as | instituições. Felizmente temos | amadurecido bastante nesse as- | pecto, embora os atuais meca- | nismos institucionais do presi- | dencialismo não dêem seguran- | ça à cidadania de que já estamos | completamente imunizados con- | tra qualquer surpresa nesse | terreno. [...] (n20822s20f3/101)

Como vemos, há outros mecanismos, flagrados na materialidade textual, que marcam a subjetividade e a parcialidade, a despeito da opção pela pessoa do discurso, ainda que a intenção possa ser “*não* dar a entender a existência de uma subjetividade” (ALVES FILHO, 2006, p. 85 – grifo do autor)³⁴. Para além da primeira ou terceira pessoa

³⁴ Ao apresentar a definição do verbete “objetividade”, o Manual da Redação da Folha é categórico ao afirmar que “não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/manual_projeto_o.htm>. Acesso em: 06 mar. 2009.

empregada, outros aspectos acentuam no editorial a autoria institucional, como apontou Alves Filho, e sobre os quais continuamos a falar.

ii) A **institucionalização** diz respeito à assunção da “responsabilidade pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas” (ALVES FILHO, 2006, p. 85) defendidas pelo editorialista por parte da empresa. Como ancoragem textual desse aspecto caracterizador, Alves Filho aponta o “uso de verbos de terceira pessoa e [n]a ausência de elementos que se refiram à primeira pessoa ou ao redator empírico do texto” (2006, p. 85). O autor destaca, ainda, a proeminência que tal aspecto adquire quando o redator cita explicitamente no corpo do texto o nome da empresa jornalística a que está vinculado. Em nosso *corpus* também encontramos a institucionalização marcada dessa forma, como mostramos a seguir:

(75)

[...] **O POVO**, na edição de on- | tem, reproduziu, na íntegra, a | entrevista do Chefe do Executi- | vo, não apenas com o intuito de | manter os seus leitores a par das | sinalizações oferecidas pelas | considerações presidenciais, | diante da presente conjuntura, | mas motivado, principalmente, | pela nova postura governamen- | tal, baseada na convicção de que | “a saída para a crise brasileira | passa obrigatoriamente por um | amplo acordo político”. || Frequentemente **este jornal** | tem emitido a mesma opinião | destacada pelo Presidente da Re- | pública, quanto a imprensindi- | bilidade de um entendimento de | alto nível, entre as diversas cor- | rentes políticas para encontrar | uma base mínima de suporte às | medidas requeridas pela Nação. [...] (n20463s20f3/100)

Por outro lado, a institucionalização foi observada associada ao uso da primeira pessoa do plural, como mostramos com os próximos exemplos.

(76)

O **Echo do Povo** cumpre o dever de justi- | ficar sua aparição, e desenrolar a bande- | ra de seu programma: || — Nem anarquistas nem escravos — será | a **noossa** legenda; e, guardando rigorosa | neutralidade entre os partidos, **to-** | **mamos** a defesa dos direitos do povo e dos | legítimos interesses da província, sem in- | dagar se nossos juízos agradam a — gregos | ou troyanos. || **Atravessamos** n’este momento a hora | mais sombria porque haja passado o sol | cearense. [...] (n01s19f3/036)

(77)

[...] Mas é sintomático que | numa longa entrevista concedida a **O POVO**, | sobre os problemas de trânsito em Fortaleza e | outras cidades, o Diretor do Departamento, **Senhor** | Jesus de Brito Pinheiro, não tenha dito uma | palavra sobre um assunto da ordem do dia, que | interesse a milhares de motoristas. [...] **Julgamos** que o DETRAN deve superar sua | pelo menos aparente omissão no caso e estudar | solução melhor do que a que está sendo | adotada. Como a interdição afigura-se | irreversível - já estão em andamento obras no | trecho fechado – há que buscar uma

fórmula | técnica que evite os congestionamentos naquela | área possivelmente a inversão da mão da Castro | e Silva. (n14444s20f3/092)

O que para nós caracteriza acentuadamente a institucionalização é o fato de o autor, ainda que exponha impressões pessoais e que se manifeste subjetivamente (como nos 2 exemplos acima), ser encoberto pelo manto da não-responsabilidade discursiva, assegurado por um gênero que emana de uma esfera social que o reconhece e o legitima nesse papel. Vale dizer que o editorialista possivelmente esteja na função que ocupa justamente por adotar as mesmas opiniões, ou posicionamentos ideológicos, da empresa para a qual trabalha. Então nada mais natural do que externar opiniões e manifestar-se subjetivamente, já que suas opiniões e posicionamentos coincidiriam com os da instituição.

O manto de que falamos pode ser constatado no caso de um leitor que, em 2004, escreveu para o jornal *O Povo* querendo saber se a posição externada em dois editoriais, publicados no espaço de uma semana, seria do jornal, oficialmente, ou se, conforme chegou a sugerir, tratar-se-ia de uma visão pessoal do editorialista³⁵. A resposta é dada pelo ombudsman³⁶ que, dizendo ter consultado a direção do jornal, ouvido o editorialista, sai em defesa da tese apresentada e sustentada por argumentos dados pelo editorialista. Ainda que tenha recorrido ao editorialista para colher os argumentos cabíveis e deles faça uso em sua argumentação, o ombudsman chamou a responsabilidade discursiva para a instituição e justificou a opção pela tese defendida (cf. Anexo G).

O editorialista, que não responde diretamente às intervenções dos leitores e é contratado para manifestar opiniões que a empresa espera que sejam manifestadas, goza de prestígio. O reconhecimento, político e social, que advém do cargo é tanto que alguns editorialistas assumem publicamente essa função, seja em entrevistas concedidas, em participação em eventos da área da comunicação ou quando figuram como articulistas em

³⁵ Convém ressaltar que o leitor se dirige ao jornal motivado pelo estranhamento que lhe causa uma tese que ele não associa à empresa jornalística. Isso quer dizer que o leitor reconhece e legitima o papel que um editorialista assume, diante da situação de interação social materializada no editorial, que é falar em nome do jornal.

³⁶ Palavra de origem sueca que significa aquele que representa. É o profissional pago por órgão oficial ou empresa privada para representar os interesses do público. Em jornalismo, é o advogado do leitor. (cf. Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/manual_projeto_o.htm>. Acesso em: 06 mar. 2009).

outros jornais, como é o caso, por exemplo, do editorialista do *Jornal da Tarde* (SP), José Nêumane, que, em pé biográfico³⁷ de artigo publicado, em 04 de março deste ano, no jornal *O Estadão* (SP), se apresenta como jornalista, escritor e editorialista³⁸, e de Valdemar Menezes, que participou, como editorialista do jornal *O Povo* (CE), do V Simpósio OBSERVANORDESTE, evento voltado para discutir os resultados das eleições de 2004 dessa região, ao lado do cientista político Jawdat Abu-el-Haj, professor da Universidade Estadual do Ceará.

Ser coberto pelo manto da não-responsabilidade discursiva não implica anonimato, como vemos. Ainda que possa ser reconhecido por escrever os editoriais de um jornal e muitos leitores saibam a quem atribuir a verdadeira autoria daquele texto, esta continuará a emanar da empresa jornalística.

iii) A **ausência de assinatura e de elementos biografizantes** diz respeito ao fato de o editorial de jornal não vir assinado por nenhum autor individual e conseqüentemente não apresentar pé biográfico. A ausência de assinatura deve estar aliada ao lócus em que o editorial é veiculado para que possa ser reconhecido como tal, geralmente nas primeiras páginas do jornal.

O fato de não ser assinado, como já sabemos, foi uma característica que se estabeleceu historicamente, tanto que, no levantamento que fizemos, encontramos textos que revelavam a autoria. Já no primeiro editorial que coletamos, de 1832, logo após a última linha do texto, consta a informação “Do Redactor” entre parênteses (cf. n19s19f1/001); em outros dois, de uma mesma edição do jornal *A Verdade*, de 1891, mais de meio século depois, encontramos o mesmo tipo de identificação (cf. n33s19f3/039 e n33s19f3/040). Neste ano ainda, no jornal, *O Norte*, Justiniano de Serpa, um dos redatores, bastante atuante em seu tempo, encerrou o texto registrando seu nome de forma abreviada (J. de Serpa), como mostra a carta nº 041 (n0819f3/041), e, no jornal *A Ordem*, o redator

³⁷ Expressão que designa a parte final de um texto em que são fornecidas ao leitor informações sobre o autor ou articulista, quando este não pertence à equipe do jornal.

³⁸ Cf. versão eletrônica disponível em:

<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090304/not_imp332982,0.php0>.

limitou-se a escrever “E.”³⁹ (n05s19f3/044). No ano de 1921, em *O Clarim*, “órgão dedicado aos interesses de Barbalha”, interior do estado, encontramos a abreviatura do nome do tipógrafo e redator do jornal – “J. DUARTE” (cf.n04s20f1/056). Todos esses dados nos mostram que, no Ceará, pelo menos no interior, essa prática se estendeu até as duas primeiras décadas do século XX, o que fez com que a ausência de assinatura só se consolidasse depois do primeiro quartel do século XX.

iv) O **uso da variedade padrão da língua** assegura que encontremos no editorial formas e estruturas linguísticas da modalidade padrão, bem como a ausência de “marcas linguísticas, traços culturais, psicológicos ou sociais que possam remeter para algum traço identitário dos redatores” (ALVES FILHO, 2006, p.86).

Muitos são os exemplos que podem ser encontrados no *corpus* para atestar esse aspecto caracterizador da autoria institucional. O que salientamos, no entanto, é que preferimos trabalhar com o conceito de variedade culta, para que não possamos pressupor que nos editoriais encontraríamos a norma padrão⁴⁰. Todos sabemos que, mesmo em jornais de grande circulação, é comum encontrarmos formas que, embora se distanciem das prescrições gramaticais associadas à norma padrão, são amplamente empregadas por indivíduos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da sociedade, isto é, os indivíduos considerados cultos, entre eles os editorialistas. Dentre os vários exemplos que podemos citar em que o redator não segue a norma padrão, destacamos dois, reproduzidos a seguir.

³⁹ Não tivemos condições de saber se se trata da abreviatura da palavra “editor” ou do nome de algum possível redator, pois, nem os registros da Biblioteca Nacional e os da Biblioteca Pública do Ceará, nem o trabalho historiográfico do professor Geraldo Nobre (1974) nos ajudaram a chegar a uma conclusão. A informação precisa que temos é fornecida pelas bibliotecas, segundo as quais o diretor e redator responsável (até 1903) era José Vicente Franca Cavalcante. Por outro lado, independentemente de saber a que(m) se refere essa abreviatura, o fato relevante é que, como nos outros textos dados como exemplo, não era raro encontrar inicial como indício de uma possível assinatura nos editoriais.

⁴⁰ Norma padrão refere-se à língua, de tradição lusitanizante, usada como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; variedade(s) culta(s) diz respeito aos usos reais da língua por parte dos usuários dos segmentos socialmente favorecidos, isto é, aqueles que têm mais familiaridade com a modalidade escrita. A propósito dessa distinção, cf. Bagno (2000); Almeida e Zavam (2004).

(78)

[...] Dizendo melhor: a política salarial somente admite a “livre negociação” **a nível de** entendimento entre técnicos, especialistas e empresários, ficando para as categorias organizadas — metalúrgicos, elétricos e outras — o recurso à greve, um direito pendente de regulamentação [...] (n2735s20f3/099)

(79)

[...] O uso da carta-bomba, o emprego do carro-bomba por controle remoto e a adesão de fanáticos às ações em que imolam suas próprias vidas, para destruição de seus semelhantes, se transformaram em armas banalizadas no dia-a-dia. Pela fé cega na qual **acreditam** ou pela ideologia política que **defendem, o terrorista** nega o humanismo e a civilização. [...] (n7020s21f1/106)

Nos exemplos citados por Alves Filho para ilustrar esse aspecto, também identificamos um caso do que se aceita como variedade culta, sem que encontre abrigo nos preceitos gramaticais, como vemos a seguir:

(80)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) **está preocupado que** o Brasil não controle seus gastos em ano eleitoral. **A dúvida foi colocada ao ministro** da Fazenda, Guido Mantega, anteontem, em Washington. (*O Dia*, 25 abr. 2006 – ALVES FILHO, 2006, p.86)

Como podemos perceber, a esfera de onde o redator enuncia (jornalística) e o papel que desempenha (editorialista) induziriam o interlocutor não só a tomar como verdade o que é dito, como também a aceitar, como modelo a ser seguido, a variedade linguística exibida nos textos, ainda que nem sempre a forma empregada esteja de acordo com as regras rígidas impostas pela gramática normativa.

v) A **interação entre uma instituição e indivíduos leitores** se estabelece nos editoriais sem deixar marcas na materialidade textual. Dessa forma, “o leitor se apresenta nos editoriais como uma posição axiológica presumida pelo editorial, mas não como uma instância de diálogo direta” (ALVES FILHO, 2006, p. 87).

Em vários exemplos de nosso *corpus*, pudemos, de fato, constatar que “a figura do leitor não é trazida para a materialidade do texto, sendo apenas presumida” (ALVES FILHO, 2006, p.87). No entanto, acreditamos que essa afirmação esteja estreitamente relacionada aos textos analisados por Alves Filho, nos quais o pesquisador constatou o emprego recorrente da terceira pessoa do singular. Em nosso *corpus*, encontramos, por

outro lado, vários exemplos em que o editorialista dialoga diretamente com o leitor, deixando marcas na superfície textual, desde uma época mais distante (1954 e 1972), como mostram os exemplos a seguir, até datas mais próximas dos nossos dias, como vemos nos dois exemplos subsequentes, respectivamente de 1980 e 2000.

(81)

[...] Enquanto não chega a vez de votarmos no presi- | dente da República, procuremos votar com consciência (sic) | para governador do Estado, para governador da cidade em que moramos, para representantes do povo no Le- | gislativo. || **Atentai, cearenses**, para o nome de Paulo Sarasate⁴¹. || Tudo indica que êle fará um grande governo. (n8200s20f2/072)

(82)

[...] Que campanha | será esta, porém, em que o que se coloca | em questão não é propriamente a capaci- | dade de cada candidato para, se eleito, le- | var a comunidade aos destinos que mere- | ce, de integrar municípios e regiões no tra- | balho comum pelo desenvolvimento, mas, | sim, a sua capacidade de inserir-se num | mundo de fofocas, de intrigas, de disse- | que-disse comadresco? **Por favor retirem | a campanha desse plano.** [...] (n13819s20f3/087)

(83)

[...] **Nós brasileiros** somos extremamente | passionais, inclinados a dramatizar | acontecimentos que, noutras nações, | constituem fatos normais, com os quais se tem | de contar, quando se pretende viver sob um | regime democrático, onde é inevitável o | choque de opiniões que caracteriza | exatamente a convivência pacífica dos | contrários. [...] (n4259s20f3/095)

(84)

[...] Os medicamentos bási- | cos precisam ficar sob o controle direto do | Estado, inclusive para dar meios de nego- | ciação ao governo frente aos monopólios | estrangeiros. Sem essa margem mínima | para manobrar **assistiremos** cada vez mais | à desmoralização imposta pelos laborató- | rios aos centros de poder nacional. (n24765s20f3/104)

Ressaltamos, ainda, o fato de, no texto de 1972 (exemplo 82), o editorialista ter feito uso da terceira pessoa do singular e, ainda assim, dirigir-se diretamente a seu interlocutor, no caso, os candidatos à eleição.

De acordo com o que mostram os resultados, o leitor nem sempre é só uma “posição axiológica” (ALVES FILHO, 2006, p. 87) assumida pelo editorial, muitas vezes as marcas da interpelação estão presentes no cotexto. Essa estratégia – buscar adesão do leitor pela interpelação imediata – também se presta à intenção apontada por Alves Filho em

⁴¹ Paulo Sarasate, à época, era diretor do jornal *O Povo* e candidato, vitorioso, ao governo do estado.

relação à falta de diálogo direto entre instituição e indivíduos-leitores, qual seja, fazer com que o interlocutor “aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal” (2006, p. 87). Queremos dizer com isso que mesmo que o editorial traga para a sua materialidade textual a figura do leitor ainda há, e a nosso ver mais acentuadamente, a intenção de levá-lo a alinhar-se ao posicionamento da instituição.

Por outro lado, podemos pressupor, ainda com base nos dados levantados, que, se no editorial a interação entre a instituição e indivíduo-leitor somente se desse sem que a figura do leitor fosse levada para a materialidade do texto, como propõe Alves Filho, esse aspecto ter-se-ia revelado caracterizador só muito recentemente.

vi) A **busca de cobrança por uma coerência enunciativa** diz respeito ao fato de os leitores esperarem da instituição jornalística a manutenção de seus posicionamentos. É justamente essa coerência nas posições enunciativas que vai permitir ao leitor o enquadre ideológico da instituição. Um exemplo claro da expectativa que o leitor cria em relação à imagem que faz da instituição jornalística e conseqüentemente do estranhamento que causa uma possível ruptura nessa coerência é a cobrança que um leitor faz diante de um editorial cujas posições enunciativas não reconhece como sendo do jornal, ao qual nos referimos anteriormente quando tratamos da institucionalização (cf. Anexo G).

vii) O **ineditismo textual** resulta do fato de um exemplar de editorial “ser publicado uma única vez e em um único jornal” (ALVES FILHO, 2006, p. 87). Disso não temos dúvida quando nos referimos a editoriais de uma época mais recente. De fato, “como tendência geral de funcionamento” (p. 87), um editorial não é enviado a outros jornais, como acontece com a notícia e o artigo de opinião, por exemplo. No entanto, se lançarmos nosso olhar para uma época mais distante, vamos encontrar um mesmo editorial de jornal, por exemplo, *A Constituição*, de 11 de fevereiro de 1866 (n29s19f2/019), sendo novamente publicado em edições posteriores, dos dias 22 e 24 de fevereiro do mesmo ano.

O editorial denunciava o fato de um parente de um senador ocupar dois cargos públicos simultaneamente (professor e oficial da secretaria do governo). Vale ressaltar que esta prerrogativa fora negada ao fundador e redator do jornal *Araripe*, João Brígido, que militava, assim como o jornal *A Constituição*, pelo partido *Conservador*. Com motivos para atacar o partido opositor – *Liberal* –, que desrespeitou “o preceito de que a lei he igual para todos e não faça excepção alguma em favor dos parentes de senadores”, o jornal, querendo assegurar que a denúncia se tornaria pública⁴², reeditou seu editorial 11 dias depois. Prosseguindo com a crítica, na edição do dia 24 (terceira vez em que o texto era reproduzido), o jornal fez constar na primeira página, a mesma do editorial, na seção “Noticiário”, sob o título “Mais Privilégios da Olygarchia”, a notícia de que “um outro olygarca proximo parente [...] de novo se prescinde das leis” e também acumula cargos no governo para seguir denunciando “o pai de todo esse filhotismo que constitue na provincia o exclusivismo da epocha”. Motivações e circunstâncias à parte, o fato é que não podemos afirmar que o ineditismo constituía característica do editorial no século XIX.

Dos aspectos apresentados, embora, no que se refere ao predomínio da terceira pessoa do singular e à interação com o leitor, nossos dados tenham apontado resultados diferentes, não podemos deixar de admitir, com Alves Filho (2006), que “a autoria tem uma função enunciativa essencial para o funcionamento e circulação dos gêneros” (p.77) e que, no editorial, essa função é institucionalizada.

Além dessa categoria constitutiva do editorial – a autoria institucional –, há outros elementos, ainda mais presos à materialidade textual, que também contribuem para a sua constituição e circulação. Vamos falar agora da configuração do gênero no suporte físico, particularmente da diagramação do editorial no jornal.

⁴² Devemos lembrar as limitações, próprias da época, que os jornais enfrentavam para fazer chegar cada edição às mãos dos leitores.

4.1.2.3 Forma: a configuração grafoespacial e sua semiotização

O editorial de jornal, atualmente, é um gênero de topografia bastante regular, uma vez que tem lugar determinado para a sua ancoragem – uma coluna à esquerda ou ao centro em uma das páginas iniciais do 1º caderno. Aliados à topografia, outros elementos contribuem para a composição do discurso gráfico⁴³ do editorial, isto é, para a sua diagramação na página impressa.

A diagramação, segundo Silva (1985), diz respeito à atividade de coordenar a disposição de todos os elementos (títulos, textos, fotografias, anúncios etc.) que integram cada página impressa, com o objetivo de facilitar a legibilidade do texto e persuadir o leitor. As técnicas de diagramação tão evoluídas de que a imprensa pode lançar mão nos nossos dias são, evidentemente, bastante diferentes das que podemos observar nos jornais de épocas passadas. O discurso gráfico de então atendia aos propósitos da imprensa panfletária e partidária e às precárias condições de impressão de uma época em que o jornal existia basicamente para que integrantes de grupos oligárquicos tivessem um espaço de divulgação e defesa de seus interesses. Muitas dessas condições eram bastante adversas, como mostrou Sodré (1999, p. 226), ao descrever uma tipografia adquirida, em 1875, por um desses grupos que, com a aquisição, ensaiava os primeiros passos da mercantilização da imprensa⁴⁴ no País:

A oficina era um “compartimento de chão batido, com portas para o quintal. Alguns cavaletes com caixas de tipos, a mesa da paginação coberta de zinco e um prelo *Alauzet* movido a braços por negros forros recrutados ali perto [...] A composição era feita à luz de sebo, metidas em cartuchos de papel e espetadas na parte de cima das caixas. “Na hora de imprimir,

⁴³ Discurso gráfico, segundo Prado (apud SILVA, 1985, p. 39), “é um conjunto de elementos visuais de um jornal, revista, livro ou tudo que é impresso. Como discurso, ele possui a qualidade de ser significável; [...] O discurso gráfico tem como objetivo ordenar nossa percepção. É ele que nos dá o fio da leitura [...] é fundamentalmente subliminar”.

⁴⁴ Data dessa época o nascimento de uma imprensa que passa a viver de anúncios e de assinaturas.

Euclides Saturnino Siqueira ia bater à porta do gerente, que lhe entregava outras duas velas de sebo, para alumiar a tiragem”⁴⁵.

Essas condições, embora pouco favoráveis, não impediam que diversas folhas circulassem nem que redatores (e tipógrafos) levassem a termo a opinião que queriam manifestar, a despeito de toda sorte de limitação que a atividade de impressão enfrentava naquela época. Até a primeira fase do século XX, a grande maioria dos jornais tinha 4 páginas. Pelo exame de jornais desse período, podemos pressupor que cada um procurava adotar uma estrutura gráfica padrão de forma que o jornal, na medida do possível, pudesse ser identificado por seu estilo de apresentação visual (como acontece ainda hoje). Atendendo a essa padronização gráfica, o jornal *O Cearense*, nosso exemplo a seguir, recorria ao logotipo e à divisão das páginas em 3 colunas, separadas por fio⁴⁶, e assim investia na sua identidade visual.

⁴⁵ Convém lembrar que o uso corrente da eletricidade no Brasil somente aconteceu, assim como na Europa e nos EUA, em 1879, logo após a invenção do dínamo e da lâmpada elétrica.

⁴⁶ O uso do fio separando as colunas foi empregado pelos jornais até 1958, quando o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, lançando um novo projeto gráfico, reestruturou os conceitos e padrões visuais durante muito tempo adotados na imprensa brasileira e aboliu esse recurso (cf. SILVA, 1985, p. 51).

Logotipo

O CEARENSE.

publica-se em folhas e quintas feiras; e quando as circunstancias exigirem será extraordinariamente: subscrevem-se precorridamente à 120, pela por ano, paga adiantada, vendem-se no escritório da redacção, rua d'Amélia n. 14, todos os recibos communicados e correspondências, por preço moderado, tendo de interesse particular, devendo ser remittidos em carta fechada: os annuncios pagarão ao réis por linha.

N.º 91. — ANNO DE 1847. | SEGUNDA FEIRA 11 DE OUTUBRO | TYP. DE F. L. DE VASCONCELLOS.

Fio

EDITAES.

O major Antonio Lauriano Ribeiro, juiz de paz mais votado da capital da Ceará & Faz saber, que tendo de proceder no dia 1.º Domingo de novembro p. futuro a eleição de eleitores, que têm de elegir os deputados geracs a proxima legislatura, convita aos senhores eleitores e suppletes abaixo declarados para comparecerem as nove horas do dia referido na Igreja Matriz desta parochia, a fim de cumprir-se o disposto no art. 41 da lei n.º 387 de 19 de agosto de 1846, e por esta mesma occasião convida aos votantes de toda a parochia para que compareçam no mesmo lugar, no dia, e horas mencionadas, a fim de darem seus votos para a eleição sobredita.

ELEITORES.

Exm. Ignacio Correa de Vasconcellos, Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, Dr. José Fernandes Barros, Manoel José de Albuquerque, dr. Frederico Augusto Pamplona, Joaquim José Barboza, dr. Joaquim José da Cruz Secco, José Gerazio de Amurim Garcia, Augusto Carlos de Amurim Garcia, Manoel José de Vasconcellos, José Joaquim da Silva Braga, Antonio Lauriano Ribeiro, Francisco José de Mattos, José Franklin de Lima, Joaquim da Fonseca Soares e Silva, Thomaz Lourenço da Silva Castro, Joaquim José Barbosa Junior, José Mendes da Cruz Guimarães Junior, Ignacio Ferreira Gomes, Manoel Joaquim de Oliveira, Manoel Lourenço da Silva, Joaquim Lourenço de Castro e Silva, dr. Thomaz Pompeo de Souza Brasil, Joaquim de Macedo Pimentel, Mathias José Pacheco, José Casiano Biezerra de Menezes, Manoel Delemano Paes, Affonso José de Albuquerque, padre Antonio de Castro Silva, padre José Ferreira Lima Suenpira, Antonio Telles de Menezes, Joa da Guerra Passos, Antonio Eloy da Costa, Antonio Barroso de Souza, Manoel Rufino de Oliveira Jambana, José Ferreira Gomes de Miranda, Francisco Xavier de Araujo Muzalo, Antonio Belarmino Biezerra de Menezes, João Zeferino de Hollanda Cavalcante, Vicente Ferreira Mendes Pereira, José Sabino de Oliveira, Niltones Cicero de Alencar Araripe, padre Alexandre Francisco Geriselon Verdadeira, Antonio Filipe de Vasconcellos, Joaquim da Silva Santiago, Francisco Xavier Torres, Candido José Pamplona, Francisco Fideles Barroso, Manoel Cavalcante de Albuquerque, Manoel Nunes de Mello, Simão Barbosa Cardello, Miguel Antonio da Rocha Lima Senier, de Pedro Pereira da Silva Guimarães, Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigão, dr. Joa-

quim Saldanha Marinho, Manoel Alves de Carvalho, José Maria Eustaquio Vieira, José Raymundo Pessoa.

SUPPLETES.

Joaquim Francisco dos Santos, Antonio Favela de Sousa Prata, José Pimenta de Aguiar, José Antonio de Moura Cavalcante, Candido José Barreto, Leocadio da Costa Weyne, José Manoel Cavalcante, Raymundo Francisco da Costa Tavares, José Baptista de Castro e Silva, João Gomes Brasil, dr. Liberato de Castro Ferreira, José de Castro Barboza, Antonio Rodrigues Ferreira, Luiz Rodrigues Samico, José Barroso de Carvalho, José Antonio Machado, Antonio Garcia de Azevedo, dr. José Carlos Pereira Hblapina, padre Antonio Nogueira de Bravenç, José Pio Machau, Antonio Caetano de Azevedo, Ant. Gonçalves da Justa, Ant. Nogueira de Hollanda Lima, dr. Miguel Fernandes Vieira, José Xavier de Castro e Silva, Fidercino Mendes Pereira, Antonio de Oliveira Maciel, Joaquim da Rocha Moreira Pedro José Fiuza Lima, José Zeferino Ribeiro, José Zeferino Pessoa, José Maximiano Barroso, Manoel Caetano Greço, Luiz Francisco Sampaio e Silva, Ignacio Pinto de Almeida e Castro, Manoel Eugenio de Sousa, Angelo Rodrigues Samico, Manoel Franklin do Amaral, Francisco Luis de Vasconcellos, Ignacio José de Araujo Prata, Joaquim Ferreira Braga, José de Paula Ferreira Campa, Manoel Biezerra de Albuquerque, José da Rocha Motta, Joaquim Cesar de Mello Padilha, Manoel Mendes da Cruz Guimarães, Manoel de Pontes Franco Junior, Luiz Antonio da Silva Vianna Junior, padre Vicente da Rocha Motta, Ignacio Joaquim Guedes, Francisco Esteves de Almeida, Pedro Barroso Spínosa, Zaccarias Vieira da Costa, Joaquim Antunes de Oliveira, Francisco Xavier de Castro Silva, Joaquim Teixeira Leite, João José de Saldanha Marinho, José Baptista da Guerra Machado, Jorge Gomes Brasil, José Dias Macielra.

—O Ilm. Sr. inspector da thesouraria de fazenda desta provincia manda convidar aos srs. João Christostomo de Oliveira, Bento Ferreira Marques Brasil, Joaquim Lopes Raimundo, Domingos José Pinto Braga, Manoel Alexandre da Costa, José Archango Figueira de Mello, Elias Martins de Sá, Antonio de Lima Pires, e outros quaisquer credores do estado por dividas de exercicio finico, para comparecerem nesta thesouraria com seus titulos de divida, a fim de que tenha lugar a nova liquidação como despie a circular de 6 de Agosto deste anno.

Secretaria da thesouraria da Ceará em 6 de Outubro de 1847.

O official Maior,
Luiz Francisco S. Paio e Silva.

As eleições.

No Brasil foi sempre fatal, e de despropósitos, e locuras a epocha das eleições. As perseguições, e a immoralidade surgida então, e apresentava-se contrastando o coração do homem sizoado, do homem honrado, que pressava sua patria, e via como agentes de tantas iniquidades os entes mais ignobes, e desprevistos, e senhores do campo eleitoral conquistado pelo seu espirito desordenado, e turbulento. O cidadão honesto deixava o lugar, onde em vez de exercer um sacrosanto ministerio, ia mesclar-se com a turba d'esses homens depravados cobertos de indignidades.

Quantas vezes não vimos nós conspurcado o lugar sancio onde a lei mandava-nos exercer tão importante, e soberano direito? A lei escutando as frequencias queria sem duvida dar ao acto um caracter mais de sanctidade, e magestade; porem delatou porque ellas se tornavam nesses dias usiagos uma praça de gladiadores, onde a nada se attendia, nem respeitava, praticando-se toda a casta de violencias, e indignidades. Os mais audezes, e turbulentos animados por promessas, e esperanças não poupavam insidias contra os cidadãos pacificos, que não conscienciosamente desvotar o seu voto; estes muitas vezes voltavam atordados antes de o haverem dado. Jamais a urna assim apresentou o resultado verdadeiro da opinião publica; antes nos mostrava, que a victoria era tamposamente dos turbulentos, e ousados, que se apoderavam da meza. Deixemos porem essas lutuosas scenas de dor, com que a patria compungida já desesperava de si, e não encontrava recursos.

Mil graças porem agora reandamos a politica dominante, que nos deitou com a actual lei regulamentar de eleições, que veio pôr termo a tantos despropósitos, e locuras, e deixando as passadas atrocidades dizamos como aqui n'esta capital foram feitas as eleições nos dias 3, 4, 5, e 6 do corrente, e cujo resultado ainda ignoramos.

Ninguem pode negar, que com muita igualdade se baterão os partidos na presente eleição, e que plena liberdade houve para todos. O campo eleitoral esteve aberto, e franco, e os dois partidos, que lutarão, não se podem com razão queixar da falta de liberdade. A opposição, a verdade, pensando que é dever seu gritar contra tudo, exaggerar as cousas mais pequeninas, e promover as mais innocentes, não deixa de bravar contra a opposição, que nunca existiu, e que ella sabe muito bem, que não appareceu. Mas deixe a opposição o seu rancor, e vrra, que as armas, com que lutamos não iguaes. Não desfigure os factos, confes-

Editorial

Figura 10 – Primeira página do jornal *O Cearense*, de 11 de outubro de 1847

O arranjo gráfico adotado nem sempre era fielmente seguido como mostra a primeira página do jornal *O Cearense*, de 15 de março de 1856, a seguir.

caso, a prática de deslocar um texto (gênero) no jornal ainda é comum nos nossos dias, quando, mesmo que muito eventualmente, um editorial deixa de ocupar o lócus que lhe é habitual para figurar em outro espaço, como admite o já citado Manual de Redação da Folha de São Paulo, ao afirmar que “os editoriais são publicados na segunda página do jornal e, em casos excepcionais, na primeira”⁴⁷.

Anno X. Sexta-feira 4 de Abril de 1856. N. 915.

O CEARENSE.

<p>Condições da assignatura.</p> <p>Por anno . . . 8,000 " 6 meses . . . 4,000 " 3 " . . . 2,000 Pagos adiantados.</p> <p>Annuncios e correspondencias e qual quer publicação particular paga 60 rs. por linha em assignaturas tem a tiragem gratis uma vez por mez.</p>	<p>O CEARENSE é destinado a sustentar as idéas do partido liberal; e só toma a responsabilidade dos artigos da redação devendo todos os mezes, para serem publicados vir competentemente legalizados.</p> <p>Publica-se ás terças e sextas feiras.</p>	<p>Partidas das correios.</p> <p>Estimada Cantidde que se dá Quarterly no Maranhão Inhamatua Inhamatua Sabad Accraço 100. Villa Rica, Granja á 15 e 17 de cada mes</p> <p>Aquillas Casavel Aracati Perceiro Feb. Felha Lavras Caxoeira e Marthas Maranhão Maranhão Crato. Jaramim á 10 e 15 de cada mes</p>
--	--	--

CEARA:—TYPOGRAPHIA BRAZILEIRA DE PAIVA E COMPANHIA—RUA D'ANIELLA CAZA N.º 60.

O CEARENSE.

Vapor do sul.

No dia 4 e 6 da manhã entrou das portas do sul o vapor *Tacoutina* com duas que alçado do Rio até 25, falia até 29 do passado de Pernambuco até 1, e da Paraíba até 2 do corrente.

Recemos os seguintes jornais:

Rio de Janeiro.—*Diário, C. Mercantil, Glos Nacional, e Patria.*

Esperito Santo.—*Correio da Victoria.*

Bahia.—*Jornal do Bahia, e Gaucari.*

Paraná.—*Diário, Liberal, Echo, e Paiz.*

Parahyba.—*Commercial e Epocha.*

Noticias

Rio da Praia.—Nada de interesse em Buenos Ayres.

—O Paraguay se prepara pelo rio, e por terra para a guerra que espera com o Brasil.

—Em Montevideo foi eleito D. Gabriel Antonio Pereira para presidente.

—O novo ministro Abaetic' ainda não tinha regressado, e nem mostrava pecaia.

Rio grande do Sul.—Nio havia novidade S. Catharina.—Tambem não havia noticia de interesse.

Paraná.—O sr. Pires da Motta tinha esbarreado para sua decisão.

S. Paulo.—O cholera não tinha chegado á capital, tinha apenas apparecido em algumas villas do norte, porém benignamente.

Minao.—O cholera não tinha feito progresso.

Rio de Janeiro.—Nada de novo occorria na politica.

—O cholera continuava a extinguir-se na este, e provincia.

Namoradoa.—Chefe de policia do Rio grande do sul o dr. Antonio Thomaz Gadoy, que era chefe de policia do Espirito Santo, e para o Espirito Santo o dr. Tristão de Alencar Arraripé.

—Jures de divórcio.—de Bragança o dr. Felipe Ruyter de Souza Lisboa, de Joazeiro o dr. João Salome Queiroz; de S. Basílio Antonio Gomes Villares; de Pastos-bons Adriano Manoel Soares; de Selhores F. Felipe Alves de Carvalho de Calahá Daniel Luiz Roza. Desta vez só se viu O que admira e que não morrendo nem um juiz de direito, como ha tanta cunha para de sua vez despatcharem casamentos de jures! Se factura de jures importasse abundancia de justiça, o Brasil seria o paiz mais justo do mundo.

—Jures Municipaes—de Alcantara Fernando Maranhens da Costa; da Cavieira Trasilho da Rocha Passos; de Alagretre Silvino Elvino Correira da Cunha, de Coritiba Luis Lopes Costello Branco; de Sorocaba João Luciano da Costa Ferreira; da Parahyba do Sul Verginio Henrique da Costa; da Barra Nova José de Lima Nohre; do Crato Sebastiao Goncalves da Silva; de Pastos-bons Mathias Antonio da Franca Moroto; de Guamarães Francisco Hygino James Viciro de Mello. Desta vez só 9.

Remoções.—O juiz de direito João Paulo Monteiro de Andrade de Pastos-bons (Maranhão) para Matto grande (Alagoas)—João Innocencio de Campos de Joazeiro para Parahyba, juiz municipal do Benjamin Franklin Torreal da Parahyba do Sul para e Rio em Pernambuco.

—Recondução no lugar de juiz municipal da cidade da Fortaleza o dr. Vazilho Alves de Paula Pessoa.

—Demissão, e pedido, o juiz municipal da Cavieira o dr. José José de Oliveira Jaqueira.

Sergipe.—Esta provincia emfim estava livre do cholera. Tinha desaparecido em toda ella depois de horriveis estragos.

Alagoas.—Na capital se dava por extinto, e por quasi todos os povoados; mas ainda havia estragos consideraveis pelos montes, e engenhos que tem sido devastados.

Dia o correspondente do Diario, que das 3 cidades, 17 villas e 50 povoados de Alagoas não só não estragos ao flagello? Depois disso está agora assomada os engenhos, e habitações isoladas do castrado, campos, matas e praias.

—O presidente de Alagoas mandava neste vapor 600 arrobas de arroz para a Parahyba e Ceara, assim como porção de bosta.

Dois melhores habéis daquelle provincia, que traxido do cholera em varios pontos os Drs. Viciro e Cunha Mattos deixo vir neste vapor prestar seus serviços nesta provincia.

Pernambuco.—O cholera tem declinado sensivelmente no Recife, e a mortalidade estava reduzida á 20 pessoas, assim como em toda provincia.

—Tinha fallecido o nosso amigo o reverendo conego Bernardo de Sousa Bandeira, professor de pedagogia no Seminario Deus trêta a sua alma na gloria, e só se agarrava a sua familia, em cujo pesar acunhamos.

—Continuava a luta do *Liberal* com o *Paiz* do Sr. José Bello, que se vingava das encorras que se lhe fôra, mandando in saltar ao redactor do *Liberal*.

—O redactor do *Echo* era tambem victima do presidente, que, segundo diz o *Journal*, o tinha mandado processar e prender; pelo que vio seu redactor obrigado a occultar se. Bem faz o *Paiz* em comparar o Sr. José Bento ao marquez de Pombal, posto que sómente na propozico ao arbitrio e violencia.

Parahyba.—O cholera derricou a capital, onde a mortalidade que tinha chegado á 50 por dia, tinha decido a 16, e 20 até o dia 31 de março tinham morrido do cholera na capital 993 pessoas.

Na cidade de Aracá a mortalidade tinha chegado á 50, mas ja estava á 32 na ultima data.

—Em Alagoas-nova ja tinham feito 309 victimas.

—Morreo no Piler o dr. José Maria da Silva, na Alagoas-nova o tenente coronel José Luis, e na cidade de Aracá o romaneante superior Manoel Martins Casado.

—Tinha tambem fallecido o mais rico proprietario da Parahyba, senhor de senado de Tibiri Manoel Maria Carneiro da Cunha.

Rio grande do Norte.—O cholera tinha penetrado, e feito consideraveis estragos em varios pontos, principalmente em Guamaré, Nova Cruz, Maranhão, e Foz de Iguaçu. De uma carta que temos a vista consta que em Maranhão, 7 legoas de Torres, tem morrido 60 pessoas, e mais de 200 tinham escapado da molestia até 28 de março.

—No villa de ciosa á 2 legoas ao norte de Torres tem ja feito bastantes victimas.

—Na Serra de S. Bento tem atacado varias pessoas, porém benignamente, mas em Lavras pelo rio tem varias pessoas tem morrido. Em Nova Cruz morrerio varias pessoas principalmente estranhos, chegando o numero á 70 pessoas. Em Villa Flor tem morrido varias pessoas, entre estas o sr. Arca Yurde, e o dr. Amaro ficava muito mal.

Colunas verticais

Editorial

Figura 12 – Primeira página do jornal *O Cearense*, de 04 de abril de 1856

Mesmo diante dessa variação no arranjo gráfico, a identidade de *O Cearense* estava preservada: mantinham-se, em todas as edições, o logotipo, a divisão em 3 colunas e

⁴⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_e.htm>.

o editorial, o texto que motivava a produção e circulação do jornal. O discurso gráfico continuava, assim, a sustentar-lhe os propósitos.

Cada jornal adotava um arranjo gráfico próprio. Em um mesmo período, encontramos jornais cujas páginas eram divididas em 2, 3, 4 ou 5 colunas, a depender da proposta de seus tipógrafos ou proprietários. O editorial, independentemente da padronização gráfica, costumava figurar na primeira página, como mostram os exemplos a seguir.

O RETIRANTE.

ORGAN DAS VICTIMAS DA SECCA

PUBLICAÇÕES E ANNUNCIOS: GRATIS. PUBLICA-SE AOS DOMINGOS.

Arquivo Publico
Biblioteca
P. de S. Paulo
C. de S. Paulo
C. de S. Paulo

Anno 1. Fortaleza — Domingo, 1.º de Julho de 1877. Nº 2

O RETIRANTE.

FORTALEZA, 1.º DE JULHO DE 1877.

Contempla-nos pastmo o seculo XIX e o pre-
cito anno de 1877.
Lentamente trucidada-nos n'um horrivel cortejo
de angustias.
Já não é uma illusão a secca n'esta desditosa
provincia.
A ampolheta poluidora dos seculos acaba de
recolher seis mezes d'esta era, para as dobras de
um sombrio passado.
Tristes e afflictivas são as noticias, que nos
trazem do centro todos os peregrinos, que, anhe-
lamente, de nós se approximam.
Coitados, trazem nos tropeços e avidos pas-
sos, na pendida e amarellecida fronte, no incerto
e desvairado olhar, nas rötas vestes, que lhes
cingem o corpo, na face deprimida e livida—o
verdadeiro cunho da miseria e da fome.
—Sangue, que circulava nas veias e corava as
faces d'aquellas impregadas victimas, onde es-
taes? Para onde fugiste?
—Acaso seria absorvido pelos ardores d'este
sol tropical, que incendia o dorso d'esta parte
do Imperio?
Lindas e palidejadas creancinhas, o que fi-
zeste da vossa nativa alegria e do riso que ha
bem pouco tempo vos borbulhava nos labios car-
mizins?
Não vos ouvem os vagidos?
Que de vossos papaes, que vos não satisfazem
o pedido, que entre soluços lhe fazeis, de uma
migalha de pão?
Lamentam-se filhos enfermos, recordam-se
com saudade infinita filhos que a morte levou;
mas quando filhos choram de fome não ha con-
solação.
De um lado o sentido pranto da indigencia e
do outro lado os estertores da agonia.
Vacilam e fraquejam por toda a parte os nos-
sos desalentados, despretegidos e macerados ir-
mãos, sobre a terra firme, como o enjoado e neo-
phito passageiro, no tombadilho de um navio ar-
rebatado pelo furacão, n'um mar tempestuoso.
Como verdadeiros embriagados tombam, ca-
hem e morrem em aluvião nas estradas publicas,
sem encontrar um marco miliario para repouzar
por um instante sequer a cabeça transornada.

Os seus esquelitos corpos servem de alimento
aos vorazes abutres, que, fonebram atemor-
ridos baixam a terra e com elles se banquetem
da mesma forma, que os vermes sob as lages
companarias.
Humanos caritativos, alerta!
Não deixai perecer mais um só de vossos ir-
mãos á carencia de uma migalha.
Eguistas, phalanges de estultos fanaticos, mer-
cenarios e ricos inhumanos, saciai a vossa cobiça
com o crescido numero de victimas, já ceifadas
pela fome e pela abundancia de vossa ingenero-
sidade.
Reconcentrai-vos um pouco. Lembrai-vos,
que a grande niveladora do cemiterio—a morte
—respeitar-vos-ha tanto quanto ao infeliz prole-
tario, que se debate n'esta lugubre quadra, nas
convulsões da agonia, e sem achar quem deposi-
te um abulo na mão, que tremula se estende.
A dor é o tributo fatal da humanidade.
Para que riqueza além tumulto?
Agora nós, senhores do governo:
O que pretendes fazer do povo que de vosso
apoio necessita?
Quereis acaso deixal-o morrer á fome por
vossa, já não dizemos maldade, mas incuria e
inacção?
A iniciativa particular trabalha continua-
mente, é incançavel, haja visto os esforços da distinc-
ta directoria do Gabinete de Leitura.
E vós dormis por essa indifferença dos Crescos;
por essa immobillidade da mulher de Loth.
Pouco vos importa o soffrimento do povo,
d'esse inditoso povo que, em bons tempos, enche
com o producto do suor de sua fronte, os vossos
vorazes cofres.
Porque fazei-vos surdos aos gemidos angus-
tiosos e dilacerantes das victimas que se debatem
n'um leito de horrores?
Vampiros do suor do povo cumpri o vosso
dever.

O direito do povo.

I.

« Barbaros do norte, erguei-vos! »
Basta! agitado é o somno, porque de horro-
res são os sonhos do carcere. Levantai-vos!
O sol é ardente; o furacão atira para o ar as
vaciferações mirradas do deserto.

Editorial
(Parte I)

Figura 13 – Primeira página do jornal *O Retirante*, de 1º de julho de 1877

internas do jornal, havendo casos, como na edição de *O Cearense*, de 15 de novembro de 1846, em que chegou a figurar na última página, pois as anteriores foram ocupadas com outras seções (*Governo da Província* – notícias sobre o expediente governamental – e *Repertório de Leis* – publicação das últimas leis proclamadas). A mobilidade do editorial, neste caso, pode ser justificada pelo fato de *O Cearense*, órgão do partido que na época estava no poder (*Liberal*), ter dado prioridade aos atos do governo em detrimento de possíveis contendas, acalmadas pela favorável situação política de que desfrutava. Esse fato nos mostra que o grau de relevância do conteúdo seria, na época, um dos critérios do arranjo gráfico a ser adotado na edição do jornal.

A característica do jornalismo partidário de ter como interesse maior a utilização da imprensa como espaço de disputa política marcou a definição da topografia do editorial durante quase um século (de 1850 a 1940), levando-o a ser divulgado, não mais no interior do jornal, mas preferencialmente, na primeira página (cf. Apêndice B). Esse fato nos permite afirmar que a topografia do editorial está associada às circunstâncias históricas que envolvem a produção e circulação dessa tradição discursiva na esfera jornalística.

Como podemos constatar pela reprodução das páginas acima, a concepção de diagramação no século XIX se revela diferente nas primeiras décadas do século XX e muito mais ainda quando a comparamos com a concepção que norteia o trabalho dos diagramadores e editores⁴⁸ do último quartel do século XX aos nossos dias. Aos nossos olhos do século XXI, a suposta ausência na sistematização, a aparente desordem na composição gráfica, poderia dificultar a legibilidade dos textos. Por outro lado, ela nos dá pistas sobre o comportamento desse leitor do passado, que deveria estar habituado (ou pelo menos se habituaria) àquela segmentação (para nós inusitada), assim como sobre a concepção de diagramação dos tipógrafos e editores de então. A página reproduzida a seguir, da mesma edição do jornal *A Ordem* (Figura 13), traz um outro exemplo dessa perspectiva de configuração grafoespacial do século XIX.

⁴⁸ Desde o século XIX, quando surgiu, a designação *editor* estava associada à institucionalização de lugares no mercado editorial e à oficialização de práticas de publicação (cf. SALGADO, 2008, p. 84).

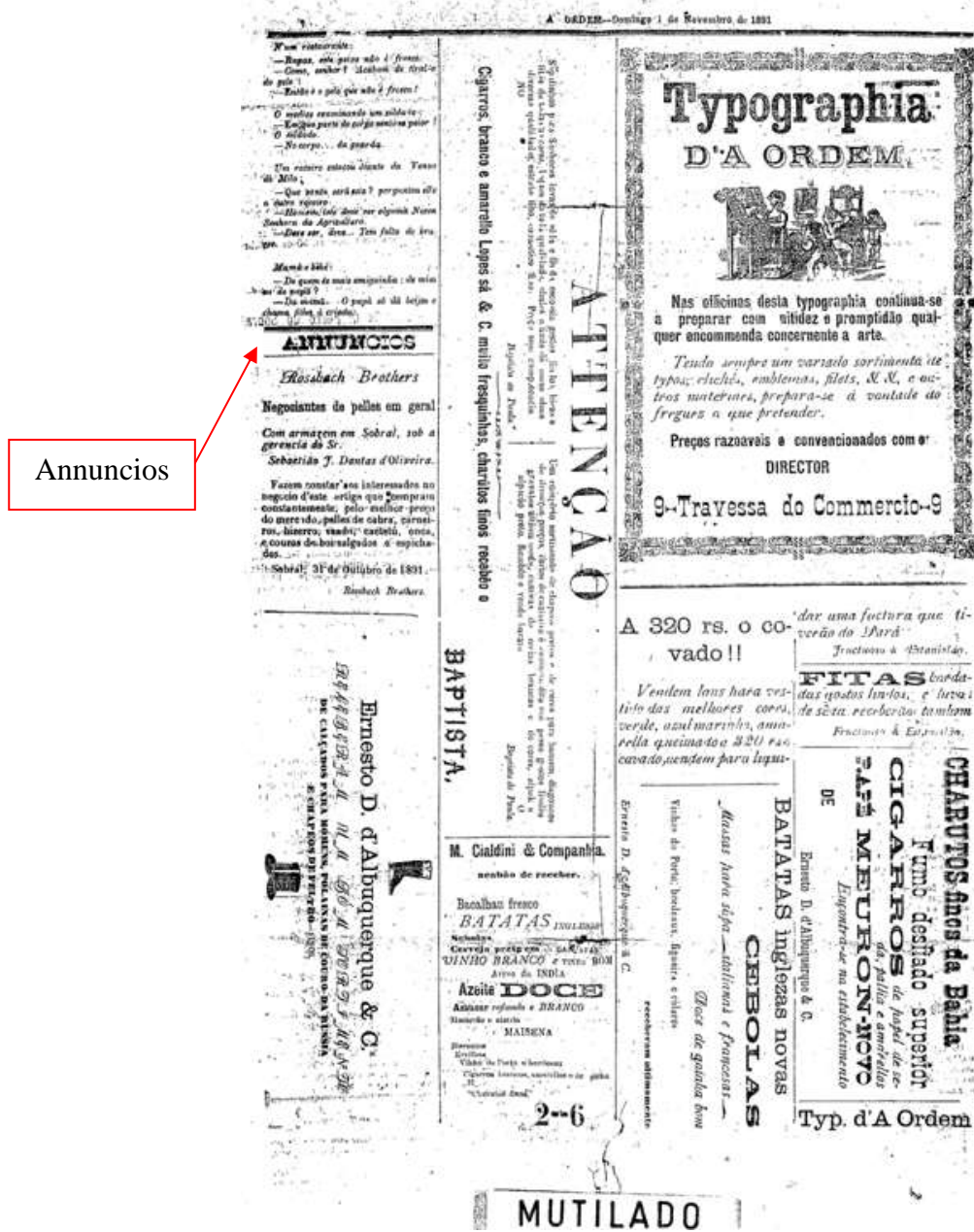


Figura 15 – Última página do jornal *A Ordem*, de 1º de novembro de 1891

Essa forma de dispor os textos sobre a página parece sugerir que os anúncios (numa época em que a imprensa ainda não era uma atividade empresarial) eram gêneros destinados às últimas páginas do jornal e deveriam ser publicados, não importava de que forma, naquela edição, conforme contratado pelo anunciante. Por outro lado, no que se refere ao editorial, a sua diagramação não estava sujeita a esse arranjo gráfico. Esse gênero textual atravessou dois séculos mantendo praticamente as mesmas características: um ou mais textos, dependendo do jornal e da edição, publicado(s) nas primeiras páginas do

jornal (salvo raras exceções, como na edição de *O Cearense*, de 15 de novembro de 1846, citada anteriormente), tomando uma ou mais colunas, conforme sua extensão, que variava de acordo com o conteúdo e o propósito do autor, submetido às condições históricas de seu tempo.

Esta estabilidade não impediu, entretanto, que, em relação a outros aspectos, o editorial fosse incorporando algumas modificações, justificadas pela transmutação inovadora interna, de que falamos no capítulo 2, conforme destacamos a seguir.

a) Título⁴⁹: elemento antes facultativo, o título tornou-se imprescindível a partir da última década do século XIX. Quase sempre destacado do texto por recurso tipográfico (em negrito, com fonte⁵⁰ maior que a do texto), aparecia recorrentemente centralizado, cumprindo a função de sinalizar para o conteúdo (tópico discursivo), além de despertar o interesse e induzir à leitura, características que perduram até hoje. Até o final do século XIX, costumava ter seu limite demarcado por ponto final, sinal que desaparece no século seguinte. Os exemplos seguintes ilustram a presença desse elemento que se tornou parte constitutiva do gênero editorial.

⁴⁹ Incluímos aqui o título para acentuar-lhe os aspectos gráficos, pois o concebemos preso ao conteúdo como salientamos no capítulo 3, ao definirmos nossa proposta metodológica, e na seção 4.2.1, ao analisarmos o tópico discursivo.

⁵⁰ O termo *fonte* é empregado para fazer referência a um alfabeto completo com letras maiúsculas e minúsculas, números e sinais de pontuação, todos com um mesmo tipo de desenho (SILVA, 1985, p. 72).

Editorial com título

1857 **Terça-feira 4 de Agosto** N.º 50

Questão jurídica-administrativa.

Pode S. Ex.^a o Sr. Presidente da provincia sancionar leis de uma assembleia faciosa, que contra o disposto no Art. 91 da lei de 3 de dezembro de 1841; Art. 293 do regulamento de 31 de Janeiro de 1842 e aviso de 8 de Agosto de 1846, tem em seu seio um membro intruso?

Pode o sr. Caminha ser nomeado em crime de calúnia estar com assento na Assembleia legislando para a provincia?

As palmatoadas da policia.

Com esta epigrafe publicou o — Cearense — de 31 de julho um artigo, em parte reparativo do esquecimento de não ter tratado a mais tempo dos buios, que o Sr. Abilio chefe de policia mandou dar em 4 pesos e livres no quartel da policia; e por desculpa do esquecimento diz, que elle não liga a esse facto a importancia que o doutor Pedro lhe deu na assembleia provincial; por que os buios foram dados em 2 criados menores, e que se foi indiscreto a orden do Sr. Abilio foi somente pela publicidade da execução.

O collega do—Cearense—está ainda hoje mal informado. O castigo das 16 dúzias do palmatoadas foi infligido em quatro individuos todos maiores de 18 annos, livres posto que, com proficaz de credos; conseqüente esta que não justifica a arbitrariedade, dissemos mesmo criminalidade do acto; pois que o código não auctorisa essa pena, embora por permissões como diz o collega.

O creado da casa da Sr.^a Antonia Pacheco, não

era domestico do Sr. Abilio, nem este o mandou castigar, por que lhe dicesse o paci-nle ser castivo, como se viu na assembleia, porque não consta que o Sr. Abilio antes de ordenar o castigo imponha a esta alternativa ou de ser recrutado, ou de xuxuxar os buios.

O illustrado redactor do—Cearense—pois deve convir-connosco, que semelhante acto praticado por quem está mais que ninguém na obrigação de respeitar os direitos dos cidadãos brasileiros ou seja maiores ou menores, he por demais attentistoso) das liberdades publicas.

O que na assembleia quis.ra. negar o facto recorrerá ao silencio, que o Cearense guardou a esse respeito; e foi então que o doutor Pedro disse que admirava esse silencio, talvez devido a saber do facto já ojeitos do publicado nos outros periodicos da capital.

O Reposteiro

Julho 28 — Os dignissimos veados deixarão de cumprir suas obrigações neste dia. Parece que está já muito fatigados com os trabalhos legislativos, e entretanto na a sessão em h. o. da provincia, que vaiu deves a r. o. O padre Piothod cobra, que retonava dar alguns apurtes que levava a sua dos lrevo pois de ver a religião a con tempo, e correndo da casa dos 28 para a—botica—disse: meu amigo, veja o que quanto sou infeliz, logo hoje que tinha de patienar em apatie, que como substituto de rethorico, si a fig. tes da —ars licendi—não houve numero de botões na casa.

Jornal *O Sol*, de 4 de agosto de 1857

Editorial com título

Fortaleza, Ceará, Brazil — Segunda-feira, 1.º de dezembro de 1875

UI, QUE ESPÉCIE DE BICHO É ESTE RAPAZ?

NIM PALEIRA FICAR COM MÃO UNDO É SO UM CARRO QUE ELU TÁ MACHUCANDO SE TAMBÉM, PÉZ PAUDRE EM PORTUGAL

Espigão versus praça

Em lugar de uma praça vai subir um espigão, tudo porque a Prefeitura fez mais uma vez em seu papel de defender uma cidade mais humana. O espigão a que aludimos está projectado para o terreno triangular situado perto da EMBRATIL, entre a Avenida Pontes Vieira e a Rua Isaac Amaral.

Segundo se comenta, o terreno foi desapropriado na administração José Walter para servir como principal praça numa área residencial em franco crescimento. Isto aconteceu já no fim daquela administração, que deixou o área financiado para o governo seguinte. Este, entretanto, não pagou a indenização, e o proprietário do terreno obteve na Justiça a devolução do imóvel.

As obras de construção já começaram provocando uma grande inquietação entre os moradores daquela zona, que perderá assim seu único pulmão, o que poderia ser uma nova área verde. Numerosos têm sido os protestos que recebemos, pois se trata de uma nova derrota que a cidade sofre em razão da negligência da Prefeitura, assim também da velha mania de novos administradores de não dar sequência e continuidade a projetos administrativos dos antecessores.

Em face de tais protestos, perfeitamente justificáveis, e o caso de a Prefeitura examinar o caso e verificar o que é possível fazer para evitar tão lamentável perda. Por outras palavras, tentar corrigir a omissão da administração anterior, que não se quis aperceber da importância daquela área e da necessidade absoluta de que o terreno fosse efetivamente desapropriado para o fim de servir como uma nova praça. Ao mesmo tempo é preciso que se fique atento para evitar que situações semelhantes, contrárias aos interesses da comunidade, venham a repetir-se.

Jornal *O Povo*, de 1º de dezembro de 1875

Figura 16 – O título em editoriais de épocas distintas

b) Extensão: até o final do século XIX, não era raro encontrar um editorial que se estendesse por mais de uma página, distribuído em várias colunas, conforme a padronização gráfica do jornal. O jornal *A Constituição*, de 13 de março de 1866, por exemplo, estampou um longo editorial, já na primeira folha, dividindo o nobre espaço com a publicação de mais um capítulo do folhetim *Iracema*, escrito por José de Alencar, reconhecido escritor cearense, como vemos abaixo.

circulação, uma nova feição ao jornalismo (e consequentemente à atividade de diagramação), a qual afetaria as relações do jornal com o anunciante, com a política e com os leitores. Convém lembrar que essa mudança estava ligada às transformações pelas quais o País passava com o avanço das relações capitalistas e com a consequente ascensão da burguesia. Essa preocupação com formato e diagramação modernos, condizentes com o novo cenário que se esboçava, foi traduzida em uma justificativa que o Jornal do Ceará, em seu segundo número, deu aos leitores para a apresentação daquela sua edição ainda não adaptada à nova era, como vemos a seguir.

Logo que todo serviço da Empresa Typographica Cearense esteja organizado aumentaremos o formato de nossa folha e si a confiança do publico bafejar essa publicação daremos o *JORNAL* com uma feição toda moderna e variado texto, dispondo à leitura aos mais exigentes ledores



Figura 18 – Primeira página do *Jornal do Ceará*, de 18 de março de 1904

Um outro aspecto que merece destaque em relação à extensão do editorial no século XIX diz respeito a sua completude em uma única edição. Alguns editoriais continuavam de uma edição para outra, ainda que o próximo número só saísse uma semana depois, como é o caso do jornal *O Retirante*, que publicou, na edição de 1º de julho de

1877, a primeira parte de uma das três cartas de redator (*O direito do povo I*) e a continuação (*O direito do povo II*) na edição seguinte, do dia 8 de julho do mesmo ano (cf. n02s19f3/031 e n03s19f3/034). Essa prática também foi observada, já no início do século XX, em outro jornal de uma cidade do interior do estado (Crato), *A Liça*, cujo editorial teve a primeira parte publicada na edição de 12 agosto de 1903, a segunda na de 19 de agosto e a conclusão somente duas semanas depois na edição de 26 de agosto de 1903 (cf. respectivamente n06s20f1/048, n06s20f1/049 e n06s20f1/050). Os editoriais de jornais da primeira metade do século XX, por sua vez, caracterizavam-se tanto pela finitude em uma única edição, quanto pela extensão mais reduzida, em relação ao século XIX.

c) Localização: a topografia também registra marcas das transformações que se operaram no editorial ao longo desses dois séculos. Da fase inicial, quando as folhas circulavam mais para dar notícia dos atos do governo, o editorial ocupava as páginas internas, sem grande destaque; quando passou a atender interesses dos proprietários e a servir de espaço para contendas político-partidárias, o editorial foi alçado às suas primeiras páginas e continuou a ocupar essa posição mesmo quando a imprensa passou a empresa jornalística. Não obstante ter o editorial seu lócus assegurado nas primeiras páginas, o jornal *O Povo*, já no final do século XX, com um número bem maior de páginas (em torno de sessenta), passou a estampá-lo na sexta página, embora nas quatro primeiras décadas do mesmo século, tenha, como outros jornais do interior do estado, publicado seu editorial logo na primeira página (de um total de oito).

No século XIX, o editorial era incluído ou em uma seção sem denominação específica ou em uma que, geralmente, recebia o mesmo nome do jornal (cf., a título de exemplo, a figura 13 e a figura 15). Na primeira metade do século XX, podemos localizá-lo em seções intituladas “Problemas da cidade”, como no caso do jornal *Correio do Ceará*, de 1942 (cf. Anexo D), ou “Comentários do Dia”, no caso de algumas edições, dessa mesma época, do jornal *O Povo*.

A partir do último quartel do século XX, o editorial passou, então, a ser publicado em uma seção própria (“Opinião”), dividindo espaço em uma mesma página com outros gêneros também de natureza argumentativa, como o artigo de opinião e a charge.

e) Outros aspectos: em nosso *corpus*, identificamos ainda outros elementos paratextuais constitutivos do editorial – nota de rodapé, abertura e “olho”, que nos chamaram a atenção, sobretudo os dois últimos por constituírem práticas que se revelaram recorrentes.

O primeiro desses elementos – a nota de rodapé – foi encontrado em dois editoriais do século XIX, em dois jornais diferentes – *O Cearense*, de 11 de novembro de 1856, e *A Constituição*, de 13 de março de 1866 (cf. n 973s19f2/014 e n49s19f2/021, respectivamente). Essa prática, no entanto, parece não ter sido incorporada por outros jornais, nem ter alcançado o século seguinte, pelo menos nos jornais dos quais coletamos os editoriais.

A abertura – pequeno resumo do texto apresentado antes do título para sumariar o conteúdo – foi um recurso que começou a ser empregado, no Ceará, pelo jornal *O Povo*, no fim do século XX, com a função de chamar a atenção do leitor para o conteúdo do editorial (cf. n20463s20f3/100 e n20822s20f3/101), uma espécie de *lead*⁵¹. Embora nem sempre tenha figurado em edições posteriores (cf. n23280s20f3/102), ainda pode ser observado em editoriais que circularam depois do período de nossa observação. A título de ilustração, reproduzimos a parte do editorial de 1991 em que esse recurso foi empregado.

⁵¹ Parágrafo que apresenta um relato sucinto dos aspectos essenciais da notícia.

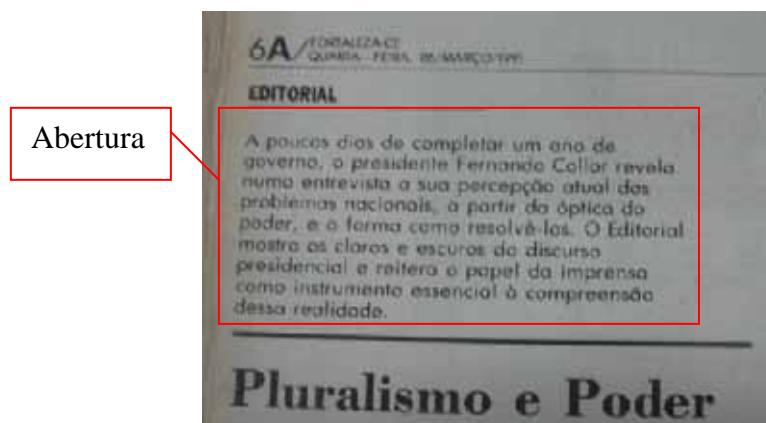


Figura 19 – Abertura do editorial do jornal *O Povo*, de 06 de março de 1991

Quanto ao “olho” – pequeno trecho selecionado disposto no meio do texto, utilizado para ressaltar o que se considera importante no conteúdo – foi empregado também pelo jornal *O Povo* no final do século passado e no início deste século. Este recurso (cf. Figura 19) parece ter sido descartado, pois não tem sido observado em editoriais que circularam depois do período de nossa observação, diferentemente da abertura, que foi introduzida, relegada e depois novamente incorporada.



Figura 20 – Editorial do jornal *O Povo*, de 15 de janeiro de 2003

Há algumas considerações a respeito da fixação (ou não) desses elementos que merecem destaque. A primeira, já esperada, diz respeito ao fato de uma inovação no gênero precisar ser avalizada e conseqüentemente adotada pela comunidade que dele faz uso para ser incorporada e passar a ser constitutiva desse gênero. Parece ter sido o que aconteceu com a nota de rodapé, que figurou em alguns poucos exemplares do gênero, mas não chegou a ser agregada ao editorial. Por algum motivo, que não nos foi possível observar, essa inovação foi rejeitada. A segunda (texto de abertura) e a terceira (“olho”) – mesmo se circunscrevendo ao editorial de somente um dos jornais do *corpus* – parecem quebrar a rigidez estrutural dessa tradição discursiva, reconhecida por se apresentar constituída de um texto inteiro sem outros elementos a interromper-lhe o “fio do texto”. E o mais interessante: esses recursos – abertura e olho –, prototípicos de outros gêneros do jornalismo impresso, a entrevista e a reportagem, parecem ter sido usados para imprimir uma configuração própria ao editorial de um dos dois grandes jornais do Ceará e, ao que tudo indica, têm sido revalidados pelos redatores, assim como pelo seu auditório social, que parece não contestar essa inovação. Poderíamos estar, assim, diante de uma possível incorporação de um elemento constitutivo de outra tradição discursiva (entrevista, reportagem) no editorial, sem falar na possibilidade de também vermos essa inovação como um flagrante exemplo do editor de texto⁵² funcionando como co-enunciador a penetrar a autoria e dela fazer parte.

A seleção de recursos de diagramação, ou melhor, o conjunto de elementos paratextuais acionados na materialização do gênero no suporte, funciona também, como vimos, como estratégia para a construção de sentidos, agindo como fio condutor da argumentação pretendida.

Encerramos, aqui, a análise proposta. Por sabermos que é justamente a análise que nos possibilita chegar a descobertas, isto é, a uma outra compreensão sobre o fenômeno investigado, dedicamos a próxima seção à sistematização de nossos achados.

⁵² Estamos nos referindo, não ao editorialista, que escreve o editorial, mas ao profissional que responde pela edição do texto na página e pelo enfoque a ser dado.

4.2 Sumariando a análise

Vencidas as etapas de reconhecimento e análise das pistas encontradas, nos dedicamos agora a inventariar as descobertas. Esse inventário vai orientar-se pelo desenho metodológico que traçamos para empreender nossa pesquisa.

Para a constituição do *corpus*, recorreremos a vários jornais, sobretudo do período em que o jornalismo no Ceará registrou um acentuado número de publicações. Como observaram Nobre (1974) e Sodré (1999), o Ceará foi uma das primeiras províncias a conhecer a imprensa. Essa vocação para o jornalismo contribuiu para que diversos periódicos surgissem no século XIX, e também na primeira década do século XX, embora muitos não tivessem conseguido garantir sua sobrevivência. Os jornais que coletamos para a constituição do *corpus* indicam uma pequena mostra dessa diversidade, como podemos verificar no quadro a seguir.

FASE	SÉCULO XIX	SÉCULO XX	SÉCULO XXI
1ª	Semanário Constitucional [1832] Vinte e Trez de Julho [1840]	Oitenta e Nove [1902-1903] A Liça [1903] Pátria [1912-1913] Camocim-Jornal [1921] O Clarim [1921] Terra do Brasil [1927] Trabalhador Graphico [1930] O Estado [1936] O Povo [1929-1937]	A Folha Digital [s.d.] Diário do Nordeste [2001] O Povo [2003] Folha de Mombaça [2006] Jornal do Cariri [2007] Gazeta do Centro-Oeste [2008]
2ª	O Cearense [1846-1858] O Sol [1857] A Estrella [1860] A Constituição [1866-1867] A Consciência [1867]	Correio do Ceará [1942 ⁵³] O Povo [1945-1970] O Nordeste [1950] Gazeta de Notícias [1962] Tribuna do Ceará [1966]	
3	O Cearense [1874] Sobralense [1875] O Retirante [1877] O Colossal [1879] Echo do Povo [1879] A Verdade [1891] O Norte [1891] A Ordem [1891]	Tribuna do Ceará [1971-1980] O Povo [1972-2000] Correio do Ceará [1976] Diário do Nordeste [1981-1998]	

Quadro 5 – Distribuição dos jornais por século e fase

⁵³ Embora tenha começado a circular em 1915, só conseguimos coletar edições que circularam depois de 1940.

Do total de 32 jornais pesquisados, contamos, no século XIX, na primeira fase (1832-1840), com somente 2 jornais; na segunda fase (1841-1870), com 5 jornais diferentes; e na terceira fase (1871-1900), com 7, além de *O Cearense*, que foi incluído na fase anterior). No século XX, na primeira fase (1901-1940), contamos com 9 jornais; na segunda fase (1941-1970), com 4, já que *O Povo* consta na primeira fase; e na terceira (1971-2000), apenas 2, pois os outros 2 (*Tribuna do Ceará* e *O Povo*) foram anteriormente inseridos. O século XXI (2001-2008) parece acenar para um novo florescimento de jornais, ainda que impulsionado por motivos distintos dos que fomentaram a diversidade nos séculos anteriores. No entanto, como o período dos exemplares coletados nesse século assim como o número de editoriais é pequeno, não nos permitimos conjecturar justificativas para essa evidência. Nosso objetivo com a inclusão de editoriais desse século foi reunir dados mais atuais para que pudéssemos contrapor aos resultados dos séculos anteriores tendo em mãos manifestações mais recentes dessa tradução discursiva.

A fim de sistematizar os resultados encontrados, apresentamos, para cada categoria de análise de cada uma das dimensões, um quadro em que apontamos as principais diferenças percebidas. Desse modo, mostramos a forma como determinada categoria se manifestava na materialidade textual no século XIX contrapondo-a a sua manifestação no século XX. Como pano de fundo a constituir o editorial, o contexto sócio-histórico esteve na base de toda a análise que fizemos, por isso voltamos a ele para melhor compreender os vestígios de mudança e traços de permanência identificados no editorial nos percurso desses dois séculos.

4.2.1 Da primeira dimensão de análise

A política, mola propulsora do século XIX, fez do editorial a arena das divergências e disputas acirradas, que não se circunscreviam ao plano das ideias e princípios e quase sempre se encaminhavam para o terreno pessoal. Nesse cenário, o

editorial fazia uso de linguagem ferina, como já ressaltamos anteriormente, e ocupava logo a primeira das poucas páginas dos jornais da época (mais de 50% dos jornais pesquisados publicavam o editorial na primeira página) e alguns se prolongavam para a página seguinte, devido a sua extensão. A topografia do editorial no século XIX reflete, portanto, esse estágio no percurso de produção e circulação dessa tradição discursiva.

Nessa fase em que os jornais cearenses existiam eminentemente em função de partidos políticos, praticamente não se desenvolveram o caráter noticioso nem o comercial da imprensa. Os redatores eram geralmente chefes partidários e/ou representantes das oligarquias que dialogavam com seus pares. Comentando o alcance das folhas na fase da imprensa partidária, Nobre (1974, p. 17) afirma que, devido ao seu caráter político, os jornais eram lidos “nos recantos extremos da Província, onde quer que houvesse um liberal ou um conservador, conforme o caso”.

Ancorado na política partidária, o editorial desse período tinha um propósito comunicativo principal: defender interesses de um grupo político e/ou oligárquico. Decorrentes desse propósito maior, pudemos identificar outros: atacar ou defender-se do adversário e enaltecer ou criticar a atuação do governo, segundo o ponto de vista do enunciador.

Por outro lado, a partir da segunda metade do século XIX, uma nova feição do jornalismo começou a ser desenhada. Disputavam espaço com as folhas partidárias (*O Cearense*, *A Constituição*, *O Norte*, *A Ordem*), outros jornais cujos interesses não se limitavam à esfera política. Assim, vimos surgir periódicos movidos por outras causas, como a literária (*A Estrella*, *A Consciência*, *Sobralense*, *O Colossal*), a religiosa (*A Verdade*), e ainda aqueles que aliavam a defesa de interesses da parcela marginalizada da população à motivação política (*O Retirante*, *Echo do Povo*).

Contudo esse novo desenho cenográfico, não chegou a ameaçar a soberania dos jornais políticos. A crise e a conseqüente decadência dessa tradição do jornalismo cearense vieram com a mudança de regime, ocorrida em 1889, resultado da instauração da

República. Com a queda da monarquia, desapareceu, em 1891, um dos mais antigos jornais políticos, que circulou durante todo o Império: *O Cearense*⁵⁴. Seu arqui-inimigo, por ser órgão do partido adversário, *A Constituição*, desaparecera antes, em 1876. O jornalismo cearense entrou, assim, no século XX desfalcado, sem a presença dos jornais que surgiram e circularam no século XIX, com exceção do *Oitenta e Nove*, que, tendo iniciado suas atividades já no novo regime, prolongou sua existência até 1903.

A entrada no novo século marcou uma nova fase no jornalismo: a imprensa, antes sustentada por partidos políticos ou pelo envolvimento de alguns empreendedores particulares, passou a empresa. Com essa mudança de paradigma, o noticiário, impulsionado pelos acontecimentos mundiais em torno da Primeira Guerra Mundial, (1914-1918) e a publicidade, indispensável à necessidade de cobrir despesas com a produção e circulação do jornal, conquistaram o espaço jornalístico. O editorial, nesse novo quadro, deixa as primeiras páginas, ocupadas por notícias, e se fixa definitivamente nas páginas internas, de lá só saindo em situação muito excepcional.

Muitos periódicos surgiram nas três primeiras décadas do século XX, entretanto, devido a dificuldades iniciais na implantação e manutenção de uma empresa, poucos circularam por muito tempo. Alguns jornais que surgiram com publicação diária, como a *Gazeta de Notícias*, em 1927, passaram a semanais. A periodicidade do jornal atrelava-se, não só à frequência de circulação da publicação, mas também às condições financeiras da empresa que o produzia.

A recente industrialização da imprensa associada ao grande avanço mundial da tecnologia na época impôs um novo padrão ao jornalismo. Copiando o modelo de imprensa dos Estados Unidos e da Europa, as novas empresas jornalísticas, segundo Chagas (2005), começaram a importar modernos equipamentos para os seus parques gráficos, e os jornais passaram a ser impressos em folhas de tamanho grande, abandonando o formato tabloide. Os redatores, por sua vez, que, até o início do século XX, escreviam à mão, começaram a

⁵⁴ Nessa mesma época, também deixou de circular outro grande e antigo jornal – *Pedro II* –, ao qual *O Cearense* se opunha.

dispor de máquinas de escrever. Toda essa revolução implicou inevitavelmente algumas mudanças no editorial, principalmente as que se revelaram no propósito comunicativo, no conteúdo e na diagramação.

Se, por um lado, o sucesso empresarial de alguns empreendimentos jornalísticos alavancou mais ainda a imprensa industrial, por outro levou à inanição alguns jornais que ainda resistiam aos fortes ventos da modernização. Afora essas dificuldades, os jornais passaram a enfrentar outras, de natureza política, com a implantação do Estado Novo e a consequente censura à imprensa. Em 1945, com a volta da democracia e o fim da Segunda Guerra Mundial, cujas notícias despertavam o interesse dos leitores, alguns diários ganharam novo sopro de vida, que logo veio a se extinguir.

A partir da segunda metade do século XX, a atividade jornalística cearense voltou a enfrentar acentuadas dificuldades e vários jornais deixaram de circular, uma vez que os progressos técnicos na composição e na impressão gráfica resultaram em majoração de custos, com os quais os pequenos jornais, quase todos independentes, não puderam arcar.

A consequência direta desse avanço empresarial foi a “despolitização” dos jornais, o que provocou a diminuição de jornais interioranos. Sem os chefes políticos que assinavam e assim mantinham os órgãos dos respectivos partidos, a imprensa viu-se reduzida. Os jornais religiosos e literários praticamente desaparecem e sobrevivem apenas os noticiosos; por sua vez, as notícias sobre as atividades do governo passaram a ser divulgadas por órgãos específicos vinculados ao poder estadual ou municipal, conforme o caso.

Uma vez situado o contexto em que foi produzido e circulou o editorial, bem como apontadas as transformações dele decorrentes, passamos agora aos quadros esquemáticos, com o objetivo de sintetizar as observações mais pontuais.

a) ambiência

AMBIÊNCIA	SÉCULO XIX	SÉCULO XX
Topografia	Ocupava preferencialmente a primeira página.	Entrou no século XX mantendo essa posição, entretanto, a partir da segunda metade do século, passou a ocupar as páginas internas do jornal (2ª ou 3ª página). A exceção acontece no jornal <i>O Povo</i> , que, desde 1991, publica o editorial na 6ª página do caderno principal.
Temporalidade	O editorial é uma tradição discursiva que sempre foi veiculada em cada edição do jornal, salvo raras exceções. Assim, se o jornal era semanário, o editorial saía uma vez por semana; quando diário, um único exemplar por dia. Embora haja jornais brasileiros que publiquem mais de um editorial por edição, como é o caso do jornal <i>Folha de São Paulo</i> , por exemplo, essa prática não se verifica no jornalismo cearense.	

Quadro 6 – Aspectos da categoria ambiência por século

b) interlocutores

Interlocutores	Século XIX	Século XX
Lugar	Com a imprensa política, os partidos políticos e as instâncias oligárquicas	Com a industrialização da imprensa, a empresa (grupos econômicos)
	Tanto em um quanto em outro século, paralelamente a esses lugares reconhecidos, a voz é enunciada de outras instâncias que representam outros estratos da sociedade: grupos literários, religiosos, profissionais, dependendo do perfil do jornal. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, em função da nova feição do jornalismo e da drástica redução no número de jornais, a voz que emana do editorial passou a ser, acentuadamente, a da empresa, isto é, do(s) grupo(s) que manté(ê)m o jornal	
Papel social	Dirigentes políticos e chefes oligárquicos	Representantes dos grupos econômicos

Quadro 7 – Aspectos da categoria interlocutores por século

c) finalidade

Propósito comunicativo	Século XIX	Século XX
Geral	Defender interesses de grupos políticos	Defender interesses de grupos empresariais ou institucionais
Subjacentes	Atacar e defender-se de opositores	
	Posicionar-se sobre assuntos da atualidade Criticar ou enaltecer atos do governo Defender interesses de grupos da sociedade civil Denunciar ou cobrar ações do poder público	

Quadro 8 – Aspectos da categoria finalidade por século

4.2.2 Da segunda dimensão de análise

As condições histórico-sociais perpassam ainda outros aspectos do gênero. Nesta seção, focalizamos a materialização do projeto de querer-dizer e as transformações que a materialidade textual permitiu apreender.

a) conteúdo

Tópico discursivo	Século XIX	Século XX
Central	Questões político-partidárias (mais acentuado no século XIX) Manifestação de opinião acerca de tema da atualidade (no século XIX só local e nacional; no século XX, também internacional)	

Quadro 9 – Aspectos da categoria conteúdo por século

b) norma

Autoria	Século XIX	Século XX
Impessoalização (pessoa do discurso)	Primeira pessoa do plural	Primeira pessoa do plural Terceira pessoa do singular (menor ocorrência)
Institucionalização	Responsabilidade discursiva atribuída à instância que responde pelo jornal	Responsabilidade discursiva atribuída à instância que responde pela empresa
Ausência de assinatura	Raras vezes, com identificação do autor (iniciais)	A partir da terceira década, desaparecem traços biografizantes
Uso da variedade culta	A esfera a que pertence e o papel que desempenha o editorialista condicionam a variedade linguística	
Interação instituição/leitor	Formas linguísticas que subentendem a presença do leitor	
Coerência enunciativa	Enquadramento ideológico do jornal/instituição pelo leitor	
Ineditismo textual	Registro de um mesmo editorial publicado em mais de uma edição do mesmo jornal, ainda que raro	Publicação única

Quadro 10 – Aspectos da categoria norma por século

c) forma

Elementos paratextuais	Século XIX	Século XX
Título	De facultativo passa a imprescindível no fim do século XIX	Parte constitutiva do gênero
Extensão/Disposição na página	Texto distribuído em mais de uma coluna, passando de uma página para outra	Em uma única coluna de uma única página
Compleitude	Não raro, continuava de uma edição para outra	Texto concluído em uma única edição
Nome da seção	Seção sem denominação específica	A partir do último quartel, em seção própria, nomeada e definida (“Opinião”)
Outros elementos	Presença, ainda que rara, de nota de rodapé	Na última década, presença irregular de abertura e olho

Quadro 11 – Aspectos da categoria forma por século

A sistematização dos resultados, favorecida pela disposição em quadros, nos permitiu apresentar objetivamente as transformações pelas quais o editorial passou no curso de sua história. Os resultados, possibilitados pelo estudo diacrônico, nos ajudaram a lançar um novo olhar para essa tradição discursiva. Passemos, agora, aos últimos registros de nossa expedição.

ENCERRANDO A VIAGEM: à guisa de conclusão

Cedo compreendi que o bom fraseado não é o fraseado redondo, mas aquele que em cada palavra tem uma função precisa, [...] Não sei se estou sutilizando demais, mas é tão difícil explicar por que num desfecho ou num verso esta linha é viva, aquela é morta.

(Manuel Bandeira. **Itinerário de Pasárgada**)

Mapa enrolado, expedição encerrada. Este é o momento em que cartógrafa e expedicionária fazem uma parada para juntar as peças do tesouro explorado, registrar o caminho percorrido e dizer dos objetivos alcançados.

Desde o início da viagem, sabíamos que a expedição seria longa e o caminho, muitas vezes desconhecido. Só começamos, então, a explorar nosso tesouro depois que definimos o roteiro e assentamos nossas bases teóricas, pois reconhecíamos ainda o ineditismo da investigação a ser empreendida.

Uma investigação que se debruce sobre o percurso histórico de determinado gênero do discurso demonstra sua relevância, não só por contribuir com a análise de gêneros, área de reconhecido destaque nesses últimos anos, mas, sobretudo, pelo fato de incluir o estudo dos gêneros no escopo dos estudos diacrônicos.

Esses estudos, desenvolvidos no âmbito da Linguística Histórica, que se voltava para a análise e comparação das línguas, inicialmente investigavam a mudança, sem considerar o falante. Mais tarde, reconhecendo o papel do indivíduo falante, passaram a incluir fatores sociais. A língua era estudada em textos, em contextos. Fazia-se a história da língua. Somente a partir do surgimento da Linguística Textual é que os gêneros textuais

passaram a ser considerados nas pesquisas linguísticas. O nosso trabalho propõe, assim, uma nova inclusão para a Linguística Histórica, com base na contribuição da Linguística Textual: a mudança dos gêneros.

Para o estabelecimento dessa inclusão, outras áreas são chamadas a fundamentar o suporte teórico, no caso do editorial, a História e a Comunicação. Desse modo, em uma análise de um gênero sob a perspectiva diacrônica como propomos, não se pode deixar de recorrer à multirreferencialidade (a lançar luzes também em análises sincrônicas). Assim, em nosso estudo, além dessas áreas, nos acercamos também da Análise do Discurso e da Linguística Românica.

Apoiando-nos no aparato teórico dessas disciplinas, concebemos uma proposta teórico-metodológica para a análise de gêneros do discurso. Tomando o gênero em seu percurso histórico de produção e circulação, passamos a concebê-lo como tradição discursiva, pois esse conceito possibilita a apreensão do objeto de estudo em sua historicidade.

Ao olharmos para o desenvolvimento de uma tradição discursiva – o editorial – nos vimos diante das sucessivas transformações pelas quais passou. Dessa forma, chegamos ao conceito de transmutação. Entretanto o conceito por si só não foi suficiente para que pudéssemos seguir adiante. Foi necessário não só ampliá-lo como também distinguir as modalidades em que o fenômeno se revela, o qual para nós subjaz ao surgimento e à sobrevivência de toda e qualquer tradição discursiva. Em decorrência dessa ampliação e distinção, propomos uma tipologia operacional e apresentamos, então, as quatro modalidades de transmutação: criadora, inovadora, externa e interna. Embora em nosso estudo tenhamos nos voltado especificamente para a transmutação inovadora interna, a discussão e ampliação do conceito enseja outras pesquisas que possam se valer da tipologia apresentada.

Partindo, então, dessa categoria maior – transmutação –, com nosso modelo teórico-metodológico para a análise de gêneros, propomos duas dimensões de análise:

contexto e texto. Com a primeira dimensão, contemplamos aspectos que, além de serem constitutivos de uma tradição discursiva, norteiam sua materialidade, quais sejam, ambiência (o tempo e espaço), interlocutores (lugar e papel social dos participantes) e finalidade (propósito comunicativo). Com a segunda dimensão, englobamos aspectos tanto linguístico-discursivos e quanto os de edição: conteúdo (tópico central), norma (no caso do editorial, autoria) e forma (configuração grafoespacial).

A separação entre contexto e texto atendeu a objetivos meramente didáticos, pois sabemos que um está inextricavelmente associado ao outro, tanto que, em nossa investigação, por diversas vezes, a análise de uma categoria se revelou imbricada na outra.

Assim como os pesquisadores das tradições discursivas, partimos do contexto sócio-histórico, que também deixa marcas na materialidade textual, para compreender melhor os dados que levantamos. Embora tivéssemos a extrema preocupação de tentar resgatar o momento histórico dos textos para alcançar uma análise menos tendenciosa, reconhecemos, com Castro (1995), que nenhum filólogo trabalha liberto das condições de seu tempo. Essa advertência de Castro nos leva a afirmar, por outro lado, que nenhum sujeito produz um texto sem nele deixar as marcas do seu tempo. E foram justamente essas marcas, aliadas ao reconhecimento do momento histórico e social e da situação de comunicação que engendrou o editorial, que nos possibilitaram saber um pouco mais sobre o surgimento e desenvolvimento dessa tradição discursiva.

O editorial foi gestado na política, dentro da esfera jornalística. O jornalismo cearense nasceu fortemente impregnado pelo ferrenho partidarismo que reinava à época. As marcas desse contexto de origem puderam ser percebidas em jornais não só do início do século XIX, quando as primeiras folhas surgiram, como também naqueles que foram criados pouco tempo depois e em outros que circularam até o início do século seguinte. Assim, a política foi a principal matéria dos jornais cearenses praticamente durante quase todo o século XIX, salvo exceções, e impregnou a linguagem do editorial. Com a transição da imprensa artesanal para a imprensa industrial, que se deu com a passagem do século XIX para o século XX, essa tradição discursiva sofreu transformações.

A linguagem ferina e agressiva dos ataques a adversários, com o passar do tempo, foi perdendo espaço, mesmo em face das críticas e denúncias que continuaram pontuando o diálogo travado entre os interlocutores. À medida que a linguagem foi ficando menos cáustica e os ataques ao opositor menos contundentes, percebemos estratégias de polidez se firmando no gênero. Essa constatação dá margem a pesquisas que pretendam investigar a polidez no editorial. A par dessa mudança, a topografia permaneceu a mesma: os jornais, independentemente de serem políticos, seguiram publicando o editorial na primeira página. O lugar e o papel social dos interlocutores também se alteraram em função da entrada em cena de outras instâncias da sociedade (por exemplo, agremiação literária, igreja) e de outros atores sociais (por exemplo, escritores, religiosos).

A análise dos propósitos comunicativos do editorial nos permitiu identificar o mais geral, que norteia a atividade intencional e discursiva do editorialista: defender publicamente o posicionamento de um grupo (qualquer que seja: político, profissional, religioso, literário, revolucionário etc.)¹. Esse propósito está indissociavelmente vinculado ao conteúdo. Portanto, o lugar de onde emana a voz do editorial (esfera política, profissional, por exemplo) determina o seu conteúdo.

Além desse propósito geral, outros também foram apontados, como denunciar e cobrar ações do governo, por exemplo. Denunciar e cobrar ações do governo é um propósito que se reveste em tarefa que caberia a todo jornal/redator (e a imprensa de modo geral). Imbuído dessa tarefa, o editorialista assume a função de zelar pelo bem da coletividade (ainda que na maioria das vezes a coletividade se resuma ao grupo que representa) e investe, assim, no papel de “guardião da sociedade”. Como guardião, o editorial/edtorialista dialoga com representantes do governo e com grupos formadores de opinião (a elite do País), em busca de solução, muitas vezes sugerida, para os problemas apontados.

¹ Na verdade, estamos revalidando o propósito comunicativo já reconhecido, tanto em manuais da área de Comunicação, quanto em estudos teóricos mencionados neste trabalho.

Nossa análise permitiu evidenciar alguns aspectos que continuam a caracterizar o editorial dos jornais de grande circulação: as instâncias onde é produzido (instituições/grupos políticos e econômicos), o produtor (personagens com poder e/ou prestígio na sociedade), o interlocutor/leitor (políticos/classe social privilegiada), o propósito comunicativo geral (manifestar publicamente posicionamento crítico), o conteúdo (assuntos de reconhecida relevância), a topografia (lugar de destaque, mesmo tendo migrado da primeira página para páginas internas do jornal) e o tipo de autoria (institucional).

Esses aspectos caracterizadores, evidentemente, não se manifestaram sempre da mesma forma ao longo desses dois séculos. O estudo diacrônico contribuiu justamente para mostrar as transformações que se deram no interior de cada um desses aspectos, como as que observamos e apontamos na última seção do capítulo 4. Contribuiu também para mostrar que uma característica, que hoje se apresenta tão marcada em um gênero, é resultado de uma construção histórica. E, mais ainda, evidenciar que um aspecto caracterizador de um gênero nem sempre pode ter se manifestado da forma como a apreendemos em nosso tempo.

Além das transformações, o estudo evidenciou uma inovação: o emprego de elementos constitutivos de outras tradições discursivas da esfera jornalística. Como observamos em nossa análise, desde o fim do século passado, pudemos encontrar, em editoriais de um mesmo jornal cearense, a abertura e o olho, elementos característicos da notícia e da entrevista.

Essa evidência nos leva a uma reflexão: o gênero editorial, reconhecido por sua maior rigidez, estaria se abrindo à transmutação inovadora externa, própria dos gêneros mais flexíveis?

Para respondermos a essa pergunta seria necessário analisar mais exemplares do gênero nesse mesmo jornal, comparar com exemplares de outros jornais, tanto do Ceará quanto de outros estados, e possivelmente com editoriais de revistas. A análise dos

editoriais de revista, por sua vez, possibilitaria uma compreensão mais alargada sobre o fenômeno editorial, mas isso já seria assunto para outra viagem, ou melhor, tesouro para ser explorado em uma nova expedição, por nós ou por outros pesquisadores.

Não podemos dar por encerrada nossa viagem, sem deixar de lembrar que vemos a nossa proposta como um traçado aberto, pois não temos a pretensão de concebê-la como um trabalho único, concluído, inalterável. Esperamos, na verdade, que a proposta e os resultados aqui apresentados possam suscitar reflexões, fazer surgir novas ideias, e assim poder expandir o que aqui se apresentou, ou mesmo dar início a novos mapas, novos percursos, que irão resultar em outras expedições, num constante e dinâmico jogo que move a aventura maior e atrai os que nela estão envolvidos: a língua e suas formas de manifestação.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel **Les textes: types et prototypes**. Paris: Nathan, 1992.

_____. **Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes**. Paris: Nathan, 1999.

ALMEIDA, Nukácia M. Araújo de. **Jornal das Moças: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

_____; ZAVAM, Aurea. Variação lingüística: uma questão de sala de aula. In: _____ (Org.). **A língua na sala de aula: questões práticas para um ensino produtivo**. Fortaleza: Perfil Cidadão, 2004. p.237-267.

ALVES FILHO, Francisco. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, 50(1): 77-89, 2006.

ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará-IOCE, 1985.

ARARIPE, J. C. Alencar. Pioneirismo do Ceará na imprensa. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, n.97, p. 112-115, 1983.

ARAÚJO, Júlio César R. A organização constelar do gênero *chat*. In: **ANAIS do XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos**. João Pessoa: Idéia, 2004a. p. 1279-1292.

_____. Gênero *chat*: caracterização e implicação pedagógica. In: CAVALCANTE, M.; BRITO, Mariza Angélica Paiva (Org.). **Gêneros textuais e referência**. Fortaleza: PROTEXTO/UFC, 2004b. CD-ROM.

_____. **Os chats: uma constelação de gêneros na internet**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ARDOINO, Jacques. L'analyse multiréférentielle des situations sociales. *Psychologie Clinique*, n.3, p. 33-49, 1990.

_____. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, Joaquim G. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 24-41.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

ASCHEBERG, Heidi. Historische Textsortenlinguistik. Beobachtungen und Gedanken. In: DRESCHER, Martina. **Textsorten in romanischen Sprachvergleich**. Tübingen: Stauffenburg Verlag. S. 153-170, 2002.

_____. Diskurstraditionen – Orientierungen und Fragestellungen. In: _____ & WILHELM, Raymund (Hrsg.). **Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen**. Tübingen: Narr. S. 1-18, 2003.

ASKEHAVE, Inger; SWALES, John M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**, v.22, n.2, p. 195-212, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV- Revue de linguistique**, Paris: Centre de recherche de l'Université de Paris VIII, n. 26, 1982.

AZEVEDO Sânzio de. **Literatura cearense**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

BAGNO, Marcos. Língua-padrão ou padrão-língua? In: _____. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 117-173.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução Aurora F. Bernadini et al. São Paulo: Unesp-Hucitec, 1988.

_____(Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina G.G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2005.

BARBOSA, Afrânio; LOPES, Célia. (Org.). **Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores**. Rio de Janeiro: Projeto para a História do Português Brasileiro/Universidade Feral do Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM.

BARBOSA, Joaquim G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BARROS, Nina Célia. Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 199-214.

BAZERMAN, Charles. **Shaping written knowledge: the genre and activity of the experimental article in science**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BHATIA, Vijay K. **Analysing genre: language use in professional settings**. New York: Longman, 1993.

_____. Applied genre analysis: analytical advances and pedagogical procedures. In: JOHNS, Ann M. (Ed.). **Genre in the classroom: multiple perspectives**. Mahwah, NJ: LEA, 2001. p. 279-283.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete. O gênero anúncio: tradição e atualidade. In: **XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina**. Montevideú: ALFAL, 2008, v.1, CD-ROM.

_____. O papel do propósito comunicativo: diferentes versões. **ANAIS do 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**. Tubarão-SC: UNISUL, p.729-742, 2007.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de Comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, Santa Catarina, v. 4, n.1, jul/dez. 2003. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/11.htm>>. Acesso em: 20 out. 2007.

BORBA, Francisco S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana L.P. de; FIORIN, José L. (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 11-27.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

BROWN, Gillian; YULE, George. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BUITONI, Dulcília S. **Imprensa feminina**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1990.

CALLADO, Ana Arruda. O texto em veículos impressos. In: CALDAS, Álvaro (Org.). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet**. Rio de Janeiro: Edpucio/Loyola, 2002. p. 41-58.

CAMPOS, Eduardo. **Capítulos da história de Fortaleza do século XIX**. Fortaleza: Ed. UFC, 1985.

CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: PEREIRA, Paulo Roberto D.; PEREIRA, Cilene da C. (Org.). **Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CAVALCANTE, Mônica M. Demonstrativos – uma condição de saliência. In: _____; BRITO, Mariza Angélica Paiva (Org.). **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza: Protexoto - UFC, 2004. CD-ROM.

_____. **Anáforas encapsuladoras – traços peculiares aos rótulos**. [s.d]. Disponível em: <http://www.gtlta.com/FD16_2006_M%F4nica.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2006.

CAVANI, Suzana. Às urnas, cidadãos!. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 26, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1239>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque: 1808-1964 – a história contada por jornais e jornalistas**, vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro, Record, 2005.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução Fabiana Komesu (Coord.). São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador – conversações com Jean Lebrun**. Tradução Reginaldo Carmello C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre, Artmed, 2001.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004.

COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla. **Teoría del lenguaje y lingüística general**. Madrid: Gredos, 1967. p. 11-113.

_____. **Lições de lingüística geral** (edição revista e corrigida pelo autor). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

_____. **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

_____. Fundamentos de la lingüística del texto. **Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido – edición, anotación y estudio previo de Óscar Loureda Lamas**. Madrid: Arco/Libros, 2007. p. 129-156.

COSTA, Carlos Roberto da. **A revista no Brasil, o século XIX**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUNHA, Antônio G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

DEBRAY, Régis. **Manifestos midiológicos**. São Paulo: Vozes, 1995.

DUARTE, Paulo. **História da implantação da imprensa no Brasil** – imprensa de São Paulo. São Paulo: ECA-USP, 1972.

DUBIED, Annik; LITS, Marc. L'éditorial: genre journalistique ou position discursive?. **Pratiques**, n. 94, p. 49-61, juin 1997.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FARACO, Carlos A. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003a.

_____. Criação ideológica e dialogismo. **Linguagem & diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003b. p. 45-85.

_____; CASTRO, Gilberto de; TEZZA, Cristovão (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. 3. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração Cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997.

FERNANDES, Ana Carla S. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOLHA DE S. PAULO. Novo manual da redação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm>. Acesso em: 20 out. 2007.

FONSECA, Ma. Cristina de A. P. **Caracterização lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Vega, 1992.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Valéria S. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (Org.). **O trabalhador gráfico** (edição fac-similar). Fortaleza: Editora UFC-Sindjorce, 2002.

GUIMARÃES, Dorot M. **Um estudo da organização textual de editoriais de jornais paulistanos**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

JUBRAN, Clélia C. A. S. Tópico discursivo. In: _____; KOCH, Ingedore G. V. **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v.1. p. 89-132.

KABATEK, Johannes. Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, D.; KABATEK, J. (Ed.) **Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica**. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana, 2001. p. 97-132.

_____. **Tradiciones discursivas y cambio lingüístico**. Texto inédito apresentado no Seminário Nuevos enfoques en la lingüística histórica. Soria, Espanha, 7-11 jul. 2003. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. **Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas**. Jul. 2004. Disponível em: <www.kabatek.de/discurso>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. Sobre a historicidade dos textos. **Linha d'água**, n. 17, p. 159-170, abr. 2005a.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. **Lexis – Revista de Lingüística y Literatura**, v. 29, n.2, p. 151-177, 2005b.

_____. Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. **Iberomania**, n.62, p. 28-43, 2005c.

_____. Introducción. In: _____. (Ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 7-16.

KOCH, Ingedore G. V.; BENTES, Anna C.; CAVALCANTE, Mônica M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (Hrsg.). **Gattungen**

mittelalterlicher Schriftlichkeit. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79.

_____. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced en español*. In: KABATEK, Johannes (Ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico** - nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 53-87.

_____; OESTERREICHER, Wulf. Schriftlichkeit und Sprache. In: GÜNTER, Hartmut; LUDWIG, Otto (Ed.). **Schrift und Schriftlichkeit. Ein internationales Handbuch/Writing and its Use. An international Handbook.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter, v. I, 1994. p. 587-604.

KOMESU, Fabiana C. Blogs e as práticas de escrita sobre si na Internet. In: MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antônio C. **Hipertexto e gêneros digitais.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 110-119.

LAMAS, Óscar Loureda. Las dimensiones reales y funcionales del texto: extensión de la teoría de Eugenio Coseriu, en **Lenguaje y Discurso**, Coseriu/Loureda, Pamplona, Eunsa, 2006.

LAURINDO, Hildenize A. Subversão – uma marca do lúdico no discurso publicitário. In: COSTA, Nelson B. da. (Org.). **Práticas discursivas: exercícios analíticos.** Campinas: Pontes Editores, 2005. p. 83-96.

LÓPEZ SERENA, Araceli. Teoría lingüística y lingüística histórica en sincronía y diacronía: aportaciones mutuas, en **Actas del V Congreso Andaluz de Lingüística General.** Homenaje al profesor José Andrés de Molina Redondo (Granada, 17-19 de noviembre de 2004), II, Granada: Granada Lingüística-Ediciones Método, p. 1037-1052, 2006.

_____. Criterios para la constitución y evaluación de tipologías discursivas en la actual lingüística de la comunicación, en **Actas del VI Congreso de Lingüística General** (Santiago de Compostela, 3-7 de mayo de 2004), Madrid: Arco/Libros, p. 133-142, 2007.

LOYN, Henry (Org.). **Dicionário da Idade Média.** Tradução Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LYONS, Marlyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental,** vol. 2. Rio de Janeiro: Ática, 1999. p.165- 202.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Tradução Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Pontes: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Tradução Márcio V. Barbosa e Maria Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, M. Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

_____. A questão do suporte dos gêneros textuais. **Língua, lingüística e literatura**, João Pessoa, v.I, n.1, p.9-40, 2003.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória-PR: Kaygangue, 2005. p. 17-33.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: FAPESP-EdUSP, 2001.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **História social da imprensa: fatores sócio-culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Karina R. de S. **A macroestrutura argumentativa de editoriais do Jornal do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NOBRE, Geraldo da S. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974 (edição fac-similar)

_____. **História da Associação Cearense de Imprensa – 1925/1975**. Fortaleza: [s.n.], 1976.

O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. 26. ed. São Paulo: Globo, 1999.

O ESTADO DE S. PAULO. **Manual de redação e estilo**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. A imprensa no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Typ. Studart, tomo XXI, 1907. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1907/1907-ImprensadoCearaI.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2008.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas-SP: Pontes, 1987.

_____. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PESSOA, Marlos B. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (Org.). **Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos**, vol. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de LETRAS da UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 197-205.

_____. O Núcleo de Estudos Históricos de Manuscritos e Impressos (NEHMI). In: _____ (Org.). **Língua, textos e história** (manuscritos e impressos na história do português brasileiro). Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005. p. 11-25.

PINHEIRO, Clemilton L. **Integração de fatos formulativos e interacionais na construção do texto**: um estudo a partir da topicalidade. São Paulo, Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

RAIBLE, Wolfgang. **Junktion: eine Dimension der Sprache und ihre Realisierungsformen zwischen Aggregation und Integration**. Heidelberg: Winter, 1992.

REBELO, Neiva M. S. **Análise do processo persuasivo no gênero editorial**. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REGO, Enylton de Sá. **O calundu e a panacéia**: a sátira menipéia e a tradição luciânica em Machado de Assis. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

RODRIGUES, Ernesto. Em cada editoria um desafio diferente. In: CALDAS, Álvaro (Org.). **Deu no jornal**: o jornalismo impresso na era da Internet. Rio de Janeiro: Edpucio/Loyola, 2002. p.79 -93.

RODRIGUES, Rosângela H. A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.152-183.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.184-207.

SALGADO, Eneida Desireé. O processo eleitoral no Brasil Império. **Revista Paraná Eleitoral**, n. 47, jan. 2003. Disponível em: <http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impreso.php?cod_texto=158>. Acesso em: 14 fev. 2009.

SALGADO, Luciana. Um ethos para Hércules: produção de sentidos e tratamento editorial de textos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 82-94.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Introdução à lingüística**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1982.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

SILVEIRA, Daniela Magalhães de. “A locomotiva intelectual”: a publicação dos contos de Machado de Assis nos periódicos fluminenses. In: **ANAIS do XVIII Encontro Regional de História – o historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 jul. 2006. CD-ROM.

SIMÕES, José da Silva. **Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerundio no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Socorro Cláudia T. **Estudo da organização textual argumentativa em editorias de jornais**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SOUZA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. In: _____ (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 287-316.

SWALES, John M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Re-thinking genres: another look at discourse community effects. In: **Re-thinking Genre Colloquium**. Ottawa: Carleton University, 1992.

_____. **Research genres: explorations and applications.** New York: Cambridge University Press, 2004.

TÁVORA, Antônio D. F. **Forma, função e propósito na constituição do gênero textual mala direta.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

_____. **Construção de um conceito de suporte: a matéria, a forma e a função interativa na atualização de gêneros textuais.** Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa.** Lisboa: Portugália, 1965.

TODOROV, T. **Os gêneros do discurso.** Tradução Elisa A. Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação.** São Paulo: Contexto, 1992.

VINCIS, Valentina. **Técnicas de junción y tradiciones discursivas medievales: el testimonio de los textos.** Trabalho apresentado no VII Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española (Mérida, 7 set. 2006), México (no prelo).

XIMENES, Expedito. **Os clíticos nos autos de querella do século XIX, no Ceará: edição filológica e análise lingüística.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

YATES, Joannes; ORLIKOWSKI, Wanda J. Genres of organizational communications: a structural approach to studying communication and media. **Academy of Management Science Review.** 17(2): 299-326, 1992.

ZAVAM, Aurea. São axiológicas as anáforas encapsuladoras?. In: CAVALCANTE, Mônica M. et al. (Org.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referência e outros domínios discursivos**, vol.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 123-143.

ANEXOS

ANEXO A – Normas de edição do PHPB

ANEXO B – *Corpus* (110 textos em edição semidiplomática)

ANEXO C – 1ª página do jornal *O Cearense*, de 11 de outubro de 1847

ANEXO D – Editorial (Jornal *Correio do Ceará*, de 1942)

ANEXO E – Carta do leitor (Jornal *O Cearense*, de 1856)

ANEXO F – 1ª página do jornal *A Estrella*, de 30 de abril de 1860

ANEXO G – Resposta de ombudsman a leitor (Jornal *O Povo*, de 2004)

ANEXO A

NORMAS DE EDIÇÃO¹

Na digitação dos textos, manteve-se a grafia original, bem como seu sistema de pontuação. As normas utilizadas estão consoantes àquelas já assumidas pela equipe nacional do PHPB. Apesar de não ter sido mantido o *layout* dos jornais, foram conservadas as notações que apareciam no texto original. Observe-se, a seguir, o significado dos sinais e convenções empregados.

Grafemas [em itálico]	Indica que os grafemas em itálico entre colchetes foram deduzidos. Ex. : (...) pois [v]á aprendendo, que muito tem que aprender; (...) anuncia-se logo um des[a]s[t]re casual
[...]	Indica a ausência de uma letra/sílaba, palavra ou trecho. Ex.: a [c]eita-se pedidos; para poder continua [.] vender, para o verão e arti[.] s de modas. (...)victoriosamente justifica-lo [...] actos que analysados
[[]]	Indica que a letra/sílaba/palavra estão repetidas. Ex.: que não re [[re]]cusem a ajunctar lhes essas correspondencias
[ilegível], [furo] [corroído], [espaço]	Indica essas situações no original da transcrição. Ex.: (...) acha no porto da [corroído] de Santos
	Indica mudança de linha.
	Indica mudança de parágrafo.
Grafemas em itálico	Indica desenvolvimento de abreviaturas. Ex.: <i>Senhor, réis, número, Excelentíssimo.</i>
(sic)	Indica que a forma escrita imediatamente anterior encontra-se com erro no original

¹ Cf. BARBOSA, Afrânio; LOPES, Célia (Org.). **Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores.** Rio de Janeiro: Projeto para a História do Português Brasileiro/Universidade Feral do Rio de Janeiro, CD-ROM, 2002.

ANEXO B

Carta n°: 001

Estado/ Cidade: Ceará

Título: **Semanário Constitucional (n19s19f1/001)**

Data/ Edição: 28 de dezembro de 1832 / n° 19

Fonte: Biblioteca Nacional

PROCLAMAÇÃO. || Cearenses! O infame, e anarchista Redactor do Clarim infernal do Aracati, não | contente de pregar tantas vezes a Confederação pelas armas, acaba de proferir em | sua immunda folha N° 51 que hoje he a | Confederação e amanhã sera a Republica; | que atrevimento, que ousadia! que grave | offença a Constituição, e falta de respeito | as leis, e as Authoridades! Porem cearenses, ao | criminoso disleixo destas he devida tanta insolencia do malvado. || Cearenses! Não acrediteis em tal monstro, que sò prega doutrinas anarchicas, e | subversivas da ordem, e que sò quer perturbar a Província, e sacrificar os que tiverem a desgraça de se deixarem illudir; | ficai certos que o Brasil hade ser Confederado, porem a Confederação hade ser | sabiamente Decretada pelos Dignos Representantes da Nação, e pela forma marcada | na Constituição. || Cearenses! Não acrediteis também no | que o malvado tem publicado contra a Redaccão, pois sò huma penna amaldiçoada | como a do Clarim infernal he capaz de dizer mal de hum Governo, que todo se dissolve pela prosperidade do Brasil, e que | tem por deviza o mais acrisolado patriotismo | e nacionalismo. || Detestai. Cearenses, detestai a tal monstro, e votai-lhe eterno odio; e a vós, Aracatienses, positivamente nos dirigimos, pe- | dindovos (sic) que abandoneis a esse infame anarchista, que já vos privou da paz, e união | em que sempre vivestes, e por fim trabalha para vos precipitar, e fazer a desgraça | de vossas familias; o malvado quer perder-se, deixai-o perder-se so' (sic), e não vos percaes tambem (sic), por illusão de hum ente tão | infame, e indigno, e só digno do voso (sic) desprezo, e indignação.

(Do Redactor)

INFORMAÇÕES NAS FOTOS ENVIADAS PELA BIBLIOTECA NACIONAL:
Semanário Constitucional. Ceará. Typ. Constitucional de Barboza, Praça Carolina.

OBSERVAÇÕES:

- Jornal noticioso de publicação semanal.

COMENTÁRIOS:

- Jornal dividido nas seções:
 1. Reprodução de ofício
 2. Ordem do dia
 3. Carta do redator (que se encontra denominada como *Proclamação*)
 4. Correspondências
 5. Nota
- Jornal dividido em 2 colunas, com textos de diferentes tamanhos de fontes.
- Não contém ilustrações de qualquer tipo.

Carta n°: 002

Estado/ Cidade: Ceará

Título: **Vinte e Trez de Julho (n18s19f1/002)**

Data/ Edição: 31 de dezembro de 1840 / n° 18 (1ª Carta do Redator)

Fonte: Biblioteca Nacional

O Pedro que à muitos dias nao' sahia pelo em- | baraço em que estava entre o Governo e os anar- | chistas, sahio no dia 30 com aquella impuden | cia (sic), e audacia, que tanto caracteriza seus redac- | tores. Attribute ao Governo os attentados que se | commetterao' imprudentemente, e que tanto tem | concorrido para a ruina e descredito dessa facção', | que tendo-se apossado de todos os empregos dos | bons serventuarios publicos, desfructando os co- | fres, e as riquezas da Provincia, tirando todos os | meios de subsistencia àos seus contrarios, com o | fim de os aniquilar, e não poderem, ir ao assou- | gue, atropellando a huns com recrutamentos, á | outros com designações e a todos com toda [a sor-] | te de vexações, e tirannias, nao' pode tolerar, que | alguns dos seus contrarios sejaõ reintregados em | seus devidos empregos nem que as redeas do Go- | verno passassem para as mãos de quem tanto olha | para os interesses do Paiz. || Vimos a ex-Oposição violentada em seus mais | preciosos annos, a penas recorrer aos meios per- | mittidos pela Constituição' e Leis do Imperio, re- | provando a desordem, e apresentando-a como o | principio de todas as calamidades; nós a vimos | invocar a Divindade e aguardar pela Maioridade, | dando com isto esperança aos menos soffredores | para nunca commetterem hum só attentado que | a enodoasse: e a opposição' actual logo que vé o | Imperador no Throno, pronuncia se contra o Seu | sabio Ministerio e insinúa (sic) que sendo o *Senhor Dom Pedro* 2º aclamado Maior sem a devida formalida- | de, devia cahir, e esperar pelo tempo prescripto. | Nós todos os dias vamos observando as suas invo- | cações á desordem, como unico meio de salvaçao'. | Cento e tantos anarchistas de mistura com assassi- | nos e salteadores, apresentao'-se armados, e de | surpresa acommettem a Villa de S. B., e prendem | as authorities constituidas; e o Pedro e Popular | apressao-se a publicar que 800 proprietarios dos | mais grados de S. B. apresentarao'-se em campo | pedindo a execuçao da LEI de 5 do *corrente!* Sua | *Excelência* à bem da tranquillidade da Provincia faz o | sacrificio de hir a Sobral dar as providencias ne- | cessarias para pôr termo a essa guerra destruido- | ra; e as mesmas publicao que Sua *Excelência* fugira com | 6 contos de reis e que fôra proclamar a Republi- | ca na Granja: tudo com o fim sinistro de revolta- | rem a Provincia, que a cada momento era ameaça | da de huma conflagraçao' geral. Vimos pois que | nós preferimos antes toda a sorte de martirios em | 3 annos, do que transtornar a ordem publica, | tendo alias hum bello estandarte o da — Maiorida- | de—: e os que nos chamavao' anarchis- | tas, quando estavaõ senhores exclusivos de tudo | em menos de 3 mezes, e sem nenhum motivo, po- | em a Provincia em huma conflagraçao, concitaõ | os Povos a sedição' publicando noticias falsas, e | doutrinas incendiarias; e apanhados em flagrante, | gritao' que he o Governo que he causa de tudo, | quando o Governo, como por encanto salva-se | do punhal armado por aquelles mesmos, em cujas | mãos deposita a força armada, enchendo-os de | graças e beneficios! || Cearenses! 8 môços estonteados, cheios do or- | gulho, de egoísmo, e de vaidade lançarao' as se- | mentes da mais cruenta discordia entre vós, que | vivíeis em paz, gosando as doçuras da vida domes- | tica. A anarchia, os saques, e a morte forao' por | elles aconselhados; e tudo isto tinha por fim o | tirarem desfructo das calamidades a que ficarieis | redusidas. Tendes visto a desordem aconselhada, | e o punhal e o fogo ameaçarem todas as vidas e | propriedades; e contentes elles se aprsentavao' | esperançados e seguros da victoria embora vosso | sangue corresse em jorros mas agora que nenhu- | ma esperança mais lhes resta de sahirem Deputa- | dos, porque os

grandes influentes dos punhais | deixarao' vergohosamente (sic) o campo da batalha | gritao'
que *sois huns loucos*, porque arruinastes | a causa delles, apresentado vos antes do dia a- |
prasadado! || Vêde o que praticarao' os seus sequases ! ainda | nao' tinhao' ganho a victoria, e já
cuidavao' nos | machados que deviao' arrombar as portas, que | encerravao' as fazendas e
bens dos seus Concida- | dão. Por toda a parte battidos, considerao'-se per- | didos; e
querendo escapar à merecida pena recor- | rem ao punhal, suppondo que deste modo deixa- |
rao' de soffrer o castigo. Ah! Tal meio he innique, | atroz, e barbaro; elle trara' reacções
tremendas, | e interminaveis. || Cearenses! perdao' aos illudidos, e guerra de | fogo aos
malvados assassinos, e ladrões!

Carta n°: 003

Estado/ Cidade: Ceará

Título: **Vinte e Trez de Julho (n18s19f1/003)**

Data/ Edição: 31 de dezembro de 1840 / n° 18 (2ª Carta do Redator)

Fonte: Biblioteca Nacional

Foi, sem duvida, pompoza e solemne a posse | da nova Camara, que tem de velar 4 annos sobre | o Municipio á tanto tempo esquecido: o seu Pre- | sidente he o maior garante de sua estabilidade e | ordem; e muito devem esperar os habitantes des | te Municipio de suas luzes, probidade, e dedicação. || Hum concurso numeroso; a presença dos *Excelentíssimos* | Presidente, e Vice-Presidente da Provincia; toda | a officialidade da G. N., de primeira Linha, e do | Corpo Policial, apresentava hum aspecto magesto- | so, tornando lisongeiras as esperanças postas nos | novos Vereadores. O seu Presidente, o mui dig- | no Medico da Pobreza desta Provincia, Deputado | Provincial, e ex-redactor da Sentinella Cearense, | do Correio d'Assemblea, e do Vinte e Trez de Ju- | lho, depois de cumprimentar ao *Exímio* Presidente | da Provincia, e a todos os Cidadãos reunidos lê | hum discurso cheio de ideas luminosas, mostran- | do as vantagens da existencia de hum Cemitério, | e outros muitos melhoramentos, e quanto era pe- | rigosa a salubridade publica o enterro dos despo- | jos humanos na Caza de Deos, no Santuario em | que se deve respirar somente o suave perfume | dos altares. || He longo este discurso, que nos foi confiado; e sentimos nao' poder transcrevel- | o no presente | numero.

Carta n°: 004

Estado/ Cidade: Ceará

Título: **Vinte e Trez de Julho (n18s19f1/004)**

Data/ Edição: 31 de dezembro de 1840 / n° 18 (3ª Carta do Redator)

Fonte: Biblioteca Nacional

Os leaes Soldados Cearenses achao'-se redusi- | dos á mais triste e lamentavel penuria pela pobreza, | em que se achao' os cofres publicos. Ao tempo | que a opposiçao' emprega todas as suas força pa- | ra arredar dos cofres algum quantitativo que deva | entrar, para por este modo levar a desesperaçao' | ao peito dos bravos, que se arrostarao', e fizerao' | os mais admiraveis sacrificios para salvar o *Exímio* | Presidente do punhal do infame Torres, os *Senhores* | Alvey, e Foulkles, não' obstante a sua qualidade | de Estrangeiros tem-se prestado sem nenhum | lucro, com quantias superiores attenta a actual crise financeira, ao lamentavel estado, em que se | achao' todas as classes. || Com tudo, mortos à fome os bravos , e leaes | soldados; faltos de todos os recursos para se man- | terem à si, e as suas esposas e filhos, a mais exem- | plar subordinaçao' se manifesta em todos elles. | Nem podemós recusar sinceros elogios ao bravo | que primeiro, á testa de tantos outros denodados | expôz seu peito à bala do inimigo, que de surpre- | sa apossou-se de odas as avenidas, que davao' | entrada aos amigos do Governo. Sim; o valente | Major Bandeira nao obstante as suas poucas pos- | sibilidades, e os unicos re[curs]os (sic) do seu pequeno | soldo, tem tirado o reservado do seu bolcinho pa- | ra matar a fome dos seus camaradas tao' dignos | de melhor sorte. Sem receber soldo algum, e sem | esperança de melhoramento dos cofres, o *Senhor* Ma- | jor Jozé Felis Bandeira tem ate pedido empresta- | do e se empenhado para supprir a falta do Thesou- | ro exaurido por essas 3 ultimas e nefandas ad- | ministrações. O seu corpo apresenta dignidade, e huma admiravel resignaçao'; e nas amostras, e | cortejos ainda mais admiravel se torna pelo aceio | e brilhantismo com que se apresenta. Tanto he | o esmero de seu Commandante. Não' menos dig- | no de elogios he o *Senhor* Tenente Tamburim, que | tao' credor da estima publica se tem tornado pela | sua conducta assaz irreprehensivel, cuidando dos | seus soldados como se fora hum pae. || Accuda o Governo Imperial com promptos soc- |orros pecuniarios, antes que os seus leaes defen- | sores fiquem esmirrados de fome.

INFORMAÇÕES NAS FOTOS ENVIADAS PELA BIBLIOTECA NACIONAL:

Vinte e Trez de Julho. Ceará, Typ. Patriótica de Antonio Eloy. Travessa da Carolina. D 4

OBSERVAÇÕES:

- Periódico noticioso, pertencente à Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

COMENTÁRIOS:

- Periódico dividido nas seções:
 1. Parte Official
 2. Cartas
 3. Relato (de ataque de rebeldes na província)
 4. Cartas do redator
 5. Notícias
 6. Lista de elegíveis ao cargo de Senador
 7. Avisos
- Jornal dividido em 2 colunas, sem gravuras.
- Alguns textos têm nota de rodapé.
- As cartas do redator encontram-se intercaladas por uma notícia.
- As seções são, algumas vezes, diferenciadas por um título em itálico.

Carta nº: 005

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n01s19f2/005)**

Data/ Edição: 04 de outubro de 1846/ nº 01

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94A)

O CEARENSE. || **A imprensa entre nós.** || A imprensa, hum dos inventos mais su- | blimes do homem; aquelle por meio do | qual desaparece a desigualdade de co- | nhcimentos, taõ contraria aos interesses da | sociedade; que multiplicando com uma | facilidade infinita o que de bom e util se | tem escrito sobre todas as artes, e scien- | cias, a derrama no meio do povo e o ins- | true de seus direitos e obrigações; em nos- | sa provincia , nem sempre tem guardado | os limites da decencia, e de uma bem | entendida liberdade. || Muitas veses, ella se tem transviado da | verdadeira senda por onde deviria (sic) cami- | nhar, e usando de huma linguagem as- | querosa e immunda, tem lançado de si ver- | dadeiros pasquins indignos de quem os escreve, e da quelles (sic) para quem saõ escri- | tos; outras, abusando do seu poder colos- | sal, chafurda-se no putrido lamaçal das ca- | lumnias e injurias, e violando com infer- | nal scinismo a moral publica, vomita as | feses as mais negras contra a honra e re- | putação dos mais respeitáveis cidadãos... || Será uma calumnia, que avança- | mos contra a nossa imprensa; uma inju- | ria que lhe irrogamos? Antes o fôra! nós | nos correriamos de vergonha por assim | querermos desacredital-a (sic), em vez de nos | cobrirmos della, vendo-a neste triste esta- | do. Inda mais; quaes saõ os bens, que em | nossa provincia, tem produsido a impren- | sa? || Não queremos descer aos factos; não que- | remos particularisal-os (sic); se o quiséssemos, | cremos que mostrariamos, que em lugar | de bens ella nos tem causado males incal- | culaveis, e que nol-os (sic) continuará a causar | se a não fisermos tomar outro norte. Se | por meio da imprensa podemos derramar por todas as classes uteis conhecimentos, | de que venha depois gosar a sociedade; | se por meio della podemos adoçar os cos- | tumes do povo; mostrar-lhes seus verda- | deiros interesses; guial-o (sic) para o bem; in- | cital-o (sic) ao trabalho e a economia, sem o q' | jamais elle será feliz; por que o não faze- | mos? Por que, pelo contrario damos-lhe | uma idea taõ desfavoravel desta grande | invenção; o obrigamos a fazer de nós que | escrevemos para elle hum juizo taõ triste, | taõ mesquinho? Por que, sobre tudo (sic), nos | expomos fora de nossa provincia á irrisão | de nossos irmãos, ao desprezo de não ser- | mos lidos, pois só escrevemos *descompos- | turas* e *arrieiradas*; ao descrédito de nos- | sas capacidades, de nossas intelligencias e | illustração? Ao menos não valle apenas se- | guirmos outro rumo, por amor de nós | mesmos? Cremos que sim; e esperamos | dos nossos collegas no jornalismo uma | completa reforma na marcha, que tem se- | guido até agora. Uma vez que os Cea- | renses não podem se ligar em um só | pensamento politico; uma vez que isto é | absolutamente impossivel pela natureza do | bello systema, que felizmente nos rege; | procuremos unir-nos naquillo em que o po- | demos, inda que façamos um pequeno | sacrificio, se é que nisto o fazemos; ligue- | mos-nos ao menos naquillo que, nada ten- | do de commum com o espirito de parti- | do, tem tudo com o credito de nós todos | em geral, com a felicidade presente e fu- | tura de nossa provincia. Que se dirá de | nós ao lerem-se algumas de nossas folhas? | que idea tristissima não se fará de nós, | vendo-se a linguagem com que escreve- | mos para o publico? E convem que este | estado continue? Decididamente dizemos | que não; e sem medo de errar assegura- | mos que jamais admittiremos em nossas | columnas essa linguagem usada por alguns | de nossos collegas, que sem o sentirem | tem lançado um borraõ indelevel na nos- | sa imprensa: não apresentaremos grandes | cousas, é verdade; mas tambem não firi- | remos (sic) os ouvidos de nossos leitores com | essa nomenclatura de expressões injurio- | sas, que outros sõem (sic) empregar; e quan- | do não nos acreditemos pelas nossas pro- | duções, esperamos não nos desacreditar- | mos pela nossa linguagem. Eis o que de- | sejávamos fisessem todos os que saõ leva- | dos a escrever para o público; eis o que |

lhes pedimos com todas as veras por amor | do torraõ caro em que nascemos: quasi (sic) | que até agora só se ha escrito para o nos- | so descredito; não será possível rehabili- | tarmos-nos? Escrever uma língua- | gem mais pura e castigada? Escrever cou- | sas que interessem a nossa infeliz provin- | cia, victima das seccas pela nossa incu- | ria e desleixo; victima do frenezi do par- | tidos, por não conhecermos bem os nos- | sos verdadeiros interesses?

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

O Cearense, Cidade do Ceará; Typ. De Francisco Luiz de Vasconcellos.

OBSERVAÇÕES:

- O exemplar apresenta as páginas 01 e 02 mutiladas.
- Neste exemplar constam 2 cartas dirigidas aos leitores na seção O Cearense: A imprensa entre nós e A secca.

COMENTÁRIOS:

- Seções:
 1. Governo da Província (Expediente)
 2. Parte Official
 3. Edital
 4. O Cearense (Editor/Redator dirigindo-se aos leitores)Pos-Scriptun (sic)

Carta nº: 006

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n02s19f2/006)**

Data/ Edição: 11 de outubro de 1846/ nº 02

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94A)

O CEARENSE. || **Duas palavras sobre a nossa | deputação.** || Se é da obrigação do escriptor pu- | blico censurar aquelles, que revestidos | dos cargos do estado, não cumprem | bem com os deveres, que lhe são in- | herentes; pensamos que não é menos | de sua rigorosa obrigação apresentar ao | paiz os que desempenhando como de- | viaõ as funcções, que lhe éraõ conne- | xas, tornaraõ-se por isto credores da es- | tima e concideraçãõ (sic) de seus concida- | daõs. || Neste caso entendemos que está a | nossa deputaçãõ geral pelos serviços, | que prestou à província. Logo que saio | para a côrte, ao chegar na barra do | Rio grande do Norte, derigio (sic) um of- | ficio ao seu presidente, pintando-lhe o | triste estado em que nos achavamos, | e pedindo-lhe a prompta saida, para | esta, da embarcaçãõ, que com farinha | estava na quelle porto: esta sua roga- | tiva teve a devida attençãõ daquelle di- | gno presidente, que a fez sair imme- | diatamente. || Em Pernambuco apresentou-se ao pre- | sidente, e derigio-lhe (sic) uma representa- | çãõ, em que, mostrando o doloroso es- | tado por que estavaõ passando nossos | comprovincianos, pedia-lhe a remessa | para aqui de oito mil saccas de fari- | nha: aquelle digno presidente, tendo- | a attendido fez-nos enviar a farinha, q' | lhe foi possivel achar mais de promp- | to. Chegando á côrte foi incansavel, e | invidou todas as suas forças para mi- | norar, quando não destruir de todo, os | males, que por cá estavam soffrendo. | Ahi correm impressos os projectos, que | ella, junto ás deputações da Parahiba, | e do Rio Grande do Norte, apresentou | não só para um emprestimo de 500 | contos a favor de nossos fazendeiros e | agricultores; como para o supprimento | de 40 contos de réis por trez annos á | nossa tísica thesouraria provincial: este | passou sem o menor debate, e a acha- | se hoje sancionado. Além destes ac- | tos, que de commum acordo ella pra- | ticou em nosso favor, cada um de seus | membros offrecia à concidera[çã]õ da ca- | mara, e do governo aquillo que jul- | gava conveniente para a sua provincia: | assim vimos propor dez contos de reis. | para o melhoramento do nosso porto; | seis para os reparos de nosso quartel; | uma loteria em beneficio da igreja de | Mecejana; ou augmento dos ordena- | dos dos empregados da secretaria da | policia ; o desmembramento do termo | da Imperatriz do de Baturité, e ou- | tras muitas cousas, todas em beneficio | daquelles aquém ella representava. á- | vista disto entendemos q' seriamos in- | justos não apresentando os serviços de nossos representantes ao conhecimento | publico, e não lhes dando os devidos | elogios e emboras pelo bem q' desem- | penharaõ a honrosa missãõ de [que] se | achavaõ encarregados. Estamos convenci- | dos q' se não alcançarãõ tudo quanto | propuzeraõ, não foi culpa sua, mas | sim daquelles q' suppunhaõ ser meia | dusia de graõs de farinha, mandados | tarde e á más horas o quanto basta- | va ao misero CEARÁ: não importa; a | deputaçãõ cearense fez quanto pôde, | e por isto é credora de nosso reconhe- | cimento; receba pois os nossos agrade- | cimentos, e continuando como princi- | piou merecerá as bençãos desta patria | querida. || NB. Quem hade gabar a noiva? [frase manuscrita]

COMENTÁRIOS (Seções do jornal):

1. Governo da Província (Expediente)
2. Parte Official (publicaçãõ de leis)
3. O Cearense
4. Notícias Diversas
5. Theatro Thaliense (anúncio)

Pos-Scriptum

Carta nº: 007

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n07s19f2/007)**

Data/ Edição: 15 de novembro de 1846/ nº 07

Fonte: BPGMP (rolo nº 94A)

O CEARENSE. || **Que de assassinatos!** || È doloroso o estado em que actual- | mente se acha a comarca de Baturite; | e se o governo não tomar promptas pro- | videncias mandando para ali um des- | tacamento de linha, muito tememos pe- | la sorte daquelles comarcas. || Uma carta, que temos a vista de pes- | soa mui sisuda, nos refere que logo q' | dali sahio o destacamento, que la ha- | via, fora môrto a 4 do passado publi- | camente no meio das ruas da villa o | infeliz João da Costa Maciel, sem que | houvesse quem obstasse aos assassinos! | que a 25 no sitio *Mundo-novo* houve- | ra uma desordem entre duas familias, | da qual resultou sairem 4 pessoas fe- | ridas; que no dia 27 na serra dos *Bas- | tiões* um individuo dera em outro u- | ma facada; acontecendo o mesmo no | sit[i]o *Correntes*: e finalmente que no dia | 28 na serra *Coité* Luiz José da Costa | fôra com dois filhos e um escravo ar- | mados a casa de Ignacio Victal de Ne- | greiros, e tendo com elle forte contes- | tação resultou a morte de um irmão | de Negreiros, o qual acudira á desor- | dem, e a do escravo de Luiz José, fi- | cando seu filho mortalmente ferido de | um tiro, Negreiros muito doente de | varios ferimentos! || Taõ triste acontecimento, não poden- | do deixar de tocar a todos, nos obri- | ga a pedir a *Sua Excelência* que lance suas | vistas sobre aquella comarca, fasendo | para ali partir immediatamente uma | força a fim de proteger as vidas de seus | habitantes e coadjuvar a acção da jus- | tica: julgamos isto tanto mais neces- | sario quando sabemos que a nossa guar- | da nacional é uma força nulla entre | nós, e que Luiz José ameaça ir den- | tro da villa assassinar algumas pessoas | de quem é inimigo. Não devemos des- | presar este objecto, a menos que não | queiramos augmentar o catalogo dessas | victimas lançadas a borda e dentro da | sepultura: os assassinos animados pela | falta de perseguição podem causar ain- | da horriveis desgraças, sem remedio, e | não são as autoridades nem de Batu- | rité e nem de outra qual quer parte | que os haõ de perseguir sem o apoio | de uma força que as coadjuve. Convem | por tanto não dar a menor guarida á | esses homens, que desconhecendo os seus | deveres para com Deus e seus seme- | lhantes, lançaõ-se na carreira dos cri- | mes, postergando todas as leis divinas | e humanas: se elles não contassem com | a impunidade, que taõ comizinha é | entre nós, e que é a causa principal | desses repetidos factos de que somos tes- | temunhas todos os dias, certamente não | se abalançariaõ a pratical-os: persiga- | mol-os pois; acocemol-os com o mesmo | furor, mas justo e legal, com que elles | descarregaõ o golpe sobre a innocente | victima; e não lhes dando quartel tra- | dusamol-os aos tribunaes para soffre- | rem as penas e o rigor das leis: se is- | to não fisermos ai! de nos! ai! do mi- | sero Ceará taõ acabrunhado por todos | os lados! || Chamamos pois a attenção da presi- | dencia sobre Baturité, e esperamos q' | *Sua Excelência* acuda aquella comarca pra não | vermos nella as desgraças, que a a- | meaçaõ.

COMENTÁRIOS:

- Seções:
 1. Governo da Província (Expediente)
 2. Repertorio de Leis
 3. O Cearense
 4. Declaração
 5. Annuncios

Carta nº: 008

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n89s19f2/008)**

Data/ Edição: 7 de outubro de 1847/ nº 89

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94-A)

Eleição para Senadores. || Temos de ver brevemente a urna cearense apresentar à coroa seis cidadãos para d'entre elles serem escolhidos os 2, que devem preencher as vagas, que por parte desta provincia existem no senado brasileiro. Talentos, e virtudes são os requisitos, a que deveis attender, *senhores* Eleitores, e attendei bem, que a eleição de senadores e de muito maior importancia do que a de deputados; porque o mandato de uns é vitalicio, e o de outros é temporario; o de uns podeis dentro de quatro annos revogar, o de outros não o podeis. || Persuadimos-nos, que a provincia do Ceará procurará desempenhar essa tarefa dignamente, usando de seu direito por maneira que a lista sextupla seja preenchida por aquelles de seus filhos, que mais illustração, e serviços tiverem, reparando sobretudo em seu reconhecido patriotismo, e amor as instituições liberaes, que felizmente regem o imperio brasileiro. || Gravissima é a epocha actual; e cumpre, que homens verdadeiramente dedicados a causa da patria tomem parte na gestão dos publicos negocios, e procurem a salvação do estado consolidando instituições, que o espirito da ambição, e egoismo tem querido desacreditar, e traser-lhe completa ruina. O poder legislativo é quem determina e ordena o que mais convem a sociedade; e portanto deve ser um poder esclarecido, e ao mesmo tempo dedicado ao paiz. Porem o senado faz parte desse poder; e em grande parte delle depende a nossa feicidade (sic) porque pode por modo tal intervir nas questões domesticas, e tomar tal influencias, e preponderancia, que si esta não for dirigida com summa prudencia, muito teremos de sentir os seus funestos resultados. É necessario pois levar ao senado homens, que cujas ideas, cujas virtudes nos assegurem um bom futuro e arredem planos de usurpação, e dominio. Reflectamos sobre as discussões havidas acerca da interpretação do artigo 61 da constituição, e conhecemos até onde pode extender-se o seu poder immenso. || Somos nós os primeiros, que advogamos a candidatura dos filhos da provincia; mas nem por isso deixaremos levar-nos por um mesquinho espirito de provincialismo, que nos faça repellir qualquer extranho candidato. Um rasoavel (sic) espirito de provincialismo é muito vantajoso; e assim para prescindirmos delle cumpre haver motivos, e nunca será reparado quando uma provincia qualquer contempla em uma lista senatorial um cidadão prestante filho de outra provincia. || Por isso julgamos, que tendo os srs. eleitores cearenses de apresentar uma lista de 6 cidadãos para a escolha de 2 senadores, será a par dos nomes dos *senhores* Peixoto de Alencar, Paula Pessoa, e outros bem aceito o nome do *Exímio Senhor*. Candido Baptista d'Oliveira, cidadão que tantos serviços há prestado a sua patria já como escriptor, já como embaixador na Europa, e já como ministro de estado.

INFORMAÇÕES NO MICROFILME

O Cearense. Ceará, Typographia de Francisco Luiz de Vasconcellos, 1846-1848.

COMENTÁRIOS (Seções deste exemplar):

1. Governo da Província (Expediente do dia 13 de agosto de 1847)
2. Parte official (abaixo-assinado)
3. Eleições para Senadores
4. Comunicado
5. Variedade
6. Annuncios

Carta nº: 009

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n91s19f2/009)**

Data/ Edição: 11 de outubro de 1847/ nº 91 (1ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94-A)

As eleições. || No Brasil foi sempre fatal, e de des- | prósitos (sic), e locuras (sic) a epocha das eleições. | As perseguições, e a immoralidade surgiu - | ão entãõ, e apresentavaõ-se contristando | o coraçãõ do homem sizudo, do homem | honrado, que presava sua patria, e via | como agentes de tantas iniquidades os | entes mais ignobeis, e despresiveis, e se- | nhores do campo eleitoral conquistado | pelo seo espirito desordeiro, e turbulen- | to. O cidadão honesto deixava o lugar, | onde em vez de exercer um sacrosanto | ministerio, ia mesclar-se com a turba | d'esses homens depravados cobertos de | indignidades. || Quantas vezes não vimos nós conspur- | cado o lugar sancto onde a lei mandava- | nos exercer taõ importante, e suberano (sic) | direito? A lei escolhendo as freguezias | queria sem duvida dar ao acto um cara- | cter mais de sanctidade, e magestade; | porem debalde porque ellas se tornavaõ | nesses dias asiagos uma praça de gla- | diadores, onde a nada se attendia, nem | respeitava, praticando-se toda a casta de | violencias, e indignidades. Os mais auda- | ses, e turbulentos animados por promes- | sas, e esperanças não poupavaõ insolen- | cias contra os cidadãos pacificos, que | iaõ conscienciosamente depositar o seo | voto; estes muitas vezes voltavaõ aturdi- | dos antes de o haverem dado. || Jamais a urna assim apresentou o resulta- | do verdadeiro da opiniaõ publica; antes nos mostrava, que a victoria era tam- | somente dos turbulentos e ousados, que | se apoderavaõ da meza. Deixemos porem | essas ltuosas scenas de dôr, com que a | patria compungida já desesperava de si, e | não encontrava recursos. || Mil graças porem agora rendamos a | politica dominante, que nos dotou com a | actual lei regulamentar de eleições, que | veio pôr termo a tantos despropósitos, e | loucuras, e deixando as passadas atroci- | dades digamos como aqui n'esta capital | foraõ feitas as eleições nos dias 3, 4, 5 e | 6 do corrente, e cujo resultado ainda ig- | noramos. || Ninguem pode negar, que com muita | igualdade se bateraõ os partidos na pre- | sente eleiaõ, e que plena liberdade hou- | ve para todos. O campo eleitoral esteve | aberto, e franco, e os dois partidos, que | lutaraõ, não se podem com rasoãõ quei- | xar da falta de liberdade. A opposiçaõ, é | verdade, pensando que é dever seo gri- | tar contra tudo, exag[[g]]erar as cousas mais | pequeninas, e envenenar as mais inno- | centes, não deixa de bradar contra a op- | pressaõ, que nunca existio, e que ella | sabe muito bem, que não appareceo. Mas | deixe a opposiçaõ o seo rancor, e verã, | que as armas, com que lutamos forãõ | iguaes. Não desfigure os factos, confes- | se a verdade, e diga comnosco, que a | derrota, que soffrer qualquer dos parti- | dos, só é devida ou a seo pouco concei- | to entre o povo, ou a pouca actividade, | e impericia no manejo das armas, com | que deviaõ alcançar a victoria. || Nós vimos aqui n'esta capital um facto | bem singular entre nós, e assas (sic) lizon- | geiro ao governo, e foi o apresentarem- | se de plano, e claramente em campo varios | empregados civis, e militares trabalhan- | do em sentido contrario ao do governo | para que não prevalessem os nossos candidatos. || E não è isso uma manifesta prova, de | que muito confiaõ na justiça, e rectidaõ | do mesmo governo? Não disemos, que | os empregados publicos sejaõ escravos | cegos do governo, deixando de parte suas | opiniaões nas eleições; mas tambem nos | persuadimos, que não deve chegar a tan- | to essa liberdade, que lhes dê direito de | apresentarem-se publicamente cabal[[l]]an- | do, e andarem com as algibeiras cheias | de listas, em vez de irem para as suas | repartições cumprir com seos deveres. | Cabalar contra o governo e querer sup- | plantal-o; e deve fazer isso quem do mes- | mo governo recebe o emprego, e mere- | ce confiança? | Não de certo; por tanto | quando um empregado despresando essas | considerações hostileza o governo, collo- | ca este na dura necessidade de o dimit- | tir, sem que se possa queixar de injusti- | ça; pois se o empregado

julga dever em | sua consciencia fazer todos os exforços | para ver o triumpho de suas
opiniões não | deve estranhar que o governo afaste de | si quem o estrova em seos fins, e cha- |
me quem o coadjuve na empresa, de q' | se acha encarregado, e que elle tem por | dever levar
a effeito.

Carta nº: 010

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n91s19f2/010)**

Data/ Edição: 11 de outubro de 1847/ nº 91 (2ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94-A)

Cada um diz o que quer. || Quem ler o *Pedro II* numero 657, | e não tiver presenciado, o que se passou | aqui na capital, durante esses dias da | eleição de certo acreditará, que alguma | cousa de real haverá em suas declama- | ções. Mas examinemos ponto a ponto, e | conheçamos a verdade. || Diz o Pedro Segundo que a policia des- | correndo pelas ruas da capital insultava | prendia sem motivo a cidadãos pacificos; que as lojas (sic), e as mesmas casas de vi- | venda dos oppo[...]cionistas estavaõ fecha- | das; que em todas as estradas existiaõ pi- | quetes, que conduziaõ presos, e recolhi- | aõ a um arm[...]zem com sentinellas a por- | ta aos que vinhaõ votar!! || Ora com effeito para que essa imp[...]u- | dencia, para que esse desejo de prosti- | tuir a imprensa com a publi[...]ção de ta- | manhas falsidades! Se a opposição quer | fazer crer, que a eleição não foi feita | com liberdade, procure outros meios, | não exagere os factos, nem desnature as | cousas aponto de as tórnar incríveis. Bem | sabemos, que o Pedro Segundo não es- | creve para aqui; porem persuadir-se-á o | collega, que factos taõ escandalosos se- | jaõ acreditodos (sic) em parte alguma? Como | é, que o governo querendo despersar a | gente da opposição, empregando a vio- | lencia, e tendo força para isso deixava, | que estivessem em boa paz esses vossos | mil caranguejos aboletados em certas | cazas? || Pelo vosso proprio dicto logo se vê | qual é a verdade, e é que o governo deo | liberdade, não teve parte directa na e- | leição; e tanto vós conheceis, que o go- | verno não praticara acto algum de vio- | lencia, ou mesmo de rigor, que no col- | legio eleitoral vós vos apresentastes in- | solentes, e intolerantes, e nós pelo com- | trario tudo prudenciavamos, sem nos | querer valer da vantagem do poder, por | que cremos, e estamos certos, que com | o tumulto, com insubordianção nada con- | segue qualquer partido. || Um ponto sobre que tanto tendes des- | corrido já o dizemos, è mui simples, e | natural – é a dispersão feita pela policia | da gente que vinha em um grupo de 300 | pessoas pela estrada de Soure no dia 2 | do corrente. Vós mesmos confessaes, que | essa gente vinha reunida entrar na ci- | dade, e perguntamos, qual é a policia taõ | negligente, taõ descuidada, que sabendo | que penetra n'um povoado taõ crescido | numero de gente não indaga por seos in- | tentos? O chefe de policia soube que gen- | te vinha assim reunida entrar na Cida- | de, e cumprio um rigoroso dever fa- | zendo o que fez. Foi ter com essa gente | e como não lhe haviaõ participado qual | o seo designo, mandou, que dissolves- | sem a reuniaõ. A comparação feita com a | gente do *senhor* tenente coronel Barroso não | póde prevalecer, nem mostrar parciali- | dade do governo, por quanto o *senhor* tenen- | te coronel, fez a devida participação as | auctoridades competentes, e dice-lhes a | que vinha aquelle povo. Porque não fez | o mesmo o *senhor* Alexandre Ferreira Gomes, | que condusia a gente de Santa Cruz? || Quaes são as prisões, que se fizeraõ nas | vespera da eleições? Aponta o *Pedro Se-* | gundo a do juiz de paz do Trahiri, e de | José André. Ora, suppomos nós, que em | dias de eleição não fica prohibido a for- | ça publica prender um criminoso, que | apparece, nem recolher a alguém, que | desobedece, ou insulta as patrulhas. O | juiz de paz do Trahiri é criminoso, está | pronunciado por crime de soltar recru- | tas a força d'armas: o *Pedro Segundo* es- | tá bem certo disso, e sabe, q' no cartorio | do escrivão Candido esta o nome de Ma- | noel Francisco Pereira lançado no rol dos | culpados. A prisã (sic) de José André todos | sabem, que foi um d'essas prisões de | policia, que nada tem de notavel. José | André trava rasões com um soldado, es- | te o prende; que culpa tem disso o go- | verno? Que importancia eleitoral tem | José André para ser preso por motivos de | eleição! || Nenhuma explicação podemos dar do | arrojo, com que diz o *Pedro Segundo*, | que

no dia 2 do corrente as espadas, e os cacetes soã nas calçadas d'esta capital, e que piquetes estavaõ postados nas estradas! Cesse tanta impudencia, e corraõ a outros meios.

Carta nº: 011

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n91s19f2/011)**

Data/ Edição: 11 de outubro de 1847/ nº 91 (3ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94-A)

Os interesses materiaes. || Nós a pouco começamos como nação, | e um acontecimento grande annuncia- | nos, que vamos desenvolver nossos prin- | cipios de sociabilidade. Inauguramos u- | ma dynastia na America, e isso é a con- | dição de impresas (sic) grandes, e de nature- | za especial; por quanto no presente, e no | passado dos principes da velha Europa | encontra o nosso traçados os deveres, | que o guiarão, quando seo patriotismo | lhe os não revelasse. O nosso monarcha | conhecendo que os destinos do imperio | lhe foraõ confiados pela Providencia, e | vontade nacional, lembra-se-á, que o | sangue, que em suas veias corre era já | real ha mais de 800 annos, e lembrar- | se-a tambem, que o throno foi levantado e é sustentado pelo braço popular. || A monarchia pois entre nós vê-se n' - | uma posição brilhante, n'uma posição, | em que deve desenvolver-se sem ser res- | tringida pelas exigencias de privilegiados | nem intimidada pelos assomos de uma | democracia altiva, e intolerante. A no- | breza de sua ascendencia, e os grandes | exemplos de seos progenitores fotificaõ | nossa crensa, e nos fazem persuadir, q' | instituída por interesse commum ella | procurará extender sua protecção sobre | todos os interesses sem distincção de or- | dens, nem de classes reconhedidas (sic). || A monarchia no Brasil tem por norma | principal, e condição de sua existencia | o desenvolvimento da civilisação, e as | lutas, de que ha sahido victoriosa con- | tra o espirito de destruição, teem-nos | mostrado sua força, seo poder superior | aos partidos; cumpre-lhe mostrar agora, | que a respeito das novas necessidades, | que o povo sente, tem a mesma superi- | oridade, que possui quando vence ini- | migos, e perdoa vencidos. Em suas mãos | está a sorte do principio monarchico, | cujos adversarios tanto augmentaõ em | credito com promessas ao povo de um | futuro melhor, que satisfaça suas pre- | cisões, e traga-lhe maiores commodida- | des; e os homens de todas as condições | já se julgaõ com sagrado direito á pro- | moção d'esse futuro, que se quer fazer | crer, que é retardado pela monarchia, | alias o principio que mais efficasmente | nos pode guiar a essa promettida pros- | peridade. || Aos amantes, e defensores da monar- | chia incumbe prestar toda attenção a es- | se ponto, e ver como ella se sai dessa | provação, que fixará os destinos pol[...]|ticos | do imperio, com o desenvolvimento dos | interesses materiaes, e com a conveni- | ente participaçãõ da nossa democracia | em [...] os fructos d'esse melhoramento. É | nosso primeiro dever, nós que queremos | a monarchia, que queremos ordem, | tranquillidade p' á sombra della prospe- | rarmos, procurar todos os modos de puder (sic) | responder com factos com a realização das | vantagens materiaes á democracia, quan- | do perguntar ao principe, como outr' - | ora a Hugo Capeto perguntou o conde de | Perigord – Quem vos fez rei?

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar:
 1. Editaes
 2. (Cartas do redator): *As eleições, Cada um diz o que quer, Os interesses materiaes*
 3. Necrologia
 4. (Artigo de opinião): *Como nas mais provincias chegaõ as nossas noticias*
 5. Tradução livre de relatório sobre *Projeto de lei relativo ao estabelecimento de uma prisão penitenciaria, lido por Gustavo Dummont e no concelho (sic) representativo*

Carta nº: 012

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Cearense (n183s19f2/012)**

Data/ Edição: 08 de setembro de 1848/ nº 183

Fonte: BPGMP (Rolo O Cearense, 94 - A)

O dia Sete de Setembro || Nós os saudamos oh bellas margens | do Ipyranga! E que brasileiro hoje vos | não saudara, levando cheio d'entuzias- | mo sua ideia a visitar esses ditos lu- | gares, que primeiro alumiou o sol de | nossa Independencia! Em vós verá elle | com a immaginação a ultima luta do | despotismo com a liberdade: aquelle | em seu ultimo arrancar forcejando se | por erguer-se, porem esta dando lhe o | ultimo glope de morte! Sim não ha que | duvidar, em vos soou o brado mais | forte dessa liberdade que tanto preza- | mos, esse brado que reprecutando (sic) por | toda a terra da Santa Cruz – confundio | para sempre os tyrannos da velha Euro- | pa! E vinte e seis annos são passados | depois que somos livres, sem que o | pensamento magestoso (sic) desse dia de glo- | ri[a], em que d'escravos que eramos acorda- | mos na liberdade, deixe d'estar com nos- | co hum so momento. || Eraõ de tres seculos as cadeias de | nossa escravidaõ, os ferros do despotismo, | que nos agrilhoava, mas em hum so | dia rompemos essas cadeias, e quebra- | mos esses ferros. Fizemos mais: vinga- | mos o sangue de muitos heroes, que | em suas tentativas infelises (sic) para lier- | tar o Brasil, foraõ victimas da tyran- | nia! Demos hum pasmozo exemplo a | todas as nações do mundo; nossa líber- | dade não custou rios de sangue. Ain- | da alguns cegos oppressores da recente | colonia, quizeraõ sustentar as ambicio- | zas pretenções da Metropole, porem de | balde: quando huma cauza he commum | seu triumpho he certo, e em breve | o poder de nossas armas alcançou so- | bre elles a mais brilhante Victoria, e | elles authores de huma resistencia tenaz | e desvairada assim mesmo acharaõ hum | abrigo a sombra de nosso patriotismo. De | certo formamos huma pagina de ouro | para nossa historia. Mas ah! quem déra | que apóz esses dias de gloria para nós, | não nos amanhecessem outros carrega- | dos e cheios de lucto; quem déra que | depois dessa paz serena, que diries, sym- | bolizava o descansar de hum povo he- | roico, depois de huma grande victoria | pela liberdade, dessa paz que reinava | a sombra da espada de hum Principe | magnanimo, e do genio profundo do | illustre Andrada, a anarchia, e o ca- | dafalço não tivessem tido mais victimas! | Ah! o despotismo que de todo ainda | não havia morrido ergueo ainda huma vez sua cabeça de sangue! || Mas deixemos essas recordações, o Bra- | sil he livre: tem passado, e passará por | todas essas vicissitudes quasi que ne- | cessarias a huma nação, que inda co- | meça a carreira da civilização e da li- | berdade, porem hum dia pela acção lenta | do tempo chegaremos a esse grau de felicidade, que desejamos. He verdade, | que ainda paixões politicas nos dividem, | porem todas ellas tem mais ou menos | huma razaõ, e he essa huma das com- | dições dos governos livres. Não dezes- | peremos pois, o elhemos (sic) para o futuro | com a consciencia do presente. Deixe- | mos de innovações, e cuidemos de aper- | feiçoar o que temos. Que nos importa | que a França dê hum brado de rege- | neração para a humanidade, se a França | vai-se afogando em seo próprio sangue, | perdendo-se em suas revoluções, e ahys- | mando-se em sua anarchia?! Não, a ex- | periencia própria nos ensine! Já conhece- | mos o que he anarchia, e despotismo: | quando este reina a liberdade morre, | q quando aquella domina liberdade | enlouquece! Continuemos pois a ser li- | vres, porem livres taes como devemos- | se-lo, que o dia **sete de setembro** se- | ra o dia de mais bello raiar para os Bra- | sileiros, o dia de nossas mais caras re- | miniscencias!.....

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar:
 1. Expediente (do dia 28 de agosto de 1848)

2. *O dia Sete de Setembro*
3. Textos diversos: poema *Glosa, A Constituição brasileira e o Senado; A reorganização (sic) ou o programa do partido da actual Opção*
4. Edital
5. Anuncios

Carta nº: 013

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n973s19f2/013)**

Data/ Edição: 11 de novembro de 1856/ nº 973 (1ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94-E)

O CEARENSE. || A conquista eleitoral. || Quando esperavamos que a eleição de novembro corresse, sinão com imparcialidade, | ao menos com mais moderação, e moralidade, pela presença do *exímio Senhor Paes Barreto* | em quem os partidos depositavão confiança; eis que os successos, cujas noticias nos | chegam á cada passo, nos fazem passar pela | mais triste decepção. || *A botica* tinha jurado vencer todos os | circulos: por que não quer, e nem lhe faz conta afrouxar, ou deminuir um pouco o | predomínio official que exerce na provincia (sic). || Consequentemente com o seo proposito, apoia- | das nas suas notoriedades, confiada na pro- | tecção que tem sempre tido do governo, | zombou das recommendações do sr. Paes | Barreto, e levou a conquista por todos os | pontos, por todos os meios possiveis. || O partido liberal foi victima de sua boa | fé. Sedusido pelas promessas do governo de | garantias de voto livre, confiou demasia- | damente contando que seos adversarios, parti- | darios e agentes do governo observarião as | suas ordens. Engano fatal! || Na Imperatriz, Sobral, e *Santa Anna* en- | contrarão as ballas, e punhaes, que lhes fi- | zerão pagar caro a *audacia* de disputarem | aos *senhores* da situação o direito do voto | livre. || Na villa de Cascavel a despeito de repe- | tidas recommendações da presidencia, suas authoriddes não fizeram cazo, e como a fi- | nal se convencerão, que havião perdido á | eleição, recorrem a violencia, roubão a urna, | já que não poderão, como em setembro, introduzir-lhe massas de cédulas. || A deslealdade, a má fé, a protervia é a | arma commum desse partido; quando não | vão ao punhal, ao bacamarte, e as bayo- | netas. || Da carta que em seguida publicamos, vê- | rão nossos leitores o procedimento desse | partido na eleição do Cascavel. || Ainda assim damos graças a Deos, por | ter-nos poupado victimas. Roubarão so- | mente a urna, por que tinham perdido a | eleição; mas não matarão como em Sobral, | Imperatriz, *Santa Anna* e Crato. Já é isso um | grande beneficio que devemos agradecer.

Carta nº: 014

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n973s19f2/014)**

Data/ Edição: 11 de novembro de 1856/ nº 973 (2ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94-E)

O Pedro II, e os seus cessos eleitoraes. || E' mister mais que resignação, é mister | toda longanimidade ao partido liberal des- | ta província, para alem de ver seos corre- | ligionarios exhibirem aos golpes do punhal | assassino, e das ballas de seos adversarios, | ouvir depois o órgão da botica, a folha | official do governo cuspir injurias à face | de duas victimas; e recriminar os liberaes | pelos assassinatos feitos em seos artigos! || No Canindé assassinão três cidadãos em | 1852; os amigos das victimas forão os | pronunciados! || No Crato assassinão q nosso infeliz cor- | religionario Jose Gonçalves Laudim, balle- | ao, e ferem á outros; e ainda são os seos | amigos os culpados e responsaveis! || Na Imperatriz o dr. juiz de direito Raí- | mundo Ferreira de Araújo Lima executa | um plano horroroso de há muito combina- | do, e preparado para levar a eleição de | assalto; manda fazer fogo sobre o povo, | uma victima infeliz cahe assassinada pelas | ballas dos soldados; ainda em cima escar- | nece-se dos liberaes, emputa se lhes o cri- | me, por que não consentirão na *regene- / ração*, e *civilização* que o sr dr Raimun- | do queria introduzir n'aquelle povo. || Vede com que eynismo a folha do go- | verno transcreve uma carta do próprio dr | Raimundo que depois de de-compor (sic) os chi- | mangos da Imperatriz e de elogiar se faus- | tivamente, confessa que para *civilisar* os | homens daquella terra, estava para intro- | duzir a luta de opinião, como elemento de | vida dos governos, fazendo a eleição mui | regulamente com o juiz de paz de S. Cruz, | quando os chimangos invadirão a igreja, | travou-se a luta, e um soldado matou um | chimango, e ferio outros por culpa destes | não quererem que elle fizesse sua eleição | regular com o juiz da paz de S. Cruz. || Compenetrado dessas verdades (diz o | proprio dr Raimundo fallando de si *modes- / tamente*), homem de crenças inabalaveis, | e de um espirito cultivado; ao curso dos | factos, e desiluzões da historia do paiz, on- | de tão brillante papel tem feito nas lutas | de tribuna e da imprensa (1), o dr Araújo | Lima, dotado de um espirito recto, e apos- | tolo do progresso conservador (2) não pó- | dia trusigir nem accommodar-se com esse | vegetar monótono que levavão os chimangos | (3), nem tão pouco com a morte do partido | caranguejo (4) que jazia supplantado... | ... campeão das ideas de um partido que | tem levado o paiz ao auge da grandesa que | se mota pelos pensamentos de ordem e res- | peito as instituições (5) que forma o symbolo | politico da religião do partido conservador, | que por tantas vezes tem amparado o paiz | das vicissitudes da guerra, atravez dos tra- | mas com que a turbulência tem exposto a | sorte, da monarchia a sentença proferida no | campo da batalha: desperso, sem núcleo | (6) nem direcção o partido caranguejo da | Imperatriz deparou no sr dr Araújo Lima | um chefe que hade erguel o (7) do abati- | mento a que se tem condemnados e por isso | aproximando-se a eleição tratou de convi- | dar as pessoas adherentes ao partido caran- | guejo (8), assignalando essa fase que se o- | perava na existencia da politica da Impe- | ratriz. || No dia pois da eleição dirigio-se o parti | do caranguejo, formou a mesa presidida por | um juiz de paz de S. Cruz (9) e tratava do | recebimento das sedulas, quando foi violen- | tamente invadida a igreja pela gente armada | de Bento Alves, delegado Anastacio e ou- | tros; e a vista do estado de excitação, | discussões, que houverão, rompeo a de- | sordem, havendo a morte de um espoleta | (10), que a passos precipita- | dos seguio um soldado, que para salvar se | dos golpes que lhe atiravão, recorrendo meio | extremo, e legitimo (11) de atirar sobre | o agressor, que morreo em continente! || “Houverão outros ferimentos, e pancadas | de parte a parte, e ameaçado o nosso distinc- | to amigo dr Raimundo (e elle mesmo que falla) partio acompanhado de alguns amigos, e dos soldados que empunhão o dês- | tamento para S. Cruz.” || Copiamos textualmente a carta do sr. dr. | Araújo Lima para que nossos leitores ad |

mirem o dilirio do cynismo || Este homem, que se jacta de *espírito cul- / tivado, de amestrado na historia do paiz, / em que tem feito tão brilhante papel, com- / fessa que elle juiz de direito da comarca, / se constituiu o chefe do partido boticário / para introduzir a luta das opiniões como / elemento de vida dos governos na sua co- / marca* e se apresentar na eleição com um | juiz de paz intruso da freguesia visinha, e legitima e assassinato feito pelo seo solda- | do como recurso legal! || Em Sobral os boticarios assassinão cinco | chimangos à punhal e ferem a outros; e alem | disso se lança a imputação de taes crimes | nos nossos amigos, especialmente no sr. dr. | João Fellippe, por que teve a audácia de | desputar a eleição. || Oh! com effeito é um grande crime em | nossa terra que um liberal dispute as hon | rãs de representar o paiz! || É isso privativo dos *boticários*. || O governo fez então mal em não decla- | rar nos fora da lei, em consentir que plei- | teassemos também a eleição. || Os chimangos são os promotores da de- | sordem, estavam para isso preparados, e to- | davia são os assassinados! || O sr. dr. João Fillippe é apresentado | como enncitador da desordem, recorrendo | a meios infames para obter, dizem elles, um | triumpho impossivel || Entretanto as prisões continhadas dos | nacionaes, apresença de assassinos arma- | dos na igreja, os golpes de punhaes são | obra da facção boticana. || A carta da pessoa *insuspeita* no Pedro II | é tal que apesar da habilidade com que foi | feita, não pode assas concubir o crime de | seos correligionários. || Para attenuar o crime, diz a tal carta, | que correndo a eleição livremente, espan- | carão no patamar da igreja sem motivo o | genro do commandante superior, trivou se | a luta, e mesultarão quatro mortes, e um | que ficava expirar. || Foi tal a força da verdade, e a cons | ciência do crime que o correspondente | *insuspeito do Pedro II* passou pelos cin- | co assassinatos sem se atrever a attribuir | aos nossos corriligionarios. || Quem foi que estava espancando o gen- | ro do Sr commandante superior? Se isso | fosse verdade, o correspondente não indi- | gitaria o individuo? || Quem não sabe quem a desordem, sinão | premeditada, ao menos parecia pela pré- | sença dos sobrinhos do Sr. commandante | superior armados na igreja. || Todos disseram que foi o seo sobrinho, | o celebre Vicente Capador que atirou a | primeira pancada no Sr. Antonio Manoel | do Monte. || Diz a folha *botica*, que sua nar- | ração é confirmada pelos officios do com- | mandante superior, delegado, e juiz de | direito: dos dois primeiros não duvida- | mos; mas do Sr. D. Aires queremos vê- | lo publicado para crer. || Desafiamos para que o publiquem. || O Sr. Dr. Aires dirá que não sabe don- | de partio o conflicto, porque estando ao | pé da mesa no centro da igreja, quando | correo para o patamar já lavrava a de- | sordem. Elle mesmo foi victima de uma | cacetada, que lhe desfeixou um dos or- | deiros, e para fazer se respeitar foi mis- | ter puxar de uma pistola. Mas duvida- | mos que diga que a desordem partio dos | chimangos. E se estamos no erro, que | publiquem seo officio. || Em S. Anna, diz ainda o *Pedro II*, | que houverão duas mortes: de que isto, | ignoramos, e cite mesmo não nos quer | diser. Certamente, havião de ser em chi- | mango, que é só quem tem rasão de | ser assassinado pelos ordeiros de botica. || Na Cascavel os boticários certos da per- | da da eleição á despeito de todas as pro- | tertivas; vão depois de meia noite a igreja; | quebrão a urna, e inutilisado as sedulas, e o *Pedro II* grita forão os libe- | raes! || A igreja guardada por soldados que | estavam de sentinella debaixo das ordens | do delegado, este mesmo ficando visinho | da igreja, e com gente armada em casa, | segundo consta, havião os liberaes de | illudirem os sentinellas, e seos adversários para roubarem a urna! Todas as calumnias | dessa gente são tão mal medidas que o | bom senso apanha logo em contradicção. || Também forão os liberaes em pegarão a | urna desta cidade! Não sei como o *Pedro / II* não nos imprestou mais essa infamia.

NOTAS DE RODAPÉ PRESENTES NESTE EXEMPLAR:

(1) Esqueceo se de diser que a figura mais | brilhante, que tenha feito era a das elei- | ções a punhal no Icó em 1818. Esta agora | da Imperatriz a voltas dera rectamente mais | gloria. || (2) Que escaruco ao bom senso! O *pro- / gresso conservador* consiste na turbulen- | cia, e

violência. || (3) Queria dar actividade, locomoção | aos chimangos *monótonos*; elles lhe mos- | trarão que não erãõ tão monótonos, pois | arrancarãõ lhe punhal, pistolas, chapeo, | e etc. || (4) Quis galvanisa-lo atirando-o ao | crime; por isso mando chamar até o cri- | minoso de morte José Antonio para aju- | dar na ordem da ressurreição de seo par- | tido. || (5) O respeito a ordem, e instituições | é este que se tem visto na Imperatriz, | Sobral, Crato, e S. Anna; matando se | os liberaes porque tem a audácia de que- | rerem votar. || (6) Quem pode entender tal embru | lhada! Até a grammatica foi assassinada. | Parece que o homem tinha perdido a ca- | beça. || (7) Com effeito o primeiro impulso que | deo para ergue lo foi por um acto digno | desse partido; foi pelo assassinato. || (8) A maioria das pessoas com que se | apresentou era das freguesias visinhas, | inteiramente estranhas a eleição, como o | celebre José Antonio Uchoa, criminoso | de morte no Canindé. || (9) Presídios por um juiz de paz de | S. Cruz, confessa elle! Veja com que re- | gularidade fasia sua eleição. Punha de | parte os juises de paz da Imperatriz por- | que lhe não serviãõ. || (10) A morte de um espoleta chimango | para o Sr. Dr. Raimundo de *crensas fortes*, | e de *espírito cultivado, que tanto tem | brilhado na tribuna; e na Imprensa*. || (11) É um magistrado que legitima | o assassinato! Meu Deus!

COMENTÁRIOS:

- Seções do jornal:
 1. O Cearense (carta do redator)
 2. Noticias da Provincia
 3. Annuncios
- Este jornal possui 4 cartas do redator, das quais só as duas primeiras foram transcritas.
- A segunda carta do redator, intitulada *O Pedro II e os successos eleitorais*, contém notas de rodapé.

Carta nº: 015

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Sol (n50s19f2/015)**

Data/ Edição: 04 de agosto de 1857/ nº 50

Fonte: Biblioteca Nacional

As palmatoadas da policia. || Com esta epigrafe publicou o — Cearense — de | 31 de julho um artigo, em parte reparativo | do esquecimento de não ter tratado a mais tempo dos | bolos, que o Sr. Abílio chefe de policia mandou | dar em 4 pessoas livres no quartel de policia; e | por desculpa de esquecimento diz, que elle não | liga a esse facto a importância que o doutor Pe- | dro lhe deu na assemblea provincial; por que os | bolos foraõ dados em 2 criados menores, e que | se foi indiscreto a ordem do Sr. Abílio foi so- | mente pela publicidade da execução. || O collega do — Cearense — está ainda hoje mal | informado. O castigo das 16 dusias de palmato- | adas foi infligido em quatro indivíduos todos | maiores de 18 nnos, livres, posto que, com | profissão de creados; condição esta que não jus- | tifica a arbitrariedade, disemos mesmo criminalidade | do acto; pois que o codigo não autorisa essa pe- | na, embora por peraltices como diz o collega. || O creado da casa da Sra. Antonia Pacheco, não | era domestico do Sr. Abílio, nem este o mandou | castigar, por que lhe dissesse o paciente ser cativo, | como se [*disse*] na assemblea, porque nos consta que | o Sr. Abílio antes de ordenar o castigo imposera | a esta[*l*]a alternativa ou de ser recrutado, ou de | xuxar os bolos. || O illustrado redactor do — Cearense — pois deve | convir connosco, que semelhante acto praticado | por quem está mais que ninguem na obrigação | de respeitar os direitos dos cidadãos brasileiros ou | seja maiores ou menores, he por demais atten- | tadoro das liberdades publicas. || Os que na assemblea quiseraõ negar o facto | reccorreraõ ao silencio, que o Cearense guardou a | esse respeito; e foi entãõ que o doutor Pedro | disse que admirava esse silencio, talvez devido a | saber do facto já depois de publicado nos outros | periodicos da capital.

COMENTÁRIOS:

- O original pertence à Biblioteca Nacional (RJ)
- Jornal literário, político e crítico, publicado em Fortaleza por Pedro Pereira da Silva Guimarães. Saía uma vez por semana. Depois de dez anos de duração desapareceu para ressurgir em 23 de janeiro de 1876.

Carta nº: 016

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **O Cearense (n1115s19f2/016)**

Data/ Edição: 13 de abril de 1858/ nº 1115

Fonte: BPGMP (Rolo nº 94-G)

O CEARENSE. || A guarda nacional destacada. || Além do recrutamento com que o actual presidente tem flagelado esta provincia, sem respeitar isempções, lembrou-se de destacar cem praças da guarda nacional para fazer guarnição nesta cidade, e policiar Sou[...], e Maranguape. || Numa terra, como a nossa, onde não ha quasi escravatura, onde todo trabalho é feito por braços livres, é facil de comprehender quanto deve ser pesado e prejudicial para esses pobres homens chamados guardas, o serviço militar; e para a sociedade em geral, que perde o trabalho que elles deixão de empregar na agricultura, e industria, de que são destrahidos. || Daqui procede que muitos roçados não se plantão; outros não se limpão, e a final a perda de serviços começados, a falta de viveres, a carístia, e a fome. || Vê-se por isso que o governo é por sua má administração uma das cauzas dessa crise que soffremos, e que mais grave se nos ameaça. || Dirão que serviço de outra ordem exige esse sacrificio; mas é precisamente o que se contesta. Temos um meio batalhão de linha, temos um corpo policial não pequeno; a provincia está em socego, que necessidade obriga ao governo á destacar cem praças da guarda nacional em um tempo, em que os nossos poucos braços devem estar cuidando de suas lavouras? || Nada justifica semelhante medida; que, acreditamos o que se diz geralmente, e unicamente filha do espirito de patronato, de validismo, que domina a administração do sr. João Silveira de Souza. || Diz-se que certo official da guarda nacional da privança do presidente queria commandar um corpo contingente e ao mesmo tempo accumular o seu emprego na thesouraria de fazenda; o serviço publico, e o thesouro publico prestão-se maravilhosamente a esses arranjos. || Destacou-se pois uma companhia; soffrão esses pobres soldados, soffrão o povo, pague o thesouro uma despesa inutil; mas satisfaca se o capricho do amigo do sr. João de Souza. || Se houvesse quem tomasse contas da administração do sr. João de Souza, era impossivel que a sorte desta provincia continuasse á mercer do instincto e do patronato.

COMENTÁRIOS:

- Este exemplar apresenta-se dividido nas seções:
 1. O Cearense
 2. Noticiario
 3. Corresp.[*ondencias*] do Cearense
 4. A Pedido
 5. Annuncios
- Apresenta 4 cartas do redator similares, das quais somente a primeira foi considerada para a constituição do *corpus*.

Carta nº: 017

Estado/ Cidade: Ceará

Título: **A Estrella (n14s19f2/017)**

Data/ Edição: 30 de abril de 1860/ nº 14

Fonte: Biblioteca Nacional

Uma resposta. || Senhores do “Echo”, em poucas palavras | vamos hoje responder ao vosso celebre ar- | tigo intitulado a — Estrella — || Principiastes dizendo que máo grado vos- | so respondíeis a “Estrella” pois não podíeis | mais supportar as injurias que seus redacto- | res vos tem lançado. || Oh senhores! Sois inimitaveis! || Ninguem melhor do vòs de lobo se | transforma em cordeiro. | Já que fallastes em caterva de redactores | freneticos tende a bondade de nomeal-os. || Usaremos de vossas expressões: — se não | imprimirdes os seos nomes em vosso jornal | não passareis de uns — mentirosos. || Fostes mal informados quando dissestes | ser da redação o artigo a que alludistes. || Com isso temos respondido a essa parte do vosso artigo. || Certificai-vos que só nos responsabilisa- (sic) | mos pelos nossos artigos. || Continuai, senhores; a missão é honrosa. || Continuai, que a nossa resposta será o — silencio.

COMENTÁRIOS:

- O original pertence à Biblioteca Nacional (RJ).
- Fundado por José de Barcellos e Antonio Bezerra, que cuidava da parte poética.
- “Jornal Recreativo”, circulou de 1859 a 1860.

Carta nº: 018

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **A Constituição (n04s19f2/018)**

Data/ Edição: 6 de janeiro de 1866/ nº 04

Fonte: BPGMP (Rolo nº 100)

A CONSTITUIÇÃO. || FORTALEZA 6 DE JANEIRO DE 1866 || Os homens do *Cearense* estremece - | ram, quando viram que o egoísmo do | chefe de seu partido, tornando-se dia- || fano, começou a deixar intrever que | esse chefe em vez de agrupar seus cor- | religionarios em torno de alguma ideia | política, encaminhando-se para fazel-a | triumphar, ao contrario preocupava- | se com arranjos pessoases para si e | seus parentes, trocando visivelmente o | titulo honroso de chefe de um partido | pelo de chefe de uma olygarchia ca- | ricata. || A observação desses factos deu lo- | gar a scisão do partido liberal da pro- | vincia, mas os redactores do *Cearense* | que se dizia seu órgão, em lugar d'es- | tudar as causas de semelhante fenome- | no e de procurarem extirpar o mal em | sua origem, confiaram demasiado na | posição senatorial de seu chefe, e jul- | gando que esta clava de Hercules era | sufficiente para conjurar todos os pe - | rigos, em vez de parlamenear e con- | gressar-se com os amigos descontentes, | trataram de aggre-dil-os e escornal-os, | declarando o *Cearense* com descom- | munal filaucia que os liberaes dessi- | dentes não deixavão saudades; erão | membros gangrenados, que amputados | deixam mais puro e vigoroso o partido, | donde sahem. || Mas dentro em pouco veio a refle- | xão, e fazendo reconhecer que a scisão | infraquecia grandemente seo partido | e desmoralisava seo chefe, eis | que o *Cearense* arrependido confessa que foi a irreflexão que arrancou a- | quellas palavras, e protesta não mais | aggre-dil seos amigos descontentes. || O *penitel me pecati* veio tarde, os | meios empregados pelo chefe liberal | para reconciliar-se com os amigos des- | contentes já não poderam soldar a pro- | funda solução de continuidade, que os | separava. || Os dessidentes liberaes procurão e | conseguem uma coalição com os com- | servadores para trabalharem de accordo | na próxima eleição provincial. O chefe | liberal mandou fazer propostas a diver- | sos conservadores influentes, para não | desputar-lhes a eleição provincial do | 1.º círculo, isto he, assegurar-lhes a | eleição de 12 deputados conservadores, | com tanto que estes não consummas- | sem a coalição com os dessidentes: | seos esforços forão baldados e a coa- | lição tem permanecido: *inde iroe*. || Si os affagos do Sr. padre Pompeo | aos amigos descendentes tivessem pro- | duzido o desejado effeito, chamal-os- | ia brava gente; si perdida aquella | esperança, sua proposta ao (sic) conserva- | dores tivesse sido aceita, seriam el- | les homens de bem; mas nem uma | nem outra cousa conseguio : *ergo* – | conservadores e liberae dissidentes (sic) | não prestam para nada; he a logica | do despeito e da raiva em delírio. || Mas felizmente para o bom senso e | para a causa daquelles, à quem a | raiva do Sr. padre Pompeo persegue, | quanto mais elle faz para inutilisar | os effeitos da coalição, mais o Sr. | Pompeo se desmoralisa aos olhos do | publico, aos de seos proprios amigos, e até aos seus (sic) próprios. || Sim, há nada mais ridículo do que | um homem na posição de senador do | imperio a pôr em conflagração termos | comarcas inteiras por meio de pro- | cessos de crimes imaginários contra | eleitores para impedil-os de votar, e | evitar assim por meios tão tortuosos | uma derrota eminente? Entretanto tal | tem sido o procedimento do Revm. | Sr. senador depois que a scisão do | partido liberal lhe fez fugir a aliás | pequena maioria, como que contava | no corpo eleitoral deste circulo. || O escandalo tem chegado á tal ponto | que o chefe do grupo minú não sa- | tisfeito de ter posto em ebulição os | delegados, subdelegados, juizes de di- | reito e municipaes com a affanosa ta - | refa de processar os eleitores con- | servadores lá pelas comarcas do sertão, | mesmo nesta capital dá o espetaculo | de fazer o chefe da policia hir ás | escondidas d'aqui ao Cascavel para | desenterrar um processo ali sepultado | ha quasi um anno e pronunciar al- | guns eleitores conservadores não ob- | stante, não haver prova

alguma contra | elles, só para inutilisal-os na proxi- | ma eleição provincial. || O Sr. Dr. Buarque, que tantas glo- | rias havia colhido no processo do | roubo dos salvados do brigue portu- | gue (sic) – Vencedor –, esquecera-se delle | quasi um anno e só lembrou-se de | proferir sua pronuncia na véspera de | uma eleição, quando a ordem do dia | de seo partido he inutilisar os elei- | tores conservadores. || O próprio Sr. Buarque envergonhou-| se tanto do papel que representou, | que não se atreueo á apparecer de dia | em Cascavel: chegou alli ao anoitecer | e antes do amanhecer do dia seguinte | se havia retirado; tal era a conscien- | cia da iniquidade e subserviencia, que | praticava. || O Sr. Pompeo fez callar o *Cearense* | acerca dos correligionários dessidentes | sem duvida para evitar que qualquer | nova aggressão contra elles produzisse | novas dessidencias; mas pôz em jogo | o Sr. Buarque a sua policia, já para | inutilisar eleitores conservadores, em | odio e coalicção, já demittindo aquelles | dos dessidentes, que occupavam car- | gos de policia : este recurso lhe pa- | receu mais eloquente do que os artigos | do *Cearense*. || Entretanto antes do silencio do | *Cearense* sobre a scisão de seu parti- | do disse elle bastante para eterna | vergonha do Sr. Pompeo; vergonha | que continua a ser posta em relevo | por um periodicozinho; que por es- | carneo e uma classe laboriosa , se | denomina união atlistica (sic). || Nos suffocados artigos do *Cearense*, | e em seo continuador daquelle pe- | riodico (de artista só tem o nome, seo | assumpto he a diffamação) se tem di- | to que os dissidentes eram o refugio | do partido liberal, que entre elles ex- | istiam proscriptores, e que diversos | liberaes proscriptos a elles deveram | seo ostracismo. || Mas perguntamos nós quem era o | chefe do partido liberal e quem foi | que constituiu na posição de sob che- | fes esses que são hoje chamados pros- | criptores? Em nome de quem se o- | peravam todas as mutações, por que | tem passado o partido liberal do Ceará | desde sua ascenção ao poder? || Todos responderão que era o Sr. | Pompeo, que era em nome delle que | os Srs. Vicente Alves e Laffayete tudo | fizeram, ou por indicação direta, ou | dos sob chefes constituidos pelo Sr. | Pompeo. || Não consta que o Sr. Pompeo ja- | mais reprovasse um só dos desatinos | e estrepitosas violencias dessas omi- | nosas administrações ! Como pois vem | hoje os porta-vozes do Sr. Pompeu | condemnar aquelles que elle ergueu á | proeminencia de seu partido, e os | actos por elles praticados em nome do | Sr. Pompeu? || He que a Providencia escreve certo | por linhas tortas: as victimas dos at- | tentados e do revolvimento social, por | que tem passado a provincia do Cea- | rá sob a dominação do Sr. Pompeu, | os verdadeiros proscriptos della têm| sido os conservadores, mas era preciso | que á estes coubesse ao menos a con- | solação de que antes mesmo de ba- | quear completamente essa dominação, | os próprios jornaes, que servem de | órgão ao Sr. padre Pompeo confessas- | sem quanto ella tem sido fatal ao | Ceará. || *Victoria nulla est* || Quaem que confessos animo quoque || subjuga || hostoe || disse – Juvenal. – Não ha mais bella || Victoria do que aquella que obriga o | inimigo á confessar-se vencido – || A victoria moral, que para os op- | primidos resulta da confissão do “Cearense” e do periodico seo auxiliar he | de um effeito immenso; está ao al- | calce (sic) de todos.

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. A Constituição
 2. Comunicado
 3. Transcrição (*Cartas ao Imperador II*, ocupando a maior parte do jornal)
 4. Factos diversos
 5. Annuncios

Carta nº: 019

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **A Constituição (n29s19f2/019)**

Data/ Edição: 11 de fevereiro de 1866/ nº 29

Fonte: BPGMP (Rolo nº 100)

A CONSTITUIÇÃO. || **Os privilégios são odiosos.** | O lugar de lente do liceu he evi | dentemente incompatível com o de of- | ficial maior da secretaria do governo | da provincia. || As duas repartições trabalham ás | mesmas horas, os lentes do lyceu (sic), | o no official maior são sujeitos á | ponto. || Não obstante esta incompatibilidade | legal o bacharel Felix José de Sousa | occupa na secretaria o lugar de offi- | cial maior e no lyceu o de lente de | geographia, para o fim de accumular | os respectivos ordenados e gratificações. || Esta violação da lei e do publico | serviço dá-se porque aquelle bacharel | he parente do senador Pompeo, do- | natario d'esta provincia. || O ex-presidente Sr. Dr. Laffay[*e*]tte | reconheceu esta incompatibilidade, | quando tendo sido prometido ao pro- | fessor de lingua nacional do lyceu | João Brigido dos Sontos (sic) a nomeação | de chefe de secção da secretaria, com | tanta certeza, que elle ao retirar-se do | Crato para esta cidade, noticiou pelo | *Araripe*, periodico de sua redacção, | que vinha occupar os cargos de lente | de lingua nacional e chefe de secção | da secretaria; comtudo aquella no- | meação não realisou-se em vista da | reconhecida incompatibilidade. || Ora como a constituição do imperio | estabeleça o preceito de que a lei he | igual para todos e não faça excepção | alguma em favor dos parentes de se- | nadores, espera-se de S. Exc. o Sr. | presidente da provincia, á quem pelo | § 1 do artigo 5º da lei de 8 de outu- | bro de 1834, “incumbe executar e fa- | zer executar as leis ” que faça cessar | essa illegal accumulacção a qual pre- | judica ao publico e aos pretendentes | a um dos dous lugares, que com o | cumprimento da lei terá de vagar. || O Sr. Dr. Felix não deve offender- | se com isto: o primeiro desejo de um | liberal deve ser o fiel cumprimento da | lei, e esta lhe veda a accumulacção | indebita contra a qual reclamamos.

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. A Constituição
 2. Noticiario
 3. Transcrições (*Os partidos e o pais* e *Cartas ao Imperador II*, ocupando a maior parte do jornal)
 4. Annuncios

Carta n°: 020

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **A Constituição (n48s19f2/020)**

Data/ Edição: 11 de março de 1866/ n° 48

Fonte: BPGMP (Rolo n° 100)

A CONSTITUIÇÃO || Ainda a emigração. || Vamos ainda aventar algumas ideias | sobre a emigração norte americana | para o Brasil. || Acabamos de ler no “Jornal do | Commercio” o seguinte: || “Consta por carta dos Estados-Uni- | dos, que o Chimico Dr. Ayer está | organizando uma colonia de cincoenta | familias, tiradas da classe agricola do | oeste, á fim de formar no Alto Ama- | sonas um estabelecimento para a cul- | tura da salsa parrilha em grande es | calla.” || Esta noticia he bastante animadora: ella convence que não he o clima ar- | dente de nossa provincia a causa de | não ser ella procurada pelos emigran- | tes do sul dos Estados-Unidos; muito | mais ardente é o clima do Amasonas, | sob os ardores do equador, e para lá vão | 50 familias attrahidas pelo desejo de | cultivar em grande escala a salsa par- | rilha. || Dahi se deve inferir, que si nossa | provincia, aliás muito mais amena do | que o Amasonas e Pará, não tem sido | igualmente procurade (sic); he porque a | uberdade de seu solo não se tem torna- | do conhecida. || O homem é cosmopolita; todo globo | foi formado para sua habitação, e por | tanto quando mesmo nosso clima fosse | agro, si mais largas fossem as relações | commerciaes do Ceará com os Estados | Unidos e alli já fosse sabido que pos- | suimos os terrenos mais apropriados | do mundo para a cultura do café, da | canna, de assucar, do algodão e do | anil, que a natureza produz esponta- | neamente em nossos campos, não fal- | tariam emigrantes, que procurassem | nossa provincia de preferencia a outra | qualquer. || Estes attractivos seriam ainda mais | importantes, si apar destas informa- | ções, soubessem os emigrantes que | possuímos muitas serras, onde se gosa | de uma eterna primavera, em nada | inferior as doçuras dessa estação na | Europa, e que alem disso nos terrenos | planos, affastados das serras, si ha al- | gum calor, ha apar(sic) delle uma viração | constante, entretida pelas brisas do | mar, que modificam e refrigeram os ardores do sol com tanta vantagem, | que não ha exageração alguma em af- | firmar que nosso clima é mais doce do | que o das zonas temperadas no tempo | de calor. || Respondam por nós os que teem | viajado á aquellas zonas nos tempos | do calor se teem podido comparar o | abaffungamento, e falta de ar respirável | que por lá se experimenta nessas | estações com a ventilação sempre cons- | tante que existe nos logares mais | calidos de nossa provincia, e que mo- | difica consideravelmente a sensação | do calor, preenchendo a todas as con- | dições de livre respiração, que os | pulmões podem exigir. || A todas estas considerações accres- | cente-se que ha no Ceará (sic) muitas | fontes de industria lucrativa ainda não | exploradas, como a da mineralogia, e | ninguem poderá contestar que esta | provincia offereçe (sic) as maiores vanta- | gens para emigrantes activos e empre- | hendedores como são os norte ame- | ricanos. || E já q’ fallamos no attrativo q’ offere- | ceo no Pará a salsaparrilha, não será fóra | de proposito fallar aqui de uma planta | prodigiosa, que o Ceará possui em | maior abundancia do que outra qual- | quer provincia do imperio : fallamos | da carnahuba, que por suas multipli- | cadas riquezas já tendo sido compra- | rada á palmeira do deserto, e já sen- | do muito conhecida pelas substancias | alimenticias, que fornece, bem como | pela cêra que nella abunda para o | uso da illuminação domestica, e outros | misteres, não foi comtudo (sic) ainda es- | tudada sufficientemente debaixo do | ponto de vista medicinal. || Sim, as virtudes da raiz da carna- | huba para o curativo de molestias sy- | philiticas e outras, do mesmo modo | que a salsaparrilha, já (sic) são muito co- | nhecidas entre nós e applicadas com | vantagem por alguns medicos e pra- | ticos habeis, mas não estando ainda | bem generalisadas, como as da salsa- | parrilha, quem sabe si ahi não está | encerrada uma fonte de grande riqueza | commercial para o Ceará, logo que | estas virtudes forem melhor demons- | tradas e propaladas convenientemente? || Ao

demais, para industriosos, que | precisarem socorrer-se dos braços do | paiz para o engrandecimento de suas | industrias, nenhuma provincia offerece | melhores vantagens e proporções, do | que o Ceará : aqui o trabalho livre | já se acha bastante desenvolvido ; a | maxima parte da lavoura e de outras | industrias da provincia he feita por | braços livres : o estrangeiro que a | qualquer dellas quizer applicar-se, con- | ta com certesa achar no paiz jorna- | leiros em abundancia, que lhe sir- | vam de auxiliares. || Foi seguramente em vista desta van- | tagem que a Inglaterra, que tanta an- | tipathia mostra aos braços escravos, | achou, tanta facilidade em organizar | em poucos meses duas companhias | para dous gr[a]ndes melhoramentos desta | capital uma para o encanamento de | agua potavel, e outra para illuminação | á-gaz. || Façamos o Ceará conhecido, dêem- | se as mãos para este fim os homens | da imprensa e os do commercio, e | contemos que o Ceará há de offerecer | á emigração espontanea para seu solo | tantos attrativos, como outra qualquer | provincia das mais favor[e]cidas da Natureaz (sic).

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. A Constituição
 2. Noticiario
 3. Folhetim
 4. Correspondência
 5. A Pedido
 6. Edital
 7. Annuncios

Carta n°: 021

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **A Constituição (n49s19f2/021)**

Data/ Edição: 13 de março de 1866/ n° 49

Fonte: BPGMP (Rolo n° 100)

A CONSTITUIÇÃO || **Fortaleza 13 de março de 1866** || O publico deve lembrar-se que o *Cea* - | *rense* em seo constante systema de | embustes tem attribuido ao Sr. Dr. Ja- | guaribe a inepta jatancia d'escrever á | seos amigos do interior, disendo-lhes que gosa da privança do presidente da | provincia o Exm. Sr. Dr. Homem de | Mello, que dispõe dos favores do go- | verno &c. || Posto que esta mina seja incapaz de | render cousa alguma, porque o Sr. pre- | sidente é o primeiro a saber que o Sr. | Dr. Jaguaribe não lhe pede favor algum | da administração, e limita-se em suas | relações com S. Exc. á pedir-lhe pro- | videncias sobre violencias e attentados | praticados contra cidadãos, de que é | procurador; com tudo temos provoca- | do o *Cearense* á que apresente uma só | prova daquella imputação; de balde po- | rém tem sido nossa provação: o contemporaneo prosegue em sua maxi- | ma de que a verdade é a mentira re- | petida muitas vezes. || São os redatores do *Cearense* os que | tem o habito de enculcarem a seos ami- | gos que muito valem perante o governo: | é costume velho: já no tempo da ad- | ministração do Sr. Marcelino, o *Pe-* | *dro II* publicou uma carta do Sr. Pom- | peo a seos amigos de S. Francisco, | alardeando de quanto podia perante | aquelle presidente, e seo chefe de po- | licia, o finado Dr. Gaioso. || Agora acabamos de receber de Ca- | nindé duas cartas do Sr. João Brigido | derigidias a seo amigo Dr. Barbosa, em | que aquelle não só inculca-se como o | director dos negocios de seo partido, | mas ainda como personagem de grande | importancia perante o ministerio, de | quem conta obter a demissão do actual | presidente !! || Custaríamos a crer, si não vissemos | as próprias cartas, que a baixo publi- | [ca]mos, para que os homens sesudos la- | mentem o estado de degradação, á que | temos descido, quando um quidam as- | tuto levanta-se, ninguem sabe donde, | nem com que títulos, e com embustes | desta ordem pretende fazer clientella | e impor ao governo ! || E posto que o amor próprio do cea- | rense por um lado nos aconselha que | poupemos a nossa provincia a vergonha | de saber-se que embusteiros deste jaez | imponhem ao governo, por outro a | moralidade publica e a dignidade de | nossa terraexigem (sic) clamorosamente que | publiquemos estas misérias no intuito | de que a publica reprov[a]ção evita a re- | producção dellas. || Felizmente a providencia permite | que os próprios socios do crime se de- | nunciem muitas vezes, como meio de | não serem consumadas suas iniquida- | des : foi o que aconteceu. || O Sr. Dr. Barbosa, ou porque se | aborrecesse da jactancia do individuo, | que lhe escreveo e o quizesse expor aos | molejos públicos, ou porque alguma | força estranha o dominasse, deixou ca- | hir nas ruas de Canindé as cartas a que | temos alludido, depois de as ter mos- | trado a diversos amigos seos; e eis co- | mo foram ellas achadas e veio ao pu- | blico de Canindé o conhecimento de | que as estúpidas injustiças e violen- | cias, de que aquella villa tem sido e | continua a ser teatro, são planejadas | pelo Sr. João Brigido. || Pobre terme do Canindé! Contará | o Sr. João Brigido redusir seos habitan- | tes a degradação, á que conseguiu levar | a briosia Comarca do Crato, que apesar | do seo glorioso passado, he hoje uma | triste Versovis onde quasi que nem ge- | mer lhe é permitido ?! || Mas vejamos como o habil falsifica- | dor do Cariri pretende realizar seo pla- | no de aviltamento do Canindé. Por suas | cartas vê-se que as nomeação do Sr. | Dr. Barbosa para juiz municipal de S. | João do Príncipe foi ao effeito de uma | transacção com o Sr. Dr. Saldanha, que obteve aquella nomeação com a | condição de lhe ser dada a votação | de Canindé! Por ahi ja se pode ver | quantas outras pretensões não terião si- | do conseguidas por igual preço! Desta | forma serve o governo de joguete para | corromper-se a população, a adulterar- | se o systema representativo ! || A eleição de senadores segundo a | constituição do estado deve ser por li-

vre escolha das provincias, que para is- | so só devem ser guiadas pelo conhe- | cimento que tenham das virtudes, e | saber dos dos aspirantes a esta honra; mas | os donatários das provincias para fir- | marem nellas suas dominações estabe- | lecer entre si e o governo uma troca, ou | breganha consistente em satisfazer este | seos caprichos com a condição de fa- | zerem aquelles recahir a votação para | senadores nos afilhados do governo ! || E a proposito da transacção ou bre- | ganha de votos por favores da auto- | ridade, cumpre lamentar o mão fado | á que o Canindé vai sendo forçado á | sujeitar se ! Na ultima eleição de ca- | mara e juizes de paz está na lembrança | de todos que certo prepotente daquella | villa tendo feito processar alguns moços | briosos por imaginários crimes, estavam | elles ameaçados de serem levados á ca- | déia, quando o Sr. Dr. Dario juiz | municipal do termo propoz, como meio | muito natural de acabar aquelles pro- | cessos, um contracto, que em sua mo- | ralidade pareceu lhe muito licito, o de | o partido opposto comprometter se a | não pleitear a eleição, e elle em seu character judiciário comprometteu se a | absolver os réos dos ficticios crimes : | o contracto foi lavrado, e ambas as | partes satisfizeram seus compromissos ! || Agora o Sr. João Brigido constituiu- | se medianeiro de nova transacção elei- | toral entre o Sr. Saldanha e o Sr. Dr. | Barboza; e o Sr. João Brigido diz a | este que aquelle já tendo conseguido | sua nomeação, o Sr. Barboza ficará | nullificado, si não vencer a eleição, | para poder por sua vez cumprir a parte | do contracto que lhe diz respeito ! || Effectivamente o sr. Dr. Barbosa | começa a cumprir seu contrato do | modo mais brilhante! Acaba de fazer- | se a qualificação de votantes do Ca- | nindé, e o partido conservador é ex- | cluido em massa do alistamento sem | excepção de nem um cidadão desse | lado! Não há perparativo mais efficaz | para uma victoria: desde que a lei | estabeleceu, que só poderão ser elei- | tores os que estiverem qualificados | votantes, si um partido não tiver nem | um de seus membros na qualificação, | não terá esperança de fazer um só | eleitor; não há lógica mais incisiva | do que a do Sr. João Brigido! || Em outro numero publicaremos uma | lista, que do Canindé nos foi remet- | tida, dos cidadãos mais conspicuos | daquella freguesia, todos muito co- | nhecidos e que foram excluidos de | qualificação com todos os seus paren- | tes e amigos, para que o publico apre- | cie, como o Sr. João Brigido e Dr. | Barbosa são pontuaes no desempenho | de seus compromissos. || Concluieremos este artigo notando, | que o Sr. cheio de policia Dr. Buar- | que tem feito com sua autoridade, | para o Canindé o jogo mais vergonhoso e | deshonesto: prepõe constantemente | para ali os agentes policiaes, que os | amigos de là indicam-lhe, mas muitas | vezes tem acontecido, que os nomea- | dos immediatamente desagradam aos | mandões do lugar, e o Sr. Buarque | sem perda de tempo é forçado a propor- | lhe a demissão: e anno passado pro- | pos para primeiro supplente do dele- | gado, cremos q' por engano, o Sr. ca- | pitão Magalhães, um dos caracteres | mais honestos daquelle termo, o im- | mediatamente propos lhe a demissão, | mesmo antes que elle tivesse tempo | de tomar posse do cargo. || Agora tem conservado o districto da | Caiçara daquelle termo na maior a- | narchia: ali a policia tem praticado | inconcebíveis tropelias. Entretanto o | Sr. João Brigido noticia com ufania as | nomeações policiaes que para ali con- | seguiu! Não sabemos se refere-se a | um subdelegado, que ali explorava e | punha em torturas os infelizes, que | lhe desagradavam, ou á um proleta- | rio, que por demissão daquelle lhe | foi dado por successor, mas que he | um verdadeiro instrumento do demit- | tido, da sorte que este depois que sa- | bia do cargo tornou-se mais perigoso, | porque exerce as mesmas violencias | e desacatos, sem responsabilidade al- | guma, por meio do manivella que foi- | lhe dado para desabafo de seus instin- | tos ferozes. || Mas paremos aqui, para que o pu- | blico aprecie já o Sr. João Brigido | em suas cartas, adiando outras ques- | toes, para quando chegar o novo pré- | sidente, que elle espera muito brave | em substituição do actual, que segun- | do o Sr. João Brigido vai mal com | elle, pois cujo motivo já exigia sua | demissão! || Pobre província! *Ubinam gentium / sumtis!* || Carta do Sr. João Brigido. || Braboza — Já espero a muito por | sua nomeação, e no correio passado | escrevo ao Saldanha, assegurando-lhe | que elle seria dono da votação do Ca- | nindé, si V.

fosse despachado. (1) || Remeto-lhe a sua carta, e ou por | elle ou pelos pedidos anteriores do | Pempéo, espero que obterá o seu des- | pacho. || O Ratis me diz também, que ia de | Vassouras ao Rio, somente para cuidar | n'isso. Tomei nota das nomeações, | que V. pede para se fazerem mais | logo, isto é, quando chegar o novo | presidente. (2) || Nada mais peço ao Sr. Marcondes, | que vai mal comigo, (3) e ouve muito | o canalha do Hypolito. (4) || São as primeiras nomeações que | lhe fazem. (5) || As nomeações de Caiçara já se hão | de ter feito há dias, pois que forão | as propostas para palácio (6). Andei fóra, | e chegando não tive tempo de verifi- | car se o presidentes approvou. || A eleição de senadores é questão | de honra para V., que ficará aniqui- | lado, se deixal-o aos Cruzes. To- | me medidas para o pleito. O presi- | denteque deve fazer a eleição, parece | que será o Dr. João Baptista Pereira, | ex-secretario do Rio, e deputado pro- | vincial, dizem que é muito habil. || Theodorico vai se estreitando com | o Jaguaribe, é uma sem vergonha | que espanta. (7) || 8 de dezembro de 63. || Seu amigo certo, | J. Brigido. (8)

NOTAS DE RODAPÉ PRESENTES NESTE EXEMPLAR:

(1) Que transacção immoral! || (2) Tem tardado o cumprimento | de sua promessa: a carta é feita a 8 de | dezembro: já decorreram mais de | trez meses, e ainda não he chegado | seu presidente prometido! || (3) Que desgraça para o Sr. Mar- | condos! Perder as boas graças do Sr. João Brigido! || (4) Eis o effeito do *exulore / medius*, de Exopo: um pobre mes- | tiço, que sendo dotado de alguma | intelligencia, podia ser um excellente | mestiço escola, si o limitassem ao seu | papel, aliás muito honroso, foi con- | vertido em grande entidade politica, | pela habilidade que mostrou em falsi- | ficar actas! Agora eil-o chamando ca- | nalha a um homem, que nasceu e | educou-se em posição de ter como seu | creado o individuo, que assim o in- | sulta! || (5) Com que direito o Sr. João | Brigido pode affirmar que o futuro | presidente (sic) do Ceará a primeira cousa | que há de fazer, he nomear os in- | dividuos, que S.S. lhe há de impor | para cargos de Canindé? He muita | ousadia! || (6) As nomeações são bem dignas | do protector, que as nomeia e do chefe | de policia, que as propoz: *siuilis / cum similibus, facile congregantur*. || (7) Entre tanto os homens que assim | insultam aos Srs. Jaguaribe e Theodo- | rio não apontam na coalizão feita em- | ter os conservadores e liberaes deci- | dentes um so acto daquelles Srs. que | possa ferir, nem de leve a dignidade | de um e de outro. || (8) por falta de espaço deixamos de | publicar hoje a outra carta, que do Sr. | João Brigido temos em nosso poder; o | faremos em outro numero.

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. A Constituição
 2. Folhetim
 3. Collaboração
 4. Noticiario
 5. Transcrição (*Carta ao Imperador VIII*)
 6. Edital
 7. Annuncios

Carta nº: 022

Estado/ Cidade: Ceará/ Cidade do Ceará

Título: **A Constituição (n59s19f2/022)**

Data/ Edição: 28 de março de 1866/ nº 59

Fonte: BPGMP (Rolo nº 100)

A CONSTITUIÇÃO. || **O DIREITO DE PETIÇÃO NULLIFICADO.** || Chamamos a atenção do governo | para o facto summamente grave da nul- | lificação do direito de petição, que en- | tre nós vai passando em julgado. || De balde a Constituição do Império | consagrou entre as garantias contitu- | cionaes do cidadão o direito de peti- | ção; visto como no Ceará o funcio- | nalismo da olygarchia o vai nullifi- | cando de um modo assustador. || Já são muito conhecidos diversos | casos de violencias inauditas de au- | toridades locaes, contra as quaes as | victimas trazem suas queixas ao Exm. | Sr. Presidente da provincia, e este man- | dando ouvil-as, fica nisto todo o effei- | to da queixa, e ainda são felizes os | queixosos, si a autoridade contra quem | se queixam não os faz soffrer algu- | ma nova serie de martyrios em puni- | ção de terem tido a ousadia de [g]ozar de | um direito garantido pela lei funda- | mental do Império. || Por amor da brevidade não apon- | samos muitos exemplos, que provam | nossa asserção; traremos com tudo | dois a lembrança (sic) dos leitores, e são | o do infelizCar[]ozo, o qual sendo espan- | cado pelos agarradores do delegado de | S. Anna, Manoel Joaquim, em presença | deste, tendo nesta occasião um braço | quebrado, e um olho quasi vasado, teve | a patetica de queixar-se ao Sr. pre- | zidente da provincia contra o emprego | de meios tão brutaes, e foi isto bas- | tante para que o delegado que sem | essa queixa o teria posto em liberdade; | da hi em diante em castigo de seo ar- | rojo, tenha exgotado contra elle todas | as artes de Phalares, submettendo-o á | quantos martyrios lhe occorre aobes- | tundo / || Em quanto a victima é arrastada pe- | las ruas de corda ao pescoço, sem ter | contra si pronuncia alguma, ainda seis | mezes depois de sua prisão, o dele- | gado gordo e nedio é conservado, go- | zando de todas as propinas e mais de- | licias de sua policial prebenda! || O outro exemplo é o de um infeliz | que comoveo a compai xão e excitou a | indignação de grande parte dos habi- | tantes desta cidade com o triste espe- | taculo de profundos sulcos em toda cir- | cunsferencia (sic) dos braços, effeito de | cordas com que foi jungido, com | tanta barbaridade, que mataram-lhe | a acção dos musculos, e o tornaram paralitico de ambos os braços. || O agente policial, á quem estas se- | vícias servira de tropheo é o Sr. | Baima, delegado de Aquiraz: não sa- | bemos que destino teve a petição da | quelle infeliz dirigida ao Sr. presidente, | o que sabemos é que o Sr. Baima, | continua á ser o delegado de Aquiraz! || Ainda a pouco veio a esta capital o | capitão Vieira Passos do termo do | Ipú queixar-se a S. Exc. o Sr. Dr. | Homem de Mello contra injustiças pra- | ticadas com elle pelo subdelegado Joa- | quim Coelho, do districto de S. Gon- | çalo naquelle termo, instruindo sua queixa com documentos que provam vergonhosas venalidades daquella au- | toridade; S. Exc. mandou ouvir á a- | quelle funcionário, o qual servindo-se | dos recursosde seo cargo tem extorquido | de alguns daquelles que haviam for- | necido documentos ao Sr. capitão Viei- | ra Passos decalarações em contrario. || O Sr. Vieira Passos enformado dos | ardis e violencias empregados pelo | subdelegado nas trevas para desfazer | o effeito da queixa recorreo ao juiz de | direito da comarca Dr. Leocadio, e | juiz municipal Dr. Raimundo Theodo- | rico, para obter do 1º certidões dos | ardis empregados, e do 2º que o ad- | mittisse a justificar quanto tinha affir- | mado ao Sr. presidente em sua queixa | e tudo lhe foi negado sendo ainda em | cima o Sr. Vieira Passos maltratado | por aquellas autoridades! || O subdelegado é um espoleta elei- | toral compadre e protegido do juiz de | direito, que por isso é o primeiro em- | penhado em incobrir-lhe as violencias | e as peitas a fim de contar com elle nas | luctas eleitoraes, para as quaes desde | já prepara o terreno. || Deste modo a verdade sabida pre- | tendem o juiz de direito e municipal | do Ipú soppor uma *verdade artificial,* com documentos obtidos n[a]s

trevas, | difficultando ao Sr. Vieira Passos os | meios de desfazer os embustes do sub- | delegado criminoso, e ficara nullifica- | do o direito de petição, á que recorro | o Sr. Vieira Passos! || Si he a propria autoridade publica | que assim mata as garantias constitu- | cionaes, mal vão nossas constituições. || Abaixo publicamos o trecho de uma | carta do Ipú sobre o assumpto em | questão: Chamamos para elle attenção | do governo. || “Não podemos estar aqui em posição | mais desesperada, do que estamos. || Basta dizer-lhes que o João Vieira pe- | dindo uma certidão ao Dr. Leocadio da | resposta que deo Joaquim Coelho a | queixa de João Vieira, cujas razões são | de mais injuriosas, o Leocadio não | quer dar, partindo com mil gritos con- | tra nosso amigo, e o mesmo fez o Rai- | mundo Theodorico, por ter o mesmo | João Vieira levado-lhe uma petição | para justificar com 22 testemunhas, as | peitas que Joaquim Coelho tem recebi- | do como subdelegado; cuja justifica- | ção o Raimundo não quer admittir. || O João Vieira fica de sabido para a | capital, levar tudo isto ao conhecimen- | to do governo. || Das circumstancias em que estamos | ao desespero não dista mais um passo, | creio que o governo estimará isto, visto | ter botado o Leocadio para aqui como | juiz.”

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. A Constituição
 2. Folhetim
 3. Noticiario
 4. Correspondencias
 5. A Pedido
 6. Editaes
 7. Annuncios

Carta n°: 023

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **A Constituição (n79s19f2/023)**

Data/ Edição: 28 de abril de 1866/ n° 79

Fonte: BPGMP (Rolo n° 100)

A CONSTITUIÇÃO || A companhia de aprendizes | marinheiros do Ceará || Há instituições, que por sua utili- | dade não podem passar despercebi- | das : neste caso se acha sem duvida | a companhia de aprendizes marinha- | ros, a qual sendo installada nesta ca- | pital em março do anno passado sob os | auspícios e direcção do zeloso capitão | do porto, o Sr. capitão de fragata João | Baptista de Oliveira Guimarães, em me- | nos de um anno já se achava com mais | de cem crianças desvalidas, convertidas | em outros tantos aprendizes marinha- | ros. || É que as vantagens da fundação | dessa companhia nesta capital são por | tal fórma palpaveis, e por outro lado | as boas maneiras do Sr. capitão do | porto, e seus desvelos quasi paternaes | para com os menores matriculados se | teem tornado tão notorios, que insti- | tuir a companhia e convencer aos pa- | rentes desses menores e aos proprios | menores que alli elles ser (sic) muito | mais felizes, do que si continuassem | na vida abandonada, que antes leva- | vam, foi um facto colligado á outro, | uma transicção suave e natural, que | por si mesma calou no animo da população, como um acto de protecção | dos poderes do Estado em bem dos | menores desvalidos e do mesmo Es- | tado. || Para demonstração da asserção, que | avançamos, basta comparar a sorte, que provavelmente podiam ter essas | dezenas de desvalidos, si continuassem | abandonados ao seu proprio destino, | com a que devem ter, depois que con- | vertidos em aprendizes marinhaeiros, | passaram a ser protegidos do Estado. || Sem a instituição da companhia a | maioria desses orphãos desvalidos, ou | passariam despercebidos da auctori- | dade publica, e levando a vida solta | e dissoluta dos mercados publicos, aca- | bariam por ser réos de policia, e iriam | povoar as cadeias publicas, ou engros- | sar os libambos de recrutas do exer- | cito e da armada, quando já embru- | tecidos pelos vicios nem uma vantagem | lhes podem offerecer essas carreras. || Ou si a auctoridade publica os ar- | ranca dessa vida solta para os dar á | soldada, ahi são ordinariamente appli- | cados ao serviço de creados, não apren- | dem a ler e a escrever, e nem uma es- | perança de um futuro vantajosamente | prospero se lhes póde offerecer. || Entretanto com a instituição da com- | panhia, e sobretudo com os desvelos, | com que consta-nos que o actual ca- | pitão do porto a vai conduzindo, tudo | é pelo contrario ; uma esperança lison- | geira de que vão ser homens uteis a | si e ao Estado lhes sorri diariamente, | desde que elles proprios se contem- | plam, sentindo que em vez dos an- | drajos, de que antes andavam cobertos, | e da fome, que curtiam, ou má ali- | mentação, que lhes estragava a saúde, | encontram vistuario e alimentação de- | cente e confortavel, que pouco a pouco | lhes vai infiltrando a consciencia da | propria dignidade. || Não é só isso; alli os menores apren- | dem a ler, escrever e contar com per- | feição, esperança que a maioria delles | não podia ter absolutamente na vida | que antes levavam, e com o desen- | volvimento que o espirito naturalmente | adquire nas corporações, é facil de | conceber que sendo todos destinados | á vida de imperiaes marinhaeiros, nu- | tram a bem firmada esperança de que | completado seu tempo de praça, dis- | ponham de intelligencia e habilitações | bastantes para a adopção da profissão, | que lhes aprouver. || Si porém quizerem continuar na vida | do mar, ou lhes será facilimo renovar | sua praça, por novo contracto com o | governo, ou procurar occupação na ma- | rinha mercante, e quer em uma, quer | em outra os lucros pecuniarios são | muito superiores aos de quaesquer | outras classe que vivam de trabalhos | manuaes. || Quanto a marinha de guerra posto | que por nossas leis só possam ser of- | ficiaes os que frequentam a respectiva | academia, com tudo não são raros os | exemplos de officiaes inferiores, que | por suas habilitações adquiridas na | longa pratica da vida do mar tenham | conseguido dos poderes do Estado sua | ascenção ao gráu de officiaes da classe dos

pilotos. || Entretanto cremos que assim como | em terra além das armas scientificas | do exercito, há outras em que o sim- | ples soldado póde aspirar as patentes | superiores, tambem na armada se deve | alargar mais o espaço aos imperiaes | marinheiros, creando-se postos, que | possam regularmente aspirar, sem pre- | cisarem recorrer aos altos poderes do | Estado. || Em um paiz livre e de igualdade, | como o nosso, convêm, que a legisla- | ção anime os talentos em todas as | classes, vedando que em nem uma | dellas hajam pariás (sic). Contamos, que | estas devendo ser as tendencias de | nossas leis, dentro em pouco teremos | na marinha de guerra o melhoramento, | que desejamos. || Felicitamos o Sr. capitão do porto, pela boa direcção, acceio, disciplina, | e contentamento, que se nota nos | aprendizes marinheiros á seu cargo, | e fazemos votos para que o governo | o auxilie devidamente no empenho | de habilitar o com os necessarios re- | cursos para que a instrucção dada a | companhia seja apropriada (sic) ao | fim, á que é destinada. || Com as longas costas, que temos, | e com os grandes rios que nos divi- | dem de visinhos rixosos, he de pri- | meira intuição a necessidade que temos | de uma respeitavel marinha de guer- | ra. Para conseguir-se este fim nem | um meio mais efficaz podem empre- | gar os altos poderes do Estado do que | instituir em todas as provincias ma- | ritimas e nas merginaes (sic) dos grandes | rios identicas companhias, que sirvam | de viveiro a armada nacional.

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. Interior
 2. Folhetim
 3. A Constituição
 4. Noticiario
 5. Correspondencias
 6. Variedade (outro folhetim)
 7. Editaes
 8. Annuncios

- Neste exemplar, a seção *A Constituição* cede seu lugar às seções *Interior* e *Folhetim*.

Carta nº: 024

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **A Consciência (n19s19f2/024)**

Data/ Edição: 4 de julho de 1867/ nº 19

Fonte: BPGMP (Rolo nº 78)

A CONSCIÊNCIA || Leitores! Surge de novo á im- | prensa, o periodico *Consciencia* | depois de uma ausencia de tres | mezes quando seus serviços talvez | mais precisos se fizessem. || Voltando elle hoje a arena jor- | nalística, apresenta-se ufano e | prazenteiro mostrando a certos es- | piritos perdidos na opinião, que | de sua parte nunca permaneceu a | covardia quando ao silencio re- | tirou-se; e assegurando, que em | cousa alguma nos tomará parte, | senão n'aquillo que segundo a ra- | zão e a justiça, for sellado. || Bem: passaram-se os tres me- | zes de sua ausencia; agora apre- | sentamo-nos em campo, que fir- | mes em nosso posto de honra, pro- | testamos pro [s]seguimos em nossa | tão rigorosa empreza, confiados, | de que havemos de ter a coadju- | vação do publico ilustrado sobra- | lense. || É verdade que nos faltam lu- | zes, que não temos habilitações | necessarias para escrevermos e | corrigirmos um jornal, que não | obstante ser pequeno, todavia | sempre percorrera algum espaço | tropeçando entre habeis pennas; | porém não importa, o amor às le- | tras é que nos incita: baldos de | conhecimentos intellectuaes como | somos, com tudo (sic) não havemos de | desamparar a nossa tarefa; levan- | do ella sempre avante como pre- | tendemos. Iremos paulatinamente | saboriando os seus deliciosos fruc- | tos. || Fallaremos sempre, como nos | dicta nossa fraca intelligencia. || Iremos marchando conforme | nossas forças; em taes circunstan- | cias a *Consciencia* não dira mais | o que é, nem o que sera: d'agora | em diante tomara uma posição | seria e regular. || Não nos desviaremos do cami- | nho que tomaremos; nosso trabalho | é excessivamente sublime, por isso | occuparemos singularmente de | negocios que se encaminham ás | letras (sic), e d'ahi seguiremos por | uma vereda semeada de flôres, que | é por onde seguem os grandes lit- | teratos do mundo civilisado.
(sem autor)

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

A Consciência. Sobral, Ceará, Typ. Constitucional de Manoel da Silva Miragaya. Periódico literário, crítico e noticioso.

OBSERVAÇÕES:

- Periódico literário e crítico publicado em Sobral na Tipografia Miragaya. Era semanal.
- Fundado em janeiro de 1867; cessou a sua publicação em setembro de 1867 (somente 8 meses).
- Jornal pertencente à UVA.

COMENTÁRIOS:

- Periódico dividido nas seguintes seções:
 1. A Consciência (“editorial”)
 2. Noticiario (3 textos distintos)
 3. A pedidos (carta de um leitor, 2 diálogos de textos, 1 poesia)
 4. Anuncios
- Presença de gravuras.
- Texto em maiúsculas é o título da seção.

Carta nº: 025

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Cearense (n32s19f3/025)**

Data/ Edição: 19 de abril de 1874 / nº 32

Fonte: BPGMP (Rolo nº 09)

CEARENSE || Fortaleza, 19 de abril de 1874. || A *Constituição* não pode sempre occul- | tar a sua má vontade ao governo, que tem | e mantém a ella e aos seus. || O partido, que se diz governista no Cea- | rá, é, em pontos importantes da doutrina, | adversário acérrimo do ministerio; e seus | chefes não fazem mysterio de seu odio, | quando se trata do assumpto capital da po- | litica governamental — restringir a acção | episcopal. || A toda sorte de manifestações juntam | commentos os mais odiosos sobre a conduc- | ta do governo, n'esse negocio; e nem ha, no | Ceará, quem lhe seja mais hostile n'este par- | ticular. || Humilhados na sua presença e de seus | delegados, a quem felicitam, tendo sempre | a mão estendida para receber alguma cou- | as d'essas, com que o governo faz a for- | tuna de seus adherentes; os homens da | situação não lhe querem bem toda via! || Este facto desabona assás o character | d'essa gente, que aliás se reputa a mais | digna de nos governar conduzindo a pro- | vincia pelo caminho de sua regeneração moral. || Vendem a consciencia por migalhas do | orçamento, obrigam-se a ter duas caras, | uma para o amo outra para o seu ami- | go, aprendem um idyllio para o encontro, | proferem uma praga, quando se tem des- | pedido! || Que lição util para a mocidade! Que ex- | emplo para os que aprendem na pratica | dos grandes. || A tratantice precipita-se de cima das | montanhas para inundar as planícies. || Do alto d'essas piramides, quanto redi- | culo nos contempla! || A *Constituição* ultima, por conta das | subvenções de que vive, veio iniciar uma | accusação ao governo, que a propria op- | posição tinha retardado. Lembra que man- | dou demolir uma parte do quartel de li- | nhá a titulo de melhora-lo, e isto feito, pre- | tende que só para as kalendas gregas | haverá dinheiro afim de refazer a obra! || Refere o caso á estes termos mordentes | e sarcasticos: || “A thesouraria de fazenda foi autori- | sada a despender um conto de reis com os | reparos indispensaveis no quartel de 1ª | linha. || Depois de demolido como será o lado in- | ferior d'aquelle edificio; para nada chega a | quantia marcada.” || O publico ignora talvez a importancia | d'este negocio. Faremos a sua exposição. || Em meados do anno passado, o *Senhor* Ma- | ciel, por estonteamento e sem que dispo- | sesse das sommas necessarias, mandou de- | molir a parte occidental do quartel do ba- | talhão de linha, edificio de valor supe- | rior a 20 contos de reis, que estava nas | melhores condições, servindo perfeita- | mente para os fins, a que era destinado. Dizia- | se que alli se ia fazer um andar para col- | locação de um hospital militar. || Acabada porem a obra dos sapadores, a | entolhada a rua com os materiais extechi- | dos, aponto de embarçar o transito, es- | tava esgotada n'este preliminar da obra | toda quantia destinada para ella, e era | forçoso esmolar credito ao governo. Consu- | miram-se mezes na expectativa, e eis que | elle envia a dizer, que não ha de louça | em pires! || Agora espera-se que o corpo legislativo | legue quantia, para se reparar o mal cau- | sado, e por que os restos do edificio se con- | somem, expostos ao rigor das estações, | quando se votar essa quantia, o que | for preciso fazer, já excederá muito só or- | çamento, continuando a mesma defficien- | cia de verba. || Estes pequeninos inconvenientes é só o | que a *Constituição* lança a conta do go- | verno. || Vejam com que habilidade e previden- | cia cura elle dos interesses do thesouro, como anda acertado em suas medidas, ou | quanto o entendem os seus delegados, na | execução de suas ordens! || Vae tudo assim, e os de casa nos vem | referir, em um momento de mão humor, | para mais logo, despertados pelo senti- | mento da fome, dizerem-nos que somos | malignos em extremo, externando o seu | pensamento; pois que nisso mesmo que | lhes escapou, não ha sinão um hymno á | bemaventurança, emque vivemos.

COMENTÁRIOS:

- O exemplar se divide nas seguintes seções:
 1. Cearense
 2. Exterior
 3. Interior
 4. Revista das Provincias (com notícias do sul do país)
 5. Noticiario
 6. Comunicado
 7. Publicações sollicitadas (uma carta do leitor)
 8. Editaes
 9. Annuncios

Carta nº: 026

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Cearense (n44s19f3/026)**

Data/ Edição: 31 de maio de 1874 / nº 44

Fonte: BPGMP (Rolo nº 09)

CEARENSE || Fortaleza, 31 de maio de 1874. || As instituições politicas do Brazil entra- | ram em um periodo de decadencia, todas, | sem excepção de nenhuma. Uma molestia | de mau character atacou os órgãos, de cujas | funcções depende a vida social, dando lu- | gar á paralisya das extremidades, á apo- | plexia no centro, de que nos fallava La- | mennais, tratando da centralisação em | França. || Pouco a pouco foi amortecendo o es- | piritto publico, e afrouxando a acção dos | partidos; a opinião publica tomou-se de | supina descrença, e com alguns annos a- | chamo-nos em condições taes, que passa | despercebido quanto empreehde e execu- | ta o governo em relação á causa publica. || Apenas a imprensa lembra uma ou ou- | tra vez, que a nádo do estado voga á mercê | das ondas, e se lhe tirou o lume, que | nossos maiores lhe haviam posto. || Agora mesmo reúne-se o parlamento | brasileiro, o ministério tem de compare- | cer ante elle, para dar conta de sua con- | ducta, vae exigir leis que affectam mui | de perto ao futuro do paiz, e tudo isto | tem lugar no meio de uma indifferença | tal, que nem se quer o dia, outr'ora na- | cional, se faz distincto por alguma d'essas | festas do cerimonial governativo! || Donde procede tudo isto? || A geração actual, certo não é menos | veril, do que a que lhe precedeu. || A grande revolução que se ha operado, | no que respeita ao mundo industrial, mui- | to prova em seu favor. || A causa de tudo será talvez que o go- | verno brasileiro, antepoendo os seus re- | cursos á autoridade do povo conseguiu | afastal-o das urnas, redicularisando-o nas | suas funcções soberanas. || Não obtivera o mesmo, empregando a | violência. || O ridiculo tem mais força do que geral- | mente se acredita. || Em principio o governo fazia suas cha- | pas, e por modos diversos, dava entrada | no parlamento a uma maioria de amigos. || Os poucos nomes porem, que escapavam | á sua caballa satisfazião á vaidade do pu- | blico, e servindo de nucleo aos resisten- | tes, que os acontecimentos iam creando, | tornavam-se as vezes maiorias, supplan- | tando as primeiras. || Dos poucos entenderam os ministérios | subsequentes que se deviam livrar, e | creou-se a *apuração*, que sobreleva á elei- | ção. || Tudo ficou, pois, nas mãos do governo, e | após algumas experiencias, o povo abando- | nou completamente as urnas, constituin- | do-se aquelle em condições de só depen- | der do chefe do estado. || Nestas condições tudo mais, que enten- | dia com a politica do paiz, desapareceu, | inclusive os mesmos presidentes de provin- | cia, depositarios do pensamento dos minis- | tros, incumbidos de dirigir a opinião nas | provincias, e governar por ella. || Hoje um deputado é uma nullidade, | não menos um presidente de provincias, e | quazi outro tanto um ministro. || A importancia de todas estas entidades | precedia de sua origem, o voto da nação. | Subir pela aceitação geral, ou por se ter | imposto á consideração do povo não era | uma cousa fortuita, que tirasse o merito ao | aspirante. || Ir porém até as cumiadas do poder, | por ter cahido em graça a alguém, é um | simples capricho da fortuna, que não des- | perta a admiração, não conquista o res- | peito publico ao *parvenu*. || Assim é que homens e cousas, tudo que | depende, ou que entende com a politica, | vai em grande depreciação, e a coroa resu- | me todos os poderes públicos, ella unica | tem aspirações, ou pode fazer concessões | ás aspirações do povo. || Hoje tudo com o imperador directamen- | te, do parlamento ninguem se lembra.

COMENTÁRIOS:

- O exemplar se divide nas seguintes seções:
 1. Cearense
 2. Exterior

3. Interior
4. Revista das Provincias (com notícias do sul do país)
5. Noticiario
6. Communicado
7. Publicações sollicitadas (uma carta do leitor)
8. Editaes
9. Annuncios

Carta nº: 027

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Cearense (n78s19f3/027)**

Data/ Edição: 25 de setembro de 1874 / nº 78

Fonte: BPGMP (Rolo nº 09)

CEARENSE || Fortaleza, 25 de setembro de 1874. || Depois de quatro longos meses de sessão, | em que o paiz nada mais vio do que a luc- | ta desesperada e terrível de seus homens | contra a nacção inteira; depois de quatro | mezes de debates em que si transluzio a | absoluta impotencia do ministerio 7 de | março e a dignidade e grandeza da oppo- | sição, encerrou-se o parlamento brasileiro. || Mais espaço e mais tempo dariam lugar | a extensas e interessantes apreciações so- | bre esse importante assumpto. Entretanto | vemo-nos forçados a dizer só duas pala- | vras. || A excepção da lei de recrutamento, en- | xerio espinhoso que acaba de encravar-se | em nossa legislação; lei inhabil e incapaz | de attingir o grandioso fim a que devia | ser destinada, — a excepção d’esta, dizemos, | nenhuma outra produzio a camara actual, | ao menos que mereça ser lembrada quan- | do se discute a alta politica do paiz. || E’ a própria falla con que o Imperador | encerrou o parlamento que dá o mais ir- | recusavel testemunho de esterilidade d’esto. || Quem quer que a leia, não poderá dei- | xar de confessar que atravessamos a crise | politica mais calamitosa e deploravel de | que jamais houve noticia. || Quando teve de enumerar os serviços da | camara, Sua Magestade Imperial só achou | que dizer o seguinte: || “*Findram dependentes de vosso illus- / trado devisão varios projetos de reconhe- / cida utilidade publica,*, e entre elles o or- | pamendo geral do Imperio” || O trecho citado dez em summa, o que | poderíamos dizer em estirados artigos. || Nem o orçamento, o principio vital dos ministerios! || Mas para que expor factos e deduzir | provas a respeito do que está claro e evi- | dente para todos? || haverá exemplo na historia, a não ser | nos tempos do regimen absolutista, de um | ministerio que, como o actual, persistisse | tão obstinadamente em governar o paiz, | sendo por este repellido e regeitado de mo- | do tão solemne e imponente? || De feito, as difficuldades invenciveis, | immensas com que tem lutado o ministe- | rio Rio Branco para continuar agarrado | ao poder; o pronunciamento geral, espon- | taneo, brilhante da opinião nacional a fa- | vor da eleição directa, e a condemnação | universal á velha e caduca eleição indirec- | ta, digno programma do governo actual, | causarião em outros tempos, indeclinavel | e imperiosamente a retirada immediata | dos actuaes ministros. || Mas nos tempos de degradação politica | que vão passando, nada admira, tudo é | natural. || Um só homem nos governa e dirige co- | mo senhor, absoluto. Procura e acha fa- | cilmente instrumentos cegos de sua von- | tade; homens para quem o poder é tudo, | para quem isto que se chama patriotismo, | virtude cívica, não são mais do que no- | mes bonitos, utopias da mocidade. || O *Senhores* Rio Branco, João Alfredo, *et reli- / que*, são destes. Eis tudo.

COMENTÁRIOS:

- O exemplar se divide nas seguintes seções:
 1. Cearense
 2. Exterior
 3. Interior
 4. Revista das Provincias (com notícias do sul do país)
 5. Noticiario
 6. Publicações sollicitadas (uma carta do leitor)
 7. Editaes
 8. Annuncios

Carta nº: 028

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Cearense (n101s19f3/028)**

Data/ Edição: 10 de dezembro de 1874 / nº 101

Fonte: BPGMP (Rolo nº 09)

CEARENSE || Fortaleza, 10 de dezembro de 1874. || Bem que esteja liquido que a opposição | roubem direito tem de fazer reclamações | ao governo, mesmo no que entende com | á ordem e a segurança individual, todavia, | para occupar a attenção do publico, sobre | a marcha dos negocios, costumamos fazer | observações a respeito de alguns factos, | que chegam ao nosso conhecimento. || Si actualmente não aproveita a nossa | solicitude, servirá ao menos, como pre- | texto de que não esquecemos o nosso de- | ver, embora todo sacrificio, que nos ac- | carreta. || E' assim que vimos pedir ao *Senhor Doutor* | Graça que providencie no sentido de se | fazer effectiva a responsabilidade do juiz | municipal do termo da telha, accusado de | crimes gravíssimos no exercicio do seu | emprego, e segundo nos consta, conven- | cidos d'elles perante *Sua Excelência*. || Foi constante o clamor da população do | Ipú, em quanto esse moço alli exerceu o | lugar de promotor publico. Faltas graviss- | simas lhe foram attribuidas, que a nosso | ver não ficaram menos provadas, que as | de *São Matheus*, sobre tudo em relação a | matricula de um escravo, fealdade que | produzio a escravisação do individuo, | que por força de lei, já se considerava li- | berto. || Sobre este facto publicou o jornal *Pedro / II* documentos mui authenticos, que não | podiam deixar de ser aproveitados, si a | presidencia da provincia não julgasse mais | a proposito solicitar para um tal promotor | um lugar de mais largas attribuições, em | que podesse melhormente pôr a prova o | seu character! || Da impunidade da autoridade, qualquer | que sejam as faltas commetidas, resulta | o desrespeito, em que vae ella cahindo no | interior das provincias. A população, desen- | ganada de que os agentes da autoridade | não estão sujeitos a nehuma sancção | penal, procuram fazer justiça por suas | mãos, começando por ataca-los. || Mui tristes exemplos ja se tem dado, no | Ceará em prejuizo do prestigio e força mo- | ral, de que não pode prescindir o funcio- | nario; culpa dos presidente, que se fazem | surdos a todas reclamações. || O *Doutor Garcia* deve justificar-se, perante | os tribunaes, dos crimes que lhe attri- | buem, sob pena de lhe faltarem o respei- | [[pei]]to, e não poder sustentar-se mais tem- | po entre os seus jurisdicionados, como | tem acontecido a outros.

INFORMAÇÕES NO MICROFILME

O CEARENSE. ANO DE 1874. 01 de janeiro – 24 de dezembro de 1874 – nº 01 – 109.

A coleção inclui:

- Suplemento ao Cearense nº 74 (13 de set. de 1874)
- Suplemento ao Cearense nº 84 (11 de out. de 1874)
- Suplemento ao Cearense nº 87 (22 de out. de 1874)
- Suplemento ao Cearense nº 89 (29 de out. de 1874)
- Suplemento ao Cearense nº 93 (12 de nov. de 1874)

Faltas:

- Mês de junho – dia 11 – nº 47 (p. 3,4)
- Mês de novembro - dia 05 – nº 91
- dia 08 – nº 92 (p. 3,4)
- Mês de dezembro – dia 20 – nº 104 (p. 3,4)

Nota: dia 11 de outubro de 1874 muda o ano para XXIX.

OBSERVAÇÕES:

- A coleção apresenta algumas páginas mutiladas e ilegíveis.
- Leitura prejudicada na lombada devido à encadernação.
- Únicos exemplares encontrados.
- As faltas e páginas mutiladas localizadas após a microfilmagem dos originais serão inseridas no final do rolo.

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar:
 1. Cearense
 2. Noticiario
 3. Secção Judicial
 4. Comunicado
 5. Editaes
 6. Annuncios
 7. Publicações sollicitadas

Carta nº: 029

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **Sobralense (n04s19f3/029)**

Data/ Edição: 23 de maio de 1875 / nº 04

Fonte: Biblioteca Nacional

Sobral, 23 de maio de 1875 || A Camara Municipal desta Cidade, | que antes de tudo, deve curar do bem | estar de seus municipes, permittirá, | que chamemos a sua attenção, para | os estragos que ha feito o rio em di- | recção a cidade, tornando mais fa- | cil o transbordamento das aguas para | este lado. || Não lhe pedimos um sacrificio | maior em seus cofres; mas porven- | tura não seria facil com pouco dis- | pendio, restabelecer a ordem antiga, | dando sahida as águas pelo lado do sul? || Julgamos que a questão é séria e | reclama muitas attenção da corpora- | ção municipal. || Consideremos o negocio, pelo lado | dos prejuízos dos incommodos, co- | mo tambem da saude publica, que | não pode deixar de ser affetada com | a retirada das águas, que deixam | um — foco immenso de miasmas. || O estado pouco limpo da cidade, | nao será, tambem, uma das causas | do mal com que lutamos? || Sô nos domina o interesse geral | naquillo que aventamos não queren | do [lu]crepar a ninguém, e sob a ins- | piração desse sentimento, chamamos | ainda a attenção da illustre corpo- | ração para o estado de estrago em | que se achão as nossas principaes | ruas, tornando o transito incommo- | do. || Se fosse tomada a iniciativa de me- | lhorar, por parte da camara, é na- | tural que os moradores das casas que | ficam nessas ruas, se dispozessem a | dispender um pouco do seu, no in- | tuito de fazer-se um reparo qualquer, | que precavesse para o futuro essas | ruas de maiores estragos. || E nao concluimos, sem pedir aos | illustres camaristas, a remoção do | paiol da polvora, apenas, a alguns | passos da cidade. || É possível que nunca tenhamos u- | ma explosão, mas é bom acautelar | e não darmos lugar a que uma iner- | cia seja a causa de uma grande e irre- | parável calamidade. || Só a consideração de um acaso | tal, faz arrepiar os cabellos e tremer | de horror; porque seria a morte de | centenas de pessoas, e o estrago de | quase toda a cidade. || Esperamos, que se tome em bôa | conta o que cimos de [di]zer.

COMENTÁRIOS:

- O original pertence à Biblioteca Nacional (RJ).
- Periódico noticioso, sob a direção de Zacarias Thomáz da Costa Gondim.
- Publicado aos domingos.

Carta nº: 030

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Retirante (n02s19f3/030)**

Data/ Edição: 1 de julho de 1877 / nº 02 (1ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 036-B)

O RETIRANTE. || Fortaleza, 1º de Julho de 1877. || Contempla-nos pasmo seculo XIX e o pre- | cito anno de 1877. || Lentamente trucidada-nos n'um horrível cortejo | de angustias. || Já não é uma illusão a secca n'esta desditosa | provincia. || A ampolheta polluidora dos seculos acaba de | recolher seis mezes d'esta *era*, para as dobras de um sombrio passado. || Tristes e afflictivas são as noticias, que nos | trazem do centro todos os *peregrinos*, que, anhe- | lantemente, de nós se approximam. || Coitados, trazem nos tropegos e avidos pas- | sos, na pendida e amarellecida fronte, no incerto | e desvairado olhar, nas rotas vestes, que lhes | cingem o corpo, na face deprimida e livida — o | verdadeiro cunho da miseria e da fome. || — Sangue, que circulava nas veias e corava as | faces d'aquellas improtégidas victimas, onde es- | taes? Para onde fugiste? || —Acaso seria absorvido pelos arbores d'este | sol tropical, que incendia o dorso d'esta parte | do Imperio? || Lindas e palidejadas creancinhas, o que fi- | zeste da vossa nativa alegria e do riso que ha | bem pouco tempo vos borbulhava nos labios car- | mizins? || Não vos ouvem os vagidos? || Que de vossos papaes, que vos não satisfazem | o pedido, que entre soluços lhe fazeis, de uma | migalha de pão? || Lamentam-se filhos enfermos, recordam-se | com saudade infinita filhos que a morte levou; | mas quando filhos choram de fome não ha con- | solo. || De um lado o sentido pranto de indigencia e | do outro lado os estertores da agonia. || Vacilam e fraquejam por toda a parte os nos- | sos desalentados, desprotegidos e macerados ir- | mãos, sobre a terra firme, como o enjoado e neo- | phito passageiro, no tombadilho de um navio ar- | rebatado pelo furacão, n'um mar tempestuoso. || Como verdadeiros embriagados tombam, ca- | hem e morrem em aluvião nas estradas publicas, | sem encontrar um marco miliario para repouzar | por um instante siquer a cabeça transtornada. || Os seus esquelitos corpos servem de [c]imento | aos vorazes abutres, que, funebremente atemo- | risados baixam a terra e com elles se banqueteam | da mesma forma, que os vermes sob as Lages | campanarias. || Humanos caritativos, alerta! || Não deixai perecer mais um só de vossos ir- | mãos á carencia de uma migalha. || Egoistas, phalanges de estultos fanaticos, mer- | cenarios e ricos inhumanos, saciai a vossa cobiça | com o crescido numero de victimas, já ceifadas | pela fome e pela abundancia de vossa ingenero- | sidade. || Reconcentrai-vos um pouco. Lembrai-vos, | que a grande niveladora do cemiterio — a morte — respeitar- | vos-ha tanto quanto aos infeliz prole- | tario, que se debate n'esta lugubre quadra, nas | convulsões da agonia, e sem achar quem deposi- | te um abulo na mão, que tremula se estende. || A dor é o tributo fatal da humanidade. || Para que riqueza além tumulo? || Agora nós, senhores do governo: || O que pretendeis fazer do povo que de vosso | apoio necessita? || Quereis acaso deixal-o morrer á fome por | vossa, já não dizemos maldade, mas incúria e | inacção? || A iniciativa particular trabalha continuamen- | te, é incançavel (sic), haja visto os esforços da distinc- | ta directoria do Gabinete de Leitura. || E vós dormis por essa indifferença dos Cresos; | por essa immobilidade da mulher de Loth. || Pouco vos importa o soffrimento do povo, | d'esse inditoso povo que, em bons tempos, enche | com o producto do suor de sua fronte, os vossos | vorazes cofres. || Porque fazei-vos surdos aos gemidos angus- | tiosos e dilacerantes das victimas que se debatem | n'um leito de horrores? || Vampiros do suor do povo cumpri o vosso | dever.

Carta nº: 031

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Retirante (n02s19f3/031)**

Data/ Edição: 1 de julho de 1877 / nº 02 (2ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 036-B)

O direito do povo. || I. || “Barbaros do norte, erguei-vos!” || Basta! agitado é o somno, porque de horro- | res são os sonhos do carceres. Levantai-vos! || O sol é ardente; o furacão atira para o ar as | vociferações mirradas do deserto. || Distante, além, fica a fonte da vida: não vos | enganeis — as miragens arrefecem o animo pela | desillusão. || Que tendes colhido d’esse opiamento que, | vendando-vos o futuro, crea-vos como a Italia | media, uma Roma cesarina, gloria de povo-rei. || Povo erguei-vos! radiais sublime como as ins- | pirações do momento supremo. || Que esperaes? Não vedes no sinabrio do céu | apagarem-se as ultimas debeis pegadas da espe- | rança? Pela terra não ouvis o gargalhar escar- | neoso do faustoso cortejo de Nero? || Por loucos devaneios, em nuvens de perfu- | mes, que lhe queimam os aulicos, embala-se o | Cezar, que nem foi confiado os destinos do docil | e infeliz povo brasileiro. || De sangue suarenta, de pó coberta uma na- | ção inteira abate a fronte juvenil ainda, morna | de inspirações, de glorias latentes, aos sopés de | um throno — inglorio — sustentado só pela igno- | rancia, abuso, traficantes mentiras — e despatrio- | tismo cynico, atroz, de meia duzia de satrapas, | sedentos de ouro e de gosos. || Mumias, memorantes da época, que lá de per- | dem colleando pelos bastidores de remoto passa- | do, tripudiam sobre os direitos legaes á liberdade | de um povo, annuiviam-lhe os horisontes (sic), matam- | lhe no peito, ao trescalar das esperanças a seiva | calorosa de altas concepções, o entusiasmo das | iniciativas gloriosas. || Representantes do povo! Cobardes! conscien- | cias podres, almas rebaixadas — a varrer com os labios as salivas dos degrãos do throno, por uma | migalha de ouro; não almejam outro fim: bajular | e receber o salario. Que a voz da historia pode- | rosa de maldição peze sobre a cabeça anathema | dos tyrannos do povo. || Quizeramos que nossa fraca voz calasse no | animo popular, infelizmente tão predisposto já á | soffrer a escravidão indigna, a marasmática ane- | mia moral que lavra como peste mortifera, e | amorteça os já enfraquecidos lampejos da luz da | liberdade. || Indolente condescendencia, generosidade cri- | minosa, abnegação dos direitos de conquista so- | bre o futuro, de melhoramentos sobre o presente | — do DEVER — nos precipitaram pela escada do | abysmo. || A cada degrão que descemos nos aparece a | corte, com todo seu mago prestigio, com todo ir- | recusavel encantamento de seus fardões dourados | e brada por essa harmoniosa (sic) symphonia, dom | privado dos cortesãos: “ides ás mil maravilhosas; | adiante, mais um passo chegareis ao jardim das | Hesperidas”. || Tem-se promettido muito e ainda promete- | se. O que? Oásis que foge sempre, sonho convul- | so de febricitante que expira de sede e ao trotar | das catadupas sorve um oceano: acorda no leito, | por entre os lenções humidos, suarentos de longa | agonia; sempre a mesma intensidade da dor! || Povo, fazei o vosso dever! || Quando os abutres pairam festejando os ca- | daveres macilentos de nossos filhinhos, esposas e | paes, que Christo aguardai para os Lazaros da | fome? || Não penetraste já bem fundo em nossas espe- | ranças, nas esperanças de nossos systemas go- | vernamentaes? Que provas quereis mais autenti- | cas da filhadagem e monopólio individual, que | fazem a mola suprema do governo de Sua Mage- | tade e o engodo de nossos representantes? || Povo, acordai d’esse torpor! || E’ tempo de sacudirdes a face dos que vos | ludibriam os trapos de escravos. || Creiam-vos captivos, sede livres; creiam- | vos pequenos, miseraveis, sede orgulhosos de um | nome que tereis, se nos ouvirdes. || Longa vai a divagação. || Propomo-nos a occupar da indiferença do | governo na crise tremenda que devasta esta in- | ditosa provincia, e fomos por demais diffusos; || Pretendíamos mostrar tambem que em nosso | paiz o patronato é tudo. mesmo na distribuição (sic) | de esmolos, destinadas ao alivio das miserandas | victimas da fome, terrivel flagello,

que não ha | imaginal-o, e a indignação levou-nos de chofre, | desviando-nos um pouco do
nosso programma. || Voltarems breve ao assumpto. || Especuladores, vendilhões da caridade
publi- | ca, da generosidade d'outrem, acautelai-vos.

Carta nº: 032

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Retirante (n02s19f3/032)**

Data/ Edição: 1 de julho de 1877 / nº 02 (3ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 036-B)

Distribuição de esmolas. || II. || Continuamos hoje na ardua e melindrosa tarefa que encetamos. || Felizmente, já não somos nós os únicos que levamos a Cruz ao Calvário. || No *Cearense* de 24 do passado appareceu também uma voz, que se ergue em prol dos indigentes, relatando factos que, a serem verdadeiros como reputamos, muito depõem contra quem os praticou. || E' assim que no alludido jornal, sob o titulo — *como se distribue esmolas*, — diz *uma victima*: || “A commissão nomeada para dar destino aos 40;000o000 agenciados na Corte deve ser bastante escrupulosa n'essa distribuição, afim de não dar-se certos escandalos, que já vamos presenciando. || Ainda ha pouco, corre de publico, o bispo diocesano entregara a uma senhora a quantia de 600o000, talvez dos remetidos pelo arcebispo da Bahia, para distribuir com algumas famílias d'esta capital, e consta que essa senhora distribuiu essa quantia com seis viúvas, suas parentas, tres das quaes moram sob o mesmo tecto, e ostentam faustoso luxo ... || O facto é grave a ser exacto. || Quando tanta gente morre de fome á falta de caridade, alimenta-se o luxo com aquillo, que podia salvar tantas vidas ... || cada uma das viúvas em questão recebeu de mão beijada 100o000. || Uns não são filhos e outros enteados. || O facto é grave. Pretendemos esmirralhal-o || Já vê o publico sensato, que tínhamos sobeja razão para avançar o que dissemos em nosso primeiro artigo. || Provavelmente algumas d'essas desvalidas viúvas, a custa d'aquelle mimo de sua parenta, divertiram-se noite de *São João*; no entanto na mesma noite, e quem sabe se na mesma hora em que brindavam aquella *alma caridosa*, na estrada chamada — do major Thomaz — uma pobre retirante, que, pelo seu misero estado de nudez, não teve coragem de transpor as suas d'esta cidade, — dava a luz a uma creança, tendo por leito a relva e por tecto uma arvore!... || Que espectáculo triste e doloroso. || Percorra-se os arredores d'esta capital, com especialidade as estradas, e ahi se encontrará a miseria entrelaçada com a fome!... || E o governo, de braços crusado, conserva-se inabalavel: nada vê e nada ouve; ao passo que faria por certo um acto de verdadeira caridade, mandando dar abrigo á essa legião de moribundos e soccorrendo-lhes com o necessário para lhes mitigar a fome. || Infelizmente, porém, bradamos no desesto (sic): em quanto esses infelizes perecem á fome, o governador d'esta desventurada provincia offerece uma chavena de chá á seus satellites, e a commissão que se chama — *de soccorros publicos* — distribue a cada um dos indigentes que batem á sua porta — *duas bolachas mofadas!* || Que caridade evangelica! || Parece que nos duros corações d'esses homens nunca penetraram estas santas palavras — Quem dá aos pobres, empresta a Deus. —

Carta nº: 033

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Retirante (n02s19f3/033)**

Data/ Edição: 1 de julho de 1877 / nº 02 (4ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 036-B)

Quem lhe perguntou por isso? || Fixou residencia no carneo incommensuravel | do *Senhor J. Brigido* a ideia de que é S. S. o — *sine / qua non* — de qualquer empreza que se proponha | realizar n'esta terra. || Pretende o illustre major constituir-se uma | entidade indispensavel á qualquer mister; e como | que, tanto póde a vontade de S. S., já se vae es- | te povo habituando á ver em sua palavra autho- | risada chave mestra de todas as questões que | aqui e fora d'aqui se suscita. || N'esta luctuosa actualidade, quadro assom- | broso onde se desenha o mais grave accoteci- | mento que, n'esta parte do vasto império ameri- | cano, tem pesado nos corações; quando, lançando | a vista para todos os lados, só se vê a agonia, só | se ouve prantos e gemidos erguerem-se como so- | lemne e eloqüente protesto contra a inclemência | d'este sol de fogo; quando, finalmente, a miseria | ahí está, espectro medonho, sobre este solo que, | ainda não ha muitos dias, víamos sulcado pelo | suor de um povo livre e laborioso; n'esta triste | quadra, repetimos, em que não se precisa, de es- | tadistas para resolver problemas sociaes; nem tão | pouco se trata de altas questões que reclamem | profundo saber; quando a cousa se reduz pura e | simplesmente á — dar de comer á quem tem fome | e de beber á quem tem sêde —, entende o sabio | redactor do *Cearense* que debaixo d'este céu ar- | dente e sobre estas areias abrasadoras, não ha | um fragil mortal que possa, já não dizemos lem- | brar, porém ao menos reclamar, implorar uma | medida no sentido de attenuar a miserrima si- | tuação de tantos infelizes. || Só a S. S. anima o ardor d'esse patriotismo | que o obriga á representar o papel glorioso de | politico geographico, deffendendo no Pará as | ideias conservadoras com a mesma pugnacidade | com que aqui deffende as liberdades publicas; | só palpita sob o influxo deste amor pelo torrão | natal o magnanimo coração de S. S., que arrasta- | o á sacrificar o melhor de sua vida pelo progres- | so d'esta provincia, dedicando toda a sua activi- | dade á realisação de seus melhoramentos mate- | riaes; só e somente o espirito humanitario de S. | S., sua proverbial caridade evangelica, se faz | agora sentir, quando o povo pede pão e S. S. pe- | de — dinheiro para obras —, coma condicção de | permanecer na presidencia o *Senhor Estellita*.... || Alma de atheu embora, o *Senhor J. Brigido* “ não | tem onde descançar a cabeça”, quando se trata | de prover o bem publico; porque. com a senceri- | dade de suas convicções, sympathisando com as | necessidades do povo, o nobre Major não conhece | o repouso sempre que se cuida de pleitear a sua | santa causa. || Grande philanthropista sempre o vemos na | imprensa marchetando os seus luminosos escrip- | tos com todos os *brilhantes* pensamentos que deem | em resultado — a realidade de suas ideias politi- | cas — favorecer todas as emprezas em que S. S. | entre, pelo menos como *advogado gracioso*. || Toda a politica que não vizar este horisonte | não é — liberal—. || Eis ahí porque S. S. vem no *Cearense* de | quinta-feira ultima dizer o que ninguém pergun- | tou: — “Que não escreve no *Retirante*, de cujas | ideias adopta umas e outros reprova”. || Temos a certeza de que o *Senhor Brigido* re- | pelle *in limine* todo o nosso programma, por | que a nossa — *humanidade* — o nosso *povo* — não é | a *humanidade* nem é o *povo* de S. S.; a nossa *hu- / manidade* e o nosso *povo* não é essa arma que | muitos manejam para conquistar os intuitos de | suas ambições. || D'este pequeno papel, como nos chama o no- | bre Major, ha de partir, n'esta quadra de mise- | rias, a corrente de moralidade que ha de purifi- | car a sociedade, decapitando a hydra das espe- | culações torpes á que o actual estado de cousas | presta largo flanco. Seremos a vaccina innocula- | da com o fim de obstar á que se desenvolva a variola | do corpo social, como bem qualifica um | notavel escriptor tão medonha corrupção ; os | nossos typos, em incessante mover-se, produ- | zirão essa salutar agitação dos espiritos bem

in- | tencionados, que se ha de oppor á estagnação | moral tão almeiada pelos pescadores
d'aguas tur- | vas. || Incontestavelmente a imprensa, por si só um | dos mais admiraveis
inventos do homem, attinge | á sublimidade de seus destinos, quando se faz | echo da caridade
christã, deffendendo o mais na- | tural como o mais sagrado direito do homem — | a sua
conservação —. || Estas columnas, portanto, não poderiam ser | *honradas* por pennas
mercenarias, mesmo quando | d'ellas brotassem as mais viçosas flores da elo- | quencia,
quanto mais essas que por ahi mercade- | jam uma ou outra phrase corriqueira, á baixo | preço.

COMENTÁRIOS:

- Jornal dividido nas seguintes seções:
 1. O Retirante
 2. Noticiario
 3. Supplemento (com o que parece ser mais 2 editoriais)

Carta nº: 034

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Retirante (n03s19f3/034)**

Data/ Edição: 8 de julho de 1877 / nº 03

Fonte: BPGMP (Rolo nº 036-B)

O direito do povo || II. || Parece-nos inevitavel a irrupção de um cata- | clisma! || Não o presentis? || E' nosso dever conjural-o! || A immobildade no seio das desgraças pu- | blicas é um crime. A reacçãoé uma virtude. || Que o povo, essa *massa* que os governos cor- | rompidos olham com desdem, mas que resume | em si o verdadeiro poder; que elle reaja contra | esse indifferentismo que ameaça prostral-o. || faz-se necessario o vosso esforço para que | surjam, ergam-se bem alto os sãos principios da | justiça, escudando os vossos direitos. || Encorajai- | vos; a fome abate o corpo ao mes- | mo tempo que o espirito; mas a Providencia | doou-nos com um sublime instincto que vos li- | bertará — antes que a miseria de todo vos sup- | lante. || Aconsalhamos (sic) moderação e summa calma; | será esse o caminho mais plano que tereis de tri- | lhar para que consigais o vosso intuito sagrado | — a manutenção de vossa existencia. — Si, porem, | se vossos clamores não forem ouvidos, não esque- | çais de que acima de vós só Deus. || não maculai o vosso nome; caro vos custou a | sua conquista; sois um gigante! || — Alçai a cabeça como os Andes os seus ci- | mos e então sereis respeitado. || Com o suor que gottejou de vossas frentes en- | chestes de ouro os cofres publicos, que vedes ho- | je esvasiarem-se prodigamente em favor de al- | guns felizes, quando vos esforceis nas agonias da | fome e sede. || Sois um povo que jamais esmoreceste diante | do trabalho; os vossos braços jamais cançaram | quando foi necessario levantar a carabina em | defeza dos brios nacionaes; hoje elles se atatem, | perdem o antigo vigor e não ha alimental-os! || Entretanto, pouco vos bastaria d'essas som- | mas immensas que as mãos cheias derrama-se | inutilmente. || A lei fundamental do vosso paiz garante-vos | amparo nas circunstancias criticas; mas essa lei | é letra morta quando se trata dos pequenos; ella | é todos os dias sophismada, sempre em vosso pre- | juízo, quando se trata de saciar a ambição sem | limites dos grandes. || Não são meras palavras; não são vãs declama- | çoes o que a dor deixou-nos cahir da penna. || O ultimo vapor trouxe-nos um desengano | cruel! || Quando a caridade particular se manifesta | em vosso favor; quando não estendeis de balde a | mão aos vossos irmãos, o *Senhor* Cotegipe negar-vos- | hia até o ar para respirar, si vos faltasse, e elle | dispozesse de toda a athmosphera. || “O Ceará não precisa de soccorros; os cea- | renses são muito exigentes.” || Eis a vossa sentença de morte pronunciada | por aquelle mesmo á quem se acham confiados | os vossos destinos, a vossa sorte. || D'essa autocracia governamental, d'esse go- | verno que levanta obices ao trabalho, d'essa en- | tidade egoista que esbanja a fortuna publica na | compra de maiorias que a sustentem, d'esses ty- | pos de corrupção que, escarnecendo de vossa dôr | pungente, se fazem os sapedores de toda a moral | christã; d'elles nada tendes á esperar. || Não comprehende o Sr. Cotegipe que, como | bem diz um notavel democrata, “os funciona- | rios publicos são assalariados do povoo. Desde o | rei até o ultimo dos seus agentes todos são evi- | dente e irrecusavelmente assalariados pelo povo; | todos são pagos para trabalharem para o bem | commum. Si algum d'elles falta a sua missão, | tem a mesma culpa que o soldado que falta ao seu dever, que o criado que serve mal ao seu | amo. || “Deve-se pois combater incessantemente a | oligarchia, o parasitismo, a exploração systema- | tica do povo e da riqueza nacional em proveito | de um certo numero de ambiciosos, que conse- | guiram empolgar o poder mais ou menos frau- | dulentemente. || “É dever ridoroso de todos os cidadãos; é in- | digno de fazer parte de uma nação livre quem | por desidia, cobardia ou pusillanimidade, assis- | te indifferente aos abusos da auctoridade.” || Não cessaremos, portanto, de denunciar e pro- | fligar com toda a força de que somos capaz a | crueldade d'esse ministro, que arrasta-se servil | ás escadas do throno imperial, fundando em um | paiz |

essencialmente democrata, bafejado pelas | auras d'essa liberdade santa que nos legaram | tantas victimas illustres do despotismo; fundan- | do, repetimos, no seio d'esta America liberrima | a mais abjecta aristocracia. || Si em vez de vos erguer como colosso que | sois, em defeza dos vossos direitos conculcados | barbaramente, estais dispostos á resignar-vos : || Erguei os vossos olhos, e orai por vós e pelos | vossos filhos ao Rei dos Reis, uma vez que o Sr. | Pedro de Alcantara ri-se em quanto chorais; im-| plorai por vós e por vossos caros filhos a Graça | Divina, uma vez que o Sr. Cotegipe farta-se de | cuspir-vos o desprezo. || “E’ indispensavel que nos dias de agonia | extrema; quando o proprio céo occulta seu azul e | elimina suas estrellas; se possa dizer: — Acima | d’essa abobada de chumbo está Deus.”

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

O RETIRANTE, Orgam das Victimias da Secca. Fortaleza, Typographia Imparcial de Joaquim de Sousa, Impressor Suitberto Padilha. 1877 – 1878.

01 julho a 26 dezembro de 1877 – nº 02 a 27

01 janeiro a 24 março de 1878 – nº 28 a 37

A COLEÇÃO INCLUI:

- “Suplemento ao Retirante nº 2” (01 julho. 1877)
- “Suplemento ao Retirante nº 10” (26 agosto. 1877)

OBSERVAÇÕES:

- Coleção particular do Instituto do Ceará. Cedida pelo presidente General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira, ao núcleo de microfilmagens da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará.
- FALTA: dia 24 de junho de 1877 – nº 1. Ano I.
- NOTA: dia 07 de novembro de 1877 – nº 20 – Muda o subtítulo do jornal: “Publica-se Semanalmente”, ao invés do “Publica-se aos Domingos”.
- O RETIRANTE: Publicado em Fortaleza aos domingos sob a redação de Luiz de Miranda. Typographia Imparcial. Impressor Suitberto Padilha. O 1º número é de 24 de junho de 1877. Dizia-se Órgam das Victimias da Secca. Jornal de combate a administração Aguiar. Barão de Studart: “Para a Historia do Jornalismo Cearense”. Fortaleza, 1924.

COMENTÁRIOS:

- Jornal dividido nas seguintes seções:
 1. O Retirante
 2. Noticiario

Carta nº: 035

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Colossal (n25s19f3/035)**

Data/ Edição: 15 de junho de 1879 / nº 25

Fonte: BPGMP (Rolo nº 75)

O COLOSSAL || Fortaleza, 15 de Junho de 1879. || **Extinção dos soccorros.** || Precipitado e levianamente, con- | duzido por informações menos exac- | tas de um seu commissionedo nesta | infeliz provincia, acaba o *Excelentíssimo* mi- | nistro da fazenda *Affonso Celso de As- / sis Figueiredo*, de fazer expedir ao | seu collega do imperio, um aviso | com data de 26 do mez findo, impru- | dentemente o intimando para trans- | mittir aos presidentes das provincias | flagelladas pela secca, que do 1º | deste mez em diante cessassem com | os soccorros publicos aos famintos, | visto que, o Tussouru, não compor- | ta, mais taes despesas não orçadas! | E' inacreditavel semelhante proce- | dimento reprovado do imbecil minis- | tro, porém é verdade infelizmente. || O nobre conselheiro Leoncio de | Carvalho, então ministro do imperio, | onde provou ser um verdadeiro t[a]- | lento, teve o bom senso de não que- | rer dar cumprimento aos estúpido e | leviano aviso do *Senhor Affonso Celso*, | sem que primeiramente obtivesse as | necessarias informações dos respec- | tivos presidentes das provincias, vic- | timadas pela secca, o que, sem du- | vida, era de primeira intuição, e en- | contrando reluctancia dos demais | ministros, gerou-se a crise do ministerio, que concluiu-se pela exo- | neração do illustre ministro, que não | quis ser o carrasco dos infelizes bra- | zileiros torturados pela fome e toda | sorte de privações, impossiveis de u- | ma discripção qualquer, que não com- | mova o coração, o mais duro e ferós. | Postas as cousas neste pé, aguarda- | se a vinda do vapor 20 em que | deve nos chegar a sentença de mor- | te, porque assim approve a loucu- | ra de um ministro bastante, que de- | seja fazer epocha seja como for, levado | por falsas e calumniosas informações | de um individuo sem conhecimento | da provincia, que ousa assim com | essas mentiras, querer perder conoci- | to desse brioso povo e fazer effectivo | e descrédito publico do delegado do | governo imperial, o que é para lasti- | mar. || Em nosso numero ultimo, | concii- | tamos ao commissionedo do governo | a ser fiscal rigoroso nas contas dos | soccorros e pedimos-lhe, que se pos- | suisse da energia para com os mal- | versadores da fazenda, tecendo-lhe | nossos encomios, porem foi elle mais | adiante do que pensavamos, infor- | mando não haver no Ceará, neces- | sidades, e sim obras de luxo, pro- | vinciaes e municipaes. || Não resta a menor duvida, de que | na provincia, se fizerão obras muni- | cipaes e provinciaes e achavão-se | algumas outras em construcção com | o trabalho dos indigentes soccor- | ridos pelo estado, afim de tirar-se | um sem numero de individuos do vi- | cio, da perdição e em fim da occio- | sidade, porem, nunca, como uma i- | deia oculta do governo geral, para | ir-se sustentando-as a titulo de secca | nesta provincia, onde ella ainda per- | dera fazendo umas façanhas. || Este commissionedo foi um insen- | sato sem duvida, e o bestunto mi- | nistro da fazenda, um character sem | qualificativa, por quanto não devia | enfim tão torpemente expor a repu- | tacão de seu delegado a mercê de | interpretações, que muito o podem | prejudicar para o pais. O *Senhor Doutor* | José Julio, consultando sua dignida- | de offendida, deve já e já demittir- | se, e seguiu para a Côrte, e deffen- | der-se, segundo opinamos, e o con- | trario, será falta de sentimentos e | de ... e sujeitar-se a sugestões desai- | rosas, que se fizer de seu character e | probidade. || Não temos prevenção com *Sua Excelência*, e | quando ainda as tivessesmos, neste mo- | mento solemne a despresariamos, por- | que, não se trata de um facto em si | consultado, e sim do restabelecimento dos | creditos de *Sua Excelência* e desta provincia, | que um desconhecido de suas circunstan- | cias julgou maculal- a *Sua Excelência*, ou demit- | tise, e assim procedendo conqui- | tara as | sympathias da provincia, ou fazendo o | contrario, perecerá moralmente até a | medula. || Nós, como cearenses, lavramos do al- | to da imprensa, o nosso vivo pretexto, e | concitamos a todas as

classes para nos | acompanhar, fazendo chegar-o a presen- | ça do governo, que ao tempo, que decre- | ta a morte de uma immensidade de bra- | zileiros a fome, por falta de recursos de | thesouro, gasta 30.000\$ rs, em louva- | minhas nos seus desatinos. || Isto é bello!

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- Fortaleza. Jornal literário e crítico. Typ. Do Colossal, a rua Mj. Facundo, nº 34. 1878-79. Órgão de uma associação tipográfica. Dizia-se jornal de todos e tudo.

COMENTÁRIOS:

- Jornal dividido nas seções:
 1. O Colossal
 2. Secção Noticiosa
 3. Litteratura (fragmento de Barbosa de Freitas)
 4. Secção Crítica
 5. Telegrammas
 6. Variedade

Carta nº: 036

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Echo do Povo – Orgam da Opinião Publica (n01s19f3/036)**

Data/ Edição: 24 de junho de 1879 / nº 1 (1ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 75)

ECHO DO POVO || Fortaleza, 24 de junho de 1879. || O *Echo do Povo* cumpre o dever de justificar sua aparição, e desenrolar a bandeira de seu programma: || — Nem anarchistas nem escravos — será a nossa legenda; e, guardando rigorosa neutralidade entre os partidos, tomamos a defesa dos direitos do povo e dos legítimos interesses da provincia, sem indagar se nossos juízos agradam a gregos ou troyanos. || Atravessamos n'este momento a hora mais sombria porque haja passado o sol cearense. || O governo central provando a mentira da falta do throno, acaba de romper com um simples aviso a letra sagrada de nosso pacto fundamental, que garante os soccorros publicos as populações soffredoras, e isto quando os restos de uma população se estorce nas ultimaas agonias da fome; || O commercio cearense estagnado pela devastação da provincia, vê trancada a ultima valvula por esse mesmo governo, em proveito dos commanditarios da corte, corvos privilegiados das arcas do thesouro; || Os artistas intimados para deporem a ferramenta do trabalho, e tomarem a sacola de pedinte ou a espingarda de lazaroni; pois que se lhes nega serviço e pão, suspendendo-se o andamento das obras publicas; || O furto publicamente tolerado em favor d'esse bando de hyenaas que, abisma na garganta insaciavel as migalhas saccudidas á indigencia. || A lei velada contra o reffe dos janizaros que assassina impunemente as victimas mermes, tratadas como cães importunos, por que pedem a esmola de um *caldo* ou de *uma mortulha*; || A administração provincial coacta, sob a tutela humilhante de um agente do fisco, que como o carrasco nos aperta o ultimo laço; || Os commissarios, como Thenardier, recolhendo no campo dos desastres os restos despojos das victimas, e, peor ainda, abafando-lhes os gritos agonisantes com festejos estrondosos ao poder publico; || A propria miseria inconsciente e embrutecida pelo martyrio, arrastada em procissão para a praça publica, afim de servir de instrumento e protagonista obrigada d'esses festejos sacrilegos. || Tudo, em fim, convence que uma rotura immensa tende a dissolver o laço de união que mantem uma sociedade em seus eixos, se a imprensa, como um Moyses moderno, não guiar com segurança estes novos israelitas! || E' para a imprensa, pois, que ainda appella a parte sã de nossa sociedade, e com ella a ordem publica que se vê ameaçada, o commercio que se vê manietado, o artista que se vê sem salario, o cidadão que se vê sem garantia, o povo que se vê martyrisado, a lei que se vê desprestigiada e impotente. || Diante d'este appello supremo a indiferença é a traição desfarçada, a cobardia um crime repugnante. || O *Echo do Povo* vem pois cumprir um dever na imprensa, pondo-se ao serviço de tão santa causa, e offerecendo suas paginas a todas as aptidões sinceras no desenvolvimento de seu programma.

Carta nº: 037

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Echo do Povo – Organ da Opinião Publica (n01s19f3/037)**

Data/ Edição: 24 de junho de 1879 / nº 1 (2ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 75)

Suspensão de soccorros. || Em quanto alguns commissarios da sec- | ca insultando a miseria publica festejam | ao *Excelentissimo Senhor Doutor* José Julio, o mesmo a | quem antes da chegada do ultimo paquete | queriam apedrejar; ou antes festejam a | chegada de 500 contos de réis e alguns na- | vios *carregados de viveres* remetidos ainda | pelo governo para entreter a opinião; mes- | ditemos seriamente sobre a nossa desespe- | rada situação. || Não nos illudamos: *Sua Majestade* Imperial pre- | cisa do espaço d’esta terra para fundar n’el- | la seu *museu* de indolencia japonesa; || O *Senhor* conselheiro Sinimbú precisa dos | dinheiros públicos para rehabilitação de | seu banco fallido e applacar as iras dos cre- | dores; || O *Senhor* Affonso Celso precisa mostrar-se | bom *mouro* como aspirante ao lugar de | sub-valido do Rei: Eis a razão por que um | paiz que gasta 800 milhões para sustentar | uma guerra de capricho particular do *Sennhor* | *Dom* Pedro de Alcantara, não deve gastar si- | quer a 8ª parte d’essa somma para salvar | alguns milhares de súbditos do *Senhor Dom* Pe- | dro II, flagellados por 3 seccas consecuti- | vas. || As explicações dadas ao parlamento pelo | ministro dos outros ministros a cerca do | aviso, que declarou *reservado*, ordenando a | suspensão dos soccorros, peiora as nossas | condições por que é a confissão ingenua de | que nos conselhos da coroa *reservadamente* | foi decretado o nosso exterminio, em quan- | to na falla do throno a nossa salvação era | garantida *ostensivamente!* || Apanhado em flagrante contradição pela publicação do aviso, divida felizmente a | um assomo irresistivel do *Senhor* ministro da | fazenda, contra o seu collega do imperio, o | *Senhor* conselheiro Sinimbú lançou um engodo | a opinião publica, saccudindo-nos mais al- | gumas migalhas. Mas tão inabalavel está a | resolução de suspender-se os soccorros ás | provincias flagelladas, que o *Senhor* Leoncio | de Carvalho foi lançado fora da pasta dis- | cortezmente, porque oppoz-se a essa tyra- | nia, invocando a letra da constituição! || Convença-se pois o povo: ou dirija o | governo d’este paiz um Cotegepe ou um Si- | nimbú, isto é, a *popetina ou o banco nacio- / nal*, o resultado será o mesmo porque é a | mesma a vontade motora. || E por que nunca deixasse de haver exe- | cução á flata de carrasco, ou se trate de as- | sassinar um povo ou a um individuo, o go- | verno escolheu-o das plagas do Maranhão | cuja raça ja no tempo de Cotegepe havia | apedrejado nas ruas de *São Luiz* os nossos | primeiros irmãos emigrantes! || Isto seja dito sem offensa aos caracteres | distinctos filhos d’essa provincia, que os | ha em abundancia: Fabio Alexandrino do | Reis QUADROS é o nome do commissario | mandado pelo governo estacionar entre nós | para ter a presidencia de sentinella avista (sic) | com relação aos dinheiros dos soccorros pu- | blicos: tomar o pulso a esta população tão | rebelde ás leis da inanição; e indicar os meios de dar o ultimo garrote no commer- | cio da provincia que ainda se move, como | o planeta de Galileu, e tem a *audacia* de im- | portar generos para esta terra faminta, em | prejuizo da commandita official que gira | na corte sob a firma de F. de Figueire- | do & C. || Prosiga pois o *Senhor* Quadros na sua mis- | são de espião e delator, informando falsa- | mente que não ha secca no Ceará por que | ainda há n’elle casas decoradas com decen- | cia, musicas ao passeio publico, negocian- | tes com capitães em giro, mendigos vivos | nos abarracamentos e, sobretudo, muita | dignidade e altivez para defender os direi- | tos do povo e os brios da provincia, e zur- | zir os *malabares*. || Que se contenha nos limites de seu ro- | tulo de fiscal do thesouro chamando-a | locupletado a custa da miseria publica; | respeitando os que se mostram limpos de | consciencia: e no *Echo do Povo* encontrará | um guia e amigo que o conduzirá aos mais | reconditos covis. || Assim como vai, seu pedestal de sêbo ca- | hirá aos apupos da opinião.

Carta nº: 038

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Echo do Povo – Orgam da Opinião Publica (n01s19f3/038)**

Data/ Edição: 24 de junho de 1879 / nº 1 (3ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 75)

Thesouraria de fazenda. || Em quanto restar um sopro de vida ao | nosso jornal, em quanto pulsar-lhe a ulti- | ma arteria, garantimos, que elle se asso- | ciará ao lamento do pobre, da creança, da | viuva e do desvalido, e sempre pugnará | pela razão, pela justiça e pelo direito — | grande e sagrado triumviro que nos servi- | rá de phanal n'esta senda tortuosa e cober- | ta de cardumes que vamos trilhar: isto é | garantido pelo autor d'estas linhas cuja | tranquillidade de espirito nunca se pertur- | bou. || Combateremos sempre o despotismo, a | injustiça, o monopolio, afillhadagem, a op- | pressão, e os abusos praticados contra | quem quer que seja: é isto a essencia de | nosso programma. || Parece-nos, portanto, sympathica a nos- | sa causa, por que sendo ella a da humani- | dade soffredora não ha duvidar (sic) que seja | nobre, santa e patriótica. || A nossa política é o lamento do desgra- | çado, o gemido do moribundo que, sua- | rente estorce-se de fome e frio no seu hu- | milde grabato — pedindo uma esmola pelo | — amor de Deus — o lamento da creancinha | orphã e abandonada, desfallecida pela ne- | cessidade exangue. || Dito isto entremos na questão á que nos | propomos discutir. || Não correm mui regulares os negocios da | thesouraria, onde aliás, encontram-se mui- | tos empregados probidosos e caracteres de | boa tempera. || Esses com certeza não são culpados dos | desmandos que por ali vão, do cahos, do | poderio, da desordem, da anarchia, do pa- | tronato que por ahí reina. || Quem testemunhasse o inaudito escan- | dalo ou farça, que foi levada a scena no | dia 9 do corrente n'aquella repartição; por certo que a não assestiria sem justa in- | dignação. || O *Senhor* inspector tem tratado sempre mal | o distincto e honrado corpo commercial de | nossa praça, quando esta corporação ali | não vae sinão reclamar os seus direitos fe- | ridos e tratar de receber os seus capitaes | divididos ha já mezes pelo governo. || Quem é credor não pede favor — impõe | condições; infelizmente assim não aconte- | ce aqui. || Oh tempora! Oh mores! em que o deve- | dor desrespeita o credor, maltrata-o, gri- | ta-o e não o escuta. || Caminhamos para um abysmo profun- | do: já não há garantia para o direito de | propriedade. || Na thesouraria commettem-se todos os | desmandos, todas as arbitrariedades sem | lei, e sem justiça, não se paga aos credo- | res prejudica-se-os, corta-se ou glosa-se, | individamente contas já com o pague-se do | presidente da provincia!!! || E' incrível tanta portervia! || Ja se semelha mais a uma casa fallida | do que a um THESOIRO PUBLICO: || E' um horror! || E no meio d'esta conflagração geral per- | guntamos anciosos onde está a garantia | offerecida a propriedade alheia, quem ga- | rante o enorme debito do thesouro, que já | se acha a dever aos nossos negociantes, | cerca de *cinco mil contos*? || responda-nos os *Senhores* Quadros e José Ju- | lio. || Como dizíamos o *Senhor* inspector não pro- | cede regularmente, e em quanto os nego- | ciantes credores do thesouro publico fa- | ziam triste papel na thesouraria, sendo | menospresado pelo seu chefe, e desengana- | dos de receberem saques, cercava este de | considerações e de caricias ao *Senhor* Alcofo- | rado, homem felizardo e que por suas fa- | canhas muito se ha celebrisado n'este mun- | do. || Alcoforado com ares de marítimo, fal- | lando grosso, de chapéo na cabeça, charuto | no queixo, derramando olhares de protec- | ção, chegou-se ao *Senhor* inspector com quem | segredou e dentro de poucos minutos o | que era impossivel para todos — nada era | para si: cortara o nó — gordio —.... || N'um sak-kand foi-lhe passado e entre- | gue um saque de quantia avultada (qua- | renta e tantos contos) unico que se lavrou | n'aquelle dia! || O commercio ferido em seus brios indig- | nou-se com o procedimento tão inaudito | quanto odioso do *Senhor* inspector, que se- | gundo nos consta, só dá saques á seus *fi- / lhotés*, e retirou-se lavrando na ante-sala | portestos vehementes contra tão grave a- | buso. || O

monopólio, esta hedionda lepra ha es- | tendido suas garras vorazes por todos os | cantos d'esta terra martyr. || Pedimos providencias ao *Senhor Doutor* José | Julio para que factos tão revoltantes se não | reproduzam.

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

ECHO DO POVO, Orgam da Opnião Publica, Fortaleza, Typographia Imparcial, Redactores Dr. Antonio José de Mello, João Cordeiro e Vicente Linhares, 1879-1880.

24 de junho – 31 de dezembro de 1879 – nº 01 a 19

09 de janeiro – 01 de fevereiro de 1880 – nº 20 a 22

OBSERVAÇÕES:

- Únicos exemplares encontrados – Ano I.
- Mudou várias vezes o subtítulo do jornal. Dia 24 de setembro de 1879 – nº 12 – “3º número da 1ª série”; ao invés de “Publica-se semanalmente”.
- Jornal aparecido em Fortaleza a 24 de junho de 1879. Dizia-se órgão da opinião pública. Impresso na Typographia Imparcial, à rua major facundo nº40, por Francisco perdigão. Publicação semanal que fez tremenda guerra aos comissários da seca.
- Coleção particular do Instituto do Ceará. Cedida pelo Presidente General Tácito Theophilo Gaspar de Cliveiral, ao núcleo de Microfilmagens da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará.

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. Echo do Povo
 2. Collaboração
 3. Noticiario
 4. Communicados
 5. A Pedido

Carta nº: 039

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **A Verdade – Orgão Catholico (n33s19f3/039)**

Data/ Edição: 15 de março de 1891 / nº 33 (1ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 90 – A Verdade)

A VERDADE || Ao “Cearense” || Nunca julgamos necessario dar a | rasão (sic) porque não reeditamos os arti- | gos do conselheiro Rodrigues Juni- | or derigidos (sic) ao Secretario e Presi- | dente do Partido Catholico, por pare- | cer-nos ella intuitiva. Não obstante, | extranhando (sic) o *Cearense* pela 3ª vez | que não o fizessemos (editorial de 11 | d’este) somos forçados a declarar que | dos motivos que nos levarão a assim | proceder, basta allegar um — não | comportar as columnas do nosso jor- | nal hebdomadario, demasiadamente, | exiguas para a abundancia de arti- | gos que temos tido sempre a nossa | disposição, que, occupemo-nos de ob- | jecto, completamente extranho (sic) a | nosso fim e que exigiria grande espaço. || Se o *Cearense* julga conveniente a | exhibição da accusação e defesa feita | ao partido catholico, muito facil se- | ria estampalas em suas columnas di- | arias, sem ser preciso ao que julga- | mos, pedir-nos autorisação (sic), mas se | por ventura d’ella necessita, damo-la | em toda plenitude, || Contestamos uma proposição do | mesmo artigo que diz — ter a redação | d’*A Verdade* se recuzado (sic) a ampla | discussão para a qual foi convidada | pelo *Cearense*, d’esde que estamos | sempre prompts para ella, resul- | tando algum proveito, ou havendo | necessidade de desfaser (sic) accusações | que se nos faça em terreno dos prin- | cipios. || Responder porem a toda e qual- | quer observação, emque se falle | n’*A Verdade* é que não, porque não | dispomos de espaço, nem de tempo | suficiente; porque não desejamos en- | treter discussões inteiramente impro- | ficuas; porque é com verdadeiro sa- | crificio que roubamos o espaço de | nossas limitadas columnas, para dar- | mos resposta, de que muito bem po- | dia-nos dispensar o *Cearense*. || O nosso papel será simplesmente | de legitima defeza (sic). Quando ella se | fizer necessaria (sic), encontrar-nos-ha o | *Cearense*, sempre em nosso posto.

A Redacção

Carta nº: 040

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **A Verdade – Órgão Catholico (n33s19f3/040)**

Data/ Edição: 15 de março de 1891 / nº 33 (2ª Carta do Redator)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 90 – A Verdade)

Em defesa || Um communicante do *Cearense* n. 147, depois de ter declarado que “ac- | [...] [*o facto de não*] | acceitação pelo partido catholico, de | um *veneravel da maçonaria*,” (unica | questão que se prendre (sic) directamente | ao programma do referido partido | nas accusações que lhe forão feitas, | n’uns re[...]tos do Conselheiro Rodri- | gues Junior, em artigos que derigio | a directoria do mesmo, representada | pelo seu Presidente e Secretario) de | avançar ainda que” apesar de pensa- | dor livre (registramos a confissão de | muito pezo na questão) é coherente | e fará justiça a quem quer que seja” | acha que “o referido partido catholi- | co tem sido rechassado habilmente | pela penna energica do redactor che- | fe do *Cearense*.” Declaramos que não | comprehendemos. || Devemos occupar-nos tambem de | um outro trecho. || Por sua conta e risco, entende o | communicante que ”o partido catho- | lico usa do *absolutismo*, fóra da repu- | blica, na *monarchia theocratica*.” || Onde está isso nas columnas d’A *Ver- / dade*? Jamais se deprehenderá de nos- | sos artigos que desejamos o absolu- | tismo, quer dentro quer fóra da re- | publica, que preoccupasse-nos mes- | mo de forma de governo; quando a | nossa questão principal é que o paiz | seja governado por homens que tim- | brem em professar sentimentos ca- | tholicos, sendo a forma de governo, | questão secundaria, não duvidando | no entanto applaudir de todo o cora- | ção a forma republicana, se ella con- | sagrasse em sua bandeira a crença | catholica, ou ao menos (dos males o | menor) o respeito a essa crença. || Das mais observações sobre religi- | ão não temos que occupar-nos pois | não é nosso intuito convencer a S. | S^a. que não nos incumbindo da tare- | fa declara terminantemente que é | pensador livre; mas estranhamos que | S. S^a. declarando ter espirito de jus- | tiça, nos faltasse com ella. Mas que | fazer? || E’ doloroso confessar que a justiça | dos pensadores livres baseia-se sem- | pre na incoherencia. Fique ao menos | registrado que protestamos solemne- | mente contra o modo de pensar de S. S^a.

A Redacção

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- A Verdade. Fortaleza, Ceará. Órgão católico sob os auspícios de sua Exc. Rvama. o Sr. Bispo Diocesano. Typ. Universal de Cunha, Ferro e C. A. Redactores Monsenhor Graça, Desembargador Paulino Nogueira e Padre Valdivino Nogueira. 1890 – 1898.
- 15 de março de 1891 – nº 33 e 09 de dezembro de 1893 – nº 20.

OBSERVAÇÕES:

- Únicos exemplares encontrados.
- Ano II e IV.
- Jornal católico publicado em Fortaleza a 27 de julho de 1890. Saía aos domingos. Seu artigo-programa é da pena de Julio Cesar da Fonseca.
- Pertence à BPGMP.
- Seções em que o jornal se divide: Notícia extraordinária (falecimento de Márquez de Monte Paschoal, 1º bispo do Ceará), A Verdade, Collaboração, Gazetilha (notas e avisos), Notícias diversas, Dados históricos, Variedade, Telegrammas e Comunicados.

COMENTÁRIOS:

- Na edição de 15 de março de 1891, há duas cartas do redator.

- Há ainda outra edição disponível, que, no entanto, não possui qualquer carta do redator/ editorial. Esta outra edição tem caráter especial, em homenagem ao bispo do Ceará.

Carta n°: 041

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Norte (n08s19f3/041)**

Data/ Edição: 22 de abril de 1891/ n° 08

Fonte: BPGMP (Rolo n° 78)

O NORTE || Fortaleza, 22 de Abril de 1891 || Aos meus amigos e co-re | ligionarios ||
 Compreendendo a delicadeza e | gravidade do momento actual, te- | nho evitado discussões
 pela impren- | sa a proposito do meu procedimento | em face da crise politica, que nos | veio
 surprender. || Uma vez assumida a attitude que | assumir, mantive-me na resolução de | nada
 dizer antes da solução final da | crise, já para não magoar suscepti- | bilidades, já para não
 antecipar jui- | zos sobre factos que não são ainda | bem conhecidos. || Lendo, porém, no
Libertador de | hontem o artigo manifesto, que pu- | blicou o meu estimado amigo e com- |
 panheiro de representação, senador | Manoel Bezerra de Albuquerque Ju- | nior, senti-me
 obrigado a abandonar | aquella resolução para adiantar al- | gumas palavras. || O ilustre
 senador, deixando de | analysar os factos determinantes da | crise e a posição dos seus
 companhei- | ros, não quis de certo deixal-os mal | um conceito do partido. Mas como o | seu
 artigo póde ter outra interpreta- | ção, principalmente sendo submet- | tidos á analyse os
 ultimos periodos; | apresso-me em eplicar a parte | que me diz respeito. || Fui, como o senador
 Bezerra, par- | tidario definido do antigo regimen. | Tive, como *sua Excelencia*, occasião de
 re- | voltar-me contra a disciplina, mas | não tenho tempo agora para occu- | par-me d'este
 assumpto. || Apenas accentuarei, porque vem a | proposito, que , mesmo naquelles | tempos, o
 facto de ser conservador | sob a chefia do *Senhor* Barão de Ibiapa- | ba, não me impedio de ser
 amigo e | admirador de João Cordeiro. || Conheci-o nos dias de luta da abo- | lição. Ao seu
 lado trabalhei duran- | te toda a campanha libertadora. || Elle que diga se alguma vez a dis- |
 ciplina partidaria o receio do po- | der me impossibiliton (sic) de tomar o | meu posto de
 combate na imprensa | ou na tribuna || Ninguem mais apto para affirmar | si alguma vez
 esmoreci deante de | promessa ou ameaça. E ajudem a | dizel-o as collecções do *Libertador*, |
 onde difficilmente se encontrará um | numero que deixe de attestar o es- | forço da minha
 dedicação. || Partidario sob a direcção do *Senhor* | Ibiapaba, foi a João Cordeiro *exclu- /*
sivamente que consultei sobre o pro- | jecto, que organizei (sic) na sua banca de | trabalho e
 que, com Martinho Ro- | drigues, apresentei na Assembléa | Provincial, onde foi convertido na
 | lei de 19 de Outubro. || Partidario e amigo do *Senhor* Barão de | Ibiapaba, foi a João Cordeiro
 que | offereci o primeiro livro que publi- | quei, livro sem merito, é verdade, | mas que eu
 presava (sic) tanto como si | fosse uma preciosidade litteraria ou | scientifica. || E nessa epocha
 o *Senhor* Ibiapaba era tão rico como é hoje e João Cordeiro, | alem de empobrecido, não
 sonhava, | nem podia sonhar com a proxima | victoria da Republica. || Foi como conservador
 que, em | 1884, quando o *Senhor* Saraiva appare- | ceu com a falsa lei de 28 de Setembro, | eu,
 auxiliado por João Cordeiro e José | do Amaral, restaurei o *Libertador* | para continuar a
 propaganda da idéa | libertadora. || Em 1885 quando subiu ao poder o | partido conservador,
 eu, que perten- | cia a esse partido , e era mais pobre | ainda do que sou hoje, em vez de | pedir
 um emprego, passei-me para a | opposição e no *Libertador* fiz a | guerra que pude á situação
 nas- | cente. || Nesse tempo João Rodrigues e Antonio | Martins, em concurredissimo *mee- /*
ting, realisado (sic) no Club Cearense, | me apresentaram candidacto á de- | putação geral pelo
 1° districto, em nome dos abolicionistas e dos | elementos são dos antigos partidos. | A
 assembléa applaudiu com enthu- | siasmo, mas eu, indicando os nomes | do *Doutor* Almino e
 do *Doutor* Frederico Bor- | ges, declinei da honra. || Insistiram, eu calei-me, mas dois dias
 depois declarei pelo *Libertador* | que absolutamente não acceitava a | candidatura. || Relembro
 estes factos para provar | que si naquelle tempo o *Senhor* Ibiapa- | ba não me prendia á sua
 vontade, | menos póde fazel-o hoje, que de- | putado do partido republicano, man- | tenho com

Sua Excelência, pura e simples- | mente, relações de cortesia. || Agora os factos determinantes da | publicação destas linhas. || Sou accusado de traição ao parti- | do e de ajudar a restaurar a politica | do *Senhor* Barão de Ibiapaba, que visa | unicamente a conquista da mina de | Viçosa. || Esta traição deve ser de data re- | cente; não se prende com certeza, | à minha conducta no Congresso, | pois que nunca fui accusado, já não | digo de trahir, mas de quebrar a | disciplina do partido. || E si outros que votaram pela nuli- | dade da eleição do Ceará e incom- | patibilidade de João Cordeiro ou | evitarem pronunciar-se a respeito, | para não comprometter a palavra, | foram comprehendidos em moção de | louvor, não é muito que eu não me | considere excluido dessa honrosa | manifestação. || Naturalmente a traição resultou | da minha attitude em face da crise. || Infelizmente não tenho o direito de tornar publicos todos os factos | que se hão passado. Posso, porém, | dizer rapidamento (sic) qual o meu proce- | dimento no assumpto. || A crise manifestou-se estando eu | no Aquiraz em visita de despedida | com a familia para seguir para o Rio | de Janeiro. || Chegando á cidade, fui immédia- | tamente procurado pelos meus illus- | tres companheiros de representação | Senador Catunda e deputado Marti- | nho Rodrigues que me expozeram (sic), | em synthese, todo o occorrido. || Resolvemos em seguida expedir | um telegramma, de que me | deram noticia. || Recebendo-o, segui para a casa do | Senador Bezerra e ahi, depois de ouvil-o attentamente, respondi, de | accordo com *Sua Excelência* e na presença do | *Doutor* Pedro Augusto Borges, ao tele- | gramma do *Senhor* Ministro do Interior. || Desse telegramma expedido à tar- | de, tive resposta depois de meia noite. | Em consequencia do que me foi com- | municado, expedimos outros tele- | grammas, assignados uns pela re- | apresentação federal e outros por mim | individualmente. || Não posso dignamente tornar pu- | blicas as declarações dos telegram- | mas trocados. Posso, porém, affir- | mar, que foi em vistude (sic) d’elles que | nos convecemos de que o governo | não tinha o intuito de attentar | conta a autonomia de Estado e os | legitimos interesses do partido repu- | blicano cearense. || Foi ainda em virtude delles que a | commissão executiva, em minha au- | sencia, e com unanimidade de votos, | adoptou a candidatura do senador | Bezerra, telegraphando de motu (sic) pro- | prio ao *Senhor* Barão de Lucena. || Até ahi andamos todos perfeita- | mente de accordo. || Na ultima reunião que tivemos o *Senhor* senador Bezerra declarou, que | não se abrindo o Congresso no dia | 13, passaria para a opposição. Ficou, porem, assentado que esperaríamos | ate segunda feira. || Estavam as cousas nesse pé quan- | do, domingo de manhã, chegou do | Rio um telegramma noticiando “reac- | ção feroz; demissão Paiva, Moreira | e Bezerril, nomeações Paula, Jona- | thas, Macahyba.” || Deu-me noticia desse telegramma | o senador Bezerra e mais tarde o *Senhor* | Waldemiro Moreira. || Mandamos chamar o *Senhor* deputado | Martinho Rodrigues; mas o porta- | dor não teve tempo de sahir porque | na mesma occasião entrou *Sua Excelência*. || Conversamos a respeito e o *Senhor* | Martinho Rodrigues foi o primeiro a | declarar-se prompto para a opposi- | ção e até para a resistencia. Se- | guiou-se uma reunião do partido, na | qual me pronunciei pela opposição, | declarando, porém, que esperaria até | 3^a feira. || Domingo o *Senhor* Senador Bezerra | expediu e publicou em *boletim* um | telegramma de opposição; eu e ou- | tros ficamos esperando resposta dos | ultimos telegrammas. || Segunda feira, á noite, recebi um | outro telegramma do Rio, em res- | posta ao ultimo que havia expedido. || O meu telegramma dizia, além | d’outras cousas, o seguinte: “Si o | governo quer passar a direcção da | politica do Estado aos antigos che- | fes, póde fazel-o. Eu, porém, [*não*] | posso seguil-o. || “O *Senhor* Ibiapaba foi meu chefe; | mas tendo deixado o partido [*não*] | tem direito á direcção da politica em | prejuizo da representação que apoiou | o governo. || “A minha posição é esta: não | sou João Cordeiro, nem Ibiapaba. | Sou Centro Republicano, e permane- | ço de accordo com meus collegas de representação até agora amigos | leaes de governo.” || A resposta correspondeu á minha | franqueza: “politica não soffrerá | alteração. Direcção cabe repre[s]em- | tantes amigos. Inexactas demissões | e nomeações, excepção chefe de po- | licia, de confiança de novo governa- | dor o empenho do governo é que o |

Congresso escolha livremente o go- | vernador do Estado.” || Em vista d’essas declarações, fiz | ver aos meus amigos que não ac[ha]- | va prudente, nem efficaz a opposição | e resistencia. || Não pedi a ninguem que me acom- | panhasse mas fiz o proposito de | romper em hostilidades sómente de- | pois de convencido da deslealdade | do governo. || Ora, decente d’estes factos, póde-se | dizer, que trahi ao partido? || Na affirmativa, qual o interesse que me levou a atraioar aquelles de | quem sou representante? O amor no | *Senhor* Ibiapaba? Mas *Sua Excelência*, si está | inteirado do que vai pelo governo, é | o primeiro a saber que não póde con- | tar comigo. || Mais ainda: que interesse me | prendre á questão de mina de Viço- | sa? Si no passado redactor | do orgão do partido do *Senhor* Ibiapaba, | nunca escrevi uma linha a respeito, | nem tomei parte n’essa questão, por | consideral-a de interesse pessoal dos | litigantes, porque hoje, depois que | o *Senhor* Ibiapaba mandou tomar-me a | typographia em que publicava um | jornal republicano, foi de sacrificar | o partido que me elegeu e essa ques- | tão, que nada tem comigo?! || Poderia evidenciar desde logo a | injustiça d’essa accusação. Mas pre- | firo aguardar melhor opportunidade. | Por agora basta-me appellar para os | meus co- | religionarios, que estão a | par do meu procedimento. Ouçam a | respeito Antonio Cruz, vice-presi- | dente do Centro, character superior a | toda suspensão e depois me condem- | nem, si parecer justo fazel-o. || Mas si tudo isto é insufficiente | — então tenham paciencia de esperar | pelos feitos e com certeza serão obri- | gados a me fazer inteira justiça.

22 — 4 — 91

J. de Serpa

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- Fortaleza. Diário da Tarde. Typ. a Praça do Ferreira, nº 4. Redatores: Martinho Rodrigues, Gonçalo Lagos e Justiniano de Serpa. 1891-93. Jornal resultado da cisão do Centro Republicano. Começou como jornal do Governo, publicando seu expediente, e depois passou para a opposição. Originaes pertencentes ao Instituto Histórico do Ceará.

COMENTÁRIOS:

- Seções do jornal:
 1. Republica Brasileira (publicação de alguns officios)
 2. Edital
 3. O Norte
 4. Collaboração
 5. Noticiario
 6. Annuncios

Carta nº: 042

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Norte (n09s19f3/042)**

Data/ Edição: 23 de abril de 1891/ nº 09

Fonte: BPGMP (Rolo nº 78)

O NORTE || Fortaleza, 23 de Abril de 1891 || Moderadamente || Todo o esforço é inútil para nos | fazermos comprehender pelo *Liber-* | *tador*. Convencido de que defendo | a boa causa, o collega não aceita | explicações, nem admite argumen- | tos. Vai resolutamente o seu cami- | nho. || Cremos, porém, que não somos | obrigados a aceitar o dogmatismo | em politica, quando é hoje assumpto | de renhida controversia nos domi- | nios da religião. || Os partidos não podem ser arras- | tados caprichosamente á luta. Pre- | cisam de ser convencidos. || Necessitam de saber si está ou não | em perigo a sua cansa (sic), si é tempo | ou não de correr á voz do dever. || Até agora o *Libertador* não evi- | denciou o perigo que corre o partido, | nem pode convencer-nos de que é | chegada a oportunidade de bater o | inimigo. || Limita-se a indicar a exoneração | de dois vice-governadores. Mas si | esse motivo é bastante para deter- | minar começo de hostilidades, neste | caso só quem tem é João Cor- | deiro, porque todos os demais admit- | tiram, por vezes, a possibilidade de | reatar as relações entre o partido e o|governo. || Quasi todos que nos accusam, es- | tiveram conosco estudando o meio | de salvar o partido, não sacrificando | a organização (sic) do Estado á esta ou | áquella personalidade. || A commissão executiva unanime- | mente, depois de exoneração de João | Cordeiro, retirou a sua candidatura, | aceitou outra e neste sentido dire- | ctamente e espontaneamente tele- | graphou ao governo. || Logo, esse motivo não é sufficien- | te ou os que nos chama traidores | não souberam cumprir em tempo o | seu dever. || Apontam também o adiamento do | congresso. || Mas essa explicação tem diversa explicação da | que tem sido dada. || Antes de ser ouvida a representa- | ção federal sobre o adiamento para 6 | de Maio, que era conhecido, os mem- | bros do Congresso Cearense, em ses- | são secreta, resolveram aceitar o | adiamento como legal, votando con- | tra dois ou tres. Essa mesma declara- | ção fizeram depois na casa do go- | verno, em reunião convocada pelo | vice-governador. || A nossa intervenção se deu em | um ponto: modificar o adiamento | para 13 de Abril, no intuito de ver | si a esse tempo seria possível um | accordo entre o partido e o governo. | Na hypothese contraria prevaleceria | o adiamento para 6 de Maio. || E ainda neste ponto fomos acom- | panhados por quasi todos os mem- | bros do partido, inclusive a commis- | são executiva. || É claro, portanto, que não foi por | nossa causa, que se sacrificou a digni- | dade do Estado, deixando o Congres- | so de funcionar. Manifestamos a | nossa opinião; mas nunca buscamos | impol-a a outros membros do par- | tido. || E si todos aceitaram o alvitre | lembrado, a consequencia a que po- | demos chegar é a seguinte: é que | todos acharam razoavel a attitude, | digna de todos nós a posição. || Mas, dizem agora: O nosso dever | era fazer estranha guerra a esse go- | verno de barões, que attenta contra | a autonomia do Estado. || Admettimol-o (sic) a despeito do que | vai de rethorico no argumento.... | Temos, porém, o direito de pergun- | tar: || Mas esses barões não são os mes- | mos que apoiamos até agora || Não foi sob o governo d'elles que | serviram ao cidadão João Cordeiro e | Dr. Benjamim Barrozo, 1º e 2º vice- | governadores? || São, com certeza; e si hontem não | mereciam guerra, porque a merecem | agora, sendo hoje exactamente o que | eram hontem?! || Poderão ainda objectar: || - Hontem apoiamos, porque che- | gamos a acreditar na sua lealdade e | hoje não podemos absolutamente | admittil-a || Realmente tem um quer que seja | de força o argumento. Mas, além de | não poder invocal-o os que, *mesmo* | *depois de facto consummado*, reco- | nheceram conosco a possibilidade | de accordo e consequente apoio, | accresce, que n'este [caso] muda

de | face a questão. || Pensam os de lá que o governo | traher ao partido e por isso que- | rem
perder tempo em destroçar-o e | vencer-o || Mas nós não pensamos do mesmo | modo.
Acreditamos ainda na boa fé | do governo e enquanto os factos | não nos desilludirem,
permanecere- | mos nesta attitude, nem fazendo in- | vestidas inoportunas, nem sacrifi- | cando,
uma linha sequer, a honra | do partido e a nossa propria digni- | dade. || Questão de
opiniões, em que pedi- | mos apenas que nos seja reconheci- | do o direito que não recusamos
aos | demais, - liberdade de pensar e sen- | tir.-

COMENTÁRIOS:

- Seções do jornal:
 1. Republica Brasileira (publicação de alguns ofícios)
 2. Parte Official
 3. O Norte
 4. Noticiario
 5. Annuncios
 6. Avisos

Carta n°: 043

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Norte (n10s19f3/043)**

Data/ Edição: 24 de abril de 1891/ n° 10

Fonte: BPGMP (Rolo n° 78)

O NORTE || Fortaleza, 24 de Abril de 1891 || No seio das sociedades cultas, os | indivíduos que se levantam acima | do nivel commum, não perdem nunca | os direitos que conquistaram á as- | gração popular. || Nem elles têm o direito de cahir | pelo facto de deixarem as posições, | nem pode a sociedade tentar ames- | quinal-os depois de levantal-os ás culminancias do meio. || Procedimento contrario importaria | - da parte dos individuos, esqueci- | mento da propria responsabilidade; | do lado da sociedade, plena confissão | de erro gravissimo, ou, o que é peor (sic), | reconhecimento da leve[z]a com que | procedeu, da incapacidade com [q]ue | se deixou dirigir por quem não estava | á altura dos seus destinos. || Eis porque, no momento actual da | nossa vida politica, não vemos cada- | veres para levar ao cemiterio nem, | falsas divindades, que precizemos (sic) de | de[s]truir. || Os homens que se batem na luta | são exactamente os que o momento | pode produzir. Tratal-os dignamente | é obrigação de todos nós. A home- | nagem que a elles tributamos, honra | primeiramente a nós e á sociedade. || Pode-se bater o adversario sem | magoar o individuo. O homem poli- | tico é uma personalidade que per- | tence ao seu meio. Pode a cada in- | stante (sic) ser apreciado e julgado. Mas | tem o direito de exigir que o tratem | com as honras da derrota ou do tri- | humpho. || Felizmente temos exacta noção do | nosso dever social. || Podem lá fora acreditar que são os | commodos da vida que nos levam a | falar esta linguagem. Mas, alem de | não honrar a ninguem a autoria | d'esse conceito, não temos obrigação | de accordo com todos, | obedecendo á alheia inspiração.|| Pensamos que ha erro politico em | pretender arrastar o partido inop- | portunamente á luta. Os de lá pen- | sam iversamente, acreditando que | nó[s] tratamos de sacrificar a causa | commum. || Posta neste pé a questão, ao par- | tido é que cabe decidir. || Não ha necessidade de golpear in- | dividualidades. Assinaladas as res- | ponsabilidades, aguardemos o jul- | gamento. Esperamos o dia d'amanhã. || O que não podemos admittir é o | dogmatismo em política. Nem é re- | publicano pretender impor opiniões. || Receiam por ventura que entre- | guemos o partido a renascidas divin- | dades? || Não pensem absolutamente n'isso. | Mais do que comprometter aos ou- | tros, receiamos comprometter a nos- | as propria dignidade. || Nossos intuitos são de paz, mas | são republicanos. Mais do que a nos- | sa posição, qualquer que ella seja, | presamos (sic) o partido, a que servimos. || E si, apellando para o nossos | concidadãos, offerecemos abrigo a | todos em nossa tenda de trabalho, é | que estamos convencido[...] de que deste | modo melhor servimos ao partido e | ao Estado. || Victor Hugo, o genio que escre- | veu os *Chatiments*, deixou a todos | os republicanos este conselho de | mestre:| | *C'est par la fraternité qu'on sauve | la liberté.*

OBSERVAÇÕES (sobre a edição n° 10):

- Na mesma seção encontra-se um texto que já havia aparecido na edição n°2 do jornal, assinado pelas mesmas pessoas e com o mesmo título: “Aos nossos co-religiona-| rios q ao publico”.

COMENTÁRIOS:

- Seções do jornal:

1. Republica Brasileira (publicação de alguns officios)
2. O Norte
3. Noticiario
4. Coluna Livre
5. Annuncios

Carta nº: 044

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **A Ordem – Orgam Republicano Federativo (n05s19f3/044)**

Data/ Edição: 1 de novembro de 1891 / nº 05

Fonte: BPGMP (Rolo nº 78)

A ORDEM || OS MORTOS || As verdadeiras causas finais da natureza são as relações com a nossa alma e com a nossa sorte mortal, disse Mme. De Stael: os próprios objectos physicos têm um destino, que se não limita a curta existencia do homem neste mundo; existem para concorrer para o desenvolvimento das nossas idéas e para a obra da nossa vida moral. || Não é pois, sem um sentido profundamente moral que se dedica um preito religioso a quem (sic) que deixaram na terra os andrajos da sua pobreza material pela riqueza da luz eterna. A romaria que fazem os vivos aos arraignes dos mortos, no dia de amanhã, tem um grande alcance na vida social. || Duas causas se encontram neste respeito da vida pela morte — a nossa grandeza e a nossa miseria. O sentimento que nos eleva para fóra da esphera material e a pequenez da nossa natureza physica. || A morte para o homem pensador, a morte para o christão não é nada, o fim, a extincção completa de tudo. || Quem ensinasse os homens a morrer ensinar-lhes-ia a viver disse Montaigne. A morte é um dos elementos da ordem do universo: é um elemento da vida do mundo. Esse desfecho fatal não pode fuadar-se (sic) nem no odio nem na vingança — porque é uma condição do que existe, como pensa um philosopho. A morte foi creada como uma commutação (sic) da vida para manter a vida e isto não é um paradoxo, porque supprimida da terra daria lugar ao caos e ao nada. || E' porque não conhecemos a morte que a rodeamos de tantas tristezas, de tantas lagrimas e de tanto receio. || E' preciso que os gelos do inverno crestem as folhas das arvores que a natureza desfaleça na morte das flores, das aves, e de tudo quanto nasce, cresce e morre para que se erga mais bella, mais forte, mais promettedora; é preciso que o homem desapareça, que as gerações passem, que a formosura se desatavie, para que o amor dê os seus fructos e espalhe por toda a parte o sentimento da bella e brilhante luz nas nossas objecções, nos nossos raciocínios onde só existem trevas e duvidas, que não são mais do que a ancianidade (sic) por uma existencia mais perfeita. || E' por isto que, no meio de nossa miseria, nos mais fundos desalentos, brilha sempre um pharol — que é a esperança, o que quer que seja que consola, que anima, que fortifica, pelo paraíso que ao longe entrevemos. || Parece incrível, mas é uma verdade: — a vida e a morte ligam-se em um amplexo amigavel trabalhando no mesmo sentido para a grande obra da natureza — porque a criação è (sic) tanto obra da morte como da vida. Sim, por que se todas as sementes florescessem, as plantas abafariam umas às outras, se todos os milhares de milhões de ovos de peixes vingassem, encheriam os mares e estes animaes pereceriam todos. A morte foi creada para acabar com os excessos da vida. || O que é uma necessidade na natureza é um crime praticado pelo homem; ella tira o que pode dar, este não pode arrancar aquillo que não pode offerecer. || Ha pois, uma providencia na propria extincção da vida e o homem não pode, não deve olhar para a morte indifferentemente. || Na terra humida das sepulturas estão guardados affectos, carinhos, amor, gratidão, saudades fundas e a idéa de um caminho que ha de mais tarde ser nosso tambem. || O preito prestado à memoria dos mortos tem uma significação bastante expressiva; elle lembra que as idéas (sic) do homem são fugitivas, com a propria vida d'elle, e que a idéa (sic) de Deus, immutável como sua eternidade; elle lembra que ha alguma cousa mais pura, mais santa, mais consoladora do que a materia na organização (sic) humana; elle lembra que o espaço que existe entre os mundos espalhados no immenso universo não isola os

[ilegível] dos | que vivem dos que morrem, porque o | universo forma uma unica unidade, no | dizer de um sabio; porque esse prei- | to revela ao homem uma outra exis- | tencia de bondade, de doçura, de amor, | de paz, a perpetua aproximação da | perfeição absoluta e da felicidade divina. || Sobre o tumulto frio dos entes queri- | dos horão esposo, pae, filho, amigo, | amante — se os mortos muito amados | não sentem o calor de vossas lagrimas | olham para vós do alto da sua gloria e recebem sorrindo a vossa homenagem; | o espirito deixa na terra a sua grossei- | ra tunica e sóbe como o perfume da | flôr, para esta eternidade onde tudo se | purifica, onde nasce o progresso. || Deixae que os espiritos grosseiros es- | queçam os mortos, — dae-lhes vós o vos- | so preto, as vossas lagrimas, as vossas | flôres! || Bem sei, ó minha adorada mãi (sic), que | já posso ouvir a tua voz tão doce para | mim, ver o teu angelico sorriso de ani- | mação, o teu olhar envolvendo-me, nos | seus luminosos raios de puro e santo | amor, bem sei ... e entretanto eu te sin- | to no bater do meu coração, na sauda- | de tão funda que me punge, na ancia (sic) | louca do teu amor materno... mas bem | sei tambem que me abençoa... || E' que nenhum homem tem o direito | de affirmar, como accredita um pensa- | dor, que na sua organização (sic) só entrem | os elementos materiais e que a facul- | dade de pensar não seja mais do que a | propriedade da organização (sic) porque ha | as mais intimas razões para admitir q' | a alma é uma entidade individual é ella | que rege as moleculas para organizar | a forma vivente do corpo humano. || Curvemo-nos diante dos mysterios | da criação e honremos os mortos.

E.

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- A Ordem. Sobral, Ceará, Orgam republicano federativo. Typ. Travessa do Commercio nº 09. Director: José Vicente Franca Cavalcante. 1887 – 1903.
- 16 de março de 1890 – nº 24 e 01 de novembro de 1891 – nº 05.

OBSERVAÇÕES:

- Únicos exemplares encontrados
- Ano III e IV
- Jornal republicano em Sobral a 28 de setembro de 1887 sob a redação de José Vicente Franca Cavalcante, e após sua morte ficou dirigindo seu filho Antenor Cavalcante. Cessou sua publicação em 03 de setembro de 1903.
- Pertencente à UVA – Sobral

COMENTÁRIOS:

- O jornal, de nº 24 do ano III, publicado a 16 de Março de 1890, não contém qualquer carta de redator/ editorial. Somente encontrou-se, numa seção chamada “Gazetilha”, um pronunciamento do Governo Federal acerca de suas considerações e seus decretos.
- Embora no microfilme conste que o nº 05, de 01 de novembro de 1891, seja do ano IV; no cabeçalho do jornal, há o ano V.
- Texto escrito em referência ao dia seguinte, 02 de novembro, dia de finados.
- Seções do jornal:
 1. A Ordem
 2. Gazetilha
 3. Annuncios
 4. A Pedido
 5. Variedades
 6. Tribuna Livre
 7. Editaes
 8. Charadas

Carta n°: 045

Estado/ Cidade: Ceará/ Baturité

Título: **Oitenta e Nove (n26s20f1/045)**

Data/ Edição: 7 de setembro de 1902/ n° 26

Fonte: BPGMP (Rolo n° 128 – Diversos títulos)

CALUMNIADORES E | BANDIDOS || Ze Purgatorio || Continuando hoje em a nossa | espinhosa missão de jornalista | que tem o dever de [*esvumar*] to | das as chagas dos miseráveis | sociaes que se apresentam ro- | tulados com a etiqueta de ho- | mens de bem, sentimos real- | mente o asco que nos inspiram | as grandes [*miserias*] dos tartufos | de gravata lavada. || Segundo o pasquim que o | Zé Purgatorio [*solt*]ou aos ventos | da publicidade, promete este | trazer cartas de seus patrões (cre | dores)e de seus devedores para se justificar dos crimes e infa- | mias que tem praticado e de | que o temos acusado. || Aguardemos, pois, a publica- | ção de seus documentos, — *ti- / ções de fogo*, para oppor-lhes o | testemunho irrecusável de ho- | mens de bens. || Submettemos á (sic) apreciação do | publico mais uma refinada tra- | tantada do calotei[r]o mó[r] Zé Pur- | gatorio ou Zé da Macaca. || O capitão Antonio Telle[s] de | Oliveira, negociante estabele- | cido á [*rua do*] Commercio nesta | cidade, tendo [...]ado um bur- | ro ao Z[é] da Macaca, este até | hoje tem se recusado restituir | ao dono o referido burro sob | falso pretexto que nunca falta | aos calculos e artimanhas dos | grande[s] tratantes. || Velhaco e tratante como é o | Purgatorio deixou de pagar tam | bem ao alludido negociante Tel- | les a [*mora*] da de muitos mezes | que leva ao café iracema na | capital deste Estado. || Ahi está vivo e são o nego- | ciante Telles que vai intentar, | perante [*os tribunaes*], segundo | nos consta uma acção de co- | brança contra o mais refinado | tratante que já pisou em terras | de Baturite. || A usurpação feita ao major | Gustavo [*Brayner*], de pindoba, | que depois de espoi[...]do de seu | sitio, teve de emigrar para o | Parà (sic), como tambem a hypo- | theca frau[*dulenta*] que arrumou | o capitão [...], que por | este tempo estava perturbado | em suas faculdades mentaes, | sahirão [...] em novas edi- | coes e assim [...] a expul- | são do Zé Purgatorio por pato | teiro de [*uma meza*] de jogo da | casa do [*Julio Augusto*], nesta ci | dade. || Por hoje basta.

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- Oitenta e Nove. Baturité, Ceará, Órgão do Partido Republicano, Diretor José de Alencar Mattos, Redatores: Antonio Arthur, **Candido Taumaturgo**, Pedro Catão, **Montezuma Peixoto**. 1892-1897

OBSERVAÇÕES:

- Únicos exemplares encontrados
- Ano VII
- Jornal de Baturité que se dizia órgão do partido republicano. Fundado em 22 de maio de 1892, tendo como diretor José de Alencar Mattos. Desapareceu em 1897.

COMENTÁRIOS:

- As informações contidas no microfilme não estão corretas, pois, posteriormente, encontraram-se mais exemplares do mesmo jornal, dos quais apenas os dois últimos pertencem ao século XX (07/09/1902 e 31/08/1903) e cujos originais se encontram na Biblioteca Nacional.

- A partir de 1902, encontra-se como epígrafe do jornal: “*A missão providencial da civilização (sic) é ocupar o globo, e varrer / da superfície do planeta os [elementos] que não puder [assimilar]*”
- O jornal é formado pelas seções:
 1. Oitenta e Nove: expediente e textos *Calumniadores e bandidos e Hóspedes Viajantes*
 2. Avisos e pequenas notas acerca da vida social, com tabela com dados comerciais
 3. Obituário
 4. A Pedidos
 5. Editaes
 6. Anuncios

Carta n°: 046

Estado/ Cidade: Ceará/ Baturité

Título: **Oitenta e Nove (n17s20f1/046)**

Data/ Edição: 20 de junho de 1903/ n° 17

Fonte: BPGMP (Rolo n° 128 – Diversos títulos)

OS SERVIDORES || O pasquincípio muito se ar- | reliou com as verdades que, | com o
 criterio e imparcialidade | de quem se collóca acima das | paixões pequeninas, expendeu | em
 sua ultima correspondencia | nosso distincto correligionario e | talentoso correspondente da
 Ca- | pital do Estado. || E, como de vesos, sem poder | contestar qualquer d'aquelles |
 criteriosos, irrega á | sombra do illustre amigo does- | tos, que não lhe alcançam, e ter- | mina
 como sempre com uma a- | potheose ao *valor* e ao *merito* | da gente do bando. || Como
 gostamos das coisas | com ponto nos i [[i]] e á luz meri- | diana dos factos, apressamo-nos |
 em explicar ao digno correligio- | nario *de lá* o valor e o merito | de tão afamados *sevidores*...
 || Entre os que alli se nomeião (sic) | como velhos correligionarios, | manda a verdade excluir
 os *senhores* | zé-pinto e Agapito Sampaio. || O primeiro sempre se mani- | festou maloqueiro
 e nunca ao | menos procurou se qualificar | eleitor. | Vivia de chatinação de | seu balcão a
 menoscabar da Re- | publica de seus homens. || Fez-se politico com tão *in-* / *gente dedicação*
 depois que ap- | pareceram os contactos de car-nes... || O segundo pertence a uma | illustre
 família que, com efeito, | no regimen decahido, esteve | sempre ao lado do venerando | *doutor*
 Accioly. || Com a proclamação da Re- | publica, porém, os capitães Rai- | mundo Sampaio e
 Lourenço, pae | e tio do illustre *senhor* Agapito, a- | bandonaram seu velho chefe e |
 acompanharam a maloca com o | *senhor doutor* Martinho Rodrigues, que | até nomeou ao
 segundo tenen- | te coronel. || O *senhor* Agapito seguiu muito | louvavelmente honrado pro- |
 genitor no afastamento politico, | a que se votou após a dissolu- | ção da maloca, e sò com o
 ap- | parecimento do grupinho se ex- | hibiu no scenario, [f]irmando o | celebre contra
 protesto, primei- | ro papel politico, talvez, que te- | ve a desventura de assignar. || Até então
 não era siquer elei- | tor, nem jamais procurou alis- | tar-se. || Salvou as honrosas tradições | da
 distinta família nosso res- | peitavel amigo, padre João Sam- | paio, que, ao nosso lado, se con- |
 | servou sempre firme ao velho | chefe, secundado pelo nosso não | menos devotado amigo,
 capitão | José Cicero... || Quanto aos outros *servido-* / *res* se resumem a [...] pouca | coisa
 seus merec[imen]tos com | tão grande somma de direitos..” || O coronel Alves Barreira foi | até
 distinguido com a eleição de | deputado estadual, onde se por- | tou de modo, que erão (sic)
 precisos | insistentes pedidos do supremo | chefe para conseguir raras ve- | zes sua presença as
 Assem- | bléa... || Não assim, para o subsídio... || Ultimamente, [d]epois que che- | gou rico
 do Amazonas, anda es- | pumando uns arrotos de oppo- | sição que, felizmente, se limitam aos
 | numbraes de sua bella vi- | venda, no Bagaço... || O capitão Montenegro já nos occupamos
 de seus serviços... || sem voto... || O *senhor* Joaquim-mattos come- | çou comnosco com
 aquella fan- | farrona la, que lhe é peculiar e | foi também distinguido com a | eleição de
 vereador municipal. || Um bello dia porém, como | não conseguiu expulsar da Bi- | bliotheca
 seu irmão zé-mattos, | de quem dizia então *cobras e / lagartas*, zangou-se comnosco | e
 resignou o cargo, recolhendo- | se... ás grades de sua botica a | *chocalhar*... || Raimundo
 d'Almeida foi dele- | gado, cargo porque morria de | amores. Se disse porem tantas | coisas de
 sua policia e os Mattos | as attestavam, que foi preciso | exonerar-o... || O Nepomuceno, que
 começou | maloqueiro, deu-nos diversas | vezes o seu votinho, só, n'agua | e no sal, pois não
 conseguia ou | não queria demover seus pro- | prios irmãos, de maloca... || Foi 2° suplente de
 juiz sub- | stituto, contractante de carnes e | escapou de ser tenente-coronel, | porque o zé-

mattos oppoz-se (sic)... || Não nos deteremos com este | ultimo *serviçal*, de que já nos | temos por innumeradas vezes oc- | cupado. || Simples escrivão, deslustram- | do (sic) inconstitucionalmente dois | privativos, cargo que lhe arran | jou o nosso partido, alias com | grande esforço: veio das sine- | cúrias burocráticas da monar- | chia e continúa como um pesa- | do encargo à Republica... || Esteve com o *doutor* Martinho, | a quem trahiui; com *doutor* Accioly, | a quem maldisse; com o coro- | nel Proença, a quem foi desleal: | com o coronel A. Dutra, a quem | enganou e hoje esta com um... | João-polino, que o engrossa... | Seus *valiosos serviços* á nos- | tra politica limitaram-se ao des- | fructe inconstitucional d'aquel | las prebendas. alem de seu vo | tivo unico e por vezes até [*em*] | branco, como no pleito [*eleitoral*] | de 1º de março de 1898 para | vice-presidente da Republica... || Tabellião, nunca transcreveu | um acta de eleição, apesar (sic) de | sempre designado pelas mesas | eleitoraes. || Occupou a honra de diretor | d'esta folha, mas *in uomine*, | como já temos explicado. Nunca | escreveu nella, sequer ligeira lo- | cal... || Esta falta é porem, perdoa- | vel, porque a culpa não é sua... | e, sabemos que não pode fazer | milagre... || está ahi a grande somma de | serviços dos poucos do grupi- | nho.

COMENTÁRIOS:

- Nesta edição, o layout do jornal mudou — modernizou-se! — e também a organização de suas seções: as duas primeiras páginas são formadas por textos diversos (expediente e textos *Calumniadores e bandidos* e *Hóspedes viajantes*) sob a coluna de nome Oitenta e Nove, depois há pequenas notas acerca da vida social, uma tabela com o preço corrente de diversos produtos (Commercio), contribuição de leitores, editais e propaganda.
- Este exemplar de junho de 1903 não é mencionado nas informações do microfilme.
- Seções deste exemplar:
 1. Oitenta e Nove
 2. O Correspondente
 3. Avisos e pequenas notícias
 4. Charge cômica
 5. A Pedidos
 6. Editaes
 7. Annuncios

Carta n°: 047

Estado/ Cidade: Ceará/ Crato

Título: **A Liça (n3s20f1/047)**

Data/ Edição: 22 de julho de 1903/ n° 3

Fonte: BPGMP (Rolo n° 67 – Diversos títulos)

A LIÇA || A VIA-FERREA || Um telegrama diri- | gido de Fortaleza pa- | ra a “Cidade do Crato” trou- | xe-nos a feliz nova de haver | o governo federal resolvido | prolongar a via-ferrea de Ba- | turité como medida attenu- | ante das agruras da secca, | tendo já, para este fim, aber- | to os necessarios créditos. || Só por effeito de uma in- | spiração (sic) divina poderia o sr. | Rodrigues Alves ter esta ge- | nerosa lembrança. || Em outras circunstancias, | estando o Ceará a gozar os | proventos, abundante | e prospero, seria isto apenas | uma promessa de um passo | mais agigantado no caminho | do progresso. || Mais hoje, na quadra dif- | ficil e abrolhosa que vamos | atravessando, como Christo | com os pés em sangue ca- | minho do Golgotha, é um | auxilio que nos envia, com- | placente e bom, o patriotico | presidente da Republica, não | obstante a elle termos direito. || Não é o pensamento de | que, decorridos poucos an- | nos, o sibillo da locomotiva | venha nos despertar desta | apathia e insipidez em que | vivemos, peculiares nos lo- | gares atrazados, trazendo nos | a civilisação, com suas mil e | variadas suggestões, que nos | faz mover a penna em [g]estos | de entusiasmo. || Não. É um sentimento in- | teiramente humanitario. É | a lembrança de nossos irmãos | e nós mesmos não precisar- | mos sahir estugados em bu- | sca (sic) do exilio onde mil vi- | cissitudes amargas, oprobios | e até a escravidão nos es- | peram, a nós que nascemos | livres em um torrão onde | tudo é livre como o vento | (permittam-nos paraphrase- | ar o poeta), e encontrarmos | nas aras da terra natal o soc- |orro de que precisamos. || Nada mais tocante do que | ver a donzella esqualida, | macilenta e nua implorando | pelas ruas o pão para alimen- | tar-se, exposta á sanha libi- | dinosa dos *D. Juans* – vês | corvejadores de honra, im- | fames algozes da innocencia; | o filho deixar o pae velho, a- | batido no ultimo anceio (sic) da | vida, as mães com os filhos | emmagrecidos agarrados co- | mo parasitas aos seios mirra- | dos e os velinhos encaneci- | dos deixarem o logar onde | existem os ossos dos entes | que mais amaram na vida e | irem todos – exodo de dor – | caminho de terra estranha | de onde não mais voltarão. || Tal foi o quadro que pre- | senciámos em 1900, quando | lá na Argentina o miseravel | fazendeiro de S. Paulo, o | degenerado pavão do Catéte | trocava beijos com o sr. Ro- | ca e offerecia presentes de | cem contos ás senhoras de | Buenos-Ayres: ímfame, re- | pitimos, sobre cuja memoria | devemos lançar a nossa eter- | na maldição. || Hoje felizmente a cousa é | differente. Nossa desgraça | despertou a commiseração do | digno presidente da Repu- | blica, que tão acertado rumo | vae dando á nau da patria. || Tivemos como advogado | o distinctissimo sr. dr. No- | gueira Accioly, cujo merito | pelo muito que tem feito pe- | lo engrandecimento do Cea- | rá, já é desnecessario enal- | tecer. || Ao nosso venerando inter- | cessor e ao integerrimo sr. | dr. Rodrigues Alves, nós | como representantes de uma | facção da mocidade cratense, | enviamos nossos agrade-ci- | mentos de envolta com os | protestos de admiração e res- | peito eternos.

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- A Liça. Crato, Ceará, Órgão do Clube Romeiros do Porvir, Typ. da cidade do Crato. 1903
- 08 jul. 1903 – n° 1

- 23 set. 1903 – nº 12

OBSERVAÇÕES:

- Únicos exemplares encontrados
- Anno I
- Jornal literário e noticioso, publicado em Crato a 08 de julho de 1803, por uma turma de clubistas. Era órgão do Clube Romeiros do Porvir, tendo como Divisa; “Tudo pela Pátria...”
- Seções do exemplar:
 1. Expediente
 2. A Liça
 3. Textos literários dispersos
 4. Avisos

Carta n°: 048

Estado/ Cidade: Ceará/ Crato

Título: **A Liça (n06s20f1/048)**

Data/ Edição: 12 de agosto de 1903/ n° 6

Fonte: BPGMP (Rolo n° 67)

A LIÇA || AÇUDAGEM || É cousa dogmática : o | Ceará está condemna- | do eternamente ao flagello | tremendo das seccas. || Todos proclamam esta hor- | rível sentença, prevendo o | exterminio de uma raça forte, | talhada para grandes comme- | timentos, mas, pela myste- | riosa força do destino, acor- | rentada ao Caucaso da dor | e a sua actividade paralisa- | da pelo *non-plus-ultra* da a- | dversidade. || O sabio consultando o as- | trolabio augura o prodromo | da formidavel desgraça, mas | o camponio inexperto ven- | do cahir a gotta d'[a]gua, jul- | gando ser o inicio de pro- | longado inverno, corre con- | tente e vae plantar a semente | que avaramente guardara. || Cahem as primeiras chu- | vas, a semente grela, mas, | apenas abremse as primei- | ras folhas, os ventos desvi- | am o curso das nuvens e o | sol verberando a prumo rai- | os de fogo em pouco tempo | reduz tudo a pó, encinera | tudo. || Começa então o horrendo | cataclysmo: a creação mu- | mifica-se, nas florestas pa- | rece que lavrara um incen- | dio devorador e cruel, a ter- | ra escalda os pés do vian- | dante, o vento que d'antes | era galerno sopra qual si - | roco maldito. || Bradam todos os jornaes, | clamando soccorros, relatan- | do os factos com um colori- | do de sangue. Os soccorros | que apparecem apenas sal- | vam uma pequena parte da | população morrendo as ou- | tras á mingua do pão. || E que têm feito os pode- | res competentes em nosso | beneficio, com o fim de evi- | tar os effeitos desse pesado | castigo que periodicamente | peza sobre nossas cabeças? | Quase nada, apenas alguns | kilometros de via-ferrea e | um açude na zona pedrego- | as do Quixadá, que não se | presta á agricultura. || E a secca lavra actual- | mente em nossos sertões com | todo seu cortejo de horrores. || *Continua*

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. Expediente
 2. A Liça
 3. Textos literários dispersos
 4. Avisos

Carta n°: 049

Estado/ Cidade: Ceará/ Crato

Título: **A Liça (n07s20f1/049)**

Data/ Edição: 19 de agosto de 1903/ n° 7

Fonte: BPGMP (Rolo n° 67)

A LIÇA || AÇUDAGEM || (CONTINUAÇÃO) || Pobre Ceará moder- | no Prometheu quan- | do encontrarás quem te li- | berte do grillão da mise- | ria, quem te livre do a- | butre do infortunio que | te corróe continuamen- | te?!... || A Índia, a tua rival no in- | fortunio pela sua posição ge- | ographica, já se acha isenta | de calamidades pelo pátrio- | tismo de seus filhos, pela | força de vontade do gover- | no inglez; nos seus campos | onde outr'ora nada germina- | va a falta d'agua, já se en- | floram as verdejantes searas, | promissoras de abundantes | messes (sic). || Mas teu governo alem de | lutar com a baixa do cambio | e com enormes dividas não | se percebe que deveria estu- | dar profundamente a causa | deste phenomeno climaterico | e tomar as providencias que | demonstrasse (sic) a sciencia. || E como os inglezes resol- | veram o grande problema | das seccas por meio dos gran- | des açudes, deveria o nosso | governo, fazendo um esforço, | cortando despezas inutis pe- | la Capital Federal e pelo sul | da republica, dispor-se e- | nergicamente a vencer a na- | tureza ingrata do norte, a- | brindo credits para a açu- | dagem; e encarregando desta | obra homens de reconhecida | competencia na matéria, os | quaes percorrendo todo o es- | tado, reconhecessem os lo- | cões proprios para este *desi- / deratum*, tendo em mente en- | riquecer estes vastos campos | fertis e productores. || Aqui no Cariry fonte de | todos os viveres que abaste- | cem esta zona atacada pela | secca e antigamente celleiro | de todos esses sertões dos | estados circunvisinhos, ha | bons locaes apropriados para | açudes, os quaes, seriam | feitos com emprego de pouco | dinheiro pela facilidade que | apresenta a configuração do | solo. Mostramos como ex- | emplo um optimo lugar no valle dos *Caraes*, neste valle | tão fertil e já tão conhecido | pela grande quantidade de | arroz que produz nos annos | bons de inverno. || (*continua*)

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. Expediente
 2. A Liça
 3. Textos literários dispersos pelas páginas
 4. Avisos

Carta n°: 050

Estado/ Cidade: Ceará/ Crato

Título: **A Liça (n08s20f1/050)**

Data/ Edição: 26 de agosto de 1903/ n° 8

Fonte: BPGMP (Rolo n° 67)

A LIÇA || AÇUDAGEM || (CONTINUAÇÃO) || ESTENDENDO-SE da | vertente occidental | da serra do *Urucu*, pela ver- | tente oriental da serra de | *S. Pedro*, deságua no rio *Sal- / gado*, depois de muitas léguas | de percurso. || Outro ponto que admira- | velmente se presta a um | ótimo reservatório, é o *Bai- / xio do Gomes* que é o início de | um outro grande valle, com- | prendendo os sítios *Quebra, / Matta e Alegre* e que se lan- | ça naquelle dos *Caraes* aci- | ma mencionado, após muitas | milhas de um solo rico de | substancias creadoras. || Esses terrenos formam u- | ma larga e extensa area a- | presentando um declive pou- | co sensível, que facilitaria | demasiado a irrigação, po- | dendo fornecer uma somma | extraordinaria de cereaes | que izentaria muitas mil pes- | soas de morrer á fome, ou | de sahir propellidos pela ca- | lamidade para a Amazonia, onde certamente fins tragi- | cos as esperam. || A população desta zona | flagellada pelas seccas, con- | sternada tem visto, nestes | ultimos annos escassos, o a- | niquilamento completo de | suas vastas lavouras, nesses | sitios onde outr'ora havia | engenhos e se erguiam vi- | ridentes cannaviaes, pompe- | ando a fertilidade do solo. || Como esses logares indica- | dos, estamos certos de que | há muitos outros neste Esta- | do, que se prestam a gran- | des reservatorios com exten- | sos juzantes ferteis e produ- | ctores; taes como o sitio | *Faustino* que dista desta ci- | dade seis leguas, o *Boqueirão / das Lavras* etc., etc. . . || Seria uma medida de gran- | de alcance se o nosso gover- | no, imitando o inglez, resol- | vesse melhorar as nossas con- | dições por meio da acuda- | gem. Viria elle, com espan- | to, que o Ceará que hoje pe- | de esmolos, em pouco tempo | teria viveres para recompen- | sar áquelles que lhe dão o | minguado pão, e ouro com | abastança para pagar-lhe do- | bradamente as despezas fei- | tas nesta empreza. || Não é possível que o go- | verno brasileiro não tenha | compaixão de nós, tal o nos- | so estado de penuria, tal a | intensidade das seccas que | nos acossam continuamente, | desapiedadamente . . . || Já está mui longa a nossa | *via-dolorosa*...

COMENTÁRIOS:

- Seções do exemplar:
 1. Expediente
 2. A Liça
 3. Textos literários dispersos pelas páginas
 4. Avisos

Carta n°: 051

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **Pátria (n128s20f1/051)**

Data/ Edição: 9 de outubro de 1912 / n° 128

Fonte: BPGMP (Rolo n° 135 - Pátria)

Esperemos || O homem prova a sua superioridade quando se encontra em meio de dificuldades mil e contra ellas reage com bravura dos heróes. || Aquelles que se deixam arrastar pelos redemoinhos que se desencadeiam nos terrenos acidentados das paixões odiosas são os pusillanimes que em face de obstaculos não sabem lutar para cahirem com altivez ou triumpharem como dignos. || É preciso não desanimar em face de nenhum obstaculo, lutar, vencer ou succumbir, porque esta é a posição que dignifica o homem na campanha da vida. || E bem disse o auctor da *Lucifer pelo Direito* “a attitude de um homem ou de um povo em presença de um ataque, dirigido contra o seu direito é a mais segura pedra de toque de seu character. || Toda e qualquer posição onde o homem se mantém com dignidade, trabalhando physica ou moralmente para sua liberdade e triumpho de seus idéas, é salutar e boa. || O ostracismo não degenera os sentimentos e nem degrada os individuos na esphera das acções moraes, e muito bem disse o festejado jornalista brasileiro dr. Eduardo Saboya. || “O ostracismo é sempre salutar a dignidade dos vencidos, e a melhor escola dos homens publicos. || A revolução politica do Ceará nos deixou no campo da opposição, mas isto não é caso para desanimo, pelo contrario e nesta posição que o homem mais encorajado se sente para combater. || Felizmente todos os nossos amigos têm-se conservado com dignidade no posto que ficaram. || Approxima-se a vinda do nosso prestimoso amigo cel. Thomaz Cavalcanti, que foi o sustentaculo inquebrantavel dos nossos direitos politicos, conspurcados na revolução de 24 de janeiro. || Por telegramma transmittido de Fortaleza, para distincto cavalheiro desta cidade, sabemos que no dia 30 partirá do Rio, com destino a este Estado, esse intrepido e valoroso soldado do nosso Exercito. || É esta uma noticia que com certeza irá despertar satisfação e animo no seio do nosso grande partido, pois a palavra e a energia de Thomaz Cavalcanti tem para nós outros o prestigio de uma força libertadora. || Esperemos a vinda do homem que pela sua coragem physica e acção civica, pos-se no mais elevado destaque no scenario politico do Ceará.

COMENTÁRIOS:

- Seções neste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
1. Expediente
 2. Editorias
 3. Notícias
 4. Anúncios

Carta n°: 052

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **Pátria (n129s20f1/052)**

Data/ Edição: 16 de outubro de 1912 / n° 129

Fonte: BPGMP (Rolo n° 135 - Pátria)

12 de Outubro || Por sobre a esmeraldina al- | fombra que occulta riquezas col- | lossaes e abysmos desconheci- | dos iam, há mais de quatro se- | culos, pesados barcos deslisan- | do á flôr da immensa superficie | de profundos mares, obedecen- | do a vontade mascula deste que | chamavam visionario, em bus- | ca da ilha incognita de verdura | que elle em seus sonhos via ap- | parecer nas brumas do infinito | como enorme saphyra sahida do | seio de mares nunca navegados. || O vento infunando as vélas | que aligeras deslisavam na face | das aguas que se franziam aos | beijos das brisas que corriam | céleres, como garças enormes, | vogando no espaço tangidas pe- | los ventos sibilantes, marcha- | vam os navegadores intrepididos | em busca destas paragens que | o sonhador genovez dizia exis- | tir além, muito além do brumo- | so horisonte. || Illuminado de dia pela luz do | sol que magestoso se elevava | nas alturas e de noite pelos raios | pallidos das estrellas que como | ilhas brilhantes dispersas na im- | mensidade, scintillavam sober- | bas, a frota que ia dos chãos | tirar o novo mundo, afastava-se | da Patria enchendo-se de sau- | dades diante da magestosa gran- | desa do oceano magestoso. || Affrontando o uivo da pro- | cella a traição das ondas que se | curvavam cobertas de coraes e | espumas, altiva e soberba a fi- | gura de Colombo espreitava o | deserto sem pó que se estendia | a seus pés antevendo na extre- | ma do horisonte o novo mun- | do, – encantadora ilha de verdu- | ras e de riquezas. || E assim, marchando sempre, | preso por uma força de vont- | a de inquebrantavel, chegou elle | no dia 12 de Outubro de 1492 | a avistar as ribas verdejantes do | solo fecundo da America, offe- | recendo ao mundo mais um vas- | to continente cheio de grande- | zas indiscriptiveis e de riquezas | inexploradas.

COMENTÁRIOS:

- Seções neste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
5. Expediente
 6. Editorias
 7. Notícias
 1. Anúncios

Carta n°: 053

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **Pátria (n154s20f1/053)**

Data/ Edição: 23 de abril de 1913 / n° 154

Fonte: BPGMP (Rolo n° 135 - Pátria)

TIRADENTES || Passou no dia 21 a data da | execução de José Joaquim da | Silva Xavier, o Tiradentes, proto-martyr da Independencia | brasileira. || A raça neo-latina, vigorosa | e forte, recebendo o baptismo | da luz vivificadora do sol equa- | torial, erguendo orgulhosa a | cabeça sob a turqueza do nosso | cêo (sic), e vencendo com a vista | estes infindos campos vestidos | de esmeralda, no seio de uma | natureza uberrima, não podia | mais escravisar-se ao jugo de | uma nação e assim tentou pro- | clamar a sua liberdade, adquirir | a sua independencia, entrando | firme no caminho do progresso | e da perfeição moral. || A traição, porém, desse novo | Iscariotes, que tinha o nome de | Silverio, fez levar Tiradentes á | guilhotina, Claudio ao suicidio, | e Gonzaga ao carcere infecto | e immundo. || O sangue do martyr da In- | dependência, não foi inutilmente | derramado em nosso solo, por- | que elle regando a semente da | liberdade, fez mais tarde germi- | nar em todos os recantos de | nossa patria, a idèa de emanci- | pação. || Em 21 de Abril de 1792, foi | executado Tiradentes, no Rio | de Janeiro, mas já a idèa de | liberdade havia ganhado o terre- | no na alma nacional, e o desap- | parecimento do ousado mineiro, | não era sufficiente para abafar | a ancia de liberdade no coração | do povo. || Hoje commemora-se esta | data percursora de nossa In- | dependencia e que relembra a | ousadia forte de um intemerato | filho desta grande Patria.

COMENTÁRIOS:

- Seções neste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
 1. Avisos (da página 1 a 4)
 2. Editorial (um texto em meio aos avisos)
 3. Notícias
 4. Anúncios

Carta n°: 054

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **Pátria (n165s20f1/054)**

Data/ Edição: 9 de julho de 1913 / n° 165

Fonte: BPGMP (Rolo n° 135 - Pátria)

Era uma vez uma || Colligação... || O prestigio do general Pinhei- | ro Machado acaba de entregar | ao P. R. C. todas, mas todas | as posições officiaes da Camara | dos Deputados. || O gaúcho intrepido, apanhou | n'um assomo varonil e galhardo | o cartel de desafio que a colli- | gação [|]he atirára, raivoza, n'uma | solicitação quixotesca e histerica | de luctas. || Levantou a luva e respondeu. | E a resposta ahi está, mascula, | incisiva e estonteante. || A colligação batida, vencida, | derrotada em toda a linha não | conseguiu para as suas fileiras, | em debandada, um só, um unico | logar siquer, na mais insignifican- | te das comissões. || Já é ! | Nem podia deixar de ser | assim. || Hybrido ajuntamento, sem | côr, sem ideal, amálgama de | ambições que se chocavam, com- | posição de despeitos que raiva- | vam em todas as direcções, á | colligação estava fadado este | destino atroz e lógico. || Era infallivel, e porque não? || Os de bom senso, por acaso, e, por ventura os espíritos inte- | gralmente republicanos podiam | lançar-se na aventura de seguir a | orientação que resultasse da al- | liança exotica, gerada da valentia | espumante de Dantas, da capa- | doçagem trêfega de Seabra e da | cinematographia espalhafatosa | de Nilo? || Quem era cego para não ver | que se chocavam, nas trevas, | nos intestinos da colligação as | mais desenfreadas competições | pessoas veladas atravez de sor- | risos e de promessas mentiro- | sas de solidariedade reciproca? || O facto da colligação ter pro- | curado, de balde, fora de seu seio | um candidato, não é, de sobejo, | a prova irrecusavel da discordia | intima, resultante do ciume e da | inveja? || Mas isto já è uma coisa que | todo mundo sabe e nem vale | mais a pena repizar. || O facto, em summa, é que a | colligação está vencida. || Agora è a desmembração, a | derrota, o aniquillamento... || Nasceu e morreu sem ter pro- | dusido algo de util ao paiz e | desaparece deixando apenas de | sua passagem fugace, em cora- | ções maguados, vestigios amar- | gos de esperanças mortas. || O Cel. Rabello que o diga... | E a proposito disto, pelo que | já temos visto, não deve ser | surpresas para nós outros, para | o Ceará, si amanhã, de charan- | ga á frente, foguetes no ar, o | rabellismo sahir a rua vivendo, | congestionado de enthusiasmo, | o nome do grande chefe da po- | litica nacional, o Sr. General | Pinheiro Machado. || Serà um facto tão natural... || E... era uma vez, meus senho- | res, uma colligação...

COMENTÁRIOS:

- Seções neste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
1. Editorial
 2. Anúncios
 3. Artigo de opinião
 4. Textos literários e ao público
 5. Avisos
 6. Anúncios

Carta n°: 055

Estado/ Cidade: Ceará/ Camocim

Título: **Camocim-Jornal (n01s20f1/055)**

Data/ Edição: 1° de maio de 1921 / n° 1

Fonte: BPGMP (Rolo n° 67 – Diversos títulos)

No vestibulo || SERIA impossivel continuar | neste estado de comple- | to marasmo, em que, á min- | gua dum pequeno estímulo, | tão desoladoramente fallecem | as nossas energias mentaes. || Um pequeno brado de alar- | me se erguesse, ja não dize- | mos para corrigir, mas ao | menos melhorar este triste es- | tado de coisas! || Assim é que, agora, anima- | dos das melhores intenções, | das mais justificadas esperan- | ças, fundamos este modesto | órgão – o Camocim-Jornal. || E neste empreendimento, | outro objectivo não temos | em vista sinão o de trabalhar, | na altura dos nossos esfor- | ços e da nossa intelligencia | pelo maior desenvolvimento | progressivo de Camocim e | em especial no terreno das | letras, porquanto sabemos | que a luz intellectual é o pri- | macial factor de todo o Pro- | gresso. || A Imprensa, esta grande | fenda de trabalho em que, prazerosamente, vamos en- | tregar uma bôa somma das | nossas energias: a Imprensa | bem entendida, é um verda- | deiro apostolado, uma pode- | rosa alavanca com que muito | se póde fazer em pról da col- | lectividade humana. Com ella, | com este vehiculo maximo de | divulgação de idéas e conhe- | cimentos, que leva luz aos | mais obscuros recantos do | globo, se póde instruir e ori- | entar um povo, fazer uma | verdadeira obra de regenera- | ção social. || São innumeras, abundan- | tes, as difficuldades que já | antevêmos... e com as quaes | hão de lutar todos aquelles | que tomam a si encargos des- | ta natureza, mas isso em na- | da nos preocupa, em nada | nos abate deante da nossa | dedicação, do nosso amor ao | trabalho, ás bôas causas e, | sobretudo, dos nossos natu- | raes sentimentos patrioticos. || Com estas palavras apenas, | podemos claramente explicar | o programma, a seguir, do nosso jornal. Ellas dizem tu- | do. Com ellas, realizando o | que ellas exprimem, estamos | certo que colherêmos sem- | pre louros no caminho ence- | tado. || Concluindo, fazemos um | appello ao patriotismo e á ge- | nerosidade do povo, como | uma necessaria garantia ao | exito de nossa existencia. || *Surge et amcula!*

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- Camocim – Jornal, Camocim, Ceará, quinzenário independente e de interesses gerais. Direção e propriedade H. Pessoa e Edgard Monteiro. 1921/1924.

OBSERVAÇÕES:

- Único exemplar encontrado
- Anno I e Anno III
- Quizenio publicado em Camocim a (1°) de maio, Redatores e Proprietário H. Pessoa e Edgard Monteiro
- Anno III muda para formato grande, alterando o subtítulo; Diretor proprietário H. Pessoa, colaboradores diversos
- Pertence à Academia Cearense de Letras.

COMENTÁRIOS (Seções deste exemplar – não há delimitação de seções pelo jornal; a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):

1. Editorial

2. Artigo
3. Avisos
4. Anúncios

Carta n°: 056

Estado/ Cidade: Barbalha/ Ceará

Título: **O Clarim (n04s20f1/056)**

Data/ Edição: 4 de dezembro de 1921 / n° 4

Fonte: BPGMP (Rolo n° 67 – Diversos títulos)

Fallando a | mocidade || A hora presente em que pe- | go a penna para fazer este ap- | pello a mocidade barbalhense, | sinto estremecer harmonica- | mente as fibras mais sensi- | veis do meu coração, todo o | meu ser agita-se ao peso de | uma immensa commoção; e na | anciedade (sic) a mais profunda, e | no desejo o mais ardente, de | em poucas linhas synthetizar | os meus sentimentos a estes, | esperando encontrar [palavras ilegíveis] | decidido apoio, em todos os | peitos onde pulse corações ge- | nerosos e amigos, concitando- | os a completarem o grandioso | empreendimento, ensaiado | pelos nossos maiores, cumprin- | do o grato e santo dever de | velar pelo nosso torrão quirido (sic) | advindo-o dias felizes e pros - | peros, auroras mais esperan- | çosas, coroando de exito os | nossos sacrificios, e os nossos | esforços de moços que estre- | mecem, merecendo assim os | applausos da posteridade, co - | mo aquelles que hoje curva- | mo-nos [trecho com linhas sobrepostas] os seus nomes glorio- | sos, que se acham impressos | com caracteres bem vivos, os | indeléveis traços de sua abne- | gação e civismo, nos coraçõ- | es desta multidão agradecida. || Para que hoje possamos re- | cuperar as nossas forças de | antanho, legitimamente le- | gados por aquelles veteranos | do bem, e da intelligencia, é | mister encetarmos desde lo- | go, uma forte e expressiva | campanha contra o analphabe- | tismo, dando-lhe um golpe se- | guro e decisivo; desenvolvem- | do o intellectualismo entre nós | cultivando o espirito de nossa | gente, preparando ascim (sic) em | alicerces solidos e indstructi- | veis, a obra de nosso renasci- | mento intellectual e material, | pois a instrucção è a base, não | só unica, como exclusiva de | todas as potencias. || É ella a fonte primordial | e inexgotavel de todas as ri- | quezas; é ella como disse al- | guem “que desenvolve o espi- | rito, e dilata a liberdade de | cada cidadão, moraliza e for- | tifica a rasão e a consciencia, | tornando o homem capaz de | dirigir-se e ajudar-se a si mes- | mo, contemplando então com | mais interesse, a familia, a | sociedade e a patria ! || Que serviços poderá pres- | tar a sua patria, um homem | envolto pelo negro manto da | ignorancia ! || O que esperamos de um des- | tes filhos desnaturados que | traz o espirito enregelado no | [linhas sobrepostas] | terialismo?... Nenhum... nada | e nada. Eis meus caros con- | terraneos, o mal pernicioso que | nos consome lentamente, e na | sua voragem insana e discre- | pante, nos conduz ao oppro- | bio e á vergonha, á ignominia | e ao desprezo das sociedades | cultas. || Levantemo-nos barbalhen- | ses, ao tom marcial do “O | Clarim”, que num assomo de | indignação e de revolta vem | despertar-nos deste somno le- | thargico em que vivemos mer- | gulhados, e reunamos os nos- | sos esforços para podermos | cohesos commungar os nobres | e dignificantes ideaes, na taça | regeneradora do saber, expel- | lindo para bem longe de nós, | a ignorancia, o maior e mais | horroroso flagello da human [] i- | dade. || Mocidade! Correi pressuro- | sos aos institutos de educa- | ção, cultivai a vossa intelligen- | cia, educai o vosso espirito, il- | luminai a vossa frente com a | aureola dos conhecimentos; e | um futuro bello e honroso vos | aguardará. || É a vós que compete to- | mar a vanguarda desta cru- | sada sublime e redemptora, | vós que sentis em vossos pei - | tos corações ardorosas (sic) e for- | tes, que pulsam pelo engran- | decimento da Patria. || Atirai-vos ás minhas fileiras | batalhai com animo, valor e | desassombro os males que ho- | je soffremos, e não muito tar- | de a Barbalha resurgirá [linhas sobrepostas] | do-se nas fulgurações límpidas | e scintillantes do progresso e |

da civilização. || Se assim fizermos, teremos | teremos, | compreendido os nossos de- | veres,
e enfecharemos a obra | do nosso renascimento. || J. DUARTE
(Carta assinada pelo Redator)

INFORMAÇÕES NO MICROFILME:

- O Clarim, Barbalha, Ceará. Orgam dedicado aos interesses de Barbalha, Typ. de J. Duarte & Cia, 1921.

OBSERVAÇÕES:

- Único exemplar encontrado
- Anno I
- “O Clarim”, Órgão dedicado aos interesse de Barbalha, Typografia de J. Duarte & Cia., que também é o Redator
- Pertence à Biblioteca Pública.

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
 1. Editorial assinado
 2. Artigo
 3. Notícias
 4. Charadas
 5. Poemas
 6. Avisos

Carta n°: 057

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **Terra do Brasil (n03s20f1/057)**

Data/ Edição: 30 de junho de 1927 / n° 3

Fonte: BPGMP (Rolo n° 67 – Diversos títulos)

Por que escassei- | am as vocações | sacerdotas no | Brasil. || Se acontece con - | frontarmos o
Brasil | com as nações euro- | peias, sob o ponto | de vista religioso e- | videncia-se-nos |
promptamente um | problema suggestivo: | Na Europa há, todos | os annos, muitas or- |
denações de sacer- | dotes; no Brasil, tor- | nam-se tão raras... | E surge logo a dolo- | rosa
interrogação : | Porque as vocações | no Brasil não corres- | pondem em numero | ás da
Europa? || A principio, cogi- | ta-se que a causa de | tudo isso é uma pre- | dilecção especial da
| Providencia pelos ca- | tholicos de além mar; | entretanto, disso nos | dissuadimos logo, ao |
meditarmos as auto- | rizadas palavras de | D. Sebastião Leme, nas Instrucções so- | bre a
confederação | catholica: “Não nos | é licito pensar que | da honra de lhe dar | sacerdotes tenha
o | Senhor excluido a fa- | milia brasileira”. || Nesse caso, quaes | os entraves que an- |
nualmente obstem á | nossa terra o con- | correr com uma le- | gião numerosa de | novos
levitas do Se- | nhor? || No pensar dos ex- | poentes do catholi- | cismo no Brasil são | dois
esses obstacu- | los: 1°. Não se com- | preende a essencia | do sacerdócio; 2°. Há | falta de
cooperado- | res na obra das Vo- | cações Sacerdotas || É muito para no- | tar, com effeito, o |
afan com que o pais | apenasmente visam | como carreiras futu- | ras para seus filhos | a
medicina, o direito, | a engenharia, e ou- | tras, menosprezando | como desairoso para | um
moço o palmi- | lhar a senda do sa- | cerdocio. || Preconceito da é- | poca ! || Accresce observar
| que, por outro lado, | mesmo da parte da- | quelles que reveren- | ceiam o sacerdócio, |
poucos se contam dos | que fazem coope- | radores da obra das | Vocações Sacerdota- | es. Há,
é certo, mui- | tas boas vontades, | mas de tal modo dis- | persas, que nada | conseguem fazer
em | pról da majestosa | obra que ha de fa- | zer crescer, dia a dia, | o numero dos ope- | rarios
da messe do Senhor.

OBSERVAÇÕES:

- Terra do Brasil, Bethânia, Sobral, Ceará. Quintenário noticioso, sendo elaborado por uma Comissão de Seminaristas (religioso). Pertencente a UVA.

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
1. Editorial
 2. Anúncios
 3. Artigo
 4. Notas sociais
 5. Piadas
 6. Outros artigos
 7. Outros anúncios

Carta n°: 058

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n410s20f1/058)**

Data/ Edição: 14 de junho de 1929/ n° 410

Fonte: BPGMP (Rolo n° 149 – O Povo)

A situação de Joaseiro || JOASEIRO, o antigo reducto do padre | Cícero, continúa a perder o seu pres- | tigio, de declínio em declínio, após a | morte de Floro Bartholomeu. || Com o advento do governo Matos Pei- | xoto, novos golpes lhe sobrevieram, novas | provações experimentaram os seus inha- | beis dominadores. || Rebaixaram-no de comarca a termo, | com a promessa de uma restauração, que | nunca mais virá. || Nomearam-lhe um juiz municipal ina- | cessível ás influencias dos chefes locais. || Enviaram para a cidade uma força po- | licial apercebida de metralhadoras e com- | mandada por um official adversario do pa- | dre Cícero.|| Em novembro ultimo, por ocasião do | pleito municipal, o sr. Matos Peixoto orde- | nou ao juiz da comarca que lhe procedesse | a exclusão de 1006 eleitores vivos e conhe- | cidos, providencia que visava, ostensiva- | mente, reduzir a potencia eleitoral dos situacionistas locais. || Veiu a eleição para deputados estadu- | aes. E ordens em contrario foram dadas ao | juiz para re-incluir os 1006 eleitores, neces- | sarios á victoria da chapa official. || Joaseiro submetteu-se passivamente a | todas essas humilhações impostas pelo go- | verno. || Terminados, porém, os serviços do | pleito, avaliada a inutilidade do eleitorado | do padre Cicero, a Junta Apuradora, que | sagrou de verdadeiro o canalhismo eleitor- | ral de União. Maranguape e outros colle- | gios – com uma pennada, cancellou as actas | do Joaseiro, por falta de formalidades es- | senciaes. || Isso quer dizer que, se o candidato do | Joaseiro, apesar de inelegivel , entrar para | a Assembléa, sê-lo-á pela votação extranha | ao seu municipio. || A que, pois, diante de tudo isso, prin- | cipalmente diante do pleito de 1° de maio, | a que se acha reduzida a força politica do | padre Cicero? || A cousa anenhuma. || Morto Floro Bartholomeu, homem de | larga visão, os actuaes mentores da cidade, | encabrestados a uma chefia politica desvi- | rilizada, passaram, ineptamente, a cavar a | ruina e o descredito do município, fundando | monopolios lucrativos, e alienando, por in- | justificada ambição, as sympathias dos mais | intelligentes e abnegados defensores da- | quella terra, como sempre o foi o dr. Go- | mes de Mattos. || Fingindo desconhecer as difficulda- | des que a candidatura do sr. Juvêncio San- | tanna viria crear ao governo, bem como | a sua inconveniencia para o municipio e | todo o Cariry, Joaseiro, com uma falsa no- | ção de seu prestigio, insistiu na apresen- | tação desse nome, cujo reconhecimento, pela Assembléa, constituirá, um ultraje á | Lei basica do Estado e um desrespeito á | consciencia jurídica do maior dos cearen- | ses vivos – Clovis Bevilaqua, autor do pa- | recer que o considera inelegivel. || A situação é esta. || O sr. Juvêncio Santanna, por amor ás | tradições de sua carreira, deveria recuar | de semelhante investida contra um texto | expresso da Lei Magna do Ceará. || A collaboração partidária de seu mu- | nicipio, para a formação da Assembléa, está | reduzida a cinzas. || E s.s. não passa, agora, de um peso | morto que, para ser carregado pelo espiri- | to de humanidade de seus amigos e adver- | sarios complacentes, lhes impões o sacri- | ficio de violar uma Constituição que ainda | não completou o seu quarto anno de pra- | tica no Estado.

COMENTÁRIOS: (Seções deste exemplar – não há delimitação de seções pelo jornal; a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):

1. Notícias
2. Editorial
3. Avisos
4. Notícias secundárias (de menor importância)
5. Anúncios

Carta n°: 059

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n419s20f1/059)**

Data/ Edição: 26 de junho de 1929/ n° 419

Fonte: BPGMP (Rolo n° 149 – O Povo)

INSTRUÇÃO, ESTRADAS E SANEAMENTO NÃO | PREOCCUPAM O SEU GOVERNO MUNICIPAL || Dizia-se, até agora, que o Joseiro era uma | terra de fanaticos. || Vamos mudar de tecla? || Acabamos de ler o balanço da receita e des- | peza daquelle municipio, referente aos cinco me- | zes de 1° de Janeiro a 31 de maio. || E, dahi, verificamos que o Joaseiro é uma | terra de avenidas e bandas de musica. || Com effeito, a receita arrecadada nesse pe- | riodo de cinco mezes attingiu á vultosa quantia | de 45:735\$600, o que attesta o cuidado que a admi- | nistração mantém de procurar os cobres dos mu- | nicipes. || Pois bem: em que foi que o prefeito applicou | esse dinheiro? || Causa pasmo tão imperfeita comprehensão das | necessidades geraes do povo. || Uma avenida que ali existe consumiu nada | menos de 11:570\$000! || Uma banda de musica gastou exactamente | 3:000\$000. || Quer dizer que somente a avenida e a banda | de musica absorveram, em cinco mezes 14:570\$, | sem falar em 130\$000 para o fardamento dos mu- | sicos! || Agora, vejamos o quanto foi applicado paar (sic) | ensinar a ler aquella gente que ouve a musica e | pisa o calçamento da avenida. || Quanto foi? || Apenas 1:410\$, isto é, pouco mais de tres | por cento da receita arrecadada! || Uma população, sobrecarregada pela igno- | rancia dos fanáticos, tem, á sua frente, um gover- | no local que dispende tanto dinheiro com ave- | nidas e bandas de musica e não se preocupa | com o magno problema da instrução. || Quanto teria, nestes cinco mezes, a prefei- | tura do Joaseiro dispendido com o reparo de es- | tradas carroçaveis? || Nem um vintem, nem um. || Está ahi, pelas cifras do balanço, o que é a | actual administração do Joaseiro. || O trachoma continúa a cegar as crianças. || As verminoses continuam a mata-las. || E não ha um posto medico municipal para | auxiliar o imperfeito serviço sanitario do Estado. || Não ha estradas, e nem um real a prefei- | tura do Joaseiro applica em construí-las ou re- | para-las. || O povo não sabe ler, e o prefeito gasta con- | tos de réis em avenidas e bandas de musicas| !! Ah, Ceará, ah, Ceará, pobre de ti...

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal; portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
1. Notícias
 2. Editorial
 3. Avisos
 4. Notícias secundárias (de menor importância)
 5. Anúncios

Carta n°: 060

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Trabalhador Graphico (n12s20f1/060)**

Data/ Edição: 5 de julho de 1930/ n° 12

Fonte: Reproduzido em edição fac-similar (GONÇALVEZ; BRUNO, 2002)

Unamo-nos para a | verdadeira revo- | lução || Os companheiros da “Reacção” | (se nos permittem o tratamento) tenta- | ram, sabbado passado, em suelto re- | plicar ao nosso primo-editorial de 21 | do corrente, sob o título “Estudem a | verdadeira questão”. || Longe, porem de definir-se, cla- | ramente, os da “Reacção” reafirma- | ram, simplesmente, o que haviam dito | no artigo “O Grande Apedrejado”. || Pois não é que os collegas dizem | estar de accordo com “todas” as rei- | vindicações proletarias e repellem a | unica formula de conquistal-as, ou seja, | o comunismo? || As razões offerecidas para a re- | pulsa votada ao governo operario é | que esse, affirmam, extingue a Reli- | gião, a Patria e a Familia. || Sem desejarmos entrar na apre- | ciação dessas três coisas que os col- | legas julgam imprescindiveis á vida do | homem , desejamos perguntar-lhe como | se póde tirar de um ente humano um | sentimento ou uma ideia. || Poder-se-á combater os sentimen- | tos religiosos, patrioticos ou familia- | res, por meio de decrestos ou pela for- | ça armada? Não; logo os governos se- | jam quaes forem, burguezes on (sic) prole- | tarios, são incompetentes para acabar | com essas ideias de cada um. || E se a immensa massa popular fi- | car convicta que esses sentimentos são | caducos e fallidos poder-se-á culpar | esse ou aquelle credo politico? || Não; pois sendo assim os collegas || poderão collaborar na obra de redemp- | ção das massas oprimidas sem que | seja necessario abdicar dos seus sen- | timentos particulares, exigindo-se uni- | camente, que reconheçam a existencia | de duas classes, uma que nada produz | e tudo tem, consequentemente, explora | e outra que tudo produz e nada tem, | da qual fazemos parte, e é a explorada; | associando-se á ultima para fazer guerra | de morte á primeira e alfim extinguil- | as estabelecendo o regimen da Equi- | dade e da Fraternidade. || Se é que os camaradas da “Reac- | ção” desejam, verdadeiramente a com- | quista dos direitos proletarios, unamo- | nos todos os explorados, façamos um | trabalho bem feito, afastemo-nos de | todos os mystificadores e oportunistas | e filiamo-nos ao unico partido politico | existente no Brasil, com programma | avançado, e que não transige com os | oppressores de qualquer especie – o | Bloco Operario e Camponez. || Dentro dessa organização política | é que esperamos dar um “shake-hand” | nos collegas e na hora precisa mar- | charemos hombro a hombro, sob um | mesmo commando, para fazermos a | verdadeira revolução contra os senho- | res feudaes dos sertões e contra os | Cezares políticos. || Faremos, nessa ocasião, a revo - | lução agraria e anti-imperialista que é | a unica desejada e preconizada por | Luiz Carlos Prestes.

COMENTÁRIOS (Seções neste exemplar):

1. Editorial
2. Convite
3. Artigos
4. Avisos

5. Resumo de ata de sessão do Sindicato dos Trabalhadores Graphics
6. Expediente
7. Outras notas (registro e elogio ao primeiro número de um jornal também operário, O Lábaro, “dirigido e redactoriado” por mulheres)
8. Outro texto, semelhante a este (exortativo e sem assinatura) na última p(ágina à esquerda)

Carta n°: 061

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n7415s20f1/061)**

Data/ Edição: 31 de dezembro de 1936/ n° 7415

Fonte: BPGMP

Atitude lógica e acertada || Sob o título “Atitude impatriótica”, os nossos | confrades do “O Estado” focalizaram hoje, em co- | lunas abertas, as ultimas ocorrências verificadas | na Camara Municipal de Fortaleza, traçando em | torno do assunto comentários que estão longe de | representar a verdade, por isso mesmo que foram | colhidos em fonte suspeita e tendenciosa. || Com efeito, é absolutamente destituída de | fundamento a versão, divulgada pelo matutino pro | gressista, segundo a qual os vereadores pessedis- | tas e integralistas, unidos “para combaterem as | legítimas aspirações do povo”, teriam recusado ao | Prefeito a lei de meios para 1937, negando lhe as | dotações orçamentarias “ por simples capricho pes- | soal ou prevenção partidária”. || Isso não é exato. || O orçamento municipal para o exercício vin- | douro, graças á atitude louvável dos vereadores | pessedistas, integralistas e do sr. Valdemar Cara | cãs, que sempre têm estado unidos contra as in- | filtrações do facciosismo na Camara de Fortaleza, | foi devidamente discutido e aprovado em todos | os turnos regimentais, tendo a sua redacção final | constado do expediente da sessão de ontem. || Se o articulista do “O Estado”, em vez de | obter informes baratos para suas apreciações, | houvesse recorrido ás atas do legislativo comunal, | por certo que não teria passado pelo dissabor de | fundamentar as suas críticas em fatos inverídicos, | atendendo, destarte, contra os sãos princípios da | verdade. || A bancada pessedista, máo grado as desaten- | ~ções que tem recebido ultimamente na Câmara, | jamais regateou o seu apoio a todas as iniciati- | vas que dizem de perto com os interesses muni- | cipais, segundo aliás, nesse tocante, a orientação | traçada nos demais setores da atividade publica | pelos que fazem opposição ao atual governo. || No mesmo sentido têm agido os integralistas | e o vereador Valdemar Caracas, não apenas agora, | quando a opposição se encontra em igualdade nu- | merica com os progressistas, mas também ao tem- | pó em que aqui se encontrava o vereador Marcos | Botelho — e a bancada situacionista se achava em | minoria na Camara. || Até o aumento da representação do sr. Rai | mundo Araripe, que não interessa diretamente á | população de Fortaleza, até isso logrou o voto | dos pessedistas na edilidade local. || E a prova mais eloquente de que os vereaa- | dores pessedistas não fazem opposição sistemática | ao governo da comuna é que o Orçamento foi vo- | tado — ao contrario do que hoje afirmou a impren- | sa officiosa — tendo o sr. Osvaldo Studart, que faz | de sub-lider progressista, apresentando congratula | coes aos mesmos, pela atitude elevada com que se | houveram no caso. || Se assim ocorreu com a lei orçamentária, | outra não foi a diretriz oposicionista quanto aos | demais projetos de interesse publico que transi- | taram pela Camara. || A municipalização do serviço de Pronto So- | corro, a autorização para a compra de gado, tudo, | enfim, que apresentou caráter razoável e justo foi | aprovado pela maioria efetiva da edibilidade, a qual, | nesse passo, como em todos os outros, tem pau- | tado as suas atividades numa linha de absoluta | correção e patriotismo. || A retirada dos vereadores oposicionistas do | recinto da Câmara, na sessão noturna de ontem, | não foi motivada, portanto, pelo “intuito de hosti- | lizar o chefe do Executivo Municipal”, nem tão | pouco para

privar o município de seu orçamento. || A causa dessa atitude, que foi tomada conscientemente, deliberadamente, prendeu-se apenas | ao vultuoso empréstimo de 6 mil contos que o sr. Raimundo Araripe pretende contrair a juros de | 8% ao ano, sem atender às ponderações e ra- | ciocínios da Câmara, cuja maioria é de opinião | que aquela taxa deve limitar-se a 6% || Aliás, é preciso esclarecer que a emenda | oferecida ao projeto com esse objetivo logrou pa- | recer favorável da Comissão de Finanças, cuja | maioria é constituída de elementos progressistas. | Estes é que, posteriormente, mudaram de atitude, | votando em plenário contra o próprio parecer. || Ora, esse fato, com a circunstancia de serem | recusados invariavelmente todos os requerimen- | tos formulados na Câmara pela bancada da opo- | sição, veio demonstrar a mesma que os vere- | dores do governo, valendo-se de uma maioria ocioso | nal intitulado da ausência do sr. Marcos Botelho, | permaneciam no propósito de recusar quais- | quer entendimentos em benefício dos interesses | públicos, cingindo-se a aplaudir e apoiar exclu- | sivamente a orientação do sr. Prefeito. || Nestas condições, deliberou acertadamente | a bancada oposicionista aguardar o regresso do | sr. Marcos Botelho para só então discutir e votar, | de acordo com a vontade da maioria — que repre- | senta indiscutivelmente a vontade do povo — o pro- | jeto relativo á importante e delicada operação | de crédito que o sr. Raimundo Araripe pretende | realizar. || Essa é que é a verdade, contra a qual só | poderão insistir a má fé e o despeito dos intere- | ses contrariados.

OBSERVAÇÃO:

- Redator-secretário: Paulo Sarasate

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
 1. Editorial e reportagem de capa (p. 1)
 2. Notícias e anúncios (misturados desordenadamente nas p. 2 a 7)
 3. Última página completamente dedicada à propaganda das Lojas Pernambucanas.

Carta n°: 062

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Estado (n81s20f1/062)**

Data/ Edição: 31 de dezembro de 1936/ n° 81

Fonte: BPGMP

Atitude impatriótica || As crises políticas e econômicas que a | civilização contemporânea tem atravessado | nestes últimos anos deram lugar á formação | de grupos e partidos novos, porta-vozes de | ideologias profundamente paradoxais. || O internacionalismo russo e o fascio- na- | cionalista se apresentam hoje como defen- | sores das mais legítimas reivindicações so- | ciais, com evidente prejuízo da liberdade in- | dividual. || Os princípios democráticos, aqui e ali | lavocados (sic) pelos pregoeiros desses credos | exóticos, são apontados como causas das | grandes desordens econômicas e políticas do | mundo hodierno. || Frequentemente se prega a falência do | regime democrático, atribuindo-se a ele uma | série interminável de males comuns a deter- | minadas situações humanas. || Os conceitos levianos que se propalam | para favorecer a propaganda dos novos par- | tidos não encontram apoio diante do mais li- | geiro exame dos acontecimentos da socie- | dade moderna. Não há organismo humano | perfeito e, como tal, a democracia é passível | de erros e defeitos inteiramente justificados. | E a sua marcha evolutiva do liberalismo para o sentido social demonstra evidentemente | que dia a dia melhora a prática democrática. | Não se poderia admitir hoje a teoria de Rous- | seau, com os seus excessos de individualismo. || São as próprias necessidades coletivas | que determinam e forçam essa evolução. || Devemos reconhecer, entretanto, que um | número considerável de defeitos se verificam | em todos os regimes políticos. E' que a fa- | lha não se prende á organização do Estado, | vinculando-se as suas raízes a causas outras, | quase sempre desprezadas pelos doutrinado- | res de transformações sociais. Esses defei- | tos pertencem aos próprios homens e, em | qualquer regime em que eles sirvam, se ma- | nifestam as suas tendências individuais, de- | correntes de uma péssima formação moral e | social. || E' por isso que os adeptos dos mais di- | versos credos se ajuntam e se combinam nas | assembleias, para, em proveito do grupo ou | do partido, combaterem as medidas que vão | ao encontro das legítimas aspirações do povo | de que são delegados. || O caso ora verificado na Câmara Muni- | cipal de Fortaleza é típico. || Os vereadores pessedistas e integralistas, | adeptos de princípios que se repelem, uni- | ram-se e confraternizaram-se para impedir o | funcionamento daquela casa legislativa, || O objetivo de tal união se póde precisar | sem dificuldades. Querem eles negar ao Mu- | nicípio a lei de meios para o próximo exer- | cício financeiro. || E' desta fórmula que se faz oposição... || O ato de hostilidade praticado pelos vereadores visa menos o Prefeito do que os | municípios. O golpe impatriótico dos pesse- | distas e integralistas fere a economia muni- | cipal e prejudica diretamente o povo de For- | taleza. As necessidades pu[b]licas são relega- | das para um plano inferior contanto que as | paixões individuais sejam satisfeitas. || Tal atitude reflete incontestavelmente | falta de educação cívica, desprezo pelos in- | teresses gerais, incompreensão política. Se | os atos do situacionismo municipal merecem | reparos, se a proposta do Prefeito é falha, | que procurem corrigi-la, apontando os defeit- | tos e os meios de remediá-los. || Definam os vereadores opositoristas os | seus pontos de vista, sem sacrifício para a co- | letividade. || Privar o Município de reformas e melhora | mentos

indispensáveis ao seu progress[o] e ao | seu desenvolvimento, negando-se-lhe as do- | tações orçamentárias por simples capricho | pessoal ou prevenção partidária, é obra de- | molidora, incompatível com os reclamos so- | ciais do momento. || Não era de admirar que o liberalismo | licencioso admitisse tal norma de ação; o | que não se póde logicamente justificar é que | os vereadores integralistas, esses mesmos que | se propõem a salvar o País com uma nova | orientação política, emprestem o seu apoio | a tão impatriótica atitude. || Certamente a doutrina do *sigma* não de- | pende dessa conduta... || P[o]r isso, dizíamos inicialmente que as | falhas políticas não são motivadas pelos re- | gimens. Não ha, nem poderia existir, regi- | men perfeito sem executores capazes de di- | namizar e concretizar, na vida de todo dia, os | princípios norteadores dos partidos. || O defeito é do homem. || Estão aí, unidos contra as necessidades | do povo de Fortaleza, os representantes de | grupos democraticos e de facções integralis- | tas, com o intuito de hostilizar o chefe do | executivo municipal. || Dêsse patriotismo não precisamos nós, | dessas reformas prescinde a Democracia.

OBSERVAÇÕES:

- Diretor político: Senador Edgar Arruda
- Redator-chefe: Deputado Plácido Castelo
- Diretor comercial: Julio Rodrigues
- Órgão do Partido Republicano Progressista

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
1. Notícias de maior destaque – p. 1
 2. Avisos e anúncios – p. 2
 3. Editorial e cartas de leitores – p. 3
 4. Mais notícias – p. 4
 5. Informações sobre a economia do Estado, artigo de opinião e anúncios – p. 5
 6. O Direito e o Foro – p. 6
 7. Avisos e coluna *Cartas da Inglaterra* – p. 7
 8. O *Jornal dos Transportes* (espécie de classificados de automóveis) – p. 8
 9. *Anúncios populares* – p. 9
 10. Anúncios de produtos diversos – p. 10-15
 11. O *Jornal do Município* (notícias de outros municípios cearenses) – p. 16-17
 12. Outros anúncios misturados a mais notícias – p. 18-20

Carta n°: 063

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n7416s20f1/063)**

Data/ Edição: 2 de janeiro de 1937/ n° 7416

Fonte: BPGMP (Rolo n° 245 – O Povo)

A VOZ DO DESPEITO || Pegado pela gola em flagrante investida con- | tra a verdade, o informante do matutino gover- | nista, depois de ter levado os seus amigos daquele | jornal a divulgarem fatos que nunca se passaram, | no caso da Camara Municipal de Fortaleza, veiu | ontem com novas fantasias em torno do assunto, | num estilo de palhaço de circo, digno somente | daqueles que não encontram elementos, dentro da | razão, para justificar as “causas” que defendem. || Deixando inteiramente á margem o motivo | do nosso editorial de ante-ontem, no qual demons- | tramos serenamente a inveracidade de tudo quan- | to se afirmara, no mesmo dia, através das colu- | nas do “O Estado”, aquele cidadão não se pejou | de iludir mais uma vez os jornalistas do governo, | transformando-os em veículo de novas inver- | dades. || Diante disso – e só por isso – aqui estamos | para declarar ao publico que não é exato haja o | vereador Antonio Mendes assumido com quem | quer que seja – muito menos com o sr. Osvaldo | Studart – o compromisso de não negar numero | para a votação do projeto referente ao empres- | timo de 6 mil contos que se pretende contrair | para o município. || O que se pretende da Câmara declarou – em | resposta a uma indagação do sub-lider progres- | sista – foi que convocaria a sessão extraordinária | do dia 30, sem entrar em qualquer detalhe a res- | peito daquela proposição. E o que ele prometeu | cumpriu;esteve á noite na Câmara, com toda a | bancada pessedista, votando-se, desta sorte, varias | redações finais e, em 3° turno, o projeto subven- | cionando as instituições de caridade. || Quanto á autorização para o empréstimo - | cuja taxa de 8 % continuará sendo combatida | pelos vereadores da oposição – não seria possível | concedê-la, dada a intransigencia em que perma- | neceram os vereadores progressistas, sem a me- | nor atenção aos interesses do município. || Essa é que é a verdade, que só restabele- | cemos em atenção ao publico, visto como não po- | dera ser levado a sério quem arquitetou, muito | de industria, a falsa noticia de que os vereadores | pessedistas e integralistas haviam negado o Or- | çamento, quando este já foi até publicado no “Dia- | rio Oficial”. || No que tange com as investidas á honorabilidade | de Antonio Mendes, não nos cabe replicá las, des- | tas colunas, por isso que as mesmas são fruto do | despeito e da inveja, a serviço de interesses con- | trariados. || E quando estes faltam não ha logica nem ar- | gumento que sirvam...

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
 1. Notícias
 2. Editorial
 3. Anúncios

Carta n°: 064

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n7418s20f1/064)**

Data/ Edição: 5 de janeiro de 1937/ n° 7418

Fonte: BPGMP (Rolo n° 245 – O Povo)

O Orçamento muni - | cipal e o Deficit || Em nosso editorial de ontem, expondo os al- | garismos do Orçamento elaborado pelo atual pre | feito de Fortaleza, para o exercicio de 1937, des | vendámos perante o publico a situação angustio | sa e alarmante das finanças municipais, mostran | do que as mesmas não estão sendo conduzidas e | orientadas com o devido aprumo. || Prova disso – adeantámos nós – é o “deficit” | de 1.331:448\$500 com que a proposta orçamenta | ria foi remetida á Camara e cujas cifras, longe | de serem uma consequencia da criação de servi- | ços novos ou da realização de obras de fomento | economico, resultaram, “quase todas, da ultima | reforma levada a efeito na Prefeitura, á sombra | do Reajustamento do funcionalismo municipal”. || E acrescentámos textualmente: || “Comparando-se os quadros da Despe- | sa, no orçamento do ano passado, com as | tabelas do presente exercicio, verificaremos, | estarrecidos e desolados, que foram criados | pelo sr. Raimundo Araripe 43 cargos | novos, absolutamente dispensáveis, os quais | onerara, o municipio com a elevadíssima | cifra de 284:200\$ somente no que se rela- | ciona com o pessoal fixo de sua repartição. || Se nos voltarmos para as verbas desti- | nadas ao pessoal variável, encontraremos ai | um aumento mais apreciavel ainda –| 340:255\$500 – perfazendo um total de..... | 624:455\$500. || Diante desses numeros, que se não | devem confundir com as cifras do Reajus- | tamento, será possivel aos defensores do | governo municipal tentar argumentos em fa- | vor de tão impatriotica e desacizada orien- | tação?” || Molestado com a exposição de tais algarismos, | os jornalistas do governo, não podendo, como | previramos, destruir a sua esmagadora e irredu- | vel eloquencia, vieram á fala, pelas colunas do | “O Estado”, numa explosão epilética, de todo | ponto descabida – e inconsequente, procurando | atribuir aos encargos dos novos telefones a res- | ponsabilidade da diferença orçamentaria. || Antes de mais nada, devemos lembrar que | a rescisão do contrato com a Empresa Telefonica | foi realizada durante a interventuria Carneiro de | Mendonça, a qual, com esse gesto, somente aplausos | poderia merecer, dada a irrecusavel e imperiosa ne- | cessidade de dotar se a nossa capital de um ser- | viço novo, capaz de atender convenientemente | aos interesses públicos. || As administrações municipais que lhe suce- | deram, pondo em execução a idea, visaram ape- | nas corresponder aos reclamos da população, que | já haviam beneficiado com um serviço de alta | monta, levado a efeito com notavel inteligencia | e admiravel presteza : a iluminação eletrica da | cidade. || Voltando, porém, á analise da lei orçamen- | taria, vamos demonstrar a seguir, com a maior | clareza e absoluta facilidade, que o “deficit” da | Prefeitura resultou, não daquelas obrigações, mas | tão só e exclusivamente da incapacidade do atual | governo municipal, conforme acentuamos em | nossa edição de ontem. || O “deficit” em apreço, segundo já se disse, | é exatamente de 1.331:448\$500 e a divida flutuante | relativa ao serviço telefonico ascende a..... | 1.214:812\$000. Dai alegar-se, em defesa do sr. | Prefeito, que uma cousa se prenderia á outra, o | que, efetivamente, poderia afigurar se verdadeiro, | se examinados os fatos através das primeiras im- | pressões. || Percorrendo, porém, o orçamento

em seu con- | junto, verificaremos que a Receita do municipio, | em comparação com a do ano passado, foi eleva- | da de 4.734:300\$ (orçamento de 1936) para | 5.682:400\$ (orçamento de 1937). Houve, portanto, | ai uma diferença de 948:100\$, a qual daria, qua- | se sozinha para cobrir a despesa do serviço te- | fonico. || A essa importancia, porém, temos a acres- | centar mais duas: 245:000\$ que a municipalidade | devia ao Estado e que deixou de figurar no or- | çamento do corrente exercicio, em virtude de uma | resolução tomada no Congresso de Prefeitos; e | 126:805\$700 referentes á prestação do Matadouro | Modelo, que tambem não foram incluídos na atual | lei orçamentaria, por se haver extinguido a di- | vida. || Desta sorte, temos diante de nós um total | de 1.329:935\$700, ou sejam 115:323\$700 a mais so- | bre a verba destinada ao contrato do material | para o serviço telefonico. || Está provado, assim, que a obrigação resul- | tante desse importante melhoramento urbano po- | deria ser efetivamente satisfeita, sem o recurso | alarmante de um “deficit” vultosissimo, se o atual | Prefeito não houvera realizado uma reforma inutil | e dispendiosa, agravando consideravelmente a | despesa do municipio com a criação de novos car- | gos, destinados a premiar amigos e afeiçoados. || Essa é que é a verdade, exposta com a se- | renidade dos que estão armados com os elemen- | tos da razão e da logica, argumentando dentro dos | algarismos fornecidos pelo proprio governo muni- | cipal. || E, para a opinião publica, que é o juizo ina- | pelavel dos administradores, o melhor libelo é | exatamente aquele que se baseia em fatos con- | cretos, desafiando a defesa irritada e vasia dos | patronos improvisados.

OBSERVAÇÃO:

- O título – O Orçamento municipal e o Deficit – apresenta-se dentro de uma moldura retangular.

COMENTÁRIOS:

- Seções deste exemplar (Não há delimitação de seções pelo jornal, portanto a que se apresenta a seguir é apenas uma divisão obtida a partir da observação do microfilme):
 1. Notícias
 2. Editorial
 3. Anúncios

Carta nº: 065

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Correio do Ceará (n8328s20f2/065)**

Data/ Edição: 06 de agosto de 1942 / nº 8328

Fonte: BPGMP

A FALTA D'ÁGUA || A cidade, que há vários | dias anda sem água, foi ba- | nhada esta manhã por uma | chuva prolongada e refres- | cante. || Salvo engano, estamos nos | primórdios da safra do caju', | da qual as quedas pluviome- | tricas, em pleno verão de A- | gosto, são a segura anuncia- | ção. || Mas a chuva que hoje unin- | dou a cidade pela manhã, fa- | sendo a água correr pelas co- | xias, representou também um | contraste em meio ao “verão” | que igualmente se verifica no | fornecimento publico do pre- | cioso liquido a capital. || Embora a Diretoria da O- | brás Publicas tenha avisado á | população pela imprensa, de- | clarando que por duas sema- | nas iria faltar água na cida- | de durante algumas horas do | dia, a verdade é que a água, | em alguns trechos, pelo me- | nos, da “urbs”, tem faltado o | dia inteiro, criando a mais | embaraçosa situação para as | residências. || Não têm havido água para | o banho, nem sequer para o | gasto de casa. Pode-se dizer | que mais de oitenta por cen- | to da população consome, pa- | ra beber, a linfa do Acarape. | Toda essa gente agora é obri- | gada a recorrer aos poucos | cargueiros que aindam restam | na cidade, vendendo água po- | tavel dos poços tradicionais | da cidade. || Uma carga de água pota- | vel, que até há poucos anos | se comprava a quatrocentos | réis, custa atualmente mil | réis. No entanto, dela é que a | população se vê forçada a re- | correr, não somente para be- | ber, mas também para utili- | zar em outras finalidades, | desde que a interrupção dos canos adutores de Acarape se | prolongue por um período | mais espaçado. || A Diretoria de Obras Publi- | cas prestaria inestimável ser- | viço á população se providen- | ciasse no sentido de obter a- | gua, de maneira certa, pelo | menos uma vez por dia. As | famílias fariam nessa ocasião | os seus abastecimentos, po- | dendo assim enfrentar, sem | maiores contratempos, a in- | terrupção posterior.

INFORMAÇÕES:

- Dito “Vespertino dos ‘Diários Associados’”

COMENTÁRIOS:

- Seções:
 1. Notícias (todas sobre a II Guerra Mundial)
 2. Artigos (todos *copyright da Inter-American*, especial para o Correio)
 3. Editorial
 4. Mais notícias de guerra
 5. Avisos e anúncios variados

Carta nº: 066

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n5598s20f2/066)**

Data/ Edição: 16 de julho de 1945 / nº 5598

Fonte: BPGMP (Rolo nº 233)

ASSOMBRAÇÃO || Não é do lado de cá que se encontram os “assombra- | dos”. Se assim acredita o “comentador político” do “O Es- | tado”, podemos assegurar-lhe que, mais uma vez, *sua senhoria* es- | ta enganado. Quem curtiu oito anos bem vividos de dita- | dura totalitaria, sem curvaturas na espinha, quem teve | animo para arrostar, de frente erguida, os primeiros anos | da guerra, sem tecer ditirambos á Alemanha nazista, não | vai ficar alarmado com a pressão exercida pelo oficialis- | mo sobre o eleitorado do interior. Tudo o que se está pas- | sando nós já esperávamos, mas nem assim deixámos de | entrar na luta com decisão e firmeza de propósitos. Isso | não quer dizer, entretanto, que tenhamos vocação para | mártires e, dessa maneira, estejamos dispostos a silen- | ciar quanto a esta ou aquela arbitrariedade, esse ou | aquele expediente pouco recomendavel de que lance mão | o governo ou seus prepostos, numa campanha em que es- | tão confundindo intencionalmente a cousa publica com | os interesses particularistas de sua grei. || Quanto aos auxílios dados ás Prefeituras, ás vésperas | do pleito, O POVO não aludiu a eles “por simples e | maligno palpite”. Afirmou uma cousa que todo mundo sa- | be e que os próprios prefeitos não escondem, antes fazem | questão de divulgar, para alardearem prestígio, eles que, | em sua maioria, constituíram diretorios sem nenhuma | expressão política, formados com os auxiliares da Pre- | feitura e outros funcionarios locais. || Interessante seria, para que se conhecesse o mon- | tante de tais auxílios, que o governo fizesse divulgar a sua relação completa, pois só assim demonstraria até | onde chega o seu interesse pela situação dos municípios, | ás vésperas de eleição.

COMENTÁRIOS:

- Jornal de caderno único, com seções não definidas e bastante misturadas.
- Seqüência de textos: notícias e notas diversas (geralmente sobre política); programação do cinema; anúncios; cópia de comentário político do jornal “Diário Carioca”; artigos e editoriais em meio de anúncios; crônica de Paulo Benevides; notícias esportivas.

Carta nº: 067

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n5613s20f2/067)**

Data/ Edição: 2 de agosto de 1945 / nº 5613

Fonte: BPGMP (Rolo nº 233)

A GRIPE || Todo maior de trinta anos deve estar lembrado do | que foi a “espanhola” em nosso país. Morria gente como | em campo de concentração. Não sobrava tempo, na capi- | tal da República, para enterrar os mortos, que eram con- | duzidos em caminhões às valas do cemitério. Milhares e | milhares de casas havia em que não se contava com uma | só pessoa de pé para servir um chá aos caídos. Foi quase | impotente a ação das autoridades sanitárias para debe- | lar a pandemia, que só levantou acampamento depois de | criada a resistência no próprio organismo das vítimas. || Agora, encontrando propicio o terreno para nova in- | vestida, o mal dos fins de guerra volta a grassar. E’ o | que informam telegramas do Rio, onde a velha influen- | za se generaliza, de molde a assustar o povo e seus diri- | gentes. || A pobreza, desarmada por necessidades de toda or- | dem, é o alvo predileto de surtos como esse. Daí se enche- | rem de indigentes, atacados do vírus, os Prontos Socor- | ros. O do Distrito Federal, por exemplo, apenas nos três | ultimos dias, atendeu a perto de uma centena de casos. || E’ verdade que os meios terapêuticos com que se con- | ta hoje para combater a gripe e suas conseqüências são | em número e qualidade muito superiores as de 1919 e 20. | Infelizmente, porém, a crise que atravessamos é o caldo | de cultura ideal para a sua propagação. || Em Fortaleza, este mês de agosto, climatericamente | tradicional em ventos fortes, espalhadores de poeira e | resfriados, está sendo assinalado por inumeros casos de | gripe, e a população, sobretudo no elemento infantil, es- | pirra e tosse por toda parte. || E’ tempo, portanto, de evitar-se o surto epidêmico. | Já devia achar-se em campo a Saude Pública, porque, de- | pois do fato consumado, as suas atividades se tornam li- | liputianas, para não dizer ridículas. || Em vez de limitar-se a cuidar de politica, como vem | fazendo, é para problemas como esse que deve olhar o | governo do Estado, por intermédio das repartições com- | petentes.

COMENTÁRIOS:

- Jornal de caderno único, com seções não definidas e bastante misturadas.
- Seqüência de textos: notícias e notas diversas (geralmente sobre política); programação do cinema; anúncios; cópia de comentário político do jornal “Diário Carioca”; artigos e editoriais em meio de anúncios; notícias esportivas.

Carta nº: 068

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n5833s20f2/068)**

Data/ Edição: 10 de maio de 1946 / nº 5833

Fonte: BPGMP (Rolo nº 234)

MENOS HISTORIA FIADA || Durante os ominosos tempos em que o impresso | perdeu o uso da palavra e o direito de critica, era hábito | bastante desenvolvido, para não dizer vício inveterado, da | maioria dos chefes de serviço da ditadura focalizar, tanto | nos jornais do governo como em alguns órgãos independen- | tes, as “grandes iniciativas” de sua gestão, “as obras de | vulto” realizadas por suas repartições ou autarquias e, so- | bre tudo, a sua “augusta pessoa”. || Edições especiais de certas folhas se faziam quase | sempre á custa de reportagens pagos por Prefeituras e De- | partamentos federais e estaduais. O material encomendado | com a devida antecedencia era escrito por altos funcioná- | rios do governo, que se não pejavam de grafar elogios a si | mesmos, de pôr-se nas nuvens e impingir-se como gênios | administrativos. || Colocando invariavelmente a modéstia de parte, en- | tremeiavam a prosa bombástica dos “faróis” e entrevistas | “apanhadas de improviso” com clichês cabotinos, onde | apareciam em poses variadas, de astros cinematográficos | dessa comédia política de longa metragem que os estudios | do Catete dirigiam com Getulio Vargas á frente. || Não há mais lugar para encenações vulgares desse | jaez. O ridiculo as corão sob a luz denunciadora do mo- | mento e da nova mentalidade. || Os cofres publicos não podem mais sofrer sangrias de | qualquer ordem para alimentar a vaidade de quem quer | que seja. || O movimento e produção das repartições do Estado | devem obrigatoriamente constar de relatórios estatísticos, | elaborados á maneira de prestação de contas. E informa- | çoes mais detalhadas que se encaminhem, para conheci- | mento geral, não diretamente á imprensa, mas ao Serviço | de Cultura, Divulgação e Diversões Populares. || O que o povo deseja é mais trabalho e menos história | fiada...

COMENTÁRIOS:

- Jornal de caderno único, com seções não definidas e bastante misturadas.
- Seqüência de textos: notícias e notas diversas (geralmente sobre política); programação do cinema; anúncios; artigos e editoriais em meio de anúncios; crônica de Paulo Benevides; notícias esportivas.

Carta nº: 069

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Nordeste (n8450s20f2/069)**

Data/ Edição: 02 de outubro de 1950 / nº 8450 (1º editorial)

Fonte: BPGMP

O PLEITO DE AMANHÃ || VEM a Nação se prepara- | rando, desde longo tempo, | para o pleito de 3 de Ou- | tubro, com tanto sacrifi- | cio e tanto esforço. || E' a oportunidade feliz | de os bons brasileiros con- | correrem, com a sua cola- | boração direta, para o me- | lhoramento do nível poli- | tico de nossa Pátria. || Precisamos votar com a consciência de cumprir | um dever dos mais graves | da hora presente. || Possuímos uma legisla- | ção eleitoral que inspira | confiança e cerca de ga- | rantias a manifestação li- | vre da nossa vontade. || Seria traição imperdoá- | vel, perante o pensamento | católico brasileiro, faltar | à atitude que nos cumpre | assumir, quando os ini- | migos do Cristianismo a- | meçam subverter a or- | dem constituída. || O manifesto soviético, | que Luis Carlos Prestes | fez circular em nosso País, | é um desafio à dignidade | nacional. || Temos que responder à | provocação, derrotando | nas urnas os adeptos do | nazismo marxista. || E' nossa obrigação es- | trita defender os direitos | da Igreja, todas as vezes | que possam ser conspir- | cados. || Os comunistas outra | coisa não intentam que | combater, por todos os | modos e com todas as ar- | mas, os arautos do Direi- | to, da Justiça e da Paz. || Em face disto é que, na | Europa Ocidental, as De- | mocracias vêm escorra- | çando das posições ofici- | ais o partido internacional | que já não possui condi- | ção de legalidade em nos- | so território. || Infiltrados em algumas | correntes partidárias, in- | tentam os bolchevistas | conquistar posições de | modo na Terra de Santa | Cruz. || Nas eleições que, na da- | ta de amanhã, se proces- | sam em todo o mapa da | República, afirmar-se-á a | decisão inabalável da fa- | mília patricia de repetir a | pretensão dos gentes de | Moscou, no sentido de im- | plantar entre nós o bára- | tro (sic) da China e a miséria | dos Estados satélites da | U.R.S.S., comprimidos | dentro da cortina de ferro | oriental. || Mais uma vez o Brasil | dará uma demonstração | eloqüente da sua fidelida- | de às tradições de honra, | de cultura e civismo deste | grande povo!

Carta nº: 070

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Nordeste (n8450s20f2/070)**

Data/ Edição: 02 de outubro de 1950 / nº 8450 (2º editorial)

Fonte: BPGMP

DE BUBULA

1930

A formação da banda || Vai ser amanhã a gran- | de parada das urnas. To- | dos devemos ir votar cons- | cientemente, com os olhos | fitos na grandeza, na hon- | ra e na segurança da Pa- | tria. || Nada de cedermos a in- | junções pessoais, a laços | particulares que não co- | incidam com os altos inte- | resses do Brasil, que de- | vem ser, no caso, o gran- | de norte de nossa consci- | ência de brasileiros. Gra- | cas a Deus, candidatos a- | provados pela Igreja exis- | tem muitos na grande | maioria de partidos. De | modo que, por esse lado, | tão grave para nós, cató- | licos, não haverá dificulda- | de. || Muitas pessoas que não | militam em partido algum | — não estando, portanto, | sujeitas à chamada disci- | plina partidária, desejam | saber que norma adoptar. | E' simples: aquela que | lhes deixe a maior dose | possível de paz na consci- | ência. Qualquer dúvida | sobre o candidato tem que | ser esclarecida, se há ou- | tro candidato que não a | suscite. || A este propósito, os da | rodinha, exígua de “De | Bubula” podem anotar o | que dizíamos, em janeiro | de 1947, dois dias antes da | eleição. || Há pontos de vista de | [[de | vista]] de ordem prática que | podem assumir, para os | eleitores extra-partidá- | rios, valor excepcional na | ocasião. || Por exemplo, existe um | católico excelente, entre | os candidatos. Mas de an- | temão se tem certeza de | que não será eleito, pois a | sua corrente política ain- | da não dispõe de força e- | leitoral conveniente. || Nesse caso, não faz mal | que se vote com outro cató- | lico, menos complexo e | menos fervoroso, porven- | tura, mas digno, ainda | assim, e que tenha proba- | bilidade de eleição. || De mim, se descubro | que um candidato não | entende de governo, nem | de leis, nem de política, | fala ruim e, de costume, | resolve as coisas também | ruim, embora de boa fé, | ele pode se confessar e co- | mungar todo dia que eu | vou procurar outro que | saiba ser CATOLICO NO | POSTO, embora só faça a | sua páscoa anual. || Compreende-se que, se | trata de formar uma ban- | da de música, a pessoa po- | de ser um santo, mas, se | não sabe tocar, não adian- | ta. Não pode entrar na | banda.

INFORMAÇÕES:

- Redator-chefe: Dr. Andrade Furtado.
- Jornal de orientação católica e orientador dos votos de eleitores católicos segundo a Liga Eleitoral Católica – LEC.

COMENTÁRIOS:

- Seções:
 1. Notícias e indicações de candidatos
 2. Editoriais e artigos de opinião
 3. Indicação dos locais de votação
 4. Avisos e anúncios
 5. Mais orientações aos eleitores

Carta nº: 071

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n8145s20f2/071)**

Data/ Edição: 19 de junho de 1954 / nº 8145

Fonte: BPGMP (Rolo nº 269)

O CORVO DE POE || Estabelecendo um cotejo entre o transporte ferro- | viário e o rodoviário, dizíamos, em escrito recente, que, | para a nossa economia interna, o primeiro se sobre- | punha ao segundo, dado que, em cada cruzeiro dispen- | dido com o carreamento de mercadorias e o desloca- | mento de passageiro pelas nossas estradas, oitenta | centavos representam divisas ou disponibilidade ao | exterior. || Para que se tenha uma idéia do que se gasta com | gasolina e óleo em nosso país, vale a pena transcrever | aqui alguns números fornecidos pela estatística oficial | e lembrar as declarações, tomadas de espanto do pró- | prio Ministro da Fazenda. || Ha pouco tempo, o *senhor* Osvaldo Aranha revelou á | imprensa que bem difícil, se não impossível, se lhe afi- | gurava conseguir-se o equilíbrio da nossa moeda, en- | quanto desperdiçássemos divisas com a importação de | produtos nem sempre essenciais á nossa subsistências ou | de produtos caros, na parte destinados, em época | de grande poupança como devera ser a atual, ao tipi- | camente supérfluo, ao caracterizadamente desnecessá- | rio ou pelo menos adiável. E citou, ao correr dos fatos, | como exemplo, a enorme, a astronômica quantidade de | gasolina que é consumida em viagens ás vezes de puro | passeio, como aconteceu com a fluência de milhares de | automóveis, procedentes de vários Estados, notada- | mente de São Paulo, conduzindo desportistas e apaixo- | nados do futebol ao jôgo no Maracanã, entre os sele- | cionados do Brasil e do Paraguai. || Enquanto se queimam, na combustão do petróleo | importado sem restrições e em meros passeios, as dis- | ponibilidades que sacrificadamente conseguimos amea- | lhar ao estrangeiro, deixa-se de aplicá-las, em face de | proibições descabidas, de taxações altas ou de ágios es- | corchantes, em matérias primas vitais na fabricação de | medicamentos, de produtos alimenticios, de vestuário, | de artigos de higiene e de muitos outros indispensáveis | no curriculo da vida atual. || Em 1940, consumimos 585 milhões de litros de ga- | solina comuns. Dez anos depois, isto é, em 1950, já o | consumo alcançava o total de 2 bilhões e 74 milhões. E, | em 1952, queimávamos, só em automóveis, quase 3 bi- | lhões de litros. || De onde se conclue que, em doze anos apenas, a | consumo dêsse combustível quadruplicou. || na época do dólar a Cr\$ 18.72, ou seja, em 1952, o | Brasil dispendeu mais de 120 milhões de dólares com a | importação de gasolina, o que, traduzido em moeda na- | cional, corresponde a Cr\$ 2.252.617.000,00. || Estamos atravessando uma fase dura de nossa vida | econômica. Todo mundo sabe disso e o proclama aos | quatro ventos. Já se procura até fugir a tema, por ser | um lugar comum e não interessar tanto ao gosto lite- | rário de muitos leitores em eterno idílio com as musas. | Mas o fato é que, conscientes dessa dura e prolongada | verdade, não procuramos apertar o cinturão, como o | povo inglês, não tentamos enveredar pelo caminho de | austeridade, embrenhando-nos cada vez mais na senda | das dissipações e liberdades condenáveis. Em cada li- | tro de gasolina gasta, mandamos para fora das nossas | fronteiras oitenta centavos. E o corvo de Edgar Poe, re- | pete do alto da nossa inépcia: “Nunca mais!”...

COMENTÁRIOS:

- Jornal com apenas 1 caderno.
- Seqüência de textos: manchetes e notícias (na página 1), horóscopo, colunas e propagandas; artigos e editorial; mais propaganda; “Anúncios Populares” (seção bem destacada); notícias esportivas.

Carta nº: 072

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n8200s20f2/072)**

Data/ Edição: 24 de agosto de 1954 / nº 8200

Fonte: BPGMP (Rolo nº 269)

ELEIÇÃO, VIGA-MESTRA DO REGIME || O país anda convulsionado. Nuvens negras lhe pe- | sam sobre o destino. Uma inquietação geral procede de | fatos que depõem contra a moralidade administrativa e | da tomada de contas que, em tórno dos mesmos, vêm | fazendo as Forças Armadas, certas de que o aparelha- | mento policial a serviço do Poder constituído não os apu- | raria de forma alguma. || O regime está seriamente ameaçado ou comprome- | tido, não por uma conspiração de quartéis, que estes, | mais que nunca, estão vigilantes e unidos ao lado da de- | mocracia e da sua limpa execução, mas por abusos per- | pretados á sombra do govêrno, por desmandos e con- | travenções, crimes e misérias vndos a lume a cada ins- | tante, descobertos a cada momento. || Surgem mesmo duvidas no espírito de todos acer- | ca da realização do pleito de outubro. || Haverá ou não eleições? || E que triste pergunta! || Cremos, todavia, que iremos todos ás urnas, que, | embora com o sacrificio de certas medidas de exceção, | nada nos impedirá de exercermos êsse direito. || Assim pensam os responsáveis mais responsáveis | pela sorte de nosso povo. Assim o querem os homens | de bem e de grande prestígio moral que dominam a si- | tuação. || Iremos votar. || Mas de que maneira? || Como já tem votado, em outras ocasiões, muita | gente bôa, isto é, sem maiores preocupações, com a dis- | plicência dos irrefletidos, com o pouco caso dos indife- | rentes, com o partidarismo estricto dos sectários deste | ou daquele credo caduco, inconsistente, de pura im- | portação? || Ah, não! || Desta feita, urge saber votar. A eleição é a viga- | mestra do regime sob cuja égide vivemos. || Basta de votos perdidos! Perdidos, não no sentido | físico ou material, pois que ninguém joga fora um vo- | to só porque o candidato escolhido não foi eleito, mas | no sentido espiritual ou moral, dado que somos nós pró- | prios que nos extraviamos quando, por mero facciosis- | mo político ou insinuação de fora, que não a interior | que não a de nossa consciência, deixamos de apoiar os | nomes verdadeiramente dignos da nossa adesão. || Chegou a hora de fazermos valer, em toda sua legi- | tima expressão democrática, o nosso voto. || Temos que desprezar o valor objetivo, concreto, pal- | pavel que possa inspirar a nossa decisão a favor deste | ou daquele candidato, para encarar de frente o preço | subjetivo, o custo ético da nossa atitude ao pé das urnas. || Há uma tendência escandalosa, imoral, deshonesto | para a venda do voto, que se faz de mil maneiras: ora | a trôco mesmo de dinheiro, ora á espera de favores es- | peciais. Antes mesmo de votar, já o cabo eleitoral, já o | simples eleitor vem alegar o favor que pode fazer com | o seu título e com o título dos outros, como se se trata- | se de duplicatas ou “papagaios” descontáveis á bôca do | cofre ou de um banco qualquer. E depois da eleição, o | voto, que è secreto, passa a ser cobrado em moeda de | exigências sem conta, como se fôra um negócio ás claras. || É preciso votar. Mas votar com acêrto. Para que o | regime não se desmorone por si mesmo. || Enquanto não chega a vez de votarmos no presi- | dente da República, procuremos votar com consciência (sic) | para govenador do Estado, para governador da cidade em que moramos, para representantes do povo no Le- | gislativo. || Atentai, cearenses, para o nome de Paulo Sarasate. || Tudo indica que êle fará um grande governo.

COMENTÁRIOS:

- Jornal com apenas 1 caderno.

- Seqüência de textos: manchetes e notícias (na página 1), horóscopo, colunas e propagandas; artigos e editorial; mais propaganda; “Anúncios Populares” (seção bem destacada); notícias esportivas.

Carta nº: 073

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n8202s20f2/073)**

Data/ Edição: 26 de agosto de 1954 / nº 8202

Fonte: BPGMP (Rolo nº 269)

HORAS DRAMATICAS || O momento nacional é ainda bem grave sob mui- | tos aspectos. || Não se pense que, com o desaparecimento de Ge- | tulio Vargas do cenário político brasileiro, tudo esteja | resolvido e que os acontecimentos, na sua marcha evo- | lutiva, aceitem o velho adágio “le roi est mort, vive le | roi” com a passividade dos antigos ou remotos cam- | poneses bretões. || Já hoje, é verdade, quem governa é o *senhor* Café Fi- | lho. Mas o seu período á frente dos negócios públicos | é bastante curto. Temos diante de nós as eleições. Mo- | vimentam-se trabalhadores em tórno de uma greve de | largas proporções, visando á decretação do congelamen- | to dos preços. Ainda perduram, nítidos, indelévels, no | espírito do público, as fotografias, estampadas na im- | prensa de todo o país, das transações ilícitas, crimino- | sas, aviltantes, feitas á sombra do Catete. Duas mor- | tes se defrontam: a do major da Aeronáutica, processa- | da por pistoleiros e a do presidente da República, de | iniciativa própria. || Bem se houve, portanto, o *senhor* café Filho, neste ins- | tante de comoção nacional, quando decidiu organizar | um ministério de coalizão, recrutando elementos dos | principais partidos políticos para colaborarem na obra | de recuperação da tranquilidade coletiva. || O Brasil está necessitando de assentar sua exis- | tência sobre as bases da confiança, da honestidade, da | serenidade de ânimos, para que o próximo pleito seja | uma afirmação de democracia viva e vívida e represen- | te de fato o pensamento de uma maioria ordeira, sensata, patriótica. || A estas alturas, ninguém ouse afirmar que o tra- | balhismo brasileiro se tenha extinto por decapitação, | com o suicídio de seu chefe supremo e de seu institui- | dor no nosso país. Seria pretender tapar o sol com [a| | mão. || Com as classes operárias amparadas por uma le- | gislação específica das mais avançadas, o trabalhismo, entre nós, sobreviverá, a despeito de quantas reações | burguesas e de quantas incompreensões ainda subsis- | tam em determinados meios patronais, como um con- | sectário lógico da nossa industrialização progressiva e | dos novos métodos agrícolas que já se adotam por tôda | parte. || Por outro lado, a política em favor dos humildes, | dos menos assistidos pela sorte, dos que ganham efeti- | vamente o pão de cada dia com o suor do rôsto é des- | ses que aglutinam simpatias e inspiram inequivoca- | mente, em que pese á demagogia barata de uns e ao | interesseirismo hipócrita de outros, os verdadeiros li- | deres e condutores de almas. || De forma que os responsáveis pelo destino da nos- | sa pátria não podem subestimar as fôrças ainda não de | todo organizadas, mas já bastante advertidos do opera- | riado, cumprindo-lhes olhar para elas com objetivida- | de e senso superior, procurando, não cortejá-las elei- | toralmente, mas propiciar-lhes justiça social, ordem | e paz. || Urge que se equilibrem as finanças do país, que se | desperte a nossa vitalidade econômica, que se não in- | corra na maior desvalorização do cruzeiro, que se con- | tenha a “espiral inflacionária” e que não se deixe o po- | vo á mingua com ordenados de ficção, aparentemente | elevados. || Chegou a hora das grandes medidas saneadoras e | salvadoras. A participação total dos partidos no coman- | do da cousa pública deve ensejar dias melhores para o | Brasil. E, como dissemos e repetimos por diversas ve- | zes, tem côro com outras vozes, só um período de aus- | teridade nos levará a bom termo.

COMENTÁRIOS:

- Jornal com apenas 1 caderno.
- Seqüência de textos: manchetes e notícias (na página 1), horóscopo, colunas e propagandas; artigos e editorial; mais propaganda; “Anúncios Populares” (seção bem destacada); notícias esportivas.

Carta nº: 074

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n9803s20f2/074)**

Data/ Edição: 2 de outubro de 1959 / nº 9803

Fonte: BPGMP (Rolo nº 295)

E O SERVILUZ NADA PROMETE || Decorreram 48 horas desde que pusemos a nu | as falhas da justificação do “Serviluz” e pedi- | mos que os dados, fornecidos ao publico, fôssem | atualizados, abrangendo também os meses de ju- | nho, julho e agosto, e até agora nem a autarquia | nem o Prefeito disseram uma palavra sôbre o | assunto: Através do rádio, o que se fez, ante- | ontem à noite, foi uma cansativa repetição de | tudo o que fôra dito na primeira entrevista cole- | tiva com a imprensa. Diante de tão compacto si- | lêncio, das duas uma: ou a contabilidade do | “Serviluz” está num tremendo atraso, ou os res- | ponsáveis pelo aumento do preço da luz quise- | ram realmente confundir a opinião publica, não | sendo capazes de responder às objeções que fo- | ram feitas. Trata-se de uma alternativa dolorosa, | pois em qualquer dos casos o povo terá sido vi- | tima de uma mistificação; prevalecendo a pri- | meira hipótese, não poderia vir o “Serviluz” | falar de sua situação financeira sem ao menos | conhecê-la, agindo por pressupostos numa ques- | tão em que está em jôgo o interesse publico. || O que dissemos ontem á essencialmente ver- | dadeiro: o “Serviluz”, fazendo caso omisso das | dificuldades do povo, está tomado da ânsia de | obter lucros, embora a isto não deva ter direito | uma empresa que presta um serviço deficiente à | população e que, além disso, vem-se alimentan- | do de subvenções federais, vivendo, portanto, | quer êle entre por uma porta, quer entre por | outra à custa de dinheiro do povo. Se não bas- | tassem, para demonstrar uma verdade meridiana, | o cálculo que fizemos ante-ontem, atestando que | se quer arrecadar 4 milhões de cruzeiros para | cobrir uma diferença negativa (discutível) que | não deve ultrapassar de um milhão, teríamos | as próprias palavras dos justificadores do au- | mento, que se trairam em várias ocasiões na sua | pálida exposição de motivos. || Com efeito, está escrito, num resumo distri- | buido à imprensa. “Por outro lado, deve-se sa- | lientiar a necessidade de haver alguma sobra nas | operações industriais, para dar execução ao de- | senvolvimento dos serviços” O que significa | isto, senão a confissão de que se deseja ir além | do necessário, que um deseja obter lucros quan- | do o que mais importa é manter o serviço de luz, | sem preocupação de vantagem financeira? Certo | é que o *senhor* Cordeiro Neto e seus assessores fa- | lam em situação de emergencia, porém, numa | contradição evidente, pensam e agem como se | estivessemos vivendo um período de vacas gor- | das. Nem sequer raciocinam na base da transi- | toriedade da situação, visto que dentro de um | prazo relativamente curto deveremos ter a so- | lução do problema da luz em outros termos, con- | forme o convênio firmado com o CODENO e a | CHESF. Diante desta transitoriedade para que | serviriam os lucros (chamados eufêmicamente | de sobras) que o “Serviluz” quer obter, sacrifi- | cando a magérrima bôlsa popular? Vimos, no | trecho citado, que se destinariam ao “desenvol- | vimento dos serviços”. Bem dito, mal pensado | porque na mesma ocasião em que falava em | “desenvolvimento dos serviços” o *senhor* Silvio Cam- | pos passava o atestado de incapacidade do “Ser- | viluz”, afirmando textualmente: “Com êste au- | mento não podemos prometer a regularidade do | fornecimento de energia. O aumento da poten- | cia exige de 200 a 300 milhões”. Por outras pa- | lavras, continuaremos no regime do “pisca-pis- | ca”, mas o “Serviluz” quer garantir o seu lucro || É evidente que não se pode aceitar seme- | lhante modo de ver as coisas. O povo precisa | ser considerado, um pouco, não pode ser esque- | cido como se nada valesse. Por isso mesmo, re- | petim (sic) soque o assunto precisa ser reexaminado | Se o “Serviluz” deseja folga financeira deve bus- | cá-la por outros meios.

COMENTÁRIOS:

- Jornal em caderno único.
- Seções misturadas:
 1. Manchetes e pequenas notícias
 2. Notícias, artigos e editorial misturados
 3. Notícias internacionais, anúncios (na maioria de serviços), esportes
 4. Coluna militar
 5. Anúncios populares
 6. Programação cultural, horóscopo e folhetins

Carta nº: 075

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n9814s20f2/075)**

Data/ Edição: 16 de outubro de 1959 / nº 9814

Fonte: BPGMP (Rolo nº 295)

O ENSINO COMERCIAL | LIGA-SE À VIDA || Então sendo lançadas bases sólidas para o | aperfeiçoamento do ensino comercial no Brasil. | Será nesse ramo especializado do ensino que se | conseguirá atingir, em primeiro lugar, desde que | não desfaleça o esforço atualmente feito, aquela | finalidade da educação moderna, tão buscada no | ensino comum e jamais alcançada: a estreita li- | gação da escola à vida. Reconheceu-se há muito | o artificialismo da educação dispensada à ju- | ventude brasileira, desde o primeiro banco da | classe primária até o ultimo dos cursos supe- | riores. Tal artificialismo, que reduz o objetivo | do ensino apenas a obtenção de diplomas, te- | nham ou não um lastro autêntico de cultura | vinculada às necessidades da vida prática, é | particularmente sensível nos cursos médios, en- | tre os quais se situa, pela natureza das disci- | plinas, o ensino comercial. O acúmulo de ma- | terias, o teorismo esterilizante, a repetição ce- | dica de noções livrescas, os métodos arcaicos | — tudo isto faz com que o ensino se revista | geralmente, das características de uma farsa | muito custosa contra a qual só uma coisa con- | segue às vezes prevalecer o esforço pessoal | dos alunos melhor dotados, esforço que entre- | tanto, não raro se perde, pois se orienta pelos | mesmos canones vigentes na escola. || As causas deste fato são evidentemente de | natureza econômica e social, refletindo na con- | tingência de um determinado estágio da evo- | lução da sociedade brasileira. Mas é certo que | a correspondência entre as idéias vigentes no | campo da educação e as necessidades sociais e | econômicas já não existe. O país está passan- | do rapidamente a uma fase nova de sua exis- | tência, com o aumento do peso específico da | indústria na economia nacional; impondo-se ao | ensino uma renovação para que possa desem- | penhar o seu papel, que é o de subministrar as | atividades técnicas e material humano indispen- | sável ao seu desenvolvimento. Mas o ensino se atrasa diante destas novas tarefas, o velho sistema educacional resiste e continua atirando na | batalha da vida numerosos contingentes de ho- | mens recheiados de noções vagas, tendo como | única bagagem um pergaminho conseguido, sabe | Deus como. || O ensino comercial, pelas necessidades cres- | centes do comércio e da administração das em- | prêsas, teria de ser realmente o primeiro a des- | bravar o novo caminho, sob pena de tornar-se | inútil. E aqueles que se encontram á testa des- | se ramo educacional foram, realmente, capazes | de encontrar a formula para dar-lhe um toque | novo o ensino funcional, sôbre que tivemos, | recentemente, um Seminário em Fortaleza. O | sistema funcional é o sistema das “classes-em- | prêsas”, que utiliza como recurso didático, “a | transplantação, para o meio escolar, ou ativi- | dades normais da vida”. Nessas “classes-emprê- | sas” são realizadas tôdas as operações e tran- | sações que ordinariamente, se desenvolvem nas | organizações comerciais. Trata-se, realmente, do procurado contacto com a vida, dando ao en- | sino um novo sentido. || O ensino funcional já é hoje uma operação | de govêrno e mereceu, no orçamento da União | (subanexo do Ministério da Educação) um tra- | tamento especial Compreendendo sua impor- | tância, o deputado Paulo Sarasate, relator dêsse | subanexo, defendeu os planos da Campanha de | Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comer- | cial, manifestando-se contra as tentativas de frag- | mentação dos recursos a cia destinados, os quais | serão de 30 milhões em 1960. Na forma do re- | latório Sarasate, o ensino funcional, com a cria- | ção das “classes-emprêsas”, será estimulado em | todo o país (sic) através das Comissões Regionais de | Coordenação Técnica. || Façamos votos de que esta magnífica expe- | riência do ensino comercial penetre todos os | ramos e graus do sistema educacional brasilei- | ro, que, precisa, evidentemente, de um sôpro | renovador, para que se coloque à altura das | necessidades do progresso do país.

COMENTÁRIOS:

- Jornal em caderno único.
- Seções misturadas:
 1. Manchetes
 2. Notícias, artigos e editorial misturados
 3. Notícias internacionais, anúncios, esportes
 4. Coluna militar
 5. Anúncios populares
 6. Programação cultural, horóscopo e folhetins

Carta nº: 076

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n9824s20f2/076)**

Data/ Edição: 28 de outubro de 1959 / nº 9824

Fonte: BPGMP (Rolo nº 295)

UMA NOVA “AVENIDA DA MORTE” || A tragédia ocorrida ao meio-dia de ontem na Volta da Jurema, na qual três crianças perderam a vida, esmagadas por um carro-pipa do Corpo de Bombeiros, causou comoção na cidade, especialmente nos bairros mais próximos ao local do lutuoso acontecimento. Pessoas que estiveram à tarde de ontem na Volta da Jurema disseram-nos haver encontrado ali uma revolta surda, misturada, a uma dor profunda e, certamente, não é para menos, sobretudo porque o que aconteceu, é certo, mais um acidente perfeitamente previsível, conhecidas as condições em que se vem fazendo o tráfego de veículos na avenida de acesso ao portão de Mucuripe. || Os moradores estão revoltados porque aquela avenida está sendo transformada, por motoristas irresponsáveis, em pista de corridas. E porque nenhuma providência foi tomada até hoje pela Inspetoria do Trânsito para impedir que os maníacos da velocidade continuem a cometer excessos. O guizador responsável pelo triplice atropelamento de ontem não ia apagar nenhum incêndio. Não tinha necessidade, portanto, de lançar seu pesado veículo, difícil de manobrar, numa carreira louca, como se a cidade estivesse pegando fogo. Apenas porque viu o espaço amplo da avenida resolveu bancar o Manuel Fângio. Assim fazem, diariamente, muitos outros. || Por causa disso; já ocorreram vários desastres graves naquela avenida. Os leitores devem estar lembrados dos dois sinistros verificados nas proximidades do “Náutico”, em ambos havendo mortos e feridos. Diversas viradas de caminhões e caminhotas, choques contra postes do “Serviço”, abalroamentos entre carros — são outros tantos fatos registrados pela imprensa, ou do conhecimento apenas dos moradores do bairro a atestar que aquela avenida se está tornando uma nova “avenida da morte”. Quatro crianças já perderam a vida ali. Antes do acidente de ontem, outro ocorrera, dias passados, no qual o motorista atropelou a pequena vítima para não matar, segundo declarou cinicamente aos pais aflitos, o cachorro de seu patrão! || Todas as testemunhas do desastre de ontem afirmam que houve pelo menos três violações das normas de trânsito: 1 — excesso puro e simples de velocidade; 2 — excesso de velocidade específico pela natureza do local, defronte a uma escola, onde é obrigatória a diminuição (sic) da marcha; 3 — avanço em contra-mão, pois, foi ao passar de um passeio para o outro, onde não podia trafegar, no sentido em que seguia, que o veículo apanhou as duas primeiras crianças, colidindo a terceira quando voltava ao primeiro passeio. || De um modo geral, a Inspetoria do Trânsito está falhando lamentavelmente na sua missão de controlar o tráfego. O índice de acidentes está em aumento constante e a Inspetoria tem-se limitado a fazer exposição macabra de veículos destruídos, em busca de um problemático efeito psicológico sobre os motoristas. Mas no caso da avenida ao porto o que ocorre é uma completa omissão, uma ausência injustificável. O meio hábil para controlar o tráfego ali, dada a grande extensão da avenida, será a introdução de uma patrulha motorizada por sinal já prometida. Mas enquanto não se conseguem as motocicletas, urge colocar pelo menos guardas a pé nos pontos críticos, para deter os malucos que nenhum valor dão à vida humana. || Tudo o que pôde ser feito para reduzir os perigos a que está sujeita a população será útil. O que não se concebe é a indiferença atual desse papel de expectador que a Inspetoria está desempenhando enquanto corpos de adultos e de crianças vão ficando estirados no meio das ruas.

COMENTÁRIOS:

- Jornal em caderno único.
- Seções misturadas:
 1. Manchetes e pequenas notícias
 2. Notícias, artigos e editorial misturados
 3. Notícias internacionais, anúncios, esportes
 4. Coluna militar
 5. Anúncios populares
 6. Programação cultural, horóscopo e outras amenidades

Carta nº: 077

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Gazeta de Notícias (n10058s20f2/077)**

Data/ Edição: 16 de fevereiro de 1962 / nº 10058

Fonte: BPGMP

GAZETA INTERNACIONAL

A Situação na União Soviética

(PELO REDATOR ESPECIALIZADO DA GN)

|| Há quase um ano, já que se divulgou o novo programa do | Partido Comunista, o qual era para ser apresentado ao Con- | gresso de Outubro, da agremiação, mas apareceu, mezes antes | nos jornais de Moscou. Transcorrido esse tempo não parece que | o documento em questão haja impressionado os russos, ou | quem quer que seja. Naquela reunião, o assunto ficou em mo- | desto segundo plano, diante de críticas proferidas por per- | sonalidades importantes do atual regime contra Joseph Stalin e | seus principais colaboradores, alguns ainda vivos, como os se- | nhores Molotov e Malenkov. A princípio, os observadores de | fora da União Soviética não puderam perceber, com toda a | clareza o que estava acontecendo e o próprio secretário do Es- | tado norteamericano, em uma de suas últimas entrevistas à | imprensa, revelou esse estado de perplexidade com relação aos | acontecimentos que se processam na potência do Oriente. | Mas, já se processa algum esclarecimento a respeito da cita- | ção, sabendo-se que os dirigentes do Kremlin, de algum tempo | a esta data, se encontram em um bêco sem saída, tendo pra- | ticamente de curvar-se às exigências populares. Segundo os | informantes que conhecem suficientemente a realidade naquele | país a “desestalinização” não foi uma providência de cúpula, | mas uma tábua de salvação a que o senhor Nikita Khrushchev | se agarrou, para sobrepairar na onda que poderia ter assumi- | do as proporções de um vagalhão do descontentamento do po- | vo. Relata-se que, ao determinar a retirada do mausoléu de | Stalin da praça Vermelha, o Congresso do Partido Comunista | não fez mais que endossar um movimento dos estudantes da | Universidade de Moscou, evidentemente preocupados os con- | gressistas em criar um “caso”, que poderia ter graves conse- | quências. Procurando manter a sua posição no mundo a que | é muito mais favorável do que lhe permite a verdadeira situação in- | terna tanto política como econômicos, a União Soviética atra- | ves do primeiro ministro Khrushchev, que é dotado de incon- | testável habilidade, vem contemporizando com a vontade popu- | lar, dando-lhe assim, uma força sempre crescente. Não | pode ignorar as transformações que se verificaram ultimamen- | te, em quase todos os setores de atividades do antigo Império | dos Tzars. Já se fala em “americanização” da Rússia devi- | do aos “night-clubes”, aos “shopping-centers” e a outras varie- | dades, importadas dos Estados Unidos. Há um dilema que con- | siste em saber até onde irá a onda de inovações que premen- | temente varre a União Soviética embora não se tinha muito | para afirmar que se trate de um vendaval REVOLUCIONA- | RIO.

COMENTÁRIOS:

- Seções: Notícias, anúncios e textos opinativos (todos assinados) misturados, sem demarcação clara de seção; com avisos, horóscopos, palavras cruzadas e mais notícias.

Carta nº: 078

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n11579s20f2/078)**

Data/ Edição: 2 de julho de 1965 / nº 11579

Fonte: BPGMP (Rolo nº 367)

CRISE DA EDUCAÇÃO || Ainda bem que a Secretaria da Educação decidiu | usar de tôda franqueza, ao analisar a situação educa- | cional do Estado, expondo dados escolhidos através do | Censo Escolar. Há sempre uma tendência forte para | ocultar o que é mau, e esta tendência manifestou-se, | mais uma vez, ao iniciar-se a operação censitária, | quando autoridades do interior resistiram tenazmen- | te a qualquer levantamento estatístico, tentando, as- | sim, ocultar clamorosas deficiências. Mas o censo foi | planejado, exatamente, como meio de conhecer a rea- | lidade, a fim de evitar que se continuasse a agir às | cegas, sem saber onde e como atacar o problema e | sem ter sequer uma idéia dos recursos a empregar. | Mas não só no interior esta inclinação se evidencia, | pois aqui mesmo há pessoas que recusam qualquer | crítica, por bem intencionado que seja, como no ca- | so de alguns anexos. || O que o censo revelou e que a Secretaria deu a | público é uma situação sombria, com quase metade | da população em idade escolar sem meios de receber | instrução elementar. As medidas adotadas não têm | sido suficientes para enfrentar um fator de agrava- | mento constante do “deficit”, qual seja o crescimen- | to da população. Já no próximo ano, teremos mais 90 | mil crianças em idade de ir à escola e não há nenhu- | ma garantia de que possam fazê-lo. Não se pode, evi- | dentemente, culpar o atual Govêrno por estado tão | deplorável de coisas, já que êle se encontra diante de | uma herança, que antes nunca fôra revelada. Mas o | conhecimento da tal situação impõe-lhes deveres bem | pesados daqui por diante, já que êle torna evidente | a necessidade de um esforço gigantesco para ao me- | nos reduzir a extensão do “deficit” até o fim dêste | período governamental. || O drama da educação pública precisa ser visto | no contexto do esforço geral do desenvolvimento. É | pouco provável que tenhamos possibilidade de gran- | des êxitos na área econômica se o analfabetismo e o | baixo nível de instrução continuarem a funcionar co- | mo esterilizadores. Lembremos aqui um exemplo que | vem de longe, do Japão, onde após nas destruições cau- | sadas pela guerra, o esforço da recuperação começou | exatamente por um combate tenas (sic) contra o analfa- | betismo, que impelia grandes parcelas da população | de qualquer participação consciente na reconstrução. | Diante d enós (sic), surge, sem dúvida, o problema dos re- | cursos para empreender um movimento educacional | de grande envergadura. Tomemos, hoje, consciência na | área governamental, como o prova a existência da | SUDEC, de que o emprêgo de recursos na educação | do povo é também um investimento de reflexos eco- | nômicos importantes. Mas é um investimento de re- | produção indireta, o que cria certos problemas para | os que têm de dispor dos recursos a aplicar sem pos- | sibilidade de obter a compensação de seu retôrno E | sendo poucos os recursos e numerosas as frentes a | atacar as dificuldades são evidentes. || A gravidade da situação escolar não admite que | o Govêrno recue diante das dificuldades. Mas não é | apenas o Govêrno que tem obrigações neste momen- | to. Cremos que um programa governamental comum | tem poucas possibilidades de êxito dentro de prazo | rasoável. É preciso dar, portanto, à campanha pela | ampliação do ensino, uma característica diferente, | transformá-la numa verdadeira campanha de reação | social contra uma calamidade reconhecida. Isto im- | plica em mobilizar tôdas as fôrças sociais em condi- | coes de prestar ajuda nêste sentido. Cabem nesta | conjuntura alguns golpes de imaginação e audácia | das autoridades governamentais, afim de aliar ao | seu esforço o da sociedade, das empresas, das entida- | des associativas, dos estudantes e das mulheres. Não | vemos outra saída, pois não serão mais mil salas de | aula prometidas pelo Secretário de educação que | poderão eliminar o “deficit”. || Para mobilizar fôrças, foi dado um primeiro pas- | so importante: dizer a verdade

sem rebuços. É pre- | ciso fazer com que essa verdade chocante entre em | tôdas as cabeças e que tôdos compreendam os males | que ela representa.

COMENTÁRIOS:

- Jornal com apenas 1 caderno.
- Seções misturadas (Seqüência de textos):
 1. Manchetes e notícias
 2. Artigos e editorial
 3. Colunas, notícias internacionais e locais
 4. Amenidades: programação cultural, quadrinhos, palavras cruzadas etc.
 5. Anúncios populares
 6. Notícias esportivas

Carta nº: 079

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n11601s20f2/079)**

Data/ Edição: 28 de julho de 1965 / nº 11601

Fonte: BPGMP (Rolo nº 367)

PREÇOS E SALÁRIOS || Ontem examinamos aqui a nova lei sobre o pro- | cesso de dissídios coletivos e suas conseqüências para | os assalariados. É fato notório que ao pôr em prática | uma política salarial de tão rígido contrôle, o Govêr- | no Federal oferece ao comércio e à indústria um im- | portante “handicap”. Deixam de ter justificativa as | queixas, tão comuns durante o Governo Goulart, con- | tra a “anarquia salarial”, apontada como um elemen- | to perturbador da economia das emprêsas. Mas dei- | xam de ter razão, igualmente, as medidas que a in- | dústria e o comércio adotavam por sua própria conta | e risco para compensar os efeitos diretos e indiretos | dos aumentos indiscriminados de salários. || Essas medidas, consideradas de autodefesa, foram | exercitadas, do modo especial, no mercado de preços, | com elevações constantes e também indiscriminadas, | que deram curso rápido ao processo inflacionário. De | modo geral, industriais e comerciantes entendiam | que, se o Governo não tinha mãos a medir, se não era | capaz de definir uma política salarial, a êles caberia | tomar providências preventivas, assegurando-se uma | margem de erros que lhes permitisse enfrentar as | vicissitudes. Está provado hoje que tanto errou o | Governo quanto erraram os industriais. || Nossa política governamental mudou de modo tão | drástico, se às emprêsas de qualquer tipo foi dada a | garantia de que não terão de alterar a curto prazo as | tabelas de salários — é evidente que precisa mudar | a política empresarial em matéria de preços. Se to- | marmos o exemplo do comércio de Fortaleza verifi- | caremos que só em novembro dêste ano êle terá de | promover a revisão dos salários vigentes, de acôrdo | com a Lei nº 4.725. Em outras condições, teria de fa- | zer essa revisão logo agora, tal como pediram os co- | merciários. Nisto reside, o “handicap” dado aos em- | pregadores, que, no caso em foco, terão uma vanta- | gem de quatro meses. Se esta vantagem não reverter | também em favor dos consumidores, a política go- | vernamental terá perdido seu sentido e ao comércio | se poderá acusar sem exagero e sem injustiça, não só | de falta de cooperação com o esforço pela estabiliza- | ção dos preços, como também de desalmada explora- | ção. Se não lhes importar o problema da cooperação, | ao comércio e a indústria cabe pelo menos ampliar | o prisma de seu interesse. Como ficou dito ontem, a | nova lei sobre dissídios poderá acarretar uma redu- | ção do poder de compra dos assalariados, com o con- | gelamento salarial de um ano. Isto porque os diver- | sos impactos inflacionários, inclusive aqueles de na- | tureza subjetiva, poderão levar os preços a novas al- | turas, aprofundando ainda mais o desequilíbrio nos | orçamentos domésticos, sem que os que vivem de | rendas fixas tenham meios de defesa. Mas a experiên- | cia provou que em tais circunstâncias sofrem também | os vendedores e não apenas os consumidores. Já hoje | não é bom o movimento comercial; e será pior ainda | se se continuar a remarcar preços, ao mesmo tempo | que se congelam os salários. || É indispensável, portanto, que em benefício geral | haja continência da parte da indústria e do comércio, | a fim de evitar um recesso econômico ruinoso. ||

COMENTÁRIOS:

- Jornal com apenas 1 caderno.
- Seções misturadas (Seqüência de textos):
 1. Manchetes e notícias
 2. Artigos e editorial
 3. Notícias internacionais e locais

4. Amenidades: programação cultural, quadrinhos, palavras cruzadas etc.
5. Anúncios populares
6. Notícias esportivas

Carta nº: 080

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Tribuna do Ceará (n3911s20f2/080)**

Data/ Edição: 08 de outubro de 1966 / nº 3911

Fonte: BPGMP

Processo Vergonhoso

|| Notícia a imprensa que o governa- | dor Plácido Castelo distituiu todos os | componentes das comissões de compra, | para reorganizar, a seu modo, aquele | importante setor de orientação financei- | ra do governo. || O assunto referente ao problema da | aquisição dos artigos de consumo e de | utilização, de que o governo se abastece | no comércio e na indústria, é uma face | tão importante para uma administra- | ção quanto a de arrecadar. || Até hoje nenhum governo conse- | guiu realizar o desejável, ou seja | comprar pelos melhores preços, | à vista, dentro da terminologia co- | mercial que é o prazo de trinta dias, a | partir da data de faturamento. || A economia que um governo sério | e bem intencionado faria com esse siste- | ma seria de tal maneira proveitosa que | o cozinheiro do Estado passaria a ter o ren- | dimento necessário para a aquisição su- | plente dos artigos de que a administra- | dora carece. || Mas, para chegarmos à tal perfei- | ção, na valorização do dinheiro arrega- | dado, aos trancos e barrancos, do contri- | buinte, é preciso também uma ordenação | na maneira de comprar, a fim de que, | possam ficar centralizados todas as aqui- | sições numa só comissão, de maneira que | as Secretarias, ao invés de fazerem as | suas coletas diversificadas, passem a | agir diretamente junto à comissão cen- | tral, para suprir suas necessidades, e | dentro, rigorosamente, do duodécimo or- | çamentário de cada uma. || Feitas, desta maneira, as compras | do Estado, dúvida não haverá de o co- | mércio seria beneficiado com o novo sis- | tema de vendas praticamente à vista, e | o governo moralizaria este setor que é | uma verdadeira calamidade, pelo que se | sabe à boca pequena. || O que não pode nem deve é conti- | nuar a atual norma antiquada e retro- | grada, em que o fornecedor vende por | preços bem elevados, porque tem no go- | verno um pagador relapso por várias im- | plicações, como sejam burocratizações da | conta para ser registrada e, depois de | longa via crucis, ter que se humilhar, | perante o Secretário da Fazenda, para receber o que lhe é devido. || São nossos votos que o governador | Plácido Castelo equacione, de uma vez, | este escabroso problema do governo, a | fim de que, nas futuras administrações | possamos dizer que na gestão atual foi | moralizado, administrativa e financeira | mente, o vergonhoso processo de com- | pras do Estado.

COMENTÁRIOS:

- Dito “Matutino, noticioso independente”.
- Seções: Notícias e editorial (na 1ª página); avisos sobre resultados de lotéricas e eventos sociais; artigos de opinião; coluna “Vida Urbana” (notícias esportivas) e mais notícias.

Carta nº: 081

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n12534s20f2/081)**

Data/ Edição: 12 de julho de 1968 / nº 12534

Fonte: BPGMP (Rolo nº 384)

Desperdício de Tempo e de Dinheiro || Aquilo que se temia esta (sic) ocorrendo | nesta convocação extraordinária da As- | sembléia Legislativa: ontem mais uma vez | não houve número regimental para apro- | vação das matérias em pauta. Durante | toda a semana, apenas duas das setenta | mensagens enviadas pelo Governo logra | ram aprovação em plenário, sendo de | notar que mesmo deputados que assinaram | o requerimento de convocação extra não | estão dando presença na hora da votação || Na realidade, a extra esta (sic) sendo um | mero prolongamento das últimas sessões | do período normal, perdendo assim intei | ramente sua finalidade, que era a de | recuperar o tempo inutilmente gasto na- | quele período. O desinteresse de *vos* é a | obstrução deliberada de outros tinham | impedido a aprovação de matérias consi- | deradas de alto interesse público. Sob es | te pretexto, fêz-se a convocação extraor- | dinária mas ocorre agora o mesmo de | sinteresse de nos e a igual obstrução de | grupos que se opoem ao Governo. || O que se impunha era que os grupos | divergentes houvessem procurado antes | um acordo para a aprovação do maior | número possível de mensagens governa- | mentais, de modo a assegurar rendimento | aos trabalhos na proporção dos gastos | que estão sendo feitos para manter em | atividade os deputados. Se esse acordo não | fosse possível melhor seria, em nome da | economia e da lógica, não convocar a ex- | tra. Esta demonstração que não existe | qualquer acordo ao menos para salvar às | aparências. O líder do Governo, por exem- | plo, relacionou trinta mensagens de inte- | resse da administração, a fim de que | lhes fôsse dada prioridade para votação | Por seu turno, a liderança oposicionalista | relacionou quatorze materiais das quais | apenas quatro figuram na lista do seu | Barros dos Santos. || A persistir este panorama o período | extraordinário estará intermediavelmente | condenado ao fracasso. É um fato que | registramos com um sentimento de las- | tima, porque esta aventura legislativa | vai sair caro, onerando um erário já em | dificuldades para atender as obrigações | mais urgentes. Compreenda-se que não | somos contra a utilização de recursos vali- | dos, pela oposição, para encadernar seus | pontos de vista e seu protesto evoca de- | terminadas matérias. Por isto mesmo so- | mos favoráveis a que se tivesse feito um | acordo prévio, a fim de evitar nossa perda | de tempo, pois tanto a obstrução aceita- | vel em período normal, quanto a absten- | ção, por desinteresse são incompatíveis | com o período extraordinário em que | a tônica deve ser a urgência. || O que está ocorrendo constitui novo | desperdício de tempo e mais desperdício | de dinheiro. É mais um depoimento con- | tra um Legislativo, que tem feito muito | pouco esforço para ajustar sua atividade | ao interesse público.

COMENTÁRIOS:

- Jornal com 1 caderno.
- Seções começam a se definir:
 1. Manchetes e notícias
 2. Política: com artigos, comentários especializados, cartas de leitores e editorial
 3. Mais notícias
 4. Notas sociais
 5. “Anúncios populares”
 6. Amenidades: com horóscopo, palavras cruzadas, receitas etc.
 7. Notícias esportivas

Carta nº: 082

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n12560s20f2/082)**

Data/ Edição: 3 e 4 de agosto de 1968 / nº 12560

Fonte: BPGMP (Rolo nº 384)

Um Balanço Triste || Divulgamos ontem os dados relativos | ao custo de período de sessões
extraordina- | rias da Assembleia Legislativa do Ceará, os quais demonstram que cada
parlamen- | tar ganhou tres milhoes e duzentos mil | cruzeiros antigos os quais multiplicados |
por 65 resultaram em um ônus para o Te- | souro que poderia ter sido evitado, se hou- | vesse
mais empenho e trabalho durante o | período normal de reuniões. A frequencia | para garantir
esse holo extra nas contas | bancarias foi boa e até que se conseguiu | esgotar a pauta ,mas já
no primeiro dia no | período normal, que se reabriu quinta-fei- | ra, não houve “quorum” para
a sessão. Só | se pode atribuir esta ausencia generalizada | — so dez deputados comparecarm
(sic) — a | predominancia de interesse pecuniario. | Como esse interesse deixou de existir não
| pode haver a sessão de abertura || Mas isto não ocorreu apenas aqui. A | Camara e o Senado
foram tambem convo- | cados para sessoes extraordinarias o e ba- | lanço de suas atividades
no periodo e dos | mais pobres. Na Camara Federal, por | exemplo, apenas um projeto de
importan- | cia foi aprovado em trinta dias: o IV Pla- | no Diretor da SUDENE—Mesmo este
plano, | entretanto, não conseguiu despertar o total | interesse dos senhores deputados Um |
grande numero esteve permanentemente | ausente entre Brasilia e seus Estados | natais.
Mesmo as bancadas nordestinas re- | velaram um inexplicavel desinteresse pelo | projeto e
talvez por isto mesmo ele não | tenha saído tão bem quanto seria de dese | jar || No Senado as
coisas não foram me- | rolhes. Também apenas um projeto foi | aprovado, tratando sobre a
operação de | carga e descarga em portos organizados, | matéria cuja urgência e perfeitamente
| discutivel, Os senadores pouco comparece- | ram e algumas sessões deixaram de ser |
realizadas por falta de quorum””. || Naturalmente, os lideres da bancada | sofram que tudo foi
bem entenden- | do que o rendimento politico foi bastante | grande, embora seja dificil, na
realidade, | estimar esse ganho E pouco provável, por | exemplo, que se tenha deixado de
decretar | o estado de sitio porque o Congresso esta- | va reunido. A chamada “vigilia erviça”
nos | pareceu, de fato, perfeitamente inutil. || Ressalte-se, porem por uma questão de | Justiça,
que pelo menos a convocação do | Congresso não acarretou gastos extraordi- | narios a Nação.
E insistimos. Não se pen- | se que são inseparaveis da prática | democratica. Mas quando os
nossos con- | gressitas falam em esvaziamento do Po- | der Legislativo deveriam pensar um
pouco | mas em suas próprias responsabilidades e | no modo como correspondem a elas. A fi-
xação de prazos fatal para o êxame de ma- | terias oriundas do Executivo tem sido ge- |
ralmente criticada como uma inter- | pretação errônea, bastando examinar a | experiência
passada quando projetos do | executivo ficavam anos engavetados. E fa- | moso o caso do
projeto do Código Nacional | de Trânsito, que esteve cinco anos retido. | Mas nem ameaça de
aprovação por recur- | so de prazo tem levado todos os deputados a | uma atitude mais
dinâmico, pois e verda- | deiro que a hipotese ja ocorreu em algu- | mas oportunidades. ||
Queremos um Congresso livre e des- | frutando de todas as prerrogativas demo- | cráticas.
Assim queremos também as As- | sembleias Legislativas e as Camaras Muni- | cipais. Mas
devemos querer tambem casas | legislativas que levem realmente a serio | suas funções casas
em que o dinamismo e | o devotamento as questões da atualidade | nacional sejam as marcas
dominantes, e | não onde interesses subalternos tenham a | prevalência, como parece ter
ocorrido nes- | sa onerosa convocação extraordinaria da | Assembléias cearense.

COMENTÁRIOS:

- Jornal com 1 caderno.
- Seções começam a se definir:
 1. Manchetes
 2. Política: com artigos, comentários especializados, cartas de leitores e editorial
 3. Mais notícias
 4. “Anúncios populares”
 5. Amenidades: com horóscopo, palavras cruzadas, receitas etc.
 6. Notícias esportivas

Carta nº: 083

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n13056s20f2/083)**

Data/ Edição: 4 de março de 1970 / nº 13056 (1º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 395)

VIGILÂNCIA METEOROLÓGICA || Em dia desta semana comentamos, aqui, a neces- | sidade de os organismos de desenvolvimento darem ênfase | em seus programas de pesquisas meteorológicas, com a | fim de assegurar o mínimo de estabilidade e de tranqui- | lidade às atividades agropastoris, particularmente no | Nordeste. A crise climática que se delineia êste ano — | minimizada no Ceará pelas chuvas caídas nos últimos | dias mas agravada noutras áreas do Polígono — demons- | tra, por si só, que o Brasil não pode mais permanecer | à margem das iniciativas, que se registram um plano | internacional, para oferecer aos povos previsões, mais | ou menos seguras, das mutações do tempo. || Lemos, agora, num jornal carioca que, segundo o | representante da Organização Mundial de Meteorologia, | que era se encontra no Brasil, “o entrosamento entre os | serviços de meteorologia de todos os países casaorá (sic) nos | governos, em futuro próximo, a organização de plane- | jamentos com vistas à ocorrência de sêcos ou de catas- | trofes provocadas por aguaceiros”. Poderão, a partir de | então, ser previstos, com a antecedência de meses, as | crises climáticas, dando-se, por essa forma, condições | às comunidades para enfrentar ou suportar o seu im- | pacto. As próprias excursões turísticas, como já acon- | tece na Suíça, serão planejadas com base nas previsões | meteorológicas. || Em sua estada no Brasil, o *Senhor* Osvaldo Canziani | acompanhou o andamento, na parte que toca ao Go- | verno brasileiro, do Plano de Vigilância Meteorológicas | Mundial, que começou em 1968 e se estenderá até o | próximo ano. Acredita êle que se o Brasil der continui- | dade ao esforço até agora demonstrado na preparação | de suas equipes, alcançará, plenamente, os objetivos | que lhe cabem naquele plano. E assinala que, há nove | meses, ainda estavam encaixotados em Brasília todos | os instrumentos importados. Entretanto, agora, comple- | tada a sua instalação, o Centro de Telecomunicações em | Brasília já pode manter um contato permanente com ou- | tros centros meteorológicos da OMM, como os de Wa- | shington, Melbourne e Moscou. Tôdas as instalações que | cabia no Brasil montar, num total 120, já estão funcio- | nando. || O técnico da OMM afirmou, ainda, que a previsão | meteorológica, feita com meses de antecedência, não | permitirá uma solução para o problema das sêcas, mas | permitirá o planejamento governamental em termos ca- | pazes de contornar os seus efeitos mais danosos. Para | nós, do Nordeste, que vivemos, todos os anos, o “sus- | pense” das chuvas, sem dispor de dados por mais ele- | mentares que sejam, para orientar a agricultura e a pe- | cuária, as declarações do técnico da OMM se revestem | de inegável significação. Não restam dúvidas de que, | através de análises adequadas, poder-se-á obter, dentro | de mais algum tempo prognósticos a curto e longo pra- | zo dos fenômenos climáticos suscetíveis de desorganizar | as atividades produtivas, principalmente em nossa re- | gião, pode a agricultura e a pecuária ainda se desenvol- | vem por conta do azar, como o jogo-do-bicho, na velha | base de “quem vai ganhar, quem vai perder...”

Carta nº: 084

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n13056s20f2/084)**

Data/ Edição: 4 de março de 1970 / nº 13056 (2º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 395)

COLÉGIOS TÉCNICOS || os responsáveis pela criação de um colégio técnico | noturno, que está iniciando suas atividades em Fortale- | za, revelaram que entre os matriculados figuram diver- | sos jovens que não conseguiram ingressar nas faculdades. | Como é óbvio, êsses jovens já haviam feito o curso cien- | tífico a fim de poder habilitar-se aos exames vestibula- | res. Ao matricular-se em cursos que exigem prova de | conclusão apenas de ciclo ginásial estão refazendo o ca- | minho já percorrido. É possível que experimentem um | sentimento de perda, pois três anos é muito demais | para quem não dispõe de muitos recursos para estudar. | Mas é possível também que estejam começando a tirar | proveito de uma experi- | ência bastante doloroso, imposta | por uma orientação pouco racional, que é responsável | por esta corrida alucinada o que assistimos todos os anos | em busca de vagas nas universidades. || Duvidamos que há três anos tais rapazes procura- | sem aproveitar a oportunidade oferecida por um colégio | que se destinasse a formar técnicos de nível médio, ain- | da que êsse estabelecimento se dissesse equivalente a | uma universidade (a palavra mágica) embora de grau | inferior. Então êles teriam corrido da mesma forma em | busca de tosão de aura universitária, às vezes tão ilusó- | rio quanto o próprio mito dos argonautas. || Assim fizeram e assim terão muitos outros que es- | tão concluindo o segundo ciclo, porque para isto foram | condicionados durante longo tempo de aprendizagem | sobretudo ao longo do curso ginásial. Este curso, na sua | forma atual, tem a estranha capacidade de destruir e | fazer esquecer habilidades que se manifestam em muitas | crianças até doze anos, crianças que nos espantam pelo | seu gênio inventivo, pela extraordinária capacidade de | fazer coisas, de fabricar, de construir. Como êsse curso | geralmente descarta qualquer idéia relativa a trabalho | substituindo-a aos ideais mais ou menos etéreos essas | crianças habilidosas acabam transformadas em elemen- | tos de uma massa bitolada por um objetivo obsecante e | levadas a cair nas armadilhas dos exames vestibulares | em que mesmo um conhecimento razoável das discipli- | nas exigidas tem de sucumbir ao fato mais forte, que é | a falta de vagas. || Seria, evidentemente, absurdo dizer que essa pro- | cura do grau superior de ensino não é normal. Mas pa- | rece-nos mais absurdo ainda dizer ou dar a entender | aos jovens que sòmente fazer tal caminho é que é nor- | mal. Os jovens que agora retornam são a melhor prova | de que é possível encontrar alternativas de formação | profissional, que tanto sirvam a êles quanto ao desenvol- | vimento do País, necessitado urgentemente de técnicos | operacionais que preencham o vazio existente entre os | trabalhadores não qualificados e os técnicos de nível | superior. || As próprias universidades estariam na obrigação de | proporcionar essas alternativas, criando os colégios téc- | nicos. Como elas não o fazem, os educadores e a inicia- | tiva privada têm a oportunidade de encher o vazio. As- | sim surgiu aqui o primeiro “colégio-técnico”, amparado | por uma fundação, que lhe permite cobrar preços mais | acessíveis — é a “Lima Barreto”, cuja oferta é de ensino | para formação de técnicos de Contabilidade, Administra- | ção, Secretariado, Comércio e Propaganda e Estatística. || Outros podem e devem surgir, com o mesmo obje- | tivo, combinando o segundo ciclo com um precedente | ginásio orientado para o trabalho, pois é preciso operar | na base, dar nova dimensão ao primeiro ciclo, a fim de | que seja possível obter algum resultado e alterar as ten- | dências atuais, normais, sem dúvidas, porém, pouco rea- | listas. || Seria muito conveniente que os setores econômicos | despertassem para a necessidade de participar dêste | nôvo esforço. Esses setores têm interêsse direto na for- | mação de técnicos de nível intermediário, pois êles se | destinam a servir à indústria e ao setor terciário da eco- | nomia. O Centro de Interação

Empresa-Escola, já incia- | tudo qual prestaria aguado serviço se se preocupasse | com êste problema e mobilizasse as emprêsas para en- | frentá-lo, a realidade impõe êste comportamento e dêle | não será possível fugir por muito mais tempo.

COMENTÁRIOS:

- Jornal dividido em 2 cadernos:
 1. O principal, com 16 páginas, contendo: manchetes e notícias; editoriais e cartas de leitores; seção de política, de economia, de educação, “A Cidade”, “Regional”, “Municípios” e “Esportes”.
 2. O segundo, com 12 páginas, contendo: “Anúncios populares” e “Panorama”.

Carta nº: 085

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Tribuna do Ceará (n9754s20f3/085)**

Data/ Edição: 12 de maio de 1971 / nº 9754

Fonte: BPGMP

TRIBUNA DO CEARÁ

FORTALEZA, 12 DE MAIO DE 1971

A VIAGEM DO GOVERNADOR || O Governador César Cals acaba de realizar proveitosa viagem | ao sul do país, onde tratou de interesses de nosso Estado. Em | S. Paulo e na Guanabara, desenvolveu intensa atividade, pro- | curando difundir uma imagem autêntica do Ceará. Apareceu | em programas de televisão, manteve encontros cordiais com a | imprensa, entrou em contato com líderes empresariais, objeti- | vando criar ambiente propício à drenagem de recursos para nossa | terra. || No Estado bandeirante, o Chefe do Executivo cearense pro- | nunciou palestrar em Lions Clubes, mostrando a nossa realidade | sócio-econômica e expondo sua programação administrativa. Na | Guanabara, apareceu no programa de Televisão CBA, visitou | grandes órgãos da imprensa carioca, deixando excelente impressão | quanto aos seus propósitos de acelerar o desenvolvimento regional. || O Governo da União prestigiou sensivelmente o Governador, | que obteve, em curto prazo, consideráveis auxílios financeiros | destinados a empreendimentos de vulto. Segundo declarações | de S. Excia. à imprensa, foram obtidos 90 milhões de cruzeiros | para emprego em obras importantes, sendo que 65 milhões | daquele total virão em forma de empréstimo concedido pelo | Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Esta parcela | se destinará especificamente ao DAER, para construção de | estradas vicinais, ligando centros municipais produtores aos gran- | des eixos rodoviários, facilitando, assim, o escoamento da produ- | ção. Ainda no setor rodoviário, foram iniciadas gestões, cujos | resultados deverão ser positivos, visando à delegação de respon- | sabilidade ao DAER, para construir algumas estradas federais, | notadamente os trechos da BR — 226 (Crateús-Pedra Branca) e BR — 230 (Ipaumirim-Icó-Iguatu-Antonia do Norte), em um | percurso de 100 quilômetros. A obtenção dos recursos anunciados | é a solução favorável a transferência para a órbita estadual de | algumas obras rodoviárias atualmente a cargo do DNER, permi- | tirão que o Governo Estadual vence, em parte, as dificuldades | que envolvem o DAER, mantendo-o forçadamente estático, em | virtude do comprometimento dos recursos da Taxa Rodoviária, | até 1978. || A liberação pelo BNH, de um financiamento de 17 milhões | para ampliar a capacidade do Açude Acarape do Meio represen- | ta a ajuda ponderável para solucionar o importante problema de | abastecimento d'água a Fortaleza. || O porto de Mucuripe esteve presente na agenda governamental. | Foram destinados 5 milhões para a dragagem daquele ancora- | douro, que lhe fará o nível de 10 metros de profundidade, per- | mitindo a atracação de barcos de grande calado. Aquele melho- | ramento tem alta significação, porque, se insere no contexto de | melhoria da infra-estrutura local, indispensável a expansão da | economia cearense. Um porto em boas condições técnicas é um | dado fundamental na composição dos elementos conducentes ao desenvolvimento. || Vale assinalar que a areia retirada pela dragagem do porto de | Mucuripe será utilizada no aterro da Praia de Iracema, que será | recuperada, passando a ostentar uma faixa praiana de 600 me- | tros. || Em sua entrevista coletiva, o Governador César Cals assegu- | rou que, este mês, será atualizado o pagamento dos sevidores | estaduais, com o atendimento de abril. E, a partir de então, | acentuou, não haverá mais atrasos, até que se chegue a meta | final, que é a fixação prévia do calendário de recebimento, em | cada mês. A notícia é auspiciosa, indicando que devem ter sido | obtidos recursos para solucionar o agustiante problema do atraso | de vencimentos, pois areceita

tributária até que se colham | resultados ponderáveis na política fiscal e modificação no
panora- | ma econômico capazes de oferecer aumento ponderável na arre- | cadação será
insuficiente para saldar regularmente os com- | promissos com pessoal. || Inquirido por
repórteres presentes a entrevista, acerca da Re- | finaria de Petróleo, o Governador César Cals
declarou estava | lutando por sua localização em Fortaleza. Seu trabalho, adian- | tou, não será
posto em termos emocionais, mas através da | apresentação de argumentos fundados e do
atendimento de | exigências impostas pela Petrobrás para a implantação daquela | obra. ||
Afirmamos, há pouco, em editorial, que o Coronel César | Cals, para cumprir bem o mandato
recebido, teria necessidade | de ausentar-se constantemente do Estado, em busca, noutras |
fontes, do numerário que a receita estadual não lhe fornece, a | fim de empregá-lo em seu
ambicioso plano administrativo. Essa | primeira incursão vitoriosa do Governador demonstra
que lhe | sobram atributos para contagiar, com seu otimismo e entusias- | mo, aqueles a quem
procura conquistar para a grande tarefa | de colocar o Ceará, ao termino de seu governo, em
posição | capaz de marchar sob o ritmo de desenvolvimento acelerado.

COMENTÁRIOS:

- Jornal dividido em 2 cadernos:
 1. sem nome, com 8 páginas: notícias nacionais e internacionais; editorial e artigos de opinião, na seção política; mais notícias; seção de economia; outras notícias.
 2. TC módulo, com 8 páginas: notícias esportivas; seção “Pequenos Anúncios”; mais notícias diversas e de amenidades (com programação cultural, horóscopo, piadas etc.).

Carta nº: 086

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n13648s20f3/086)**

Data/ Edição: 9 de fevereiro de 1972 / nº 13648

Fonte: BPGMP (Rolo nº 412)

Integração do São Francisco || O presidente da República falou, mais uma vez à nação, utilizando um | “pool” de Televisão. Foi ao fim de uma reunião ministerial, durante a qual | foram estudados vários assuntos de interesse nacional. Por espaço de quinze | minutos, calculadamente, o estadista brasileiro ocupou câmeras e microfones | para dar ao povo uma ótima notícia das mais gratas, de um modo geral, ao | do Nordeste, em particular, qual seja a criação da PROVALE, empresa de | importação governamental, mas que não dispensará, no desenvolvimento do | seu programa de investimentos, a colaboração, cada vez mais encarecida da | iniciativa privada. || Pelo resumo que fez Sua Excelência das finalidades programáticas da | PROVALE, sua criação objetiva complementar diversas obras | extraordinariamente válidas, ja em fase de profícua produtividade, oriundas | de administrações anteriores à revolução de 1964, que procurarão fazer do | vale do rio São Francisco um todo a ser em breve virtualmente integrado ao | complexo nacional. || Desta feita, as obras a serem realizadas no mais brasileiro dos nossos | sistemas fluviais visam especificamente ao grande rio nacional, para | aproveitar de modo permanente e eficiente a sua mais considerável extensão, | que é a que vai de Pirapora, em Minas Gerais, a Juazeiro da Bahia e Petrolina, | em Pernambuco. || Há muito tempo, falava-se na necessidade de tornar estável a maior parte | do São Francisco, justamente aquele que une o Centro-Sul do Nordeste, | sabido que o transporte fluvial, quando bem estruturado, é mais farto em | capacidade de carga e mais barato. || Agora, pelo que assegura o Presidente da República, irão ser feitos | trabalhos no sentido de tornar permanente a navegabilidade do rio nos mil e | seiscentos quilômetros do trecho atrás citado, valendo salientar também a | determinação governamental de provar de novas unidades a incipiente frota | hoje existente bem assim de aparelhar convenientemente os portos principais | à margem da grande via potamográfica. || Não ficam aí, porém, as atribuições da PROVALE , que estenderá sua | atividade, no âmbito social, com a fixação, a meio caminho; de populações | nordestinas sempre em demanda do sul, por via das intermitentes crises | climáticas e econômicas. Para tal será, depois de levantadas as áreas úmidas | do grande vale, feita a tarefa de aproveitamento agrícola da região, com a | prodigalização de meios efetivos, pelos quais trabalhadores rurícolas, com | suas famílias, venham a encontrar na mesma o indispensável a uma existência | digna e produtiva para o país. || Foi, não há dúvida, uma fala alvissareira, a última feita pelo Presidente da | República, complementar que é do recente plano dos outros dois já em | execução — o da Transamazônica e o do aproveitamento racional do planalto | goiano-matogrossense.

COMENTÁRIOS:

- O título encontra-se ao lado do editorial.
- O jornal está dividido em 3 cadernos:
 1. Com 24 páginas, contém: Chamadas e notícias (p. 1 e 2); Textos opinativos (p. 3); informes políticos (p. 4); Nacional (p. 5; Aqui cidade (p. 6 e 7); mais notícias e propagandas (p. 8 e 9); Educação (p. 10; Sociedade (p. 11); outras notícias (p. 12)

2. Denominado como “2º caderno”, com 8 páginas, contém: Esportes (p. 13-15); Anúncios Populares (p. 16); TV, mais notícias sobre esportes e anúncios (p. 17-20)
3. O terceiro recebe o nome de “Documento para ler e guardar”, com apenas 4 páginas, contém notícias e indicadores econômicos.

Carta nº: 087

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n13819s20f3/087)**

Data/ Edição: 4 de setembro de 1972 / nº 13819 (1º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 418)

ESTILO DE UMA CAMPANHA || Tudo indica que, em algumas áreas, o nível da campanha eleitoral deste ano será, como diria famoso humorista brasileiro, mais baixo do que um buraco. Não bastas sem as limitações impostas ao debate dos problemas políticos, poder-se-ia acrescentar a falta de mensagem, o descompromisso ostensivo, o alheamento da maioria dos candidatos aos temas que constituem a tônica do sistema. || Talvez por não se identificarem com as questões da atualidade, o que nenhum agrupamento político pode ser indiferente, é que as greis egressas das velhas organizações partidárias, agora reunidas em legendas e sublegendas, lutam entre si e, teoricamente dentro da mesma areia de influência, pelo acesso às posições de mando. Mas o fazem no velho estilo dos partidos derrogados e que nada fica a dever aos piores tempos da República Velha. || Ora é o candidato pela legenda que investe contra o da sublegenda, numa tentativa de arrebatá-lo o simples direito de disputar a preferência popular; ora é o candidato da sublegenda que aponta os pecados, capitais e veniais, do candidato do lado de lá (isto é — da legenda) e os leva à retórica de cartas-órgãos. Machado de Assis haveria de dizer a confusão é geral. || Mas o momento não é decididamente de literatura. É, sim, de ação na praça pública, que novembro vem aí. Que campanha será esta, porém, em que o que se coloca em questão não é propriamente a capacidade de cada candidato para, se eleita, levar à comunidade aos destinos que mereça, de integrar municípios e regiões no trabalho comum pelo desenvolvimento, mas, sim, a sua capacidade de inserir-se num mundo de fofocas, de intrigas, de disse-que-disse comadresco? Por favor retirem a campanha desse plano. O povo não suporta esse estilo que o devolve aos piores tempos da vida política deste país. Paciência.

COMENTÁRIOS:

- O jornal está dividido em 3 cadernos:
 1. Com 24 páginas, contém: Chamadas e notícias (p. 1 e 2); Textos opinativos (p. 3); informes políticos (p. 4); Nacional (p. 5; Aqui cidade (p. 6 e 7); propagandas (p. 8 e 9); Educação (p. 10); Sociedade (p. 11); outras notícias (p. 12)
 2. Denominado como “2º caderno”, com 8 páginas, contém: Esportes (p. 13-15); Anúncios Populares (p. 16); TV e mais notícias sobre esportes (p. 17-20)
 3. O terceiro recebe o nome de “Documento para ler e guardar”, com apenas 4 páginas, contém notícias e indicadores econômicos.

Carta nº: 088

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n13819s20f3/088)**

Data/ Edição: 4 de setembro de 1972 / nº 13819 (2º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 418)

PRECONCEITO ETÁRIO || Orgulhemo-nos de ser um país onde os | preconceitos, que geram conflitos e frus- | trações, não encontram vez. Aceitamos a | miscigenação como fato irreversível e ja- | mais admitimos que a cor seja empecilho no | relacionamento social e econômico. Somos, | portanto, uma gente de mente aberta, que | cultiva a solidariedade e o respeito huma- | no. || Diante disso, causou surpresa a denún- | cia formulada, há alguns meses, por orga- | nismos sindicais de que surgira, nos centros | mais adiantados do país — e isto parece | inclusive um paradoxo — uma inusitada es- | pécie de discriminações — a discriminação | etária. A evidência maior desse preconcei- | to estava nas páginas de classificados dos | grandes jornais do Rio e São Paulo, aos | quais as empresas que necessitam de mão- | de-obra para certas atividades limitam a | idade à faixa que vai dos 20 aos 30 anos. || As entidades sindicais davam-se, enfim, | conta de que a partir dos trinta anos o pro- | fissional passa a ser marginalizado em cer- | tos setores de atividades, principalmente | aquelas diretamente relacionadas com | “marketing” e relações públicas. E não é | só isto: a exigência da boa aparência nem | sempre se circunscreve nos preceitos esté- | ticos, mas também abrange, por vezes, a | cor, isto significa dizer que determinado | candidato pode ser posto à ,arge, de qual- | quer esforço competitivo simplesmente por- | que a cor não o coloca, em termos absolu- | tos, na categoria da “boa aparência”. || Ora, tudo isto nega o conceito, que | firmamos ao longo dos anos, do povo sem | preconceito. Para verificar até onde tem | fundamento a representação dos órgãos sin- | dicais a que o MTPS instituiu, há cerca de | seis meses, um grupo de trabalho. Ao que | sabemos, o grupo tem como principais ele- | mentos de estudo os próprios classificados | dos jornais que, como se verifica de quando | em vez, em nosso próprio meio costumam | enfatizar a exigência da idade entre 20 e | 30 anos para a admissão em certas funções, | como que consagrando a filosofia da can- | ção, segundo a qual não se deve confiar | “em ninguém com mais de trinta”. || Há nisto uma tendência tecnocrática, | que tende a desprezar a própria experiên- | cia profissional inerente às pessoas que | não estão, necessariamente, na faixa etá- | ria ideal dos classificados. Não se tem ainda | conhecimento das conclusões do grupo, de | trabalho. Mas é bem provável que eles re- | velam manifestações inaceitáveis de pre- | conceitos que se não harmonizam com o | próprio caráter do nosso povo.

COMENTÁRIOS:

- O jornal está dividido em 3 cadernos:
 1. Com 24 páginas, contém: Chamadas e notícias (p. 1 e 2); Textos opinativos (p. 3); informes políticos (p. 4); Nacional (p. 5); Aqui cidade (p. 6 e 7); propagandas (p. 8 e 9); Educação (p. 10); Sociedade (p. 11); outras notícias (p. 12)
 2. Denominado como “2º caderno”, com 8 páginas, contém: Esportes (p. 13-15); Anúncios Populares (p. 16); TV e mais notícias sobre esportes (p. 17-20)
 3. O terceiro recebe o nome de “Documento para ler e guardar”, com apenas 4 páginas, contém notícias e indicadores econômicos.

Carta nº: 089

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n13835s20f3/089)**

Data/ Edição: 23 de setembro de 1972 / nº 13835 (1º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 418 – O Povo)

ÁREAS METROPOLITANAS || A constituição de áreas metropolita- | nas é o reconhecimento de que as frontei- | ras políticas entre os municípios já não po- | dem prevalecer sobre a necessidade de re- | solver problemas comuns das municipali- | dades. Os primeiros a perceber isso foram | os urbanistas (sic), ainda nos anos 20, em países | onde o processo de urbanização ia mais | adiantado. Posteriormente, os legisladores | também se aperceberam do fato, e as últi- | mas Constituições incluíram dispositivos so- | bre a formação das áreas metropolitanas, | com procedimentos e meios a serem defi- | nidos por lei complementar. || Desde 1967 o País espera por essa lei, | em virtude da imperatividade de enfrentar | as dificuldades surgidas nos grandes con- | glomerados urbanos, que se expandem e | vão engolindo os municípios vizinhos, como | é o caso de São Paulo sem que as divisões | políticas permitam adotar providências pa- | ra uma ação coordenada das diversas pre- | feituuras envolvidas. || Em Fortaleza o planejamento urbano in- | tegrado já tem em vista a situação que se | vai criando com a expansão da Capital, que | está prestes a “juntar pé e cabeça” com os | municípios vizinhos: Caucaia, Maranguape, | Pacatuba e Aquiras, notadamente os dois | primeiros. Os estudos para a elaboração do | PLANDIRF já levaram em conta essa pers- | pectiva, fazendo um levantamento de as- | pectos econômicos, sociais e institucionais | desses quatro municípios, que deverão | compor a futura Região Metropolitana de | Fortaleza. || Nota-se que em face dos lineamentos | políticos, se não surgiram conflitos pelos | menos (sic) dificuldades já ocorreram para a so- | lução de determinados problemas, envol- | vendo a construção da Central de Abaste- | cimento, o controle do abate de gado e | questões relativas a transportes coletivos e | a saneamento básico. Sem que se estabele- | ça uma coordenação não será possível re- | solver tais questões, que interessam tanto à população fortalezense quanto às dos ou- | tros municípios. || Felizmente, divulgou-se que o texto da | lei complementar já foi redigido, achando- | se em poder do Ministro da Justiça, depois | de apreciado pelo Ministério do Planeja- | mento. Segundo esse texto nove setores bá- | sicos foram fixados para ficarem sob a ju- | risdição das áreas metropolitanas, median- | te cooperação entre as partes interessadas: | planejamento integrado dos municípios, po- | sição, abastecimento d’água, coleta de es- | gotos, inundações, sistema viário, uso do | solo, sistemas portuário e aeroportuário. || São, realmente, problemas comuns e | cuja solução quase sempre importa em in- | terferência jurisdicional, e às administra- | ções municipais cabe ter a necessária luci- | dez para pleitear a criação das áreas. De | fato, uma Região Metropolitana, de acordo | com o anteprojeto, poderá ser criada atra- | vés de decreto presidencial, atendendo à | solicitação, devidamente justificada, das co- | munidades interessadas na integração. For- | taleza e seus vizinhos precisam desde agora | começar a pensar na hipótese.

Carta nº: 090

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n13835s20f3/090)**

Data/ Edição: 23 de setembro de 1972 / nº 13835 (2º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 418 – O Povo)

EQUIPAMENTO DE LIMPEZA || Já dissemos que é importante a cam- | panha de limpeza que se acha em curso em | todo o País, patrocinada pela AERP. O es- | forço comunitário é indispensável, pois sem | a participação do povo as administrações | não poderão resolver adequadamente o | problema. Muita sujeira que reponta por aí | não existiria se a população estivesse bem | educada nas práticas higiênicas e no prin- | cípio de colaboração permanente com o Po- | der Público. || Continuamos a supor, entretanto, que | há necessidade de maiores investimentos e | que, sob esse aspecto, o problema da lim | peza pública deve ser visto tal como os ou- | tros elementos que compreendem a proble- | mática geral do saneamento — poluição, | abastecimento d'água, coleta de esgotos, | preservação das praias e das áreas verdes, | canalização de águas pluviais. Verdade, to- | davia, é que só de certo tempo para cá é | que se vem dando a devida importância à | coleta e destinação do lixo, e a prova disso | é a campanha patrocinada pelo Governo | Federal. || Fazemos estas considerações à vista da | mensagem que o prefeito Vicente Pialho | acaba de remeter à Câmara Municipal, so- | licitando crédito de um meio milhão de cru- | zeiros para serem aplicados na melhoria do | trabalho de limpeza da cidade. A iniciativa | era absolutamente necessária, pois é certo | que o equipamento de que atualmente dis- | põe a Prefeitura precisa ser modernizado e | ampliado. || Já tínhamos dito que com a frota exis- | tente de caminhões não seria possível dar | cobertura a toda a cidade. Os caminhões | parece já estarem atingido o limite de sua | idade útil. Além disso, não é possível pres- | cindir de outros equipamentos, como trato- | res, carretas e máquinas para capinagem. | Entendemos até que a Prefeitura já pode- | ria pensar em adquirir equipamento exis- | tente no Sul para picar galhos, facilitando | sumamente a remoção desse lixo verde re- | sultante de poda ou de queda de árvo- | res. || Lembramos ainda a Municipaidade (sic) que | existem muitas áreas da cidade de acesso | difícil ou impossível para caminhões pesa- | dos. E nessas áreas é que se vai acumulan- | do grande quantidade de lixo pela impossi- | bilidade de sua retirada. Deve haver uma | alternativa para o caminhão, ou um siste- | ma de transporte inintermediário (sic) que leve | o lixo até pontos acessíveis a veículos auto- | rizados. || Com a aquisição dos novos equipamen- | tos, acreditamos que a campanha da limpe- | za pública será menos boa vontade e mais | eficiência, com os resultados satisfatórios | que a população continua esperando apesar | das melhorias já observadas.

COMENTÁRIOS:

- O jornal está dividido em 3 cadernos:
 1. Com 24 páginas, contém: Chamadas e notícias (p. 1 e 2); Textos opinativos (p. 3); informes políticos (p. 4); Nacional (p. 5); Aqui cidade (p. 6 e 7); propagandas (p. 8 e 9); Educação (p. 10); Sociedade (p. 11); outras notícias (p. 12)
 2. Denominado como “2º caderno”, com 8 páginas, contém: Esportes (p. 13-15); Anúncios Populares (p. 16); TV e mais notícias sobre esportes (p. 17-20)
 3. O terceiro recebe o nome de “Documento para ler e guardar”, com apenas 4 páginas, contém notícias e indicadores econômicos.

Carta nº: 091

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n14269s20f3/091)**

Data/ Edição: 6 de março de 1974 / nº 14269 (1º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 436)

FAVELAS || O drama vivido pelos moradores das | margens do Rio Maranguapinho é, em tudo, | semelhante ao dos moradores do Lagamar da | Aerolândia, com a única diferença de que não | surgiu ainda em Antonio Bezerra uma questão | judicial por causa da ocupação de terrenos. | Durante muitos anos, falou-se nos | acontecimentos do Lagamar, onde todos os | anos ocorria a expulsão de famílias pelas águas | do Rio Cocó. E muitas medidas foram | anunciadas para resolver o problema — algumas | efetivamente tomadas outras ainda a espera de | concretização. || Em casos como este, começa se por dizer | que os moradores são imprudentes, teimosos, | que não deveriam construir casas tão perto das | margens, a cavaleiro das ribanceiras, pois sabem | que as águas um dia sobem e alagam tudo, isto | foi dito em relação não só a favelados de | Fortaleza que só algum ao alcance do mar | raivoso e de rios a riachos turbulentos em | época de inverno pesado, assim também de | populações ribeirinhas do Acaraú (Sobral) ou | do Jaguaribe (Itaiçaba e outras cidades). || Mas isto que a tantos parece apenas um | desafio insensato nada mais é do que uma | imposição da necessidade de morar em | qual[*quer*] terreno que esteja livre, que | aparentemente não tenha dono seja de marinha | ou da Prefeitura. É a sina dos migrantes que | afluem às cidades e aqui encontram difíceis | condições de vida, procurando arrumar-se | como podem em beiras de rios e de praias, em | terrenos baldios e becos não urbanizados. De | gente em tais condições temos mais de 200 mil | pessoas em Fortaleza. Cerca de um quinto da | população urbana, responsável pela formação | de várias dezenas de favelas. || Alguns desses aglomerados, em que | predominam as piores condições de higiene, em | que não existe segurança nem água nem luz | nem calçamento, foram erradicados pela | Prefeitura, através do programa de | desfavelamento. A maioria, entretanto, | permanece, como no caso da favela do | Maranguapinho. Um programa de | desfavelamento amplo teria de atender não | apenas os favelados já existentes na cidade, mas | também os que vão chegando continuamente. | É tarefa que duvidamos tenha a Prefeitura | condições de enfrentar sozinha, embora uma | situação crítica como a de que aqui tratamos | devesse merecer uma atenção imediata. | Sabemos que o Banco Nacional de Habitação | estaria disposto a apoiar esse programa mais | amplo, já denominado de plano de | financiamento de lotes urbanizados. Acontece | é que esse plano parece ter sido colocado em | banho-maria havendo necessidade, portanto, | de entendimentos para que se passe à ação | concreta, isto resolveria muitos problemas | pendentes em Fortaleza, apesar de que outros | fatalmente surgirão, até que ganhe maior | profundidade uma política de fixação no | campo, para reduzir o êxodo rural.

COMENTÁRIOS:

- Jornal apresenta somente 2 cadernos, totalizando 18 páginas. Está dividido nas seguintes seções:
 1. (Primeiro caderno): Chamadas (p. 1), Internacional (p. 2), Opinião (p. 3), Política e Administração (p. 4); Cidade (p. 5 e 7), Nacional (p. 6), Economia (p. 8) e Educação (p. 9)
 2. O segundo caderno totaliza 9 páginas e apresenta as seguintes seções: Esportes, Mulher, Diversos, Anúncios Populares, Municípios e mais notícias sobre esportes.

Carta nº: 092

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n14444s20f3/092)**

Data/ Edição: 02 de outubro de 1974 / nº 14444 (1º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 443 – O Povo)

SOLUÇÃO INADEQUADA || As críticas que têm surgido com relação ao | fechamento da Rua *Doutor* João Moreira ao | tráfego de veículos, no trecho entre General | Sampaio e Senador Pompeu, não deixam de ter | sua razão de ser, ante o temor de que se crie | mais um grave problema de tráfego no centro | da cidade. Aquela rua, mesmo com a constru- | ção da Leste-Oeste, continua sendo importante | para o escoamento do trânsito que se destina à | orla marítima — e que não será totalmente | afastado da Alberto Nepomuceno mesmo com | a nova Avenida e seus viadutos. || Para que a interdição seja aceitável e | justificável haveria que criar alternativas válidas | para o tráfego. A única alternativa surgida até | agora é, entretanto, a do Senador Jaguaribe, | que não nos parece tão válida assim. Trata-se de | um rua estreita e que terá de ser usada não só | para descer rumo à praia, mas também, para | alcançar o centro da cidade através da Senador | Pompeu, mediante contorno do Centro de Turismo. || A outra alternativa teria de ser a mudança | de mão da Rua Castro e Silva, que assim | encontraria a função retirada da *Doutor* João | Moreira. Disto, todavia, ainda não se falou | oficialmente. Apenas na Assembléia um | deputado informou haver sabido da existência | de um estudo nesse sentido. Mas esse estudo já | devia estar pronto antes que se desse a | interdição, pois desde ontem começaram a | surgir problemas. || Parece-nos que neste caso o Departamento | Estadual de Trânsito abdicou em muito de sua | autoridade. Pela lógica a ele caberia, mesmo | apoiando a medida, de todas as explicações | técnicas sobre o assunto. Mas é sintomático que | numa longa entrevista concedida a O POVO, | sobre os problemas de trânsito em Fortaleza e | outras cidades, o Diretor do Departamento, *Senhor* | Jesus de Brito Pinheiro, não tenha dito uma | palavra sobre um assunto da ordem do dia, que | interesse a milhares de motoristas. || A posição da EMCETUR, no caso | corresponde aos seus interesses específicos. | Deseja ela que haja uma integração dos dois | módulos principais do Centro de Turismo, isto | é, do prédio do próprio Centro original e das | lojas que foram instaladas no lado sul do *Doutor* | João Moreira. Isto poderá beneficiar, | realmente, o comércio turístico ali localizado | ainda mais pelo fato de que haverá espaço para | estacionamento. || Acreditamos, entretanto, que se tenha com | isto sacrificado o terceiro módulo, | recentemente construído e que será inaugurado | no fim desta semana o Teatro de Bolso. A casa | de espetáculo, por sinal muito alinhada, fica | desde agora ao peso do tráfego congestionado e | barulhento da estreita Senador Jaguaribe, além | do tráfego lateral pelo viaduto da General | Sampaio. Esta não pode ser considerada uma | situação ideal para um teatro de construção | leve. E a conclusão é que se cobriu um santo | para descobrir a outro. || Julgamos que o DETRAN deve superar sua | pelo menos aparente omissão no caso e estudar | solução melhor do que a que está sendo | adotada. Como a interdição afigura-se | irreversível - já estão em andamento obras no | trecho fechado – há que buscar uma fórmula | técnica que evite os congestionamentos naquela | área possivelmente a inversão da mão da Castro | e Silva.

Carta nº: 093

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n14444s20f3/093)**

Data/ Edição: 02 de outubro de 1974 / nº 14444 (2º Editorial)

Fonte: BPGMP (Rolo nº 443 – O Povo)

VALE DO SÃO FRANCISCO || Dentro das linhas mestras que têm orientado, nos últimos dez anos, a política econômica brasileira, o Governo utiliza estratégia de introduzir adaptações que se impõem nos métodos de ação com que procura eliminar desníveis e contradições regionais. || Acabamos de assistir a uma dessas adaptações em métodos: trata-se da criação no âmbito do Ministério do Interior, da Campanha de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a Codevasf, organização sub-regional, com estrutura de empresa pública, que substituirá a Superintendência do Vale do São Francisco, a Suvale. || A Codevasf representa, com sua estrutura empresarial, a terceira etapa da estratégia para o desenvolvimento daquela vasta região. Entre 1964 e 1967, em fase anterior à Suvale, a Comissão do vale do São Francisco cumpriu o seu papel, cobrindo todos os setores da ação do Governo e implantando boa parte da infra-estrutura regional. || Numa segunda etapa, a Suvale, criada em 1967, adotou política de ações (sic) áreas programa identificadas, na região pela sua potencialidade, para respostas aos investimentos em infra-estrutura, e dando ênfase ao aproveitamento racional dos recursos de solo e de água, como base para o desenvolvimento do vale do São Francisco, dos primeiros projetos de irrigação, com tecnologia avançada, mostrando ser possível transformar o sertão abrasado em glebas de alta produtividade. || Chegou o momento, porém, em que se fez necessário maior dinamismo operacional para obter respostas mais rápidas e eficazes na ação de desenvolvimento empreendida pela Suvale, principalmente no setor agropecuário, que mais se ajusta às condições da região. Os estudos indicaram como solução mais adequada, a substituição da Suvale por organismo de maior flexibilidade operacional e executiva para impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico do vale do São Francisco, com aproveitamento racional dos seus recursos naturais, especialmente da água e do solo, com ênfase na agricultura irrigada. || Implantar sistemas de irrigação próprios e particulares será, portanto, a principal tarefa da Codevasf. A par disso, porém, ele promoverá com programas especiais, o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais. Organizará a produção e comercialização dos produtos desses setores, e controlará o equilíbrio ecológico da região incorporando, assim, o imenso potencial do vale do São Francisco ao desejado desenvolvimento harmônico do País.

COMENTÁRIOS:

- Jornal apresenta somente 2 cadernos, totalizando 18 páginas. Está dividido nas seguintes seções:
 1. (Primeiro caderno): Chamadas (p. 1), Internacional (p. 2), Opinião (p. 3), Política e Administração (p. 4); Cidade (p. 5 e 7), Nacional (p. 6), Economia (p. 8) e Educação (p. 9)
 2. O segundo caderno totaliza 9 páginas e apresenta as seguintes seções: Esportes, Mulher, Diversos, Anúncios Populares, Municípios e mais notícias sobre esportes.

Carta nº: 094

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Correio do Ceará (n18073s20f3/094)**

Data/ Edição: 22 de janeiro de 1976 / nº 18073

Fonte: Original pertencente à BPGMP

Aviação: expansão e segurança

|| O Brasil recorda-se das grandes campanhas empreen- | didas na Imprensa em favor do desenvolvimento da avia- | ção, logo identificada em um país das dimensões do nos- | so como sendo o meio mais rápido e mais eficaz de conso- | lidar a sua unidade política, social e econômica. || Irineu Marinho, com o seu famoso “slogan”: Dêem | asas ao Brasil, e depois Assis Chateaubriand com a sua | campanha pela fundação de Aeroclubes locais em todo o | país para a formação de pilotos, atraíram a atenção do | povo e o gosto da juventude por essa conquista a que o | Brasil está definitivamente ligado com a prioridade de | Santos Dumont no vôo do mais pesado do que o ar. || Veio depois a grande iniciativa do Correio Aéreo Na- | cional, dessa vez sob a responsabilidade direta da Aero- | náutica, comunicando os centros mais distantes e levan- | do ao interior uma presença constante e segura do in- | teresse do centro pelo povo distante das ínvias regiões | da nossa terra. || A aviação brasileira apresenta hoje uma expansão que | corresponde aos ideais dos pioneiros, embora se reconheça | que aqui, como em outros países do mundo, ainda resta | muito que fazer no sentido de operá-la na plenitude das | suas possibilidades em favor da nação. || Ainda agora, acaba de assumir a Diretoria Geral do | Departamento de Aviação Civil (DAC) o Brigadeiro Silvio | Gomes Pires, que resumiu o seu programa em entrevista | concedida à Imprensa, prometendo dar “o máximo de | apoio à aviação comercial e à civil, facilitando-lhes ope- | ração e obtenção de meios”. | Para isso pediu a colaboração dos lutadores de todos | os níveis, as grandes e pequenas companhias de aviação, | os aeroclubes e a aviação particular. || Está no propósito do Brigadeiro Silvio Gomes Pires, | conforme anunciou, o plano de reviver a mentalidade de | juventude na aviação civil. Para isso tenciona apoiar os | aeroclubes em toda a linha, de acordo com as necessidades | das regiões onde eles atuem. || Já existe para isso um programa em marcha, neces- | sitando somente da ampliando dos meios materiais neces- | sários. || Os pequenos aeroclubes, organizados em pequenas ci- | dades do Interior, podem constituir, como já aconteceu, um | celeiro de ótimos pilotos civis, mas o seu papel mais im- | portante é o de criar a mentalidade que permitirá uma | participação cada vez maior do povo no desenvolvimento | aéreo do país. || Dissemos que há muito que fazer ainda no sentido de | aparelhamento técnico indispensável, mesmo nos aeropor- | tos mais importantes das grandes cidades brasileiras co- | mo o Rio de Janeiro e São Paulo. || A segurança do vôo deve vir em primeiro lugar na | preocupação dos dirigentes da aviação civil, pois que é a | fonte inspiradora da confiança e, portanto, da expansão | dos serviços de comunicação aérea. || Não se pode dizer que o DAC se tenha descurado des- | sa preocupação, mas nunca dispõe dos recursos materiais | muito vultuosos, indispensáveis para oferecer ao funciona- | mento dos aeroportos todos os meios mais modernos que | existem nos Estados Unidos ou nos países mais impor- | tantes da Europa. || As estatísticas mostram como cresce anualmente o | número dos passageiros das viagens aéreas, indicando a | receptividade do povo para o uso cada vez maior da avia- | ção. || E’ uma felicidade também verificar quanto as compa- | nhias brasileiras de aviação se têm esforçado no sentido | de trazer para os seus serviços os aparelhos mais rápidos | e modernos fabricados nos Estados Unidos e na Europa. | Nesse particular não temos nada que invejar ao que fazem | as empresas de aviação de outros países. || Tem havido muito idealismo da parte dos empresários | particulares, correspondendo plenamente às iniciativas

do | passado, no sentido de que o Brasil venha a ocupar nas | comunicações aéreas a posição que lhe compre até mesmo | pelas responsabilidades de alguns de seus filhos, vindo | em primeiro lugar o grande Santos Dumont, nas inven- | coes que, desde o inicio do século, ofereceram ao homem a | possibilidade de realizar com segurança o famoso sonho | mitológico de Ícaro. A opinião | pública dá inteiro apoio aos | esforços da Aeronáutica e das empresas privadas, no sen- | tido de que se acertem e fortaleçam os laços da unidade | do Brasil.

INFORMAÇÕES:

- Fundado em 2 de março de 1915.
- Fundador dos “Diários Associados”: Assis Chateaubriand.

COMENTÁRIOS:

- Dividido em 3 cadernos:
 1. com 8 páginas, contendo: manchetes e notícias acerca de política (p. 1 e 2); artigos e editorial (p. 3 e 4); mais notícias (p. 5 e 6) e eventos sociais com outras notícias (p. 7 e 8).
 2. com 8 páginas, contendo: notícias internacionais e anúncios (p. 9-11); anúncios, programação cultural e literatura (p. 12-14) e esportes (p. 15-16).
 3. caderno extra, excepcional, com 4 páginas, contendo: resultado geral da UFC, com propaganda do Farias Brito na última página.

Carta nº: 095

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Tribuna do Ceará (n4259s20f3/095)**

Data/ Edição: 14 de junho de 1980 / nº 14259

Fonte: Original pertencente à BPGMP

RESPONSABILIDADE COMUM

|| O Brasil é uma nação imensa, com a | vastidão territorial de um continente, que | ostenta um mundo de riquezas, na superfície | da terra e do subsolo, que lhe garantem, pelo | imperativo das circunstâncias o destino de | grande potência. || Atravessamos no momento uma grave crise, | que abrange os mais variados setores, gerando | angústias e inquietações que estão assumindo | proporções exageradas. || Estamos enfrentando uma fase adversa, | provocada por fatores externos e internos, | mas a nossa potencialidade permite | perfeitamente a travessia do túnel até que se | veja a claridade do reequilíbrio político e | econômico-financeiro. || Para o observador tanto dos problemas | nacionais, não é difícil vislumbrar a | possibilidade franca de que ultrapassemos | obstáculos conjunturais — e, por isso mesmo, | temporários — a fim de retomar sem tropeços | a marcha do desenvolvimento. || Existem realmente questões várias que | requerem análise ponderada, criatividade e | competência para serem solucionadas: o | déficit da balança de pagamentos, o | recrudescimento inflacionário, o | encarecimento vertical e constante do | petróleo, a insatisfação social, causada | basicamente pelo aumento do custo de vida, | as tensões políticas provocadas pelo processo | de abertura, a violência nas metrópoles e a | explosão demográfica. || Entretanto, esses obstáculos circunstâncias | não devem nos intimidar e, muito menos, | levar-nos a uma posição de crítica sistemática | ao governo, como se ele fosse o único | responsável pelos erros cometidos através dos | tempos, competindo-lhe resolvê-los sozinho, | sem a cooperação do povo. || Esta é, sem dúvida, uma visão distorcida | das coisas, pois a comunidade brasileira e, | especialmente, os seus líderes, são | co-responsáveis, juntamente com o governo, | pelas falhas políticas, administrativas e | econômico-financeiras, cabendo-lhes, pois, | ajudar a Nação a reconquistar a confiança em | si mesma, mediante a solução de seus | problemas fundamentais. || Nós brasileiros somos extremamente | passionais, inclinados a dramatizar | acontecimentos que, noutras nações, | constituem fatos normais, com os quais se tem | de contar, quando se pretende viver sob um | regime democrático, onde é inevitável o | choque de opiniões que caracteriza | exatamente a convivência pacífica dos | contrários. || É absolutamente compreensível que, após | 16 anos de governo de exceção, haja | incontinência vernal no Congresso, greves de | trabalhadores e estudantes e outros | fenômenos próprios da ressurreição | democrática. || As divergências partidárias, as | incompreensões, a falta de entendimento em | torno de projetos oriundos do Executivo é | normal no processo de liberação do sistema, | em que o Poder Legislativo, durante longos | anos cerceado em boa parte de suas | prerrogativas, deseje auto-afirmar-se. || Esse clima, próprio de uma fase de | transição política, cederá passo gradualmente | à serenidade, quando as lideranças se | convencerem de que o Presidente Figueiredo | com o firme propósito de institucionalizar | plenamente o país. || O panorama econômico, indubitavelmente | sombrio, não impera apenas no Brasil, mas em | todo o mundo capitalista, em menor ou maior | escala, desde que a irrupção da crise do | petróleo, em 1973, provocou a | desorganização da economia internacional. || Grandes potências estão tomando | conhecimento da inflação, que só conheciam | em livros, ameaçadas pela recessão, com o | desemprego aumentando assustadoramente | — como é o caso do Estados Unidos — e nem | por isso se amofinam e se entregam a um | pessimismo doentio. || O Brasil, que participa da comunidade | mundial, não pode estar economicamente são, | quando seus parceiros estão

afetados por | males que os enfraquecem, mas dispõe, como | poucas nações, de espaços e riquezas | extraordinários para vencer adversidades. || Que país no mundo tem a possibilidade de | encontrar fontes energéticas supletivas para o | petróleo como o Brasil, com sua | disponibilidade de energia hidráulica e a | fabricação do álcool-motor, em áreas | imensas, sem perigo de prejudicar as culturas | normais? || Certamente, para atingir metas arrojadas | precisamos aceitar nossa cota de sacrifício, | durante o intercurso entre a penumbra e luz, | dando apoio patriótico e decidido ao governo, | assumindo a responsabilidade comum de | acelerar o processo de recomposição política, | econômica, financeira e social do Brasil. || Tudo o que o governo tente realizar no | vazio — isto é, sem a cooperação do povo | — resultará inócuo, pois a nossa participação | no trabalho gigantesco em favor do | soerguimento nacional é indispensável para | que nossa Pátria atinja rapidamente a posição | de grandeza que o destino lhe assegura.

COMENTÁRIOS:

- Total de 24 páginas divididas em 2 cadernos:
 1. com 12 páginas, contendo: manchetes e seções política, opinião, notícias internacionais, nacionais, economia, educação e notícias sociais, locais e policiais.
 2. com 12 páginas, o caderno “Esporte Special”, contendo: notícias esportivas e seção “Pequenos Anúncios”. Este caderno informa o editor (Paulo Karam), redatores (Edvar de Sousa, Haroldo Moura, Zé Flávio Teixeira e Celso Martinelli) e fotógrafos (Gumercindo Gomes, Manoel Lima e Avelino Neres).
- Jornal muito mais organizado. Além de estar dividido em cadernos, as seções são bem assinaladas e, no caso do primeiro caderno, em geral, ocupam somente 1 página.

Carta nº: 096

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Diário do Nordeste (n08s20f3/096)**

Data/ Edição: 27 de dezembro de 1981 / nº 08

Fonte: BPGMP (Rolo nº 001-DPP)

Política e economia || Com todos esses ingredientes, | justifica-se um otimismo discreto do | Governo e empresários relativamente | a possibilidade de um pequeno rea- | quecimento da economia, em 1982, o | qual se não eliminar a recessão, evita- | rá, pelo menos, sua extensão e apro- | fundamento. || Pode-se afirmar que, em linhas ge- | rais, a economia oferece perspectiva | favorável para 1982. || A política, entretanto, apresenta | um panorama desolador, no qual o Go- | verno e a oposição estão na iminência | de medirem-se em perigoso confronto. || Os líderes da oposição têm de- | monstrado uma deplorável vocação | suicida, criticando áspera e sistemati- | camente o Governo, tumultuando o | funcionamento do Congresso, criando | um clima de guerra nas comissões e | no plenário, paralisando absurdamen- | te o Senado, impedindo a votação de | matérias importantes, negando-se a | participar de um entendimento eleva- | do em que cuidasse de procurar solu- | coes para os magnos problemas na- | cionais a defender a manutenção de | um regime democrático compatível | com o grau de cultura de nosso povo e | preservação do sistema de economia | de mercado. || O Governo, por seu turno, não tem | demonstrado a competência e o dina- | mismo desejáveis no setor político co- | mo o demonstram as falhas no | “pacotão” e a falta de iniciativa da di- | reção e liderança no Senado para mo- | dificar o regimento interno. || Com referência ao “pacotão” a vin- | culação não deveria ter sido inteiriça, | mas paralela — para os cargos majori- | tários — Governador, Senador e Pre- | feitos e para os proporcionais — De- | putado Federal, Deputado Estadual e | Vereadores — com o que se impediria | o “puxamento” de votos de candida- | tos da oposição aos governos de Esta- | do, nas capitais, como poderá aconte- | cer no caso do projeto enviada ao Con- | gresso. || No que tange ao Senado, para im- | pedir obstrução (sic) da oposição bastaria | modificar o regimento interno para | que somente três senadores e, não, todos eles, pudessem falar no encami- | nhamento da votação tal como acon- | tece na Câmara. Sem essas medidas, o | Governo poderá receber ricochetes do | “pacotão” e o Senado continuará está- | tico. || Política e economia são fatores em- | trelaçados, que dependem intrinseca- | mente um do outro. || A sanidade econômica de um país | depende de uma política estável e | equilibrada, assim como o desempe- | nho político está vinculado as flutua- | coes da economia. || Funcionam alternativamente como | causa e efeito, tendo influência con- | junta no desenvolvimento econômico- | social. || Estas considerações vêm a propó- | sito da situação nacional, em que re- | nascem esperanças quanto a um me- | lhor desempenho da economia, em | 1982, e crescem os receios com rela- | ção a um retrocesso no quadro políti- | co. || O Governo e as lideranças empre- | sariais vêm-se mostrando otimistas, | em relação à performance de nossa | economia, no próximo ano, admitindo | uma inflação em torno de 80 por cento, | crescimento do saldo favorável na ba- | lança comercial, redução de deficit da | produção interna do petróleo e, como | coroamento, elevação da taxa de em- | prego, expansão do PIB + crescimento | das vendas. || É indiscutível que o Governo con- | quistou algumas vitórias em sua políti- | ca econômico-financeira em 1981. || A curva inflacionária decaiu, | obteve-se um saldo positivo no balan- | ço comercial de 1 bilhão e 300 milhões | de dólares, apesar da queda de preço, | no mercado internacional, dos produ- | tos primários de maior peso financeiro | em nossa exportação — soja, café e | açúcar. || O aumento da exportação só não | foi mais alto porque prejudicado pela | valorização do dólar e dos juros exter- | nos, que reduziram o poder de compe- | tição de nossos exportadores. || Descemos o déficit no balanço de | pagamentos para 10 bilhões e 500 mi- | lhões de dólares, para o que contribui- | ram bastante a estabilidade dos pre- | ços do petróleo, o controle da importa- | ção, e, embora em

escala modesta, | dos gastos das empresas estatais, os | sucessos da Petrobrás nas pesquisas | em território nacional e a produção de álcool. || A execução de um orçamento mo- | netário com pequeno estouro das pre- | visões representou valioso suporte pa- | ra impedir o recrudescimento inflacio- | nário.

COMENTÁRIOS:

- Exemplar dividido em 4 cadernos:
 1. Principal: chamadas e notícias (p. 1), editorial e artigos (p. 2), mais notícias e colunas (p. 3-9), sobre economia (p. 10 e 11) e política (p. 12)
 2. Reportagens e programação culturais; colunas sociais, como a de Sonia Pinheiro; propagandas, anúncios, horóscopo, palavras cruzadas, tiras em quadrinhos e matérias sobre TV (p. 1-8)
 3. Classificados, com anúncios, propagandas e comentários sobre espetáculos estrangeiros de sucesso (p. 1-10)
 4. DN Esporte, com notícias (p. 1-4).

Carta nº: 097

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Diário do Nordeste (n1182s20f3/097)**

Data/ Edição: 8 de abril de 1985 / nº 1182

Fonte: BPGMP (Rolo nº 035 - DPP)

O déficit da Presidência || A situação, no Ministério da Previdên- | cia Social, está longe de refletir as informa- | coes transmitidas ao atual titular, Waldyr | Pires, pelos assessores e remanescentes da | administração do ex-ministro Jarbas Pas- | sarinho. Na verdade, ao invés de um déficit | da ordem de Cr\$ 1,5 trilhão, oficialmente | anunciado, o que se constata é um buraco | talvez superior a Cr\$ 8 trilhões, se conside- | rarmos, por exemplo, que as auditagens e | levantamentos ainda não terminaram. || De qualquer modo, no entanto, o novo | Ministro não concorda com a opinião de | que “a previdência está falida”. Dentro de | 30 dias, quando todos os trabalhos de ava- | liação estiverem concluídos, será possível | enunciar a verdade do próximo orçamento | presidencial. Uma coisa, diga-se de pas- | sagem, o ministro Waldyr Pires já definiu: | não haverá nenhuma redução nos benefí- | cios dos segurados. || Os estudos já desenvolvidos, alguns | sendo na administração passada, indicam, | por outro lado, que não há condições, | “nem mesmo para se pensar em aumento | das oligarquias dos trabalhadores”. É fora | de dúvida, conseqüentemente, que a União | será chamada a ter uma participação bem | maior na formação dos recursos orçamen- | tários do Ministério. Até porque essa parti- | cipação, atualmente, além de insuficiente e | inadequada, é fruto de “ações reduais”, | destinadas a aliviar crises e não a superar as suas deficiências estruturais e de relaciona- | mento. || O Ministro da Previdência defende no- | vas formas para o processo administrativo | e gerencial de sua pasta, partindo do fato | de que todas as decisões devem contar com | a participação da sociedade, sobretudo da- | queles que “pagam as contas e despesas”, isto é: os empresários, os trabalhadores e o Governo. Nestas condições, as decisões | não serão apenas técnicas mas também po- | líticas, razão porque, necessariamente, de- | ve ser submetida à aprovação (ou não) do | Congresso Nacional. || O ministro Waldyr Pires está convenci- | do de que poderá manter com a sociedade | um relacionamento fundamental na credi- | bilidade, condição que considera de impor- | tância fundamental para que possa enfren- | tar, com êxito, todos os bolsões de resistên- | cia, no plano administrativo, realizando | uma política enérgica, efetiva e permanente | de combate à fraude e à corrupção. || Não são poucos os problemas que cons- | tam já da agenda do Ministro, entre os | quais se inclui, por exemplo, a robotização | de alguns setores das indústrias mais sofis- | ticadas, numa demonstração de que esta- | mos iniciando o processo das grandes e | modernas transformações tecnológicas, | justificando a pergunta: como enfrentar a | difícil e contraditória situação em que, | mesmo com redução do número de traba- | lhadores uma determinada empresa pode | aumentar o seu faturamento? || É possível que essas empresas possam | vir a pagar mais, em virtude da possibilida- | de implatação de alíquotas diferencia- | das. O Ministério da Previdência Social, | tanto quanto o Ministério do Trabalho, | não tem ainda uma posição formalizada a | respeito. Mas é absolutamente certo que | não sendo privilegiados os empresários que | robotizaram as suas empresas. Outra gran- | de preocupação do titular é com a raciona- | lização dos serviços, de modo que o Minis- | tério possa se transformar numa unidade | possível de ser administrada, o que não | acontece agora, quando não se sabe nem | ao menos quantos funcionários possui, | qual o número real dos seus aposentados e | em quanto monta os assaltos praticados | contra o seu patrimônio. || Em síntese: são os segurados que, atra- | vés de órgãos colegiados, vão definir as re- | formas, inclusive a conveniência ou não da | transferência do Inamps para o Ministério | da Saúde. Qualquer que seja o caso, po- | rém, a última palavra será do Congresso. || — É o processo de democratização em | marcha.

COMENTÁRIOS:

- O editor do jornal é Francisco Bilas.
- Exemplar dividido em 4 cadernos:
 1. Principal: chamadas e notícias (p. 1), editorial e artigos (p. 2), mais notícias e colunas (p. 3-9), sobre economia (p. 10 e 11) e política (p. 12)
 2. Reportagens e programação culturais; colunas sociais, propagandas, anúncios, horóscopo, palavras cruzadas, tiras em quadrinhos e matérias sobre TV (p. 1-8)
 3. Classificados, com anúncios, propagandas e comentários sobre espetáculos estrangeiros de sucesso (p. 1-10)
 4. DN Esporte, com notícias (p. 1-4).

Carta nº: 098

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Diário do Nordeste (n1720s20f3/098)**

Data/ Edição: 6 de outubro de 1986 / nº 1720

Fonte: Original pertencente à BPGMP

Voto distrital || Alguns líderes políticos estão vivamente | preocupados com o caráter argentário as- | sumido pelas próximas eleições. || Jamais o poder econômico atuou de | forma tão ostensiva quanto em relação ao | pleito de 15 de novembro próximo, em que | o dinheiro será fator decisivo nos resulta- | dos. || O suborno e o aliciamento correm à sol- | ta, poluindo a representatividade dos elei- | tos, sem que se tomem providências enérgi- | cas para evitar esse espetáculo degradante. || A Justiça Eleitoral é impotente para im- | pedir o alastramento desse processo de cor- | rupção, dentro do qual são apanhados uns | poucos bodes expiatórios, sobre os quais | recaem as punições legais. || É muito difícil escolmar-se as eleições | da participação de milionários e empresas | poderosas que investem milhões em candi- | datos, visando à obtenção de mandatos, na | expectativa de estarem fazendo um negócio | que envolve riscos, mas pode oferecer lu- | cros generosos. || Vez por outra, surgem sugestões sobre | a adoção de determinadas regras na lei elei- | toral que tenham o condão de escolmar as | eleições da influência do dinheiro, a fim de | que possa haver competições mais limpas | entre candidatos e partidos. || Tem-se insistido bastante na implanta- | ção do sistema distrital para os candidatos | eleitos por votação proporcional, como | forma de reduzir a influência do poder eco- | nômico e que nos parece medida inadequa- | da para atingir os fins a que se propõe. || O voto distrital começa por distorcer a | natureza da representatividade, tornando | os deputados federais e estaduais represen- | tantes de distritos e não, dos Estados. || Ninguém é deputado por este ou aquele | distrito, mas por certo e determinado Esta- | do. || Mas não é só isso que desaconselha o | sistema, e sim a possibilidade da concentra- | ção de recursos de candidatos em áreas res- | tritas, facilitando o trabalho de aliciamen- | to, que seria bem mais difícil e mais caro | abrangendo todo o território de um Esta- | do, como atualmente. || Revela-se ainda a circunstância de que, | no sistema distrital, os partidos ficam de- | tentores de um poder muito grande, pois a | sua direção competirá escolher os candida- | tos para serem votados nos distritos — o | que dará lugar a preferências ou preven- | ções indesejáveis. || Certamente que, visando à obtenção da | vitória, os partidos indicarão para os distri- | tos candidatos que disponham de amplos | recursos, pois todos sabem que pecúnia é | de fundamental importância para decidir | eleições. É muito pouco provável que, na | escolha partidária, triunfem candidatos | que tenham prestado serviços aos municí- | pios componentes do distritos, revelem apti- | dão para cumprir o mandato e desfrutem | de simpatia popular. Quando isso aconte- | cer — o que será raro — outros partidos de | menor expressão deverão apresentar candi- | datos endinheirados que, agindo em campo | limitado, terão condições favoráveis para a | compra e suborno de eleitores. || O sistema talvez funcione a contento | nos distritos cuja sede seja a capital ou | grande cidade do interior, onde o eleitora- | do mais esclarecido e independente seja | menos corruptível (sic) pelo dinheiro. || Para que isso aconteça, é necessário | ainda que a cabeça do distrito tenha um | corpo eleitoral capaz de influir decisiva- | mente no resultado do pleito, porque os | outros municípios, de menor densidade po- | pulacional, poderão ser favorecer os candi- | datos economicamente mais fortes, indivi- | dualmente, ou patrocinados por grupos | potentes. || O problema é de extrema gravidade e | deverá suscitar debates e preocupações na | próxima Constituinte, cuja formação será | o retrato da representatividade espúria ge- | rada pela eleição mercantilizada de 15 de | novembro próximo. || É possível que os constituintes encon- | trem remédios eficazes para combater esse | terrível mal que ameaça a sanidade de nos- | sas democracia nascente, ora ameaçada de | transformar-se em plutocracia. Isto por- | que, se não houver um freio à

participação | crescente do poder econômico nos pleitos, | somente poderão candidatos a qualquer | cargo eleitoral os milionários, os que repre- | sentem grupos empresariais ou sejam parti- | dários da esquerda ou direita radicais.

COEMNTÁRIOS:

- O editor do jornal é Francisco Bilas.
- Informa (as principais) seções do exemplar em questão em um pequeno índice na primeira página.
- Exemplar dividido em 4 cadernos:
 1. Principal: chamadas e notícias (p. 1), editorial e artigos (p. 2), mais notícias e colunas (p. 3-9), sobre economia (p. 10-11) e política (p. 12)
 2. Reportagens e programação culturais; colunas sociais, como a de Sonia Pinheiro; propagandas, anúncios, horóscopo, palavras cruzadas, tiras em quadrinhos e matérias sobre TV (p. 1-8)
 3. Classificados, com anúncios, propagandas e comentários sobre espetáculos estrangeiros de sucesso (p. 1-10)
 4. DN Esporte, com notícias (p. 1-4).

Carta nº: 099

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Diário do Nordeste (n2735s20f3/099)**

Data/ Edição: 9 de agosto de 1989 / nº 2735

Fonte: Original pertencente à BPGMP

O novo sindicalismo || O senador Nelson Carneiro, presidente | do Senado, tomou a iniciativa de apresen- | tar três projetos de leis complementares in- | troduzindo modificações na Consolidação | das Leis do Trabalho (CLT) e voltados, es- | pecificamente, para a garantia dos direitos | dos assalariados, seja protegendo a relação | de emprego — contra a dispensa imotiva- | da, sem justa causa — seja adequando nor- | mas constitucionais à legislação referente | aos programas do Sistema Pis-Pasep. || Incontestavelmente, em nenhum mo- | mento de nossa história, vivemos um perío- | do de tão pleno exercício democrático co- | mo agora. As práticas de liberdades públi- | cas e individuais ampliaram-se de modo | tão considerável que chegamos quase ao li- | mite do ideal, do utópico, isto é, do concei- | to de que “é proibido proibir”. || A Constituinte, dentro de um processo | que envolvia os seus próprios compromi- | sos, procurou cobrir as lacunas, | oferecendo-nos uma Carta representativa, | que é expressão de nossa própria realidade | econômica, política e social. Podia ter feito | mais e melhor, indo bem longa e funda na | busca de acordos e soluções com vistas ao | futuro. Por exemplo, um setor cujos con- | flitos e contradições não foram satisfato- | riamente administrados é o sindical. || Na verdade, a estrutura do sindicalismo | brasileiro, cujas raízes mergulham no auto- | ritarismo das ditaduras, continua pratica- | mente intocável, permitindo uma profunda | e continuada interferência do Estado nas | relações de trabalho e, mais do que isso, na | aferição do comportamento de operários e | patrões, de empregadores e empregados. || Continua em debate, vale acrescentar, | o papel da Justiça do Trabalho numa socie- | dade aberta, livre e realmente democrática. | As desigualdades identificadas no movi- | mento sindical, a partir da composição e | capacidade de organização das próprias ca- | tegorias, é uma questão difícil, de solução | quase impossível, considerando-se que es- | ses núcleos de trabalhadores expressam a | debilidade ou punjança das atividades eco- | nômicas a que estão ligados. || A política salarial adotada pelo Gover- | no, via de regra em acordo com as duas | principais vertentes do movimento sindical | — a CUT e a CGT — é um reflexo, claro e | inquestionável dessas contradições. A fixa- | ção de percentuais para garantir recompo- | sições salariais e aumentos reflete uma ne- | cessidade das categorias sem poder de bar- | ganha, sem força para enfrentar formas | mais agudas de luta, de defesa dos seus in- | teresses. || Quer dizer: nos limites do quadro atual, | o paternalismo do Governo, tomando deci- | soes em nome de um dos segmentos envol- | vidos, encontra justificativa no próprio | movimento sindical. Até porque, fazendo | ”cortesia com o chapéu alheio”, o Gover- | no tem condições de ser mais dadivoso do | que os patrões. Já no tocante à “livre nego- | ciação”, que é um princípio, uma tese ain- | da em processo de discussão, também não | se chegou a um acerto. || Dizendo melhor: a política salarial so- | mente admite a “livre negociação” a nível | de entendimento entre técnicos, especialis- | tas e empresários, ficando para as catego- | rias organizadas — metalúrgicos, eletricitá- | rios e outras — o recurso à greve, um direi- | to pendente de regulamentação, embora se- | ja a pedra fundamental do sistema e da | própria democracia, visto que não há líber- | dade sem autonomia, sem movimento sin- | dical livre. || Nestas condições, a decisão do senador | Nelson Carneiro, submetendo ao Congres- | so três projetos de leis complementares de | interesse dos assalariados, deve ser consi- | derado o início da caminhada pela implan- | tação do novo sindicalismo brasileiro. || — Com um atraso de mais de 50 anos.

COMENTÁRIOS:

- O editor do jornal é Francisco Bilas.
- Informa (as principais) seções do exemplar em questão em um pequeno índice na primeira página.
- Exemplar dividido em 4 cadernos:
 1. Principal: chamadas e notícias (p. 1), editorial e artigos (p. 2), mais notícias e colunas (p. 3-9), sobre economia (p. 10 e 11) e política (p. 12)
 2. Reportagens e programação culturais; colunas sociais, como a de Sonia Pinheiro; propagandas, anúncios, horóscopo, palavras cruzadas, tiras em quadrinhos e matérias sobre TV (p. 1-8)
 3. Classificados, com anúncios, propagandas e comentários sobre espetáculos estrangeiros de sucesso (p. 1-10)
 4. DN Esporte, com notícias (p. 1-4).

Carta nº: 100

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n20463s20f3/100)**

Data/ Edição: 6 de março de 1991 / nº 20463

Fonte: Original pertencente à BPGMP

EDITORIAL

|| A poucos dias de completar um ano de | governo, o presidente Fernando Collor revela | numa entrevista a sua percepção atual dos | problemas nacionais, a partir da óptica do | poder, e a forma como resolvê-los. O Editorial | mostra os claros e escuros do discurso | presidencial e reitera o papel da imprensa | como instrumento essencial à compreensão | dessa realidade.

Pluralismo e Poder || Faltando pouco mais de | uma semana para com- | pletar um ano de gover- | no, o presidente Fernando Col- | lor concedeu ampla entrevista a | uma das redes nacionais de te- | levisão, na qual abordou os di- | versos aspectos de sua gestão, | respondendo a alguns dos ques- | tionamentos principais que ga- | nham corpo na sociedade brasi- | leira. O POVO, na edição de on- | tem, reproduziu, na íntegra, a | entrevista do Chefe do Executi- | vo, não apenas com o intuito de | manter os seus leitores a par das | sinalizações oferecidas pelas | considerações presidenciais, | diante da presente conjuntura, | mas motivado, principalmente, | pela nova postura governamen- | tal, baseada na convicção de que | “a saída para a crise brasileira | passa obrigatoriamente por um | amplo acordo político”. || Frequentemente este jornal |tem emitido a mesma opinião | destacada pelo Presidente da Re- | pública, quanto a imprescindi- | bilidade de um entendimento de | alto nível, entre as diversas cor- | rentes políticas para encontrar | uma base mínima de suporte às | medidas requeridas pela Nação. | Ao caminhar nessa direção, o | Governo remove a imagem de | uma auto-suficiência presuntiva, | perigosamente passada à opi- | nião pública pelos que enxerga- | vam na impetuosidade da jovem | equipe uma jactância | desmedida. || Dos vários sinais positivos | emitidos pelo Presidente da Re- | pública, um deles, sem dúvida | nenhuma, teve caráter extrema- | mente benéfico, no que tange à | tranquilização da sociedade bra- | sileira. Referimo-nos ao reitera- | do compromisso, do Governo, | de devolver, no prazo estipula- | do, os cruzados retidos pelo Pla- | no Collor 1. Essa notícia tem o | condão de restaurar algumas pi- | lastras de credibilidade seria- | mente afetadas, nos últimos | tempos, pelos insucessos regis- | trados na área econômica e nos | conflitos de ordem institucional. | Ninguém ignora o trauma cau- | sado na sociedade brasileira pe- | la retenção da poupança. Até | enquanto houve a esperança de | que o sacrifício seria recompen- | sado pelo saneamento da econo- | mia nacional, a frustração se li- | mitava a fronteiras bem- | definidas. A continuidade da in- | flação e de toda a sintomática já | registrada nos planos anteriores | vinha disseminando desânimo e | desesperança. O anúncio da de- | volução desse dinheiro não dei- | xá de ser uma injeção de ânimo, | indiscutível, na alma nacional, | se bem que apenas os pequenos | poupadores é que continuam | apenados. || O importante, em todos os | pontos contemplados na entre- | vista, é a sinalização de que o | Presidente da República comun- | ga da idéia difundida aos seto- | res mais informados da socieda- | de quanto à natureza fundamen- | talmente política de nossos pro- | blemas econômicos. Já não se | trata de experimentar certas | aplicações técnicas por acaso | ainda não postas em prática (se- | rá que ainda existem?), mas de | dispor de uma equipe plenamen- | te consciente da necessidade da | utilização da criatividade políti- | ca como eixo central de suas ini- | ciativas econômicas. Essa reali- | dade custava a ser enxergada pe- | la nova elite dirigente do pós- | autoritarismo. A influência tec- | nocrática, prevacente em todo | o período discricionário, conti- | nuou a ter largo curso, sob

o | manto de um voluntarismo mes- | siânico. Ela contrastava, eviden- | temente, com as exigências de | uma sociedade fundada no plu- | ralismo político, sobre a qual pe- | as uma hipoteca social agigan- | tada. É isso o que começa a ser | corrigido. || Um ponto certamente negati- | vo da entrevista presidencial foi | a falta de uma visão mais atua- | lizada sobre o papel da impre- | as, principalmente da parte de | um homem que profissional- | mente lida com o amo há mui- | to tempo. Não cabe à imprensa | ter boa ou má vontade em rela- | ção aos governantes, mas foca- | lizar a realidade dos fatos, mes- | mo que eles sejam desagradáveis | a quem detém o poder. A mes- | ma dificuldade de se conviver | com a política é a que se apre- | senta em relação à imprensa, | quando o pluralismo é uma ex- | periência ainda incipiente em | nosso país. Caberá ao Presiden- | te da República sintetizar, neste | momento, o salto de qualidade | dado por nossa sociedade em di- | reção a um regime que faz da | consciência crítica do cidadão o | seu principal ponto de | sustentação.

COMENTÁRIOS:

- Neste número do jornal *O Povo*, pode-se encontrar já em lugar fixo o editorial — a página 6A — e com o nome apropriado. Além disso, antes do texto, o jornal introduz um pequeno apartado que relata de maneira geral o assunto de que será tratado.
- Jornal dividido em 7 cadernos, a saber:
 1. Caderno A – Política: chamadas e notícias (p. 1); notícias, notas e comentários (p. 2); Coisas da política (p. 3); Vertical (p. 4); Editorial e artigos (p. 6)
 2. Caderno B – Vida e Arte: coluna do José Simão (p. 4), Televisão (p. 4), Vídeo (p.6)
 3. Caderno C – Internacional: Rússia (p. 11), Espanha (p. 12 e Austrália (p. 12)
 4. Caderno D – Economia – Mercado (p. 2), Indicadores econômicos (p. 2), Vertical S.A. (p. 4)
 5. Esportes: Vôlei (p.15), Basquete (p. 15) e Confidencial (p. 16)
 6. Caderno E - Cidades: A cidade é sua (p. 2), HGF (p. 4), Interior (p. 4).

Carta nº: 101

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n20822s20f3/101)**

Data/ Edição: 06 de março de 1992 / nº 20822

Fonte: Original pertencente à BPGMP

EDITORIAL

|| O Editorial comenta as repercussões das | denúncias que desabam sobre o ex- | ministro Aloísio Rogério Magri e outros | membros do Governo, aplaudindo a | iniciativa do presidente Fernando Collor | de levar as investigações às últimas | conseqüências. Só com o esclarecimento | de todos os fatos o Brasil reverterá os | aspectos negativos do episódio

O “affaire” Magri || **O País** acompanha com | atenção o desenrolar do | escândalo que atinge o | ex-ministro do Trabalho e da | Previdência Social Antônio Ro- | gério Magri. Enquanto prosse- | guem as investigações na área | policial, as repercursões políti- | cas do caso se avolumam provo- | cando outros desdobramentos. || Desde logo, não podemos dei- | xar de ressaltar a forma anima- | dora como as instituições demo- | cráticas têm resistido aos abalos | verificados na área política. Os | sucessivos “affaires”, envolvendo pessoas do Governo, em ou- | tros tempos já teriam provoca- | do resultados funestos para as | instituições. Felizmente temos | amadurecido bastante nesse as- | pecto, embora os atuais meca- | nismos institucionais do presi- | dencialismo não dêem seguran- | ça à cidadania de que já estamos | completamente imunizados con- | tra qualquer surpresa nesse | terreno. || Certamente a atitude demons- | trada pelo Presidente da Repú- | blica, em suas declarações, de | apurar todas as denúncias, sem | contemplação, contribui para | esse novo estado de espírito, de | maior confiança nas instituições. | A opinião pública, em vista dis- | so, espera do Governo a manu- | tenção de seu compromisso, no | momento em que se ampliam as | dúvidas a respeito do procedi- | mento de algumas autoridades | em relação ao “caso Magri”. A | Nação precisa conhecer, com to- | da a clareza, o desempenho exa- | to de cada personagem envolvi- | da no episódio. Não há deméri- | to no fato de uma autoridade ter | de dar explicações à opinião pú- | blica sobre procedimentos que | lhes tocam no exercício de sua | função. || Pelo fato de estarmos no sis- | tema presidencialista esses pro- | cedimentos esclarecedores pare- | cem assumir um caráter de cons- | trangimento para o próprio Go- | verno por este sentir-se identifi- | cado com o Estado. Essa dificul- | dade é interiorizada pelos pró- | prios cidadãos quando ficam te- | merosos de que um arranhão na | imagem do Governo venha com- | prometer as próprias institui- | ções. Estivéssemos regidos por | mecanismos próprios de um sis- | tema parlamentarista, tal temor | não poderia configurar-se, já | que Chefia de Governo e Che- | fia de Estado são funções assu- | midas por pessoas distintas, e | não reunidas num único dirigen- | te, como acontece no Presiden- | cialismo. Ao perder a confian- | ça da nação, por algum ato | comprometedor, o governo é | responsabilizado politicamente e | cai, sem comprometer as insti- | tuições, no regime de Gabinete. || A maneira de o Chefe do Exe- | cutivo presidencialista não pro- | vocar a erosão do sistema que o | sustenta é deixar enfaticamente | explicita a sua dissociação de | qualquer ato desabonador pra- | ticado por seus auxiliares dire- | tos. Essa compreensão tem sido | externada até aqui pelo Presi- | dente Fernando Collor, pois | suas afirmações à imprensa não | deixam dúvida quanto à inten- | ção de ver as denúncias apura- | das com todo o rigor. E é isso, | precisamente, o que exige a opi- | nião pública, diante dos fatos | que lhe têm sido apresentados | revestidos das mais arrepiantes | versões. || É lastimável que num mo- | mento tão importante para a | vida da Nação, quando estão | em andamento negociações de- | licadíssimas com a comunida- | de financeira internacional, o | País se veja atingido por um | petardo ético-político dessas | proporções. Entretanto, não | devemos perder de vista que es- |

cândalos desse porte, e até pio- | res, têm-se verificado em na- | ções desenvolvidas, com certa | frequência. A diferença é que | nesses países os culpados ter- | minam sendo punidos, inape- | lavelmente. Os governos termi- | nam respondendo politicamen- | te pela falta de qualquer de | seus integrantes, mesmo quan- | do os dirigentes maiores não | têm participação direta nos | atos desabonadores. || Que este episódio ajude o | Brasil a se inserir no rol dos | países que encaram seriamente | a função pública e nos faça en- | contrar futuramente mecanis- | mos de autodefesa, capazes de | nos garantir uma ação rápida | e eficaz contra os infratores.

COMENTÁRIOS:

- Neste número do jornal *O Povo*, pode-se encontrar já em lugar fixo o editorial — a página 6A — e com o nome apropriado. Além disso, antes do texto, o jornal introduz um pequeno apartado que relata de maneira geral o assunto de que será tratado.
- Na primeira página, há um índice com as seções de cada caderno e suas páginas.
- Jornal dividido em 7 cadernos, a saber:
 1. Caderno A – Política: chamadas e notícias (p. 1); notícias, notas e comentários (p. 2); Coisas da política (p. 3); Vertical (p. 4); Editorial e artigos (p. 6)
 2. Caderno B – Vida e Arte: coluna do José Simão (p. 4), Televisão (p. 4), Vídeo (p.6)
 3. Caderno C – Internacional: Rússia (p. 11), Espanha (p. 12 e Austrália (p. 12)
 4. Caderno D – Economia – Mercado (p. 2), Indicadores econômicos (p. 2), Vertical S.A. (p. 4)
 5. Esportes: Vôlei (p.15), Basquete (p. 15) e Confidencial (p. 16)
 6. Caderno E - Cidades: A cidade é sua (p. 2), HGF (p. 4), Interior (p. 4).

Carta nº: 102

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n23280s20f3/102)**

Data/ Edição: 1º de maio de 1996 / nº 23280

Fonte: Original pertencente à BPGMP

1º de maio do desemprego || O Dia do Trabalho é comemora- | do hoje, no mundo inteiro, com as | exceções de sempre. Os Estados | Unidos, por exemplo, ainda tei- | mam em desconhecer a data esta- | belecida pelos próprios trabalha- | dores, porque ele se origina na re- | pressão a uma greve de operários, | em Chicago, dia 1º de maio de | 1886, quando algumas lideranças | foram levadas à força. Sem reco- | nhecer o crime, os americanos pre- | ferem adorar outras datas para as ce- | lebrações do Trabalho. || Sem medo de errar podemos di- | zer que a data coincide com um | dos piores momentos para a classe | trabalhadora, não apenas do Bra- | sil, mas da maioria dos países, in- | clusive os mais | salientados. A onda | de desemprego | abate-se sobre a | economia mun- | dial, no bojo das | transformações | realizadas pela | globalização eco- | nômica. Os pro- | cessos de automa- | ção e de sofistica- | ção tecnológica, a | competitividade | exacerbada e a ra- | cionalização extremada dos pro- | cessos de trabalho produzem a eli- | minação de um número incontável | de postos de trabalho nas próprias | economias desenvolvidas. O futu- | ro, que há dez anos parecia lumi- | noso, vem revestido de brumas pe- | sadas para os assalariados. O pior | de tudo é que ninguém tem a idéia | onde tudo isso irá desaguar. || Deixada entregue a si, a racio- | nalidade econômica não tem olhos | para a situação dos que vão fican- | do à margem do processo, pois a | universalização da capacitação da | mão-de-obra ainda é um sonho | distante e nem se sabe ainda se os | reciclados encontrarão lugar segu- | ro para aplicar suas aptidões. | Quem está perdendo o emprego | dificilmente encontra uma ocupa- | ção que lhe garanta pelo menos o | mesmo nível salarial anterior. | Além do mais, a tendência é a ro- | tatividade cada vez maior de mão- | de-obra, com os empregos tornan- | do-se extremamente transitórios, menos “bicos”. || Alguns estudiosos alegam que | a mão-de-obra desempregada na | indústria, devidamente reciclada, | será absorvida pelo segmento de | serviços. Trata-se de uma hipóte- | se só confirmada muito parcial- | mente. || Num país de distorções sociais | imensas como o Brasil esse pro- | cesso apresenta uma faceta ainda | mais cruel. O País não criou uma | estrutura de assistência ao desem- | pregado, capaz de lhe permitir o | mínimo de condições de subsis- | tência, enquanto está parado, co- | mo acontece nas nações mais de- | senvolvidas. Co- | mo resultado, as- | sistimos a um qua- | dro de deterioração social galo- | pante. || O 1º de maio é | uma ocasião para | uma reflexão mais | cuidadosa por par- | te dos dirigentes | da Nação. O Esta- | do tem a obriga- | ção de intervir para garantir condi- | ções mínimas de sobrevivência ao | cidadão. Não pode simplesmente | cruzar os braços. O aumento da | miséria alcança um limite perigo- | so, que é inaceitável ser ultrapas- | sado. O estado de tensão e angús- | tia é visível, atingindo todos os | segmentos. Quem tem renda con- | fortável, preocupa-se por se ver | cercado por um mar de pobreza e | de desesperanças. Há necessidade | de iniciativa por parte do poder | público para ruptura do tecido so- | cial — possibilidade que não pode | ser descartada sob a justificativa | de ser resultante do catastrofismo | alarmista. || Este 1º de maio encontra a Na- | ção preocupada com o futuro ime- | diato. Cabe às autoridades emitir | sinais mais visíveis de reação ao | quadro desolador na área do Tra- | balho.

COMENTÁRIOS:

- Na primeira página, há um índice com as seções de cada caderno e suas páginas.
- Propagandas por todo o jornal.

- A equipe de jornalistas que trabalha na elaboração do jornal é informada no próprio jornal.
- Jornal dividido em 7 cadernos, a saber:
 1. Caderno A – Política: chamadas e notícias (p. 1); notícias, notas e comentários (p. 2); Coisas da política (p. 3); Vertical (p. 4); Editorial e artigos (p. 6)
 2. Caderno B – Vida e Arte: coluna do José Simão (p. 4), Televisão (p. 4), Vídeo (p.6)
 3. Caderno C – Internacional: Rússia (p. 11), Espanha (p. 12) e Austrália (p. 12)
 4. Caderno D – Economia – Mercado (p. 2), Indicadores econômicos (p. 2), Vertical S.A. (p. 4)
 5. Esportes: Vôlei (p.15), Basquete (p. 15) e Confidencial (p. 16)
 6. Caderno E - Cidades: A cidade é sua (p. 2), HGF (p. 4), Interior (p. 4).

Carta nº: 103

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Diário do Nordeste (n5933s20f3/103)**

Data/ Edição: 9 de setembro de 1998 / nº 5933

Fonte: Original pertencente à BPGMP

Ações contra crise || O governo brasileiro adota nova série | de instrumentos para fazer frente aos | reflexos da crise generalizada no merca- | do financeiro internacional, com amea- | ças de desestabilização dos países | emergentes. Os ministros Pedro Malan, | da Fazenda, e Paulo Paiva, do Planeja- | mento, revelaram de que maneira o go- | verno passa a encarar a crise, no campo | interno, contingenciando o orçamento | da União, fonte de descompassos das | contas públicas e da necessidade de fi- | nanciamento externo para cobri-los. || Mais cedo do que se esperava, a reação | chega encarando um dos pontos nevrál- | gicos da questão. Para o ministro da Fa- | zenda, ela é uma redefinição da forma | pela qual o governo se organiza, interna- | mente, escolhendo mecanismos para que | essas decisões aconteçam? Uma medida | provisória e um decreto, com vigência a | partir de hoje, estabelecem um rearran- | jo no orçamento federal, mudando a | perspectiva de déficits para o superávit | primário de R\$ 5 bilhões, em 1998, e | de R\$ 8,7 bilhões, em 1999. || As fórmulas de obtenção das novas | metas estão contidas nessa programa- | ção financeira, impondo o corte adicional | de R\$ 4 bilhões em despesas correntes e | nos investimentos, implicando, essa me- | dida, em novos limites para a execução | orçamentária, com a diminuição de 7% | dos valores previstos para a rotina do | serviço público e de 20% para os proje- | tos previstos mas não executados. O go- | verno estabelece, também o programa- | do ajuste fiscal para o triênio 1999/2001, | a ser submetido ao Congresso Nacio- | nal. || Para demonstrar que o objetivo de su- | perávit fiscal, a ser perseguido, implica- | rá em compromisso de todo o governo, a Comissão de Controle e Gestão Fiscal | vai conduzir, ainda, a execução orçamen- | tária, levantando barreiras ao empenho | de despesas que ultrapassem 80% do or- | çamento, ou à adoção de recursos contá- | beis, como a inscrição de despesas como | restos a pagar. Em suma: o governo de- | cidu acompanhar, passo a passo, a exe- | cução orçamentária dentro dos novos | limites, fazendo prevalecer a parcimônia | nos gastos públicos. || Ao explicar o conjunto de providências | adotadas pelo governo, o ministro Pedro | Malan admitiu, mais uma vez, que a | prioridades do País é reduzir o peso do ca- | pital estrangeiro no financiamento do | desenvolvimento. O equilíbrio econômi- | co passa a merecer maior cuidado, o que | não existia até a fase anterior à crise, | quando o déficit público era financiado | por recursos externos, estimulados por | juros excepcionais, deixando a economia | nacional na extrema dependência dos | capitais voláteis e, como consequência, às finanças do mercado financeiro. || Exemplo concreto dessa fragilidade | surgiu, com o efeito devastador sobre as | bolsas de valores, pela simples reclassi- | ficação atribuída ao Brasil pela Mood's, | uma das empresas que avaliam os riscos | de crédito, nivelando o desempenho de | sua economia ao do Paraguai, Nicará- | gua e Venezuela, todos países emergen- | tes, mas com indicadores diversificados | do ponto de vista macroeconômico. Não | há como comparar o produto interno | bruto, o comércio bilateral, o volume das | exportações, a produção industrial ou o | mercado interno entre eles. || A turbulência internacional está afe- | tando a dívida interna, elevados os ju- | ros, sacrificando as empresas tomadoras | de empréstimos externos e alimentando | riscos à estabilidade da moeda, com a fu- | ga de mais de R\$ 15 bilhões de capitais | voláteis. Aceitando que a forte tendência | de saída de capitais significa ataque es- | peculativo, os especialistas reconhecem | que a crise é o produto da grande vulne- | rabilidade brasileira. || A América Latina, para não repetir a | União Soviética, depende da ação conju- | gada dos países desenvolvidos, começan- | do pela redução dos juros no mercado | norte-americano. Se houver interesse | por parte dos governos, o pior será evi- | tado.

COMENTÁRIOS:

- Contém um índice das principais seções na primeira página e está dividido em 7 cadernos:
 1. com 14 páginas: chamadas (p. 1), opinião (p. 2), política (p. 3), nacional (p. 4 e 5), internacional (p. 6-7), cidade (p. 8-13) e polícia (p. 14)
 2. Negócios – 6 páginas
 3. Caderno 3 – 8 páginas
 4. Jogada – 4 páginas
 5. Eleições (caderno especial) – 4 páginas
 6. Regional – 4 páginas
 7. Classificados – 16 páginas.

Carta nº: 104

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n24765s20f3/104)**

Data/ Edição: 06 de julho de 2000 / nº 24765

Fonte: original pertencente à BPGMP

EDITORIAL || Medicamentos e monopólios || As prateleiras das farmácias conti- | nuam desprovidas dos medica- | mentos genéricos prometidos pe- | lo governo para atender à demanda de mi- | lhões de brasileiros que têm dificuldades fi- | nanceiras para comprar remédios devido a | seus altos preços. Apesar de todos apelos e | ameaças aos laboratórios e distribuidores, | a ausência dos genéricos continua pratica- | mente sem alteração, provocando indigna- | ção e revolta nos consumidores. || Não há como evitar, da parte dos cida- | dãos, a sensação de que o País é refém da | indústria farmacêutica e de que esta é vito- | riosa na queda de braço travada com o go- | verno. Ora, esse tipo de sentimento traz | embutido um enorme prejuízo à auto-esti- | ma dos brasileiros, que passam a se enxer- | gar como povo colonizado. Não se trata de | um exagero, pois basta acompanhar o noti- | ciário de todos esses anos sobre a questão | para se chegar à conclusão inequívoca de | que o Brasil está manietado por forças que | fogem ao seu completo | controle, nesse terreno. || Essa é uma questão | séria, pois diz respeito ao | bem primordial do ser | humano: a saúde. Não se | trata de uma demanda | qualquer, mas de uma | necessidade básica cujo | não atendimento implica | na violação dos princí- | pios constitutivos da própria dignidade | humana. Além desses aspectos éticos, há | outros de ordem estratégica: o povo consti- | tui o maior capital de uma nação e se fica | vulnerável a controles externos, no que diz | respeito a preservação de seu bem básico — | a saúde — é o próprio país que abdica da | gestação de seu futuro como nação. || A indústria farmacêutica tem aproveita- | do o discurso da desregulamentação, tão em | moda nos dias atuais, para cometer abusos, | sob o pretexto do livre mercado. De fato, há | uma inibição nos centros de controle nacio- | nais diante da possibilidade de qualquer crí- | tica ser encarada como tributária de um | pensamento ultrapassado, “jurássico”, no | campo da economia. A questão, no entanto, | não é de ordem ideológica, mas sim de iden- | tificação do interesse público. Afinal de con- | tas, remédio não é um produto qualquer e | não pode ser regido por simples exigências | de mercado. Sobre os medicamentos paira | uma hipoteca ética e social à qual não é lícito | simplesmente ignorar, sob o argumento de | que se trata de um negócio como outro qual- | quer. Essa é uma discussão que alguns in- | tentam classificar como fora de moda, mas | que países sérios assumiriam no devido tem- | po como uma questão indescartável para o | ordenamento de uma sociedade minima- | mente equilibrada, do ponto de vista huma- | no. Com mais razão ela se coloca num país | de contrastes sociais alarmantes como o | nosso, onde o atendimento às necessidades | mais rudimentares do ente humano colo- | cam-se como privilégio de poucos. || O Brasil tem a obrigação de debruçar-se | sobre essa questão de forma mais responsá- | vel e consciente. Não deve ter pruridos de | enfrentar lobbies poderosos que lançam mão | da cortina de fumaça ideológica para impe- | dir qualquer controle de sua atividade pelo | poder público, sob o pretexto da liberdade de | iniciativa. Qualquer pessoa desprovida de | paixão chega à conclusão | lógica de que nesse setor a | precedência deve caber ao | interesse social e só subsi- | diariamente ao privado. A | iniciativa privada tem | aqui um papel comple- | mentar, devendo o Estado | ser o grande protagonista | da articulação logística da | produção e distribuição de | medicamentos, se necessário, através de | meios diretos de intervenção. O País não | pode ficar refém de grupos de interesses res- | tritos quando está em jogo a necessidade | mais geral da sociedade. Compreender isso | não significa uma rendição ao arcaico, como | costumam argumentar alguns setores inte- | ressados, mas ter uma percepção estratégica | do interesse nacional, que passa pelo bem | estar mínimo de seu povo. || O Brasil não pode dispensar uma indús- | tria farmacêutica nacional

forte, caso não | queira ficar manietado a outros centros de- | cisórios de poder. Os medicamentos básí- | cos precisam ficar sob o controle direto do | Estado, inclusive para dar meios de nego- | ciação ao governo frente aos monopólios | estrangeiros. Sem essa margem mínima | para manobrar assistiremos cada vez mais | à desmoralização imposta pelos laborató- | rios aos centros de poder nacional.

COMENTÁRIOS:

- Há, na página em que se encontra o editorial, nomes e contatos da equipe de jornalistas responsáveis.
- Jornal dividido em 5 cadernos:
 1. Caderno A, com 20 páginas: chamadas e notícias mais recentes (p. 1-2), Cidades (p. 3-5), Opinião (p. 6), Política (p. 9-12), Economia (p. 13), Brasil (p. 14-16), Esportes (p. 17-20).
 2. Caderno B – Vida e Arte, com 6 páginas, contendo coluna sociais, programação cultural e notas sobre TV.
 3. Caderno C – Economia, com 6 páginas.
 4. Turismo, com 6 páginas.
 5. Anúncios Populares, com 22 páginas.

Carta nº: 105

Estado/ Cidade: Ceará/ Sobral

Título: **A Folha Digital (n70s21f1/105)**

Data/ Edição: sem data / nº 70

Fonte: <http://www.afolhadigital.com.br/folha70/index.html>

Data de acesso: 18 de abril de 2008

EDITORIAL

Então é Natal... E o que você fez?

Aproximamo-nos do final do ano e por todos os lados ecoam apelos os mais variados, no sentido | de revermos nossa participação no mundo. Na canção imortalizada por John Lenon e tão bem | interpretada pela cantora Simone, a idéia é introduzida com um sonoro ... Então é Natal ... e o que | você fez?... Em todos os ramos de atividade, por ocasião do final do ano, elabora-se um balancete | que serve de espelho para reflexão sobre as atividades executadas pelas empresas, demonstrando | sua atuação no mercado e servindo de parâmetro para futuros investimentos. Este documento | deverá nortear o planejamento das possíveis correções que deverão ser executadas ou o | realinhamento dos objetivos da empresa, com a finalidade de alcançar o sucesso desejado no ramo | empresarial ao qual está destinada. Que bom se o ser humano também adotasse esse modelo e se | guiasse em seu balancete pelos versos da canção já citada. Teríamos mesmo a coragem de | responder com toda sinceridade o que fizemos no ano que passou? O que fizemos durante o ano, | serviu para o nosso crescimento como ser humano? Atendemos com suficiência os preceitos da | moral e da ética, que todos, tanto nos cobram no dia-a-dia? Se perguntas dessa natureza foram | respondidas com um SIM, parabéns! Caso contrário, ainda estaria na hora de revermos em que | ítems poderíamos mudar nossa participação, num mundo em que, cada vez mais se necessita de | exemplos que convençam e que comovam. Na ausência de um modelo “ideal”, bem que | poderíamos seguir o exemplo de Cristo Jesus, que numa demonstração de humildade e sapiência, | veio redimir o mundo, através de boas virtudes e da libertação do homem, através da verdade. Se o | balancete que você dispõe no momento, ainda apresenta déficit em alguns requisitos, sugiro que | sejam revistos pormenorizadamente, para que você venha se juntar aos vitoriosos, com balanços | superavitários, testemunhos da graça divina e assim, colorir o Natal e tantos outros Natais, com as | cores do amor eterno. Então é Natal.... Feliz Natal a todos... e o que você fará?

INFORMAÇÕES OBTIDAS NA PÁGINA WEB:

- O jornal não dispõe de uma versão on-line semelhante ao que seria um exemplar original. Portanto, não é possível estabelecer os mesmos critérios para selecionar as informações paratextuais.
- Uma publicação quinzenal com 2.000 exemplares
- A página web possui um menu para as seguintes seções (cada uma ocupando uma página diferente para si): Editorial, Bico de Pena, Canto da Espiritualidade, Coluna do Amigão, Crônica da Semana, CSPU, De Olho na Notícia, De Olho nos Fatos, Diário dos Assaltantes, Edson Rufo, Legislativo Sobralense, Luiz Leitão, Maçonaria em Foco, Mundo Mulher, Música Brasileira, Forquilha, Pedro Cardoso, Política e Algo Mais, Política & Políticos, Radar da Informação, Radioamadorismo, Reportagem,

Repórter Saúde, Ronda Policial, Sempre Alerta, Vaumirtes Freire, Voz do Legislativo e Links Úteis.

- Fundado em 15 de janeiro de 2005 por Jacinto Pereira de Sousa, José Amorim de Sousa, Jocélio Santos, Ismar Maciel e Eloi Gamileira.
- Diretores Proprietários: Jacinto Pereira de Sousa, José Amorim de Sousa e Denilson Pereira de Sousa.
- Redação e Correção: José Amorim de Sousa.

Carta n°: 106

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **Diário do Nordeste (n7020s21f1/106)**

Data/ Edição: 12 de setembro de 2001 / n° 7020

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/2001/09/12/>

Acesso em: 11 de abril de 2008

O horror do terror

|| Os três atentados terroristas ocorri- | dos ontem nos Estados Unidos horro- | rizaram a opinião pública mundial, | presa às cenas dramáticas transmi- | das pela televisão. Foi o maior ato ter- | rorista registrado na história. Seus | motivos e conseqüências levarão al- | gum tempo para se projetar em toda | dimensão, mas um efeito imediato já | se vislumbra com o crescimento do | apoio à repressão a esse tipo de cri- | me. || A destruição das torres gêmeas do | World Trade Center, em Nova Iorque, | e de parte das instalações do Pentá- | gono, em Washington, superaram as | imaginações mais ousadas dos ficcio- | nistas do cinema e do romance. Como | agravante, os alvos foram atingidos, | por ação suicida, com aeronaves da | aviação civil transportando passagei- | ros. || O terrorismo é a forma mais cruel de | vingança. No desejo incontido de revi- | dar, seus autores não separam os ini- | migos de pessoas inocentes, que nada | têm a ver com os litúgios. Fenômeno | recente, ele se expandiu ao longo do | Século XX, tornando-se arma mortí- | fera usada indistintamente. || O termo, de origem francesa, é an- | tigo, havendo aparecido em 1798 no | Suplemento do Dicionário da Acade- | mia Francesa. Ao longo da História, | seu uso serviu, inicialmente, para ca- | racterizar a onda anarquista que var- | reu a França entre 1793 e 1794. O | conceito atual se originou em 1912, | quando os macedônios, em revolta | contra a Turquia, espalharam bombas | nos trens internacionais. || Na década de 70, as ações terroris- | tas se multiplicaram com uma veloci- | dade comparável apenas ao número | de organizações marginais, espalha- | das pelo mundo. Os 300 atentados de | 1970 evoluíram para 500 em 1980, di- | lacerando vidas humanas e dissemi- | nando, ainda mais, o ódio e o | sentimento de vingança. || O uso da carta-bomba, o emprego do | carro-bomba por controle remoto e a | adesão de fanáticos às ações em que | imolam suas próprias vidas, para des- | truição de seus semelhantes, se trans- | formaram em armas banalizadas no | dia-a-dia. Pela fé cega na qual acredi- | tam ou pela ideologia política que de- | fendem, o terrorista nega o | humanismo e a civilização. || Atitudes como essas levaram o jor- | nalista francês Gilles Lapouge a afir- | mar que “esses assassinos cegos | consideram-se santos, heróis, pessoas | sacrificadas, que hoje provocam a des- | graça com o objetivo de preparar a fe- | licidade do amanhã.” Questiona-se, | por igual, se, com esse espírito des- | truidor, haverá felicidade e até o ama- | nhã. || As últimas décadas do século passa- | do permitiram o surgimento do terro- | rismo de natureza política, mais | orgânico, menos amorístico. A Itá- | lia viu nascer as “Brigadas Ver- | melhas”; a França, o grupo “Ação | Direta”; e a Alemanha, o “Baader | Meinhof”, cujos métodos de ação se | nivelam pelo que há de mais sórdido. || O terrorismo ostenta nomes contra- | ditórios como “Grupo Antiterrorista | de Libertação”, da Espanha; “Partida- | rios da Justiça Internacional”, do Egi- | to, e os “Partidários do Direito e da | Liberdade”, da França. Os que mais | se projetaram foram o Hezbollah, por | conta das guerras do Oriente Médio, e | o Eta, do país Basco, pelas tentativas | de desestabilizar o governo espa- | nhol. || A audácia dos atentados de Nova | Iorque e de Washington não fará os | Estados Unidos recuarem de suas po- | sições de política externa. Elas estão | alicerçadas na expansão da indústria | bélica, que se fortalece com o fato. || Ninguém assumiu, até agora, a au- | toria dos atentados. Os países e os | grupos inimigos dos Estados Unidos | negaram sua participação. Não obs- | tante, a cidade de Cabul, capital do | Afeganistão, estava sendo bombar- | deada. || Os ataques terroristas merecem o | repúdio

internacional e mostram a | necessidade de se endurecer o comba- | te a seus agentes. O
recrudescimento | dessa forma de terror afeta os desti- | nos da Humanidade. Neste momento, |
expressamos nossa solidariedade às | famílias das vítimas e ao povo norte- | americano.

“Se algum dia vocês forem surpreendidos ela injustiça ou pela ingratidão | não deixem de crer
na vida, de engrandecê-la pela decência, | de construí-la pelo trabalho!” | Edson Queiroz.

INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DO ORIGINAL DA BPGMP:

- Dividido em 7 cadernos e tem como diretor editor Francisco Bilas.
- Cadernos:
 1. Capa (fotografia do atentado ao WTC) e seções: opinião, política, nacional, Eva especial (notícias sobre moda), internacional, cidade e polícia – 14 páginas
 2. Negócios – 6 páginas
 3. Regional – 4 páginas
 4. Jogada – 4 páginas
 5. Caderno 3: reportagem, programação cultural e entrevista, horóscopo, notas de eventos sociais – 8 páginas
 6. Especial Terrorismo: cobertura do atentado e repercussão no campo da política, economia e na sociedade – 10 páginas
 7. Classificados – 20 páginas.

Carta nº: 107

Estado/ Cidade: Ceará/ Fortaleza

Título: **O Povo (n24738s21f1/107)**

Data/ Edição: 15 de janeiro 2003/ nº 24738

Fonte: <http://www.opovo.com.br/opovo/opiniaio/217159.html>

Data de acesso: 15 de outubro de 2008

EDITORIAL | Papa adverte sobre imoralidade da guerra contra o Iraque

Em busca do butim

|| Uma vez mais a comunidade internacional tem a oportunidade de ouvir a voz sensata do papa João Paulo II, advertindo-a sobre o dever moral de lançar mão da ética e do bom senso antes de se decidir por uma ação capaz de afetar a vida da humanidade. Para ele, o conflito com o Iraque pode ser evitado em nome da preservação dos valores humanos. || O discurso pronunciado perante a reunião anual do corpo diplomático credenciado junto ao Vaticano causa mal-estar em Washington e Londres, os dois núcleos da engrenagem guerreira que prepara o desfecho final. O Santo Padre, entretanto, não se deixa impressionar pelos arreganhos dos poderosos e insiste em não se omitir perante os graves acontecimentos internacionais. Trata-se, na verdade, da única autoridade moral com prestígio suficiente para alcançar um vasto auditório que se espalha por todo o planeta e não é composto apenas de seus seguidores de fé. || **"Não à guerra!** A guerra não é sempre inevitável. É sempre uma derrota para a humanidade" – clamou o Pontífice. Ele se recusa a considerar o conflito com os iraquianos, como uma "guerra justa", isto é, um confronto legitimado moralmente. Lembra que o Iraque é "a terra dos profetas, a terra de uma população já apenada por 12 anos de embargo". Para quem não sabe, no território iraquiano ficava a antiga Caldéia, berço do profeta Abraão e outros patriarcas do povo hebreu. Durante as comemorações do III Milênio João Paulo II pretendia incluir o Iraque na sua peregrinação aos lugares bíblicos, mas foi impedido por causa do conflito diplomático entre esse país e os EUA. || Para o Papa, em primeiro lugar, na ordem moral, está a defesa da vida humana. O argumento usado pelos EUA de que é preciso fazer a guerra preventiva para evitar uma possível ameaça no futuro contra os interesses americanos não se justifica moralmente, já que com base numa suposição condena-se desde já à morte milhares ou, talvez, milhões de pessoas, a maior parte das quais inocentes. A idéia do ataque "cirúrgico" contra instalações militares, apenas é uma falácia, como se tem visto nos conflitos recentes. A população civil termina sendo a principal vítima. || No caso específico, nenhuma prova foi encontrada sobre os arsenais de armas de destruição massiva supostamente acumulados pelo Iraque. || Apesar das declarações da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre a necessidade de um prazo de seis meses a um ano para os inspetores da ONU completarem o seu trabalho (de acordo com as resoluções 1.284 e 1.441 do Conselho de Segurança), os EUA e a Inglaterra armam o teatro do confronto bélico, mobilizando centenas de milhares de homens, além de um sofisticado aparato militar, num indicativo de que farão a guerra de qualquer forma. || Ou seja, criam uma situação de fato que não permita qualquer recuo do intento guerreiro, já que a desmobilização passaria a significar uma vitória política para Saddam Hussein. || A Coreia do Norte, que desafia frontalmente os EUA, anunciando claramente a posse de artefatos nucleares, recebe um tratamento diametralmente oposto. A razão disso, segundo os especialistas, estaria no fato de os coreanos não possuírem a riqueza petrolífera dos iraquianos. Daí se vê que os objetivos perseguidos pelos americanos e ingleses no Oriente Médio são de rapina: apossar-se dos campos petrolíferos da região. || **O absurdo moral** se torna ainda |

mais escandaloso ao se conhecer as primeiras estimativas dos gastos. Apenas o segmento militar torrá US\$ 600 bilhões no campo de batalha. Resta ainda calcular os custos decorrentes da posterior ocupação do país. Enquanto isso, falta dinheiro para os programas de erradicação da fome, para o tratamento e prevenção da Aids, para a pesquisa contra o câncer e outras doenças letais e para o esgotamento sanitário que permitiria evitar a morte de milhões de crianças a cada ano, nos países subdesenvolvidos, por conta da diarreia. Enfim, dinheiro suficiente para erradicar a miséria do mundo. O Papa não pode mesmo se calar diante desse crime.

INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DO ORIGINAL PERTENCENTE A BPGMP:

- Jornal dividido em 4 cadernos:
 1. O principal, com 24 páginas, contém: chamadas, notícias locais, editorial e artigos de opinião, mais notícias separadas nas seções sobre Fortaleza, Ceará, Brasil, Esportes, Política, Economia e Internacional.
 2. A seção Internacional do caderno principal apresenta reportagens sobre veículos e contém 4 páginas.
 3. Vida e Arte, de 8 páginas, com reportagens, crônicas, horóscopo, notas sociais, programação cultural e sobre TV.
 4. Populares, de 24 páginas.

Carta nº: 108

Estado/ Cidade: Ceará/ Mombaça

Título: **Folha de Mombaça (n60s21f1/108)**

Data/ Edição: Agosto de 2006/ nº 60

Fonte: <http://www.folhademombaca.com.br/>

Acesso em: 11 de abril de 2008

NOSSA PALAVRA

EDITORIAL

|| Vive-se nestes dias uma | frenética movimentação em | nossa terra, motivada | sobretudo pela festa da | padroeira Nossa Senhora da | Glória. E a julgar pelo número | de barraqueiros instalados nas | ruas centrais da cidade, parece | que vai ser mesmo uma | grande festa. || A Praça da Matriz vai estar | mesmo “muito apertada”, não | só pela grande quantidade de fiéis que deve circular por ali, | mas também pelo | estreitamento das vias, | provocado pelas obras de | construção da nova praça, que | deverá receber o nome de | Praça Maria Pereira. Aliás, a | julgar pela planta em | exposição na sede da | Prefeitura Municipal, deverá | tornar aquele logradouro | muito bonito e agradável. | Resta recomendar para os | próximos dez [[próximos]] | | prefeitos, não quebra-la para | fazer uma outra (coisa muito | costumeira), limitando-se | apenas aos cuidados | necessários à sua | conservação. || Por outro lado, não deverá | haver mais disponibilidade | de dinheiro para as gastanças | tão comuns nesta ocasião, | pois a única fonte que | permitiria isso, a agricultura, | sofreu neste ano de 2006 mais | um período de chuvas | irregulares e | conseqüentemente baixa | produção de grãos, como milhos e | feijão, deixando pequenos | produtores até mesmo sem o | suficiente para o consumo | próprio até a próxima safra. || Deverá “correr dinheiro” | apenas nos leilões e na festa | dançante, pois para essas, | nunca falta. Com certeza, no | leilão do dia 14 haverá a | presença de muitos candidatos | e outros políticos, com certeza | dispostos a gastar “algum”, já | que acreditam que assim | aparecerão com boa imagem | frente aos eleitores.

CONSENSO

|| E falando em política, e | notória a “aliança muda” entre | as principais lideranças locais, | com relação ao Governo do | Estado, pois o governador | Lucio Alcântara aparece como | candidato de consenso, devendo receber em nossa | terra uma grande votação. É | de estranhar entretanto a | indefinição do candidato à | Presidência da República por | parte dos políticos locais, pois | sabe-se que de um lado existe | um candidato pelo PSDB, | Geraldo Alckmin e do outro o | candidato do PT, Presidente | Lula (este apoiado pela | oposição local). Isso não pega | bem, pois se o povo já anda | muito desconfiado dos velhos | políticos, deverá ter assim | aguçado seu senso de | julgamento.

INFORMAÇÕES:

- Mensário disponível desde 2001 na página web.
- O material exposto na Internet parece ser o escaneamento da versão original, com 8 páginas, dividido nas seguintes seções: chamadas (p. 1); editorial, carta ao diretor e carta de um leitor a outro (p. 2); entrevista, propagandas e notas de aniversário e falecimento (p. 3); palavras cruzadas, crônica, poema e notícias (p. 4); mais notícias e a coluna “Debate Cidade +” (p. 5); Artigo de opinião e mais notícias (p. 6); Outras notícias (p. 7); e “Happy Birthday”, com fotos de aniversariantes (p. 8).

Carta nº: 109

Estado/ Cidade: Ceará/ Juazeiro do Norte

Título: **Jornal do Cariri (s/ns21f1/109)**

Data/ Edição: 02 de fevereiro de 2007/ s/nº

Fonte: <http://www.rotace.com.br/jornaldocariri/>

Acesso em: 11 de abril de 2008

Editorial

ORGANIZAR É PRECISO

(02/02/2007)

||A situação em que o centro de Juazeiro do Norte se transforma em época de romaria é | lamentável. Qualquer cidadão que tente circular pelas vias centrais, a pé ou não, deve tomar | cuidado para não tropeçar ou atropelar os vendedores ambulantes e sua inesgotável | variedade de produtos, alguns falsificados. Sinceramente, não sabemos a razão de tanta | celeuma, quando as autoridades municipais resolvem organizar. O mais interessante que | antes de qualquer iniciativa, as reclamações são sempre as mesmas: “o que falta para | resolver esse problema é coragem ou vontade por parte dos nossos governantes”. Mas | quando é tomada qualquer atitude, logo aparecem os defensores de plantão, para atrapalhar. || Cabe aqui salientar que o quadro é idêntico na maior parte das grandes cidades brasileiras. | O comércio ilegal conta com a simpatia de milhões de brasileiros que percebem nele a | possibilidade de consumo com custos menores, e talvez esteja exatamente aqui um dos | incentivos para que as autoridades não encarem com seriedade o problema: já que milhões | de brasileiros consomem e sobrevivem do comércio informal, e a parte da sociedade que é | prejudicada pela informalidade não consegue se fazer ouvir é lógico que acomodar a | situação é a opção mais atraente. || Nessa história existem alguns fatos muito intrigantes, que têm na incoerência um ponto | comum. Por exemplo: muitos dos que defendem os “camelôs” são os mesmos que se | posicionam radicalmente contra qualquer alteração na legislação trabalhista. Fica difícil | entender tal fato, tendo em vista que nenhum vendedor ambulante tem carteira assinada, | férias, 13º, salário-mínimo ou qualquer outro benefício dessa natureza. O “camelô” tem sua | remuneração atrelada exclusivamente à sua produtividade, isto é, se vender, recebe sua | parte, caso contrário, nada de dinheiro.|| Nessa mesma linha de raciocínio, é importante lembrar que os defensores dos “pseudo- | excluídos” estão normalmente associados aos combatentes do capitalismo, que enxergam | os verdadeiros empresários como “bandidos” da nossa história maluca. Resumindo: quando | o empresário assume o risco, investe, gera empregos, paga impostos e consegue lucrar, se | transforma em um monstro. Mas quando uma pessoa qualquer falsifica produtos ou | consegue “importar” sem pagar impostos, contrata pessoas sem respeitar nenhum tipo de | legislação trabalhista, se apropria de vias públicas nos melhores locais dos grandes centros, | vende seus produtos (novamente sem pagar impostos), e consegue facilmente lucrar muito | mais do que a concorrência formal, é visto pelos defensores dos “pseudo-excluídos” como | herói. || Vários são os problemas que tais trabalhadores da via urbana causam, pois, se de um lado | estão gerando divisas e participando da circulação de mercadorias, por outro, não fazem | parte das estatísticas oficiais enquanto trabalhadores, não têm direitos sociais e | previdenciários, pois não são contribuintes e, principalmente, sofrendo diretamente ou | indiretamente a pressão do comércio formal, que se vê obrigado a pagar impostos e direitos | trabalhistas, tendo à sua porta uma banca de cigarros, calculadoras, brinquedos e outros | bens que está isenta desses encargos. || Os pedestres, ao mesmo tempo em que são consumidores, também criticam a apropriação | das calçadas pelos ambulantes, alegando que diminuíram o espaço delas, bem como | demonstram certos

preconceitos em relação às condições de trabalho em que se encontram | tais atividades. || Outro aspecto importante da área central é a quantidade de bares, lanchonetes e | restaurantes, necessários ao atendimento das pessoas que por ela circulam e ali trabalham. | Porém, depositam uma grande quantidade de mesas e cadeiras nas calçadas, agravando | ainda mais o aspecto visual de desmazelo. || É necessário que a sociedade compreenda a real necessidade das autoridades municipais | tomarem medidas que muitas vezes parecem amargas. Não podemos considerar sempre | como um mau, as atitudes que são tomadas para o bem.

INFORMAÇÕES:

- Fundado em 5 de setembro de 1997.
- Não é possível determinar a numeração de páginas.
- Não há um menu que induza a uma seqüência de textos.
- Na página principal, há o que parece ser uma delimitação de seções, a saber: notícias, artigos, cidade, editorial, esportes, expediente, social, colunas e charge (indisponível para leitura).
- Jornalista responsável: Madson Vagner C. Costa
- Sobre a equipe:
 1. Diretor Geral: Sebastião Falcão
 2. Diretor de Opinião: Emerson Monteiro
 3. Projeto Gráfico e Diagramação: Cláudio Henrique
 4. Atualização do Site: Fabrícia Lobo.

Carta nº: 110

Estado/ Cidade: Ceará/ Crateús

Título: **Gazeta do Centro-Oeste (n256s21f1/110)**

Data/ Edição: 29 de março de 2008/ nº 256

Fonte: www.gazetacrateus.com.br

Acesso em: 11 de abril de 2008

Editorial

Prefeitura: Uma fábrica | de empregos irregulares

Várias denúncias de irregularidades administrativas cometidas pela atual gestão municipal estão sendo apuradas pela Justiça de Crateús. A Constituição Federal e a Estadual e a Lei Orgânica do Município determinam que o ingresso de servidores municipais seja feito através de concurso público ou nomeados através de portarias, conforme estabelecem as leis vigentes. || A atual administração municipal realizou concurso público e milhares de crateúenses pagaram taxas de inscrição, fizeram as provas previstas e foram aprovados para preencher as vagas de centenas de pessoas que trabalham na Prefeitura de Crateús como prestadoras de serviços, indicadas por cabos eleitorais, lideranças políticas, em desrespeito à Constituição Federal. || No ano de 2007, passando por cima da Lei e menosprezando pessoas que passaram no concurso público, a Prefeitura de Crateús teve 2.231 empregados e essa verdade tem que ser levada ao conhecimento da sociedade e dos Poderes Públicos Constituídos. || O quadro geral de servidores da Prefeitura apresenta-se com a seguinte configuração: Cargos efetivos totalizam 1.244 servidores ou 55,76%; cargos comissionados, 51 ou 2,3%; cargos político-administrativos, 18 ou 0,8%; pensionistas, 28 ou 1,3%; empregos públicos, 197 ou 8,8%; prestadores de serviços, 691 ou 30,9%; cargos eletivos, 02 ou 0,09%. O Poder Executivo foi transformado numa fábrica de empregos irregulares que se destinam aos políticos aliados do prefeito. || No entanto, nem tudo deve ser dado como perdido. O exemplo vem da Justiça do Trabalho da cidade de Sobral. Naquele município, conforme matéria divulgada no Diário do Nordeste, do dia 12 do corrente, o juiz da Vara Trabalhista, Lucivaldo Muniz Feitosa, acatou a Ação Civil proposta pelo Ministério Público do Trabalho, através dos procuradores Cláudio Alcântara Meireles e Ricardo Araújo, obrigando o Município a providenciar, em 90 dias, o desligamento de todos os servidores admitidos sem concurso público após 05 de outubro de 1988. Determinou, ainda, que a Prefeitura se abstenha de contratar novos servidores sem a realização de concurso público. O juiz determinou, também, que o prefeito Leônidas Cristino terá de pagar R\$ 100,00 de multa diária por cada trabalhador que for mantido em situação irregular. || O Sindicato dos Servidores Municipais de Crateús, o Sindicato dos Professores, o Conselho Municipal de Educação e as pessoas aprovadas no último concurso público feito pela atual administração devem buscar os seus direitos conforme determina a Lei. Devem solicitar aos promotores públicos do Trabalho de Crateús, para que a Justiça do Trabalho intervenha na Prefeitura Municipal, obrigando o prefeito José Almir a cumprir a lei federal, chamando os aprovados no último concurso, principalmente na área de saúde e da educação, onde existem 638 prestadores de serviços, atingindo 28,6% dos servidores municipais, configurando mais uma ação irregular praticada pelo gestor municipal.

INFORMAÇÕES:

- Apenas 1 caderno, dividido nas seguintes seções:
 1. Chamadas (coloridas) na página 1.
 2. Geral – editorial, artigo e pequena notícia, na página 2; e mais notícias, nas páginas 7 e 11.
 3. Opinião – artigo, crônica e pequena notícia, na página 3.
 4. Cidade – notícias e artigo, nas páginas 4 e 5.
 5. Política – notícias, na página 6
 6. Regional – notícias e informes publicitários, nas páginas 8 e 9.
 7. Cultura – colunas e receita, na página 10.
 8. Sociedade (colorida), com fotos de pessoas, na página 12.

ANEXO C

O CEARENSE.

Publica-se nos domingos e quintas-feiras; e quando as circunstâncias exigirem sairá extraordinariamente: subscreve-se precientemente à 120, reia por anno, pagas adiantadas, vedando-se o escriptorio da redacção, rua d'Amélia n. 11, onde se recebem communicados e correspondencias, por preço razoavel, sendo de interesse particular, devendo ser remetidas em carta fechada: os annuncijs pagarão ao reis por linha.

N.º 91. — ANNO DE 1847.

SEGUNDA FEIRA 11 DE OUTUBRO

TYP. DE F. L. DE VASCONCELLOS.

EDITAES.

O major Antonio Lauriano Ribeiro, juiz de paz mais votado da capital do Ceará & Faz saber, que tendo de proceder se na 1.ª Domingo de novembro p. futuro a eleição de electores, que têm de eleger os deputados geraes a proxima legislatura, convida aos senhores electores e supplementes abaixo declarados para comparecerem as nove horas do dia referido na Igreja Matriz desta parochia, a fim de cumprir-se o disposto no art. 41 da lei n.º 387 de 19 de agosto de 1846, e por esta mesma occasião convida aos votantes de toda a parochia para que compareçam no mesmo lugar, no dia, e horas mencionadas, a fim de darem seus votos para a eleição sobredita.

ELEITORES.

Exm. Ignacio Correa de Vasconcellos, Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, Dr. João Fernandes Barros, Manoel José de Albuquerque, dr. Frederico Augusto Pamplona, Joaquim José Barbosa, dr. Joaquim José da Cruz Secco, José Gerazio de Amorim Garcia, Augusto Carlos de Amorim Garcia, Manoel José de Vasconcellos, José Joaquim da Silva Braga, Antonio Lauriano Ribeiro, Francisco José de Mattos, João Franklin de Lima, Joaquim da Fonseca Soares e Silva, Thomaz Lourenço da Silva Castro, Joaquim José Barbosa Junior, José Mendes da Cruz Guimarães Junior, Ignacio Ferreira Gomes, Manoel Joaquim de Oliveira, Manoel Lourenço da Silva, Joaquim Lourenço de Castro e Silva, dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, Joaquim de Macedo Pimentel, Mathias José Pacheco, João Cassiano Bizerra de Menezes, Manoel Determinano Paes, Affonso José de Albuquerque, padre Antonio de Castro Silva, padre José Ferreira Lima Sucupira, Antonio Telles de Menezes, José da Guerra Passos, Antonio Elay da Costa, Antonio Barroso de Souza, Manoel Rufino de Oliveira Jambára, João Ferreira Gomes de Miranda, Francisco Xavier de Araújo Mergalo, Antonio Belarmino Bizerra de Menezes, João Zeforino de Hollanda Cavalcante, Vicente Ferreira Mendes Pereira, José Sabino de Oliveira, Xilbrico Clécio de Alencar Araripe, padre Alexandre Francisco Gerbelon Verdeira, Antonio Filio de Vasconcellos, Joaquim da Silva Santiago, Francisco Xavier Torres, Can-Hio José Pamplona, Francisco Filles Barroso, Manoel Cavalcante de Albuquerque, Manoel Nunes de Mello, Simão Barbosa Cordeiro, Miguel Antonio da Rocha Lima Senior, dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, Luiz Vieira da Costa Delgado Perdigaõ, dr. Joa-

quim Saldanha Marinho, Manoel Alves de Carvalho, José Maria Eustaquio Vieira, Jose Raymundo Pessoa,

SUPPLETES.

Joaquim Francisco dos Santos, Antonio Favilla de Sousa Prata, José Pimenta de Aguiar, José Antonio de Moura Cavalcante, Candido José Barreto, Leocadio da Costa Weyne, José Manoel Cavalcante, Raymundo Francisco da Costa Tavares, João Baptista de Casto e Silva, João Gomes Brasil, dr. Liberato de Castro Carreira, Jose de Castro Barboza, Antonio Rodrigues Ferreira, Luiz Rodrigues Samico, José Barroso de Carvalho, José Antonio Machado, Antonio Garcia de Abreu, dr. João Carlos Pereira Ibiapina, padre Antonio Nogueira de Braveza, José Pio Machado, Antonio Caelano de Abreu, Ant.º Gonçalves da Justa, Ant.º Nogueira de Hollanda Lima, dr. Miguel Fernandes Vieira, José Xavier de Castro e Silva, Fidreclino Mendes Pereira, Antonio de Oliveira Maciel, Joaquim da Rocha Moreira Pedro José Fluxa Lima, João Severiano Ribeiro, João Zeforino Pessoa, José Maximiano Barroso, Manoel Caetano Govêa, Luiz Francisco Sampaio e Silva, Ignacio Pinto de Almeida e Castro, Manoel Eugenio de Sousa, Angelo Rodrigues Samico, Manoel Franklin do Atnaral, Francisco Luis de Vasconcellos, Ignacio José de Araújo Prata, Joaquim Ferreira Braga, José de Paula Ferreira Campa, Manoel Bizerra de Albuquerque, José da Rocha Motta, Joaquim Cesar de Mello Padilha, Manoel Mendes da Cruz Guimarães, Manoel de Pontes Franco Junior, Luiz Antonio da Silva Vianna Junior, padre Vicente da Rocha Motta, Ignacio Joaquim Guedes, Francisco Esteves de Almeida, Pedro Barroso Spinosa, Zacarias Vieira da Costa, Joaquim Antunes de Oliveira, Francisco Xavier de Castro Silva, Joaquim Teixeira Leite, João Jose de Saldanha Marinho, João Baptista da Guerra Machado, Jorge Gomes Brasil, Jose Dias Macieira.

—O Hm. Sr. inspector da thesouraria de fazenda desta provincia manda convidar aos srs. João Chrisostomo de Oliveira, Bento Ferreira Marques Brasil, Joaquim Lopes Raimundo, Domingos José Pinto Braga, Manoel Alexandre da Costa, José Archango Figueira de Mello, Elias Martins de Sá, Antonio de Lima Pires, e outros quaesquer credores do estado por dividas de exercicjs findos, para comparecerem nesta thesouraria com seus titulos de divida, a fim de que tenha lugar a nova liquidação como dispõe a circular de 6 de Agosto deste anno.

Secretaria da thesouraria do Ceará em 6 de Outubro de 1847.

O official Maior.
Luiz Francisco S. Paes e Silva.

As eleições.

No Brasil foi sempre fatal, e de despropósitos, e locuras a epocha das eleições. As perseguições, e a immoralidade storgião então, e apresentava-se contristado o coração do homem sizoado, do homem honrado, que presava sua patria, e via como agentes de tantas iniquidades os entes mais ignobels, e desprezíveis, e senhores do campo eleitoral conquistado pelo seo espirito desordeiro, e turbulento. O cidadão honesto deixava o lugar, onde em vez de exercer um sacrosanto ministerio, ia mesclar-se com a turba d'esses homens depravados cobertos de indignidades.

Quantas vezes não vimos nós conspurcado o lugar sancto onde a lei mandava-nos exercer tão importante, e soberano direito? A lei escolhendo as freguezias queria sem duvida dar ao acto um caracter mais de sanctidade, e magestade; porem debalde porque ellas se tornavaõ nesses dias asiagos uma praça de gladiadores, onde a nada se attendia, nem respeitava, praticando-se toda a casta de violencias, e indignidades. Os mais auideses, e turbulentos animados por promessas, e esperanças não poupavaõ insolencias contra os cidadãos pacificos, que não conscienciosamente depositar o seo voto: estes muitas vezes voltavaõ aturdidos antes de o haverem dado. Jamais a urna assim apresentou o resultado verdadeiro da opinião publica: antes nos mostrava, que a victoria era tamsomente dos turbulentos, e ousados, que se apoderavaõ da meza. Deixemos porem essas lutoosas scenas de dôr, com que a patria compungida ja desesperava de si, e não encontrava recursos.

Mil graças porem agora rendamos a politica dominante, que nos dotou com a actual lei regulamentar de eleições, que veio pôr termo a tantos despropósitos, e locuras, e deixando as passadas atrocidades digamos como aqui n'esta capital foraõ feitas as eleições nos dias 3, 4, 5, e 6 do corrente, e cujo resultado ainda ignoramos.

Ninguem pode negar, que com muita igualdade se bateraõ os partidos na presente eleição, e que plena liberdade houve para todos. O campo eleitoral esteve aberto, e franco, e os dois partidos, que lutarãõ, não se podem com razão queixar da falta de liberdade. A opposição, é verdade, pensando que é dever seo gritar contra tudo, exaggerar as cousas mais pequeninas, e envenenar as mais innocentes, não deixa de bradar contra a oppresão, que nunca existia, e que ella sabe muito bem, que não appareceu. Mas deixe a opposição o seo rançar, e vira, que as armas, com que lutamos lutoõs iguaes. Não destigire os factos, confes-

ANEXO D

Editorial (Jornal *Correio do Ceará*, 1942)

ANEXO E

A mortalidade em Pernambuco até o dia 3 de março é de 1.484.

Carregou a vapor - Marquez d'Olinda - trouxe nos 100 saccos com arroz, e 6 pacotes com Tapioca, que o Governo da provincia tinha mandado basear por via do Sr. Victorino Pereira Maia; vinham 200 saccos de arroz, para o presidente do Rio Grande do Norte, com 100 saccos.

Conta-se que o commandante de armaria vem sendo muito perseguido pela afflicção das Provincias do Norte por falta de assistência, e a vista foi multado em 165,000, por não trazer o do Maranhão.

Um capitão de navio francez, que tem dado viagens a ilha de Cuba, durante a epidemia do cholera-morbus, affirma que o remedio que alli mais promptas reacções produziu, e por isso maior numero de vidas salvou, foi a seguinte mistura:

Dois onças de camphora.

Uma onça de camphora.

Mais cinco onças em pó.

Quatro onças de cravo da India.

Uma onça de nicotina.

Misture as tudo e introduza-se em uma garrafa de aguardente de cana boa, e assim que o doente beber, dê-lhe um cafecim, e abste-se para sair, sendo criança de-se-lhe menos de um colher.

Com factos que esse remedio, dá em varios doentes haentes na Boa Vista, produziu reacções francas e promptas, e que não admira, a vista da sua composição.

RECIPE, 1 DE MARÇO.

Carregou hoje (sabão) vindo dos portos da Europa o vapor Fay trazendo nos jornais do ultimo porto com data de 14 de mez proximo pasado.

O parlamento britânico foi aberto a 31 de janeiro pela rainha Victoria, que em discurso de abertura a communição o seguinte tendo elle declarado sobre o estado da preparativos maritimos e militares que havia feito e a continução da guerra, e a proposta da paz offerecida pelo imperador d'Austria e pelo imperador dos francezes.

Para fôr o lugar conveniêdo onde se deverão reunir o diplomatas das potencias interessadas para tratarem das negociações da paz, que já havia passado de repouso a certeza.

Ja se achão nomeados os plenipotenciarios e dispuzta a convenção das importantes negociações. A França era representada por Walski e Bonquency; a Austria por Bani e Hahnert; a Inglaterra por Clarendon e Cowley; a Russia por Okun e Brunow; a Sardinia por Acquis, e a Prussia pelo visconde de Bunsen.

O Morning Post acreditava que se hia celebrar um armistício nas operações por terra, visto que não havia probabilidade de um combate por mar.

No-reu o príncipe Pskiewitch. Conta-se das ultimas noticias dos Estados-Unidos que a desintelligencia do governo de Washington com a Inglaterra ainda não tivera solução.

A policia.

A policia de nossa provincia comprehendida, e auctore suas de veres de uma maneira, que só se explica pela exclusivismo politico, por sua necessidade de governo de partido que apossa todos os comos entre os.

Por sua politica fôr de só chamar aos

corpo publicos homens de certo partido, e por outro mais fatalidade de só acreditar-se a que discar essas autoridades de policia, por toda provincia se praticou os maus despoitismos, e por toda parte o povo é victima de mais mental despoitismo. Mas o que fazer?

Essas autoridades de arruaqueijos, são impotentes, e inutiles; os policiaes são chismangos, puros de massa pau, sem direito, sem proteccão.

Os poucos fallamos, e publicamos os netos, de exarção vergonhosos, de subdelegado de Araciroz. Tive por isso alguma pena? Talvez um habito de russa.

Em Milagre há um clamor geral contra as autoridades policiaes, que todos delegados, subdelegados, e supplicantes que são irmãos, cunhados & c. só servem para proteger os criminosos: em S. Cruz, em não ha policia, em esta não se importa com os crimes repetidos de roubos que ali se estão cometendo, segundo nos informam.

Em S. Atho o subdelegado chama a sua presença pessoas principaes da terra para maltratar os com reprehendê-la. Na Barbalha o subdelegado recita em sua casa um sermão, e dá-lhe estapala, segundo nos informam em sua por toda parte os agentes policiaes, certos de plena confiança, do que goza, como homens de partido, praticando impunemente o que querem, não ha outro remedio senão soffrer.

Nos cartas de nossos correspondentes de S. Cruz, Barbalha, e Milagre, que publicaremos, verão nossos leitores o que se passa por essas localidades.

Noticias da provincia.

Fortaleza 15 de março.

O nosso amigo o Sr. José Sobrinho de Sobral recusa-se como previsto, do posto de tenente coronel da guarda municipal. Sua desconfiança de mandar, e sobre tudo a dependência, em que fôr de outra autoridade manifestamente hostil, sem contar com apoio do governo obrigado não a exerce-se predominantemente desse posto.

Na qualificação de Sobral dizem que exerceu mais de 600 chismangos, pelas quaes reclamaram os senhores João Pedro, Sobrinho, e Monte, e incluído quando menino de 10 a 20 quasi todos os chismangos. Chamamos a attenção para a carta, que d'ali publicamos. Veja o governo não que sinceridade vai a grade de seu lado executando a lei!

O cholera! É hoje o grito de alarmo por toda parte da cidade tem corrido não hauns de cholera, e referindo entretanto o estado sanitario actual é melhor do que foi o do anno pasado em igual tempo. Os casos de cholera, e de escuraçoes gastricas, que tem apparecido, tem sido poucos e passageiros, que ainda não fez nem victimas; entretanto que o anno pasado, quando se não fallava em cholera, morreu de muitas pessoas de diarrheas. Dizer que alguns espartilhos, ou vellosos, que seperalho com o terror tem espalhado esses furoes para sustarrem da cidade os perigos, e ha de reaver os seus por elle preso. Parece que a policia anda a pista desses delinquentes de hautes para mandal-os venderem as cordas.

Aracaty - Chegou alli a Emulação (nossa) presidente de Pernambuco, e tendo o seu commandante sempre a paratencia, e feito decumbar os pranguires, na

deses (João Linhares) esse no dia seguinte enferma, e espalhando logo que era o cholera, posto que o que conta que se rende melhor, e entrou dizem que o mal fôr um ataque hemorroidal, e que o sujeito. As autoridades officiaes no governo alterçadas, e o Sr. presidente mandou immediatamente em uma lancha o Dr. Lemos com remedio, baria, e familia, e chegaram, tendo quanto de momento pôde preparar, signato não haja certeza de que seja o cholera.

Sobral - Outro passageiro da Emulação, que seguiu para Sobral, cahiu doente perto da cidade, dizem que do cholera, posto que ninguém precisamente possa dizer a natureza da enfermidade. O povo, as autoridades de Sobral ficaram alterçadas, e pediram logo presidenciaes do governo. Contam-nos que o Sr. presidente, sem de qualificação, que para lá já tinha mandado, mandou mais, indumentos, artigos hygienicos, lancha, e pôe a disposição do posto um combo de ar, para o caso de verificar-se a invasão do mal.

O nosso amigo o Sr. major Miguel Francisco do Monte, que foi torpemente injuriado em uma infame correspondência que só a Pedro 2.º sabe publicar, mandou chamar a respectabilidade o author de tão infame publicação.

Veremos se tem ao menos a coragem de apresentar-se.

Correspondencia.

Sr. Redtor - Já uma vez, a mais de dez annos foi condemnado, por um correspondente anónimo do periodico Pedro 2.º, mandei chamar a respectabilidade a esse capital, e appareceu-se como correspondente um pobre letrado, que podia superiormente ao meu promissor, e tendo isto sido-me reconhecido mandei o Sr. de arca que intentava contra esse infame.

Depois desse grande espaço de tempo, vi-me logo a mim a Pedro 2.º n.º 1511 em um commoçoso desta cidade datado em 16 de fevereiro e assinado pelo ditando dos Sr. em um qual me dirigiu as calumnias e injurias as mais revoltantes que ha de perder a paciência do homem por mais indignação que seja. Por isso mandei chamar a respectabilidade a esse disse passivo inhumano, e depois disso responderei com toda energia do que sou capaz.

Trouxe esse infame correspondente em aboto de seu libello infamatorio e trezenho do dito defunto, que affirma, se fossem ritos não seria capaz de arguir tanta infamidade caluniosa. Vou recitar este passageo art. declarando elle e seus senos que nunca occupou Sr. José Candido Linhares, e nem delle nunca ouviu o mais pequeno favor, deslizo que tambem elle declare qual foi a causa de que tive a Epitapho-estar malum para escrever semelhantes calunias? Já não? e na verdade ainda me lembro por seu epilo que o Sr. 2.º Conde está nup. de toda maneira de publicar que eu tivesse feito favor algum, não por pedis não nem por interesse dos seus amigos, e sem voluntade de illuzer do espíto Joaquim Domingues, ainda existem hauns um author, e podem declarar, quizo lá que mandou a sua por verduces maldades. Rogamos Sr. redtor de mostrar encorrer em sua lida estas calunias, e que muito obrigados ao nob. sen. to.

Miguel Francisco do Monte.

Inscrito por M. F. Nogueira.

ANEXO F

A ESTRELLA.

JORNAL RECREATIVO.

ANNO I)

FORTALESA 30 DE ABRIL DE 1860.

(N.º 14.

Uma resposta.

Senhores do «Echo», em poucas palavras vamos hoje responder ao vosso celebre artigo intitulado a—Estrella—

Principiastes dizendo que máo grado vosso respondiis a «Estrella» pois não podiéis mais supportar as injurias que seus redactores vos tem lançado.

Oh senhores ! sois inimitaveis !

Ninguem melhor do que vós de lobo se transforma em cordeiro.

Já que fallastes em caterva de redactores freneticos tende a bondade de nomeal-os.

Usaremos de vossas expressões:—se não imprimirdes os seus nomes em vosso jornal não passareis de uns—mentirosos.

Fostes mal informados quando dissestes ser da redacção o artigo a que alludistes.

Com isso temos respondido a essa parte do vosso artigo.

Certificai-vos que só nos responsabilisamos pelos nossos artigos.

Continuai, senhores; a missão é honrosa.

Continuai, que a nossa resposta será o—silencio.

PARISINA

FOR

Lord Byron.

I

E' a hora em que na ramagem o rouxinol modula seus cantos, é a hora em que a voz dos amantes em segredo profere doces juramentos; em que o suspirar da brisa forma com o murmurar da onda vizinha um concerto que extasia o ouvido solitario. O orvalho scintilla nas flores; no firmamento

brilham as estrellas; nas ondas um azul mais carregado; na folhagem um verde mais sombrio; e no ceo essa sombra suave e pura que segue o declinar do dia, quando o crepusculo foge ao surgir da lua.

II

Mas não para ouvir o ruido da cascata que Parisina deixa seu palacio; não é para contemplar os luceiros celestes que ella caminha na sombra da noute; e se assentar-se no jardim de Este não será para respirar os perfumes da flor desabrochada. Escuta;—mas não é o canto do rouxinol—embora seus ouvidos esperem accentos tão doces. Atravez da espessa folhagem ouve-se um ruido de passos, e ella empallidece e fortemente seu coração palpita. Atravez das sussurrantes folhas uma voz suave chega a seus ouvidos e o sangue volta a sua face e seu seio começa a arfar: um momento ainda e elles estarão juntos:—esse momento passou-se—e o seu amante acha-se a seus pés.

III

E agora que lhes importa o mundo e suas vicissitudes? os seres que nelle vivem— a terra, o ceo nada são a seus olhos e espirito. Tudo desapareceu para elles. Respirão unicamente um para o outro; como mortos estão tão insensíveis a tudo o que os cerca. Seus suspiros mesmo são cheios de uma alegria tão profunda, que se diminuisse, essa felicidade consumiria os corações submetidos ao seu poder. Nesse somno tumultuoso de ternura a ideia do crime, do perigo não lhes vem á mente. Dentre esses que tem sentião o poder dessa paixão a quem suspendeo o temor em iguaes momentos? ou quem pensou na curta duração delles? Mas que!—eíl os já passados. Ah! E' preciso despertar antes de saber que essas doces visões jamais voltão.

MUTILADO

Jornal A Estrella (1860)

ANEXO G

OMBUDSMAN (Jornal O Povo – Disponível em:
<<http://www.opovo.com.br/opovo/ombudsman/gualtergeorge/394065.html>>. Acesso: 13 mar. 09

O modelo esgotado e o leitor espantado

Guálter George
21 Ago 2004 - 17h23min

Dois editoriais recentes do *O POVO*, publicados nos dias 10 e 17 últimos, incomodaram ao leitor Gustavo Menescal. O problema estaria no fato de o jornal considerar, nos dois textos, "esgotada" a experiência da democracia representativa. No primeiro, sob o título "Rombo nos municípios", dentro de um contexto onde se pretendia discutir desvios em administrações municipais e as dificuldades que a sociedade enfrenta para coibi-los devido à falta de mecanismos de controle eficientes. No segundo - "As lições da Venezuela" -, a abordagem é mais direta, partindo-se do exemplo do que ora acontece na Venezuela, com a aplicação do referendo revogatório do mandato do Presidente da República, para reafirmar a defesa de que nosso modelo de democracia precisa ser revisto. O leitor reclama da falta de clareza da tese defendida e, para ele, o honesto seria o jornal aprofundar mais o debate sobre assunto, até, se for o caso, liderando uma campanha pelo voto nulo, considerado o pressuposto de que o modelo hoje em vigência no País já deu o que tinha de dar. O seu interesse, manifestado através de e-mail e em contato telefônico posterior, é saber até onde a posição externada é do jornal, oficialmente, ou se, conforme chega a sugerir, trata-se de uma visão pessoal do editorialista, abraçada pela empresa. Foi esta dúvida que levei ao comando do *O POVO*, que indicou o jornalista Valdemar Menezes, o editorialista em questão, para apresentar os argumentos cabíveis.

JORNAL CONSIDERA POSIÇÃO TRANSPARENTE

Para Valdemar Menezes, o posicionamento do *O POVO* quanto ao assunto é claro e está manifestado em vários outros editoriais publicados antes dos dois que chamaram a atenção do leitor. "O jornal defende, faz algum tempo, um avanço do que temos hoje em direção à democracia participativa", esclarece, adiantando que não há qualquer incoerência. A idéia nunca foi, assegura, negar o que há hoje. "Na verdade, a tese é de importantes e respeitados constitucionalistas brasileiros, a começar pelo cearense Paulo Bonavides, autor de várias obras acerca do tema. O que se defende é uma junção entre o que há de melhor nas democracias representativa e direta, resultando num modelo que daria muito mais possibilidades de participação à sociedade e, em especial, lhe garantiria mecanismos de controle sobre os agentes públicos muito mais eficientes", diz Valdemar. O editorialista considera normal que o leitor questione se a posição é do jornal, oficial, ou dele, particular, lembrando que na coluna semanal que assina aos domingos - Concidadania - reforça convicções pessoais acerca do assunto. Neste caso, o que não é uma regra, nem poderia ser, as opiniões do jornal e de quem as editorializa convergem e, como mostra o caso, até confundem-se.

A grande questão que se coloca é se a defesa da tese de uma democracia diferente da que temos hoje contamina a cobertura do jornal no campo político. Parece evidente que as falhas que o nosso noticiário político apresenta, em nível acima do que gostaríamos, com certeza, nada têm a ver com as teses que os editoriais de vez em quando manifestam. Portanto, há espaço para uma convivência harmônica entre a visão que tem *O POVO* do que seja uma democracia ideal e o acompanhamento cotidiano dos fatos relacionados à democracia que a realidade nos permite ter. Por mais justificada que pareça a apreensão que o leitor Gustavo Menescal torna pública, a partir do que lê no espaço de posicionamento institucional do jornal, inexistem elementos capazes de configurar má-fé ou algo mais que pareça resultar de qualquer intenção de impor uma idéia aos leitores. Até hoje, pelo menos, foi assim.

